



PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO S.J.DO R.PRETO/CATAND
CÍVEL - TUTELA COLETIVA

Data de Autuação: 18/05/2020

Data da última conversão: 18/09/2020

Procedimento Preparatório - PP

1.34.015.000172/2020-32

Volume I

Capa:

Acompanhamento da destinação de recursos enviados pelo Governo Federal para ações de combate ao coronavírus - Grupo III (Municípios: Olímpia, Altair, Guaraci, Icem, Nova Granada, Onda Verde, Orindiúva, Palestina, Paulo de Faria, Riolândia, Severínia e Uchôa).

Resumo:

Informações referentes aos valores repassados pelo Governo Federal (COVID-19).

Distribuição:

PRM-S.J.R.PRETO - Encerrada em 13/04/2021 - PRM-SP-S.J.R.PRETO-5º Ofício

Grupo temático principal:

1ª Câmara - Direitos Sociais e Atos Administrativos em geral

Tema:

11853 - Vigilância Sanitária e Epidemiológica (Saúde/Serviços/DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS
MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO)

Observação:

Município(s):

OLÍMPIA - SP

Movimentado para:

20/04/2021 - PGR/5A.CAM - 5A.CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
COORDENAÇÃO NACIONAL FINALÍSTICA DO GIAC-COVID19

Ofício Circular nº 01/2020/CFN/GIAC-COVID19

Brasília, 04 de maio de 2020.

A Sua Excelência o(a) Senhor(a)
Membro do Ministério Público Federal

Assunto: Informações referentes aos valores repassados pelo Governo Federal.

O Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia COVID-19 e a 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal encaminham a V. Exa. as informações prestadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pela Casa Civil acerca dos valores repassados pelo Governo Federal aos Estados, DF e Municípios para enfrentamento da situação de emergência decorrente do Coronavírus (COVID-19).

Os dados compartilhados pelo TCU são relativos aos repasses do Fundo Nacional de Saúde, extraídos de painel específico com todos os dados orçamentários e financeiros envolvendo as rubricas ligadas ao combate a Covid-19 (disponível em: https://painelms.saude.gov.br/extensions/TEMP_COVID19/TEMP_COVID19.html).

As informações enviadas pela Casa Civil, que serão periodicamente atualizadas, referem-se às entregas de equipamentos, insumos e aos repasses financeiros aos Estados, DF e Municípios.

Com base nesses dados sugerimos aos Srs(as). Procuradores(as) da República, no âmbito das suas atribuições, a instauração de procedimentos com a finalidade de acompanhar a destinação dos recursos enviados pelo Governo Federal para as ações de combate ao Coronavírus.

Atenciosamente,

CÉLIA REGINA SOUZA DELGADO
Subprocuradora-Geral da República
Coordenadora Nacional Finalística GIAC-COVID19

MARIA IRANEIDE OLINDA SANTORO FACCHINI
Subprocuradora-Geral da República
5ª Câmara de Coordenação e Revisão



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assinatura/Certificação do documento **PGR-00167469/2020 OFÍCIO CIRCULAR**

.....
Signatário(a): **MARIA IRANEIDE OLINDA SANTORO FACCHINI**

Data e Hora: **04/05/2020 19:57:41**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **CELIA REGINA SOUZA DELGADO**

Data e Hora: **04/05/2020 19:56:28**

Assinado com login e senha

.....
Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 660B6018.DE37FE62.87F2A8C8.0516F332



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Registro de Arquivo Complementar

(Gerado automaticamente pelo sistema)

Expediente:

PGR-00167469/2020 - OFÍCIO CIRCULAR

Complementar - Planilha TCU_Transferências a Estados, DF e Municípios -

Este arquivo complementar poderá ser acessado pelo link abaixo:

[Planilha TCU_Transferências a Estados, DF e Municípios - Coronavírus_1.xlsx](#)

BOLETIM SEGOV
**Articulação Federativa para o enfrentamento da
situação de emergência decorrente do Coronavírus
(Covid-19)**



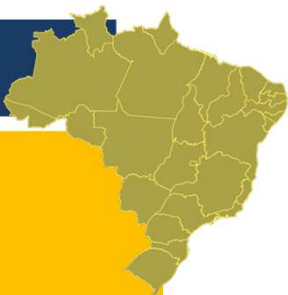
ACRE



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE GOVERNO
SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS FEDERATIVOS

24 de abril de 2020

ESTADO AC: ENTREGAS DO GOVERNO FEDERAL



Ações e Serviços Públicos de Saúde	Entregas do GOVERNO FEDERAL		
EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIs) *	Álcool etílico 500ml	504	
	Álcool etílico 100ml	288	
	Óculos proteção	290	
	Luva para procedimento não cirúrgico	109.700	
	Sapatilha	2.600	
	Máscara 3 camadas	55.000	
	Avental	5.413	
	Touca hospitalar	1.200	
Leitos-Covid	10 leitos (em processamento) no Hospital Urgências e Emergências de Rio Branco		
Testes RT PCT	3.628		
Testes rápidos	2.012 na 1ª distribuição	1.880 na 2ª distribuição	3.300 na 3ª distribuição
Respiradores	35		

*/ Entregas realizadas em 23 e 25/03. Parte da pauta de distribuição de álcool etílico 500ml, luva, sapatilha e máscara 3 camadas foi entregue de 02 a 09/04.

ESTADO AC: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

DESCRIÇÃO		ESTADO	MUNICÍPIO	TOTAL
Apoio FPE	MP 938 (1ª parcela da recomposição)	R\$ 23,09 milhões		R\$ 23,09 milhões
Apoio FPM	MP 938 (1ª parcela da recomposição)		R\$ 2,75 milhões	R\$ 2,75 milhões
Fundo Nacional da Saúde (FNS)	Portaria nº 395	R\$ 1,73 milhão		R\$ 24,27 milhões
	Portaria nº 480 *	R\$ 2,43 milhões		
	Portaria nº 774	R\$ 16,59 milhões	R\$ 3,51 milhões	

R\$ 50,13 milhões

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).
valor mínimo = R\$ 2,00 per capita
valor máximo = R\$ 5,00 per capita

ESTADO AC: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
ACRELÂNDIA		2.764,74	53.359,43	56.124,17
ASSIS BRASIL		99.557,03	32.015,66	131.572,69
BRASILÉIA		353.005,30	74.703,19	427.708,49
BUJARI		133.374,42	0,00	133.374,42
CAPIXABA		139.124,27	42.687,55	181.811,82
CRUZEIRO DO SUL		127.100,38	149.406,39	276.506,77
EPITACIOLÂNDIA		243.056,91	64.031,31	307.088,22
FEIJÓ		284.538,88	85.375,07	369.913,95
JORDÃO		253,79	32.015,66	32.269,45
MÂNCIO LIMA		28.512,52	64.031,31	92.543,83
MANOEL URBANO		110.993,62	32.015,66	143.009,28

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO AC: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
MARECHAL THAUMATURGO		27,67	64.031,31	64.058,98
PLÁCIDO DE CASTRO		526,69	64.031,31	64.558,00
PORTO ACRE		183.723,50	64.031,31	247.754,81
PORTO WALTER		52,85	42.687,55	42.740,40
RIO BRANCO		168.723,92	1.467.185,21	1.635.909,13
RODRIGUES ALVES		218.221,16	64.031,31	282.252,47
SANTA ROSA DO PURUS		71.536,29	32.015,57	103.551,86
SENA MADUREIRA		533.326,74	106.718,85	640.045,59
SENADOR GUIOMARD		240.539,89	64.031,31	304.571,20
TARAUACÁ		356.118,19	96.046,96	452.165,15
XAPURI		219.069,21	64.031,31	283.100,52

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

BOLETIM SEGOV

Articulação Federativa para o enfrentamento da situação de emergência decorrente do Coronavírus (Covid-19)



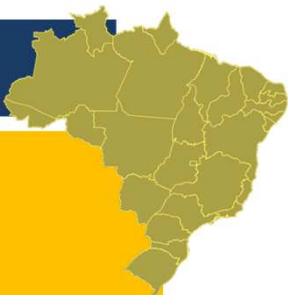
ALAGOAS



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE GOVERNO
SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS FEDERATIVOS**

24 de abril de 2020

ESTADO AL: ENTREGAS DO GOVERNO FEDERAL



Ações e Serviços Públicos de Saúde	Entregas do GOVERNO FEDERAL		
EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIs) *	Álcool etílico 500ml	972	
	Álcool etílico 100ml	1.440	
	Óculos proteção	1.040	
	Luva para procedimento não cirúrgico	364.248	
	Sapatilha	2.100	
	Máscara 3 camadas	205.000	
	Avental	17.320	
	Touca hospitalar	4.600	
Leitos-Covid	10 leitos (em processamento) no Hospital Mulher Dra. Nise de Oliveira		
Testes RT PCT	7.968		
Testes rápidos	6.986 na 1ª distribuição	7.980 na 2ª distribuição	14.000 na 3ª distribuição

*/ Entregas realizadas em 25 e 27/03. Parte da pauta de distribuição de álcool etílico 500ml, luva, sapatilha e máscara 3 camadas foi entregue de 02 a 09/04.

ESTADO AL: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

DESCRIÇÃO		ESTADO	MUNICÍPIO	TOTAL
Apoio FPE	MP 938 (1ª parcela da recomposição)	R\$ 27,76 milhões		R\$27,76 milhões
Apoio FPM	MP 938 (1ª parcela da recomposição)		R\$ 11,66 milhões	R\$ 11,66 milhões
Fundo Nacional da Saúde (FNS)	Portaria nº 395	R\$ 6,83 milhões		R\$ 86,29 milhões
	Portaria nº 480 *	R\$ 9,70 milhões		
	Portaria nº 774	R\$ 16,78 milhões	R\$ 52,97 milhões	

R\$ 125,72 milhões

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).
valor mínimo = R\$ 2,00 per capita
valor máximo = R\$ 5,00 per capita

ESTADO AL: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
ÁGUA BRANCA		94.882,26	95.463,59	190.345,85
ANADIA		81.885,68	95.463,59	177.349,27
ARAPIRACA		8.774.548,53	526.826,56	9.301.375,09
ATALAIA		298.965,37	159.105,98	458.071,35
BARRA DE SANTO ANTÔNIO		33.240,11	79.552,99	112.793,10
BARRA DE SÃO MIGUEL		13.799,32	47.731,81	61.531,13
BATALHA		153.636,15	95.463,59	249.099,74
BELÉM		8.844,99	47.731,81	56.576,80
BELO MONTE		15.539,42	47.731,81	63.271,23
BOCA DA MATA		122.367,14	111.374,18	233.741,32
BRANQUINHA		20.684,54	63.642,38	84.326,92
CACIMBINHAS		38.968,14	63.642,38	102.610,52
CAJUEIRO		122.004,54	95.463,59	217.468,13
CAMPESTRE		8.282,01	47.731,81	56.013,82

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO AL: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
CAMPO ALEGRE		285.657,76	175.016,57	460.674,33
CAMPO GRANDE		7.206,32	47.731,81	54.938,13
CANAPI		57.614,84	95.463,59	153.078,43
CAPELA		158.033,21	95.463,59	253.496,80
CARNEIROS		8.809,71	47.731,81	56.541,52
CHÃ PRETA		16.423,44	47.731,81	64.155,25
COITÉ DO NÓIA		16.551,77	63.642,38	80.194,15
COLÔNIA LEOPOLDINA		213.439,22	95.463,59	308.902,81
COQUEIRO SECO		7.211,94	47.731,81	54.943,75
CORURIBE		1.857.217,14	175.016,57	2.032.233,71
CRAÍBAS		84.243,69	111.374,18	195.617,87
DELMIRO GOUVEIA		656.240,64	175.016,57	831.257,21
DOIS RIACHOS		12.927,92	63.642,38	76.570,30
ESTRELA DE ALAGOAS		30.850,33	95.463,59	126.313,92

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO AL: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
FEIRA GRANDE		80.499,65	95.463,59	175.963,24
FELIZ DESERTO		4.385,02	47.731,81	52.116,83
FLEXEIRAS		40.651,29	63.642,38	104.293,67
GIRAU DO PONCIANO		184.384,45	143.195,39	327.579,84
IBATEGUARA		129.623,01	79.552,99	209.176,00
IGACI		33.948,05	111.374,18	145.322,23
IGREJA NOVA		81.751,13	111.374,18	193.125,31
INHAPI		113.142,43	95.463,59	208.606,02
JACARÉ DOS HOMENS		12.446,28	47.731,81	60.178,09
JACUÍPE		6.085,46	47.731,81	53.817,27
JAPARATINGA		10.225,32	47.731,81	57.957,13
JARAMATAIA		4.284,53	47.731,81	52.016,34
JEQUIÁ DA PRAIA		44.036,37	63.642,21	107.678,58
JOAQUIM GOMES		154.791,55	111.374,18	266.165,73

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO AL: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
JUNDIÁ		9.359,40	47.731,81	57.091,21
JUNQUEIRO		206.802,61	111.374,18	318.176,79
LAGOA DA CANOA		149.635,77	95.463,59	245.099,36
LIMOEIRO DE ANADIA		135.593,32	111.374,18	246.967,50
MACEIÓ		23.940.247,83	2.037.757,25	25.978.005,08
MAJOR ISIDORO		103.225,59	95.463,59	198.689,18
MAR VERMELHO		2.225,75	47.731,81	49.957,56
MARAGOGI		497.360,80	127.284,79	624.645,59
MARAVILHA		18.714,62	47.731,81	66.446,43
MARECHAL DEODORO		323.422,77	175.016,57	498.439,34
MARIBONDO		158.112,24	63.642,38	221.754,62
MATA GRANDE		121.814,45	111.374,18	233.188,63
MATRIZ DE CAMARAGIBE		160.928,21	111.374,18	272.302,39

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO AL: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
MESSIAS		46.611,43	95.463,59	142.075,02
MINADOR DO NEGRÃO		4.973,35	47.731,81	52.705,16
MONTEIRÓPOLIS		8.146,05	47.731,81	55.877,86
MURICI		235.276,71	111.374,18	346.650,89
NOVO LINO		37.275,80	63.642,38	100.918,18
OLHO D ÁGUA DAS FLORES		133.449,84	95.463,59	228.913,43
OLHO D ÁGUA DO CASADO		5.645,94	47.731,81	53.377,75
OLHO D ÁGUA GRANDE		7.822,39	47.731,81	55.554,20
OLIVENÇA		11.206,84	63.642,38	74.849,22
OURO BRANCO		36.940,90	63.642,38	100.583,28
PALESTINA		7.853,53	47.731,81	55.585,34

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO AL: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
PALMEIRA DOS ÍNDIOS		2.495.976,53	206.837,78	2.702.814,31
PÃO DE AÇÚCAR		200.496,40	111.374,18	311.870,58
PARICONHA		10.971,76	63.642,38	74.614,14
PARIPUEIRA		18.083,09	63.642,38	81.725,47
PASSO DE CAMARAGIBE		54.789,43	79.552,99	134.342,42
PAULO JACINTO		30.824,29	47.731,81	78.556,10
PENEDO		1.592.350,36	190.927,16	1.783.277,52
PIAÇABUÇU		87.997,60	95.463,59	183.461,19
PILAR		197.983,67	127.284,79	325.268,46
PINDOBA		5.769,24	47.731,81	53.501,05
PIRANHAS		116.418,85	111.374,18	227.793,03
POÇO DAS TRINCHEIRAS		11.377,39	79.552,99	90.930,38
PORTO CALVO		237.331,83	111.374,18	348.706,01

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO AL: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
PORTO DE PEDRAS		49.819,63	47.731,81	97.551,44
PORTO REAL DO COLÉGIO		100.027,02	95.463,59	195.490,61
QUEBRANGULO		82.635,86	63.642,38	146.278,24
RIO LARGO		254.748,55	206.837,78	461.586,33
ROTEIRO		7.663,28	47.731,81	55.395,09
SANTA LUZIA DO NORTE		5.064,85	47.731,81	52.796,66
SANTANA DO IPANEMA		2.797.814,92	159.105,98	2.956.920,90
SANTANA DO MUNDAÚ		14.613,81	63.642,38	78.256,19
SÃO BRÁS		23.531,36	47.731,81	71.263,17
SÃO JOSÉ DA LAJE		161.773,57	111.374,18	273.147,75
SÃO JOSÉ DA TAPERA		183.306,43	127.284,79	310.591,22

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO AL: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SÃO LUÍS DO QUITUNDE		153.902,82	127.284,79	281.187,61
SÃO MIGUEL DOS CAMPOS		1.715.489,22	190.927,16	1.906.416,38
SÃO MIGUEL DOS MILAGRES		11.472,91	47.731,81	59.204,72
SÃO SEBASTIÃO		159.231,55	127.284,79	286.516,34
SATUBA		79.573,37	79.552,99	159.126,36
SENADOR RUI PALMEIRA		26.797,51	79.552,99	106.350,50
TANQUE D ARCA		8.194,37	47.731,81	55.926,18
TAQUARANA		63.169,49	95.463,59	158.633,08
TEOTÔNIO VILELA		292.411,16	159.105,98	451.517,14
TRAIPU		110.924,04	111.374,18	222.298,22
UNIÃO DOS PALMARES		737.586,24	190.927,16	928.513,40
VIÇOSA		410.393,46	111.374,18	521.767,64

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

BOLETIM SEGOV
**Articulação Federativa para o enfrentamento da
situação de emergência decorrente do Coronavírus
(Covid-19)**



Amazonas



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE GOVERNO
SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS FEDERATIVOS

24 de abril de 2020

ESTADO AM: ENTREGAS DO GOVERNO FEDERAL



Ações e Serviços Públicos de Saúde	Entregas do GOVERNO FEDERAL		
EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPis) *	Álcool etílico 500ml	1.488	
	Álcool etílico 100ml	1.824	
	Óculos proteção	1.340	
	Luva para procedimento não cirúrgico	455.048	
	Sapatilha	2.500	
	Máscara 3 camadas	270.000	
	Avental	22.083	
	Touca hospitalar	5.700	
Leitos-Covid	10 leitos (previsão de instalação) no HPS Delphina Abdel Aziz		
Testes RT PCT	8.072		
Testes rápidos	8.586 na 1ª distribuição	8.200 na 2ª distribuição	14.380 na 3ª distribuição
Respiradores	25		

*/ Entregas realizadas em 24 e 25/03. Parte da pauta de distribuição de álcool etílico 500ml, luva, sapatilha e máscara 3 camadas foi entregue de 02 a 09/04.

ESTADO AM: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

DESCRIÇÃO		ESTADO	MUNICÍPIO	TOTAL
Apoio FPE	MP 938 (1ª parcela da recomposição)	R\$ 27,76 milhões		R\$ 27,76 milhões
Apoio FPM	MP 938 (1ª parcela da recomposição)		R\$ 8,60 milhões	R\$ 8,60 milhões
Fundo Nacional da Saúde (FNS)	Portaria nº 395	R\$ 8,48 milhões		R\$ 68,34 milhões
	Portaria nº 480 *	R\$ 11,91 milhões		
	Portaria nº 774	R\$ 35,27 milhões	R\$ 12,67 milhões	

R\$ 104,71 milhões

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).
valor mínimo = R\$ 2,00 per capita
valor máximo = R\$ 5,00 per capita

ESTADO AM: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
ALVARÃES		64.401,39	68.710,91	133.112,30
AMATURÁ		60.748,08	54.968,74	115.716,82
ANAMÃ		59.349,39	0,00	59.349,39
ANORI		68.633,46	82.453,09	151.086,55
APUÍ		136.321,07	82.453,09	218.774,16
ATALAIA DO NORTE		69.287,65	82.453,09	151.740,74
AUTAZES		140.452,09	123.679,64	264.131,73
BARCELOS		80.098,74	182.123,19	262.221,93
BARREIRINHA		80.943,59	109.937,45	190.881,04
BENJAMIN CONSTANT		290.597,29	123.679,64	414.276,93
BERURI		67.470,70	82.453,09	149.923,79
BOA VISTA DO RAMOS		68.247,20	82.453,09	150.700,29
BOCA DO ACRE		155.963,96	109.937,45	265.901,41
BORBA		250.171,21	123.679,64	373.850,85
CAAPIRANGA		56.088,73	0,00	56.088,73
CANUTAMA		60.297,13	68.710,91	129.008,04
CARAUARI		127.709,06	96.195,28	223.904,34
CAREIRO		95.912,89	123.679,64	219.592,53
CAREIRO DA VÁRZEA		16.811,32	96.195,04	113.006,36

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO AM: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
COARI		426.632,01	192.390,52	619.022,53
CODAJÁS		126.401,06	96.195,28	222.596,34
EIRUNEPÉ		198.084,01	109.937,45	308.021,46
ENVIRA		71.661,38	82.453,09	154.114,47
FONTE BOA		238.261,24	82.453,09	320.714,33
GUAJARÁ		123.074,24	68.710,91	191.785,15
HUMAITÁ		316.107,58	151.163,98	467.271,56
IPIXUNA		80.990,06	96.195,28	177.185,34
IRANDUBA		207.303,29	137.421,81	344.725,10
ITACOATIARA		680.871,68	206.132,70	887.004,38
ITAMARATI		60.857,88	41.226,54	102.084,42
ITAPIRANGA		66.393,86	41.226,54	107.620,40
JAPURÁ		56.165,78	41.226,54	97.392,32
JURUÁ		62.762,19	68.710,91	131.473,10
JUTAÍ		149.158,92	0,00	149.158,92
LÁBREA		215.977,95	137.421,81	353.399,76
MANACAPURU		658.964,33	206.132,70	865.097,03
MANAQUIRI		53.305,00	109.937,45	163.242,45
MANAUS		2.951.343,89	2.567.574,12	5.518.918,01

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO AM: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
MANICORÉ		185.975,68	151.163,98	337.139,66
MARAÃ		95.147,16	82.453,09	177.600,25
MAUÉS		342.980,47	164.906,18	507.886,65
NHAMUNDÁ		66.874,26	82.453,09	149.327,35
NOVA OLINDA DO NORTE		118.570,64	0,00	118.570,64
NOVO AIRÃO		67.618,80	82.453,09	150.071,89
NOVO ARIPUANÃ		95.604,02	96.195,28	191.799,30
PARINTINS		815.833,42	219.874,90	1.035.708,32
PAUINI		67.836,02	82.453,09	150.289,11
PRESIDENTE FIGUEIREDO		196.018,78	109.937,45	305.956,23
RIO PRETO DA EVA		131.573,80	109.937,45	241.511,25
SANTA ISABEL DO RIO NEGRO		67.969,77	96.195,28	164.165,05
SANTO ANTÔNIO DO IÇÁ		208.154,56	96.195,28	304.349,84
SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA		28.305,00	137.421,81	165.726,81
SÃO PAULO DE OLIVENÇA		202.414,13	123.679,64	326.093,77

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO AM: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SÃO SEBASTIÃO DO UATUMÃ		81.027,47	68.710,91	149.738,38
SILVES		66.512,30	41.226,54	107.738,84
TABATINGA		132.002,31	164.906,18	296.908,49
TAPAUÁ		87.494,78	82.453,09	169.947,87
TEFÉ		516.003,48	164.906,18	680.909,66
TONANTINS		161.069,57	82.453,09	243.522,66
UARINI		68.163,96	68.710,91	136.874,87
URUCARÁ		93.357,88	82.453,09	175.810,97
URUCURITUBA		85.329,18	82.453,09	167.782,27

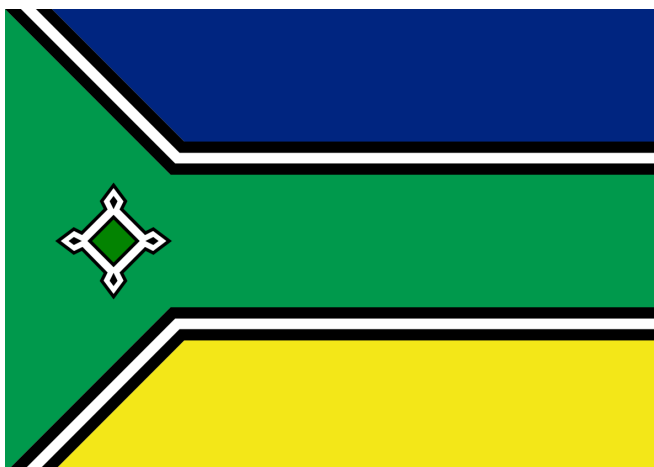
*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

BOLETIM SEGOV

Articulação Federativa para o enfrentamento da situação de emergência decorrente do Coronavírus (Covid-19)



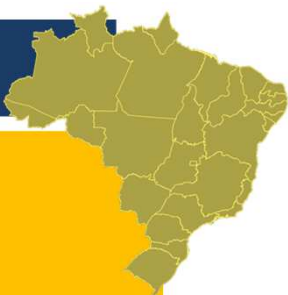
AMAPÁ



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE GOVERNO
SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS FEDERATIVOS**

24 de abril de 2020

ESTADO AP: ENTREGAS DO GOVERNO FEDERAL



Ações e Serviços Públicos de Saúde	Entregas do GOVERNO FEDERAL		
EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIs) *	Álcool etílico 500ml	408	
	Álcool etílico 100ml	288	
	Óculos proteção	320	
	Luva para procedimento não cirúrgico	268.800	
	Sapatilha	1.600	
	Máscara 3 camadas	55.000	
	Avental	5.184	
	Touca hospitalar	1.200	
Leitos-Covid	10 leitos no Hospital Alberto Lima (previsão de instalação)		
Testes RT PCT	3.848		
Testes rápidos	1.854 na 1ª distribuição	1.620 na 2ª distribuição	2.820 na 3ª distribuição
Respiradores	20		

*/ Entregas realizadas em 24 e 27/03. Parte da pauta de distribuição de álcool etílico 500ml, luva, sapatilha e máscara 3 camadas foi entregue de 02 a 09/04.

ESTADO AP: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

DESCRIÇÃO		ESTADO	MUNICÍPIO	TOTAL
Apoio FPE	MP 938 (1ª parcela da recomposição)	R\$ 16,90 milhões		R\$ 16,90 milhões
	MP 938 (1ª parcela da recomposição)		R\$ 1,99 milhão	R\$1,99 milhão
Fundo Nacional da Saúde (FNS)	Portaria nº 395	R\$ 1,68 milhão		R\$ 14,70 milhões
	Portaria nº 480 *	R\$ 2,35 milhões		
	Portaria nº 774	R\$ 9,21 milhões	R\$ 1,45 milhão	

R\$ 33,61 milhões

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).
valor mínimo = R\$ 2,00 per capita
valor máximo = R\$ 5,00 per capita

ESTADO AP: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
AMAPÁ		1.418,45	26.595,64	28.014,09
CALÇOENE		1.432,70	35.460,83	36.893,53
CUTIAS		881,04	26.595,64	27.476,68
FERREIRA GOMES		1.040,05	26.595,64	27.635,69
ITAUBAL		802,62	26.595,64	27.398,26
LARANJAL DO JARI		193.701,98	88.652,11	282.354,09
MACAPÁ		781.502,82	1.304.164,62	2.085.667,44
MAZAGÃO		169.848,00	53.191,28	223.039,28
OIAPOQUE		31.969,87	62.056,46	94.026,33
PEDRA BRANCA DO AMAPARI		2.013,16	44.326,08	46.339,24
PORTO GRANDE		71.448,88	53.191,28	124.640,16
PRACUÚBA		721,52	26.595,64	27.317,16
SANTANA		183.444,31	150.708,63	334.152,94
SERRA DO NAVIO		753,67	26.595,64	27.349,31
TARTARUGALZINHO		2.298,65	0,00	2.298,65
VITÓRIA DO JARI		8.646,10	44.326,03	52.972,13

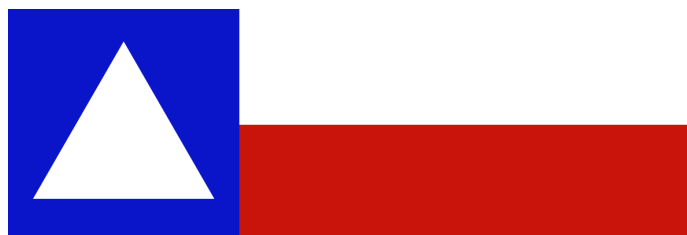
*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

BOLETIM SEGOV

Articulação Federativa para o enfrentamento da situação de emergência decorrente do Coronavírus (Covid-19)



BAHIA



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE GOVERNO
SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS FEDERATIVOS**

24 de abril de 2020

ESTADO BA: ENTREGAS DO GOVERNO FEDERAL



Ações e Serviços Públicos de Saúde	Entregas do GOVERNO FEDERAL		
EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIs) *	Álcool etílico 500ml	3.816	
	Álcool etílico 100ml	6.624	
	Óculos proteção	4.840	
	Luva para procedimento não cirúrgico	1.665.796	
	Sapatilha	5.600	
	Máscara 3 camadas	952.500	
	Avental	79.964	
	Touca hospitalar	20.500	
Leitos-Covid	40 leitos (Instalados) no Instituto Maia Couto		
Testes RT PCT	13.288		
Testes rápidos	31.634 na 1ª distribuição	38.680 na 2ª distribuição	67.840 na 3ª distribuição

*/ Entregas realizadas em 24, 25 e 27/03. Parte da pauta de distribuição de álcool etílico 500ml, luva, sapatilha e máscara 3 camadas foi entregue de 02 a 09/04.

ESTADO BA: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

DESCRIÇÃO		ESTADO	MUNICÍPIO	TOTAL
Apoio FPE	MP 938 (1ª parcela da recomposição)	R\$ 36,70 milhões		R\$ 36,70 milhões
Apoio FPM	MP 938 (1ª parcela da recomposição)		R\$48,05 milhões	R\$ 48,05 milhões
Fundo Nacional da Saúde (FNS)	Portaria nº 395	R\$ 31,04 milhões		R\$ 384,44 milhões
	Portaria nº 480 *	R\$ 44,05 milhões		
	Portaria nº 774	R\$ 114,04 milhões	R\$ 195,29 milhões	

R\$ 469,20 milhões

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).
valor mínimo = R\$ 2,00 per capita
valor máximo = R\$ 5,00 per capita

ESTADO BA: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
ABAÍRA		193.308,03	47.412,71	240.720,74
ABARÉ		59.212,72	94.825,44	154.038,16
ACAJUTIBA		210.960,40	79.021,20	289.981,60
ADUSTINA		172.023,76	94.825,44	266.849,20
ÁGUA FRIA		232.335,42	94.825,44	327.160,86
AIQUARA		74.064,34	47.412,71	121.477,05
ALAGOINHAS		1.242.870,59	488.033,73	1.730.904,32
ALCOBAÇA		377.790,22	94.825,44	472.615,66
ALMADINA		105.004,73	47.412,71	152.417,44
AMARGOSA		243.408,84	142.238,15	385.646,99
AMÉLIA RODRIGUES		360.220,97	110.629,67	470.850,64
AMÉRICA DOURADA		235.276,42	79.021,20	314.297,62
ANAGÉ		179.247,34	94.825,44	274.072,78
ANDARAÍ		204.883,06	79.021,20	283.904,26
ANDORINHA		38.039,58	79.021,20	117.060,78
ANGICAL		196.863,63	79.021,20	275.884,83
ANGUERA		168.428,50	63.216,97	231.645,47
ANTAS		185.373,43	94.825,44	280.198,87

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO BA: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
ANTÔNIO CARDOSO		160.287,45	63.216,97	223.504,42
ANTÔNIO GONÇALVES		151.676,01	63.216,97	214.892,98
APORÁ		46.721,54	94.825,44	141.546,98
APUAREMA		112.631,70	47.412,71	160.044,41
ARAÇAS		175.491,75	63.216,97	238.708,72
ARACATU		207.460,09	79.021,20	286.481,29
ARACI		251.492,90	173.846,63	425.339,53
ARAMARI		38.230,82	63.216,97	101.447,79
ARATACA		176.203,78	63.216,97	239.420,75
ARATUÍPE		159.305,37	47.412,71	206.718,08
AURELINO LEAL		214.147,17	63.216,97	277.364,14
BAIANÓPOLIS		76.639,98	79.021,20	155.661,18
BAIXA GRANDE		28.305,00	94.825,44	123.130,44
BANZAÊ		167.973,93	79.021,20	246.995,13
BARRA		550.827,59	173.846,63	724.674,22
BARRA DA ESTIVA		335.865,76	94.825,44	430.691,20
BARRA DO CHOÇA		250.648,40	126.433,92	377.082,32
BARRA DO MENDES		208.271,46	79.021,20	287.292,66

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO BA: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
BARRA DO ROCHA		122.183,59	47.412,71	169.596,30
BARREIRAS		4.301.680,10	503.837,96	4.805.518,06
BARRO ALTO		213.921,35	79.021,20	292.942,55
BARRO PRETO		102.250,34	47.412,71	149.663,05
BARROCAS		28.305,00	79.021,20	107.326,20
BELMONTE		338.658,57	110.629,67	449.288,24
BELO CAMPO		181.035,96	94.825,44	275.861,40
BIRITINGA		28.305,00	79.021,20	107.326,20
BOA NOVA		223.444,95	79.021,20	302.466,15
BOA VISTA DO TUPIM		28.305,00	94.825,44	123.130,44
BOM JESUS DA LAPA		1.246.624,17	189.650,87	1.436.275,04
BOM JESUS DA SERRA		51.102,49	63.216,97	114.319,46
BONINAL		177.067,31	79.021,20	256.088,51
BONITO		267.666,75	94.825,44	362.492,19
BOQUIRA		173.024,70	94.825,44	267.850,14
BOTUPORÃ		128.049,79	63.216,97	191.266,76
BREJÕES		204.910,34	79.021,20	283.931,54
BREJOLÂNDIA		102.184,01	63.216,97	165.400,98

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO BA: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
BROTAS DE MACAÚBAS		57.048,75	63.216,97	120.265,72
BRUMADO		890.120,47	189.650,87	1.079.771,34
BUERAREMA		246.672,57	94.825,44	341.498,01
BURITIRAMA		245.831,95	94.825,44	340.657,39
CAATIBA		111.348,33	47.412,71	158.761,04
CABACEIRAS DO PARAGUAÇU		274.650,98	94.825,44	369.476,42
CACHOEIRA		429.010,84	126.433,92	555.444,76
CACULÉ		197.862,65	110.629,67	308.492,32
CAÉM		167.881,04	47.412,71	215.293,75
CAETANOS		199.110,28	79.021,20	278.131,48
CAETITÉ		742.226,70	173.846,63	916.073,33
CAFARNAUM		246.393,82	94.825,44	341.219,26
CAIRU		28.305,00	94.825,44	123.130,44
CALDEIRÃO GRANDE		140.927,32	79.021,20	219.948,52
CAMACAN		507.477,50	126.433,92	633.911,42
CAMAÇARI		1.461.150,90	503.837,96	1.964.988,86

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO BA: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
CAMAMU		366.771,09	126.433,92	493.205,01
CAMPO ALEGRE DE LOURDES		419.357,93	110.629,67	529.987,60
CAMPO FORMOSO		187.046,01	205.455,12	392.501,13
CANÁPOLIS		181.046,88	47.412,71	228.459,59
CANARANA		361.452,81	110.629,67	472.082,48
CANAVIEIRAS		228.599,17	126.433,92	355.033,09
CANDEAL		136.327,87	47.412,71	183.740,58
CANDEIAS		424.891,16	221.259,34	646.150,50
CANDIBA		135.693,04	79.021,20	214.714,24
CÂNDIDO SALES		197.287,00	110.629,67	307.916,67
CANSANÇÃO		160.045,65	126.433,92	286.479,57
CANUDOS		110.081,87	94.825,44	204.907,31
CAPELA DO ALTO ALEGRE		81.212,69	63.216,97	144.429,66
CAPIM GROSSO		413.973,77	126.433,92	540.407,69
CARAÍBAS		155.542,17	47.412,71	202.954,88
CARAVELAS		165.663,77	94.825,44	260.489,21

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO BA: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
CARDEAL DA SILVA		118.881,02	47.412,71	166.293,73
CARINHANHA		179.470,09	110.629,67	290.099,76
CASA NOVA		660.294,36	205.455,12	865.749,48
CASTRO ALVES		412.959,87	110.629,67	523.589,54
CATOLÂNDIA		47.562,06	47.412,71	94.974,77
CATU		399.789,03	173.846,63	573.635,66
CATURAMA		139.433,77	47.412,71	186.846,48
CENTRAL		200.697,78	94.825,44	295.523,22
CHORROCHÓ		195.943,54	63.216,97	259.160,51
CÍCERO DANTAS		187.626,85	126.433,92	314.060,77
CIPÓ		100.054,58	94.825,44	194.880,02
COARACI		218.330,42	94.825,44	313.155,86
COCOS		310.915,68	94.825,44	405.741,12
CONCEIÇÃO DA FEIRA		87.142,35	94.825,44	181.967,79
CONCEIÇÃO DO ALMEIDA		166.563,71	94.825,44	261.389,15
CONCEIÇÃO DO COITÉ		58.305,00	189.650,87	247.955,87

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO BA: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
CONCEIÇÃO DO JACUÍPE		255.602,31	126.433,92	382.036,23
CONDE		291.666,45	110.629,67	402.296,12
CONDEÚBA		124.912,77	94.825,44	219.738,21
CONTENDAS DO SINCORÁ		60.349,37	47.412,71	107.762,08
CORAÇÃO DE MARIA		363.442,65	110.629,67	474.072,32
CORDEIROS		147.303,30	47.412,71	194.716,01
CORIBE		106.229,46	79.021,20	185.250,66
CORONEL JOÃO SÁ		230.332,13	94.825,44	325.157,57
CORRENTINA		144.297,27	126.433,92	270.731,19
COTEGIPE		198.565,14	79.021,20	277.586,34
CRAVOLÂNDIA		80.813,77	47.412,71	128.226,48
CRISÓPOLIS		112.496,96	94.825,44	207.322,40
CRISTÓPOLIS		196.445,88	79.021,20	275.467,08
CRUZ DAS ALMAS		706.371,79	189.650,87	896.022,66
CURAÇA		138.218,57	126.433,92	264.652,49
DÁRIO MEIRA		160.801,35	63.216,97	224.018,32

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO BA: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
DIAS D'ÁVILA		650.239,63	205.455,12	855.694,75
DOM BASÍLIO		273.163,74	63.216,97	336.380,71
DOM MACEDO COSTA		84.324,46	47.412,71	131.737,17
ELÍSIO MEDRADO		132.141,71	47.412,71	179.554,42
ENCRUZILHADA		161.828,15	94.825,44	256.653,59
ENTRE RIOS		137.264,57	142.238,15	279.502,72
ÉRICO CARDOSO		42.340,34	63.216,97	105.557,31
ESPLANADA		410.942,64	142.238,15	553.180,79
EUCLIDES DA CUNHA		513.610,54	189.650,87	703.261,41
EUNÁPOLIS		1.313.824,85	252.867,83	1.566.692,68
FÁTIMA		220.388,10	94.825,44	315.213,54
FEIRA DA MATA		127.049,32	47.412,71	174.462,03
FEIRA DE SANTANA		8.297.871,72	503.837,96	8.801.709,68
FILADÉLFIA		88.348,16	94.825,44	183.173,60
FIRMINO ALVES		80.441,72	47.412,71	127.854,43
FLORESTA AZUL		136.263,45	63.216,97	199.480,42
FORMOSA DO RIO PRETO		292.065,25	110.629,67	402.694,92

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO BA: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
GANDU		310.743,71	126.433,92	437.177,63
GAVIÃO		82.961,40	47.412,71	130.374,11
GENTIO DO OURO		162.736,03	63.216,97	225.953,00
GLÓRIA		222.113,79	0,00	222.113,79
GONGOGI		143.710,43	47.412,71	191.123,14
GOVERNADOR MANGABEIRA		132.544,78	94.825,44	227.370,22
GUAJERU		159.003,20	47.412,71	206.415,91
GUANAMBI		1.179.514,11	221.259,34	1.400.773,45
GUARATINGA		276.383,84	94.825,44	371.209,28
HELIÓPOLIS		153.115,39	79.021,20	232.136,59
IAÇU		156.354,96	110.629,67	266.984,63
IBIASSUCÊ		120.032,41	63.216,97	183.249,38
IBICARAÍ		157.167,99	94.825,44	251.993,43
IBICOARA		290.166,07	94.825,44	384.991,51
IBICUÍ		59.731,72	79.021,20	138.752,92
IBIPEBA		275.631,67	94.825,44	370.457,11
IBIPITANGA		59.389,93	79.021,20	138.411,13

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO BA: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
IBIQUERA		56.677,46	47.412,71	104.090,17
IBIRAPITANGA		280.650,30	110.629,67	391.279,97
IBIRAPUÃ		153.289,28	47.412,71	200.701,99
IBIRATAIA		340.457,35	94.825,44	435.282,79
IBITIARA		190.983,76	79.021,20	270.004,96
IBITITÁ		208.000,54	94.825,44	302.825,98
IBOTIRAMA		414.150,49	110.629,67	524.780,16
ICHU		95.056,79	47.412,71	142.469,50
IGAPORÃ		271.042,72	79.021,20	350.063,92
IGRAPIÚNA		180.250,84	79.021,20	259.272,04
IGUAÍ		307.391,03	110.629,67	418.020,70
ILHÉUS		3.268.956,97	503.837,96	3.772.794,93
INHAMBUPE		190.196,35	142.238,15	332.434,50
IPECAETÁ		228.267,37	79.021,20	307.288,57
IPIAÚ		543.243,80	158.042,40	701.286,20
IPIRÁ		447.907,49	189.650,87	637.558,36
IPUPIARA		195.080,78	47.412,71	242.493,49
IRAJUBA		124.763,27	47.412,71	172.175,98
IRAMAIA		154.656,02	47.412,71	202.068,73
IRAQUARA		321.620,34	110.629,67	432.250,01

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO BA: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
IRARÁ		190.631,41	110.629,67	301.261,08
IRECÊ		983.117,03	205.455,12	1.188.572,15
ITABELA		252.774,41	126.433,92	379.208,33
ITABERABA		1.271.688,57	189.650,87	1.461.339,44
ITABUNA		8.909.188,80	503.837,96	9.413.026,76
ITACARÉ		115.761,80	110.629,67	226.391,47
ITAETÉ		221.293,73	79.021,20	300.314,93
ITAGI		186.305,35	63.216,97	249.522,32
ITAGIBÁ		120.495,21	79.021,20	199.516,41
ITAGIMIRIM		121.361,31	47.412,71	168.774,02
ITAGUAÇU DA BAHIA		164.766,71	79.021,20	243.787,91
ITAJU DO COLÔNIA		107.018,34	47.412,71	154.431,05
ITAJUÍPE		282.298,85	94.825,44	377.124,29
ITAMARAJU		861.616,83	189.650,87	1.051.267,70
ITAMARI		112.702,97	47.412,71	160.115,68
ITAMBÉ		375.700,23	110.629,67	486.329,90
ITANAGRA		87.921,60	47.412,71	135.334,31
ITANHÉM		326.481,75	94.825,44	421.307,19

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO BA: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
ITAPARICA		201.389,21	94.825,44	296.214,65
ITAPÉ		181.721,18	47.412,71	229.133,89
ITAPEBI		179.591,77	63.216,97	242.808,74
ITAPETINGA		1.287.390,27	205.455,12	1.492.845,39
ITAPICURU		167.695,56	126.433,92	294.129,48
ITAPITANGA		127.505,29	63.216,97	190.722,26
ITAQUARA		122.875,28	47.412,71	170.287,99
ITARANTIM		183.180,91	94.825,44	278.006,35
ITATIM		99.034,62	79.021,20	178.055,82
ITIRUÇU		171.253,97	63.216,97	234.470,94
ITIÚBA		241.457,32	142.238,15	383.695,47
ITORORÓ		351.083,59	94.825,44	445.909,03
ITUAÇU		89.152,54	94.825,44	183.977,98
ITUBERÁ		143.997,73	110.629,67	254.627,40
IUIÚ		51.830,76	63.216,97	115.047,73
JABORANDI		188.102,89	47.412,71	235.515,60
JACARACI		258.635,00	79.021,20	337.656,20
JACOBINA		1.237.490,75	221.259,34	1.458.750,09

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO BA: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
JAGUAQUARA		324.945,08	173.846,63	498.791,71
JAGUARARI		179.653,40	126.433,92	306.087,32
JAGUARIPE		296.617,63	94.825,44	391.443,07
JANDAÍRA		137.695,78	63.216,97	200.912,75
JEQUIÉ		1.626.742,96	503.837,96	2.130.580,92
JEREMOABO		478.286,18	142.238,15	620.524,33
JIQUEIRIÇÁ		237.341,91	79.021,20	316.363,11
JITAÚNA		222.032,54	63.216,97	285.249,51
JOÃO DOURADO		233.091,98	110.629,67	343.721,65
JUAZEIRO		4.912.429,64	503.837,96	5.416.267,60
JUCURUÇU		143.617,68	47.412,71	191.030,39
JUSSARA		219.111,85	79.021,20	298.133,05
JUSSARI		107.715,30	47.412,71	155.128,01
JUSSIAPE		197.465,36	47.412,71	244.878,07
LAFAIETE COUTINHO		86.595,02	47.412,71	134.007,73
LAGOA REAL		231.991,31	79.021,20	311.012,51
LAJE		224.646,64	110.629,67	335.276,31
LAJEDÃO		100.415,13	47.412,71	147.827,84

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO BA: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
LAJEDINHO		44.102,77	47.412,71	91.515,48
LAJEDO DO TABOCAL		115.166,02	47.412,71	162.578,73
LAMARÃO		127.219,89	47.412,71	174.632,60
LAPÃO		398.248,07	110.629,67	508.877,74
LAURO DE FREITAS		974.096,74	503.837,96	1.477.934,70
LENÇÓIS		63.360,65	63.216,97	126.577,62
LICÍNIO DE ALMEIDA		191.862,71	63.216,97	255.079,68
LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA		488.269,34	158.042,40	646.311,74
LUÍS EDUARDO MAGALHÃES		692.429,17	221.259,30	913.688,47
MACAJUBA		158.084,17	63.216,97	221.301,14
MACARANI		249.622,65	94.825,44	344.448,09
MACAÚBAS		721.725,18	173.846,63	895.571,81
MACURURÉ		151.317,92	47.412,71	198.730,63
MADRE DE DEUS		258.941,45	94.825,44	353.766,89
MAETINGA		69.000,51	47.412,71	116.413,22
MAIQUINIQUE		83.481,26	63.216,97	146.698,23

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO BA: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
MAIRI		397.701,92	94.825,44	492.527,36
MALHADA		199.058,72	94.825,44	293.884,16
MALHADA DE PEDRAS		126.365,81	47.412,71	173.778,52
MANOEL VITORINO		203.420,61	79.021,20	282.441,81
MANSIDÃO		177.650,44	79.021,20	256.671,64
MARACÁS		261.348,12	94.825,44	356.173,56
MARAGOGIPE		256.210,47	158.042,40	414.252,87
MARAÚ		270.850,37	94.825,44	365.675,81
MARCIONÍLIO SOUZA		143.894,64	63.216,97	207.111,61
MASCOTE		174.044,64	79.021,20	253.065,84
MATA DE SÃO JOÃO		269.786,35	158.042,40	427.828,75
MATINA		198.224,96	63.216,97	261.441,93
MEDEIROS NETO		239.390,08	94.825,44	334.215,52
MIGUEL CALMON		403.833,90	110.629,67	514.463,57
MILAGRES		146.308,16	63.216,97	209.525,13
MIRANGABA		55.076,21	94.825,44	149.901,65
MIRANTE		23.705,60	47.412,71	71.118,31
MONTE SANTO		282.615,19	173.846,63	456.461,82

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO BA: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
MORPARÁ		148.699,13	47.412,71	196.111,84
MORRO DO CHAPÉU		433.921,92	126.433,92	560.355,84
MORTUGABA		170.268,62	63.216,97	233.485,59
MUCUGÊ		213.606,70	47.412,71	261.019,41
MUCURI		258.292,49	142.238,15	400.530,64
MULUNGU DO MORRO		159.899,29	63.216,97	223.116,26
MUNDO NOVO		84.900,90	110.629,67	195.530,57
MUNIZ FERREIRA		102.924,42	47.412,71	150.337,13
MUQUÉM DE SÃO FRANCISCO		171.083,09	63.216,97	234.300,06
MURITIBA		246.718,95	126.433,92	373.152,87
MUTUÍPE		41.430,00	94.825,44	136.255,44
NAZARÉ		361.425,86	110.629,67	472.055,53
NILO PEÇANHA		176.802,62	79.021,20	255.823,82
NORDESTINA		63.863,35	79.021,20	142.884,55
NOVA CANAÃ		213.930,52	94.825,44	308.755,96
NOVA FÁTIMA		104.280,69	47.412,71	151.693,40

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO BA: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
NOVA IBIÁ		130.683,57	47.412,71	178.096,28
NOVA ITARANA		130.079,73	47.412,71	177.492,44
NOVA REDENÇÃO		111.502,28	47.412,71	158.914,99
NOVA SOURE		360.022,95	110.629,67	470.652,62
NOVA VIÇOSA		249.938,73	142.238,15	392.176,88
NOVO HORIZONTE		187.334,37	63.216,97	250.551,34
NOVO TRIUNFO		174.369,40	79.021,20	253.390,60
OLINDINA		317.853,91	110.629,67	428.483,58
OLIVEIRA DOS BREJINHOS		333.081,45	94.825,44	427.906,89
OURIÇANGAS		113.803,09	47.412,71	161.215,80
OUROLÂNDIA		221.775,11	94.825,44	316.600,55
PALMAS DE MONTE ALTO		201.997,71	94.825,44	296.823,15
PALMEIRAS		153.515,94	47.412,71	200.928,65
PARAMIRIM		572.481,80	94.825,44	667.307,24
PARATINGA		389.153,33	126.433,92	515.587,25
PARIPIRANGA		344.539,93	110.629,67	455.169,60

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO BA: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
PAU BRASIL		142.354,38	63.216,97	205.571,35
PAULO AFONSO		1.472.251,57	268.672,07	1.740.923,64
PÉ DE SERRA		267.037,25	79.021,20	346.058,45
PEDRÃO		121.410,07	47.412,71	168.822,78
PEDRO ALEXANDRE		206.601,89	94.825,44	301.427,33
PIATÃ		251.542,10	94.825,44	346.367,54
PILÃO ARCADO		297.417,30	126.433,92	423.851,22
PINDAÍ		214.826,48	79.021,20	293.847,68
PINDOBAÇU		159.708,99	94.825,44	254.534,43
PINTADAS		154.761,44	63.216,97	217.978,41
PIRAÍ DO NORTE		111.186,17	63.216,97	174.403,14
PIRIPÁ		209.588,21	63.216,97	272.805,18
PIRITIBA		142.222,02	110.629,67	252.851,69
PLANALTINO		143.195,23	47.412,71	190.607,94
PLANALTO		101.079,48	110.629,67	211.709,15
POÇÕES		821.766,66	158.042,40	979.809,06
POJUCA		278.154,17	142.238,15	420.392,32
PONTO NOVO		94.793,76	79.021,20	173.814,96

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO BA: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
PORTO SEGURO		1.488.787,86	488.033,73	1.976.821,59
POTIRAGUÁ		129.119,56	47.412,71	176.532,27
PRADO		381.904,82	110.629,67	492.534,49
PRESIDENTE DUTRA		272.783,37	79.021,20	351.804,57
PRESIDENTE JÂNIO QUADROS		65.775,42	63.216,97	128.992,39
PRESIDENTE TANCREDO NEVES		347.944,69	110.629,67	458.574,36
QUEIMADAS		142.672,47	110.629,67	253.302,14
QUIJINGUE		124.910,58	110.629,67	235.540,25
QUIXABEIRA		124.849,83	47.412,71	172.262,54
RAFAEL JAMBEIRO		353.389,50	94.825,44	448.214,94
REMANSO		370.720,71	142.238,15	512.958,86
RETIROLÂNDIA		53.969,85	79.021,20	132.991,05
RIACHÃO DAS NEVES		322.438,05	94.825,44	417.263,49
RIACHÃO DO JACUÍPE		434.509,95	126.433,92	560.943,87
RIACHO DE SANTANA		441.990,11	126.433,92	568.424,03
RIBEIRA DO AMPARO		209.707,45	79.021,20	288.728,65

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO BA: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
RIBEIRA DO POMBAL		549.589,66	173.846,63	723.436,29
RIBEIRÃO DO LARGO		167.956,14	47.412,71	215.368,85
RIO DE CONTAS		247.938,60	79.021,20	326.959,80
RIO DO ANTÔNIO		225.019,18	79.021,20	304.040,38
RIO DO PIRES		188.689,39	63.216,97	251.906,36
RIO REAL		318.826,65	142.238,15	461.064,80
RODELAS		111.500,09	0,00	111.500,09
RUY BARBOSA		427.234,30	126.433,92	553.668,22
SALINAS DA MARGARIDA		178.212,59	79.021,20	257.233,79
SALVADOR		48.050.127,75	3.667.963,02	51.718.090,77
SANTA BÁRBARA		87.230,10	94.825,44	182.055,54
SANTA BRÍGIDA		36.177,43	79.021,20	115.198,63
SANTA CRUZ CABRÁLIA		184.424,84	110.629,67	295.054,51
SANTA CRUZ DA VITÓRIA		86.358,21	47.412,71	133.770,92
SANTA INÊS		172.527,12	63.216,97	235.744,09
SANTA LUZIA		163.992,72	63.216,97	227.209,69

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO BA: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SANTA MARIA DA VITÓRIA		666.370,20	142.238,15	808.608,35
SANTA RITA DE CÁSSIA		474.170,68	110.629,67	584.800,35
SANTA TERESINHA		67.070,60	63.216,97	130.287,57
SANTALUZ		526.437,64	142.238,15	668.675,79
SANTANA		153.430,17	110.629,67	264.059,84
SANTANÓPOLIS		124.771,15	47.412,71	172.183,86
SANTO AMARO		501.672,18	189.650,87	691.323,05
SANTO ANTÔNIO DE JESUS		597.880,75	252.867,83	850.748,58
SANTO ESTÊVÃO		219.231,76	173.846,63	393.078,39
SÃO DESIDÉRIO		167.536,91	126.433,92	293.970,83
SÃO DOMINGOS		84.347,93	47.412,71	131.760,64
SÃO FELIPE		197.857,97	94.825,44	292.683,41
SÃO FÉLIX		1.040.444,54	79.021,20	1.119.465,74
SÃO FÉLIX DO CORIBE		102.499,32	79.021,20	181.520,52
SÃO FRANCISCO DO CONDE		202.418,01	142.238,15	344.656,16

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO BA: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SÃO GABRIEL		284.484,15	94.825,44	379.309,59
SÃO GONÇALO DOS CAMPOS		430.810,30	142.238,15	573.048,45
SÃO JOSÉ DA VITÓRIA		77.640,03	47.412,71	125.052,74
SÃO JOSÉ DO JACUÍPE		138.538,78	63.216,97	201.755,75
SÃO MIGUEL DAS MATAS		138.492,60	63.216,97	201.709,57
SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ		336.372,58	158.042,40	494.414,98
SAPEAÇU		180.988,34	94.825,44	275.813,78
SÁTIRO DIAS		95.359,22	94.825,44	190.184,66
SAUBARA		136.344,82	63.216,97	199.561,79
SAÚDE		195.479,39	63.216,97	258.696,36
SEABRA		444.877,00	158.042,40	602.919,40
SEBASTIÃO LARANJEIRAS		51.007,35	63.216,97	114.224,32
SENHOR DO BONFIM		968.885,30	205.455,12	1.174.340,42
SENTO SÉ		180.066,27	142.238,15	322.304,42

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO BA: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SERRA DO RAMALHO		170.647,81	126.433,92	297.081,73
SERRA DOURADA		318.085,43	94.825,44	412.910,87
SERRA PRETA		199.656,88	79.021,20	278.678,08
SERRINHA		839.289,32	221.259,34	1.060.548,66
SERROLÂNDIA		221.364,05	79.021,20	300.385,25
SIMÕES FILHO		841.677,16	284.476,32	1.126.153,48
SÍTIO DO MATO		167.611,51	63.216,97	230.828,48
SÍTIO DO QUINTO		148.982,13	63.216,97	212.199,10
SOBRADINHO		118.110,29	94.825,44	212.935,73
SOUTO SOARES		250.317,15	94.825,44	345.142,59
TABOCAS DO BREJO VELHO		229.357,70	63.216,97	292.574,67
TANHAÇU		366.641,57	94.825,44	461.467,01
TANQUE NOVO		118.360,22	94.825,44	213.185,66
TANQUINHO		113.489,46	47.412,71	160.902,17
TAPEROÁ		214.462,68	94.825,44	309.288,12
TAPIRAMUTÁ		237.752,96	94.825,44	332.578,40
TEIXEIRA DE FREITAS		4.554.643,81	503.837,96	5.058.481,77

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO BA: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
TEODORO SAMPAIO		138.295,99	47.412,71	185.708,70
TEOFILÂNDIA		336.026,57	94.825,44	430.852,01
TEOFILÂNDIA		28.305,00	94.825,44	123.130,44
TERRA NOVA		158.862,04	63.216,97	222.079,01
TREMEDAL		123.363,55	94.825,44	218.188,99
TUCANO		217.935,64	173.846,63	391.782,27
UAUÁ		131.653,13	110.629,67	242.282,80
UBAÍRA		224.589,71	94.825,44	319.415,15
UBAITABA		248.185,30	94.825,44	343.010,74
UBATÃ		261.745,01	110.629,67	372.374,68
UIBAÍ		211.108,22	79.021,20	290.129,42
UMBURANAS		187.067,42	94.825,44	281.892,86
UNA		415.818,83	94.825,44	510.644,27
URANDI		87.020,50	94.825,44	181.845,94
URUÇUCA		242.663,52	94.825,44	337.488,96
UTINGA		219.666,50	94.825,44	314.491,94
VALENÇA		779.301,54	237.063,60	1.016.365,14
VALENTE		184.989,60	110.629,67	295.619,27

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO BA: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
VÁRZEA DA ROÇA		56.377,45	79.021,20	135.398,65
VÁRZEA DO POÇO		97.382,01	47.412,71	144.794,72
VÁRZEA NOVA		192.455,45	63.216,97	255.672,42
VARZEDO		145.056,34	47.412,71	192.469,05
VERA CRUZ		469.936,00	158.042,40	627.978,40
VEREDA		105.152,69	47.412,71	152.565,40
VITÓRIA DA CONQUISTA		7.024.542,95	503.837,96	7.528.380,91
WAGNER		105.940,88	47.412,71	153.353,59
WANDERLEY		198.132,24	63.216,97	261.349,21
WENCESLAU GUIMARÃES		139.195,01	94.825,44	234.020,45
XIQUE-XIQUE		462.282,42	158.042,40	620.324,82

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

BOLETIM SEGOV
Articulação Federativa para o enfrentamento da
situação de emergência decorrente do Coronavírus
(Covid-19)



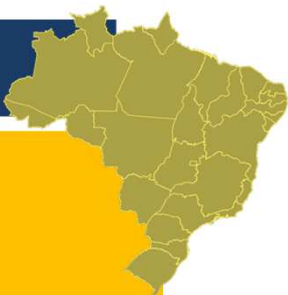
CEARÁ



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE GOVERNO
SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS FEDERATIVOS

24 de abril de 2020

ESTADO CE: ENTREGAS DO GOVERNO FEDERAL



Ações e Serviços Públicos de Saúde	Entregas do GOVERNO FEDERAL		
EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIs) *	Álcool etílico 500ml	2.604	
	Álcool etílico 100ml	4.128	
	Óculos proteção	3.000	
	Luva para procedimento não cirúrgico	957.696	
	Sapatilha	4.000	
	Máscara 3 camadas	592.500	
	Avental	47.424	
	Touca hospitalar	12.600	
Leitos-Covid	20 leitos (previsão de instalação) no Hospital Dr. Carlos Gomes		
Testes RT PCT	13.928		
Testes rápidos	18.057 na 1ª distribuição	23.656 na 2ª distribuição	41.420 na 3ª distribuição
Respiradores	45		

*/ Entregas realizadas em 27/03. Parte da pauta de distribuição de álcool etílico 500ml, luva, sapatilha e máscara 3 camadas foi entregue de 02 a 09/04.

ESTADO CE: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

DESCRIÇÃO		ESTADO	MUNICÍPIO	TOTAL
Apoio FPE	MP 938 (1ª parcela da recomposição)	R\$ 27,54 milhões		R\$ 27,54 milhões
Apoio FPM	MP 938 (1ª parcela da recomposição)		R\$ 25,72 milhões	R\$ 25,72 milhões
Fundo Nacional da Saúde (FNS)	Portaria nº 395	R\$ 18,35 milhões		
	Portaria nº 480 *	R\$ 25,99 milhões		R\$ 210,64 milhões
	Portaria nº 774	R\$ 39,63 milhões	R\$ 126,65 milhões	

R\$ 263,91 milhões

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

valor mínimo = R\$ 2,00 per capita

valor máximo = R\$ 5,00 per capita

ESTADO CE: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
ABAIARA		18.480,65	64.088,51	82.569,16
ACARAPE		12.533,75	80.110,60	92.644,35
ACARAÚ		456.371,17	192.265,49	648.636,66
ACOIPIARA		276.563,33	176.243,35	452.806,68
AIUABA		43.434,08	96.132,73	139.566,81
ALCÂNTARAS		7.392,42	64.088,51	71.480,93
ALTANEIRA		8.751,75	48.066,36	56.818,11
ALTO SANTO		53.570,75	96.132,73	149.703,48
AMONTADA		167.166,08	144.199,11	311.365,19
ANTONINA DO NORTE		10.798,08	48.066,36	58.864,44
APUIARÉS		35.639,33	80.110,60	115.749,93
AQUIRAZ		264.810,67	208.287,58	473.098,25
ARACATI		798.937,72	208.287,58	1.007.225,30
ARACOIABA		443.217,92	112.154,84	555.372,76
ARARENDÁ		27.098,50	64.088,51	91.187,01
ARARIPE		99.893,67	96.132,73	196.026,40
ARATUBA		29.076,42	64.088,51	93.164,93
ARNEIROZ		24.785,83	48.066,36	72.852,19

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO CE: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
ASSARÉ		88.468,67	96.132,73	184.601,40
AURORA		184.116,36	112.154,84	296.271,20
BAIXIO		27.175,75	48.066,36	75.242,11
BANABUIÚ		36.282,33	96.132,73	132.415,06
BARBALHA		5.842.991,13	176.243,35	6.019.234,48
BARREIRA		45.134,75	96.132,73	141.267,48
BARRO		52.126,58	96.132,73	148.259,31
BARROQUINHA		36.870,50	80.110,60	116.981,10
BATURITÉ		436.656,07	128.176,98	564.833,05
BEBERIBE		177.073,42	176.243,35	353.316,77
BELA CRUZ		106.620,00	128.176,98	234.796,98
BOA VIAGEM		207.120,58	176.243,35	383.363,93
BREJO SANTO		1.298.274,30	160.221,21	1.458.495,51
CAMOCIM		672.413,28	192.265,49	864.678,77
CAMPOS SALES		78.008,92	112.154,84	190.163,76
CANINDÉ		1.066.576,40	208.287,58	1.274.863,98
CAPISTRANO		73.846,67	96.132,73	169.979,40
CARIDADE		51.445,00	96.132,73	147.577,73

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO CE: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
CARIRÉ		83.733,25	96.132,73	179.865,98
CARIRIAÇU		107.948,08	112.154,84	220.102,92
CARIÚS		65.219,25	96.132,73	161.351,98
CARNAUBAL		80.413,92	96.132,73	176.546,65
CASCAVEL		625.312,76	208.287,58	833.600,34
CATARINA		87.006,67	96.132,73	183.139,40
CATUNDA		30.803,25	64.088,51	94.891,76
CAUCAIA		1.955.028,75	529.057,06	2.484.085,81
CEDRO		182.474,00	112.154,84	294.628,84
CHAVAL		48.601,08	64.088,51	112.689,59
CHORÓ		34.306,75	64.088,51	98.395,26
CHOROZINHO		55.553,92	96.132,73	151.686,65
COREAÚ		81.859,59	96.132,73	177.992,32
CRATEÚS		1.410.135,56	208.287,58	1.618.423,14
CRATO		3.058.416,30	288.398,19	3.346.814,49
CROATÁ		43.226,12	96.132,73	139.358,85
CRUZ		140.357,98	112.154,84	252.512,82

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO CE: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO		30.968,92	48.066,36	79.035,28
ERERÊ		16.116,00	48.066,36	64.182,36
EUSÉBIO		639.214,83	176.243,35	815.458,18
FARIAS BRITO		84.594,42	96.132,73	180.727,15
FORQUILHA		53.506,33	112.154,84	165.661,17
FORTALEZA		62.672.027,69	4.075.514,48	66.747.542,17
FORTIM		40.504,33	80.110,60	120.614,93
FRECHEIRINHA		33.537,58	80.110,60	113.648,18
GENERAL SAMPAIO		13.942,08	48.066,36	62.008,44
GRAÇA		34.237,75	80.110,60	114.348,35
GRANJA		387.439,58	176.243,35	563.682,93
GRANJEIRO		14.221,83	48.066,36	62.288,19
GROAÍRAS		17.057,75	64.088,51	81.146,26
GUAIÚBA		104.120,25	112.154,84	216.275,09
GUARACIABA DO NORTE		130.974,08	144.199,11	275.173,19
GUARAMIRANGA		12.364,92	48.066,36	60.431,28

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO CE: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
HIDROLÂNDIA		41.758,75	96.132,73	137.891,48
HORIZONTE		686.404,22	192.265,49	878.669,71
IBARETAMA		40.414,08	64.088,51	104.502,59
IBIAPINA		97.587,92	112.154,84	209.742,76
IBICUITINGA		23.257,33	64.088,51	87.345,84
ICAPUÍ		73.586,33	96.132,73	169.719,06
ICÓ		489.937,88	192.265,49	682.203,37
IGUATU		1.335.471,95	256.353,95	1.591.825,90
INDEPENDÊNCIA		90.272,83	112.154,84	202.427,67
IPAPORANGA		32.092,17	64.088,51	96.180,68
IPAUMIRIM		30.309,42	64.088,51	94.397,93
IPU		462.698,77	144.199,11	606.897,88
IPUEIRAS		156.135,17	144.199,11	300.334,28
IRACEMA		60.675,95	80.110,60	140.786,55
IRAUÇUBA		82.615,17	112.154,84	194.770,01
ITAIÇABA		18.030,92	48.066,36	66.097,28
ITAITINGA		123.374,92	144.199,11	267.574,03
ITAPAGÉ		247.819,00	176.243,35	424.062,35

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO CE: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
ITAPIPOCA		1.812.196,23	48.716,87	1.860.913,10
ITAPIÚNA		81.269,58	96.132,73	177.402,31
ITAREMA		227.174,67	144.199,11	371.373,78
ITATIRA		23.720,92	96.132,73	119.853,65
JAGUARETAMA		85.823,42	96.132,73	181.956,15
JAGUARIBARA		22.304,98	64.088,51	86.393,49
JAGUARIBE		384.735,00	128.176,98	512.911,98
JAGUARUANA		98.751,00	128.176,98	226.927,98
JARDIM		134.038,50	112.154,84	246.193,34
JATI		38.639,00	48.066,36	86.705,36
JIOCA DE JERICOACOARA		211.012,83	96.132,61	307.145,44
JUAZEIRO DO NORTE		2.501.570,89	529.057,06	3.030.627,95
JUCÁS		131.825,50	112.154,84	243.980,34
LAVRAS DA MANGABEIRA		224.781,08	128.176,98	352.958,06
LIMOEIRO DO NORTE		602.216,39	176.243,35	778.459,74
MADALENA		42.011,08	96.132,73	138.143,81

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO CE: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
MARACANAÚ		5.250.973,26	529.057,06	5.780.030,32
MARANGUAPE		896.167,16	272.376,08	1.168.543,24
MARCO		116.428,67	112.154,84	228.583,51
MARTINÓPOLE		21.321,75	64.088,51	85.410,26
MASSAPÊ		67.353,33	144.199,11	211.552,44
MAURITI		272.411,00	160.221,21	432.632,21
MERUOCA		32.415,75	80.110,60	112.526,35
MILAGRES		102.216,42	112.154,84	214.371,26
MILHÃ		38.881,58	64.088,51	102.970,09
MIRAÍMA		20.368,92	80.110,60	100.479,52
MISSÃO VELHA		111.629,92	128.176,98	239.806,90
MOMBAÇA		146.319,38	144.199,11	290.518,49
MONSENHOR TABOSA		79.369,33	96.132,73	175.502,06
MORADA NOVA		335.377,42	192.265,49	527.642,91
MORAÚJO		20.344,50	48.066,36	68.410,86
MORRINHOS		50.100,58	96.132,73	146.233,31
MUCAMBO		85.696,75	80.110,60	165.807,35
MULUNGU		52.668,92	64.088,51	116.757,43

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO CE: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
NOVA OLINDA		29.254,50	80.110,60	109.365,10
NOVA RUSSAS		177.749,91	128.176,98	305.926,89
NOVO ORIENTE		88.980,92	112.154,84	201.135,76
OCARA		143.031,92	112.154,84	255.186,76
ORÓS		118.525,33	96.132,73	214.658,06
PACAJUS		239.250,20	0,00	239.250,20
PACATUBA		235.346,92	224.309,71	459.656,63
PACOTI		60.786,00	64.088,51	124.874,51
PACUJÁ		2.902,00	48.066,36	50.968,36
PALHANO		19.416,25	48.066,36	67.482,61
PALMÁCIA		26.631,92	64.088,51	90.720,43
PARACURU		198.380,55	128.176,98	326.557,53
PARAIPABA		185.220,67	128.176,98	313.397,65
PARAMBU		238.082,17	128.176,98	366.259,15
PARAMOTI		28.377,67	64.088,51	92.466,18
PEDRA BRANCA		201.765,08	144.199,11	345.964,19
PENAFORTE		20.260,33	48.066,36	68.326,69
PENTECOSTE		541.445,44	0,00	541.445,44

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO CE: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
PEREIRO		55.556,75	80.110,60	135.667,35
PINDORETAMA		48.447,08	96.132,73	144.579,81
PIQUET CARNEIRO		76.319,64	80.110,60	156.430,24
PIRES FERREIRA		8.255,08	64.088,51	72.343,59
PORANGA		44.470,75	64.088,51	108.559,26
PORTEIRAS		40.901,00	80.110,60	121.011,60
POTENGI		22.270,00	64.088,51	86.358,51
POTIRETAMA		14.919,75	48.066,36	62.986,11
QUITERIANÓPOLIS		44.992,00	96.132,73	141.124,73
QUIXADÁ		1.592.015,71	224.309,71	1.816.325,42
QUIXELÔ		74.074,92	80.110,60	154.185,52
QUIXERAMOBIM		622.497,50	208.287,58	830.785,08
QUIXERÉ		87.038,00	96.132,73	183.170,73
REDENÇÃO		326.852,00	112.154,84	439.006,84
RERIUTABA		46.898,83	96.132,73	143.031,56
RUSSAS		887.870,61	208.287,58	1.096.158,19
SABOEIRO		49.294,50	80.110,60	129.405,10
SALITRE		47.891,67	80.110,60	128.002,27

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO CE: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SANTA QUITÉRIA		201.737,33	144.199,11	345.936,44
SANTANA DO ACARAÚ		155.506,25	128.176,98	283.683,23
SANTANA DO CARIRI		26.667,58	96.132,73	122.800,31
SÃO BENEDITO		423.995,24	160.221,21	584.216,45
SÃO GONÇALO DO AMARANTE		512.017,50	160.221,21	672.238,71
SÃO JOÃO DO JAGUARIBE		12.927,92	48.066,36	60.994,28
SÃO LUÍS DO CURU		39.269,00	64.088,51	103.357,51
SENADOR POMPEU		222.490,33	112.154,84	334.645,17
SENADOR SÁ		624,25	48.066,36	48.690,61
SOBRAL		10.639.462,93	529.057,06	11.168.519,99
OLONÓPOLE		83.332,67	96.132,73	179.465,40
TABULEIRO DO NORTE		195.102,05	128.176,98	323.279,03
TAMBORIL		205.761,25	112.154,84	317.916,09
TARRAFAS		20.291,25	48.066,36	68.357,61
TAUÁ		800.355,00	176.243,35	976.598,35
TEJUÇUOCA		43.312,58	96.132,73	139.445,31

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO CE: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
TIANGUÁ		1.133.406,37	208.287,58	1.341.693,95
TRAIRI		205.888,25	176.243,35	382.131,60
TURURU		35.539,25	80.110,60	115.649,85
UBAJARA		153.513,17	128.176,98	281.690,15
UMARI		26.815,58	48.066,36	74.881,94
UMIRIM		37.024,67	96.132,73	133.157,40
URUBURETAMA		77.610,08	96.132,73	173.742,81
URUOCA		25.630,50	80.110,60	105.741,10
VARJOTA		69.512,58	96.132,73	165.645,31
VÁRZEA ALEGRE		318.915,83	144.199,11	463.114,94
VIÇOSA DO CEARÁ		292.760,63	176.243,35	469.003,98

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

BOLETIM SEGOV
**Articulação Federativa para o enfrentamento da
situação de emergência decorrente do Coronavírus
(Covid-19)**



DISTRITO FEDERAL



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE GOVERNO
SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS FEDERATIVOS

24 de abril de 2020

ESTADO DF: ENTREGAS DO GOVERNO FEDERAL



Ações e Serviços Públicos de Saúde	Entregas do GOVERNO FEDERAL		
EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIs) *	Álcool etílico 500ml	1.572	
	Álcool etílico 100ml	6.720	
	Óculos proteção	1.100	
	Luva para procedimento não cirúrgico	458.900	
	Sapatilha	1.300	
	Máscara 3 camadas	236.000	
	Avental	24.425	
	Touca hospitalar	4.200	
Leitos-Covid	10 leitos (em processamento) no HRAN		
Testes RT PCT	17.956		
Testes rápidos	7.492 na 1ª distribuição	7.080 na 2ª distribuição	12.420 na 3ª distribuição

*/ Entregas realizadas em 23 e 24/03. Parte da pauta de distribuição de álcool etílico 500ml, luva, sapatilha e máscara 3 camadas foi entregue de 02 a 09/04.

ESTADO DF: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

DESCRIÇÃO		ESTADO	MUNICÍPIO	TOTAL
Apoio FPE	MP 938 (1ª parcela da recomposição)	R\$ 3,14 milhões		R\$ 3,14 milhões
	MP 938 (1ª parcela da recomposição)		R\$ 815 mil	R\$ 815 mil
Fundo Nacional da Saúde (FNS)	Portaria nº 395	R\$ 6,44 milhões		R\$ 57,12 milhões
	Portaria nº 480 *	R\$ 9 milhões		
	Portaria nº 774	R\$ 41,66 milhões		

R\$ 61,08 milhões

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).
valor mínimo = R\$ 2,00 per capita
valor máximo = R\$ 5,00 per capita

BOLETIM SEGOV

Articulação Federativa para o enfrentamento da situação de emergência decorrente do Coronavírus (Covid-19)



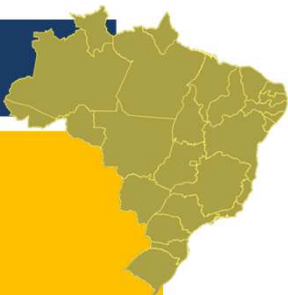
ESPÍRITO SANTO



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE GOVERNO
SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS FEDERATIVOS**

24 de abril de 2020

ESTADO ES: ENTREGAS DO GOVERNO FEDERAL



Ações e Serviços Públicos de Saúde	Entregas do GOVERNO FEDERAL		
EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIs) *	Álcool etílico 500ml	1.308	
	Álcool etílico 100ml	1.728	
	Óculos proteção	1.340	
	Luva para procedimento não cirúrgico	450.048	
	Sapatilha	2.500	
	Máscara 3 camadas	252.500	
	Avental	22.135	
	Touca hospitalar	5.500	
Leitos-Covid	10 leitos (em processamento) no Hospital Estadual Dr. Jayme Santos Neto		
Testes RT PCT	18.240		
Testes rápidos	9.010 na 1ª distribuição	10.660 na 2ª distribuição	18.700 na 3ª distribuição
Respiradores	10		

*/ Entregas realizadas em 24, 26 e 27/03. Parte da pauta de distribuição de álcool etílico 500ml, luva, sapatilha e máscara 3 camadas foi entregue de 02 a 09/04.

ESTADO ES: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

DESCRIÇÃO		ESTADO	MUNICÍPIO	TOTAL
Apoio FPE	MP 938 (1ª parcela da recomposição)	R\$ 15,40 milhões		R\$ 15,40 milhões
Apoio FPM	MP 938 (1ª parcela da recomposição)		R\$ 9,54 milhões	R\$ 9,54 milhões
Fundo Nacional da Saúde (FNS)	Portaria nº 395	R\$ 8,27 milhões		R\$ 89,02 milhões
	Portaria nº 480 *	R\$ 11,67 milhões		
	Portaria nº 774	R\$ 45,57 milhões	R\$ 23,49 milhões	

R\$ 113,97 milhões

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).
valor mínimo = R\$ 2,00 per capita
valor máximo = R\$ 5,00 per capita

ESTADO ES: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
AFONSO CLÁUDIO		329.966,13	117.365,45	447.331,58
ÁGUA DOCE DO NORTE		38.818,44	58.682,72	97.501,16
ÁGUIA BRANCA		33.260,15	44.012,03	77.272,18
ALEGRE		231.146,80	117.365,45	348.512,25
ALFREDO CHAVES		43.771,45	73.353,42	117.124,87
ALTO RIO NOVO		22.951,86	44.012,03	66.963,89
ANCHIETA		230.957,98	102.694,77	333.652,75
APIACÁ		26.094,03	44.012,03	70.106,06
ARACRUZ		964.533,95	220.060,23	1.184.594,18
ATILIO VIVACQUA		39.044,13	58.682,72	97.726,85
BAIXO GUANDU		54.376,81	117.365,45	171.742,26
BARRA DE SÃO FRANCISCO		240.556,61	146.706,83	387.263,44
BOA ESPERANÇA		57.419,09	73.353,42	130.772,51
BOM JESUS DO NORTE		28.834,22	58.682,72	87.516,94
BREJETUBA		56.874,45	58.682,72	115.557,17

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO ES: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM		376.714,44	418.582,43	795.296,87
CARIACICA		1.047.659,95	418.582,43	1.466.242,38
CASTELO		281.627,17	132.036,13	413.663,30
COLATINA		4.160.031,56	249.401,58	4.409.433,14
CONCEIÇÃO DA BARRA		89.607,15	117.365,45	206.972,60
CONCEIÇÃO DO CASTELO		56.394,00	58.682,72	115.076,72
DIVINO DE SÃO LOURENÇO		13.742,29	44.012,03	57.754,32
DOMINGOS MARTINS		729.173,97	117.365,45	846.539,42
DORES DO RIO PRETO		22.589,73	44.012,03	66.601,76
ECOPORANGA		107.738,35	102.694,77	210.433,12
FUNDÃO		34.321,97	88.024,10	122.346,07
GOVERNADOR LINDENBERG		32.995,30	58.683,01	91.678,31
GUAÇUÍ		184.947,13	117.365,45	302.312,58

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO ES: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
GUARAPARI		341.781,60	249.401,58	591.183,18
IBATIBA		107.009,98	102.694,77	209.704,75
IBIRAÇU		35.942,47	58.682,72	94.625,19
IBITIRAMA		48.444,91	44.012,03	92.456,94
ICONHA		70.048,81	73.353,42	143.402,23
IRUPI		36.490,65	58.682,72	95.173,37
ITAGUAÇU		52.298,10	73.353,42	125.651,52
ITAPEMIRIM		141.308,84	117.365,45	258.674,29
ITARANA		47.940,98	58.682,72	106.623,70
IÚNA		44.804,08	102.694,77	147.498,85
JAGUARÉ		101.628,49	102.694,77	204.323,26
JERÔNIMO MONTEIRO		32.644,71	58.682,72	91.327,43
JOÃO NEIVA		138.022,13	88.024,10	226.046,23
LARANJA DA TERRA		30.018,69	58.682,72	88.701,41
LINHARES		2.673.143,72	418.582,43	3.091.726,15
MANTENÓPOLIS		49.957,21	73.353,42	123.310,63
MARATAÍZES		122.610,74	132.036,13	254.646,87
MARECHAL FLORIANO		58.657,10	73.353,42	132.010,52

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO ES: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
MARILÂNDIA		40.222,15	58.682,72	98.904,87
MIMOSO DO SUL		200.489,89	102.694,77	303.184,66
MONTANHA		97.525,57	88.024,10	185.549,67
MUCURICI		55.111,95	44.012,03	99.123,98
MUNIZ FREIRE		79.528,53	88.024,10	167.552,63
MUQUI		49.749,99	73.353,42	123.103,41
NOVA VENÉCIA		805.955,33	161.377,51	967.332,84
PANCAS		88.691,21	88.024,10	176.715,31
PEDRO CANÁRIO		140.007,36	102.694,77	242.702,13
PINHEIROS		108.092,61	102.694,77	210.787,38
PIÚMA		64.992,01	88.024,10	153.016,11
PONTO BELO		33.089,91	44.012,03	77.101,94
PRESIDENTE KENNEDY		53.172,03	58.682,72	111.854,75
RIO BANANAL		63.473,84	88.024,10	151.497,94
RIO NOVO DO SUL		31.647,32	58.682,72	90.330,04
SANTA LEOPOLDINA		19.021,05	58.682,72	77.703,77
SANTA MARIA DE JETIBÁ		325.819,57	132.036,13	457.855,70

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO ES: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SANTA TERESA		697.179,83	102.694,77	799.874,60
SÃO DOMINGOS DO NORTE		49.793,52	44.012,03	93.805,55
SÃO GABRIEL DA PALHA		136.246,72	132.036,13	268.282,85
SÃO JOSÉ DO CALÇADO		102.342,68	58.682,72	161.025,40
SÃO MATEUS		330.930,33	43.226,70	374.157,03
SÃO ROQUE DO CANAÃ		38.517,81	58.682,72	97.200,53
SERRA		2.487.980,05	418.582,43	2.906.562,48
SOORETAMA		42.532,12	102.694,77	145.226,89
VARGEM ALTA		131.998,01	88.024,10	220.022,11
VENDA NOVA DO IMIGRANTE		316.064,26	102.694,77	418.759,03
VIANA		255.849,67	190.718,87	446.568,54
VILA PAVÃO		16.323,21	44.012,03	60.335,24
VILA VALÉRIO		50.616,62	73.353,42	123.970,04
VILA VELHA		1.067.621,27	418.582,43	1.486.203,70
VITÓRIA		1.850.256,84	978.123,46	2.828.380,30

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

BOLETIM SEGOV

Articulação Federativa para o enfrentamento da situação de emergência decorrente do Coronavírus (Covid-19)



GOIÁS



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE GOVERNO
SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS FEDERATIVOS**

24 de abril de 2020

ESTADO GO: ENTREGAS DO GOVERNO FEDERAL



Ações e Serviços Públicos de Saúde	Entregas do GOVERNO FEDERAL		
EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPis) *	Álcool etílico 500ml	1.932	
	Álcool etílico 100ml	3.072	
	Óculos proteção	2.180	
	Luva para procedimento não cirúrgico	722.596	
	Sapatilha	3.400	
	Máscara 3 camadas	452.500	
	Avental	36.128	
	Touca hospitalar	9.700	
Leitos-Covid	20 leitos (em processamento) no Hospital de Campanha		
Testes RT PCT	12.208		
Testes rápidos	13.717 na 1ª distribuição	16.880 na 2ª distribuição	29.620 na 3ª distribuição

*/ Entregas realizadas em 24 e 25/03. Parte da pauta de distribuição de álcool etílico 500ml, luva, sapatilha e máscara 3 camadas foi entregue de 02 a 09/04.

ESTADO GO: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

DESCRIÇÃO		ESTADO	MUNICÍPIO	TOTAL
Apoio FPE	MP 938 (1ª parcela da recomposição)	R\$ 12,46 milhões		R\$ 12,46 milhões
	MP 938 (1ª parcela da recomposição)		R\$ 19,67 milhões	R\$ 19,67 milhões
Fundo Nacional da Saúde (FNS)	Portaria nº 395	R\$ 14.03 milhões		R\$ 152,82 milhões
	Portaria nº 480 *	R\$ 19,76 milhões		
	Portaria nº 774	R\$ 13,07 milhões	R\$ 105,95 milhões	

R\$ 184,97 milhões

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).
valor mínimo = R\$ 2,00 per capita
valor máximo = R\$ 5,00 per capita

ESTADO GO: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
ABADIA DE GOIÁS		16.618,45	43.679,06	60.297,51
ABADIÂNIA		63.315,48	87.358,13	150.673,61
ACREÚNA		73.512,27	87.358,13	160.870,40
ADELÂNDIA		2.864,34	43.679,06	46.543,40
ÁGUA FRIA DE GOIÁS		14.203,82	43.679,06	57.882,88
ÁGUA LIMPA		2.352,42	43.679,06	46.031,48
ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS		702.700,73	416.362,59	1.119.063,32
ALEXÂNIA		165.135,88	101.917,84	267.053,72
ALOÂNDIA		5.591,06	43.679,06	49.270,12
ALTO HORIZONTE		3.431,58	43.679,06	47.110,64
ALTO PARAÍSO DE GOIÁS		36.512,85	43.679,06	80.191,91
ALVORADA DO NORTE		54.307,94	43.679,06	97.987,00
AMARALINA		5.274,49	43.679,06	48.953,55
AMERICANO DO BRASIL		17.285,70	43.679,06	60.964,76
AMORINÓPOLIS		11.408,79	43.679,06	55.087,85

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO GO: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
ANÁPOLIS		9.419.292,77	416.362,59	9.835.655,36
ANHANGUERA		25.227,90	43.679,06	68.906,96
ANICUNS		141.237,01	87.358,13	228.595,14
APARECIDA DE GOIÂNIA		15.302.963,87	416.362,59	15.719.326,46
APARECIDA DO RIO DOCE		3.772,54	43.679,06	47.451,60
APORÉ		15.182,98	43.679,06	58.862,04
ARAÇU		11.939,77	43.679,06	55.618,83
ARAGARÇAS		138.858,82	87.358,13	226.216,95
ARAGOIÂNIA		25.099,97	0,00	25.099,97
ARAGUAPAZ		21.535,44	43.679,06	65.214,50
ARENÓPOLIS		11.954,50	43.679,06	55.633,56
ARUANÃ		36.872,83	43.679,06	80.551,89
AURILÂNDIA		3.358,58	43.679,06	47.037,64
AVELINÓPOLIS		7.077,20	43.679,06	50.756,26
BALIZA		7.287,47	43.679,06	50.966,53
BARRO ALTO		26.746,17	58.238,75	84.984,92

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO GO: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
BELA VISTA DE GOIÁS		213.858,00	101.917,84	315.775,84
BOM JARDIM DE GOIÁS		42.892,65	43.679,06	86.571,71
BOM JESUS DE GOIÁS		164.238,76	101.917,84	266.156,60
BONFINÓPOLIS		13.177,90	43.679,06	56.856,96
BONÓPOLIS		5.471,06	43.679,06	49.150,12
BRAZABRANTES		2.104,12	43.679,06	45.783,18
BRITÂNIA		33.782,00	43.679,06	77.461,06
BURITI ALEGRE		31.907,89	43.679,06	75.586,95
BURITI DE GOIÁS		20.842,34	43.679,06	64.521,40
BURITINÓPOLIS		8.387,42	43.679,06	52.066,48
CABECEIRAS		27.178,26	43.679,06	70.857,32
CACHOEIRA ALTA		32.665,78	58.238,75	90.904,53
CACHOEIRA DE GOIÁS		769,68	43.679,06	44.448,74
CACHOEIRA DOURADA		26.649,35	43.679,06	70.328,41
CAÇU		81.089,90	72.798,45	153.888,35
CAIAPÔNIA		83.959,83	87.358,13	171.317,96
CALDAS NOVAS		1.165.830,72	203.835,66	1.369.666,38

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO GO: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
CALDAZINHA		415,39	43.679,06	44.094,45
CAMPESTRE DE GOIÁS		3.341,44	43.679,06	47.020,50
CAMPINAÇU		9.492,09	43.679,06	53.171,15
CAMPINORTE		29.774,14	58.238,75	88.012,89
CAMPO ALEGRE DE GOIÁS		17.912,15	43.679,06	61.591,21
CAMPO LIMPO DE GOIÁS		5.864,03	43.679,06	49.543,09
CAMPOS BELOS		205.954,18	87.358,13	293.312,31
CAMPOS VERDES		12.061,68	43.679,06	55.740,74
CARMO DO RIO VERDE		17.735,81	43.679,06	61.414,87
CASTELÂNDIA		15.031,16	43.679,06	58.710,22
CATALÃO		1.541.386,98	232.955,04	1.774.342,02
CATURAÍ		10.906,44	43.679,06	54.585,50
CAVALCANTE		31.268,02	43.679,06	74.947,08
CERES		1.628.195,65	87.358,13	1.715.553,78
CEZARINA		92.092,45	43.679,06	135.771,51
CHAPADÃO DO CÉU		33.797,34	43.679,06	77.476,40

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO GO: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
CIDADE OCIDENTAL		292.421,90	0,00	292.421,90
COCALZINHO DE GOIÁS		101.249,26	87.358,13	188.607,39
COLINAS DO SUL		10.670,23	43.679,06	54.349,29
CÓRREGO DO OURO		7.990,95	43.679,06	51.670,01
CORUMBÁ DE GOIÁS		29.110,23	58.238,75	87.348,98
CORUMBAÍBA		43.291,28	43.679,06	86.970,34
CRISTALINA		444.838,87	160.156,59	604.995,46
CRISTIANÓPOLIS		4.136,42	43.679,06	47.815,48
CRIXÁS		131.703,11	72.798,45	204.501,56
CROMÍNIA		7.454,85	43.679,06	51.133,91
CUMARI		7.996,42	43.679,06	51.675,48
DAMIANÓPOLIS		13.532,07	43.679,06	57.211,13
DAMOLÂNDIA		11.753,78	43.679,06	55.432,84
DAVINÓPOLIS		1.482,18	43.679,06	45.161,24
DIORAMA		6.052,32	43.679,06	49.731,38
DIVINÓPOLIS DE GOIÁS		13.303,63	43.679,06	56.982,69

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO GO: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
DOVERLÂNDIA		40.881,29	43.679,06	84.560,35
EDEALINA		4.297,33	43.679,06	47.976,39
EDÉIA		38.163,03	58.238,75	96.401,78
ESTRELA DO NORTE		7.422,83	43.679,06	51.101,89
FAINA		17.321,15	43.679,06	61.000,21
FAZENDA NOVA		29.575,49	43.679,06	73.254,55
FIRMINÓPOLIS		42.635,90	58.238,75	100.874,65
FLORES DE GOIÁS		60.174,19	72.798,45	132.972,64
FORMOSA		1.059.383,02	247.514,73	1.306.897,75
FORMOSO		15.633,87	43.679,06	59.312,93
GAMELEIRA DE GOIÁS		5.326,98	43.679,06	49.006,04
GOIANÁPOLIS		56.463,92	58.238,75	114.702,67
GOIANDIRA		54.303,28	43.679,06	97.982,34
GOIANÉSIA		818.380,05	174.716,27	993.096,32
GOIÂNIA		46.399.864,52	1.711.716,09	48.111.580,61
GOIANIRA		204.758,67	0,00	204.758,67
GOIÁS		635.509,75	101.917,84	737.427,59
GOIATUBA		224.432,27	116.477,52	340.909,79

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO GO: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
GOUVELÂNDIA		12.429,48	43.679,06	56.108,54
GUAPÓ		76.662,69	72.798,45	149.461,14
GUARAÍTA		2.795,84	43.679,06	46.474,90
GUARANI DE GOIÁS		10.945,27	43.679,06	54.624,33
GUARINOS		1.475,60	43.679,06	45.154,66
HEITORAÍ		13.406,55	43.679,06	57.085,61
HIDROLÂNDIA		60.208,97	87.358,13	147.567,10
HIDROLINA		28.296,19	43.679,06	71.975,25
IACIARA		57.739,29	72.798,45	130.537,74
INACIOLÂNDIA		12.652,18	43.679,06	56.331,24
INDIARA		124.621,19	72.798,45	197.419,64
INHUMAS		607.633,22	160.156,59	767.789,81
IPAMERI		283.645,23	101.917,84	385.563,07
IPIRANGA DE GOIÁS		948,27	43.679,06	44.627,33
IPORÁ		421.538,86	116.477,52	538.016,38
ISRAELÂNDIA		3.664,59	43.679,06	47.343,65
ITABERAÍ		167.049,36	131.037,19	298.086,55
ITAGUARI		6.490,70	43.679,06	50.169,76

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO GO: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
ITAGUARU		26.221,45	43.679,06	69.900,51
ITAJÁ		16.675,95	43.679,06	60.355,01
ITAPACI		168.422,25	87.358,13	255.780,38
ITAPIRAPUÃ		60.289,77	43.679,06	103.968,83
ITAPURANGA		204.352,00	101.917,84	306.269,84
ITARUMÃ		28.296,73	43.679,06	71.975,79
ITAUÇU		38.318,63	43.679,06	81.997,69
ITUMBIARA		1.075.482,24	232.955,04	1.308.437,28
IVOLÂNDIA		11.099,37	43.679,06	54.778,43
JANDAIA		18.649,40	43.679,06	62.328,46
JARAGUÁ		264.985,00	145.596,92	410.581,92
JATAÍ		1.514.702,19	218.395,35	1.733.097,54
JAUPACI		6.537,41	43.679,06	50.216,47
JESÚPOLIS		1.800,50	43.679,06	45.479,56
JOVIÂNIA		15.702,61	43.679,06	59.381,67
JUSSARA		91.955,74	87.358,13	179.313,87
LAGOA SANTA		1.835,32	43.681,28	45.516,60

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO GO: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
LEOPOLDO DE BULHÕES		20.047,27	43.679,06	63.726,33
LUZIÂNIA		1.489.291,80	416.362,59	1.905.654,39
MAIRIPOTABA		7.092,27	43.679,06	50.771,33
MAMBAÍ		25.841,17	43.679,06	69.520,23
MARA ROSA		52.763,94	58.238,75	111.002,69
MARZAGÃO		7.480,20	43.679,06	51.159,26
MATRINCHÃ		10.134,24	43.679,06	53.813,30
MAURILÂNDIA		61.176,55	72.798,45	133.975,00
MIMOSO DE GOIÁS		1.487,21	43.679,06	45.166,27
MINAÇU		208.401,11	116.477,52	324.878,63
MINEIROS		681.959,65	174.716,27	856.675,92
MOIPORÁ		2.444,12	43.679,06	46.123,18
MONTE ALEGRE DE GOIÁS		12.733,28	43.679,06	56.412,34
MONTES CLAROS DE GOIÁS		35.328,04	43.679,06	79.007,10
MONTIVIDIU		47.091,84	58.238,75	105.330,59

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO GO: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
MONTIVÍDIU DO NORTE		9.894,25	43.679,06	53.573,31
MORRINHOS		382.042,89	145.596,92	527.639,81
MORRO AGUDO DE GOIÁS		5.937,49	43.679,06	49.616,55
MOSSÂMEDES		18.148,21	43.679,06	61.827,27
MOZARLÂNDIA		39.503,52	72.798,45	112.301,97
MUNDO NOVO		30.441,21	43.679,06	74.120,27
MUTUNÓPOLIS		11.901,41	43.679,06	55.580,47
NAZÁRIO		10.766,38	43.679,06	54.445,44
NERÓPOLIS		1.377.204,61	101.917,84	1.479.122,45
NIQUELÂNDIA		207.143,04	145.596,92	352.739,96
NOVA AMÉRICA		1.506,13	43.679,06	45.185,19
NOVA AURORA		3.907,62	43.679,06	47.586,68
NOVA CRIXÁS		41.959,94	58.238,75	100.198,69
NOVA GLÓRIA		8.892,76	43.679,06	52.571,82
NOVA IGUAÇU DE GOIÁS		1.470,36	43.679,06	45.149,42

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO GO: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
NOVA ROMA		7.797,71	43.679,06	51.476,77
NOVA VENEZA		12.331,34	43.679,06	56.010,40
NOVO BRASIL		9.498,37	43.679,06	53.177,43
NOVO GAMA		225.463,27	35.127,03	260.590,30
NOVO PLANALTO		6.212,17	43.679,06	49.891,23
ORIZONA		58.528,73	72.798,45	131.327,18
OURO VERDE DE GOIÁS		6.026,95	43.679,06	49.706,01
OUVIDOR		15.713,93	43.679,06	59.392,99
PADRE BERNARDO		193.910,51	116.477,52	310.388,03
PALESTINA DE GOIÁS		15.349,08	43.679,06	59.028,14
PALMEIRAS DE GOIÁS		126.720,27	101.917,84	228.638,11
PALMELO		93.931,24	43.679,06	137.610,30
PALMINÓPOLIS		10.847,59	43.679,06	54.526,65
PANAMÁ		5.789,78	43.679,06	49.468,84
PARANAIGUARA		24.045,68	43.679,06	67.724,74
PARAÚNA		36.754,02	58.238,75	94.992,77
PEROLÂNDIA		40.816,38	43.679,06	84.495,44

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO GO: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
PETROLINA DE GOIÁS		47.716,36	58.238,75	105.955,11
PILAR DE GOIÁS		1.101,47	43.679,06	44.780,53
PIRACANJUBA		179.035,60	101.917,84	280.953,44
PIRANHAS		45.629,94	58.238,75	103.868,69
PIRENÓPOLIS		345.705,55	101.917,84	447.623,39
PIRES DO RIO		209.937,13	116.477,52	326.414,65
PLANALTINA		471.609,97	203.835,66	675.445,63
PONTALINA		117.814,64	87.358,13	205.172,77
PORANGATU		695.897,26	145.596,92	841.494,18
PORTEIRÃO		8.058,84	43.679,06	51.737,90
PORTELÂNDIA		13.803,87	43.679,06	57.482,93
POSSE		193.460,20	116.477,52	309.937,72
PROFESSOR JAMIL		1.909,62	43.679,06	45.588,68
QUIRINÓPOLIS		276.303,09	145.596,92	421.900,01
RIALMA		62.070,42	58.238,75	120.309,17
RIANÁPOLIS		4.562,83	43.679,06	48.241,89
RIO QUENTE		26.301,86	43.679,06	69.980,92
RIO VERDE		2.802.432,58	416.362,59	3.218.795,17

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO GO: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
RUBIATABA		183.624,13	87.358,13	270.982,26
SANCLERLÂNDIA		41.991,90	43.679,06	85.670,96
SANTA BÁRBARA DE GOIÁS		7.509,94	43.679,06	51.189,00
SANTA CRUZ DE GOIÁS		13.062,27	43.679,06	56.741,33
SANTA FÉ DE GOIÁS		10.872,42	43.679,06	54.551,48
SANTA HELENA DE GOIÁS		514.175,34	131.037,19	645.212,53
SANTA ISABEL		53.573,98	43.679,06	97.253,04
SANTA RITA DO ARAGUAIA		6.610,88	43.679,06	50.289,94
SANTA RITA DO NOVO DESTINO		2.708,78	43.679,06	46.387,84
SANTA ROSA DE GOIÁS		6.495,71	43.679,06	50.174,77
SANTA TEREZA DE GOIÁS		13.898,85	43.679,06	57.577,91
SANTA TEREZINHA DE GOIÁS		29.289,23	43.679,06	72.968,29

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO GO: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SANTO ANTÔNIO DA BARRA		2.546,72	43.679,06	46.225,78
SANTO ANTÔNIO DE GOIÁS		7.488,36	43.679,06	51.167,42
SANTO ANTÔNIO DO DESCOBERTO		277.038,34	189.275,98	466.314,32
SÃO DOMINGOS		26.627,20	58.238,75	84.865,95
SÃO FRANCISCO DE GOIÁS		7.334,65	43.679,06	51.013,71
SÃO JOÃO DA PARAÚNA		2.189,26	43.679,06	45.868,32
SÃO JOÃO D'ALIANÇA		68.462,37	0,00	68.462,37
SÃO LUÍS DE MONTES BELOS		413.209,63	116.477,52	529.687,15
SÃO LUÍZ DO NORTE		3.985,97	43.679,06	47.665,03
SÃO MIGUEL DO ARAGUAIA		249.872,66	87.358,13	337.230,79

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO GO: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SÃO MIGUEL DO PASSA QUATRO		9.308,41	43.679,06	52.987,47
SÃO PATRÍCIO		880,64	43.679,06	44.559,70
SÃO SIMÃO		164.080,13	87.358,13	251.438,26
SENADOR CANEDO		1.704.648,66	232.955,04	1.937.603,70
SERRANÓPOLIS		14.660,08	43.679,06	58.339,14
SILVÂNIA		110.093,26	87.358,13	197.451,39
SIMOLÂNDIA		29.380,21	43.679,06	73.059,27
SÍTIO D'ABADIA		7.325,30	43.679,06	51.004,36
TAQUARAL DE GOIÁS		9.075,36	43.679,06	52.754,42
TERESINA DE GOIÁS		5.356,47	43.679,06	49.035,53
TEREZÓPOLIS DE GOIÁS		10.708,41	43.679,06	54.387,47
TRÊS RANCHOS		31.658,46	43.679,06	75.337,52
TRINDADE		986.604,89	247.514,73	1.234.119,62
TROMBAS		7.502,52	43.679,06	51.181,58
TURVÂNIA		14.570,55	43.679,06	58.249,61
TURVELÂNDIA		15.646,54	43.679,06	59.325,60

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO GO: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

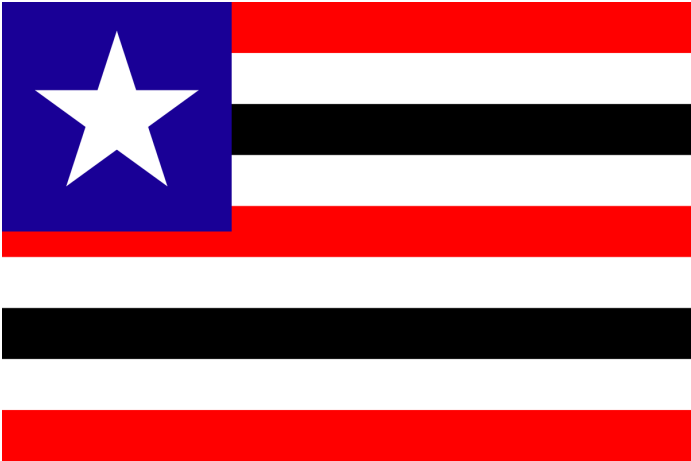
MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
UIRAPURU		3.228,52	43.679,06	46.907,58
URUAÇU		345.180,60	131.037,19	476.217,79
URUANA		67.532,02	72.798,45	140.330,47
URUTAÍ		3.818,18	43.679,06	47.497,24
VALPARAÍSO DE GOIÁS		852.289,96	416.362,59	1.268.652,55
VARJÃO		2.892,01	43.679,06	46.571,07
VIANÓPOLIS		64.655,18	72.798,45	137.453,63
VICENTINÓPOLIS		41.338,92	43.679,06	85.017,98
VILA BOA		28.996,46	43.679,06	72.675,52
VILA PROPÍCIO		7.022,53	43.679,06	50.701,59

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

BOLETIM SEGOV
**Articulação Federativa para o enfrentamento da
situação de emergência decorrente do Coronavírus
(Covid-19)**



MARANHÃO



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE GOVERNO
SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS FEDERATIVOS

24 de abril de 2020

ESTADO MA: ENTREGAS DO GOVERNO FEDERAL



Ações e Serviços Públicos de Saúde	Entregas do GOVERNO FEDERAL		
EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPis) *	Álcool etílico 500ml	1.884	
	Álcool etílico 100ml	3.168	
	Óculos proteção	2.230	
	Luva para procedimento não cirúrgico	744.096	
	Sapatilha	3.400	
	Máscara 3 camadas	455.000	
	Avental	37.072	
	Touca hospitalar	9.800	
Leitos-Covid	20 leitos (previsão de instalação) no Hospital de Clínicas Integradas		
Testes RT PCT	4.680		
Testes rápidos	14.381 na 1ª distribuição	16.460 na 2ª distribuição	28.860 na 3ª distribuição

*/ Entregas realizadas em 24, 25 e 27/03. Parte da pauta de distribuição de álcool etílico 500ml, luva, sapatilha e máscara 3 camadas foi entregue de 02 a 09/04.

ESTADO MA: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

R\$ 184,16
milhões

DESCRIÇÃO		ESTADO	MUNICÍPIO	TOTAL
Apoio FPE	MP 938 (1ª parcela da recomposição)	R\$ 31,10 milhões		R\$ 31,10 milhões
Apoio FPM	MP 938 (1ª parcela da recomposição)		R\$21,97 milhões	R\$ 21,97 milhões
Fundo Nacional da Saúde (FNS)	Portaria nº 395	R\$ 14,24 milhões		R\$ 131,08 milhões
	Portaria nº 480 *	R\$ 20,17 milhões		
	Portaria nº 774	R\$ 27,75 milhões	R\$ 68,90 milhões	

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).
valor mínimo = R\$ 2,00 per capita
valor máximo = R\$ 5,00 per capita

ESTADO MA: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
AÇAILÂNDIA		1.086.555,06	208.334,74	1.294.889,80
AFONSO CUNHA		20.928,09	39.062,76	59.990,85
ÁGUA DOCE DO MARANHÃO		9.173,67	52.083,69	61.257,36
ALCÂNTARA		53.598,24	78.125,52	131.723,76
ALDEIAS ALTAS		359.502,29	91.146,43	450.648,72
ALTAMIRA DO MARANHÃO		1.702,37	39.062,76	40.765,13
ALTO ALEGRE DO MARANHÃO		23.608,17	91.146,43	114.754,60
ALTO ALEGRE DO PINDARÉ		122.797,53	104.167,35	226.964,88
ALTO PARNAÍBA		18.552,48	52.083,69	70.636,17
AMAPÁ DO MARANHÃO		880,07	39.062,76	39.942,83
AMARANTE DO MARANHÃO		392.562,78	117.188,28	509.751,06
ANAJATUBA		81.811,40	91.146,43	172.957,83

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO MA: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
ANAPURUS		28.479,25	65.104,61	93.583,86
APICUM-AÇU		27.361,04	78.125,52	105.486,56
ARAGUANÃ		2.064,10	65.104,61	67.168,71
ARAIOSES		8.906,04	130.209,21	139.115,25
ARAME		107.173,76	104.167,35	211.341,11
ARARI		88.784,53	91.146,43	179.930,96
AXIXÁ		43.852,73	52.083,69	95.936,42
BACABAL		1.902.621,60	208.334,74	2.110.956,34
BACABEIRA		33.107,23	78.125,52	111.232,75
BACURI		40.202,97	78.125,52	118.328,49
BACURITUBA		782,92	39.062,76	39.845,68
BALSAS		1.122.778,40	195.313,81	1.318.092,21
BARÃO DE GRAJAÚ		35.984,39	78.125,52	114.109,91
BARRA DO CORDA		907.947,94	182.292,89	1.090.240,83
BARREIRINHAS		171.438,33	156.251,05	327.689,38
BELA VISTA DO MARANHÃO		1.667,68	52.083,69	53.751,37
BELÁGUA		2.391,27	39.062,76	41.454,03

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO MA: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
BENEDITO LEITE		7.538,64	39.062,76	46.601,40
BEQUIMÃO		32.804,68	78.125,52	110.930,20
BERNARDO DO MEARIM		2.468,46	39.062,76	41.531,22
BOA VISTA DO GURUPI		1.115,15	39.062,76	40.177,91
BOM JARDIM		126.529,03	117.188,28	243.717,31
BOM JESUS DAS SELVAS		69.216,83	104.167,35	173.384,18
BOM LUGAR		5.467,39	65.104,61	70.572,00
BREJO		95.922,94	104.167,35	200.090,29
BREJO DE AREIA		9.982,95	39.062,76	49.045,71
BURITI		35.755,63	91.146,43	126.902,06
BURITI BRAVO		83.100,70	91.146,43	174.247,13
BURITICUPU		883.065,99	169.271,98	1.052.337,97
BURITIRANA		221.519,62	65.104,61	286.624,23
CACHOEIRA GRANDE		6.712,78	39.062,76	45.775,54
CAJAPIÓ		14.489,62	52.083,69	66.573,31
CAJARI		17.086,59	78.125,52	95.212,11

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO MA: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
CAMPESTRE DO MARANHÃO		201.763,23	65.104,61	266.867,84
CÂNDIDO MENDES		21.881,79	78.125,52	100.007,31
CANTANHEDE		74.028,30	78.125,52	152.153,82
CAPINZAL DO NORTE		59.972,07	52.083,69	112.055,76
CAROLINA		94.320,44	91.146,43	185.466,87
CARUTAPERA		47.732,81	0,00	47.732,81
CAXIAS		4.292.551,86	521.186,70	4.813.738,56
CEDRAL		32.005,03	52.083,69	84.088,72
CENTRAL DO MARANHÃO		11.400,43	39.062,76	50.463,19
CENTRO DO GUILHERME		27.581,92	52.083,69	79.665,61
CENTRO NOVO DO MARANHÃO		6.197,13	78.125,52	84.322,65
CHAPADINHA		1.054.959,31	169.271,98	1.224.231,29
CIDELÂNDIA		49.558,85	65.104,61	114.663,46
CODÓ		1.160.551,95	221.355,67	1.381.907,62

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO MA: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
COELHO NETO		784.787,41	130.209,21	914.996,62
COLINAS		649.530,02	117.188,28	766.718,30
CONCEIÇÃO DO LAGO-AÇU		3.333,80	65.104,61	68.438,41
COROATÁ		909.227,44	156.251,05	1.065.478,49
CURURUPU		113.263,14	104.167,35	217.430,49
DAVINÓPOLIS		213.026,90	52.083,69	265.110,59
DOM PEDRO		171.090,15	78.125,52	249.215,67
DUQUE BACELAR		188.779,80	52.083,69	240.863,49
ESPERANTINÓPOLIS		161.265,62	78.125,52	239.391,14
ESTREITO		131.710,02	117.188,28	248.898,30
FEIRA NOVA DO MARANHÃO		16.537,19	39.062,76	55.599,95
FERNANDO FALCÃO		9.847,45	52.083,69	61.931,14
FORMOSA DA SERRA NEGRA		93.611,02	78.125,52	171.736,54
FORTALEZA DOS NOGUEIRAS		32.987,83	52.083,69	85.071,52

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO MA: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
FORTUNA		28.509,84	65.104,61	93.614,45
GODOFREDO VIANA		3.356,40	52.083,69	55.440,09
GONÇALVES DIAS		56.701,30	78.125,52	134.826,82
GOVERNADOR ARCHER		27.351,73	52.083,69	79.435,42
GOVERNADOR EDISON LOBÃO		14.273,08	78.125,52	92.398,60
GOVERNADOR EUGÊNIO BARROS		43.522,23	65.104,61	108.626,84
GOVERNADOR LUIZ ROCHA		17.862,61	39.062,76	56.925,37
GOVERNADOR NEWTON BELLO		87.510,64	238.099,01	325.609,65
GOVERNADOR NUNES FREIRE		443.757,74	91.146,43	534.904,17
GRAÇA ARANHA		20.268,54	39.062,76	59.331,30
GRAJAÚ		793.641,89	156.251,05	949.892,94
GUIMARÃES		57.889,77	52.083,69	109.973,46

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO MA: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
HUMBERTO DE CAMPOS		53.858,98	91.146,43	145.005,41
ICATU		77.117,13	91.146,43	168.263,56
IGARAPÉ DO MEIO		9.340,43	65.104,61	74.445,04
IGARAPÉ GRANDE		32.115,44	52.083,69	84.199,13
IMPERATRIZ		5.995.257,90	521.186,70	6.516.444,60
ITAIPAVA DO GRAJAÚ		45.097,01	65.104,61	110.201,62
ITAPECURU MIRIM		300.885,24	156.251,05	457.136,29
ITINGA DO MARANHÃO		96.811,16	91.146,43	187.957,59
JATOBÁ		6.426,92	52.083,69	58.510,61
JENIPAPO DOS VIEIRAS		28.058,98	65.104,61	93.163,59
JOÃO LISBOA		152.484,11	78.125,52	230.609,63
JOSELÂNDIA		38.441,63	65.104,61	103.546,24
JUNCO DO MARANHÃO		3.124,42	39.062,76	42.187,18
LAGO DA PEDRA		360.671,79	130.209,21	490.881,00
LAGO DO JUNCO		31.647,32	52.083,69	83.731,01

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO MA: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
LAGO DOS RODRIGUES		1.260,09	39.062,76	40.322,85
LAGO VERDE		206.539,88	65.104,61	271.644,49
LAGOA DO MATO		2.713,20	52.083,69	54.796,89
LAGOA GRANDE DO MARANHÃO		8.279,90	52.083,69	60.363,59
LAJEADO NOVO		93.194,93	39.062,76	132.257,69
LIMA CAMPOS		70.976,83	52.083,69	123.060,52
LORETO		31.885,96	52.083,69	83.969,65
LUÍS DOMINGUES		1.504,16	39.062,76	40.566,92
MAGALHÃES DE ALMEIDA		33.519,71	78.125,52	111.645,23
MARACAÇUMÉ		25.130,87	78.125,52	103.256,39
MARAJÁ DO SENA		1.140,00	39.062,76	40.202,76
MARANHÃOZINHO		19.017,79	65.104,61	84.122,40
MATA ROMA		80.179,69	65.104,61	145.284,30
MATINHA		87.310,44	78.125,52	165.435,96
MATÕES		73.180,52	104.167,35	177.347,87
MATÕES DO NORTE		17.975,06	65.104,61	83.079,67

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO MA: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
MILAGRES DO MARANHÃO		23.377,56	39.062,76	62.440,32
MIRADOR		87.375,84	78.125,52	165.501,36
MIRANDA DO NORTE		81.165,56	91.146,43	172.311,99
MIRINZAL		44.077,36	65.104,61	109.181,97
MONÇÃO		48.712,44	104.167,35	152.879,79
MONTES ALTOS		1.259,83	39.062,76	40.322,59
MORROS		30.011,22	78.125,52	108.136,74
NINA RODRIGUES		31.190,21	65.104,61	96.294,82
NOVA COLINAS		83.808,67	39.062,76	122.871,43
NOVA IORQUE		1.422,88	39.062,76	40.485,64
NOVA OLINDA DO MARANHÃO		24.180,37	78.125,52	102.305,89
OLHO D'ÁGUA DAS CUNHÃS		50.771,47	78.125,52	128.896,99
OLINDA NOVA DO MARANHÃO		64.136,49	65.104,61	129.241,10
PAÇO DO LUMIAR		326.456,45	521.186,70	847.643,15

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO MA: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
PALMEIRÂNDIA		81.306,24	78.125,52	159.431,76
PARAIBANO		58.674,42	78.125,52	136.799,94
PARNARAMA		220.565,98	104.167,35	324.733,33
PASSAGEM FRANCA		143.218,78	78.125,52	221.344,30
PASTOS BONOS		100.950,89	78.125,52	179.076,41
PAULINO NEVES		207.373,70	65.104,61	272.478,31
PAULO RAMOS		64.850,87	78.125,52	142.976,39
PEDREIRAS		531.826,68	117.188,28	649.014,96
PEDRO DO ROSÁRIO		48.947,39	91.146,43	140.093,82
PENALVA		80.637,33	117.188,28	197.825,61
PERI MIRIM		18.973,29	65.104,61	84.077,90
PERITORÓ		41.269,82	78.125,52	119.395,34
PINDARÉ-MIRIM		80.336,89	104.167,35	184.504,24
PINHEIRO		985.257,15	182.292,89	1.167.550,04
PIO XII		111.426,68	78.125,52	189.552,20
PIRAPEMAS		45.606,99	78.125,52	123.732,51
POÇÃO DE PEDRAS		162.528,49	78.125,52	240.654,01
PORTO FRANCO		885.969,12	0,00	885.969,12

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO MA: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
PORTO RICO DO MARANHÃO		1.099,52	39.062,76	40.162,28
PRESIDENTE DUTRA		623.397,13	130.209,21	753.606,34
PRESIDENTE JUSCELINO		33.128,04	52.083,69	85.211,73
PRESIDENTE MÉDICI		7.901,17	39.062,76	46.963,93
PRESIDENTE SARNEY		10.142,22	78.125,52	88.267,74
PRESIDENTE VARGAS		22.334,73	52.083,69	74.418,42
PRIMEIRA CRUZ		33.617,44	65.104,61	98.722,05
RAPOSA		100.238,85	104.167,35	204.406,20
RIACHÃO		100.448,22	78.125,52	178.573,74
RIBAMAR FIQUENE		112.350,48	39.062,76	151.413,24
ROSÁRIO		109.655,93	117.188,28	226.844,21
SAMBAÍBA		15.292,47	39.062,76	54.355,23
SANTA FILOMENA DO MARANHÃO		17.602,71	39.062,76	56.665,47
SANTA HELENA		146.520,41	117.188,28	263.708,69
SANTA INÊS		1.230.414,64	182.292,89	1.412.707,53

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO MA: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SANTA LUZIA		486.464,40	169.271,98	655.736,38
SANTA LUZIA DO PARUÁ		76.540,35	91.146,43	167.686,78
SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO		82.867,96	91.146,43	174.014,39
SANTA RITA		95.747,59	117.188,28	212.935,87
SANTANA DO MARANHÃO		24.578,18	52.083,69	76.661,87
SANTO AMARO DO MARANHÃO		31.156,55	65.104,61	96.261,16
SANTO ANTÔNIO DOS LOPES		68.520,41	65.104,61	133.625,02
SÃO BENEDITO DO RIO PRETO		33.134,84	78.125,52	111.260,36
SÃO BENTO		119.568,28	130.209,21	249.777,49
SÃO BERNARDO		80.166,62	91.146,43	171.313,05
SÃO DOMINGOS DO AZEITÃO		10.157,95	39.062,76	49.220,71

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO MA: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO		138.747,19	104.167,35	242.914,54
SÃO FÉLIX DE BALSAS		14.665,02	39.062,76	53.727,78
SÃO FRANCISCO DO BREJÃO		18.808,31	52.083,69	70.892,00
SÃO FRANCISCO DO MARANHÃO		25.446,38	52.083,69	77.530,07
SÃO JOÃO BATISTA		82.231,77	78.125,52	160.357,29
SÃO JOÃO DO CARÚ		40.859,97	65.104,61	105.964,58
SÃO JOÃO DO PARAÍSO		2.371,41	52.083,69	54.455,10
SÃO JOÃO DO SOTER		88.398,62	78.125,52	166.524,14
SÃO JOÃO DOS PATOS		203.634,20	91.146,43	294.780,63
SÃO JOSÉ DE RIBAMAR		708.979,70	521.186,70	1.230.166,40
SÃO JOSÉ DOS BASÍLIOS		18.144,90	39.062,76	57.207,66
SÃO LUÍS		25.605.611,06	2.547.196,55	28.152.807,61

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO MA: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SÃO LUÍS GONZAGA DO MARANHÃO		67.689,54	78.125,52	145.815,06
SÃO MATEUS DO MARANHÃO		205.661,31	117.188,28	322.849,59
SÃO PEDRO DA ÁGUA BRANCA		37.108,12	52.083,69	89.191,81
SÃO PEDRO DOS CRENTES		9.604,55	39.062,76	48.667,31
SÃO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS		85.481,96	78.125,52	163.607,48
SÃO RAIMUNDO DO DOCA BEZERRA		9.452,56	39.062,76	48.515,32
SÃO ROBERTO		2.594,12	39.062,76	41.656,88
SÃO VICENTE FERRER		145.593,52	78.125,52	223.719,04
SATUBINHA		22.067,62	65.104,61	87.172,23
SENADOR ALEXANDRE COSTA		20.036,64	52.083,69	72.120,33
SENADOR LA ROCQUE		1.905,08	65.104,61	67.009,69

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO MA: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SERRANO DO MARANHÃO		160.762,48	52.083,69	212.846,17
SÍTIO NOVO		74.498,06	78.125,52	152.623,58
SUCUPIRA DO NORTE		21.656,49	52.083,69	73.740,18
SUCUPIRA DO RIACHÃO		12.293,88	39.062,76	51.356,64
TASSO FRAGOSO		6.964,54	39.062,76	46.027,30
TIMBIRAS		80.546,72	91.146,43	171.693,15
TIMON		1.346.590,49	521.186,70	1.867.777,19
TRIZIDELA DO VALE		49.390,45	78.125,52	127.515,97
TUFILÂNDIA		86.815,05	39.062,76	125.877,81
TUNTUM		819.323,98	117.188,28	936.512,26
TURIAÇU		105.727,61	104.167,35	209.894,96
TURILÂNDIA		249.002,69	91.146,43	340.149,12
TUTÓIA		149.020,39	143.230,13	292.250,52
URBANO SANTOS		42.540,76	104.167,35	146.708,11
VARGEM GRANDE		157.686,29	143.230,13	300.916,42
VIANA		346.326,51	143.230,13	489.556,64

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO MA: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
VILA NOVA DOS MARTÍRIOS		38.617,36	52.084,13	90.701,49
VITÓRIA DO MEARIM		102.221,71	104.167,35	206.389,06
VITORINO FREIRE		292.579,92	104.167,35	396.747,27
ZÉ DOCA		263.546,23	143.230,13	406.776,36

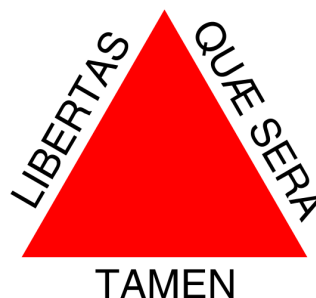
*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

BOLETIM SEGOV

Articulação Federativa para o enfrentamento da situação de emergência decorrente do Coronavírus (Covid-19)



MINAS GERAIS



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE GOVERNO
SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS FEDERATIVOS**

24 de abril de 2020

ESTADO MG: ENTREGAS DO GOVERNO FEDERAL



Ações e Serviços Públicos de Saúde	Entregas do GOVERNO FEDERAL		
EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIs) *	Álcool etílico 500ml	5.640	
	Álcool etílico 100ml	9.408	
	Óculos proteção	6.910	
	Luva para procedimento não cirúrgico	2.411.384	
	Sapatilha	7.300	
	Máscara 3 camadas	1.375.000	
	Avental	121.769	
	Touca hospitalar	29.200	
Leitos-Covid	50 leitos instalados (30 no Hospital Eduardo de Menezes, 10 no Hospital Regional Antônio Dias e 10 no Hospital Regional João Penido)		
Testes RT PCT	42.768		
Testes rápidos	50.920 na 1ª distribuição	62.660 na 2ª distribuição	109.900 na 3ª distribuição

*/ Entregas realizadas em 23, 25 e 26/03. Parte da pauta de distribuição de álcool etílico 500ml, luva, sapatilha e máscara 3 camadas foi entregue de 02 a 09/04.

ESTADO MG: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

DESCRIÇÃO		ESTADO	MUNICÍPIO	TOTAL
Apoio FPE	MP 938 (1ª parcela da recomposição)	R\$ 26,23 milhões		R\$ 26,23 milhões
Apoio FPM	MP 938 (1ª parcela da recomposição)		R\$ 68,70 milhões	R\$68,70 milhões
Fundo Nacional da Saúde (FNS)	Portaria nº 395	R\$ 42,90 milhões		R\$ 582,49 milhões
	Portaria nº 480 *	R\$ 60,79 milhões		
	Portaria nº 774	R\$ 56,49 milhões	R\$ 422,30 milhões	

R\$ 677,43 milhões

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).
valor mínimo = R\$ 2,00 per capita;
valor máximo = R\$ 5,00 per capita

ESTADO MG: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
ABADIA DOS DOURADOS		89.805,42	45.807,29	135.612,71
ABAETÉ		422.372,36	91.614,55	513.986,91
ABRE CAMPO		271.535,16	76.345,45	347.880,61
ACAIACA		56.849,99	45.807,29	102.657,28
AÇUCENA		8.019,18	45.807,29	53.826,47
ÁGUA BOA		209.755,08	76.345,45	286.100,53
ÁGUA COMPRIDA		29.910,73	45.807,29	75.718,02
AGUANIL		86.512,64	45.807,29	132.319,93
ÁGUAS FORMOSAS		272.062,26	91.614,55	363.676,81
ÁGUAS VERMELHAS		83.765,61	61.076,38	144.841,99
AIMORÉS		28.305,00	106.883,65	135.188,65
AIURUOCA		86.438,74	45.807,29	132.246,03
ALAGOA		44.315,82	45.807,29	90.123,11
ALBERTINA		11.648,56	45.807,29	57.455,85
ALÉM PARAÍBA		28.305,00	122.152,75	150.457,75
ALFENAS		5.892.326,65	198.498,19	6.090.824,84

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO MG: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
ALFREDO VASCONCELOS		62.846,05	45.807,29	108.653,34
ALMENARA		441.876,50	137.421,84	579.298,34
ALPERCATA		89.587,43	45.807,29	135.394,72
ALPINÓPOLIS		28.305,00	91.614,55	119.919,55
ALTEROSA		206.751,87	76.345,45	283.097,32
ALTO CAPARAÓ		76.752,12	45.807,29	122.559,41
ALTO JEQUITIBÁ		126.494,40	45.807,29	172.301,69
ALTO RIO DOCE		202.018,51	61.076,38	263.094,89
ALVARENGA		63.402,82	45.807,29	109.210,11
ALVINÓPOLIS		197.931,85	76.345,45	274.277,30
ALVORADA DE MINAS		56.538,52	45.807,29	102.345,81
AMPARO DO SERRA		63.904,70	45.807,29	109.711,99
ANDRADAS		317.332,59	137.421,84	454.754,43
ANDRELÂNDIA		38.856,53	61.076,38	99.932,91
ANGELÂNDIA		139.869,04	45.807,29	185.676,33
ANTÔNIO CARLOS		20.224,08	61.076,38	81.300,46
ANTÔNIO DIAS		129.510,33	45.807,29	175.317,62

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO MG: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
ANTÔNIO PRADO DE MINAS		34.423,00	45.807,29	80.230,29
ARAÇAI		37.565,99	45.807,29	83.373,28
ARACITABA		35.249,88	45.807,29	81.057,17
ARAÇUAÍ		596.180,60	137.421,84	733.602,44
ARAGUARI		1.520.583,46	259.574,57	1.780.158,03
ARANTINA		45.081,20	45.807,29	90.888,49
ARAPONGA		132.456,87	45.807,29	178.264,16
ARAPORÃ		112.367,98	45.807,29	158.175,27
ARAPUÁ		36.848,85	45.807,29	82.656,14
ARAÚJOS		96.422,22	45.807,29	142.229,51
ARAXÁ		1.286.565,41	244.305,48	1.530.870,89
ARCEBURGO		113.188,62	61.076,38	174.265,00
ARCOS		28.305,00	137.421,84	165.726,84
AREADO		102.345,46	76.345,45	178.690,91
ARGIRITA		51.812,50	45.807,29	97.619,79
ARICANDUVA		80.433,45	45.807,29	126.240,74
ARINOS		74.341,78	91.614,55	165.956,33

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO MG: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
ASTOLFO DUTRA		188.700,98	76.345,45	265.046,43
ATALÉIA		207.798,91	76.345,45	284.144,36
AUGUSTO DE LIMA		76.654,01	45.807,29	122.461,30
BAEPENDI		454.554,64	91.614,55	546.169,19
BALDIM		141.981,67	45.807,29	187.788,96
BAMBUÍ		28.305,00	106.883,65	135.188,65
BANDEIRA		85.116,00	45.807,29	130.923,29
BANDEIRA DO SUL		6.196,57	45.807,29	52.003,86
BARÃO DE COCAIS		127.815,90	122.152,75	249.968,65
BARÃO DE MONTE ALTO		108.817,52	45.807,29	154.624,81
BARBACENA		5.087.565,56	274.843,66	5.362.409,22
BARRA LONGA		86.810,51	45.807,29	132.617,80
BARROSO		220.836,28	91.614,55	312.450,83
BELA VISTA DE MINAS		7.433,72	61.076,38	68.510,10
BELMIRO BRAGA		42.363,03	45.807,29	88.170,32
BELO HORIZONTE		113.623.594,79	2.445.308,67	116.068.903,46
BELO ORIENTE		62.539,03	106.883,65	169.422,68

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO MG: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
BELO VALE		98.255,17	45.807,29	144.062,46
BERILO		94.807,73	61.076,38	155.884,11
BERIZAL		4.342,96	45.807,29	50.150,25
BERTÓPOLIS		68.555,14	45.807,29	114.362,43
BETIM		6.894.261,81	430.550,62	7.324.812,43
BIAS FORTES		56.900,28	45.807,29	102.707,57
BICAS		28.305,00	76.345,45	104.650,45
BIQUINHAS		34.545,00	45.807,29	80.352,29
BOA ESPERANÇA		313.611,50	137.421,84	451.033,34
BOCAINA DE MINAS		59.642,33	45.807,29	105.449,62
BOCAIUVA		314.517,22	152.690,94	467.208,16
BOM DESPACHO		422.115,31	152.690,94	574.806,25
BOM JARDIM DE MINAS		83.706,33	45.807,29	129.513,62
BOM JESUS DA PENHA		69.454,97	45.807,29	115.262,26
BOM JESUS DO AMPARO		45.639,64	45.807,29	91.446,93

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO MG: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
BOM JESUS DO GALHO		158.714,48	76.345,45	235.059,93
BOM REPOUSO		122.458,72	61.076,38	183.535,10
BOM SUCESSO		278.923,50	91.614,55	370.538,05
BONFIM		92.383,44	45.807,29	138.190,73
BONFINÓPOLIS DE MINAS		78.830,62	45.807,29	124.637,91
BONITO DE MINAS		217.999,10	61.076,38	279.075,48
BORDA DA MATA		202.342,39	91.614,55	293.956,94
BOTELHOS		40.362,67	76.345,45	116.708,12
BOTUMIRIM		107.306,94	45.807,29	153.114,23
BRÁS PIRES		78.782,51	45.807,29	124.589,80
BRASILÂNDIA DE MINAS		173.814,69	76.345,45	250.160,14
BRASÍLIA DE MINAS		1.146.394,50	122.152,75	1.268.547,25
BRAÚNAS		72.362,53	45.807,29	118.169,82
BRAZÓPOLIS		167.130,36	76.345,45	243.475,81
BRUMADINHO		528.887,35	137.421,84	666.309,19

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO MG: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
BUENO BRANDÃO		92.825,37	61.076,38	153.901,75
BUENÓPOLIS		155.099,84	61.076,38	216.176,22
BUGRE		68.686,15	45.807,29	114.493,44
BURITIS		128.721,34	106.883,65	235.604,99
BURITIZEIRO		103.491,06	106.883,65	210.374,71
CABECEIRA GRANDE		68.939,40	45.807,29	114.746,69
CABO VERDE		90.730,82	76.345,45	167.076,27
CACHOEIRA DA PRATA		45.007,47	45.807,29	90.814,76
CACHOEIRA DE MINAS		127.618,65	61.076,38	188.695,03
CACHOEIRA DE PAJEÚ		177.558,53	45.807,29	223.365,82
CACHOEIRA DOURADA		44.376,23	45.807,29	90.183,52
CAETANÓPOLIS		108.527,19	61.076,38	169.603,57
CAETÉ		407.713,11	152.690,94	560.404,05
CAIANA		93.088,56	45.807,29	138.895,85
CAJURI		75.838,28	45.807,29	121.645,57
CALDAS		144.331,86	76.345,45	220.677,31
CAMACHO		69.856,48	45.807,29	115.663,77
CAMANDUCAIA		206.948,14	91.614,55	298.562,69

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO MG: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
CAMBUÍ		356.421,13	106.883,65	463.304,78
CAMBUQUIRA		159.229,75	61.076,38	220.306,13
CAMPANÁRIO		724,18	45.807,29	46.531,47
CAMPANHA		95.164,37	76.345,45	171.509,82
CAMPESTRE		116.353,38	91.614,55	207.967,93
CAMPINA VERDE		150.427,95	91.614,55	242.042,50
CAMPO AZUL		84.433,56	45.807,29	130.240,85
CAMPO BELO		1.291.365,61	167.960,02	1.459.325,63
CAMPO DO MEIO		174.366,15	61.076,38	235.442,53
CAMPO FLORIDO		74.427,94	45.807,29	120.235,23
CAMPOS ALTOS		35.919,74	76.345,45	112.265,19
CAMPOS GERAIS		289.142,37	106.883,65	396.026,02
CANA VERDE		92.439,76	45.807,29	138.247,05
CANAÃ		87.336,71	45.807,29	133.144,00
CANÁPOLIS		129.683,71	61.076,38	190.760,09
CANDEIAS		28.305,00	76.345,45	104.650,45
CANTAGALO		63.195,92	45.807,29	109.003,21
CAPARAÓ		83.332,37	45.807,29	129.139,66

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO MG: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
CAPELA NOVA		58.940,15	45.807,29	104.747,44
CAPELINHA		519.165,02	137.421,84	656.586,86
CAPETINGA		73.578,22	45.807,29	119.385,51
CAPIM BRANCO		89.873,02	45.807,29	135.680,31
CAPINÓPOLIS		216.830,80	76.345,45	293.176,25
CAPITÃO ANDRADE		78.448,43	45.807,29	124.255,72
CAPITÃO ENÉAS		28.305,00	76.345,45	104.650,45
CAPITÓLIO		125.190,64	45.807,29	170.997,93
CAPUTIRA		125.742,38	45.807,29	171.549,67
CARAÍ		97.272,60	106.883,65	204.156,25
CARANAÍBA		44.406,15	45.807,29	90.213,44
CARANDAÍ		94.113,05	106.883,65	200.996,70
CARANGOLA		120.215,00	122.152,75	242.367,75
CARATINGA		1.677.357,76	229.036,39	1.906.394,15
CARBONITA		129.401,64	45.807,29	175.208,93
CAREAÇU		98.758,83	45.807,29	144.566,12
CARLOS CHAGAS		81.450,86	91.614,55	173.065,41
CARMÉSIA		31.246,64	45.807,29	77.053,93

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO MG: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
CARMO DA CACHOEIRA		46.638,09	61.076,38	107.714,47
CARMO DA MATA		150.906,40	61.076,38	211.982,78
CARMO DE MINAS		187.074,14	76.345,45	263.419,59
CARMO DO CAJURU		301.266,35	91.614,55	392.880,90
CARMO DO PARANAÍBA		322.095,24	122.152,75	444.247,99
CARMO DO RIO CLARO		90.302,26	91.614,55	181.916,81
CARMÓPOLIS DE MINAS		206.243,43	91.614,55	297.857,98
CARNEIRINHO		131.485,18	45.807,29	177.292,47
CARRANCAS		49.245,68	45.807,29	95.052,97
CARVALHÓPOLIS		30.667,99	45.807,29	76.475,28
CARVALHOS		63.006,51	45.807,29	108.813,80
CASA GRANDE		45.168,01	45.807,29	90.975,30
CASCALHO RICO		53.093,61	45.807,29	98.900,90
CÁSSIA		28.305,00	91.614,55	119.919,55
CATAGUASES		1.108.006,29	198.498,19	1.306.504,48

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO MG: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
CATAS ALTAS		4.302,11	45.807,29	50.109,40
CATAS ALTAS DA NORUEGA		70.961,28	45.807,29	116.768,57
CATUJI		5.795,62	45.807,29	51.602,91
CATUTI		95.268,71	45.807,29	141.076,00
CAXAMBU		138.493,57	91.614,55	230.108,12
CEDRO DO ABAETÉ		39.616,61	45.807,29	85.423,90
CENTRAL DE MINAS		127.188,82	45.807,29	172.996,11
CENTRALINA		131.262,30	61.076,38	192.338,68
CHÁCARA		42.152,47	45.807,29	87.959,76
CHALÉ		86.160,03	45.807,29	131.967,32
CHAPADA DO NORTE		252.716,95	76.345,45	329.062,40
CHAPADA GAÚCHA		19.637,20	0,00	19.637,20
CHIADOR		34.530,19	45.807,29	80.337,48
CIPOTÂNEA		140.665,14	45.807,29	186.472,43
CLARAVAL		69.422,50	45.807,29	115.229,79
CLARO DOS POÇÕES		133.932,03	45.807,29	179.739,32
CLÁUDIO		28.305,00	106.883,65	135.188,65

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO MG: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
COIMBRA		96.736,75	45.807,29	142.544,04
COLUNA		41.569,69	45.807,29	87.376,98
COMENDADOR GOMES		35.614,07	45.807,29	81.421,36
COMERCINHO		147.756,06	45.807,29	193.563,35
CONCEIÇÃO DA APARECIDA		29.657,32	61.076,38	90.733,70
CONCEIÇÃO DA BARRA DE MINAS		34.493,72	45.807,29	80.301,01
CONCEIÇÃO DAS ALAGOAS		213.595,73	106.883,65	320.479,38
CONCEIÇÃO DAS PEDRAS		42.179,23	45.807,29	87.986,52
CONCEIÇÃO DE IPANEMA		54.535,52	45.807,29	100.342,81
CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO		265.436,21	91.614,55	357.050,76
CONCEIÇÃO DO PARÁ		79.602,00	45.807,29	125.409,29

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO MG: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
CONCEIÇÃO DO RIO VERDE		126.216,82	76.345,45	202.562,27
CONCEIÇÃO DOS OUROS		109.595,93	61.076,38	170.672,31
CÔNEGO MARINHO		146.378,73	45.807,29	192.186,02
CONFINS		56.211,07	45.807,29	102.018,36
CONGONHAL		152.200,34	61.076,38	213.276,72
CONGONHAS		688.209,34	167.960,02	856.169,36
CONGONHAS DO NORTE		70.077,97	45.807,29	115.885,26
CONQUISTA		75.482,12	45.807,29	121.289,41
CONSELHEIRO LAFAIETE		1.569.377,93	259.574,57	1.828.952,50
CONSELHEIRO PENA		112.105,34	91.614,55	203.719,89
CONSOLAÇÃO		26.804,23	45.807,29	72.611,52
CONTAGEM		8.356.329,37	430.550,62	8.786.879,99
COQUEIRAL		114.159,16	45.807,29	159.966,45

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO MG: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
CORAÇÃO DE JESUS		267.874,49	106.883,65	374.758,14
CORDISBURGO		85.671,82	45.807,29	131.479,11
CORDISLÂNDIA		43.066,99	45.807,29	88.874,28
CORINTO		173.889,24	106.883,65	280.772,89
COROACI		6.701,19	61.076,38	67.777,57
COROMANDEL		189.688,18	106.883,65	296.571,83
CORONEL FABRICIANO		1.282.151,36	244.305,48	1.526.456,84
CORONEL MURTA		140.421,81	45.807,29	186.229,10
CORONEL PACHECO		33.951,00	45.807,29	79.758,29
CORONEL XAVIER CHAVES		34.495,25	45.807,29	80.302,54
CÓRREGO DANTA		49.793,98	45.807,29	95.601,27
CÓRREGO DO BOM JESUS		38.685,98	45.807,29	84.493,27
CÓRREGO FUNDO		69.778,37	45.807,29	115.585,66
CÓRREGO NOVO		65.297,58	45.807,29	111.104,87
COUTO DE MAGALHÃES DE MINAS		69.060,59	45.807,29	114.867,88

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO MG: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
CRISÓLITA		2.747,08	45.807,29	48.554,37
CRISTAIS		77.128,90	61.076,38	138.205,28
CRISTÁLIA		88.195,55	45.807,29	134.002,84
CRISTIANO OTONI		68.199,57	45.807,29	114.006,86
CRISTINA		135.787,70	61.076,38	196.864,08
CRUCILÂNDIA		65.987,25	45.807,29	111.794,54
CRUZEIRO DA FORTALEZA		40.448,12	45.807,29	86.255,41
CRUZÍLIA		150.966,79	76.345,45	227.312,24
CUPARAQUE		86.734,56	45.807,29	132.541,85
CURRAL DE DENTRO		124.715,77	45.807,29	170.523,06
CURVELO		1.517.006,93	198.498,19	1.715.505,12
DATAS		72.090,06	45.807,29	117.897,35
DELFIN MOREIRA		96.369,63	45.807,29	142.176,92
DELFINÓPOLIS		115.063,72	45.807,29	160.871,01
DELTA		106.571,47	61.076,38	167.647,85
DESCOBERTO		76.408,75	45.807,29	122.216,04

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO MG: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
DESTERRO DE ENTRE RIOS		78.717,51	45.807,29	124.524,80
DESTERRO DO MELO		59.650,82	45.807,29	105.458,11
DIAMANTINA		3.646.728,00	152.690,94	3.799.418,94
DIOGO DE VASCONCELOS		64.755,38	45.807,29	110.562,67
DIONÍSIO		8.732,36	45.807,29	54.539,65
DIVINÉSIA		87.518,59	45.807,29	133.325,88
DIVINO		28.305,00	91.614,55	119.919,55
DIVINO DAS LARANJEIRAS		82.685,22	45.807,29	128.492,51
DIVINOLÂNDIA DE MINAS		5.248,46	45.807,29	51.055,75
DIVINÓPOLIS		7.760.627,47	430.550,62	8.191.178,09
DIVISA ALEGRE		113.138,71	45.807,29	158.946,00
DIVISA NOVA		63.258,66	45.807,29	109.065,95
DIVISÓPOLIS		164.972,84	61.076,38	226.049,22
DOM BOSCO		54.234,00	45.807,29	100.041,29

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO MG: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
DOM CAVATI		69.886,34	45.807,29	115.693,63
DOM JOAQUIM		83.963,28	45.807,29	129.770,57
DOM SILVÉRIO		59.253,47	45.807,29	105.060,76
DOM VIÇOSO		43.012,46	45.807,29	88.819,75
DONA EUSÉBIA		89.842,32	45.807,29	135.649,61
DORES DE CAMPOS		76.457,92	45.807,29	122.265,21
DORES DE GUANHÃES		82.844,04	45.807,29	128.651,33
DORES DO INDAIÁ		131.547,78	76.345,45	207.893,23
DORES DO TURVO		79.751,02	45.807,29	125.558,31
DORESÓPOLIS		52.220,98	45.807,29	98.028,27
DOURADOQUARA		40.956,95	45.807,29	86.764,24
DURANDÉ		101.222,18	45.807,29	147.029,47
ELÓI MENDES		231.263,45	106.883,65	338.147,10
ENGENHEIRO CALDAS		16.284,34	61.076,38	77.360,72
ENGENHEIRO NAVARRO		151.910,66	45.807,29	197.717,95
ENTRE FOLHAS		71.353,10	45.807,29	117.160,39
ENTRE RIOS DE MINAS		108.414,49	76.345,45	184.759,94

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO MG: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
ERVÁLIA		84.268,18	91.614,55	175.882,73
ESMERALDAS		33.086,25	183.229,09	216.315,34
ESPERA FELIZ		28.305,00	106.883,65	135.188,65
ESPINOSA		131.416,54	122.152,75	253.569,29
ESPÍRITO SANTO DO DOURADO		42.780,35	45.807,29	88.587,64
ESTIVA		71.814,69	61.076,38	132.891,07
ESTRELA DALVA		30.905,95	45.807,29	76.713,24
ESTRELA DO INDAIÁ		71.008,62	45.807,29	116.815,91
ESTRELA DO SUL		101.954,63	45.807,29	147.761,92
EUGENÓPOLIS		209.481,67	61.076,38	270.558,05
EWBANK DA CÂMARA		63.378,12	45.807,29	109.185,41
EXTREMA		62.305,00	122.152,75	184.457,75
FAMA		29.343,44	45.807,29	75.150,73
FARIA LEMOS		32.893,58	45.807,29	78.700,87
FELÍCIO DOS SANTOS		100.145,74	45.807,29	145.953,03
FELISBURGO		52.545,68	45.807,29	98.352,97
FELIXLÂNDIA		210.694,93	76.345,45	287.040,38

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO MG: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
FERNANDES TOURINHO		53.713,18	45.807,29	99.520,47
FERROS		137.059,44	61.076,38	198.135,82
FERVEDOURO		194.559,60	61.076,38	255.635,98
FLORESTAL		63.824,83	45.807,29	109.632,12
FORMIGA		1.431.265,07	183.229,09	1.614.494,16
FORMOSO		10.646,20	45.807,29	56.453,49
FORTALEZA DE MINAS		52.606,90	45.807,29	98.414,19
FORTUNA DE MINAS		49.740,48	45.807,29	95.547,77
FRANCISCO BADARÓ		8.618,12	61.076,38	69.694,50
FRANCISCO DUMONT		90.530,63	45.807,29	136.337,92
FRANCISCO SÁ		349.751,09	106.883,65	456.634,74
FRANCISCÓPOLIS		3.403,91	45.807,29	49.211,20
FREI GASPAR		2.194,92	45.807,29	48.002,21
FREI INOCÊNCIO		31.486,93	45.807,29	77.294,22
FREI LAGONEGRO		41.574,96	45.807,29	87.382,25
FRONTEIRA		158.477,59	91.614,55	250.092,14
FRONTEIRA DOS VALES		449,68	45.807,29	46.256,97

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO MG: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
FRUTA DE LEITE		112.214,25	45.807,29	158.021,54
FRUTAL		344.811,52	167.960,02	512.771,54
FUNILÂNDIA		56.026,70	45.807,29	101.833,99
GALILÉIA		102.874,43	45.807,29	148.681,72
GAMELEIRAS		2.744,65	45.807,29	48.551,94
GLAUCILÂNDIA		45.524,24	45.807,29	91.331,53
GOIABEIRA		88.426,33	45.807,29	134.233,62
GOIANÁ		42.190,12	45.807,29	87.997,41
GONÇALVES		48.232,79	45.807,29	94.040,08
GONZAGA		130.663,56	45.807,29	176.470,85
GOUVEIA		183.206,29	61.076,38	244.282,67
GOVERNADOR VALADARES		8.731.804,77	430.550,62	9.162.355,39
GRÃO MOGOL		213.993,16	76.345,45	290.338,61
GRUPIARA		43.425,30	45.807,29	89.232,59
GUANHÃES		450.528,11	122.152,75	572.680,86
GUAPÉ		198.125,39	76.345,45	274.470,84
GUARACIABA		136.088,46	61.076,38	197.164,84

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO MG: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
GUARACIAMA		80.917,03	45.807,29	126.724,32
GUARANÉSIA		187.457,30	91.614,55	279.071,85
GUARANI		126.633,52	45.807,29	172.440,81
GUARARÁ		63.540,92	45.807,29	109.348,21
GUARDA-MOR		88.217,39	45.807,29	134.024,68
GUAXUPÉ		682.221,47	167.960,02	850.181,49
GUIDOVAL		126.685,20	45.807,29	172.492,49
GUIMARÂNIA		113.080,79	45.807,29	158.888,08
GUIRICEMA		117.125,91	45.807,29	162.933,20
GURINHATÃ		104.167,17	45.807,29	149.974,46
HELIODORA		83.762,43	45.807,29	129.569,72
IAPU		211.327,07	61.076,38	272.403,45
IBERTIOGA		66.406,55	45.807,29	112.213,84
IBIÁ		119.770,76	106.883,65	226.654,41
IBIAÍ		144.105,18	45.807,29	189.912,47
IBIRACATU		114.880,50	45.807,29	160.687,79
IBIRACI		139.636,14	76.345,45	215.981,59
IBIRITÉ		1.414.674,70	430.550,62	1.845.225,32

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO MG: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
IBITIÚRA DE MINAS		42.318,61	45.807,29	88.125,90
IBITURUNA		43.097,76	45.807,29	88.905,05
ICARAÍ DE MINAS		155.866,53	61.076,38	216.942,91
IGARAPÉ		198.305,00	137.421,84	335.726,84
IGARATINGA		147.998,61	61.076,38	209.074,99
IGUATAMA		99.908,54	45.807,29	145.715,83
IJACI		55.996,03	45.807,29	101.803,32
ILICÍNEA		210.444,60	61.076,38	271.520,98
IMBÉ DE MINAS		90.881,07	45.807,29	136.688,36
INCONFIDENTES		114.015,81	45.807,29	159.823,10
INDAIABIRA		5.635,61	45.807,29	51.442,90
INDIANÓPOLIS		94.018,68	45.807,29	139.825,97
INGAÍ		35.730,91	45.807,29	81.538,20
INHAPIM		60.435,00	106.883,65	167.318,65
INHAÚMA		87.750,89	45.807,29	133.558,18
INIMUTABA		115.531,21	45.807,29	161.338,50
IPABA		39.740,36	91.614,55	131.354,91
IPANEMA		28.305,00	91.614,55	119.919,55

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO MG: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
IPATINGA		9.380.093,56	430.550,62	9.810.644,18
IPIAÇU		65.653,23	45.807,29	111.460,52
IPUIÚNA		13.205,30	45.807,29	59.012,59
IRAÍ DE MINAS		77.905,18	45.807,29	123.712,47
ITABIRA		2.265.023,47	259.574,57	2.524.598,04
ITABIRINHA		199.670,87	61.076,38	260.747,25
ITABIRITO		230.435,00	167.960,02	398.395,02
ITACAMBIRA		68.091,39	45.807,29	113.898,68
ITACARAMBI		95.032,08	91.614,55	186.646,63
ITAGUARA		221.107,73	61.076,38	282.184,11
ITAIPE		29.914,96	61.076,38	90.991,34
ITAJUBÁ		2.678.564,85	229.036,39	2.907.601,24
ITAMARANDIBA		279.931,93	122.152,75	402.084,68
ITAMARATI DE MINAS		57.655,30	45.807,29	103.462,59
ITAMBACURI		471.795,36	91.614,55	563.409,91
ITAMBÉ DO MATO DENTRO		50.429,51	45.807,29	96.236,80
ITAMOGI		151.134,50	61.076,38	212.210,88

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO MG: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
ITAMONTE		101.329,91	76.345,45	177.675,36
ITANHANDU		939.966,73	76.345,45	1.016.312,18
ITANHOMI		137.765,89	61.076,38	198.842,27
ITAOBIM		404.057,41	91.614,55	495.671,96
ITAPAGIPE		148.720,59	76.345,45	225.066,04
ITAPECERICA		203.328,96	91.614,55	294.943,51
ITAPEVA		95.980,70	45.807,29	141.787,99
ITATIAIUÇU		167.258,13	61.076,38	228.334,51
ITAÚ DE MINAS		182.756,46	76.345,45	259.101,91
ITAÚNA		1.301.186,28	229.036,39	1.530.222,67
ITAVERAVA		123.850,40	45.807,29	169.657,69
ITINGA		214.773,72	76.345,45	291.119,17
ITUETA		76.695,92	45.807,29	122.503,21
ITUIUTABA		1.230.949,55	244.305,48	1.475.255,03
ITUMIRIM		68.524,16	45.807,29	114.331,45
ITURAMA		213.266,65	137.421,84	350.688,49
ITUTINGA		56.891,76	45.807,29	102.699,05
JABOTICATUBAS		35.131,61	91.614,55	126.746,16

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO MG: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
JACINTO		124.299,65	61.076,38	185.376,03
JACUÍ		85.104,60	45.807,29	130.911,89
JACUTINGA		106.698,99	106.883,65	213.582,64
JAGUARAÇU		70.431,88	45.807,29	116.239,17
JAÍBA		603.418,47	137.421,84	740.840,31
JAMPRUCA		597,22	45.807,29	46.404,51
JANAÚBA		2.106.328,00	198.498,19	2.304.826,19
JANUÁRIA		486.465,26	183.229,09	669.694,35
JAPARAÍBA		65.476,70	45.807,29	111.283,99
JAPONVAR		143.268,10	45.807,29	189.075,39
JECEABA		60.544,68	45.807,29	106.351,97
JENIPAPO DE MINAS		99.566,22	45.807,29	145.373,51
JEQUERI		231.924,28	61.076,38	293.000,66
JEQUITAÍ		111.708,47	45.807,29	157.515,76
JEQUITIBÁ		117.898,51	45.807,29	163.705,80
JEQUITINHONHA		313.258,81	106.883,65	420.142,46
JESUÂNIA		62.423,45	45.807,29	108.230,74
JOAÍMA		90.783,57	76.345,45	167.129,02

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO MG: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
JOANÉSIA		91.860,57	45.807,29	137.667,86
JOÃO MONLEVADE		897.055,44	198.498,19	1.095.553,63
JOÃO PINHEIRO		352.305,85	152.690,94	504.996,79
JOAQUIM FELÍCIO		63.878,20	45.807,29	109.685,49
JORDÂNIA		27.928,13	61.076,38	89.004,51
JOSÉ GONÇALVES DE MINAS		85.783,41	45.807,29	131.590,70
JOSÉ RAYDAN		70.151,81	45.807,29	115.959,10
JOSENÓPOLIS		90.363,81	45.807,29	136.171,10
JUATUBA		263.001,87	106.883,65	369.885,52
JUIZ DE FORA		19.404.261,29	430.550,62	19.834.811,91
JURAMENTO		68.829,05	45.807,29	114.636,34
JURUAIA		149.361,12	61.076,38	210.437,50
JUVENÍLIA		107.122,54	45.807,29	152.929,83
LADAINHA		254.215,27	91.614,55	345.829,82
LAGAMAR		122.450,49	45.807,29	168.257,78
LAGOA DA PRATA		198.305,00	167.960,02	366.265,02
LAGOA DOS PATOS		79.015,32	45.807,29	124.822,61

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO MG: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
LAGOA DOURADA		115.624,68	61.076,38	176.701,06
LAGOA FORMOSA		104.633,60	91.614,55	196.248,15
LAGOA GRANDE		134.470,13	45.807,29	180.277,42
LAGOA SANTA		432.418,22	183.229,09	615.647,31
LAJINHA		28.305,00	91.614,55	119.919,55
LAMBARI		244.373,84	91.614,55	335.988,39
LAMIM		69.340,22	45.807,29	115.147,51
LARANJAL		89.224,49	45.807,29	135.031,78
LASSANCE		4.581,36	45.807,29	50.388,65
LAVRAS		2.283.564,33	244.305,48	2.527.869,81
LEANDRO FERREIRA		48.178,30	45.807,29	93.985,59
LEME DO PRADO		84.597,07	45.807,29	130.404,36
LEOPOLDINA		119.965,82	167.960,02	287.925,84
LIBERDADE		60.517,19	45.807,29	106.324,48
LIMA DUARTE		102.309,88	76.345,45	178.655,33
LIMEIRA DO OESTE		85.766,21	45.807,29	131.573,50
LONTRA		3.853,87	45.807,29	49.661,16
LUISBURGO		85.757,81	45.807,29	131.565,10

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO MG: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
LUISLÂNDIA		128.105,15	45.807,29	173.912,44
LUMINÁRIAS		59.099,58	45.807,29	104.906,87
LUZ		199.614,52	91.614,55	291.229,07
MACHACALIS		108.094,83	45.807,29	153.902,12
MACHADO		264.260,43	137.421,84	401.682,27
MADRE DE DEUS DE MINAS		71.764,45	45.807,29	117.571,74
MALACACHETA		146.506,86	91.614,55	238.121,41
MAMONAS		6.489,59	45.807,29	52.296,88
MANGA		172.026,66	91.614,55	263.641,21
MANHUAÇU		1.892.899,69	213.767,28	2.106.666,97
MANHUMIRIM		28.305,00	91.614,55	119.919,55
MANTENA		455.250,40	106.883,65	562.134,05
MAR DE ESPANHA		154.328,43	61.076,38	215.404,81
MARAVILHAS		91.778,12	45.807,29	137.585,41
MARIA DA FÉ		194.123,53	76.345,45	270.468,98
MARIANA		493.567,67	167.960,02	661.527,69
MARILAC		73.420,29	45.807,29	119.227,58

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO MG: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
MÁRIO CAMPOS		6.406,74	76.345,45	82.752,19
MARIPÁ DE MINAS		39.658,85	45.807,29	85.466,14
MARLIÉRIA		70.861,19	45.807,29	116.668,48
MARMELÓPOLIS		40.091,65	45.807,29	85.898,94
MARTINHO CAMPOS		189.947,04	61.076,38	251.023,42
MARTINS SOARES		131.336,38	45.807,29	177.143,67
MATA VERDE		116.925,29	45.807,29	162.732,58
MATERLÂNDIA		99.359,37	45.807,29	145.166,66
MATEUS LEME		475.504,69	122.152,75	597.657,44
MATHIAS LOBATO		658,63	45.807,29	46.465,92
MATIAS BARBOSA		28.305,00	76.345,45	104.650,45
MATIAS CARDOSO		178.694,66	61.076,38	239.771,04
MATIPÓ		268.270,68	91.614,55	359.885,23
MATO VERDE		17.706,45	61.076,38	78.782,83
MATOZINHOS		176.623,04	137.421,84	314.044,88
MATUTINA		60.818,51	45.807,29	106.625,80
MEDEIROS		53.896,34	45.807,29	99.703,63
MEDINA		174.505,62	91.614,55	266.120,17

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO MG: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
MENDES PIMENTEL		99.457,41	45.807,29	145.264,70
MERCÊS		118.171,78	61.076,38	179.248,16
MESQUITA		104.341,29	45.807,29	150.148,58
MINAS NOVAS		359.066,59	122.152,75	481.219,34
MINDURI		44.070,76	45.807,29	89.878,05
MIRABELA		28.305,00	76.345,45	104.650,45
MIRADOURO		156.624,83	61.076,38	217.701,21
MIRAÍ		221.832,46	76.345,45	298.177,91
MIRAVÂNIA		82.209,90	45.807,29	128.017,19
MOEDA		63.512,46	45.807,29	109.319,75
MOEMA		106.309,06	45.807,29	152.116,35
MONJOLOS		41.876,65	45.807,29	87.683,94
MONSENHOR PAULO		104.894,84	45.807,29	150.702,13
MONTALVÂNIA		244.050,55	76.345,45	320.396,00
MONTE ALEGRE DE MINAS		113.032,76	91.614,55	204.647,31
MONTE AZUL		261.498,62	91.614,55	353.113,17
MONTE BELO		106.311,47	61.076,38	167.387,85

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO MG: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
MONTE CARMELO		364.161,76	152.690,94	516.852,70
MONTE FORMOSO		82.656,36	45.807,29	128.463,65
MONTE SANTO DE MINAS		28.305,00	91.614,55	119.919,55
MONTE SIÃO		158.231,89	0,00	158.231,89
MONTES CLAROS		15.562.808,79	430.550,62	15.993.359,41
MONTEZUMA		174.240,05	45.807,29	220.047,34
MORADA NOVA DE MINAS		111.829,79	45.807,29	157.637,08
MORRO DA GARÇA		55.171,95	45.807,29	100.979,24
MORRO DO PILAR		60.127,92	45.807,29	105.935,21
MUNHOZ		75.725,16	45.807,29	121.532,45
MURIAÉ		163.086,25	244.305,48	407.391,73
MUTUM		33.305,00	106.883,65	140.188,65
MUZAMBINHO		181.247,52	91.614,55	272.862,07
NACIP RAYDAN		65.715,69	45.807,29	111.522,98
NANUQUE		200.867,37	137.421,84	338.289,21
NAQUE		103.068,61	45.807,29	148.875,90

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO MG: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
NATALÂNDIA		41.434,30	45.807,29	87.241,59
NATÉRCIA		57.290,05	45.807,29	103.097,34
NAZARENO		106.342,79	45.807,29	152.150,08
NEPOMUCENO		87.525,55	106.883,65	194.409,20
NINHEIRA		179.688,26	61.076,38	240.764,64
NOVA BELÉM		65.300,38	45.807,29	111.107,67
NOVA ERA		136.705,14	91.614,55	228.319,69
NOVA LIMA		303.866,25	229.036,39	532.902,64
NOVA MÓDICA		622,13	45.807,29	46.429,42
NOVA PONTE		111.909,43	76.345,45	188.254,88
NOVA PORTEIRINHA		143.898,16	45.807,29	189.705,45
NOVA RESENDE		227.076,89	76.345,45	303.422,34
NOVA SERRANA		526.245,30	11.642,52	537.887,82
NOVA UNIÃO		89.412,59	45.807,29	135.219,88
NOVO CRUZEIRO		181.450,66	122.152,75	303.603,41
NOVO ORIENTE DE MINAS		148.614,30	61.076,38	209.690,68
NOVORIZONTE		96.927,58	45.807,29	142.734,87

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO MG: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
OLARIA		40.801,12	45.807,29	86.608,41
OLHOS-D'ÁGUA		89.551,26	45.807,29	135.358,55
OLÍMPIO NORONHA		38.582,67	45.807,29	84.389,96
OLIVEIRA		215.435,00	137.421,84	352.856,84
OLIVEIRA FORTES		39.588,24	45.807,29	85.395,53
ONÇA DE PITANGUI		57.173,55	45.807,29	102.980,84
ORATÓRIOS		71.903,92	45.807,29	117.711,21
ORIZÂNIA		112.055,87	45.807,29	157.863,16
OURO BRANCO		133.877,06	137.421,84	271.298,90
OURO FINO		131.774,04	122.152,75	253.926,79
OURO PRETO		1.005.825,37	198.498,19	1.204.323,56
OURO VERDE DE MINAS		4.356,80	45.807,29	50.164,09
PADRE CARVALHO		85.686,33	45.807,29	131.493,62
PADRE PARAÍSO		185.401,36	91.614,55	277.015,91
PAI PEDRO		4.300,42	45.807,29	50.107,71
PAINEIRAS		61.511,67	45.807,29	107.318,96
PAINS		98.966,97	45.807,29	144.774,26

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO MG: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
PAIVA		28.661,16	45.807,29	74.468,45
PALMA		129.793,56	45.807,29	175.600,85
PALMÓPOLIS		133.198,56	45.807,29	179.005,85
PAPAGAIOS		105.007,88	76.345,45	181.353,33
PARÁ DE MINAS		1.626.886,42	229.036,39	1.855.922,81
PARACATU		585.021,79	229.036,39	814.058,18
PARAGUAÇU		63.846,41	91.614,55	155.460,96
PARAISÓPOLIS		175.454,62	91.614,55	267.069,17
PARAOPEBA		155.979,84	106.883,65	262.863,49
PASSA QUATRO		98.026,75	76.345,45	174.372,20
PASSA TEMPO		120.863,63	45.807,29	166.670,92
PASSABÉM		33.491,95	45.807,29	79.299,24
PASSA-VINTE		30.702,12	45.807,29	76.509,41
PASSOS		1.182.532,92	244.305,48	1.426.838,40
PATIS		102.724,71	45.807,29	148.532,00
PATOS DE MINAS		3.488.653,49	415.281,53	3.903.935,02
PATROCÍNIO		1.999.904,46	213.767,28	2.213.671,74

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO MG: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
PATROCÍNIO DO MURIAÉ		86.895,05	45.807,29	132.702,34
PAULA CÂNDIDO		198.948,64	45.807,29	244.755,93
PAULISTAS		73.562,69	45.807,29	119.369,98
PAVÃO		120.543,16	45.807,29	166.350,45
PEÇANHA		178.484,63	91.614,55	270.099,18
PEDRA AZUL		286.286,35	106.883,65	393.170,00
PEDRA BONITA		100.668,65	45.807,29	146.475,94
PEDRA DO ANTA		118.614,49	45.807,29	164.421,78
PEDRA DO INDAIÁ		58.672,04	45.807,29	104.479,33
PEDRA DOURADA		45.813,76	45.807,29	91.621,05
PEDRALVA		147.458,20	61.076,38	208.534,58
PEDRAS DE MARIA DA CRUZ		175.358,47	61.076,38	236.434,85
PEDRINÓPOLIS		42.415,20	45.807,29	88.222,49
PEDRO LEOPOLDO		361.808,38	183.229,09	545.037,47
PEDRO TEIXEIRA		44.308,91	45.807,29	90.116,20
PEQUERI		47.799,55	45.807,29	93.606,84

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO MG: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
PEQUI		57.481,43	45.807,29	103.288,72
PERDIGÃO		140.260,21	61.076,38	201.336,59
PERDIZES		243.907,87	76.345,45	320.253,32
PERDÕES		154.386,08	91.614,55	246.000,63
PERIQUITO		119.337,04	45.807,29	165.144,33
PESCADOR		77.481,75	45.807,29	123.289,04
PIAU		44.843,02	45.807,29	90.650,31
PIEDADE DE CARATINGA		167.855,05	45.807,29	213.662,34
PIEDADE DE PONTE NOVA		52.616,03	45.807,29	98.423,32
PIEDADE DO RIO GRANDE		61.601,35	45.807,29	107.408,64
PIEDADE DOS GERAIS		63.992,53	45.807,29	109.799,82
PIMENTA		150.781,74	45.807,29	196.589,03
PINGO-D'ÁGUA		95.799,13	45.807,29	141.606,42
PINTÓPOLIS		116.441,52	45.807,29	162.248,81
PIRACEMA		114.179,34	45.807,29	159.986,63

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO MG: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
PIRAJUBA		51.598,96	45.807,29	97.406,25
PIRANGA		28.305,00	91.614,55	119.919,55
PIRANGUÇU		39.139,53	45.807,29	84.946,82
PIRANGUINHO		138.053,59	45.807,29	183.860,88
PIRAPETINGA		145.005,21	61.076,38	206.081,59
PIRAPORA		1.408.909,06	167.960,02	1.576.869,08
PIRAÚBA		149.111,75	61.076,38	210.188,13
PITANGUI		305.534,18	106.883,65	412.417,83
PIUMHI		72.866,25	122.152,75	195.019,00
PLANURA		10.488,56	61.076,38	71.564,94
POÇO FUNDO		85.711,33	76.345,45	162.056,78
POÇOS DE CALDAS		5.864.121,64	430.550,62	6.294.672,26
POCRANE		101.433,49	45.807,29	147.240,78
POMPÉU		28.305,00	122.152,75	150.457,75
PONTE NOVA		3.040.360,81	167.960,02	3.208.320,83
PONTO CHIQUE		74.002,75	45.807,29	119.810,04
PONTO DOS VOLANTES		11.827,99	61.076,38	72.904,37

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO MG: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
PORTEIRINHA		314.852,18	137.421,84	452.274,02
PORTO FIRME		238.592,29	61.076,38	299.668,67
POTÉ		79.508,27	76.345,45	155.853,72
POUSO ALEGRE		6.305.973,73	415.281,53	6.721.255,26
POUSO ALTO		46.941,40	45.807,29	92.748,69
PRADOS		100.076,75	45.807,29	145.884,04
PRATA		364.012,38	106.883,65	470.896,03
PRATÁPOLIS		107.693,68	45.807,29	153.500,97
PRATINHA		1.635,34	45.807,29	47.442,63
PRESIDENTE BERNARDES		120.393,25	45.807,29	166.200,54
PRESIDENTE JUSCELINO		81.831,15	45.807,29	127.638,44
PRESIDENTE KUBITSCHEK		44.738,35	45.807,29	90.545,64
PRESIDENTE OLEGÁRIO		249.251,42	91.614,55	340.865,97
PRUDENTE DE MORAIS		109.628,14	61.076,38	170.704,52

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO MG: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
QUARTEL GERAL		42.621,29	45.807,29	88.428,58
QUELUZITO		32.212,92	45.807,29	78.020,21
RAPOSOS		93.882,36	76.345,45	170.227,81
RAUL SOARES		145.468,31	106.883,65	252.351,96
RECREIO		119.627,70	61.076,38	180.704,08
REDUTO		89.367,82	45.807,29	135.175,11
RESENDE COSTA		87.746,83	61.076,38	148.823,21
RESPLENDOR		198.439,56	91.614,55	290.054,11
RESSAQUINHA		65.421,21	45.807,29	111.228,50
RIACHINHO		118.631,92	45.807,29	164.439,21
RIACHO DOS MACHADOS		116.592,40	45.807,29	162.399,69
RIBEIRÃO DAS NEVES		2.825.726,04	430.550,62	3.256.276,66
RIBEIRÃO VERMELHO		37.443,54	45.807,29	83.250,83
RIO ACIMA		79.388,88	61.076,38	140.465,26
RIO CASCA		159.161,59	76.345,45	235.507,04
RIO DO PRADO		4.646,36	45.807,29	50.453,65
RIO DOCE		41.125,12	45.807,29	86.932,41

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO MG: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
RIO ESPERA		123.958,64	45.807,29	169.765,93
RIO MANSO		62.258,39	45.807,29	108.065,68
RIO NOVO		53.556,04	45.807,29	99.363,33
RIO PARANAÍBA		23.448,51	61.076,38	84.524,89
RIO PARDO DE MINAS		28.305,00	122.152,75	150.457,75
RIO PIRACICABA		135.981,22	76.345,45	212.326,67
RIO POMBA		201.564,54	91.614,55	293.179,09
RIO PRETO		68.392,61	45.807,29	114.199,90
RIO VERMELHO		79.208,74	61.076,38	140.285,12
RITÁPOLIS		59.204,54	45.807,29	105.011,83
ROCHEDO DE MINAS		30.048,30	45.807,29	75.855,59
RODEIRO		121.044,09	45.807,29	166.851,38
ROMARIA		44.753,68	45.807,29	90.560,97
ROSÁRIO DA LIMEIRA		71.889,03	45.807,29	117.696,32
RUBELITA		7.050,66	45.807,29	52.857,95
RUBIM		69.191,82	61.076,38	130.268,20
SABARÁ		1.168.183,76	274.843,66	1.443.027,42
SABINÓPOLIS		266.818,87	76.345,45	343.164,32

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO MG: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SACRAMENTO		136.914,07	106.883,65	243.797,72
SALINAS		612.286,10	137.421,84	749.707,94
SALTO DA DIVISA		114.578,62	45.807,29	160.385,91
SANTA BÁRBARA		172.856,31	122.152,75	295.009,06
SANTA BÁRBARA DO LESTE		103.500,50	45.807,29	149.307,79
SANTA BÁRBARA DO MONTE VERDE		31.924,57	45.807,29	77.731,86
SANTA BÁRBARA DO TUGÚRIO		72.147,88	45.807,29	117.955,17
SANTA CRUZ DE MINAS		69.073,86	45.807,29	114.881,15
SANTA CRUZ DE SALINAS		71.091,91	45.807,29	116.899,20
SANTA CRUZ DO ESCALVADO		77.728,36	45.807,29	123.535,65
SANTA EFIGÊNIA DE MINAS		60.745,63	45.807,29	106.552,92

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO MG: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SANTA FÉ DE MINAS		763,56	45.807,29	46.570,85
SANTA HELENA DE MINAS		118.803,81	45.807,29	164.611,10
SANTA JULIANA		97.783,65	76.345,45	174.129,10
SANTA LUZIA		1.914.606,60	430.550,62	2.345.157,22
SANTA MARGARIDA		28.305,00	76.345,45	104.650,45
SANTA MARIA DE ITABIRA		9.245,99	61.076,38	70.322,37
SANTA MARIA DO SALTO		100.211,67	45.807,29	146.018,96
SANTA MARIA DO SUAÇUÍ		209.371,40	76.345,45	285.716,85
SANTA RITA DE CALDAS		107.418,11	45.807,29	153.225,40
SANTA RITA DE IBITIPOCA		86.884,36	45.807,29	132.691,65
SANTA RITA DE JACUTINGA		64.086,20	45.807,29	109.893,49

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO MG: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SANTA RITA DE MINAS		94.956,46	45.807,29	140.763,75
SANTA RITA DO ITUETO		85.413,83	45.807,29	131.221,12
SANTA RITA DO SAPUCAÍ		84.305,00	137.421,84	221.726,84
SANTA ROSA DA SERRA		37.496,50	45.807,29	83.303,79
SANTA VITÓRIA		288.543,96	91.614,55	380.158,51
SANTANA DA VARGEM		99.529,35	45.807,29	145.336,64
SANTANA DE CATAGUASES		76.856,41	45.807,29	122.663,70
SANTANA DE PIRAPAMA		129.301,68	45.807,29	175.108,97
SANTANA DO DESERTO		50.513,70	45.807,29	96.320,99
SANTANA DO GARAMBÉU		41.447,20	45.807,29	87.254,49
SANTANA DO JACARÉ		64.994,30	45.807,29	110.801,59

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO MG: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SANTANA DO MANHUAÇU		119.332,46	45.807,29	165.139,75
SANTANA DO PARAÍSO		47.743,98	122.152,75	169.896,73
SANTANA DO RIACHO		64.501,65	45.807,29	110.308,94
SANTANA DOS MONTES		63.541,40	45.807,29	109.348,69
SANTO ANTÔNIO DO AMPARO		451.290,33	91.614,55	542.904,88
SANTO ANTÔNIO DO AVENTUREIRO		42.937,40	45.807,29	88.744,69
SANTO ANTÔNIO DO GRAMA		82.106,98	45.807,29	127.914,27
SANTO ANTÔNIO DO ITAMBÉ		70.060,32	45.807,29	115.867,61
SANTO ANTÔNIO DO JACINTO		152.259,11	61.076,38	213.335,49
SANTO ANTÔNIO DO MONTE		423.194,02	106.883,65	530.077,67

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO MG: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SANTO ANTÔNIO DO RETIRO		155.733,79	45.807,29	201.541,08
SANTO ANTÔNIO DO RIO ABAIXO		31.816,29	45.807,29	77.623,58
SANTO HIPÓLITO		69.538,48	45.807,29	115.345,77
SANTOS DUMONT		458.430,65	152.690,94	611.121,59
SÃO BENTO ABADE		57.934,02	45.807,29	103.741,31
SÃO BRÁS DO SUAÇUÍ		50.058,28	45.807,29	95.865,57
SÃO DOMINGOS DAS DORES		66.826,20	45.807,29	112.633,49
SÃO DOMINGOS DO PRATA		120.788,65	91.614,55	212.403,20
SÃO FÉLIX DE MINAS		58.703,11	45.807,29	104.510,40
SÃO FRANCISCO		33.086,25	167.960,02	201.046,27
SÃO FRANCISCO DE PAULA		118.516,16	45.807,29	164.323,45
SÃO FRANCISCO DE SALES		17.934,53	45.807,29	63.741,82

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO MG: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SÃO FRANCISCO DO GLÓRIA		104.565,41	45.807,29	150.372,70
SÃO GERALDO		175.608,71	61.076,38	236.685,09
SÃO GERALDO DA PIEDADE		70.899,29	45.807,29	116.706,58
SÃO GERALDO DO BAIXIO		73.575,17	45.807,29	119.382,46
SÃO GONÇALO DO ABAETÉ		89.542,17	45.807,29	135.349,46
SÃO GONÇALO DO PARÁ		145.827,56	61.076,38	206.903,94
SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO		191.791,10	61.076,38	252.867,48
SÃO GONÇALO DO RIO PRETO		69.803,76	45.807,29	115.611,05
SÃO GONÇALO DO SAPUCAÍ		190.902,48	106.883,65	297.786,13
SÃO GOTARDO		156.252,79	122.152,75	278.405,54

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO MG: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SÃO JOÃO BATISTA DO GLÓRIA		105.934,38	45.807,29	151.741,67
SÃO JOÃO DA LAGOA		99.409,13	45.807,29	145.216,42
SÃO JOÃO DA MATA		41.338,90	45.807,29	87.146,19
SÃO JOÃO DA PONTE		28.305,00	106.883,65	135.188,65
SÃO JOÃO DAS MISSÕES		210.287,99	61.076,38	271.364,37
SÃO JOÃO DEL REI		2.528.473,69	213.767,28	2.742.240,97
SÃO JOÃO DO MANHUAÇU		159.883,52	61.076,38	220.959,90
SÃO JOÃO DO MANTENINHA		124.529,66	45.807,29	170.336,95
SÃO JOÃO DO ORIENTE		131.805,14	45.807,29	177.612,43
SÃO JOÃO DO PACUÍ		71.182,66	45.807,29	116.989,95
SÃO JOÃO DO PARAÍSO		167.571,03	91.614,55	259.185,58

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO MG: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SÃO JOÃO EVANGELISTA		152.390,44	76.345,45	228.735,89
SÃO JOÃO NEPOMUCENO		214.969,23	106.883,65	321.852,88
SÃO JOAQUIM DE BICAS		198.305,00	122.152,75	320.457,75
SÃO JOSÉ DA BARRA		71.468,94	45.807,29	117.276,23
SÃO JOSÉ DA LAPA		236.208,27	91.614,55	327.822,82
SÃO JOSÉ DA SAFIRA		66.817,06	45.807,29	112.624,35
SÃO JOSÉ DA VARGINHA		65.626,40	45.807,29	111.433,69
SÃO JOSÉ DO ALEGRE		37.296,34	45.807,29	83.103,63
SÃO JOSÉ DO DIVINO		77.514,57	45.807,29	123.321,86
SÃO JOSÉ DO GOIABAL		70.314,20	45.807,29	116.121,49
SÃO JOSÉ DO JACURI		91.176,29	45.807,29	136.983,58
SÃO JOSÉ DO MANTIMENTO		35.174,02	45.807,29	80.981,31

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO MG: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SÃO LOURENÇO		2.045.987,48	152.690,94	2.198.678,42
SÃO MIGUEL DO ANTA		134.234,92	45.807,29	180.042,21
SÃO PEDRO DA UNIÃO		81.468,07	45.807,29	127.275,36
SÃO PEDRO DO SUAÇUI		85.730,58	45.807,29	131.537,87
SÃO PEDRO DOS FERROS		105.569,12	45.807,29	151.376,41
SÃO ROMÃO		147.002,27	61.076,38	208.078,65
SÃO ROQUE DE MINAS		83.035,96	45.807,29	128.843,25
SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA		62.842,08	45.807,29	108.649,37
SÃO SEBASTIÃO DA VARGEM ALEGRE		56.060,34	45.807,29	101.867,63
SÃO SEBASTIÃO DO ANTA		69.924,74	45.807,29	115.732,03
SÃO SEBASTIÃO DO MARANHÃO		111.191,80	61.076,38	172.268,18

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO MG: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SÃO SEBASTIÃO DO OESTE		96.663,25	45.807,29	142.470,54
SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO		3.805.649,33	183.229,09	3.988.878,42
SÃO SEBASTIÃO DO RIO PRETO		29.169,21	45.807,29	74.976,50
SÃO SEBASTIÃO DO RIO VERDE		1.780,63	45.807,29	47.587,92
SÃO THOMÉ DAS LETRAS		97.484,19	45.807,29	143.291,48
SÃO TIAGO		127.708,90	61.076,38	188.785,28
SÃO TOMÁS DE AQUINO		108.407,64	45.807,29	154.214,93
SÃO VICENTE DE MINAS		28.305,00	45.807,29	74.112,29
SAPUCAÍ-MIRIM		36.088,36	45.807,29	81.895,65
SARDOÁ		82.859,00	45.807,29	128.666,29
SARZEDO		532.298,79	122.152,75	654.451,54

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO MG: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SEM-PEIXE		36.719,47	45.807,29	82.526,76
SENADOR AMARAL		75.961,44	45.807,29	121.768,73
SENADOR CORTES		30.361,25	45.807,29	76.168,54
SENADOR FIRMINO		167.608,98	45.807,29	213.416,27
SENADOR JOSÉ BENTO		44.117,23	45.807,29	89.924,52
SENADOR MODESTINO GONÇALVES		76.769,04	45.807,29	122.576,33
SENHORA DE OLIVEIRA		97.425,90	45.807,29	143.233,19
SENHORA DO PORTO		79.326,67	45.807,29	125.133,96
SENHORA DOS REMÉDIOS		133.719,82	61.076,38	194.796,20
SERICITA		101.209,96	45.807,29	147.017,25
SERITINGA		43.930,94	45.807,29	89.738,23
SERRA AZUL DE MINAS		91.105,35	45.807,29	136.912,64
SERRA DA SAUDADE		41.519,87	45.807,29	87.327,16
SERRA DO SALITRE		16.681,39	61.076,38	77.757,77
SERRA DOS AIMORÉS		119.347,68	45.807,29	165.154,97
SERRANIA		13.789,21	45.807,29	59.596,50

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO MG: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SERRANÓPOLIS DE MINAS		70.626,60	45.807,29	116.433,89
SERRANOS		41.092,48	45.807,29	86.899,77
SERRO		292.752,77	91.614,55	384.367,32
SETE LAGOAS		4.542.102,81	430.550,62	4.972.653,43
SETUBINHA		170.044,99	61.076,38	231.121,37
SILVEIRÂNIA		50.701,61	45.807,29	96.508,90
SILVIANÓPOLIS		79.610,96	45.807,29	125.418,25
SIMÃO PEREIRA		31.638,00	45.807,29	77.445,29
SIMONÉSIA		28.305,00	91.614,55	119.919,55
SOBRÁLIA		102.944,27	45.807,29	148.751,56
SOLEDADE DE MINAS		1.153,73	45.807,29	46.961,02
TABULEIRO		78.864,40	45.807,29	124.671,69
TAIOBEIRAS		1.221.328,79	122.152,75	1.343.481,54
TAPARUBA		68.873,90	45.807,29	114.681,19
TAPIRA		39.242,64	45.807,29	85.049,93
TAPIRAÍ		28.599,06	45.807,29	74.406,35

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO MG: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
TAQUARAÇU DE MINAS		38.398,19	45.807,29	84.205,48
TARUMIRIM		258.279,97	76.345,45	334.625,42
TEIXEIRAS		159.010,74	61.076,38	220.087,12
TEÓFILO OTONI		6.352.248,65	274.843,66	6.627.092,31
TIMÓTEO		758.384,77	213.767,28	972.152,05
TIRADENTES		66.624,08	45.807,29	112.431,37
TIROS		121.815,30	45.807,29	167.622,59
TOCANTINS		186.597,65	76.345,45	262.943,10
TOCOS DO MOJI		35.806,00	45.807,29	81.613,29
TOLEDO		70.824,64	45.807,29	116.631,93
TOMBOS		42.748,99	45.807,29	88.556,28
TRÊS CORAÇÕES		1.227.747,26	198.498,19	1.426.245,45
TRÊS MARIAS		180.270,89	122.152,75	302.423,64
TRÊS PONTAS		1.086.797,96	167.960,02	1.254.757,98
TUMIRITINGA		95.629,83	45.807,29	141.437,12
TUPACIGUARA		356.315,69	106.883,65	463.199,34
TURMALINA		320.381,25	91.614,55	411.995,80

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO MG: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
TURVOLÂNDIA		61.366,17	45.807,29	107.173,46
UBÁ		176.086,25	26.911,60	202.997,85
UBAÍ		175.597,08	61.076,38	236.673,46
UBAPORANGA		146.775,38	61.076,38	207.851,76
UBERABA		11.459.298,61	430.550,62	11.889.849,23
UBERLÂNDIA		19.855.104,56	430.550,62	20.285.655,18
UMBURATIBA		43.597,73	45.807,29	89.405,02
UNAÍ		630.177,29	213.767,28	843.944,57
UNIÃO DE MINAS		52.509,68	45.807,29	98.316,97
URUANA DE MINAS		54.937,29	45.807,29	100.744,58
URUCÂNIA		131.107,07	61.076,38	192.183,45
URUCUIA		59.160,95	76.345,45	135.506,40
VARGEM ALEGRE		104.777,24	45.807,29	150.584,53
VARGEM BONITA		36.244,15	45.807,29	82.051,44
VARGEM GRANDE DO RIO PARDO		99.171,30	45.807,29	144.978,59
VARGINHA		4.745.139,17	274.843,66	5.019.982,83
VARJÃO DE MINAS		98.947,73	45.807,29	144.755,02

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO MG: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

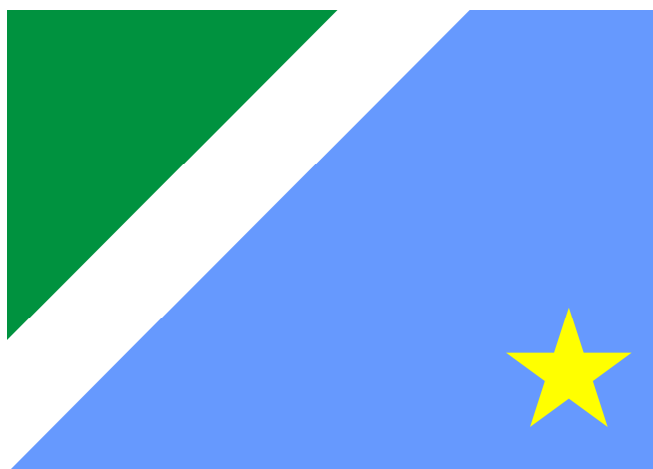
MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
VÁRZEA DA PALMA		216.749,84	137.421,84	354.171,68
VARZELÂNDIA		427.057,21	91.614,55	518.671,76
VAZANTE		87.439,31	91.614,55	179.053,86
VERDELÂNDIA		193.677,39	45.807,29	239.484,68
VEREDINHA		120.920,12	45.807,29	166.727,41
VERÍSSIMO		42.815,91	45.807,29	88.623,20
VERMELHO NOVO		58.672,20	45.799,83	104.472,03
VESPASIANO		1.004.502,79	259.574,57	1.264.077,36
VIÇOSA		1.982.556,35	198.498,19	2.181.054,54
VIEIRAS		58.824,54	45.807,29	104.631,83
VIRGEM DA LAPA		95.466,59	76.345,45	171.812,04
VIRGÍNIA		103.230,16	45.807,29	149.037,45
VIRGINÓPOLIS		75.375,49	61.076,38	136.451,87
VIRGOLÂNDIA		127.949,03	45.807,29	173.756,32
VISCONDE DO RIO BRANCO		448.364,67	137.421,84	585.786,51
VOLTA GRANDE		62.784,70	45.807,29	108.591,99
WENCESLAU BRAZ		35.465,85	45.807,29	81.273,14

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

BOLETIM SEGOV
**Articulação Federativa para o enfrentamento da
situação de emergência decorrente do Coronavírus
(Covid-19)**



MATO GROSSO DO SUL



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE GOVERNO
SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS FEDERATIVOS

24 de abril de 2020

ESTADO MS: ENTREGAS DO GOVERNO FEDERAL



Ações e Serviços Públicos de Saúde	Entregas do GOVERNO FEDERAL		
EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIs) *	Álcool etílico 500ml	1.200	
	Álcool etílico 100ml	1.248	
	Óculos proteção	980	
	Luva para procedimento não cirúrgico	335.548	
	Sapatilha	2.200	
	Máscara 3 camadas	185.000	
	Avental	18.173	
	Touca hospitalar	3.800	
Leitos-Covid	10 leitos (instalados em 15/04) no Hospital Regional de Mato Grosso do Sul		
Testes RT PCT	23.000		
Testes rápidos	7.047 na 1ª distribuição	7.520 na 2ª distribuição	13.180 na 3ª distribuição

*/ Entregas realizadas em 24, 25 e 26/03. Parte da pauta de distribuição de álcool etílico 500ml, luva, sapatilha e máscara 3 camadas foi entregue de 02 a 09/04.

ESTADO MS: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

DESCRIÇÃO		ESTADO	MUNICÍPIO	TOTAL
Apoio FPE	MP 938 (1ª parcela da recomposição)	R\$ 9,95 milhões		R\$ 9,95 milhões
Apoio FPM	MP 938 (1ª parcela da recomposição)		R\$ 7,68 milhões	R\$ 7,68 milhões
Fundo Nacional da Saúde (FNS)	Portaria nº 395	R\$ 5,60 milhões		R\$ 73,79 milhões
	Portaria nº 480 *	R\$ 7,89 milhões		
	Portaria nº 774	R\$ 11,66 milhões	R\$ 48,63 milhões	

R\$ 91,43 milhões

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).
valor mínimo = R\$ 2,00 per capita;
valor máximo = R\$ 5,00 per capita

ESTADO MS: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
ÁGUA CLARA		8.526,55	79.624,30	88.150,85
ALCINÓPOLIS		4.408,88	47.774,58	52.183,46
AMAMBAI		209.676,35	143.323,74	353.000,09
ANASTÁCIO		57.939,09	111.474,03	169.413,12
ANAUROLÂNDIA		5.313,33	47.774,58	53.087,91
ANGÉLICA		4.332,20	63.699,43	68.031,63
ANTÔNIO JOÃO		10.639,56	47.774,58	58.414,14
APARECIDA DO TABOADO		122.691,96	111.474,03	234.165,99
AQUIDAUANA		1.158.196,30	159.248,61	1.317.444,91
ARAL MOREIRA		9.909,83	63.699,43	73.609,26
BANDEIRANTES		17.350,36	47.774,58	65.124,94
BATAGUASSU		18.291,45	95.549,14	113.840,59
BATAYPORÃ		15.648,37	63.699,43	79.347,80
BELA VISTA		41.306,95	111.474,03	152.780,98
BODOQUENA		5.703,30	47.774,58	53.477,88
BONITO		102.779,26	95.549,14	198.328,40
BRASILÂNDIA		8.299,19	63.699,43	71.998,62

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO MS: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
CAARAPÓ		89.740,65	111.474,03	201.214,68
CAMAPUÃ		61.247,74	79.624,30	140.872,04
CAMPO GRANDE		29.358.268,29	733.592,62	30.091.860,91
CARACOL		297,18	47.774,58	48.071,76
CASSILÂNDIA		157.181,19	95.549,14	252.730,33
CHAPADÃO DO SUL		267.257,15	111.474,03	378.731,18
CORGUINHO		2.723,81	47.774,58	50.498,39
CORONEL SAPUCAIA		1.250,00	79.624,30	80.874,30
CORUMBÁ		1.925.906,32	254.797,75	2.180.704,07
COSTA RICA		175.169,19	95.549,14	270.718,33
COXIM		446.176,25	127.398,89	573.575,14
DEODÁPOLIS		4.202,80	63.699,43	67.902,23
DOIS IRMÃOS DO BURITI		782,93	63.699,43	64.482,36
DOURADINA		3.115,04	47.774,58	50.889,62
DOURADOS		7.267.994,63	412.373,76	7.680.368,39
ELDORADO		8.000,00	63.699,43	71.699,43
FÁTIMA DO SUL		80.821,62	95.549,14	176.370,76

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO MS: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
FIGUEIRÃO		4.166,46	47.774,58	51.941,04
GLÓRIA DE DOURADOS		5.663,48	47.774,58	53.438,06
GUIA LOPES DA LAGUNA		6.149,46	47.774,58	53.924,04
IGUATEMI		39.899,59	79.624,30	119.523,89
INOCÊNCIA		1.010,75	47.774,58	48.785,33
ITAPORÃ		15.457,89	111.474,03	126.931,92
ITAQUIRAÍ		3.649,67	95.549,14	99.198,81
IVINHEMA		123.656,05	95.549,14	219.205,19
JAPORÃ		3.075,01	47.774,58	50.849,59
JARAGUARI		8.367,53	47.774,58	56.142,11
JARDIM		185.735,40	111.474,03	297.209,43
JATEÍ		2.571,73	47.774,58	50.346,31
JUTI		71.163,90	47.774,58	118.938,48
LADÁRIO		16.780,53	95.549,14	112.329,67
LAGUNA CARAPÃ		1.565,83	47.774,58	49.340,41
MARACAJU		345.665,45	159.248,61	504.914,06

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO MS: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
MIRANDA		18.992,39	111.474,03	130.466,42
MUNDO NOVO		10.869,55	95.549,14	106.418,69
NAVIRAÍ		577.457,23	175.173,45	752.630,68
NIOAQUE		18.477,49	79.624,30	98.101,79
NOVA ALVORADA DO SUL		7.400,99	95.549,14	102.950,13
NOVA ANDRADINA		519.777,43	175.173,45	694.950,88
NOVO HORIZONTE DO SUL		1.083,33	47.774,58	48.857,91
PARAÍSO DAS ÁGUAS		0,00	47.774,66	47.774,66
PARANAÍBA		634.505,08	143.323,74	777.828,82
PARANHOS		12.597,58	79.624,30	92.221,88
PEDRO GOMES		8.887,90	47.774,58	56.662,48
PONTA PORÃ		395.409,14	7.633,91	403.043,05
PORTO MURTINHO		3.919,94	95.549,14	99.469,08
RIBAS DO RIO PARDO		9.641,00	111.474,03	121.115,03
RIO BRILHANTE		162.479,60	0,00	162.479,60
RIO NEGRO		4.959,17	47.774,58	52.733,75

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO MS: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
RIO VERDE DE MATO GROSSO		98.144,59	95.549,14	193.693,73
ROCHEDO		4.745,63	47.774,58	52.520,21
SANTA RITA DO PARDO		1.202,33	47.774,58	48.976,91
SÃO GABRIEL DO OESTE		541.854,93	111.474,03	653.328,96
SELVÍRIA		19.554,32	47.774,58	67.328,90
SETE QUEDAS		1.064,08	63.699,43	64.763,51
SIDROLÂNDIA		403.188,00	175.173,45	578.361,45
SONORA		8.188,21	95.549,14	103.737,35
TACURU		3.092,15	63.699,43	66.791,58
TAQUARUSSU		3.124,30	47.774,58	50.898,88
TERENOS		46.745,56	95.549,14	142.294,70
TRÊS LAGOAS		2.616.991,69	270.722,61	2.887.714,30
VICENTINA		10.825,76	47.774,58	58.600,34

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

BOLETIM SEGOV
Articulação Federativa para o enfrentamento da
situação de emergência decorrente do Coronavírus
(Covid-19)



MATO GROSSO



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE GOVERNO
SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS FEDERATIVOS

24 de abril de 2020

ESTADO MT: ENTREGAS DO GOVERNO FEDERAL



Ações e Serviços Públicos de Saúde	Entregas do GOVERNO FEDERAL		
EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIs) *	Álcool etílico 500ml	1.200	
	Álcool etílico 100ml	1.440	
	Óculos proteção	2.760	
	Luva para procedimento não cirúrgico	422.048	
	Sapatilha	2.300	
	Máscara 3 camadas	237.500	
	Avental	16.532	
	Touca hospitalar	4.800	
Leitos-Covid	10 leitos (em processamento) no Hospital Estadual Santa Casa		
Testes RT PCT	4.632		
Testes rápidos	7.245 na 1ª distribuição	7.840 na 2ª distribuição	13.760 na 2ª distribuição

*/ Entregas realizadas em 24 e 26/03. Parte da pauta de distribuição de álcool etílico 500ml, luva, sapatilha e máscara 3 camadas foi entregue de 02 a 09/04.

ESTADO MT: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

DESCRIÇÃO		ESTADO	MUNICÍPIO	TOTAL
Apoio FPE	MP 938 (1ª parcela da recomposição)	R\$ 9,08 milhões		R\$ 9,08 milhões
Apoio FPM	MP 938 (1ª parcela da recomposição)		R\$ 9,72 milhões	R\$ 9,72 milhões
Fundo Nacional da Saúde (FNS)	Portaria nº 395	R\$ 6,91 milhões		R\$ 73,55 milhões
	Portaria nº 480 *	R\$ 9,73 milhões		
	Portaria nº 774	R\$ 14,20 milhões	R\$ 42,69 milhões	

R\$ 92,36 milhões

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).
valor mínimo = R\$ 2,00 per capita;
valor máximo = R\$ 5,00 per capita

ESTADO MT: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
ACORIZAL		10.548,99	41.592,11	52.141,10
ÁGUA BOA		226.882,62	97.048,27	323.930,89
ALTA FLORESTA		177.721,69	152.504,44	330.226,13
ALTO ARAGUAIA		52.462,50	83.184,25	135.646,75
ALTO BOA VISTA		10.979,01	41.592,11	52.571,12
ALTO GARÇAS		13.940,81	55.456,16	69.396,97
ALTO PARAGUAI		13.146,12	55.456,16	68.602,28
ALTO TAQUARI		20.884,57	55.456,16	76.340,73
APIACÁS		32.865,03	41.592,11	74.457,14
ARAGUAIANA		1.537,42	41.592,11	43.129,53
ARAGUAINHA		996,38	41.592,11	42.588,49
ARAPUTANGA		53.582,01	69.320,19	122.902,20
ARENÁPOLIS		36.941,06	41.592,11	78.533,17
ARIPUANÃ		76.652,15	83.184,25	159.836,40
BARÃO DE MELGAÇO		8.449,68	41.592,11	50.041,79
BARRA DO BUGRES		80.681,95	110.912,33	191.594,28
BARRA DO GARÇAS		1.013.562,38	152.504,44	1.166.066,82

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO MT: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
BOM JESUS DO ARAGUAIA		8.235,67	41.592,11	49.827,78
BRASNORTE		86.805,95	83.184,25	169.990,20
CÁCERES		330.005,33	207.960,60	537.965,93
CAMPINÁPOLIS		92.844,76	69.320,19	162.164,95
CAMPO NOVO DO PARECIS		205.702,99	110.912,33	316.615,32
CAMPO VERDE		217.708,72	124.776,37	342.485,09
CAMPOS DE JÚLIO		15.283,55	41.592,11	56.875,66
CANABRAVA DO NORTE		11.887,16	41.592,11	53.479,27
CANARANA		109.909,53	83.184,25	193.093,78
CARLINDA		26.731,00	55.456,16	82.187,16
CASTANHEIRA		17.615,38	41.592,11	59.207,49
CHAPADA DOS GUIMARÃES		48.120,27	83.184,25	131.304,52
CLÁUDIA		41.040,73	55.456,16	96.496,89

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO MT: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
COCALINHO		22.213,97	41.592,11	63.806,08
COLÍDER		120.702,85	110.912,33	231.615,18
COLNIZA		134.440,27	0,00	134.440,27
COMODORO		92.973,40	83.184,25	176.157,65
CONFRESA		215.200,86	0,00	215.200,86
CONQUISTA D'OESTE		4.525,07	41.592,11	46.117,18
COTRIGUAÇU		80.634,94	83.184,25	163.819,19
CUIABÁ		23.960.571,65	652.082,31	24.612.653,96
CURVELÂNDIA		5.538,84	41.592,11	47.130,95
DENISE		35.155,02	41.592,11	76.747,13
DIAMANTINO		182.525,40	83.184,25	265.709,65
DOM AQUINO		27.130,45	41.592,11	68.722,56
FELIZ NATAL		21.765,81	69.320,19	91.086,00
FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE		5.594,19	41.592,11	47.186,30
GAÚCHA DO NORTE		16.444,06	41.592,11	58.036,17
GENERAL CARNEIRO		10.056,48	41.592,11	51.648,59
GLÓRIA D'OESTE		5.022,16	41.592,11	46.614,27

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO MT: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
GUARANTÃ DO NORTE		206.655,69	110.912,33	317.568,02
GUIRATINGA		82.198,80	69.320,19	151.518,99
INDIAVAÍ		767,05	41.592,11	42.359,16
IPIRANGA DO NORTE		7.961,70	41.592,11	49.553,81
ITANHANGÁ		7.305,41	41.593,11	48.898,52
ITAÚBA		28.382,00	41.592,11	69.974,11
ITIQUEIRA		40.202,97	55.456,16	95.659,13
JACIARA		184.896,13	97.048,27	281.944,40
JANGADA		8.467,08	41.592,11	50.059,19
JAURU		43.771,24	41.592,11	85.363,35
JUARA		245.602,22	110.912,33	356.514,55
JUÍNA		545.128,05	124.776,37	669.904,42
JURUENA		35.329,17	69.320,19	104.649,36
JUSCIMEIRA		29.737,41	55.456,16	85.193,57
LAMBARI D'OESTE		5.894,68	41.592,11	47.486,79
LUCAS DO RIO VERDE		170.553,37	166.368,50	336.921,87
LUCIARA		3.747,81	41.592,11	45.339,92
MARCELÂNDIA		53.006,32	55.456,16	108.462,48

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO MT: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
MATUPÁ		55.369,81	69.320,19	124.690,00
MIRASSOL D'OESTE		126.984,62	97.048,27	224.032,89
NOBRES		68.171,17	69.320,19	137.491,36
NORTELÂNDIA		37.529,43	41.592,11	79.121,54
NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO		30.651,83	55.456,16	86.107,99
NOVA BANDEIRANTES		33.548,60	69.320,19	102.868,79
NOVA BRASILÂNDIA		7.186,65	41.592,11	48.778,76
NOVA CANAÃ DO NORTE		27.308,88	55.456,16	82.765,04
NOVA GUARITA		10.844,74	41.592,11	52.436,85
NOVA LACERDA		8.394,16	41.592,11	49.986,27
NOVA MARILÂNDIA		4.941,80	41.592,11	46.533,91
NOVA MARINGÁ		9.013,05	41.592,11	50.605,16
NOVA MONTE VERDE		19.066,32	41.592,11	60.658,43
NOVA MUTUM		111.958,33	0,00	111.958,33
NOVA NAZARÉ		4.907,67	41.592,11	46.499,78
NOVA OLÍMPIA		74.076,15	83.184,25	157.260,40

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO MT: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

NOVA SANTA HELENA		4.663,89	41.592,11	46.256,00
NOVA UBIRATÃ		17.087,99	55.456,16	72.544,15
NOVA XAVANTINA		102.432,55	83.184,25	185.616,80
NOVO HORIZONTE DO NORTE		15.319,12	41.592,11	56.911,23
NOVO MUNDO		19.259,88	41.592,11	60.851,99
NOVO SANTO ANTÔNIO		3.946,43	41.592,11	45.538,54
NOVO SÃO JOAQUIM		29.759,25	41.592,11	71.351,36
PARANAÍTA		44.935,79	55.456,16	100.391,95
PARANATINGA		79.219,79	83.184,25	162.404,04
PEDRA PRETA		32.550,68	83.184,25	115.734,93
PEIXOTO DE AZEVEDO		242.213,41	110.912,33	353.125,74
PLANALTO DA SERRA		2.657,71	41.592,11	44.249,82
POCONÉ		195.958,32	110.912,33	306.870,65
PONTAL DO ARAGUAIA		6.671,59	41.592,11	48.263,70
PONTE BRANCA		7.660,80	41.592,11	49.252,91
PONTES E LACERDA		267.911,35	138.640,41	406.551,76

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO MT: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
PORTO ALEGRE DO NORTE		36.896,55	55.456,16	92.352,71
PORTO DOS GAÚCHOS		23.162,39	41.592,11	64.754,50
PORTO ESPERIDIÃO		13.065,45	55.456,16	68.521,61
PORTO ESTRELA		5.237,80	41.592,11	46.829,91
POXORÉO		117.281,21	69.320,19	186.601,40
PRIMAVERA DO LESTE		1.042.613,40	0,00	1.042.613,40
QUERÊNCIA		62.059,41	83.184,25	145.243,66
RESERVA DO CABAÇAL		4.126,40	41.592,11	45.718,51
RIBEIRÃO CASCALHEIRA		37.587,56	0,00	37.587,56
RIBEIRÃOZINHO		10.004,98	41.592,11	51.597,09
RIO BRANCO		19.846,04	41.592,11	61.438,15
RONDOLÂNDIA		6.298,18	41.592,11	47.890,29
RONDONÓPOLIS		3.998.167,43	360.726,69	4.358.894,12
ROSÁRIO OESTE		94.282,42	83.184,25	177.466,67
SALTO DO CÉU		13.136,75	41.592,11	54.728,86
SANTA CARMEM		8.117,71	41.592,11	49.709,82

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO MT: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SANTA CRUZ DO XINGU		4.025,90	41.592,11	45.618,01
SANTA RITA DO TRIVELATO		4.614,38	41.592,11	46.206,49
SANTA TEREZINHA		25.818,47	41.592,11	67.410,58
SANTO AFONSO		5.190,24	41.592,11	46.782,35
SANTO ANTÔNIO DO LESTE		4.335,53	41.592,11	45.927,64
SANTO ANTÔNIO DO LEVERGER		30.562,63	83.184,25	113.746,88
SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA		110.095,89	55.456,16	165.552,05
SÃO JOSÉ DO POVO		3.277,21	41.592,11	44.869,32
SÃO JOSÉ DO RIO CLARO		96.968,25	83.184,25	180.152,50
SÃO JOSÉ DO XINGU		17.714,61	41.592,11	59.306,72
SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS		98.946,26	83.184,25	182.130,51

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO MT: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SÃO PEDRO DA CIPA		4.600,54	41.592,11	46.192,65
SAPEZAL		77.304,16	97.048,27	174.352,43
SERRA NOVA DOURADA		5.557,46	41.592,11	47.149,57
SINOP		696.467,75	0,00	696.467,75
SORRISO		349.934,48	194.096,59	544.031,07
TABAPORÃ		53.802,19	41.592,11	95.394,30
TANGARÁ DA SERRA		813.740,95	37.207,24	850.948,19
TAPURAH		44.752,99	0,00	44.752,99
TERRA NOVA DO NORTE		52.714,71	55.456,16	108.170,87
TESOURO		6.647,90	41.592,11	48.240,01
TORIXORÉU		24.207,88	41.592,11	65.799,99
UNIÃO DO SUL		7.814,90	41.592,11	49.407,01
VALE DE SÃO DOMINGOS		3.862,40	41.592,11	45.454,51
VÁRZEA GRANDE		3.121.312,51	360.726,69	3.482.039,20
VERA		18.335,80	55.456,16	73.791,96
VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE		51.624,65	69.320,19	120.944,84
VILA RICA		85.696,55	97.048,27	182.744,82

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).



BOLETIM SEGOV
Articulação Federativa para o enfrentamento da
situação de emergência decorrente do Coronavírus
(Covid-19)

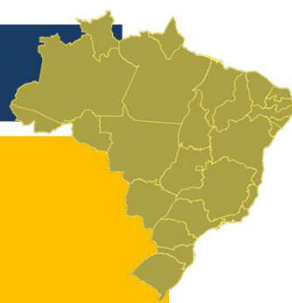
PARÁ



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE GOVERNO
SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS FEDERATIVOS

24 de abril de 2020

ESTADO PA: ENTREGAS DO GOVERNO FEDERAL



Ações e Serviços Públicos de Saúde	Entregas do GOVERNO FEDERAL		
EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIs) *	Álcool etílico 500ml	2.424	
	Álcool etílico 100ml	3.840	
	Óculos proteção	2.480	
	Luva para procedimento não cirúrgico	844.896	
	Sapatilha	3.800	
	Máscara 3 camadas	557.500	
	Avental	41.957	
	Touca hospitalar	11.900	
Leitos-Covid	20 leitos (instalados em 11/04) no Hospital Dr. Adalberto Santos		
Testes RT PCT	13.996		
Testes rápidos	14.806 na 1ª distribuição	16.600 na 2ª distribuição	29.200 na 3ª distribuição

*/ Entregas realizadas em 25/03. Parte da pauta de distribuição de álcool etílico 500ml, luva, sapatilha e máscara 3 camadas foi entregue de 02 a 09/04.

ESTADO PA: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

DESCRIÇÃO		ESTADO	MUNICÍPIO	TOTAL
Apoio FPE	MP 938 (1ª parcela da recomposição)	R\$ 34,36 milhões		R\$ 34,36 milhões
Apoio FPM	MP 938 (1ª parcela da recomposição)		R\$ 18,64 milhões	R\$ 18,64 milhões
Fundo Nacional da Saúde (FNS)	Portaria nº 395	R\$ 17,25 milhões		R\$ 155,93 milhões
	Portaria nº 480 *	R\$ 24,33 milhões		
	Portaria nº 774	R\$ 30,02 milhões	R\$ 84,31 milhões	

R\$ 208,94 milhões

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).
valor mínimo = R\$ 2,00 per capita
valor máximo = R\$ 5,00 per capita

ESTADO PA: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
ABAETETUBA		1.070.263,12	446.248,08	1.516.511,20
ABEL FIGUEIREDO		66.746,51	38.774,23	105.520,74
ACARÁ		231.779,41	142.172,21	373.951,62
AFUÁ		285.118,67	116.322,72	401.441,39
ÁGUA AZUL DO NORTE		225.325,37	90.473,23	315.798,60
ALENQUER		100.541,64	142.172,21	242.713,85
ALMEIRIM		276.823,36	103.397,96	380.221,32
ALTAMIRA		366.351,19	206.795,91	573.147,10
ANAJÁS		178.166,51	90.473,23	268.639,74
ANANINDEUA		8.254.553,42	446.248,08	8.700.801,50
ANAPU		135.799,16	90.473,23	226.272,39
AUGUSTO CORRÊA		721.231,69	129.247,46	850.479,15
AURORA DO PARÁ		174.091,46	103.397,96	277.489,42
AVEIRO		213.354,30	64.623,73	277.978,03
BAGRE		229.872,03	0,00	229.872,03
BAIÃO		183.609,48	129.247,46	312.856,94
BANNACH		80.385,56	38.774,23	119.159,79
BARCARENA		892.893,06	219.720,67	1.112.613,73

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO PA: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
BELÉM		26.003.123,67	2.200.777,82	28.203.901,49
BELTERRA		72.769,53	77.548,46	150.317,99
BENEVIDES		413.729,00	155.096,96	568.825,96
BOM JESUS DO TOCANTINS		95.766,55	0,00	95.766,55
BONITO		20.642,90	64.623,73	85.266,63
BRAGANÇA		1.820.564,68	219.720,67	2.040.285,35
BRASIL NOVO		186.034,29	64.623,73	250.658,02
BREJO GRANDE DO ARAGUAIA		64.881,85	38.774,23	103.656,08
BREU BRANCO		480.650,11	155.096,96	635.747,07
BREVES		1.028.513,66	206.795,91	1.235.309,57
BUJARU		208.573,80	90.473,23	299.047,03
CACHOEIRA DO ARARI		142.896,14	77.548,46	220.444,60
CACHOEIRA DO PIRIÁ		336.412,29	103.397,96	439.810,25
CAMETÁ		1.021.050,25	232.645,41	1.253.695,66
CANAÃ DOS CARAJÁS		145.502,06	103.397,96	248.900,02
CAPANEMA		1.210.209,67	155.096,96	1.365.306,63

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO PA: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
CAPITÃO POÇO		342.807,76	142.172,21	484.979,97
CASTANHAL		3.710.454,93	446.248,08	4.156.703,01
CHAVES		61.843,96	77.548,46	139.392,42
COLARES		71.903,13	51.698,99	123.602,12
CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA		477.858,59	129.247,46	607.106,05
CONCÓRDIA DO PARÁ		110.613,97	103.397,96	214.011,93
CUMARU DO NORTE		99.538,79	51.698,99	151.237,78
CURIONÓPOLIS		104.617,94	77.548,46	182.166,40
CURRALINHO		156.716,63	103.397,96	260.114,59
CURUÁ		179.296,93	64.623,73	243.920,66
CURUÇÁ		202.866,50	116.322,72	319.189,22
DOM ELISEU		344.486,95	142.172,21	486.659,16
ELDORADO DOS CARAJÁS		234.379,83	103.397,96	337.777,79
FARO		155.162,07	38.774,23	193.936,30
FLORESTA DO ARAGUAIA		108.104,02	77.548,46	185.652,48

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO PA: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
GARRAÃO DO NORTE		63.628,55	90.473,23	154.101,78
GOIANÉSIA DO PARÁ		240.032,05	116.322,72	356.354,77
GURUPÁ		115.157,02	103.397,96	218.554,98
IGARAPÉ-AÇU		267.495,05	116.322,72	383.817,77
IGARAPÉ-MIRI		375.009,62	155.096,96	530.106,58
INHANGAPI		96.549,01	51.698,99	148.248,00
IPIXUNA DO PARÁ		221.644,53	155.096,96	376.741,49
IRITUIA		82.817,04	103.397,96	186.215,00
ITAITUBA		773.520,00	193.871,18	967.391,18
ITUPIRANGA		316.148,90	142.172,21	458.321,11
JACAREACANGA		170.284,52	116.322,72	286.607,24
JACUNDÁ		303.401,48	142.172,21	445.573,69
JURUTI		195.455,62	142.172,21	337.627,83
LIMOEIRO DO AJURU		222.659,12	90.473,23	313.132,35
MÃE DO RIO		279.232,13	90.473,23	369.705,36
MAGALHÃES BARATA		113.581,15	38.774,23	152.355,38
MARABÁ		2.013.873,61	446.248,08	2.460.121,69
MARACANÃ		150.790,48	90.473,23	241.263,71

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO PA: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
MARAPANIM		118.524,86	90.473,23	208.998,09
MARITUBA		1.288.890,15	232.645,41	1.521.535,56
MEDICILÂNDIA		185.726,00	103.397,96	289.123,96
MELGAÇO		319.646,78	90.473,23	410.120,01
MOCAJUBA		167.446,44	103.397,96	270.844,40
MOJU		369.843,28	0,00	369.843,28
MOJUÍ DOS CAMPOS		143.078,68	64.623,84	207.702,52
MONTE ALEGRE		321.815,41	142.172,21	463.987,62
MUANÁ		179.940,19	116.322,72	296.262,91
NOVA ESPERANÇA DO PIRIÁ		120.722,04	77.548,46	198.270,50
NOVA IPIXUNA		85.458,00	64.623,73	150.081,73
NOVA TIMBOTEUA		14.747,06	64.623,73	79.370,79
NOVO PROGRESSO		157.065,72	90.473,23	247.538,95
NOVO REPARTIMENTO		303.907,47	168.021,68	471.929,15
ÓBIDOS		270.001,86	142.172,21	412.174,07
OEIRAS DO PARÁ		258.508,63	103.397,96	361.906,59
ORIXIMINÁ		301.948,88	168.021,68	469.970,56

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO PA: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
OURÉM		162.010,58	77.548,46	239.559,04
OURILÂNDIA DO NORTE		333.500,00	103.397,96	436.897,96
PACAJÁ		305.416,69	129.247,46	434.664,15
PALESTINA DO PARÁ		63.274,23	38.774,23	102.048,46
PARAGOMINAS		962.162,33	206.795,91	1.168.958,24
PARAUAPEBAS		1.886.744,85	446.248,08	2.332.992,93
PAU D'ARCO		111.019,82	38.774,23	149.794,05
PEIXE-BOI		13.764,75	38.774,23	52.538,98
PIÇARRA		203.169,20	51.698,99	254.868,19
PLACAS		102.124,55	0,00	102.124,55
PONTA DE PEDRAS		274.151,21	103.397,96	377.549,17
PORTEL		264.407,42	0,00	264.407,42
PORTO DE MOZ		202.802,31	116.322,72	319.125,03
PRAINHA		110.286,21	90.473,23	200.759,44
PRIMAVERA		184.991,84	51.698,99	236.690,83
QUATIPURU		152.573,17	0,00	152.573,17
REDENÇÃO		865.180,41	180.946,45	1.046.126,86

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO PA: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
RIO MARIA		142.293,56	77.548,46	219.842,02
RONDON DO PARÁ		490.684,13	142.172,21	632.856,34
RURÓPOLIS		172.474,01	129.247,46	301.721,47
SALINÓPOLIS		230.451,60	116.322,72	346.774,32
SALVATERRA		86.648,98	77.548,46	164.197,44
SANTA BÁRBARA DO PARÁ		254.183,06	77.548,46	331.731,52
SANTA CRUZ DO ARARI		122.534,91	38.774,23	161.309,14
SANTA IZABEL DO PARÁ		246.759,82	155.096,96	401.856,78
SANTA LUZIA DO PARÁ		22.929,46	77.548,46	100.477,92
SANTA MARIA DAS BARREIRAS		167.411,87	77.548,46	244.960,33
SANTA MARIA DO PARÁ		201.039,81	90.473,23	291.513,04
SANTANA DO ARAGUAIA		384.407,26	0,00	384.407,26
SANTARÉM		3.467.805,98	446.248,08	3.914.054,06

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO PA: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SANTARÉM NOVO		125.999,00	38.774,23	164.773,23
SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ		28.305,00	103.397,96	131.702,96
SÃO CAETANO DE ODIVELAS		214.445,28	77.548,46	291.993,74
SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA		147.825,76	90.473,23	238.298,99
SÃO DOMINGOS DO CAPIM		598.592,42	103.397,96	701.990,38
SÃO FÉLIX DO XINGU		542.339,00	219.720,67	762.059,67
SÃO FRANCISCO DO PARÁ		254.780,17	64.623,73	319.403,90
SÃO GERALDO DO ARAGUAIA		221.537,30	90.473,23	312.010,53
SÃO JOÃO DA PONTA		85.869,88	38.774,23	124.644,11
SÃO JOÃO DE PIRABAS		116.126,33	77.548,46	193.674,79
SÃO JOÃO DO ARAGUAIA		70.201,21	64.623,73	134.824,94

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO PA: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SÃO MIGUEL DO GUAMÁ		294.053,34	142.172,21	436.225,55
SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA		234.373,90	90.473,23	324.847,13
SAPUCAIA		68.243,53	38.774,23	107.017,76
SENADOR JOSÉ PORFÍRIO		78.163,52	51.698,99	129.862,51
SOURE		137.010,76	90.473,23	227.483,99
TAILÂNDIA		323.038,73	206.795,91	529.834,64
TERRA ALTA		163.016,93	51.698,99	214.715,92
TERRA SANTA		77.687,00	77.548,46	155.235,46
TOMÉ-AÇU		356.292,18	155.096,96	511.389,14
TRACUATEUA		10.000,00	103.397,96	113.397,96
TRAIRÃO		74.807,30	77.548,46	152.355,76
TUCUMÃ		304.001,56	116.322,72	420.324,28
TUCURUÍ		1.773.604,22	206.795,91	1.980.400,13
ULIANÓPOLIS		294.591,50	142.172,21	436.763,71
URUARÁ		340.507,61	129.247,46	469.755,07

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO PA: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

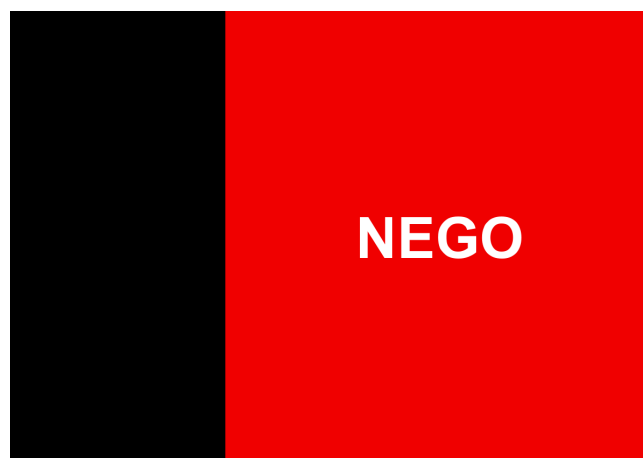
MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
VIGIA		194.818,95	142.172,21	336.991,16
WISEU		446.162,26	0,00	446.162,26
VITÓRIA DO XINGU		61.806,94	64.623,73	126.430,67
XINGUARA		584.257,03	129.247,46	713.504,49

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

BOLETIM SEGOV
Articulação Federativa para o enfrentamento da
situação de emergência decorrente do Coronavírus
(Covid-19)



PARAÍBA



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE GOVERNO
SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS FEDERATIVOS

24 de abril de 2020

ESTADO PB: ENTREGAS DO GOVERNO FEDERAL



Ações e Serviços Públicos de Saúde	Entregas do GOVERNO FEDERAL		
EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIs) *	Álcool etílico 500ml	1.272	
	Álcool etílico 100ml	1.728	
	Óculos proteção	1.500	
	Luva para procedimento não cirúrgico	442.548	
	Sapatilha	2.500	
	Máscara 3 camadas	252.500	
	Avental	21.906	
	Touca hospitalar	5.500	
Leitos-Covid	10 leitos (em processamento) no Hospital Santa Isabel		
Testes RT PCT	7.848		
Testes rápidos	8.870 na 1ª distribuição	11.780 na 2ª distribuição	20.640 na 3ª distribuição

*/ Entregas realizadas em 25 e 26/03. Parte da pauta de distribuição de álcool etílico 500ml, luva, sapatilha e máscara 3 camadas foi entregue de 02 a 09/04.

ESTADO PB: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

DESCRIÇÃO		ESTADO	MUNICÍPIO	TOTAL
Apoio FPE	MP 938 (1ª parcela da recomposição)	R\$ 17,14 milhões		R\$ 17,14 milhões
Apoio FPM	MP 938 (1ª parcela da recomposição)		R\$ 16,24 milhões	R\$ 16,24 milhões
Fundo Nacional da Saúde (FNS)	Portaria nº 395	R\$ 8,19 milhões		R\$ 90,09 milhões
	Portaria nº 480 *	R\$ 11,60 milhões		
	Portaria nº 774	R\$ 11,91 milhões	R\$ 58,38 milhões	

R\$ 123,49 milhões

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).
valor mínimo = R\$ 2,00 per capita
valor máximo = R\$ 5,00 per capita

ESTADO PB: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
ÁGUA BRANCA		123.055,11	59.656,86	182.711,97
AGUIAR		50.342,33	44.742,64	95.084,97
ALAGOA GRANDE		176.019,88	104.399,48	280.419,36
ALAGOA NOVA		64.524,21	89.485,26	154.009,47
ALAGOINHA		23.537,20	74.571,06	98.108,26
ALCANTIL		93.973,76	44.742,64	138.716,40
ALGODÃO DE JANDAÍRA		389,07	44.742,64	45.131,71
ALHANDRA		82.903,38	89.485,26	172.388,64
AMPARO		203,12	44.742,64	44.945,76
APARECIDA		1.628,87	44.742,64	46.371,51
ARAÇAGI		41.030,48	89.485,26	130.515,74
ARARA		33.066,69	59.656,86	92.723,55
ARARUNA		224.956,54	89.485,26	314.441,80
AREIA		129.901,73	89.485,26	219.386,99
AREIA DE BARAÚNAS		405,74	44.742,64	45.148,38
AREIAL		9.347,23	44.742,64	54.089,87
AROEIRAS		127.833,68	89.485,26	217.318,94

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO PB: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
ASSUNÇÃO		7.502,12	44.742,64	52.244,76
BAÍA DA TRAIÇÃO		210,00	44.742,64	44.952,64
BANANEIRAS		161.690,55	89.485,26	251.175,81
BARAÚNA		2.205,65	44.742,64	46.948,29
BARRA DE SANTA ROSA		42.689,13	74.571,06	117.260,19
BARRA DE SANTANA		77.554,15	44.742,64	122.296,79
BARRA DE SÃO MIGUEL		3.802,24	44.742,64	48.544,88
BAYEUX		394.737,98	223.713,17	618.451,15
BELÉM		102.302,79	89.485,26	191.788,05
BELÉM DO BREJO DO CRUZ		39.587,49	44.742,64	84.330,13
BERNARDINO BATISTA		22.641,94	44.742,64	67.384,58
BOA VENTURA		40.405,61	44.742,64	85.148,25
BOA VISTA		1.141,96	44.742,64	45.884,60
BOM JESUS		2.220,80	44.742,64	46.963,44
BOM SUCESSO		54.239,77	44.742,64	98.982,41

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO PB: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
BONITO DE SANTA FÉ		85.500,11	59.656,86	145.156,97
BOQUEIRÃO		189.120,85	89.485,26	278.606,11
BORBOREMA		1.087,59	44.742,64	45.830,23
BREJO DO CRUZ		83.495,04	74.571,06	158.066,10
BREJO DOS SANTOS		27.519,89	44.742,64	72.262,53
CAAPORÃ		176.587,76	89.485,26	266.073,02
CABACEIRAS		24.691,02	44.742,64	69.433,66
CABEDELO		352.145,09	178.970,54	531.115,63
CACHOEIRA DOS ÍNDIOS		6.105,22	59.656,86	65.762,08
CACIMBA DE AREIA		28.745,57	44.742,64	73.488,21
CACIMBA DE DENTRO		34.151,09	89.485,26	123.636,35
CACIMBAS		1.999,46	44.742,64	46.742,10
CAIÇARA		17.782,72	44.742,64	62.525,36
CAJAZEIRAS		605.697,39	178.970,54	784.667,93
CAJAZEIRINHAS		22.219,39	44.742,64	66.962,03
CALDAS BRANDÃO		1.838,02	44.742,64	46.580,66
CAMALAUÍ		638,97	44.742,64	45.381,61

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO PB: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
CAMPINA GRANDE		12.586.641,16	506.898,85	13.093.540,01
CAPIM		3.651,36	44.742,64	48.394,00
CARAÚBAS		2.412,45	44.742,64	47.155,09
CARRAPATEIRA		402,75	44.742,64	45.145,39
CASSERENGUE		7.341,70	44.742,64	52.084,34
CATINGUEIRA		22.017,78	44.742,64	66.760,42
CATOLÉ DO ROCHA		403.804,46	104.399,48	508.203,94
CATURITÉ		27.381,66	44.742,64	72.124,30
CONCEIÇÃO		216.326,81	89.485,26	305.812,07
CONDADO		3.403,08	44.742,64	48.145,72
CONDE		231.446,53	104.399,48	335.846,01
CONGO		1.484,55	44.742,64	46.227,19
COREMAS		182.863,44	74.571,06	257.434,50
COXIXOLA		1.035,07	44.742,64	45.777,71
CRUZ DO ESPÍRITO SANTO		13.271,86	89.485,26	102.757,12
CUBATI		14.419,08	44.742,64	59.161,72
CUITÉ		241.114,31	89.485,26	330.599,57

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO PB: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
CUITÉ DE MAMANGUAPE		281,08	44.742,64	45.023,72
CUITEGI		4.150,31	44.742,64	48.892,95
CURRAL DE CIMA		2.011,79	44.742,64	46.754,43
CURRAL VELHO		394,52	44.742,64	45.137,16
DAMIÃO		220,34	44.742,64	44.962,98
DESTERRO		46.381,22	44.742,64	91.123,86
DIAMANTE		41.571,51	44.742,64	86.314,15
DONA INÊS		17.545,13	59.656,86	77.201,99
DUAS ESTRADAS		428,35	44.742,64	45.170,99
EMAS		89,23	44.742,64	44.831,87
ESPERANÇA		359.408,79	119.313,71	478.722,50
FAGUNDES		209,61	59.656,86	59.866,47
FREI MARTINHO		6.028,35	44.742,64	50.770,99
GADO BRAVO		8.729,66	44.742,64	53.472,30
GUARABIRA		766.025,65	164.056,34	930.081,99
GURINHÉM		46.009,27	74.571,06	120.580,33
GURJÃO		1.138,26	44.742,64	45.880,90

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO PB: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
IBIARA		22.324,86	44.742,64	67.067,50
IGARACY		27.608,51	44.742,64	72.351,15
IMACULADA		4.232,42	59.656,86	63.889,28
INGÁ		262.905,56	89.485,26	352.390,82
ITABAIANA		200.955,70	104.399,48	305.355,18
ITAPORANGA		251.856,17	104.399,48	356.255,65
ITAPOROROCA		57.653,32	89.485,26	147.138,58
ITATUBA		4.154,13	59.656,86	63.810,99
JACARAÚ		44.382,02	74.571,06	118.953,08
JERICÓ		7.530,79	44.742,64	52.273,43
JOÃO PESSOA		25.080.804,10	1.630.205,79	26.711.009,89
JOCA CLAUDINO		406,93		406,93
JUAREZ TÁVORA		3.447,10	44.742,64	48.189,74
JUAZEIRINHO		125.298,03	89.485,26	214.783,29
JUNCO DO SERIDÓ		85,49	44.742,64	44.828,13
JURIPIRANGA		40.780,89	59.656,86	100.437,75
JURU		50.712,39	44.742,64	95.455,03
LAGOA		603,91	44.742,64	45.346,55

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO PB: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
LAGOA DE DENTRO		24.070,69	44.742,64	68.813,33
LAGOA SECA		84.858,92	104.399,48	189.258,40
LASTRO		10.147,06	44.742,64	54.889,70
LIVRAMENTO		27.457,89	44.742,64	72.200,53
LOGRADOURO		2.229,73	44.742,64	46.972,37
LUCENA		13.838,52	59.656,86	73.495,38
MÃE D'ÁGUA		1.910,07	44.742,64	46.652,71
MALTA		742,84	44.742,64	45.485,48
MAMANGUAPE		387.827,07	149.142,10	536.969,17
MANAÍRA		35.758,87	59.656,86	95.415,73
MARCAÇÃO		655,55	44.742,64	45.398,19
MARI		68.407,40	89.485,26	157.892,66
MARIZÓPOLIS		12.932,17	44.742,64	57.674,81
MASSARANDUBA		38.985,99	74.571,06	113.557,05
MATARACA		57.707,08	44.742,64	102.449,72
MATINHAS		2.941,84	44.742,64	47.684,48
MATO GROSSO		110,07	44.742,64	44.852,71
MATURÉIA		49,15	44.742,64	44.791,79

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO PB: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
MOGEIRO		42.085,73	59.656,86	101.742,59
MONTADAS		1.357,64	44.742,64	46.100,28
MONTE HOREBE		2.062,81	44.742,64	46.805,45
MONTEIRO		922.179,76	119.313,71	1.041.493,47
MULUNGU		32.544,00	44.742,64	77.286,64
NATUBA		33.210,05	59.656,86	92.866,91
NAZAREZINHO		102,90	44.742,64	44.845,54
NOVA FLORESTA		14.241,55	59.656,86	73.898,41
NOVA OLINDA		20.194,16	44.742,64	64.936,80
NOVA PALMEIRA		539,99	44.742,64	45.282,63
OLHO D'ÁGUA		101.263,64	44.742,64	146.006,28
OLIVEDOS		4.485,02	44.742,64	49.227,66
OURO VELHO		3.036,05	44.742,64	47.778,69
PARARI		230,81	44.742,64	44.973,45
PASSAGEM		7.569,43	44.742,64	52.312,07
PATOS		1.773.161,17	238.627,38	2.011.788,55
PAULISTA		36.567,98	59.656,86	96.224,84
PEDRA BRANCA		2.339,80	44.742,64	47.082,44

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO PB: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
PEDRA LAVRADA		40.494,74	44.742,64	85.237,38
PEDRAS DE FOGO		215.739,54	104.399,48	320.139,02
PEDRO RÉGIS		1.374,97	44.742,64	46.117,61
PIANCÓ		1.218.302,15	74.571,06	1.292.873,21
PICUÍ		157.141,94	89.485,26	246.627,20
PILAR		42.740,59	59.656,86	102.397,45
PILÕES		5.667,32	44.742,64	50.409,96
PILÕEZINHOS		1.537,27	44.742,64	46.279,91
PIRPIRITUBA		1.940,12	59.656,86	61.596,98
PITIMBU		28.593,79	89.485,26	118.079,05
POCINHOS		95.387,32	89.485,26	184.872,58
POÇO DANTAS		168,52	44.742,64	44.911,16
POÇO DE JOSÉ DE MOURA		7.842,98	44.742,64	52.585,62
POMBAL		748.254,63	119.313,71	867.568,34
PRATA		30.850,46	44.742,64	75.593,10
PRINCESA ISABEL		721.965,73	89.485,26	811.450,99
PUXINANÃ		7.564,38	74.571,06	82.135,44

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO PB: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
QUEIMADAS		210.694,11	149.142,10	359.836,21
QUIXABÁ		47,85	44.742,64	44.790,49
REMÍGIO		43.576,73	89.485,26	133.061,99
RIACHÃO		333,74	44.742,64	45.076,38
RIACHÃO DO BACAMARTE		1.240,03	44.742,64	45.982,67
RIACHÃO DO POÇO		114,62	44.742,64	44.857,26
RIACHO DE SANTO ANTÔNIO		14.781,40	44.742,64	59.524,04
RIACHO DOS CAVALOS		36.804,21	44.742,64	81.546,85
RIO TINTO		82.484,21	104.399,48	186.883,69
SALGADINHO		2.564,36	44.742,64	47.307,00
SALGADO DE SÃO FÉLIX		4.382,73	59.656,86	64.039,59
SANTA CECÍLIA		367,33	44.742,64	45.109,97
SANTA CRUZ		38.066,89	44.742,64	82.809,53
SANTA HELENA		20.873,26	44.742,64	65.615,90
SANTA INÊS		164,89	44.742,64	44.907,53

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO PB: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SANTA LUZIA		123.628,45	74.571,06	198.199,51
SANTA RITA		1.006.810,25	268.455,83	1.275.266,08
SANTA TERESINHA		21.979,68	44.742,64	66.722,32
SANTANA DE MANGUEIRA		495,22	44.742,64	45.237,86
SANTANA DOS GARROTES		20.331,14	44.742,64	65.073,78
Santarém			44.742,64	44.742,64
SANTO ANDRÉ		2.521,13	44.742,64	47.263,77
SÃO BENTINHO		3.197,01	119.313,71	122.510,72
SÃO BENTO		200.056,96	44.742,64	244.799,60
SÃO DOMINGOS		956,15	44.742,64	45.698,79
SÃO DOMINGOS DO CARIRI		394,30	44.742,64	45.136,94
SÃO FRANCISCO		2.617,18	44.742,64	47.359,82
SÃO JOÃO DO CARIRI		59.869,91	44.742,64	104.612,55
SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE		126.495,51	89.485,26	215.980,77
SÃO JOÃO DO TIGRE		827,27	44.742,64	45.569,91

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO PB: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SÃO JOSÉ DA LAGOA TAPADA		15.475,59	44.742,64	60.218,23
SÃO JOSÉ DE CAIANA		11.135,80	44.742,64	55.878,44
SÃO JOSÉ DE ESPINHARAS		896,35	44.742,64	45.638,99
SÃO JOSÉ DE PIRANHAS		114.053,88	89.485,26	203.539,14
SÃO JOSÉ DE PRINCESA		348,33	44.742,64	45.090,97
SÃO JOSÉ DO BONFIM		13.172,23	44.742,64	57.914,87
SÃO JOSÉ DO BREJO DO CRUZ		817,19	44.742,64	45.559,83
SÃO JOSÉ DO SABUGI		152,63	44.742,64	44.895,27
SÃO JOSÉ DOS CORDEIROS		351,82	44.742,64	45.094,46
SÃO JOSÉ DOS RAMOS		2.697,64	44.742,64	47.440,28
SÃO MAMEDE		22.562,27	44.742,64	67.304,91
SÃO MIGUEL DE TAIPU		113.178,42	44.742,64	157.921,06

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO PB: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SÃO SEBASTIÃO DE LAGOA DE ROÇA		60.997,38	59.656,86	120.654,24
SÃO SEBASTIÃO DO UMBUZEIRO		531,47	44.742,64	45.274,11
SÃO VICENTE DO SERIDÓ		41.393,04	59.656,86	101.049,90
SAPÉ		531.138,59	164.056,34	695.194,93
SERRA BRANCA		134.787,38	74.571,06	209.358,44
SERRA DA RAIZ		397,32	44.742,64	45.139,96
SERRA GRANDE		23.635,55	44.742,64	68.378,19
SERRA REDONDA		2.739,40	44.742,64	47.482,04
SERRARIA		22.845,20	44.742,64	67.587,84
SERTÃOZINHO		982,68	44.742,64	45.725,32
SOBRADO		67,82	44.742,64	44.810,46
SOLÂNEA		179.222,93	104.399,48	283.622,41
SOLEDADE		160.542,47	74.571,06	235.113,53
SOSSÊGO		931,34	44.742,64	45.673,98
SOUSA		1.636.186,70	178.970,54	1.815.157,24

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO PB: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SUMÉ		468.739,34	74.571,06	543.310,40
TACIMA		1.416,48	59.656,86	61.073,34
TAPEROÁ		70.641,00	74.571,06	145.212,06
TAVARES		69.996,78	74.571,06	144.567,84
TEIXEIRA		66.206,80	74.571,06	140.777,86
TENÓRIO		1.041,22	44.742,64	45.783,86
TRIUNFO		22.671,56	44.742,64	67.414,20
UIRAÚNA		162.540,90	74.571,06	237.111,96
UMBUZEIRO		69.636,93	44.742,64	114.379,57
VÁRZEA		28,04	44.742,64	44.770,68
VIEIRÓPOLIS		765,01	44.742,64	45.507,65
VISTA SERRANA		1.974,27	44.742,64	46.716,91
ZABELÊ		192,47	44.741,80	44.934,27

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

BOLETIM SEGOV

Articulação Federativa para o enfrentamento da situação de emergência decorrente do Coronavírus (Covid-19)



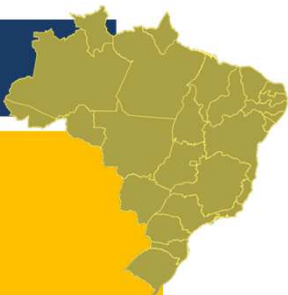
PERNAMBUCO



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE GOVERNO
SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS FEDERATIVOS**

24 de abril de 2020

ESTADO PE: ENTREGAS DO GOVERNO FEDERAL



Ações e Serviços Públicos de Saúde	Entregas do GOVERNO FEDERAL		
EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPis) *	Álcool etílico 500ml	2.604	
	Álcool etílico 100ml	4.224	
	Óculos proteção	2.960	
	Luva para procedimento não cirúrgico	1.025.044	
	Sapatilha	4.000	
	Máscara 3 camadas	602.500	
	Avental	51.119	
	Touca hospitalar	13.200	
Leitos-Covid	10 leitos instalados no Hospital Dom Helder Câmara		
Testes RT PCT	25.488		
Testes rápidos	20.049 na 1ª distribuição	25.060 na 2ª distribuição	43.960 na 3ª distribuição
Respiradores	20		

*/ Entregas realizadas em 25 e 27/03. Parte da pauta de distribuição de álcool etílico 500ml, luva, sapatilha e máscara 3 camadas foi entregue de 02 a 09/04.

ESTADO PE: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

DESCRIÇÃO		ESTADO	MUNICÍPIO	TOTAL
Apoio FPE	MP 938 (1ª parcela da recomposição)	R\$ 29,89 milhões		R\$ 29,89 milhões
Apoio FPM	MP 938 (1ª parcela da recomposição)		R\$ 32,23 milhões	R\$ 32,23 milhões
Fundo Nacional da Saúde (FNS)	Portaria nº 395	R\$ 19,30 milhões		R\$ 233,59 milhões
	Portaria nº 480 *	R\$ 27,32 milhões		
	Portaria nº 774	R\$ 107,32 milhões	R\$ 79,64 milhões	

R\$ 295,72 milhões

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

valor mínimo = R\$ 2,00 per capita

valor máximo = R\$ 5,00 per capita

ESTADO PE: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
ABREU E LIMA		746.682,85	240.181,94	986.864,79
AFOGADOS DA INGAZEIRA		386.688,43	128.097,05	514.785,48
AFRÂNIO		113.896,56	96.072,76	209.969,32
AGRESTINA		388.978,26	112.084,91	501.063,17
ÁGUA PRETA		437.824,45	128.097,05	565.921,50
ÁGUAS BELAS		273.872,18	144.109,16	417.981,34
ALAGOINHA		57.534,31	80.060,66	137.594,97
ALIANÇA		110.643,24	144.109,16	254.752,40
ALTINHO		83.393,37	96.072,76	179.466,13
AMARAJI		64.651,79	96.072,76	160.724,55
ANGELIM		96.679,03	64.048,50	160.727,53
ARAÇOIABA		62.463,11	96.072,76	158.535,87
ARARIPINA		930.964,86	224.169,83	1.155.134,69
ARCOVERDE		761.895,71	208.157,69	970.053,40
BARRA DE GUABIRABA		31.838,13	80.060,66	111.898,79
BARREIROS		888.115,87	160.121,29	1.048.237,16
BELÉM DE MARIA		38.211,03	64.048,50	102.259,53

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO PE: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
BELÉM DO SÃO FRANCISCO		84.849,18	96.072,76	180.921,94
BELO JARDIM		455.714,01	208.157,69	663.871,70
BETÂNIA		30.976,05	64.048,50	95.024,55
BEZERROS		1.235.822,97	176.133,43	1.411.956,40
BODOCÓ		181.377,33	144.109,16	325.486,49
BOM CONSELHO		329.287,22	160.121,29	489.408,51
BOM JARDIM		83.120,62	144.109,16	227.229,78
BONITO		140.856,03	144.109,16	284.965,19
BREJÃO		81.635,97	48.036,38	129.672,35
BREJINHO		17.807,34	48.036,38	65.843,72
BREJO DA MADRE DE DEUS		264.988,33	160.121,29	425.109,62
BUENOS AIRES		30.248,92	64.048,50	94.297,42
BUÍQUE		82.328,16	176.133,43	258.461,59
CABO DE SANTO AGOSTINHO		1.181.744,34	787.062,96	1.968.807,30
CABROBÓ		176.451,93	128.097,05	304.548,98

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO PE: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
CACHOEIRINHA		59.112,10	96.072,76	155.184,86
CAETÉS		110.084,81	112.084,91	222.169,72
CALÇADO		74.498,79	64.048,50	138.547,29
CALUMBI		9.385,42	48.036,38	57.421,80
CAMARAGIBE		2.042.216,25	787.062,96	2.829.279,21
CAMOCIM DE SÃO FÉLIX		42.481,75	96.072,76	138.554,51
CAMUTANGA		28.410,19	48.036,38	76.446,57
CANHOTINHO		188.602,04	112.084,91	300.686,95
CAPOEIRAS		132.725,73	96.072,76	228.798,49
CARNAÍBA		40.676,87	96.072,76	136.749,63
CARNAUBEIRA DA PENHA		14.801,43	64.048,50	78.849,93
CARPINA		357.601,95	224.169,83	581.771,78
CARUARU		3.662.675,00	787.062,96	4.449.737,96
CASINHAS		36.418,92	80.060,66	116.479,58
CATENDE		107.186,10	144.109,16	251.295,26
CEDRO		23.713,78	64.048,50	87.762,28

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO PE: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
CHÃ DE ALEGRIA		34.131,22	64.048,50	98.179,72
CHÃ GRANDE		162.291,32	96.072,76	258.364,08
CONDADO		77.389,49	112.084,91	189.474,40
CORRENTES		137.408,83	96.072,76	233.481,59
CORTÊS		408.448,52	64.048,50	472.497,02
CUMARU		42.882,40	64.048,50	106.930,90
CUPIRA		110.499,44	112.084,91	222.584,35
CUSTÓDIA		127.792,60	128.097,05	255.889,65
DORMENTES		89.646,26	96.072,76	185.719,02
ESCADA		236.638,25	192.145,56	428.783,81
EXU		169.495,71	128.097,05	297.592,76
FEIRA NOVA		60.432,70	96.072,76	156.505,46
FERNANDO DE NORONHA		31.576,05		31.576,05
FERREIROS		9.894,10	80.060,66	89.954,76
FLORES		47.745,02	96.072,76	143.817,78
FLORESTA		177.830,79	128.097,05	305.927,84
FREI MIGUELINHO		40.831,47	80.060,66	120.892,13

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO PE: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
GAMELEIRA		92.764,22	128.097,05	220.861,27
GARANHUNS		1.174.944,27	288.218,33	1.463.162,60
GLÓRIA DO GOITÁ		78.110,02	0,00	78.110,02
GOIANA		296.665,21	208.157,69	504.822,90
GRANITO		16.094,69	48.036,38	64.131,07
GRAVATÁ		345.368,05	224.169,83	569.537,88
IATI		131.938,34	96.072,76	228.011,10
IBIMIRIM		130.435,10	112.084,91	242.520,01
IBIRAJUBA		40.009,09	48.036,38	88.045,47
IGARASSU		404.662,80	272.206,21	676.869,01
IGUARACY		15.265,19	64.048,50	79.313,69
ILHA DE ITAMARACÁ		115.882,95	112.084,91	227.967,86
INAJÁ		61.228,09	96.072,76	157.300,85
INGAZEIRA		9.759,27	48.036,38	57.795,65
IPOJUCA		547.972,74	240.181,94	788.154,68
IPUBI		155.162,85	0,00	155.162,85
ITACURUBA		10.968,56	48.036,38	59.004,94
ITAÍBA		179.994,74	112.084,91	292.079,65

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO PE: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
ITAMBÉ		196.124,04	128.097,05	324.221,09
ITAPETIM		46.504,89	80.060,66	126.565,55
ITAPISSUMA		125.882,57	112.084,91	237.967,48
ITAQUITINGA		56.902,80	80.060,66	136.963,46
JABOATÃO DOS GUARARAPES		7.327.021,87	787.062,96	8.114.084,83
JAQUEIRA		370.625,00	64.048,50	434.673,50
JATAÚBA		78.281,24	96.072,76	174.354,00
JATOBÁ		213.926,88	80.060,66	293.987,54
JOÃO ALFREDO		88.402,43	128.097,05	216.499,48
JOAQUIM NABUCO		29.302,71	80.060,66	109.363,37
JUCATI		48.087,57	64.048,50	112.136,07
JUPI		95.564,79	80.060,66	175.625,45
JUREMA		58.420,85	80.060,66	138.481,51
LAGOA DE ITAENGA		87.495,86	96.072,76	183.568,62
LAGOA DO CARRO		87.630,98	96.072,76	183.703,74
LAGOA DO OURO		171.699,47	64.048,50	235.747,97

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO PE: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
LAGOA DOS GATOS		31.372,96	80.060,66	111.433,62
LAGOA GRANDE		163.563,37	112.084,91	275.648,28
LAJEDO		246.134,85	144.109,16	390.244,01
LIMOEIRO		764.231,75	176.133,43	940.365,18
MACAPARANA		83.440,19	112.084,91	195.525,10
MACHADOS		29.007,38	80.060,66	109.068,04
MANARI		54.328,64	96.072,76	150.401,40
MARAIAL		126.424,00	64.048,50	190.472,50
MIRANDIBA		34.365,50	80.060,66	114.426,16
MOREILÂNDIA		48.727,81	64.048,50	112.776,31
MORENO		511.370,71	192.145,56	703.516,27
NAZARÉ DA MATA		28.849,17	128.097,05	156.946,22
OLINDA		3.830.136,03	787.062,96	4.617.198,99
OROBÓ		93.330,65	112.084,91	205.415,56
OROCÓ		49.291,15	80.060,66	129.351,81
OURICURI		200.706,60	192.145,56	392.852,16
PALMARES		801.900,06	192.145,56	994.045,62
PALMEIRINA		66.224,36	48.036,38	114.260,74

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO PE: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
PANELAS		108.109,70	112.084,91	220.194,61
PARANATAMA		147.162,14	64.048,50	211.210,64
PARNAMIRIM		91.385,43	96.072,76	187.458,19
PASSIRA		90.907,74	112.084,91	202.992,65
PAUDALHO		659.004,30	176.133,43	835.137,73
PAULISTA		1.573.711,96	787.062,96	2.360.774,92
PEDRA		114.953,10	96.072,76	211.025,86
PESQUEIRA		562.727,63	192.145,56	754.873,19
PETROLÂNDIA		127.881,15	128.097,05	255.978,20
PETROLINA		4.130.446,90	787.062,96	4.917.509,86
POÇÃO		64.277,29	64.048,50	128.325,79
POMBOS		89.331,33	112.084,91	201.416,24
PRIMAVERA		30.920,74	80.060,66	110.981,40
QUIPAPÁ		97.695,05	112.084,91	209.779,96
QUIXABA		1.041,43	48.036,38	49.077,81
RECIFE		22.986.081,76	7.108.167,84	30.094.249,60
RIACHO DAS ALMAS		96.942,13	96.072,76	193.014,89
RIBEIRÃO		193.497,82	160.121,29	353.619,11

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO PE: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
RIO FORMOSO		83.331,11	96.072,76	179.403,87
SAIRÉ		43.685,43	48.036,38	91.721,81
SALGADINHO		7.830,93	64.048,50	71.879,43
SALGUEIRO		265.755,54	176.133,43	441.888,97
SALOÁ		124.398,54	80.060,66	204.459,20
SANHARÓ		58.533,83	112.084,91	170.618,74
SANTA CRUZ		83.719,35	80.060,66	163.780,01
SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE		30.208,60	64.048,50	94.257,10
SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE		663.395,13	256.194,08	919.589,21
SANTA FILOMENA		10.809,12	80.060,66	90.869,78
SANTA MARIA DA BOA VISTA		153.603,27	144.109,16	297.712,43
SANTA MARIA DO CAMBUCÁ		12.805,04	80.060,66	92.865,70
SANTA TEREZINHA		14.149,89	64.048,50	78.198,39
SÃO BENEDITO DO SUL		24.894,29	80.060,66	104.954,95

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO PE: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SÃO BENTO DO UNA		147.699,75	176.133,43	323.833,18
SÃO CAITANO		138.526,71	128.097,05	266.623,76
SÃO JOÃO		184.668,76	96.072,76	280.741,52
SÃO JOAQUIM DO MONTE		250.061,36	96.072,76	346.134,12
SÃO JOSÉ DA COROA GRANDE		51.667,28	96.072,76	147.740,04
SÃO JOSÉ DO BELMONTE		122.176,86	128.097,05	250.273,91
SÃO JOSÉ DO EGITO		283.151,98	128.097,05	411.249,03
SÃO LOURENÇO DA MATA		802.228,09	256.194,08	1.058.422,17
SÃO VICENTE FERRER		43.437,83	96.072,76	139.510,59
SERRA TALHADA		958.822,70	224.169,83	1.182.992,53
SERRITA		146.112,75	96.072,76	242.185,51
SERTÂNIA		123.285,25	128.097,05	251.382,30
SIRINHAÉM		114.322,65	160.121,29	274.443,94

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO PE: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SOLIDÃO		11.974,95	48.036,38	60.011,33
SURUBIM		882.635,75	192.145,56	1.074.781,31
TABIRA		117.689,94	112.084,91	229.774,85
TACAIMBÓ		188.086,24	64.048,50	252.134,74
TACARATU		58.367,35	112.084,91	170.452,26
TAMANDARÉ		88.826,05	96.073,35	184.899,40
TAQUARITINGA DO NORTE		95.243,59	112.084,91	207.328,50
TEREZINHA		72.485,47	48.036,38	120.521,85
TERRA NOVA		22.420,37	64.048,50	86.468,87
TIMBAÚBA		633.909,58	176.133,43	810.043,01
TORITAMA		114.826,71	160.121,29	274.948,00
TRACUNHAÉM		14.934,53	80.060,66	94.995,19
TRINDADE		201.594,64	112.084,91	313.679,55
TRIUNFO		31.897,96	80.060,66	111.958,62
TUPANATINGA		29.465,92	112.084,91	141.550,83
TUPARETAMA		38.095,84	48.036,38	86.132,22
VENTUROSA		48.928,91	96.072,76	145.001,67

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO PE: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
VERDEJANTE		23.606,57	48.036,38	71.642,95
VERTENTE DO LÉRIO		7.838,75	48.036,38	55.875,13
VERTENTES		344.763,54	96.072,76	440.836,30
VICÊNCIA		93.744,90	128.097,05	221.841,95
VITÓRIA DE SANTO ANTÃO		1.577.432,37	288.218,33	1.865.650,70
XEXÉU		38.058,71	80.060,66	118.119,37

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

BOLETIM SEGOV

Articulação Federativa para o enfrentamento da situação de emergência decorrente do Coronavírus (Covid-19)



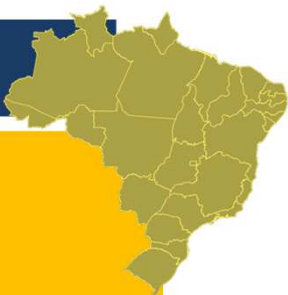
PIAUÍ



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE GOVERNO
SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS FEDERATIVOS**

24 de abril de 2020

ESTADO PI: ENTREGAS DO GOVERNO FEDERAL



Ações e Serviços Públicos de Saúde	Entregas do GOVERNO FEDERAL		
EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIs) *	Álcool etílico 500ml	996	
	Álcool etílico 100ml	1.440	
	Óculos proteção	1.380	
	Luva para procedimento não cirúrgico	363.348	
	Sapatilha	2.300	
	Máscara 3 camadas	205.000	
	Avental	17.647	
	Touca hospitalar	4.500	
Leitos-Covid	10 leitos (em processamento) no Hospital Getúlio Vargas		
Testes RT PCT	4.180		
Testes rápidos	7.260 na 1ª distribuição	9.080 na 2ª distribuição	15.920 na 3ª distribuição

*/ Parte da pauta de distribuição de álcool etílico 500ml, luva, sapatilha e máscara 3 camadas foi entregue de 02 a 09/04.

ESTADO PI: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

DESCRIÇÃO		ESTADO	MUNICÍPIO	TOTAL
Apoio FPE	MP 938 (1ª parcela da recomposição)	R\$ 22,57 milhões		R\$ 22,57 milhões
Apoio FPM	MP 938 (1ª parcela da recomposição)		R\$ 13,63 milhões	R\$ 13,63 milhões
Fundo Nacional da Saúde (FNS)	Portaria nº 395	R\$ 6,46 milhões		R\$ 106 milhões
	Portaria nº 480 *	R\$ 9,19 milhões		
	Portaria nº 774	R\$ 18,49 milhões	R\$ 71,83 milhões	

R\$ 142,22 milhões

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).
valor mínimo = R\$ 2,00 per capita
valor máximo = R\$ 5,00 per capita

ESTADO PI: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
ACAUÃ		122.212,18	37.137,35	159.349,53
AGRICOLÂNDIA		91.331,33	37.137,35	128.468,68
ÁGUA BRANCA		331.940,25	74.274,75	406.215,00
ALAGOINHA DO PIAUÍ		143.507,14	37.137,35	180.644,49
ALEGRETE DO PIAUÍ		106.565,20	37.137,35	143.702,55
ALTO LONGÁ		239.957,21	61.895,62	301.852,83
ALTOS		591.177,39	111.412,09	702.589,48
ALVORADA DO GURGUÉIA		107.013,01	37.137,35	144.150,36
AMARANTE		332.693,42	74.274,75	406.968,17
ANGICAL DO PIAUÍ		127.233,43	37.137,35	164.370,78
ANÍSIO DE ABREU		218.426,08	37.137,35	255.563,43
ANTÔNIO ALMEIDA		60.675,75	37.137,35	97.813,10
AROAZES		132.006,57	37.137,35	169.143,92
AROEIRAS DO ITAIM		33.344,62	37.137,35	70.481,97
ARRAIAL		75.176,87	37.137,35	112.314,22
ASSUNÇÃO DO PIAUÍ		121.471,45	37.137,35	158.608,80
AVELINO LOPES		192.479,43	49.516,49	241.995,92

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO PI: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
BAIXA GRANDE DO RIBEIRO		187.125,69	49.516,49	236.642,18
BARRA D'ALCÂNTARA		89.865,05	37.137,35	127.002,40
BARRAS		183.318,58	123.791,23	307.109,81
BARREIRAS DO PIAUÍ		54.880,31	37.137,35	92.017,66
BARRO DURO		22.813,67	37.137,35	59.951,02
BATALHA		411.906,21	86.653,86	498.560,07
BELA VISTA DO PIAUÍ		88.545,83	37.137,35	125.683,18
BELÉM DO PIAUÍ		69.741,93	37.137,35	106.879,28
BENEDITINOS		179.148,80	49.516,49	228.665,29
BERTOLÍNIA		129.323,06	37.137,35	166.460,41
BETÂNIA DO PIAUÍ		99.819,81	37.137,35	136.957,16
BOA HORA		91.815,03	37.137,35	128.952,38
BOCAINA		107.928,16	37.137,35	145.065,51
BOM JESUS		601.596,24	86.653,86	688.250,10
BOM PRINCÍPIO DO PIAUÍ		97.480,96	37.137,35	134.618,31
BONFIM DO PIAUÍ		83.445,41	37.137,35	120.582,76

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO PI: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
BOQUEIRÃO DO PIAUÍ		110.691,16	37.137,35	147.828,51
BRASILEIRA		153.543,00	37.137,35	190.680,35
BREJO DO PIAUÍ		62.917,46	37.137,35	100.054,81
BURITI DOS LOPES		79.654,18	74.274,75	153.928,93
BURITI DOS MONTES		110.899,51	37.137,35	148.036,86
CABECEIRAS DO PIAUÍ		143.883,44	49.516,49	193.399,93
CAJAZEIRAS DO PIAUÍ		80.024,69	37.137,35	117.162,04
CAJUEIRO DA PRAIA		126.841,35	37.137,35	163.978,70
CALDEIRÃO GRANDE DO PIAUÍ		103.386,42	37.137,35	140.523,77
CAMPINAS DO PIAUÍ		120.357,31	37.137,35	157.494,66
CAMPO ALEGRE DO FIDALGO		90.520,07	37.137,35	127.657,42
CAMPO GRANDE DO PIAUÍ		116.223,69	37.137,35	153.361,04
CAMPO LARGO DO PIAUÍ		107.662,06	37.137,35	144.799,41
CAMPO MAIOR		360.344,26	123.791,23	484.135,49

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO PI: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
CANAVIEIRA		72.146,10	37.137,35	109.283,45
CANTO DO BURITI		429.573,95	74.274,75	503.848,70
CAPITÃO DE CAMPOS		207.875,36	49.516,49	257.391,85
CAPITÃO GERVÁSIO OLIVEIRA		67.008,84	37.137,35	104.146,19
CARACOL		201.224,49	49.516,49	250.740,98
CARAÚBAS DO PIAUÍ		76.213,73	37.137,35	113.351,08
CARIDADE DO PIAUÍ		95.675,48	37.137,35	132.812,83
CASTELO DO PIAUÍ		281.978,90	74.274,75	356.253,65
CAXINGÓ		89.605,18	37.137,35	126.742,53
COCAL		365.131,74	86.653,86	451.785,60
COCAL DE TELHA		70.537,58	37.137,35	107.674,93
COCAL DOS ALVES		81.128,00	37.137,35	118.265,35
COIVARAS		76.504,04	37.137,35	113.641,39
COLÔNIA DO GURGUÉIA		111.345,39	37.137,35	148.482,74
COLÔNIA DO PIAUÍ		140.664,24	37.137,35	177.801,59

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO PI: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
CONCEIÇÃO DO CANINDÉ		92.815,10	37.137,35	129.952,45
CORONEL JOSÉ DIAS		90.882,92	37.137,35	128.020,27
CORRENTE		74.311,63	86.653,86	160.965,49
CRISTALÂNDIA DO PIAUÍ		153.259,85	37.137,35	190.397,20
CRISTINO CASTRO		190.886,20	49.516,49	240.402,69
CURIMATÁ		186.453,69	49.516,49	235.970,18
CURRAIS		82.541,50	37.137,35	119.678,85
CURRAL NOVO DO PIAUÍ		101.429,98	37.137,35	138.567,33
CURRALINHOS		79.725,02	37.137,35	116.862,37
DEMERVAL LOBÃO		257.680,19	61.895,62	319.575,81
DIRCEU ARCOVERDE		118.281,99	37.137,35	155.419,34
DOM EXPEDITO LOPES		109.999,95	37.137,35	147.137,30
DOM INOCÊNCIO		174.717,49	37.137,35	211.854,84
DOMINGOS MOURÃO		64.830,39	37.137,35	101.967,74
ELESBÃO VELOSO		242.688,38	61.895,62	304.584,00

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO PI: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
ELISEU MARTINS		88.061,79	37.137,35	125.199,14
ESPERANTINA		675.962,11	111.412,09	787.374,20
FARTURA DO PIAUÍ		99.770,20	37.137,35	136.907,55
FLORES DO PIAUÍ		80.164,96	37.137,35	117.302,31
FLORESTA DO PIAUÍ		52.418,28	37.137,35	89.555,63
FLORIANO		1.563.663,77	136.170,35	1.699.834,12
FRANCINÓPOLIS		82.488,01	37.137,35	119.625,36
FRANCISCO AYRES		64.446,09	37.137,35	101.583,44
FRANCISCO MACEDO		64.677,01	37.137,35	101.814,36
FRANCISCO SANTOS		166.791,94	37.137,35	203.929,29
FRONTEIRAS		225.153,26	49.516,49	274.669,75
GEMINIANO		91.777,39	37.137,35	128.914,74
GILBUÉS		204.569,15	49.516,49	254.085,64
GUADALUPE		227.814,42	49.516,49	277.330,91
GUARIBAS		70.062,95	37.137,35	107.200,30
HUGO NAPOLEÃO		55.978,50	37.137,35	93.115,85
ILHA GRANDE		140.374,67	37.137,35	177.512,02
INHUMA		234.678,41	61.895,62	296.574,03

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO PI: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
IPIRANGA DO PIAUÍ		195.571,21	37.137,35	232.708,56
ISAÍAS COELHO		146.045,61	37.137,35	183.182,96
ITAINÓPOLIS		38.495,73	49.516,49	88.012,22
ITAUEIRA		230.128,16	49.516,49	279.644,65
JACOBINA DO PIAUÍ		104.536,69	37.137,35	141.674,04
JAICÓS		149.920,21	74.274,75	224.194,96
JARDIM DO MULATO		73.410,65	37.137,35	110.548,00
JATOBÁ DO PIAUÍ		79.941,25	37.137,35	117.078,60
JERUMENHA		58.902,33	37.137,35	96.039,68
JOÃO COSTA		51.710,28	37.137,35	88.847,63
JOAQUIM PIRES		199.311,84	61.895,62	261.207,46
JOCA MARQUES		89.706,99	37.137,35	126.844,34
JOSÉ DE FREITAS		629.792,89	111.412,09	741.204,98
JUAZEIRO DO PIAUÍ		89.785,91	37.137,35	126.923,26
JÚLIO BORGES		103.476,40	37.137,35	140.613,75
JUREMA		82.647,53	37.137,35	119.784,88
LAGOA ALEGRE		131.114,17	37.137,35	168.251,52

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO PI: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
LAGOA DE SÃO FRANCISCO		100.301,91	37.137,35	137.439,26
LAGOA DO BARRO DO PIAUÍ		82.507,67	37.137,35	119.645,02
LAGOA DO PIAUÍ		92.045,16	37.137,35	129.182,51
LAGOA DO SÍTIO		79.753,55	37.137,35	116.890,90
LAGOINHA DO PIAUÍ		58.767,88	37.137,35	95.905,23
LANDRI SALES		97.838,38	37.137,35	134.975,73
LUÍS CORREIA		561.283,54	86.653,86	647.937,40
LUZILÂNDIA		371.007,51	86.653,86	457.661,37
MADEIRO		123.048,43	37.137,35	160.185,78
MANOEL EMÍDIO		112.964,31	37.137,35	150.101,66
MARCOLÂNDIA		128.053,73	37.137,35	165.191,08
MARCOS PARENTE		73.662,81	37.137,35	110.800,16
MASSAPÊ DO PIAUÍ		104.976,28	37.137,35	142.113,63
MATIAS OLÍMPIO		161.498,65	49.516,49	211.015,14
MIGUEL ALVES		490.764,54	99.032,98	589.797,52
MIGUEL LEÃO		42.146,23	37.137,35	79.283,58

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO PI: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
MILTON BRANDÃO		96.490,73	37.137,35	133.628,08
MONSENHOR GIL		202.508,39	49.516,49	252.024,88
MONSENHOR HIPÓLITO		160.204,42	37.137,35	197.341,77
MONTE ALEGRE DO PIAUÍ		190.198,00	49.516,49	239.714,49
MORRO CABEÇA NO TEMPO		70.909,56	37.137,35	108.046,91
MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ		136.337,91	37.137,35	173.475,26
MURICI DOS PORTELAS		127.023,46	37.137,35	164.160,81
NAZARÉ DO PIAUÍ		142.748,71	37.137,35	179.886,06
NAZÁRIA		135.759,35	37.139,93	172.899,28
NOSSA SENHORA DE NAZARÉ		72.963,04	37.137,35	110.100,39
NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS		142.332,80	37.137,35	179.470,15

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO PI: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
NOVA SANTA RITA		81.640,86	37.137,35	118.778,21
NOVO ORIENTE DO PIAUÍ		103.144,87	37.137,35	140.282,22
NOVO SANTO ANTÔNIO		76.082,51	37.137,35	113.219,86
OEIRAS		789.082,61	99.032,98	888.115,59
OLHO D'ÁGUA DO PIAUÍ		43.692,47	37.137,35	80.829,82
PADRE MARCOS		119.684,61	37.137,35	156.821,96
PAES LANDIM		98.327,65	37.137,35	135.465,00
PAJEÚ DO PIAUÍ		57.172,38	37.137,35	94.309,73
PALMEIRA DO PIAUÍ		90.636,76	37.137,35	127.774,11
PALMEIRAIS		226.646,72	61.895,62	288.542,34
PAQUETÁ		88.155,80	37.137,35	125.293,15
PARNAGUÁ		191.914,92	49.516,49	241.431,41
PARNAÍBA		3.399.420,01	495.971,62	3.895.391,63

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO PI: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
PASSAGEM FRANCA DO PIAUÍ		54.594,74	37.137,35	91.732,09
PATOS DO PIAUÍ		100.780,23	37.137,35	137.917,58
PAU D'ARCO DO PIAUÍ		64.675,31	37.137,35	101.812,66
PAULISTANA		385.247,14	74.274,75	459.521,89
PAVUSSU		82.225,64	37.137,35	119.362,99
PEDRO II		613.990,96	111.412,09	725.403,05
PEDRO LAURENTINO		46.167,56	37.137,35	83.304,91
PICOS		1.678.886,37	160.928,60	1.839.814,97
PIMENTEIRAS		191.117,74	49.516,49	240.634,23
PIO IX		292.220,80	74.274,75	366.495,55
PIRACURUCA		243.819,92	86.653,86	330.473,78
PIRIPIRI		980.859,78	148.549,46	1.129.409,24
PORTO		177.130,39	49.516,49	226.646,88
PORTO ALEGRE DO PIAUÍ		46.897,28	37.137,35	84.034,63
PRATA DO PIAUÍ		63.468,58	37.137,35	100.605,93
QUEIMADA NOVA		177.055,66	37.137,35	214.193,01

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO PI: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
REDENÇÃO DO GURGUÉIA		150.063,97	37.137,35	187.201,32
REGENERAÇÃO		364.064,72	74.274,75	438.339,47
RIACHO FRIO		78.235,47	37.137,35	115.372,82
RIBEIRA DO PIAUÍ		65.244,86	37.137,35	102.382,21
RIBEIRO GONÇALVES		137.736,76	37.137,35	174.874,11
RIO GRANDE DO PIAUÍ		136.936,80	37.137,35	174.074,15
SANTA CRUZ DO PIAUÍ		138.869,07	37.137,35	176.006,42
SANTA CRUZ DOS MILAGRES		70.929,47	37.137,35	108.066,82
SANTA FILOMENA		96.825,41	37.137,35	133.962,76
SANTA LUZ		94.491,47	37.137,35	131.628,82
SANTA ROSA DO PIAUÍ		78.768,59	37.137,35	115.905,94
SANTANA DO PIAUÍ		81.210,41	37.137,35	118.347,76
SANTO ANTÔNIO DE LISBOA		99.250,00	37.137,35	136.387,35
SANTO ANTÔNIO DOS MILAGRES		33.986,67	37.137,35	71.124,02

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO PI: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SANTO INÁCIO DO PIAUÍ		87.311,00	37.137,35	124.448,35
SÃO BRAZ DO PIAUÍ		94.895,08	37.137,35	132.032,43
SÃO FÉLIX DO PIAUÍ		53.021,61	37.137,35	90.158,96
SÃO FRANCISCO DE ASSIS DO PIAUÍ		114.733,54	37.137,35	151.870,89
SÃO FRANCISCO DO PIAUÍ		120.873,41	37.137,35	158.010,76
SÃO GONÇALO DO GURGUÉIA		36.739,55	37.137,35	73.876,90
SÃO GONÇALO DO PIAUÍ		74.954,12	37.137,35	112.091,47
SÃO JOÃO DA CANABRAVA		82.376,62	37.137,35	119.513,97
SÃO JOÃO DA FRONTEIRA		93.190,95	37.137,35	130.328,30
SÃO JOÃO DA SERRA		132.998,86	37.137,35	170.136,21

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO PI: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SÃO JOÃO DA VARJOTA		67.266,26	37.137,35	104.403,61
SÃO JOÃO DO ARRAIAL		147.978,74	37.137,35	185.116,09
SÃO JOÃO DO PIAUÍ		273.979,53	74.274,75	348.254,28
SÃO JOSÉ DO DIVINO		108.952,80	37.137,35	146.090,15
SÃO JOSÉ DO PEIXE		70.124,04	37.137,35	107.261,39
SÃO JOSÉ DO PIAUÍ		123.366,24	37.137,35	160.503,59
SÃO JULIÃO		104.338,16	37.137,35	141.475,51
SÃO LOURENÇO DO PIAUÍ		85.815,40	37.137,35	122.952,75
SÃO LUIS DO PIAUÍ		46.310,97	37.137,35	83.448,32
SÃO MIGUEL DA BAIXA GRANDE		40.532,79	37.137,35	77.670,14
SÃO MIGUEL DO FIDALGO		51.998,67	37.137,35	89.136,02
SÃO MIGUEL DO TAPUIO		327.330,28	74.274,75	401.605,03

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO PI: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SÃO PEDRO DO PIAUÍ		119.456,55	61.895,62	181.352,17
SÃO RAIMUNDO NONATO		725.253,34	99.032,98	824.286,32
SEBASTIÃO BARROS		60.460,83	37.137,35	97.598,18
SEBASTIÃO LEAL		87.527,03	37.137,35	124.664,38
SIGEFREDO PACHECO		129.875,99	37.137,35	167.013,34
SIMÕES		268.351,98	61.895,62	330.247,60
SIMPLÍCIO MENDES		182.109,34	49.516,49	231.625,83
SOCORRO DO PIAUÍ		91.400,60	37.137,35	128.537,95
SUSSUAPARA		128.632,48	37.137,35	165.769,83
TAMBORIL DO PIAUÍ		38.256,22	37.137,35	75.393,57
TANQUE DO PIAUÍ		57.163,91	37.137,35	94.301,26
TERESINA		31.121.626,30	2.547.196,55	33.668.822,85
UNIÃO		690.113,12	123.791,23	813.904,35
URUÇUÍ		340.447,87	74.274,75	414.722,62
VALENÇA DO PIAUÍ		421.483,56	74.274,75	495.758,31
VÁRZEA BRANCA		84.890,40	37.137,35	122.027,75
VÁRZEA GRANDE		92.155,72	37.137,35	129.293,07

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO PI: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
VERA MENDES		58.357,67	37.137,35	95.495,02
VILA NOVA DO PIAUÍ		57.442,71	37.137,35	94.580,06
WALL FERRAZ		72.914,60	37.137,35	110.051,95

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

BOLETIM SEGOV

Articulação Federativa para o enfrentamento da situação de emergência decorrente do Coronavírus (Covid-19)



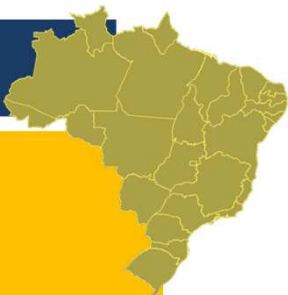
PARANÁ



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE GOVERNO
SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS FEDERATIVOS**

24 de abril de 2020

ESTADO PR: ENTREGAS DO GOVERNO FEDERAL



Ações e Serviços Públicos de Saúde	Entregas do GOVERNO FEDERAL		
EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIs) *	Álcool etílico 500ml	3.732	
	Álcool etílico 100ml	5.088	
	Óculos proteção	3.640	
	Luva para procedimento não cirúrgico	1.273.196	
	Sapatilha	4.600	
	Máscara 3 camadas	775.000	
	Avental	64.230	
	Touca hospitalar	15.800	
Leitos-Covid	30 leitos instalados (10 no Hospital Universitário do Norte do Paraná, 10 no Hospital Regional Ana Carolina Xavier e 10 no Hospital Universitário de Maringá)		
Testes RT PCT	32.992		
Testes rápidos	26.199 na 1ª distribuição	32.200 na 2ª distribuição	56.480 na 3ª distribuição
Respiradores	15		

*/ Entregas realizadas em 22, 24 e 26/03. Parte da pauta de distribuição de álcool etílico 500ml, luva, sapatilha e máscara 3 camadas foi entregue de 02 a 09/04.

ESTADO PR: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

DESCRIÇÃO		ESTADO	MUNICÍPIO	TOTAL
Apoio FPE	MP 938 (1ª parcela da recomposição)	R\$ 9,12 milhões		R\$ 9,12 milhões
Apoio FPM	MP 938 (1ª parcela da recomposição)		R\$ 35,35 milhões	R\$ 35,35 milhões
Fundo Nacional da Saúde (FNS)	Portaria nº 395	R\$ 23,07 milhões		R\$ 331,15 milhões
	Portaria nº 480 *	R\$ 32,66 milhões		
	Portaria nº 774	R\$ 87,41 milhões	R\$ 188 milhões	

R\$ 375,63 milhões

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).
valor mínimo = R\$ 2,00 per capita;
valor máximo = R\$ 5,00 per capita

ESTADO PR: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
ABATIÁ		72.986,40	48.686,32	121.672,72
ADRIANÓPOLIS		104.728,41	48.686,32	153.414,73
AGUDOS DO SUL		113.886,24	48.686,32	162.572,56
ALMIRANTE TAMANDARÉ		455.996,18	275.889,18	731.885,36
ALTAMIRA DO PARANÁ		24.400,74	48.686,32	73.087,06
ALTO PARAISO		13.538,15		13.538,15
ALTO PARANÁ		136.334,85	81.143,88	217.478,73
ALTO PIQUIRI		21.679,23	64.915,11	86.594,34
ALTÔNIA		113.512,45	97.372,64	210.885,09
ALVORADA DO SUL		118.056,80	64.915,11	182.971,91
AMAPORÃ		74.524,08	48.686,32	123.210,40
AMPÉRE		31.732,50	97.372,64	129.105,14
ANAHY		56.246,06	48.686,32	104.932,38
ANDIRÁ		224.498,08	97.372,64	321.870,72
ÂNGULO		42.245,17	48.686,32	90.931,49
ANTONINA		141.571,19	97.372,64	238.943,83
ANTÔNIO OLINTO		72.849,70	48.686,32	121.536,02

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO PR: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
APUCARANA		3.979.044,26	292.117,95	4.271.162,21
ARAPONGAS		1.692.685,94	275.889,18	1.968.575,12
ARAPOTI		33.405,00	113.601,43	147.006,43
ARAPUÃ		58.082,97	48.686,32	106.769,29
ARARUNA		164.459,31	81.143,88	245.603,19
ARAUCÁRIA		1.853.673,33	0,00	1.853.673,33
ARIRANHA DO IVAÍ		32.574,58	48.686,32	81.260,90
ASSAÍ		142.103,69	81.143,88	223.247,57
ASSIS CHATEAUBRIAND		296.296,89	129.830,20	426.127,09
ASTORGA		46.530,00	113.601,43	160.131,43
ATALAIA		55.876,17	48.686,32	104.562,49
BALSA NOVA		112.085,89	64.915,11	177.001,00
BANDEIRANTES		213.149,79	129.830,20	342.979,99
BARBOSA FERRAZ		157.796,43	64.915,11	222.711,54
BARRA DO JACARÉ		44.624,62	48.686,32	93.310,94
BARRACÃO		41.974,08	64.915,11	106.889,19
BELA VISTA DA CAROBA		14.146,87	48.686,32	62.833,19

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO PR: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
BELA VISTA DO PARAÍSO		186.083,55	81.143,88	267.227,43
BITURUNA		225.337,91	81.143,88	306.481,79
BOA ESPERANÇA		53.066,95	48.686,32	101.753,27
BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU		5.288,91	48.686,32	53.975,23
BOA VENTURA DE SÃO ROQUE		77.726,51	48.686,32	126.412,83
BOA VISTA DA APARECIDA		3.283,33	48.686,32	51.969,65
BOCAIÚVA DO SUL		95.551,81	64.915,11	160.466,92
BOM JESUS DO SUL		11.798,09	48.686,32	60.484,41
BOM SUCESSO		177.980,12	48.686,32	226.666,44
BOM SUCESSO DO SUL		12.329,55	48.686,32	61.015,87
BORRAZÓPOLIS		85.108,66	48.686,32	133.794,98
BRAGANEY		58.181,41	48.686,32	106.867,73
BRASILÂNDIA DO SUL		41.522,35	48.686,32	90.208,67
CAFEARA		36.947,72	48.686,32	85.634,04
CAFELÂNDIA		153.203,41	97.372,64	250.576,05

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO PR: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
CAFEZAL DO SUL		24.334,88	48.686,32	73.021,20
CALIFÓRNIA		97.903,99	48.686,32	146.590,31
CAMBARÁ		254.405,94	113.601,43	368.007,37
CAMBÉ		1.358.828,39	259.660,40	1.618.488,79
CAMBIRA		122.216,96	48.686,32	170.903,28
CAMPINA DA LAGOA		180.305,12	81.143,88	261.449,00
CAMPINA DO SIMÃO		62.809,50	48.686,32	111.495,82
CAMPINA GRANDE DO SUL		313.939,93	146.058,98	459.998,91
CAMPO BONITO		54.359,24	48.686,32	103.045,56
CAMPO DO TENENTE		93.743,67	48.686,32	142.429,99
CAMPO LARGO		1.014.954,57	292.117,95	1.307.072,52
CAMPO MAGRO		264.425,63	113.601,43	378.027,06
CAMPO MOURÃO		3.657.021,15	243.431,62	3.900.452,77
CÂNDIDO DE ABREU		183.535,93	81.143,88	264.679,81
CANDÓI		5.100,00	81.143,88	86.243,88
CANTAGALO		145.857,90	64.915,11	210.773,01
CAPANEMA		56.476,34	97.372,64	153.848,98

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO PR: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES		196.465,16	81.143,88	277.609,04
CARAMBEÍ		61.608,00	97.372,64	158.980,64
CARLÓPOLIS		96.340,14	81.143,88	177.484,02
CASCADEL		3.723.073,20	418.452,08	4.141.525,28
CASTRO		959.254,54	210.974,07	1.170.228,61
CATANDUVAS		66.713,52	64.915,11	131.628,63
CENTENÁRIO DO SUL		112.742,55	64.915,11	177.657,66
CERRO AZUL		193.829,87	97.372,64	291.202,51
CÉU AZUL		137.409,40	64.915,11	202.324,51
CHOPINZINHO		310.503,14	97.372,64	407.875,78
CIANORTE		1.836.318,67	0,00	1.836.318,67
CIDADE GAÚCHA		85.969,29	64.915,11	150.884,40
CLEVELÂNDIA		154.566,63	97.372,64	251.939,27
COLOMBO		1.566.756,98	418.452,08	1.985.209,06
COLORADO		671.348,18	113.601,43	784.949,61
CONGONHINHAS		222.189,18	48.686,32	270.875,50

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO PR: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
CONSELHEIRO MAIRINCK		34.787,06	48.686,32	83.473,38
CONTENDA		187.795,26	97.372,64	285.167,90
CORBÉLIA		243.498,73	97.372,64	340.871,37
CORNÉLIO PROCÓPIO		487.960,75	162.287,75	650.248,50
CORONEL DOMINGOS SOARES		98.116,39	48.686,32	146.802,71
CORONEL VIVIDA		434.800,07	97.372,64	532.172,71
CORUMBATAÍ DO SUL		1.616,67	48.686,32	50.302,99
CRUZ MACHADO		187.919,16	97.372,64	285.291,80
CRUZEIRO DO IGUAÇU		7.829,25	48.686,32	56.515,57
CRUZEIRO DO OESTE		197.656,36	97.372,64	295.029,00
CRUZEIRO DO SUL		64.487,67	48.686,32	113.173,99
CRUZMALTINA		51.270,09	48.686,32	99.956,41
CURITIBA		57.952.972,43	1.467.185,21	59.420.157,64
CURIÚVA		176.559,80	81.143,88	257.703,68
DIAMANTE DO NORTE		64.591,76	48.686,32	113.278,08
DIAMANTE DO SUL		47.664,83	48.686,32	96.351,15

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO PR: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
DIAMANTE D'OESTE		51.019,37	48.686,32	99.705,69
DOIS VIZINHOS		310.399,01	146.058,98	456.457,99
DOURADINA		31.623,92	48.686,32	80.310,24
DOUTOR CAMARGO		60.577,09	48.686,32	109.263,41
DOUTOR ULYSSES		71.683,90	48.686,32	120.370,22
ENÉAS MARQUES		7.017,80	48.686,32	55.704,12
ENGENHEIRO BELTRÃO		173.668,49	81.143,88	254.812,37
ENTRE RIOS DO OESTE		43.627,09	48.686,32	92.313,41
ESPERANÇA NOVA		520,82	48.686,32	49.207,14
ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU		55.267,65	48.686,32	103.953,97
FAROL		71.070,19	48.686,32	119.756,51
FAXINAL		157.715,49	97.372,64	255.088,13
FAZENDA RIO GRANDE		903.499,05	243.431,62	1.146.930,67
FÊNIX		70.268,55	48.686,32	118.954,87
FERNANDES PINHEIRO		75.374,15	48.686,32	124.060,47
FIGUEIRA		107.915,11	48.686,32	156.601,43
FLOR DA SERRA DO SUL		4.150,80	48.686,32	52.837,12

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO PR: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
FLORAÍ		60.375,26	48.686,32	109.061,58
FLORESTA		58.626,39	48.686,32	107.312,71
FLORESTÓPOLIS		152.679,61	64.915,11	217.594,72
FLÓRIDA		29.502,99	48.686,32	78.189,31
FORMOSA DO OESTE		79.786,05	48.686,32	128.472,37
FOZ DO IGUAÇU		6.381.617,99	418.452,08	6.800.070,07
FOZ DO JORDÃO		64.166,67	48.686,32	112.852,99
FRANCISCO ALVES		19.221,04	48.686,32	67.907,36
FRANCISCO BELTRÃO		3.557.382,43	227.202,87	3.784.585,30
GENERAL CARNEIRO		27.122,88	81.143,88	108.266,76
GODOY MOREIRA		38.912,14	48.686,32	87.598,46
GOIOERÊ		359.618,80	113.601,43	473.220,23
GOIOXIM		94.874,41	48.686,32	143.560,73
GRANDES RIOS		87.130,59	48.686,32	135.816,91
GUAÍRA		355.140,47	129.830,20	484.970,67
GUAIRACÁ		88.480,10	48.686,32	137.166,42
GUAMIRANGA		107.749,03	48.686,32	156.435,35
GUAPIRAMA		50.063,18	48.686,32	98.749,50

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO PR: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
GUAPOREMA		32.001,33	48.686,32	80.687,65
GUARACI		62.518,72	48.686,32	111.205,04
GUARANIAÇU		162.984,26	81.143,88	244.128,14
GUARAPUAVA		645.651,25	418.452,08	1.064.103,33
GUARAQUEÇABA		88.248,50	48.686,32	136.934,82
GUARATUBA		358.515,40	129.830,20	488.345,60
HONÓRIO SERPA		87.300,67	48.686,32	135.986,99
IBAITI		350.115,30	129.830,20	479.945,50
IBEMA		43.248,42	48.686,32	91.934,74
IBIPORÃ		264.594,00	178.516,54	443.110,54
ICARAÍMA		113.830,52	48.686,32	162.516,84
IGUARAÇU		51.594,20	48.686,32	100.280,52
IGUATU		40.180,17	48.686,32	88.866,49
IMBAÚ		6.500,87	64.915,11	71.415,98
IMBITUVA		259.228,39	129.830,20	389.058,59
INÁCIO MARTINS		107.027,79	64.915,11	171.942,90
INAJÁ		29.899,68	48.686,32	78.586,00
INDIANÓPOLIS		71.740,49	48.686,32	120.426,81

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO PR: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
IPIRANGA		189.285,58	81.143,88	270.429,46
IPORÃ		64.876,96	81.143,88	146.020,84
IRACEMA DO OESTE		32.566,22	48.686,32	81.252,54
IRATI		245.961,48	178.516,54	424.478,02
IRETAMA		31.262,33	64.915,11	96.177,44
ITAGUAJÉ		48.714,24	48.686,32	97.400,56
ITAIPULÂNDIA		126.320,06	64.915,11	191.235,17
ITAMBARACÁ		79.896,20	48.686,32	128.582,52
ITAMBÉ		54.327,87	48.686,32	103.014,19
ITAPEJARA D'OESTE		10.427,09	64.915,11	75.342,20
ITAPERUÇU		239.153,94	113.601,43	352.755,37
ITAÚNA DO SUL		42.747,30	48.686,32	91.433,62
IVAÍ		86.461,70	81.143,88	167.605,58
IVAIPORÃ		347.540,41	129.830,20	477.370,61
IVATÉ		5.077,65	48.686,32	53.763,97
IVATUBA		32.776,03	48.686,32	81.462,35
JABOTI		67.679,49	48.686,32	116.365,81
JACAREZINHO		372.075,36	146.058,98	518.134,34

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO PR: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
JAGUAPITÃ		98.721,84	0,00	98.721,84
JAGUARIAÍVA		242.034,02	129.830,20	371.864,22
JANDAIA DO SUL		218.100,81	97.372,64	315.473,45
JANIÓPOLIS		16.889,42	48.686,32	65.575,74
JAPIRA		92.788,67	48.686,32	141.474,99
JAPURÁ		87.859,63	48.686,32	136.545,95
JARDIM ALEGRE		137.986,62	64.915,11	202.901,73
JARDIM OLINDA		29.044,30	48.686,32	77.730,62
JATAIZINHO		105.106,29	64.915,11	170.021,40
JESUÍTAS		72.143,96	48.686,32	120.830,28
JOAQUIM TÁVORA		103.725,22	64.915,11	168.640,33
JUNDIAÍ DO SUL		47.165,07	48.686,32	95.851,39
JURANDA		5.100,00	48.686,32	53.786,32
JUSSARA		96.918,01	48.686,32	145.604,33
KALORÉ		85.724,78	48.686,32	134.411,10
LAPA		428.010,48	162.287,75	590.298,23
LARANJAL		77.454,58	48.686,32	126.140,90
LARANJEIRAS DO SUL		451.483,00	129.830,20	581.313,20

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO PR: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
LEÓPOLIS		51.230,21	48.686,32	99.916,53
LIDIANÓPOLIS		50.208,32	48.686,32	98.894,64
LINDOESTE		66.238,59	48.686,32	114.924,91
LOANDA		214.340,67	97.372,64	311.713,31
LOBATO		37.951,70	48.686,32	86.638,02
LONDRINA		21.407.209,82	418.452,08	21.825.661,90
LUIZIANA		127.481,17	48.686,32	176.167,49
LUNARDELLI		71.951,12	48.686,32	120.637,44
LUPIONÓPOLIS		57.351,48	48.686,32	106.037,80
MALLET		101.768,16	81.143,88	182.912,04
MAMBORÊ		64.837,97	81.143,88	145.981,85
MANDAGUAÇU		144.166,87	97.372,64	241.539,51
MANDAGUARI		287.125,97	129.830,20	416.956,17
MANDIRITUBA		238.271,91	113.601,43	351.873,34
MANFRINÓPOLIS		1.524,21	48.686,32	50.210,53
MANGUEIRINHA		116.836,57	97.372,64	214.209,21
MANOEL RIBAS		163.294,60	81.143,88	244.438,48

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO PR: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
MARECHAL CÂNDIDO RONDON		480.511,97	178.516,54	659.028,51
MARIA HELENA		11.469,78	48.686,32	60.156,10
MARIALVA		111.638,33	129.830,20	241.468,53
MARILÂNDIA DO SUL		138.550,20	48.686,32	187.236,52
MARILENA		5.100,00	48.686,32	53.786,32
MARILUZ		23.116,47	64.915,11	88.031,58
MARINGÁ		15.062.814,94	418.452,08	15.481.267,02
MARIÓPOLIS		39.731,15	48.686,32	88.417,47
MARIPÁ		66.753,60	48.686,32	115.439,92
MARMELEIRO		199.547,18	81.143,88	280.691,06
MARQUINHO		62.729,41	48.686,32	111.415,73
MARUMBI		67.550,36	48.686,32	116.236,68
MATELÂNDIA		205.212,93	97.372,64	302.585,57
MATINHOS		310.904,27	129.830,20	440.734,47
MATO RICO		45.024,42	48.686,32	93.710,74
MAUÁ DA SERRA		97.465,82	64.915,11	162.380,93
MEDIANEIRA		564.895,90	162.287,75	727.183,65

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO PR: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
MERCEDES		77.026,42	48.686,32	125.712,74
MIRADOR		19.481,08	48.686,32	68.167,40
MIRASELVA		32.191,19	48.686,32	80.877,51
MISSAL		162.081,95	64.915,11	226.997,06
MOREIRA SALES		107.000,31	64.915,11	171.915,42
MORRETES		180.985,33	81.143,88	262.129,21
MUNHOZ DE MELO		48.061,12	48.686,32	96.747,44
NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS		14.308,06	48.686,32	62.994,38
NOVA ALIANÇA DO IVAÍ		28.297,74	48.686,32	76.984,06
NOVA AMÉRICA DA COLINA		47.572,92	48.686,32	96.259,24
NOVA AURORA		114.337,37	64.915,11	179.252,48
NOVA CANTU		67.334,80	48.686,32	116.021,12
NOVA ESPERANÇA		263.711,54	113.601,43	377.312,97
NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE		11.209,83	48.686,32	59.896,15
NOVA FÁTIMA		63.136,53	48.686,32	111.822,85

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO PR: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
NOVA LARANJEIRAS		175.247,32	64.915,11	240.162,43
NOVA LONDRINA		147.135,92	64.915,11	212.051,03
NOVA OLÍMPIA		25.972,60	48.686,32	74.658,92
NOVA PRATA DO IGUAÇU		18.176,95	64.915,11	83.092,06
NOVA SANTA BÁRBARA		40.199,73	48.686,32	88.886,05
NOVA SANTA ROSA		71.673,09	48.686,32	120.359,41
NOVA TEBAS		150.477,86	48.686,32	199.164,18
NOVO ITACOLOMI		37.154,43	48.686,32	85.840,75
ORTIGUEIRA		160.037,20	97.372,64	257.409,84
OURIZONA		30.583,47	48.686,32	79.269,79
OURO VERDE DO OESTE		37.834,42	48.686,32	86.520,74
PAIÇANDU		290.108,45	146.058,98	436.167,43
PALMAS		390.132,90	0,00	390.132,90
PALMEIRA		470.696,61	129.830,20	600.526,81
PALMITAL		163.128,09	81.143,88	244.271,97
PALOTINA		424.756,08	129.830,20	554.586,28
PARAÍSO DO NORTE		163.914,74	81.143,88	245.058,62

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO PR: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
PARANACITY		65.172,84	64.915,11	130.087,95
PARANAGUÁ		792.307,84	402.223,30	1.194.531,14
PARANAPOEMA		35.914,39	48.686,32	84.600,71
PARANAVAÍ		1.079.299,31	227.202,87	1.306.502,18
PATO BRAGADO		43.591,15	48.686,32	92.277,47
PATO BRANCO		4.037.867,39	227.202,87	4.265.070,26
PAULA FREITAS		83.588,30	48.686,32	132.274,62
PAULO FRONTIN		60.045,48	48.686,32	108.731,80
PEABIRU		99.609,48	81.143,88	180.753,36
PEROBAL		2.560,72	48.686,32	51.247,04
PÉROLA		36.754,11	64.915,11	101.669,22
PÉROLA D'OESTE		12.766,67	48.686,32	61.452,99
PIÊN		56.115,99	64.915,11	121.031,10
PINHAIS		1.119.991,44	292.117,95	1.412.109,39
PINHAL DE SÃO BENTO		9.014,38	48.686,32	57.700,70
PINHALÃO		87.379,58	48.686,32	136.065,90
PINHÃO		305.406,99	129.830,20	435.237,19
PIRAÍ DO SUL		142.220,30	113.601,43	255.821,73

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO PR: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
PIRAQUARA		870.562,76	259.660,40	1.130.223,16
PITANGA		377.020,33	129.830,20	506.850,53
PITANGUEIRAS		30.232,95	48.686,32	78.919,27
PLANALTINA DO PARANÁ		37.667,80	48.686,32	86.354,12
PLANALTO		34.227,74	81.143,88	115.371,62
PONTA GROSSA		866.948,25	418.452,08	1.285.400,33
PONTAL DO PARANÁ		154.195,69	113.601,43	267.797,12
PORECATU		102.491,98	81.143,88	183.635,86
PORTO AMAZONAS		33.613,92	48.686,32	82.300,24
PORTO BARREIRO		45.431,23	48.686,32	94.117,55
PORTO RICO		27.942,77	48.686,32	76.629,09
PORTO VITÓRIA		51.969,47	48.686,32	100.655,79
PRADO FERREIRA		34.699,71	48.686,32	83.386,03
PRANCHITA		17.486,12	48.686,32	66.172,44
PRESIDENTE CASTELO BRANCO		35.467,37	48.686,32	84.153,69
PRIMEIRO DE MAIO		30.857,31	64.915,11	95.772,42

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO PR: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
PRUDENTÓPOLIS		420.757,93	178.516,54	599.274,47
QUARTO CENTENÁRIO		69.521,57	48.686,32	118.207,89
QUATIGUÁ		85.337,05	48.686,32	134.023,37
QUATRO BARRAS		277.812,36	97.372,64	375.185,00
QUATRO PONTES		32.014,56	48.686,32	80.700,88
QUEDAS DO IGUAÇU		255.800,18	129.830,20	385.630,38
QUERÊNCIA DO NORTE		136.121,65	64.915,11	201.036,76
QUINTA DO SOL		69.493,18	48.686,32	118.179,50
QUITANDINHA		205.806,44	97.372,64	303.179,08
RAMILÂNDIA		48.762,11	48.686,32	97.448,43
RANCHO ALEGRE		38.237,13	48.686,32	86.923,45
RANCHO ALEGRE D'OESTE		35.182,38	48.686,32	83.868,70
REALEZA		121.222,38	97.372,64	218.595,02
REBOUÇAS		158.054,82	81.143,88	239.198,70
RENASCENÇA		20.022,41	48.686,32	68.708,73
RESERVA		307.750,73	113.601,43	421.352,16
RESERVA DO IGUAÇU		63.951,53	48.686,32	112.637,85

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO PR: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
RIBEIRÃO CLARO		72.153,61	64.915,11	137.068,72
RIBEIRÃO DO PINHAL		76.740,63	64.915,11	141.655,74
RIO AZUL		146.488,84	81.143,88	227.632,72
RIO BOM		47.862,55	48.686,32	96.548,87
RIO BONITO DO IGUAÇU		171.812,52	64.915,11	236.727,63
RIO BRANCO DO IVAÍ		52.518,68	48.686,32	101.205,00
RIO BRANCO DO SUL		222.077,10	129.830,20	351.907,30
RIO NEGRO		145.484,09	129.830,20	275.314,29
ROLÂNDIA		187.376,25	194.745,29	382.121,54
RONCADOR		129.101,38	64.915,11	194.016,49
RONDON		113.719,56	48.686,32	162.405,88
ROSÁRIO DO IVAÍ		66.042,92	48.686,32	114.729,24
SABÁUDIA		61.132,26	48.686,32	109.818,58
SALGADO FILHO		10.232,01	48.686,32	58.918,33
SALTO DO ITARARÉ		58.452,13	48.686,32	107.138,45
SALTO DO LONTRA		18.482,76	81.143,88	99.626,64
SANTA AMÉLIA		30.205,57	48.686,32	78.891,89

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO PR: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SANTA CECÍLIA DO PAVÃO		51.611,66	48.686,32	100.297,98
SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO		5.100,00	48.686,32	53.786,32
SANTA FÉ		16.382,81	64.915,11	81.297,92
SANTA HELENA		211.123,88	113.601,43	324.725,31
SANTA INÊS		29.107,65	48.686,32	77.793,97
SANTA ISABEL DO IVAÍ		105.013,23	48.686,32	153.699,55
SANTA IZABEL DO OESTE		74.904,26	81.143,88	156.048,14
SANTA LÚCIA		46.658,06	48.686,32	95.344,38
SANTA MARIA DO OESTE		130.824,98	64.915,11	195.740,09
SANTA MARIANA		97.879,39	64.915,11	162.794,50
SANTA MÔNICA		62.683,91	48.686,32	111.370,23
SANTA TEREZA DO OESTE		86.989,32	64.915,11	151.904,43

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO PR: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SANTA TEREZINHA DE ITAIPU		443.339,38	97.372,64	540.712,02
SANTANA DO ITARARÉ		70.429,39	48.686,32	119.115,71
SANTO ANTÔNIO DA PLATINA		33.405,00	162.287,75	195.692,75
SANTO ANTÔNIO DO CAIUÁ		38.160,03	48.686,32	86.846,35
SANTO ANTÔNIO DO PARAÍSO		29.800,16	48.686,32	78.486,48
SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE		81.598,61	97.372,64	178.971,25
SANTO INÁCIO		39.515,81	48.686,32	88.202,13
SÃO CARLOS DO IVAÍ		64.746,63	48.686,32	113.432,95
SÃO JERÔNIMO DA SERRA		46.263,16	64.915,11	111.178,27
SÃO JOÃO		124.187,82	64.915,11	189.102,93
SÃO JOÃO DO CAIUÁ		48.727,98	48.686,32	97.414,30
SÃO JOÃO DO IVAÍ		158.581,29	64.915,11	223.496,40

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO PR: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SÃO JOÃO DO TRIUNFO		153.257,97	81.143,88	234.401,85
SÃO JORGE DO IVAÍ		56.753,48	48.686,32	105.439,80
SÃO JORGE DO PATROCÍNIO		53.191,09	48.686,32	101.877,41
SÃO JORGE D'OESTE		19.355,47	48.686,32	68.041,79
SÃO JOSÉ DA BOA VISTA		88.491,40	48.686,32	137.177,72
SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS		42.060,40	48.686,32	90.746,72
SÃO JOSÉ DOS PINHAIS		3.121.634,05	418.452,08	3.540.086,13
SÃO MANOEL DO PARANÁ		34.355,22	48.686,32	83.041,54
SÃO MATEUS DO SUL		245.019,98	162.287,75	407.307,73

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO PR: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SÃO MIGUEL DO IGUAÇU		368.380,38	113.601,43	481.981,81
SÃO PEDRO DO IGUAÇU		38.523,18	48.686,32	87.209,50
SÃO PEDRO DO IVAÍ		104.527,13	64.915,11	169.442,24
SÃO PEDRO DO PARANÁ		35.232,96	48.686,32	83.919,28
SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA		113.667,00	48.686,32	162.353,32
SÃO TOMÉ		36.295,63	48.686,32	84.981,95
SAPOPEMA		90.489,98	48.686,32	139.176,30
SARANDI		530.978,55	243.431,62	774.410,17
SAUDADE DO IGUAÇU		69.936,45	48.686,32	118.622,77
SENGÉS		112.008,58	97.372,64	209.381,22
SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU		61.809,78	48.686,32	110.496,10
SERTANEJA		81.127,05	48.686,32	129.813,37
SERTANÓPOLIS		169.670,45	81.143,88	250.814,33
SIQUEIRA CAMPOS		161.221,72	97.372,64	258.594,36

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO PR: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SULINA		42.526,77	48.686,32	91.213,09
TAMARANA		175.818,06	81.144,29	256.962,35
TAMBOARA		61.284,41	48.686,32	109.970,73
TAPEJARA		148.009,05	81.143,88	229.152,93
TAPIRA		34.045,01	48.686,32	82.731,33
TEIXEIRA SOARES		108.288,03	64.915,11	173.203,14
TELÊMACO BORBA		616.619,06	210.974,07	827.593,13
TERRA BOA		301.806,00	97.372,64	399.178,64
TERRA RICA		224.810,68	81.143,88	305.954,56
TERRA ROXA		205.061,49	97.372,64	302.434,13
TIBAGI		183.996,03	97.372,64	281.368,67
TIJUCAS DO SUL		184.298,37	81.143,88	265.442,25
TOLEDO		491.187,46	292.117,95	783.305,41
TOMAZINA		103.320,47	48.686,32	152.006,79
TRÊS BARRAS DO PARANÁ		134.040,12	64.915,11	198.955,23
TUNAS DO PARANÁ		86.456,97	48.686,32	135.143,29
TUNEIRAS DO OESTE		107.905,28	48.686,32	156.591,60

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO PR: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
TUPÃSSI		51.568,10	48.686,32	100.254,42
TURVO		173.843,16	81.143,88	254.987,04
UBIRATÃ		349.195,94	97.372,64	446.568,58
UMUARAMA		4.106.023,41	259.660,40	4.365.683,81
UNIÃO DA VITÓRIA		456.137,69	178.516,54	634.654,23
UNIFLOR		5.642,00	48.686,32	54.328,32
URAI		102.033,13	64.915,11	166.948,24
VENTANIA		118.875,57	64.915,11	183.790,68
VERA CRUZ DO OESTE		127.097,59	48.686,32	175.783,91
VERÊ		17.434,92	48.686,32	66.121,24
Vila Alta			48.686,32	48.686,32
VIRMOND		53.174,79	48.686,32	101.861,11
VITORINO		75.277,37	48.686,32	123.963,69
WENCESLAU BRAZ		197.056,07	97.372,64	294.428,71
XAMBRÊ		6.298,09	48.686,32	54.984,41

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

BOLETIM SEGOV

Articulação Federativa para o enfrentamento da situação de emergência decorrente do Coronavírus (Covid-19)



RIO DE JANEIRO



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE GOVERNO
SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS FEDERATIVOS**

24 de abril de 2020

ESTADO RJ: ENTREGAS DO GOVERNO FEDERAL



Ações e Serviços Públicos de Saúde	Entregas do GOVERNO FEDERAL		
EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIs) *	Álcool etílico 500ml	5.652	
	Álcool etílico 100ml	7.776	
	Óculos proteção	7.900	
	Luva para procedimento não cirúrgico	10.868.536	
	Sapatilha	7.200	
	Máscara 3 camadas	1.354.250	
	Avental	94.460	
	Touca hospitalar	23.800	
Leitos-Covid	40 leitos instalados (10 no Hospital Ary Parreiras e 30 no Hospital Zilda Arns)		
Testes RT PCT	119.600		
Testes rápidos	37.636 na 1ª distribuição	51.340 na 2ª distribuição	90.040 na 3ª distribuição
Respiradores	40		

*/ Entregas realizadas em 23, 25 e 26/03. Parte da pauta de distribuição de álcool etílico 500ml, luva, sapatilha e máscara 3 camadas foi entregue de 02 a 09/04.

ESTADO RJ: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

DESCRIÇÃO		ESTADO	MUNICÍPIO	TOTAL
Apoio FPE	MP 938 (1ª parcela da recomposição)	R\$ 21,03 milhões		R\$ 21,03 milhões
Apoio FPM	MP 938 (1ª parcela da recomposição)		R\$ 15,99 milhões	R\$ 15,99 milhões
Fundo Nacional da Saúde (FNS)	Portaria nº 395	R\$ 33,89 milhões		R\$ 387,95 milhões
	Portaria nº 480 *	R\$ 48,06 milhões		
	Portaria nº 774	R\$ 57,13 milhões	R\$ 248,85 milhões	

R\$ 424, 98 milhões

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).
valor mínimo = R\$ 2,00 per capita
valor máximo = R\$ 5,00 per capita

ESTADO RJ: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
ANGRA DOS REIS		5.165.784,34	354.240,95	5.520.025,29
APERIBÉ		83.122,85	54.159,03	137.281,88
ARARUAMA		1.278.065,94	243.715,55	1.521.781,49
AREAL		80.768,08	54.159,03	134.927,11
ARMAÇÃO DOS BÚZIOS		198.730,01	108.318,02	307.048,03
ARRAIAL DO CABO		210.582,94	94.778,28	305.361,22
BARRA DO PIRAÍ		1.840.731,03	203.096,30	2.043.827,33
BARRA MANSA		5.228.400,23	354.240,95	5.582.641,18
BELFORD ROXO		3.615.485,95	354.240,95	3.969.726,90
BOM JARDIM		213.963,26	94.778,28	308.741,54
BOM JESUS DO ITABAPOANA		912.894,23	108.318,02	1.021.212,25
CABO FRIO		3.900.010,47	354.240,95	4.254.251,42
CACHOEIRAS DE MACACU		480.827,14	148.937,28	629.764,42
CAMBUCI		216.124,51	67.698,77	283.823,28

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO RJ: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
CAMPOS DOS GOYTACAZES		11.470.000,58	354.240,95	11.824.241,53
CANTAGALO		246.444,66	81.238,49	327.683,15
CARAPEBUS		47.610,01	67.698,77	115.308,78
CARDOSO MOREIRA		67.517,04	54.159,03	121.676,07
CARMO		399.083,11	81.238,49	480.321,60
CASIMIRO DE ABREU		347.351,61	0,00	347.351,61
COMENDADOR LEVY GASPARIAN		102.295,06	40.619,24	142.914,30
CONCEIÇÃO DE MACABU		225.765,59	81.238,49	307.004,08
CORDEIRO		210.827,97	81.238,49	292.066,46
DUAS BARRAS		61.479,46	54.159,03	115.638,49
DUQUE DE CAXIAS		12.562.531,27	354.240,95	12.916.772,22
ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN		273.558,30	67.698,77	341.257,07
GUAPIMIRIM		256.286,04	148.937,28	405.223,32
IGUABA GRANDE		320.992,60	94.778,28	415.770,88

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO RJ: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
ITABORAÍ		2.153.680,86	354.240,95	2.507.921,81
ITAGUAÍ		1.139.446,67	48.898,35	1.188.345,02
ITALVA		153.771,40	67.698,77	221.470,17
ITAOCARA		267.845,69	81.238,49	349.084,18
ITAPERUNA		1.798.446,70	216.636,07	2.015.082,77
ITATIAIA		336.252,42	108.318,02	444.570,44
JAPERI		733.824,42	216.636,07	950.460,49
LAJE DO MURIAÉ		45.748,31	40.619,24	86.367,55
MACAÉ		2.900.022,95	354.240,95	3.254.263,90
MACUCO		60.122,45	40.619,24	100.741,69
MAGÉ		1.667.617,47	354.240,95	2.021.858,42
MANGARATIBA		320.379,64	0,00	320.379,64
MARICÁ		1.384.671,55	354.240,95	1.738.912,50
MENDES		165.253,84	81.238,49	246.492,33
MESQUITA		1.013.671,85	354.239,98	1.367.911,83
MIGUEL PEREIRA		484.740,26	94.778,28	579.518,54
MIRACEMA		283.282,98	94.778,28	378.061,26
NATIVIDADE		524.696,83	67.698,77	592.395,60

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO RJ: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
NILÓPOLIS		1.198.445,04	354.240,95	1.552.685,99
NITERÓI		11.740.269,95	354.240,95	12.094.510,90
NOVA FRIBURGO		3.485.241,99	354.240,95	3.839.482,94
NOVA IGUAÇU		19.830.743,05	354.240,95	20.184.984,00
PARACAMBI		1.545.655,90	148.937,28	1.694.593,18
PARAÍBA DO SUL		397.518,48	0,00	397.518,48
PARATY		375.609,12	121.857,79	497.466,91
PATY DO ALFERES		161.573,78	94.778,28	256.352,06
PETRÓPOLIS		9.898.549,43	354.240,95	10.252.790,38
PINHEIRAL		235.167,16	94.778,28	329.945,44
PIRAÍ		590.568,93	94.778,28	685.347,21
PORCIÚNCULA		139.628,39	81.238,49	220.866,88
PORTO REAL		299.571,50	81.238,49	380.809,99
QUATIS		174.314,25	67.698,77	242.013,02
QUEIMADOS		2.070.672,14	340.701,20	2.411.373,34
QUISSAMÃ		313.453,98	94.778,28	408.232,26
RESENDE		2.705.781,28	243.715,55	2.949.496,83
RIO BONITO		2.672.004,02	148.937,28	2.820.941,30

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO RJ: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
RIO CLARO		254.952,20	81.238,49	336.190,69
RIO DAS FLORES		73.640,67	40.619,24	114.259,91
RIO DAS OSTRAS		623.500,03	340.701,20	964.201,23
RIO DE JANEIRO		86.201.753,08	1.630.205,79	87.831.958,87
SANTA MARIA MADALENA		92.630,22	54.159,03	146.789,25
SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA		351.233,37	121.857,79	473.091,16
SÃO FIDÉLIS		508.602,02	121.857,79	630.459,81
SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA		274.705,25	121.857,79	396.563,04
SÃO GONÇALO		10.864.499,72	354.240,95	11.218.740,67
SÃO JOÃO DA BARRA		193.482,23	108.318,02	301.800,25
SÃO JOÃO DE MERITI		3.911.766,64	354.240,95	4.266.007,59
SÃO JOSÉ DE UBÁ		43.014,46	40.619,24	83.633,70
SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO		178.416,48	81.238,49	259.654,97
SÃO PEDRO DA ALDEIA		677.683,77	216.636,07	894.319,84

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO RJ: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SÃO SEBASTIÃO DO ALTO		182.852,91	40.619,24	223.472,15
SAPUCAIA		93.448,69	81.238,49	174.687,18
SAQUAREMA		444.837,33	189.556,55	634.393,88
SEROPÉDICA		606.503,79	189.556,55	796.060,34
SILVA JARDIM		409.939,94	81.238,49	491.178,43
SUMIDOURO		124.180,00	67.698,77	191.878,77
TANGUÁ		270.460,54	108.318,02	378.778,56
TERESÓPOLIS		4.187.890,87	354.240,95	4.542.131,82
TRAJANO DE MORAES		97.371,81	54.159,03	151.530,84
TRÊS RIOS		2.549.259,28	0,00	2.549.259,28
VALENÇA		2.533.294,70	176.016,79	2.709.311,49
VARRE-SAI		43.474,69	54.159,03	97.633,72
VASSOURAS		3.656.710,51	108.318,02	3.765.028,53
VOLTA REDONDA		6.122.860,54	354.240,95	6.477.101,49

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

BOLETIM SEGOV
**Articulação Federativa para o enfrentamento da
situação de emergência decorrente do Coronavírus
(Covid-19)**



RIO GRANDE DO NORTE



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE GOVERNO
SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS FEDERATIVOS

24 de abril de 2020

ESTADO RN: ENTREGAS DO GOVERNO FEDERAL



Ações e Serviços Públicos de Saúde	Entregas do GOVERNO FEDERAL		
EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIs) *	Álcool etílico 500ml	1.176	
	Álcool etílico 100ml	1.440	
	Óculos proteção	1.140	
	Luva para procedimento não cirúrgico	387.848	
	Sapatilha	2.300	
	Máscara 3 camadas	237.500	
	Avental	18.801	
	Touca hospitalar	4.800	
Leitos-Covid	10 leitos (instalados) no Hospital Central da Polícia Militar Coronel Pedro Germano		
Testes RT PCT	11.104		
Testes rápidos	7.729 na 1ª distribuição	9.660 na 2ª distribuição	16.940 na 3ª distribuição

*/ Entregas realizadas em 26 e 27/03. Parte da pauta de distribuição de álcool etílico 500ml, luva, sapatilha e máscara 3 camadas foi entregue de 02 a 09/04.

ESTADO RN: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

R\$ 109,87
milhões

DESCRIÇÃO		ESTADO	MUNICÍPIO	TOTAL
Apoio FPE	MP 938 (1ª parcela da recomposição)	R\$20,94 milhões		R\$ 20,94 milhões
Apoio FPM	MP 938 (1ª parcela da recomposição)		R\$ 12,98 milhões	R\$ 12,98 milhões
Fundo Nacional da Saúde (FNS)	Portaria nº 395	R\$ 7,19 milhões		
	Portaria nº 480 *	R\$ 10,16 milhões		R\$ 75,94 milhões
	Portaria nº 774	R\$ 19,61 milhões	R\$ 38,97 milhões	

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).
valor mínimo = R\$ 2,00 per capita
valor máximo = R\$ 5,00 per capita

ESTADO RN: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
ACARI		27.619,48	60.963,01	88.582,49
AÇU		363.181,19	167.648,30	530.829,49
AFONSO BEZERRA		24.382,79	60.963,01	85.345,80
ÁGUA NOVA		4.754,37	45.722,27	50.476,64
ALEXANDRIA		811.974,11	76.203,76	888.177,87
ALMINO AFONSO		24.606,58	45.722,27	70.328,85
ALTO DO RODRIGUES		28.140,17	76.203,76	104.343,93
ANGICOS		307.499,68	60.963,01	368.462,69
ANTÔNIO MARTINS		23.463,81	45.722,27	69.186,08
APODI		172.913,60	121.926,05	294.839,65
AREIA BRANCA		223.286,78	106.685,28	329.972,06
ARÊS		25.211,54	76.203,76	101.415,30
AUGUSTO SEVERO		13.515,86	45.722,27	59.238,13
BAÍA FORMOSA		9.412,22	45.722,27	55.134,49
BARAÚNA		88.959,02	106.685,28	195.644,30
BARCELONA		4.468,62	45.722,27	50.190,89
BENTO FERNANDES		5.380,10	45.722,27	51.102,37
BODÓ		3.235,17	45.722,27	48.957,44

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO RN: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
BOM JESUS		10.689,07	60.963,01	71.652,08
BREJINHO		25.324,15	60.963,01	86.287,16
CAIÇARA DO NORTE		4.618,31	45.722,27	50.340,58
CAIÇARA DO RIO DO VENTO		4.339,86	45.722,27	50.062,13
CAICÓ		1.436.462,99	182.889,03	1.619.352,02
CAMPO REDONDO		17.829,92	60.963,01	78.792,93
CANGUARETAMA		152.865,74	121.926,05	274.791,79
CARAÚBAS		50.453,04	91.444,54	141.897,58
CARNAÚBA DOS DANTAS		22.378,05	45.722,27	68.100,32
CARNAUBAIS		23.885,30	60.963,01	84.848,31
CEARÁ-MIRIM		636.437,76	198.129,80	834.567,56
CERRO CORÁ		28.312,05	60.963,01	89.275,06
CORONEL EZEQUIEL		9.528,13	45.722,27	55.250,40
CORONEL JOÃO PESSOA		11.604,81	45.722,27	57.327,08
CRUZETA		18.524,22	45.722,27	64.246,49
CURRAIS NOVOS		431.158,54	152.407,56	583.566,10

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO RN: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
DOUTOR SEVERIANO		18.855,23	45.722,27	64.577,50
ENCANTO		10.465,37	45.722,27	56.187,64
EQUADOR		14.138,69	45.722,27	59.860,96
ESPÍRITO SANTO		17.009,79	60.963,01	77.972,80
EXTREMOZ		122.897,31	106.685,28	229.582,59
FELIPE GUERRA		10.232,49	45.722,27	55.954,76
FERNANDO PEDROZA		4.123,40	45.722,27	49.845,67
FLORÂNIA		15.171,74	45.722,27	60.894,01
FRANCISCO DANTAS		7.230,71	45.722,27	52.952,98
FRUTUOSO GOMES		18.025,59	45.722,27	63.747,86
GALINHOS		2.905,45	45.722,27	48.627,72
GOIANINHA		325.208,32	106.685,28	431.893,60
GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO		26.758,75	60.963,01	87.721,76
GROSSOS		23.294,07	60.963,01	84.257,08
GUAMARÉ		187.173,84	76.203,76	263.377,60
IELMO MARINHO		20.532,79	76.203,76	96.736,55
IPANGUAÇU		22.308,11	76.203,76	98.511,87

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO RN: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
IPUEIRA		1.552,14	45.722,27	47.274,41
ITAJÁ		9.584,17	45.722,27	55.306,44
ITAÚ		15.670,41	45.722,27	61.392,68
JAÇANÃ		15.202,50	45.722,27	60.924,77
JANDAÍRA		11.853,36	45.722,27	57.575,63
JANDUÍS		12.239,50	45.722,27	57.961,77
JANUÁRIO CICCO		15.922,72	45.722,27	61.644,99
JAPI		5.022,24	45.722,27	50.744,51
JARDIM DE ANGICOS		4.731,34	45.722,27	50.453,61
JARDIM DE PIRANHAS		31.132,66	76.203,76	107.336,42
JARDIM DO SERIDÓ		28.124,82	60.963,01	89.087,83
JOÃO CÂMARA		338.100,48	121.926,05	460.026,53
JOÃO DIAS		2.434,13	45.722,27	48.156,40
JOSÉ DA PENHA		18.418,29	45.722,27	64.140,56
JUCURUTU		101.158,30	91.444,54	192.602,84
JUNDIÁ		3.359,32	45.721,82	49.081,14
LAGOA D'ANTA		13.712,71	45.722,27	59.434,98
LAGOA DE PEDRAS		11.289,31	45.722,27	57.011,58

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO RN: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
LAGOA DE VELHOS		3.288,23	45.722,27	49.010,50
LAGOA NOVA		34.444,49	76.203,76	110.648,25
LAGOA SALGADA		11.727,78	45.722,27	57.450,05
LAJES		62.115,07	60.963,01	123.078,08
LAJES PINTADAS		4.048,03	45.722,27	49.770,30
LUCRÉCIA		12.409,78	45.722,27	58.132,05
LUÍS GOMES		33.177,70	60.963,01	94.140,71
MACAÍBA		782.424,72	198.129,80	980.554,52
MACAU		129.014,99	121.926,05	250.941,04
MAJOR SALES		11.194,57	45.722,27	56.916,84
MARCELINO VIEIRA		18.588,33	45.722,27	64.310,60
MARTINS		37.158,63	45.722,27	82.880,90
MAXARANGUAPE		16.098,79	60.963,01	77.061,80
MESSIAS TARGINO		12.172,53	45.722,27	57.894,80
MONTANHAS		20.637,33	60.963,01	81.600,34
MONTE ALEGRE		106.398,71	91.444,54	197.843,25
MONTE DAS GAMELEIRAS		4.461,52	45.722,27	50.183,79

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO RN: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
MOSSORÓ		5.653.891,71	492.568,24	6.146.459,95
NATAL		18.283.993,74	1.467.185,21	19.751.178,95
NÍSIA FLORESTA		33.097,96	106.685,28	139.783,24
NOVA CRUZ		255.309,68	137.166,80	392.476,48
OLHO-D'ÁGUA DO BORGES		9.598,63	45.722,27	55.320,90
OURO BRANCO		10.425,61	45.722,27	56.147,88
PARANÁ		9.751,43	45.722,27	55.473,70
PARAÍ		2.748,60	45.722,27	48.470,87
PARAZINHO		38.886,00	45.722,27	84.608,27
PARELHAS		143.177,13	91.444,54	234.621,67
PARNAMIRIM		1.381.642,12	492.568,24	1.874.210,36
PASSA E FICA		40.451,85	60.963,01	101.414,86
PASSAGEM		2.230,58	45.722,27	47.952,85
PATU		61.669,32	60.963,01	122.632,33
PAU DOS FERROS		985.066,16	106.685,28	1.091.751,44
PEDRA GRANDE		4.972,01	45.722,27	50.694,28

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO RN: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
PEDRA PRETA		3.095,01	45.722,27	48.817,28
PEDRO AVELINO		8.308,60	45.722,27	54.030,87
PEDRO VELHO		24.895,60	76.203,76	101.099,36
PENDÊNCIAS		34.166,84	76.203,76	110.370,60
PILÕES		12.692,84	45.722,27	58.415,11
POÇO BRANCO		21.533,36	76.203,76	97.737,12
PORTALEGRE		64.693,04	45.722,27	110.415,31
PORTO DO MANGUE		10.198,87	45.722,27	55.921,14
Presidente Juscelino			60.963,01	60.963,01
PUREZA		9.949,45	45.722,27	55.671,72
RAFAEL FERNANDES		14.974,18	45.722,27	60.696,45
RAFAEL GODEIRO		68.840,08	45.722,27	114.562,35
RIACHO DA CRUZ		9.919,39	45.722,27	55.641,66
RIACHO DE SANTANA		11.035,59	45.722,27	56.757,86
RIACHUELO		9.405,52	45.722,27	55.127,79
RIO DO FOGO		19.172,62	60.963,01	80.135,63
RODOLFO FERNANDES		14.606,07	45.722,27	60.328,34
RUY BARBOSA		10.974,13	45.722,27	56.696,40
SANTA CRUZ		1.261.590,30	137.166,80	1.398.757,10

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO RN: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SANTA MARIA		5.610,81	45.722,27	51.333,08
SANTANA DO MATOS		26.775,32	60.963,01	87.738,33
SANTANA DO SERIDÓ		8.769,77	45.722,27	54.492,04
SANTO ANTÔNIO		120.089,67	106.685,28	226.774,95
SÃO BENTO DO NORTE		4.966,39	45.722,27	50.688,66
SÃO BENTO DO TRAIRÍ		4.637,74	45.722,27	50.360,01
SÃO FERNANDO		5.782,11	45.722,27	51.504,38
SÃO FRANCISCO DO OESTE		2.358,81	45.722,27	48.081,08
SÃO GONÇALO DO AMARANTE		644.227,75	243.852,05	888.079,80
SÃO JOÃO DO SABUGI		9.321,70	45.722,27	55.043,97
SÃO JOSÉ DE MIPIBU		834.486,41	137.166,80	971.653,21
SÃO JOSÉ DO CAMPESTRE		52.939,97	60.963,01	113.902,98
SÃO JOSÉ DO SERIDÓ		8.588,01	45.722,27	54.310,28
SÃO MIGUEL		99.201,95	91.444,54	190.646,49

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO RN: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SÃO MIGUEL DO GOSTOSO		18.537,04	0,00	18.537,04
SÃO PAULO DO POTENGI		171.804,32	91.444,54	263.248,86
SÃO PEDRO		5.115,73	45.722,27	50.838,00
SÃO RAFAEL		26.302,87	45.722,27	72.025,14
SÃO TOMÉ		18.601,68	60.963,01	79.564,69
SÃO VICENTE		14.011,30	45.722,27	59.733,57
SENADOR ELÓI DE SOUZA		6.551,85	45.722,27	52.274,12
SENADOR GEORGINO AVELINO		4.669,03	45.722,27	50.391,30
SERRA CAIADA		14.575,43		14.575,43
SERRA DE SÃO BENTO		15.997,74	45.722,27	61.720,01
SERRA DO MEL		12.866,15	60.963,01	73.829,16
SERRA NEGRA DO NORTE		16.081,47	45.722,27	61.803,74
SERRINHA		7.542,90	45.722,27	53.265,17

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO RN: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SERRINHA DOS PINTOS		13.852,60	45.722,27	59.574,87
SEVERIANO MELO		21.165,81	45.722,27	66.888,08
SÍTIO NOVO		13.618,57	45.722,27	59.340,84
TABOLEIRO GRANDE		10.323,85	45.722,27	56.046,12
TAIPU		18.918,23	60.963,01	79.881,24
TANGARÁ		25.324,39	76.203,76	101.528,15
TENENTE ANANIAS		52.521,84	60.963,01	113.484,85
TENENTE LAURENTINO CRUZ		7.224,96	45.722,27	52.947,23
TIBAU		7.016,31	45.722,27	52.738,58
TIBAU DO SUL		23.327,18	76.203,76	99.530,94
TIMBAÚBA DOS BATISTAS		2.858,37	45.722,27	48.580,64
TOUROS		158.153,01	121.926,05	280.079,06
TRIUNFO POTIGUAR		6.015,42	45.722,27	51.737,69
UMARIZAL		14.684,75	60.963,01	75.647,76
UPANEMA		21.040,57	76.203,76	97.244,33

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO RN: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
VÁRZEA		5.717,61	45.722,27	51.439,88
VENHA-VER		7.097,02	45.722,27	52.819,29
VERA CRUZ		25.916,69	60.963,01	86.879,70
VIÇOSA		7.539,52	45.722,27	53.261,79
VILA FLOR		10.077,43	45.722,27	55.799,70

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

BOLETIM SEGOV
**Articulação Federativa para o enfrentamento da
situação de emergência decorrente do Coronavírus
(Covid-19)**



RONDÔNIA



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE GOVERNO
SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS FEDERATIVOS

24 de abril de 2020

ESTADO RO: ENTREGAS DO GOVERNO FEDERAL



Ações e Serviços Públicos de Saúde	Entregas do GOVERNO FEDERAL		
EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIs) *	Álcool etílico 500ml	792	
	Álcool etílico 100ml	768	
	Óculos proteção	530	
	Luva para procedimento não cirúrgico	216.800	
	Sapatilha	1.900	
	Máscara 3 camadas	115.000	
	Avental	9.789	
	Touca hospitalar	2.500	
Leitos-Covid	10 leitos (em processamento) no Centro de Medicina Tropical		
Testes RT PCT	5.992		
Testes rápidos	3.921 na 1ª distribuição	3.900 na 2ª distribuição	6.860 na 3ª distribuição

*/ Entregas realizadas em 24, 25 e 27/03. Parte da pauta de distribuição de álcool etílico 500ml, luva, sapatilha e máscara 3 camadas foi entregue de 02 a 09/04.

ESTADO RO: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

R\$ 65,58
milhões

DESCRIÇÃO		ESTADO	MUNICÍPIO	TOTAL
Apoio FPE	MP 938 (1ª parcela da recomposição)	R\$ 18,55 milhões		R\$ 18,55 milhões
Apoio FPM	MP 938 (1ª parcela da recomposição)		R\$ 4,58 milhões	R\$ 4,58 milhões
Fundo Nacional da Saúde (FNS)	Portaria nº 395	R\$ 3,71 milhões		R\$ 42,44 milhões
	Portaria nº 480 *	R\$ 5,24 milhões		
	Portaria nº 774	R\$ 19,44 milhões	R\$ 14,42 milhões	

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).
valor mínimo = R\$ 2,00 per capita
valor máximo = R\$ 5,00 per capita

ESTADO RO: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
ALTA FLORESTA D'OESTE		0,00	78.754,10	78.754,10
ALTO ALEGRE DOS PARECIS		32.193,54	56.252,93	88.446,47
ALTO PARAÍSO		34.482,99	67.503,51	101.986,50
ALVORADA D'OESTE		62.627,81	56.252,93	118.880,74
ARIQUEMES		2.051.223,89	180.009,35	2.231.233,24
BURITIS		166.682,07	101.255,26	267.937,33
CABIXI		17.761,40	33.751,76	51.513,16
CACAULÂNDIA		20.078,59	33.751,76	53.830,35
CACOAL		410.564,21	157.508,19	568.072,40
CAMPO NOVO DE RONDÔNIA		69.867,83	56.252,93	126.120,76
CANDEIAS DO JAMARI		55.561,34	78.754,10	134.315,44
CASTANHEIRAS		2.323,14	33.751,76	36.074,90
CEREJEIRAS		131.203,78	67.503,51	198.707,29
CHUPINGUAIA		2.121,01	45.002,35	47.123,36

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO RO: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
COLORADO DO OESTE		98.239,67	67.503,51	165.743,18
CORUMBIARA		2.361,35	33.751,76	36.113,11
COSTA MARQUES		36.329,64	67.503,51	103.833,15
CUJUBIM		59.563,57	78.754,10	138.317,67
ESPIGÃO D'OESTE		128.438,63	90.004,68	218.443,31
GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA		45.237,93	33.751,76	78.989,69
GUAJARÁ-MIRIM		384.429,99	112.505,86	496.935,85
ITAPUÃ DO OESTE		18.069,10		18.069,10
Jamari			45.002,35	45.002,35
JARU		494.457,47	123.756,44	618.213,91
JI-PARANÁ		2.177.104,40	202.510,56	2.379.614,96
MACHADINHO D'OESTE		244.340,50	101.255,26	345.595,76
MINISTRO ANDREAZZA		21.601,28	45.002,35	66.603,63
MIRANTE DA SERRA		65.684,24	45.002,35	110.686,59
MONTE NEGRO		122.386,80	56.252,93	178.639,73
NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE		86.889,39	67.503,51	154.392,90

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO RO: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
NOVA MAMORÉ		95.076,26	0,00	95.076,26
NOVA UNIÃO		18.105,68	33.751,76	51.857,44
NOVO HORIZONTE DO OESTE		35.144,45	33.751,76	68.896,21
OURO PRETO DO OESTE		256.120,00	101.255,26	357.375,26
PARECIS		11.132,52	33.751,76	44.884,28
PIMENTA BUENO		166.872,21	101.255,26	268.127,47
PIMENTEIRAS DO OESTE		10.546,01	33.751,76	44.297,77
PORTO VELHO		3.598.126,72	1.141.144,04	4.739.270,76
PRESIDENTE MÉDICI		128.939,22	67.503,51	196.442,73
PRIMAVERA DE RONDÔNIA		6.576,35	33.751,76	40.328,11
RIO CRESPO		1.555,97	33.751,76	35.307,73
ROLIM DE MOURA		501.890,39	123.756,44	625.646,83
SANTA LUZIA D'OESTE		35.301,54	33.751,76	69.053,30
SÃO FELIPE D'OESTE		7.651,09	33.751,76	41.402,85

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO RO: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ		51.256,99	67.503,51	118.760,50
SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ		101.697,65	78.754,10	180.451,75
SERINGUEIRAS		54.611,00	45.002,35	99.613,35
TEIXEIRÓPOLIS		15.102,93	33.751,76	48.854,69
THEOBROMA		25.223,78	45.002,35	70.226,13
URUPÁ		35.509,03	45.002,35	80.511,38
VALE DO ANARI		27.687,84	45.002,18	72.690,02
VALE DO PARAÍSO		22.759,22	33.751,76	56.510,98
VILHENA		1.793.896,83	168.758,78	1.962.655,61

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

BOLETIM SEGOV

Articulação Federativa para o enfrentamento da situação de emergência decorrente do Coronavírus (Covid-19)



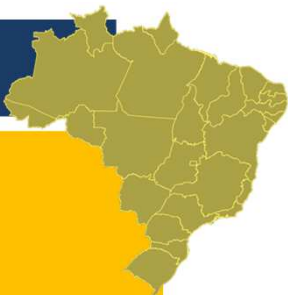
RORAIMA



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE GOVERNO
SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS FEDERATIVOS**

24 de abril de 2020

ESTADO RR: ENTREGAS DO GOVERNO FEDERAL



Ações e Serviços Públicos de Saúde	Entregas do GOVERNO FEDERAL		
EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIs) *	Álcool etílico 500ml	708	
	Álcool etílico 100ml	288	
	Óculos proteção	210	
	Luva para procedimento não cirúrgico	73.200	
	Sapatilha	1.600	
	Máscara 3 camadas	67.500	
	Avental	2.854	
	Touca hospitalar	800	
Leitos-Covid	10 leitos (previstos)		
Testes RT PCT	13.936		
Testes rápidos	1.459 na 1ª distribuição	1.240 na 2ª distribuição	2.180 na 3ª distribuição

*/ Parte da pauta de distribuição de álcool etílico 500ml, luva, sapatilha e máscara 3 camadas foi entregue de 02 a 09/04.

ESTADO RR: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

DESCRIÇÃO		ESTADO	MUNICÍPIO	TOTAL
Apoio FPE	MP 938 (1ª parcela da recomposição)	R\$ 17,30 milhões		R\$ 17,30 milhões
Apoio FPM	MP 938 (1ª parcela da recomposição)		R\$ 2,47 milhões	R\$ 2,47 milhões
Fundo Nacional da Saúde (FNS)	Portaria nº 395	R\$ 1,09 milhão		R\$ 16,49 milhões
	Portaria nº 480 *	R\$ 1,53 milhão		
	Portaria nº 774	R\$ 7,70 milhões	R\$ 6,16 milhões	

R\$ 36,26 milhões

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).
valor mínimo = R\$ 2,00 per capita
valor máximo = R\$ 5,00 per capita

ESTADO RR: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
ALTO ALEGRE		286.829,58	36.651,02	323.480,60
AMAJARI		140.038,17	29.320,82	169.358,99
BOA VISTA		3.217.694,14	2.037.757,25	5.255.451,39
BONFIM		224.654,56	29.320,82	253.975,38
CANTÁ		273.931,93	43.981,22	317.913,15
CARACARAÍ		306.623,28	43.981,22	350.604,50
CAROEBE		147.467,63	21.990,63	169.458,26
IRACEMA		160.978,17	29.320,82	190.298,99
MUCAJAÍ		260.548,55	43.981,22	304.529,77
NORMANDIA		85.460,79	29.320,82	114.781,61
PACARAIMA		225.929,08	0,00	225.929,08
RORAINÓPOLIS		434.928,99	51.311,42	486.240,41
SÃO JOÃO DA BALIZA		116.411,74	21.990,63	138.402,37
SÃO LUIZ		122.314,41	21.990,63	144.305,04
UIRAMUTÃ		157.796,41	29.320,73	187.117,14

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

BOLETIM SEGOV

Articulação Federativa para o enfrentamento da situação de emergência decorrente do Coronavírus (Covid-19)



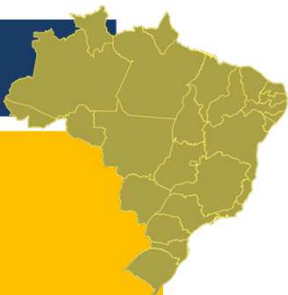
RIO GRANDE DO SUL



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE GOVERNO
SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS FEDERATIVOS**

24 de abril de 2020

ESTADO RS: ENTREGAS DO GOVERNO FEDERAL



Ações e Serviços Públicos de Saúde	Entregas do GOVERNO FEDERAL		
EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIs) *	Álcool etílico 500ml	4.848	
	Álcool etílico 100ml	6.432	
	Óculos proteção	3.780	
	Luva para procedimento não cirúrgico	1.460.592	
	Sapatilha	4.6000	
	Máscara 3 camadas	913.250	
	Avental	67.824	
	Touca hospitalar	15.700	
Leitos-Covid	30 leitos instalados (10 no Hospital Universitário de Canoas, 10 no Hospital de Clínicas de Passo Fundo e 10 Hospital São Vicente de Paulo - Osório)		
Testes RT PCT	19.640		
Testes rápidos	28.941 na 1ª distribuição	37.540 na 2ª distribuição	65.840 na 3ª distribuição

*/ Entregas realizadas em 21, 23, 26 e 27/03. Parte da pauta de distribuição de álcool etílico 500ml, luva, sapatilha e máscara 3 camadas foi entregue de 02 a 09/04.

ESTADO RS: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

DESCRIÇÃO		ESTADO	MUNICÍPIO	TOTAL
Apoio FPE	MP 938 (1ª parcela da recomposição)	R\$ 1,26 milhões		R\$ 1,26 milhões
Apoio FPM	MP 938 (1ª parcela da recomposição)		R\$ 35,50 milhões	R\$ 35,50 milhões
Fundo Nacional da Saúde (FNS)	Portaria nº 395	R\$ 22,83 milhões		
	Portaria nº 480 *	R\$ 32,43 milhões		
	Portaria nº 774	R\$79,36 milhões	R\$ 181,40 milhões	R\$ 316,04 milhões

R\$ 352,80 milhões

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).
valor mínimo = R\$ 2,00 per capita
valor máximo = R\$ 5,00 per capita

ESTADO RS: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
ACEGUÁ		66.504,00	42.628,02	109.132,02
ÁGUA SANTA		3.212,19	42.628,02	45.840,21
AGUDO		72.516,81	85.256,04	157.772,85
AJURICABA		12.657,68	42.628,02	55.285,70
ALECRIM		4.773,90	42.628,02	47.401,92
ALEGRETE		599.064,52	184.721,43	783.785,95
ALEGRIA		47.412,34	42.628,02	90.040,36
ALMIRANTE TAMANDARÉ DO SUL		1.910,13	42.628,02	44.538,15
ALPESTRE		4.549,50	42.628,02	47.177,52
ALTO ALEGRE		1.673,43	42.628,02	44.301,45
ALTO FELIZ		37.551,76	42.628,02	80.179,78
ALVORADA		359.149,35	367.632,71	726.782,06
AMARAL FERRADOR		67.297,40	42.628,02	109.925,42
AMETISTA DO SUL		4.441,50	42.628,02	47.069,52
ANDRÉ DA ROCHA		952,26	42.628,02	43.580,28
ANTA GORDA		18.815,50	42.628,02	61.443,52
ANTÔNIO PRADO		170.041,40	56.837,37	226.878,77

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO RS: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
ARAMBARÉ		46.424,80	42.628,02	89.052,82
ARARICÁ		55.178,38	42.628,02	97.806,40
ARATIBA		729,30	42.628,02	43.357,32
ARROIO DO MEIO		346.055,46	85.256,04	431.311,50
ARROIO DO PADRE		37.391,21	42.628,02	80.019,23
ARROIO DO SAL		117.711,66	42.628,02	160.339,68
ARROIO DO TIGRE		93.465,78	56.837,37	150.303,15
ARROIO DOS RATOS		97.028,70	71.046,69	168.075,39
ARROIO GRANDE		144.258,51	85.256,04	229.514,55
ARVOREZINHA		29.295,78	56.837,37	86.133,15
AUGUSTO PESTANA		189.494,93	42.628,02	232.122,95
ÁUREA		21.222,85	42.628,02	63.850,87
BAGÉ		1.364.325,51	241.558,80	1.605.884,31
BALNEÁRIO PINHAL		126.898,83	71.046,69	197.945,52
BARÃO		80.060,08	42.628,02	122.688,10
BARÃO DE COTEGIPE		4.873,50	42.628,02	47.501,52
BARÃO DO TRIUNFO		4.324,13	42.628,02	46.952,15
BARRA DO GUARITA		45.578,24	42.628,02	88.206,26

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO RS: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
BARRA DO QUARAÍ		1.954,56	42.628,02	44.582,58
BARRA DO RIBEIRO		107.266,00	56.837,37	164.103,37
BARRA DO RIO AZUL		37.024,09	42.628,02	79.652,11
BARRA FUNDA		1.462,50	42.628,02	44.090,52
BARRAÇÃO		603,23	42.628,02	43.231,25
BARROS CASSAL		20.686,67	56.837,37	77.524,04
BENJAMIN CONSTANT DO SUL		34.298,27	42.628,02	76.926,29
BENTO GONÇALVES		3.270.600,58	241.558,80	3.512.159,38
BOA VISTA DAS MISSÕES		1.492,47	42.628,02	44.120,49
BOA VISTA DO BURICÁ		13.823,34	42.628,02	56.451,36
BOA VISTA DO CADEADO		29.357,08	42.628,02	71.985,10
BOA VISTA DO INCRA		38.926,78	42.628,02	81.554,80
BOA VISTA DO SUL		423,27	42.628,02	43.051,29
BOM JESUS		90.816,13	56.837,37	147.653,50
BOM PRINCÍPIO		232.915,29	71.046,69	303.961,98

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO RS: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
BOM PROGRESSO		22.062,21	42.628,02	64.690,23
BOM RETIRO DO SUL		6.413,76	56.837,37	63.251,13
BOQUEIRÃO DO LEÃO		45.981,97	42.628,02	88.609,99
BOSSOROCA		85.673,17	42.628,02	128.301,19
BOZANO		37.379,74	42.628,02	80.007,76
BRAGA		2.173,50	42.628,02	44.801,52
BROCHIER		543,45	42.628,02	43.171,47
BUTIÁ		41.565,00	85.256,04	126.821,04
CAÇAPAVA DO SUL		273.681,36	113.674,73	387.356,09
CACEQUI		50.480,15	56.837,37	107.317,52
CACHOEIRA DO SUL		2.186.012,88	198.930,77	2.384.943,65
CACHOEIRINHA		216.724,49	255.768,15	472.492,64
CACIQUE DOBLE		3.717,54	42.628,02	46.345,56
CAIBATÉ		90.174,17	42.628,02	132.802,19
CAIÇARA		8.569,55	42.628,02	51.197,57
CAMAQUÃ		201.567,64	170.512,10	372.079,74
CAMARGO		2.009,55	42.628,02	44.637,57
CAMBARÁ DO SUL		103.573,69	42.628,02	146.201,71

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO RS: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
CAMPESTRE DA SERRA		426,72	42.628,02	43.054,74
CAMPINA DAS MISSÕES		67.351,02	42.628,02	109.979,04
CAMPINAS DO SUL		79.565,43	42.628,02	122.193,45
CAMPO BOM		774.676,24	170.512,10	945.188,34
CAMPO NOVO		73.903,85	42.628,02	116.531,87
CAMPOS BORGES		2.956,86	42.628,02	45.584,88
CANDELÁRIA		529.118,83	113.674,73	642.793,56
CÂNDIDO GODÓI		17.733,30	42.628,02	60.361,32
CANDIOTA		108.399,11	42.628,02	151.027,13
CANELA		527.541,19	142.093,43	669.634,62
CANGUÇU		113.835,00	156.302,76	270.137,76
CANOAS		12.123.095,07	367.632,71	12.490.727,78
CANUDOS DO VALE		37.286,89	42.628,02	79.914,91
CAPÃO BONITO DO SUL		191,85	42.628,02	42.819,87
CAPÃO DA CANOA		375.896,68	156.302,76	532.199,44
CAPÃO DO CIPÓ		66.879,69	42.628,02	109.507,71

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO RS: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
CAPÃO DO LEÃO		92.724,73	99.465,41	192.190,14
CAPELA DE SANTANA		95.917,84	56.837,37	152.755,21
CAPITÃO		31.445,19	42.628,02	74.073,21
CAPIVARI DO SUL		33.130,08	42.628,02	75.758,10
CARAÁ		87.537,61	42.628,02	130.165,63
CARAZINHO		1.053.355,39	170.512,10	1.223.867,49
CARLOS BARBOSA		126.740,24	99.465,41	226.205,65
CARLOS GOMES		31.852,15	42.628,02	74.480,17
CASCA		8.543,58	42.628,02	51.171,60
CASEIROS		2.343,80	42.628,02	44.971,82
CATUÍPE		123.496,06	42.628,02	166.124,08
CAXIAS DO SUL		10.200.670,28	367.632,71	10.568.302,99
CENTENÁRIO		36.265,07	42.628,02	78.893,09
CERRITO		59.506,58	42.628,02	102.134,60
CERRO BRANCO		60.158,80	42.628,02	102.786,82
CERRO GRANDE		141.998,44	42.628,02	184.626,46
CERRO GRANDE DO SUL		102.155,08	56.837,37	158.992,45

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO RS: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
CERRO LARGO		13.125,00	71.046,69	84.171,69
CHAPADA		20.831,19	42.628,02	63.459,21
CHARQUEADAS		690.836,86	127.884,08	818.720,94
CHARRUA		358,13	42.628,02	42.986,15
CHIAPETTA		2.376,00	42.628,02	45.004,02
CHUÍ		24.722,60	42.628,02	67.350,62
CHUVISCA		12.348,00	42.628,02	54.976,02
CIDREIRA		142.034,65	71.046,69	213.081,34
CIRÍACO		3.820,58	42.628,02	46.448,60
COLINAS		34.288,32	42.628,02	76.916,34
COLORADO		2.151,00	42.628,02	44.779,02
CONDOR		12.249,38	42.628,02	54.877,40
CONSTANTINA		22.050,53	42.628,02	64.678,55
COQUEIRO BAIXO		28.532,07	42.628,02	71.160,09
COQUEIROS DO SUL		2.018,12	42.628,02	44.646,14
CORONEL BARROS		1.494,00	42.628,02	44.122,02
CORONEL BICACO		6.302,55	42.628,02	48.930,57
CORONEL PILAR		260,04	42.628,02	42.888,06

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO RS: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
COTIPORÃ		750,98	42.628,02	43.379,00
COXILHA		31.650,90	42.628,02	74.278,92
CRISSIUMAL		36.702,00	71.046,69	107.748,69
CRISTAL		115.627,40	42.628,02	158.255,42
CRISTAL DO SUL		1.710,00	42.628,02	44.338,02
CRUZ ALTA		442.485,08	170.512,10	612.997,18
CRUZALTENSE		208,00	42.628,02	42.836,02
CRUZEIRO DO SUL		67.910,41	56.837,37	124.747,78
DAVID CANABARRO		13.661,93	42.628,02	56.289,95
DERRUBADAS		7.844,55	42.628,02	50.472,57
DEZESSEIS DE NOVENBRO		32.084,45	42.628,02	74.712,47
DILERMANDO DE AGUIAR		36.653,74	42.628,02	79.281,76
DOIS IRMÃOS		242.961,44	113.674,73	356.636,17
DOIS IRMÃOS DAS MISSÕES		34.509,44	42.628,02	77.137,46
DOIS LAJEADOS		34.147,64	42.628,02	76.775,66

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO RS: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
DOM FELICIANO		127.225,82	71.046,69	198.272,51
DOM PEDRITO		247.835,28	127.884,08	375.719,36
DOM PEDRO DE ALCÂNTARA		983,23	42.628,02	43.611,25
DONA FRANCISCA		44.326,83	42.628,02	86.954,85
DOUTOR MAURÍCIO CARDOSO		110.681,21	42.628,02	153.309,23
DOUTOR RICARDO		39.971,16	42.628,02	82.599,18
ELDORADO DO SUL		4.183,65	127.884,08	132.067,73
ENCANTADO		588.049,12	85.256,04	673.305,16
ENCRUZILHADA DO SUL		224.558,68	99.465,41	324.024,09
ENGENHO VELHO		152,18	42.628,02	42.780,20
ENTRE RIOS DO SUL		3.962,56	42.628,02	46.590,58
ENTRE-IJUÍ		135.903,61	42.628,02	178.531,63
EREBANGO		33.545,12	42.628,02	76.173,14
ERECHIM		759.310,41	227.349,44	986.659,85
ERNESTINA		2.501,43	42.628,02	45.129,45

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO RS: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
ERVAL GRANDE		21.318,21	42.628,02	63.946,23
ERVAL SECO		5.881,50	42.628,02	48.509,52
ESMERALDA		3.532,48	42.628,02	46.160,50
ESPERANÇA DO SUL		49.267,04	42.628,02	91.895,06
ESPUMOSO		24.929,27	71.046,69	95.975,96
ESTAÇÃO		64.046,61	42.628,02	106.674,63
ESTÂNCIA VELHA		367.584,36	142.093,43	509.677,79
ESTEIO		1.335.060,89	198.930,77	1.533.991,66
ESTRELA		930.195,39	113.674,73	1.043.870,12
ESTRELA VELHA		41.116,51	42.628,02	83.744,53
EUGÊNIO DE CASTRO		40.687,04	42.628,02	83.315,06
FAGUNDES VARELA		591,17	42.628,02	43.219,19
FARROUPILHA		1.346.915,13	184.721,43	1.531.636,56
FAXINAL DO SOTURNO		17.152,50	42.628,02	59.780,52
FAXINALZINHO		34.363,45	42.628,02	76.991,47
FAZENDA VILANOVA		7.500,00	42.628,02	50.128,02
FELIZ		115.389,50	56.837,37	172.226,87
FLORES DA CUNHA		186.839,74	0,00	186.839,74

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO RS: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
FLORIANO PEIXOTO		29.629,49	42.628,02	72.257,51
FONTOURA XAVIER		8.596,04	56.837,37	65.433,41
FORMIGUEIRO		39.119,18	42.628,02	81.747,20
FORQUETINHA		7.500,00	42.628,02	50.128,02
FORTALEZA DOS VALOS		4.288,50	42.628,02	46.916,52
FREDERICO WESTPHALEN		269.039,23	113.674,73	382.713,96
GARIBALDI		220.335,08	113.674,73	334.009,81
GARRUCHOS		53.352,66	42.628,02	95.980,68
GAURAMA		69.870,81	42.628,02	112.498,83
GENERAL CÂMARA		1.000,50	42.628,02	43.628,52
GENTIL		185,33	42.628,02	42.813,35
GETÚLIO VARGAS		127.716,97	71.046,69	198.763,66
GIRUÁ		660.958,04	85.256,04	746.214,08
GLORINHA		46.463,43	42.628,02	89.091,45
GRAMADO		589.541,95	113.674,73	703.216,68
GRAMADO DOS LOUREIROS		40.054,58	42.628,02	82.682,60

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO RS: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
GRAMADO XAVIER		464,10	42.628,02	43.092,12
GRAVATAÍ		3.497.963,84	367.632,71	3.865.596,55
GUABIJU		11.250,56	42.628,02	53.878,58
GUAÍBA		371.301,22	213.140,11	584.441,33
GUAPORÉ		331.614,88	99.465,41	431.080,29
GUARANI DAS MISSÕES		113.622,76	42.628,02	156.250,78
HARMONIA		51.877,32	42.628,02	94.505,34
HERVAL		68.529,94	42.628,02	111.157,96
HERVEIRAS		8.996,43	42.628,02	51.624,45
HORIZONTALINA		225.627,43	85.256,04	310.883,47
HULHA NEGRA		58.298,48	42.628,02	100.926,50
HUMAITÁ		4.747,50	42.628,02	47.375,52
IBARAMA		52.521,64	42.628,02	95.149,66
IBIAÇÁ		3.515,66	42.628,02	46.143,68
IBIRAIARAS		5.639,28	42.628,02	48.267,30
IBIRAPUITÃ		3.644,99	42.628,02	46.273,01
IBIRUBÁ		23.323,01	85.256,04	108.579,05

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO RS: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
IGREJINHA		298.055,49	113.674,73	411.730,22
IJUÍ		341.566,25	198.930,77	540.497,02
ILÓPOLIS		28.651,87	42.628,02	71.279,89
IMBÉ		95.246,24	85.256,04	180.502,28
IMIGRANTE		6.022,99	42.628,02	48.651,01
INDEPENDÊNCIA		735,83	42.628,02	43.363,85
INHACORÁ		42.070,13	42.628,02	84.698,15
IPÊ		1.038,01	42.628,02	43.666,03
IPIRANGA DO SUL		29.657,53	42.628,02	72.285,55
IRAÍ		4.734,00	42.628,02	47.362,02
ITAARA		37.059,92	42.628,02	79.687,94
ITACURUBI		42.288,11	42.628,02	84.916,13
ITAPUCA		1.372,50	42.628,02	44.000,52
ITAQUI		117.496,18	127.884,08	245.380,26
ITATI		35.001,50	42.628,02	77.629,52
ITATIBA DO SUL		693,19	42.628,02	43.321,21
IVORÁ		32.489,88	42.628,02	75.117,90
IVOTI		73.625,00	99.465,41	173.090,41

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO RS: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
JABOTICABA		2.867,64	42.628,02	45.495,66
JACUIZINHO		30.644,53	42.628,02	73.272,55
JACUTINGA		40.316,87	42.628,02	82.944,89
JAGUARÃO		49.764,00	99.465,41	149.229,41
JAGUARI		20.915,25	56.837,37	77.752,62
JAQUIRANA		14.303,71	42.628,02	56.931,73
JARI		47.657,52	42.628,02	90.285,54
JÓIA		33.662,90	42.628,02	76.290,92
JÚLIO DE CASTILHOS		53.188,50	85.256,04	138.444,54
LAGOA BONITA DO SUL		32.750,32	42.628,02	75.378,34
LAGOA DOS TRÊS CANTOS		178,80	42.628,02	42.806,82
LAGOA VERMELHA		206.830,37	99.465,41	306.295,78
LAGOÃO		4.959,92	42.628,02	47.587,94
LAJEADO		3.698.220,26	198.930,77	3.897.151,03
LAJEADO DO BUGRE		40.953,05	42.628,02	83.581,07
LAVRAS DO SUL		94.665,11	42.628,02	137.293,13

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO RS: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
LIBERATO SALZANO		3.397,50	42.628,02	46.025,52
LINDOLFO COLLOR		35.861,51	42.628,02	78.489,53
LINHA NOVA		413,08	42.628,02	43.041,10
MAÇAMBARÁ		4.515,91	42.628,02	47.143,93
MACHADINHO		3.629,13	42.628,02	46.257,15
MAMPITUBA		33.947,49	42.628,02	76.575,51
MANOEL VIANA		5.130,68	42.628,02	47.758,70
MAQUINÉ		53.692,99	42.628,02	96.321,01
MARATÁ		291,30	42.628,02	42.919,32
MARAU		80.724,46	0,00	80.724,46
MARCELINO RAMOS		16.104,00	42.628,02	58.732,02
MARIANA PIMENTEL		23.550,00	42.628,02	66.178,02
MARIANO MORO		32.513,27	42.628,02	75.141,29
MARQUES DE SOUZA		97.909,91	42.628,02	140.537,93
MATA		60.182,78	42.628,02	102.810,80
MATO CASTELHANO		529,43	42.628,02	43.157,45
MATO LEITÃO		2.900,55	42.628,02	45.528,57
MATO QUEIMADO		41.231,46	42.628,02	83.859,48

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO RS: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
MAXIMILIANO DE ALMEIDA		3.853,44	42.628,02	46.481,46
MINAS DO LEÃO		6.080,09	42.628,02	48.708,11
MIRAGUAÍ		3.993,08	42.628,02	46.621,10
MONTAURI		172,28	42.628,02	42.800,30
MONTE ALEGRE DOS CAMPOS		228,03	42.628,02	42.856,05
MONTE BELO DO SUL		1.696,23	42.628,02	44.324,25
MONTENEGRO		465.800,81	170.512,10	636.312,91
MORMAÇO		2.012,19	42.628,02	44.640,21
MORRINHOS DO SUL		33.543,28	42.628,02	76.171,30
MORRO REDONDO		79.632,07	42.628,02	122.260,09
MORRO REUTER		62.315,47	42.628,02	104.943,49
MOSTARDAS		90.930,80	56.837,37	147.768,17
MUÇUM		35.175,52	42.628,02	77.803,54
MUITOS CAPÕES		538,69	42.628,02	43.166,71
MULITERNO		211,95	42.628,02	42.839,97
NÃO-ME-TOQUE		141.857,75	85.256,04	227.113,79

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO RS: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
NICOLAU VERGUEIRO		191,85	42.628,02	42.819,87
NONOAI		14.477,10	56.837,37	71.314,47
NOVA ALVORADA		2.342,13	42.628,02	44.970,15
NOVA ARAÇÁ		2.759,90	42.628,02	45.387,92
NOVA BASSANO		27.090,53	42.628,02	69.718,55
NOVA BOA VISTA		1.156,50	42.628,02	43.784,52
NOVA BRÉSCIA		24.483,83	42.628,02	67.111,85
NOVA CANDELÁRIA		2.205,90	42.628,02	44.833,92
NOVA ESPERANÇA DO SUL		60.519,81	42.628,02	103.147,83
NOVA HARTZ		76.071,18	85.256,04	161.327,22
NOVA PÁDUA		473,88	42.628,02	43.101,90
NOVA PALMA		54.328,63	42.628,02	96.956,65
NOVA PETRÓPOLIS		185.333,62	85.256,04	270.589,66
NOVA PRATA		312.501,18	99.465,41	411.966,59
NOVA RAMADA		40.596,85	42.628,02	83.224,87
NOVA ROMA DO SUL		797,01	42.628,02	43.425,03
NOVA SANTA RITA		77.146,00	99.465,41	176.611,41

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO RS: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
NOVO BARREIRO		2.855,25	42.628,02	45.483,27
NOVO CABRAIS		54.477,99	42.628,02	97.106,01
NOVO HAMBURGO		5.322.354,62	367.632,71	5.689.987,33
NOVO MACHADO		74.362,18	42.628,02	116.990,20
NOVO TIRADENTES		1.363,50	42.628,02	43.991,52
NOVO XINGU		198,90	42.628,02	42.826,92
OSÓRIO		158.351,05	142.093,43	300.444,48
PAIM FILHO		3.464,91	42.628,02	46.092,93
PALMARES DO SUL		78.945,48	56.837,37	135.782,85
PALMEIRA DAS MISSÕES		164.720,88	113.674,73	278.395,61
PALMITINHO		17.328,00	42.628,02	59.956,02
PANAMBI		354.428,15	127.884,08	482.312,23
PANTANO GRANDE		6.955,50	42.628,02	49.583,52
PARAÍ		34.784,28	42.628,02	77.412,30
PARAÍSO DO SUL		38.982,72	42.628,02	81.610,74
PARECI NOVO		35.981,32	42.628,02	78.609,34
PAROBÉ		363.314,03	156.302,76	519.616,79

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO RS: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
PASSA SETE		68.480,01	42.628,02	111.108,03
PASSO DO SOBRADO		5.755,50	42.628,02	48.383,52
PASSO FUNDO		942.478,37	367.632,71	1.310.111,08
PAULO BENTO		32.971,79	42.628,02	75.599,81
PAVERAMA		4.169,76	42.628,02	46.797,78
PEDRAS ALTAS		32.079,08	42.628,02	74.707,10
PEDRO OSÓRIO		72.427,60	42.628,02	115.055,62
PEJUÇARA		61.697,48	42.628,02	104.325,50
PELOTAS		12.721.336,29	367.632,71	13.088.969,00
PICADA CAFÉ		12.181,46	42.628,02	54.809,48
PINHAL		1.530,00	42.628,02	44.158,02
PINHAL DA SERRA		500,01	42.628,02	43.128,03
PINHAL GRANDE		2.700,00	42.628,02	45.328,02
PINHEIRINHO DO VALE		3.311,40	42.628,02	45.939,42
PINHEIRO MACHADO		84.358,00	56.837,37	141.195,37
PINTO BANDEIRA		27.056,41	42.628,02	69.684,43
PIRAPÓ		40.566,83	42.628,02	83.194,85
PIRATINI		167.588,95	85.256,04	252.844,99

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO RS: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
PLANALTO		28.080,30	56.837,37	84.917,67
POÇO DAS ANTAS		271,70	42.628,02	42.899,72
PONTÃO		2.802,11	42.628,02	45.430,13
PONTE PRETA		35.366,46	42.628,02	77.994,48
PORTÃO		149.458,84	113.674,73	263.133,57
PORTO ALEGRE		64.509.540,06	1.283.787,04	65.793.327,10
PORTO LUCENA		69.178,38	42.628,02	111.806,40
PORTO MAUÁ		48.151,62	42.628,02	90.779,64
PORTO VERA CRUZ		27.907,36	42.628,02	70.535,38
PORTO XAVIER		55.793,82	56.837,37	112.631,19
POUSO NOVO		205,43	42.628,02	42.833,45
PRESIDENTE LUCENA		5.912,83	42.628,02	48.540,85
PROGRESSO		64.990,75	42.628,02	107.618,77
PROTÁSIO ALVES		1.040,89	42.628,02	43.668,91
PUTINGA		10.154,31	42.628,02	52.782,33
QUARAÍ		202.119,96	85.256,04	287.376,00
QUATRO IRMÃOS		34.719,93	42.628,02	77.347,95
QUEVEDOS		40.627,20	42.628,02	83.255,22

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO RS: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
QUINZE DE NOVEMBRO		45.573,20	42.628,02	88.201,22
REDENTORA		120.583,42	56.837,37	177.420,79
RELVADO		1.323,93	42.628,02	43.951,95
RESTINGA SECA		112.689,16	71.046,69	183.735,85
RIO DOS ÍNDIOS		371,18	42.628,02	42.999,20
RIO GRANDE		298.569,75	367.632,71	666.202,46
RIO PARDO		547.050,77	127.884,08	674.934,85
RIOZINHO		59.651,01	42.628,02	102.279,03
ROCA SALES		6.124,50	56.837,37	62.961,87
RODEIO BONITO		19.949,05	42.628,02	62.577,07
ROLADOR		40.511,14	42.628,02	83.139,16
ROLANTE		32.656,10	85.256,04	117.912,14
RONDA ALTA		20.541,83	56.837,37	77.379,20
RONDINHA		67.590,41	42.628,02	110.218,43
ROQUE GONZALES		77.664,99	42.628,02	120.293,01
ROSÁRIO DO SUL		79.453,34	127.884,08	207.337,42

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO RS: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SAGRADA FAMÍLIA		1.845,75	42.628,02	44.473,77
SALDANHA MARINHO		35.046,78	42.628,02	77.674,80
SALTO DO JACUÍ		131.890,33	56.837,37	188.727,70
SALVADOR DAS MISSÕES		43.653,78	42.628,02	86.281,80
SALVADOR DO SUL		808,65	42.628,02	43.436,67
SANANDUVA		25.254,60	71.046,69	96.301,29
SANTA BÁRBARA DO SUL		59.134,01	42.628,02	101.762,03
SANTA CECÍLIA DO SUL		866,33	42.628,02	43.494,35
SANTA CLARA DO SUL		8.443,54	42.628,02	51.071,56
SANTA CRUZ DO SUL		4.695.251,44	255.768,15	4.951.019,59
SANTA MARGARIDA DO SUL		29.117,18	42.628,02	71.745,20
SANTA MARIA		589.295,32	367.632,71	956.928,03
SANTA MARIA DO HERVAL		55.249,56	42.628,02	97.877,58
SANTA ROSA		3.032.986,84	184.721,43	3.217.708,27
SANTA TEREZA		1.177,70	42.628,02	43.805,72

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO RS: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SANTA VITÓRIA DO PALMAR		289.817,65	113.674,73	403.492,38
SANTANA DA BOA VISTA		75.282,60	42.628,02	117.910,62
SANT'ANA DO LIVRAMENTO		1.271.273,38	198.930,77	1.470.204,15
SANTIAGO		133.421,05	142.093,43	275.514,48
SANTO ÂNGELO		657.999,05	184.721,43	842.720,48
SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA		342.572,49	127.884,08	470.456,57
SANTO ANTÔNIO DAS MISSÕES		122.987,86	56.837,37	179.825,23
SANTO ANTÔNIO DO PALMA		245,10	42.628,02	42.873,12
SANTO ANTÔNIO DO PLANALTO		225,00	42.628,02	42.853,02
SANTO AUGUSTO		12.575,30	71.046,69	83.621,99
SANTO CRISTO		32.198,88	71.046,69	103.245,57

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO RS: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SANTO EXPEDITO DO SUL		2.935,01	42.628,02	45.563,03
SÃO BORJA		1.492.330,99	170.512,10	1.662.843,09
SÃO DOMINGOS DO SUL		338,03	42.628,02	42.966,05
SÃO FRANCISCO DE ASSIS		52.230,00	85.256,04	137.486,04
SÃO FRANCISCO DE PAULA		54.034,50	85.256,04	139.290,54
SÃO GABRIEL		104.845,98	170.512,10	275.358,08
SÃO JERÔNIMO		45.095,35	99.465,41	144.560,76
SÃO JOÃO DA URTIGA		3.234,72	42.628,02	45.862,74
SÃO JOÃO DO POLÊSINE		38.061,10	42.628,02	80.689,12
SÃO JORGE		1.869,94	42.628,02	44.497,96
SÃO JOSÉ DAS MISSÕES		35.084,96	42.628,02	77.712,98
SÃO JOSÉ DO HERVAL		2.427,60	42.628,02	45.055,62

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO RS: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SÃO JOSÉ DO HORTÊNCIO		40.091,42	42.628,02	82.719,44
SÃO JOSÉ DO INHACORÁ		245,10	42.628,02	42.873,12
SÃO JOSÉ DO NORTE		258.069,27	99.465,41	357.534,68
SÃO JOSÉ DO OURO		4.835,52	42.628,02	47.463,54
SÃO JOSÉ DO SUL		32.799,05	42.628,02	75.427,07
SÃO JOSÉ DOS AUSENTES		2.726,79	42.628,02	45.354,81
SÃO LEOPOLDO		3.351.535,85	367.632,71	3.719.168,56
SÃO LOURENÇO DO SUL		259.682,50	142.093,43	401.775,93
SÃO LUIZ GONZAGA		442.458,19	113.674,73	556.132,92
SÃO MARCOS		180.064,73	85.256,04	265.320,77
SÃO MARTINHO		7.108,18	42.628,02	49.736,20
SÃO MARTINHO DA SERRA		41.876,59	42.628,02	84.504,61

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO RS: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SÃO MIGUEL DAS MISSÕES		121.599,55	42.628,02	164.227,57
SÃO NICOLAU		92.193,97	42.628,02	134.821,99
SÃO PAULO DAS MISSÕES		66.277,41	42.628,02	108.905,43
SÃO PEDRO DA SERRA		397,80	42.628,02	43.025,82
SÃO PEDRO DAS MISSÕES		33.766,50	42.628,02	76.394,52
SÃO PEDRO DO BUTIÁ		46.840,03	42.628,02	89.468,05
SÃO PEDRO DO SUL		215.341,78	71.046,69	286.388,47
SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ		55.812,00	99.465,41	155.277,41
SÃO SEPÉ		271.699,42	99.465,41	371.164,83
SÃO VALENTIM		67.727,60	42.628,02	110.355,62
SÃO VALENTIM DO SUL		32.852,21	42.628,02	75.480,23
SÃO VALÉRIO DO SUL		6.955,94	42.628,02	49.583,96
SÃO VENDELINO		318,81	42.628,02	42.946,83

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO RS: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SÃO VICENTE DO SUL		8.176,50	42.628,02	50.804,52
SAPIRANGA		258.785,13	0,00	258.785,13
SAPUCAIA DO SUL		2.464.201,39	255.768,15	2.719.969,54
SARANDI		26.526,00	99.465,41	125.991,41
SEBERI		58.181,50	56.837,37	115.018,87
SEDE NOVA		7.838,03	42.628,02	50.466,05
SEGREDO		87.614,16	42.628,02	130.242,18
SELBACH		43.838,41	42.628,02	86.466,43
SENADOR SALGADO FILHO		40.082,60	42.628,02	82.710,62
SENTINELA DO SUL		23.730,96	42.628,02	66.358,98
SERAFINA CORRÊA		121.440,77	85.256,04	206.696,81
SÉRIO		15.000,00	42.628,02	57.628,02
SERTÃO		4.666,47	42.628,02	47.294,49
SERTÃO SANTANA		696,15	42.628,02	43.324,17
SETE DE SETEMBRO		34.023,32	42.628,02	76.651,34
SEVERIANO DE ALMEIDA		3.595,50	42.628,02	46.223,52

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO RS: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SILVEIRA MARTINS		29.121,72	42.628,02	71.749,74
SINIMBU		74.245,34	56.837,37	131.082,71
SOBRADINHO		113.330,73	71.046,69	184.377,42
SOLEDADE		78.101,29	113.674,73	191.776,02
TABAÍ		59.945,25	42.628,02	102.573,27
TAPEJARA		244.264,52	0,00	244.264,52
TAPERA		4.132,13	56.837,37	60.969,50
TAPES		149.322,89	85.256,04	234.578,93
TAQUARA		121.565,00	156.302,76	277.867,76
TAQUARI		184.647,07	99.465,41	284.112,48
TAQUARUÇU DO SUL		51.784,36	42.628,02	94.412,38
TAVARES		47.140,91	42.628,02	89.768,93
TENENTE PORTELA		194.345,62	71.046,69	265.392,31
TERRA DE AREIA		84.339,51	56.837,37	141.176,88
TEUTÔNIA		546.160,70	113.674,73	659.835,43
TIO HUGO		1.960,13	42.628,02	44.588,15
TIRADENTES DO SUL		3.771,00	42.628,02	46.399,02
TOROPI		51.786,10	42.628,02	94.414,12

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO RS: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
TORRES		321.970,53	127.884,08	449.854,61
TRAMANDAÍ		698.942,78	0,00	698.942,78
TRAVESSEIRO		19.678,33	42.628,02	62.306,35
TRÊS ARROIOS		4.397,06	42.628,02	47.025,08
TRÊS CACHOEIRAS		146.918,91	56.837,37	203.756,28
TRÊS COROAS		110.522,66	99.465,41	209.988,07
TRÊS DE MAIO		43.951,44	99.465,41	143.416,85
TRÊS FORQUILHAS		33.081,50	42.628,02	75.709,52
TRÊS PALMEIRAS		2.628,00	42.628,02	45.256,02
TRÊS PASSOS		59.155,50	99.465,41	158.620,91
TRINDADE DO SUL		17.974,34	42.628,02	60.602,36
TRIUNFO		300.864,53	99.465,41	400.329,94
TUCUNDUVA		1.289,48	42.628,02	43.917,50
TUNAS		3.430,76	42.628,02	46.058,78
TUPANCI DO SUL		172,28	42.628,02	42.800,30
TUPANCIRETÃ		43.846,03	99.465,41	143.311,44
TUPANDI		51.994,52	42.628,02	94.622,54
TUPARENDI		22.861,30	42.628,02	65.489,32

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO RS: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
TURUÇU		44.485,03	42.628,02	87.113,05
UBIRETAMA		33.943,77	42.628,02	76.571,79
UNIÃO DA SERRA		289,38	42.628,02	42.917,40
UNISTALDA		50.129,94	42.628,02	92.757,96
URUGUAIANA		510.609,41	255.768,15	766.377,56
VACARIA		1.065.701,78	170.512,10	1.236.213,88
VALE DO SOL		8.092,80	56.837,37	64.930,17
VALE REAL		1.750,36	42.628,02	44.378,38
VALE VERDE		36.196,33	42.628,02	78.824,35
VANINI		232,05	42.628,02	42.860,07
VENÂNCIO AIRES		1.179.297,65	0,00	1.179.297,65
VERA CRUZ		99.407,58	99.465,41	198.872,99
VERANÓPOLIS		280.764,27	99.465,41	380.229,68
VESPASIANO CORREA		1.463,38	42.628,02	44.091,40
VIADUTOS		52.203,50	42.628,02	94.831,52
VIAMÃO		1.093.390,62	367.632,71	1.461.023,33
VICENTE DUTRA		3.087,00	42.628,02	45.715,02
VICTOR GRAEFF		338,03	42.628,02	42.966,05

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO RS: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
VILA FLORES		1.652,99	42.628,02	44.281,01
VILA LÂNGARO		32.528,37	42.628,02	75.156,39
VILA MARIA		2.946,99	42.628,02	45.575,01
VILA NOVA DO SUL		34.836,47	42.628,02	77.464,49
VISTA ALEGRE		1.701,00	42.628,02	44.329,02
VISTA ALEGRE DO PRATA		81,09	42.628,02	42.709,11
VISTA GAÚCHA		43.812,97	42.628,02	86.440,99
VITÓRIA DAS MISSÕES		371,92	42.628,02	42.999,94
WESTFALIA		596,61	42.628,96	43.225,57
XANGRI-LÁ		152.891,08	71.046,69	223.937,77

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

BOLETIM SEGOV

Articulação Federativa para o enfrentamento da situação de emergência decorrente do Coronavírus (Covid-19)



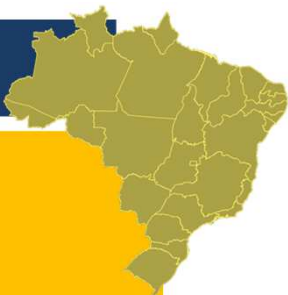
SANTA CATARINA



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE GOVERNO
SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS FEDERATIVOS**

24 de abril de 2020

ESTADO SC: ENTREGAS DO GOVERNO FEDERAL



Ações e Serviços Públicos de Saúde	Entregas do GOVERNO FEDERAL		
EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIs) *	Álcool etílico 500ml	2.184	
	Álcool etílico 100ml	3.168	
	Óculos proteção	2.250	
	Luva para procedimento não cirúrgico	811.696	
	Sapatilha	4.800	
	Máscara 3 camadas	470.000	
	Avental	40.414	
	Touca hospitalar	9.900	
Leitos-Covid	20 leitos instalados (10 no Hospital de Florianópolis e 10 no Hospital Universitário Polydoro Ernani)		
Testes RT PCT	16.912		
Testes rápidos	16.679 na 1ª distribuição	19.680 na 2ª distribuição	34.520 na 3ª distribuição
Respiradores	20		

*/ Entregas realizadas em 24 e 26/03. Parte da pauta de distribuição de álcool etílico 500ml, luva, sapatilha e máscara 3 camadas foi entregue de 02 a 09/04.

ESTADO SC: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

DESCRIÇÃO		ESTADO	MUNICÍPIO	TOTAL
Apoio FPE	MP 938 (1ª parcela da recomposição)	R\$ 4,08 milhões		R\$ 4,08 milhões
Apoio FPM	MP 938 (1ª parcela da recomposição)		R\$ 20,76 milhões	R\$ 20,76 milhões
Fundo Nacional da Saúde (FNS)	Portaria nº 395	R\$ 14,53 milhões		R\$168,36 milhões
	Portaria nº 480 *	R\$ 20,44 milhões		
	Portaria nº 774	R\$ 44,36 milhões	R\$ 89,01 milhões	

R\$ 193,21 milhões

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).
valor mínimo = R\$ 2,00 per capita
valor máximo = R\$ 5,00 per capita

ESTADO SC: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
ABDON BATISTA		2.927,06	40.512,65	43.439,71
ABELARDO LUZ		73.491,92	81.025,29	154.517,21
AGROLÂNDIA		22.539,08	54.016,87	76.555,95
AGRONÔMICA		6.747,23	40.512,65	47.259,88
ÁGUA DOCE		42.771,99	40.512,65	83.284,64
ÁGUAS DE CHAPECÓ		17.000,29	40.512,65	57.512,94
ÁGUAS FRIAS		5.313,69	40.512,65	45.826,34
ÁGUAS MORNAS		24.968,97	40.512,65	65.481,62
ALFREDO WAGNER		36.413,14	40.512,65	76.925,79
ALTO BELA VISTA		2.671,28	40.512,65	43.183,93
ANCHIETA		26.525,32	40.512,65	67.037,97
ANGELINA		558,46	40.512,65	41.071,11
ANITA GARIBALDI		27.285,24	40.512,65	67.797,89
ANITÁPOLIS		649,13	40.512,65	41.161,78
ANTÔNIO CARLOS		11.353,14	40.512,65	51.865,79
APIÚNA		54.208,23	54.016,87	108.225,10
ARABUTÃ		4.212,32	40.512,65	44.724,97
ARAQUARI		67.121,68	0,00	67.121,68

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO SC: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
ARARANGUÁ		390.935,66	162.050,59	552.986,25
ARMAZÉM		16.863,76	40.512,65	57.376,41
ARROIO TRINTA		1.254,23	40.512,65	41.766,88
ARVOREDO		2.620,22	40.512,65	43.132,87
ASCURRA		20.188,11	40.512,65	60.700,76
ATALANTA		1.592,36	40.512,65	42.105,01
AURORA		7.145,67	40.512,65	47.658,32
BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA		11.931,44	54.016,87	65.948,31
BALNEÁRIO BARRA DO SUL		7.921,50	54.016,87	61.938,37
BALNEÁRIO CAMBORIÚ		1.462.678,40	243.075,89	1.705.754,29
BALNEÁRIO GAIVOTA		10.533,92	54.016,87	64.550,79
BALNEÁRIO PIÇARRAS		104.564,01	81.025,29	185.589,30
BALNEÁRIO RINCÃO		16.795,79	54.016,87	70.812,66
BANDEIRANTE		6.700,44	40.512,65	47.213,09
BARRA BONITA		3.840,59	40.512,65	44.353,24

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO SC: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
BARRA VELHA		100.637,18	94.529,50	195.166,68
BELA VISTA DO TOLDO		17.845,08	40.512,65	58.357,73
BELMONTE		5.149,24	40.512,65	45.661,89
BENEDITO NOVO		23.626,32	54.016,87	77.643,19
BIGUAÇU		1.964.086,96	162.050,59	2.126.137,55
BLUMENAU		11.294.956,70	353.530,18	11.648.486,88
BOCAINA DO SUL		24.281,23	40.512,65	64.793,88
BOM JARDIM DA SERRA		763,25	40.512,65	41.275,90
BOM JESUS		1.079,69	40.512,65	41.592,34
BOM JESUS DO OESTE		9.447,41	40.512,65	49.960,06
BOM RETIRO		51.515,28	40.512,65	92.027,93
BOMBINHAS		74.559,05	81.025,29	155.584,34
BOTUVERÁ		4.764,69	40.512,65	45.277,34
BRAÇO DO NORTE		84.944,95	108.033,73	192.978,68
BRAÇO DO TROMBUDO		5.561,21	40.512,65	46.073,86
BRUNÓPOLIS		2.500,75	40.512,65	43.013,40

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO SC: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
BRUSQUE		1.763.213,20	243.075,89	2.006.289,09
CAÇADOR		366.616,13	175.554,82	542.170,95
CAIBI		18.176,84	40.512,65	58.689,49
CALMON		6.970,28	40.512,65	47.482,93
CAMBORIÚ		332.122,58	0,00	332.122,58
CAMPO ALEGRE		10.637,38	54.016,87	64.654,25
CAMPO BELO DO SUL		42.207,63	40.512,65	82.720,28
CAMPO ERÊ		45.771,19	40.512,65	86.283,84
CAMPOS NOVOS		119.813,48	108.033,73	227.847,21
CANELINHA		38.149,51	54.016,87	92.166,38
CANOINHAS		823.292,90	148.546,38	971.839,28
CAPÃO ALTO		975,74	40.512,65	41.488,39
CAPINZAL		51.213,81	81.025,29	132.239,10
CAPIVARI DE BAIXO		131.840,17	94.529,50	226.369,67
CATANDUVAS		40.924,18	54.016,87	94.941,05
CAXAMBU DO SUL		4.247,13	40.512,65	44.759,78
CELSO RAMOS		1.289,30	40.512,65	41.801,95
CERRO NEGRO		1.701,00	40.512,65	42.213,65

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO SC: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
CHAPADÃO DO LAGEADO		1.453,27	40.512,65	41.965,92
CHAPECÓ		7.582.548,74	353.530,18	7.936.078,92
COCAL DO SUL		88.135,51	67.521,09	155.656,60
CONCÓRDIA		2.049.378,17	175.554,82	2.224.932,99
CORDILHEIRA ALTA		3.833,35	40.512,65	44.346,00
CORONEL FREITAS		11.931,22	40.512,65	52.443,87
CORONEL MARTINS		2.391,00	40.512,65	42.903,65
CORREIA PINTO		105.305,16	54.016,87	159.322,03
CORUPÁ		21.136,69	67.521,09	88.657,78
CRICIÚMA		7.859.716,59	353.530,18	8.213.246,77
CUNHA PORÃ		20.099,15	54.016,87	74.116,02
CUNHATAÍ		4.332,42	40.512,65	44.845,07
CURITIBANOS		161.717,25	121.537,94	283.255,19
DESCANSO		26.640,10	40.512,65	67.152,75
DIONÍSIO CERQUEIRA		147.881,15	67.521,09	215.402,24
DONA EMMA		5.309,08	40.512,65	45.821,73
DOUTOR PEDRINHO		3.744,34	40.512,65	44.256,99

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO SC: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
ENTRE RIOS		8.497,89	40.512,65	49.010,54
ERMO		1.641,81	40.512,65	42.154,46
ERVAL VELHO		722,87	40.512,65	41.235,52
FAXINAL DOS GUEDES		24.167,69	54.016,87	78.184,56
FLOR DO SERTÃO		955,10	40.512,65	41.467,75
FLORIANÓPOLIS		3.734.184,65	652.082,31	4.386.266,96
FORMOSA DO SUL		2.455,23	40.512,65	42.967,88
FORQUILHINHA		84.264,61	94.529,50	178.794,11
FRAIBURGO		166.362,76	108.033,73	274.396,49
FREI ROGÉRIO		2.969,97	40.512,65	43.482,62
GALVÃO		13.208,44	40.512,65	53.721,09
GAROPABA		144.726,01	81.025,29	225.751,30
GARUVA		18.234,01	81.025,29	99.259,30
GASPAR		561.498,44	162.050,59	723.549,03
GOVERNADOR CELSO RAMOS		20.482,24	67.521,09	88.003,33
GRÃO PARÁ		17.050,68	40.512,65	57.563,33
GRAVATAL		22.828,54	54.016,87	76.845,41

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO SC: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
GUABIRUBA		12.941,14	0,00	12.941,14
GUARACIABA		30.822,74	54.016,87	84.839,61
GUARAMIRIM		225.241,80	0,00	225.241,80
GUARUJÁ DO SUL		26.551,74	40.512,65	67.064,39
GUATAMBÚ		8.014,07	40.512,65	48.526,72
HERVAL D'OESTE		211.367,82	81.025,29	292.393,11
IBIAM		2.137,72	40.512,65	42.650,37
IBICARÉ		825,30	40.512,65	41.337,95
IBIRAMA		101.689,02	81.025,29	182.714,31
IÇARA		155.225,64	148.546,38	303.772,02
ILHOTA		11.399,01	67.521,09	78.920,10
IMARUÍ		32.416,15	54.016,87	86.433,02
IMBITUBA		289.046,07	135.042,18	424.088,25
IMBUIA		13.902,08	40.512,65	54.414,73
INDAIAL		512.635,86	162.050,59	674.686,45
IOMERÊ		24.283,98	40.512,65	64.796,63
IPIRA		4.109,79	40.512,65	44.622,44
IPORÃ DO OESTE		24.528,51	40.512,65	65.041,16

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO SC: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
IPUAÇU		24.776,27	40.512,65	65.288,92
IPUMIRIM		8.252,54	40.512,65	48.765,19
IRACEMINHA		14.503,50	40.512,65	55.016,15
IRANI		37.210,35	54.016,87	91.227,22
IRATI		11.100,75	40.512,65	51.613,40
IRINEÓPOLIS		45.775,38	54.016,87	99.792,25
ITÁ		11.357,94	40.512,65	51.870,59
ITAIÓPOLIS		100.352,95	81.025,29	181.378,24
ITAJAÍ		9.446.274,44	353.530,18	9.799.804,62
ITAPEMA		202.324,44	162.050,59	364.375,03
ITAPIRANGA		52.835,16	67.521,09	120.356,25
ITAPOÁ		33.049,62	81.025,29	114.074,91
ITUPORANGA		62.173,88	94.529,50	156.703,38
JABORÁ		34.514,08	40.512,65	75.026,73
JACINTO MACHADO		11.670,37	54.016,87	65.687,24
JAGUARUNA		32.158,89	81.025,29	113.184,18
JARAGUÁ DO SUL		5.110.173,61	353.530,18	5.463.703,79
JARDINÓPOLIS		1.786,14	40.512,65	42.298,79

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO SC: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
JOAÇABA		362.290,47	94.529,50	456.819,97
JOINVILLE		8.061.007,07	353.530,18	8.414.537,25
JOSÉ BOITEUX		12.977,21	40.512,65	53.489,86
JUPIÁ		1.106,12	40.512,65	41.618,77
LACERDÓPOLIS		1.710,63	40.512,65	42.223,28
LAGES		4.058.219,08	353.530,18	4.411.749,26
LAGUNA		633.598,95	135.042,18	768.641,13
LAJEADO GRANDE		914,35	40.512,65	41.427,00
LAURENTINO		8.888,84	40.512,65	49.401,49
LAURO MULLER		123.922,79	67.521,09	191.443,88
LEBON RÉGIS		20.953,45	54.016,87	74.970,32
LEOBERTO LEAL		2.584,79	40.512,65	43.097,44
LINDÓIA DO SUL		5.231,90	40.512,65	45.744,55
LONTRAS		16.008,20	54.016,87	70.025,07
LUIZ ALVES		119.677,40	54.016,87	173.694,27
LUZERNA		1.060,99	40.512,65	41.573,64
MACIEIRA		1.610,05	40.512,65	42.122,70
MAFRA		332.266,01	148.546,38	480.812,39

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO SC: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
MAJOR GERCINO		2.352,24	40.512,65	42.864,89
MAJOR VIEIRA		53.882,16	40.512,65	94.394,81
MARACAJÁ		9.865,24	40.512,65	50.377,89
MARAVILHA		162.247,69	94.529,50	256.777,19
MAREMA		1.725,92	40.512,65	42.238,57
MASSARANDUBA		134.349,59	67.521,09	201.870,68
MATOS COSTA		15.392,21	40.512,65	55.904,86
MELEIRO		20.038,56	40.512,65	60.551,21
MIRIM DOCE		1.104,30	40.512,65	41.616,95
MODELO		41.412,77	40.512,65	81.925,42
MONDAÍ		62.597,12	54.016,87	116.613,99
MONTE CARLO		16.398,44	40.512,65	56.911,09
MONTE CASTELO		66.600,73	40.512,65	107.113,38
MORRO DA FUMAÇA		74.077,98	81.025,29	155.103,27
MORRO GRANDE		4.623,13	40.512,65	45.135,78
NAVEGANTES		356.791,41	175.554,82	532.346,23
NOVA ERECHIM		7.171,50	40.512,65	47.684,15
NOVA ITABERABA		6.358,50	40.512,65	46.871,15

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO SC: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
NOVA TRENTO		291.654,73	67.521,09	359.175,82
NOVA VENEZA		24.241,20	67.521,09	91.762,29
NOVO HORIZONTE		1.448,51	40.512,65	41.961,16
ORLEANS		207.579,22	81.025,29	288.604,51
OTACÍLIO COSTA		28.265,65	81.025,29	109.290,94
OURO		34.290,21	40.512,65	74.802,86
OURO VERDE		7.723,29	40.512,65	48.235,94
PAIAL		2.452,64	40.512,65	42.965,29
PAINEL		592,53	40.512,65	41.105,18
PALHOÇA		574.050,70	353.530,18	927.580,88
PALMA SOLA		36.772,56	40.512,65	77.285,21
PALMEIRA		605,30	40.512,65	41.117,95
PALMITOS		89.339,78	67.521,09	156.860,87
PAPANDUVA		65.719,47	81.025,29	146.744,76
PARAÍSO		3.878,44	40.512,65	44.391,09
PASSO DE TORRES		12.568,77	40.512,65	53.081,42
PASSOS MAIA		6.807,64	40.512,65	47.320,29
PAULO LOPES		24.299,59	40.512,65	64.812,24

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO SC: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
PEDRAS GRANDES		6.068,43	40.512,65	46.581,08
PENHA		50.162,85	108.033,73	158.196,58
PERITIBA		2.913,18	40.512,65	43.425,83
PESCARIA BRAVA		12.544,96	40.512,40	53.057,36
PETROLÂNDIA		5.841,12	40.512,65	46.353,77
PINHALZINHO		48.148,81	81.025,29	129.174,10
PINHEIRO PRETO		4.154,15	40.512,65	44.666,80
PIRATUBA		2.081,75	40.512,65	42.594,40
PLANALTO ALEGRE		3.460,69	40.512,65	43.973,34
POMERODE		86.996,84	108.033,73	195.030,57
PONTE ALTA		4.427,83	40.512,65	44.940,48
PONTE ALTA DO NORTE		2.612,43	40.512,65	43.125,08
PONTE SERRADA		52.491,63	54.016,87	106.508,50
PORTO BELO		63.894,99	81.025,29	144.920,28
PORTO UNIÃO		125.524,62	108.033,73	233.558,35
POUSO REDONDO		18.841,82	81.025,29	99.867,11
PRAIA GRANDE		29.205,23	40.512,65	69.717,88

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO SC: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
PRESIDENTE CASTELLO BRANCO		1.115,41	40.512,65	41.628,06
PRESIDENTE GETÚLIO		16.512,01	81.025,29	97.537,30
PRESIDENTE NEREU		3.050,54	40.512,65	43.563,19
PRINCESA		6.146,01	40.512,65	46.658,66
QUILOMBO		224.234,23	40.512,65	264.746,88
RANCHO QUEIMADO		23.759,20	40.512,65	64.271,85
RIO DAS ANTAS		19.252,61	40.512,65	59.765,26
RIO DO CAMPO		7.601,00	40.512,65	48.113,65
RIO DO OESTE		10.641,72	40.512,65	51.154,37
RIO DO SUL		4.544.310,37	162.050,59	4.706.360,96
RIO DOS CEDROS		14.160,56	54.016,87	68.177,43
RIO FORTUNA		13.955,67	40.512,65	54.468,32
RIO NEGRINHO		620.380,18	121.537,94	741.918,12
RIO RUFINO		1.062,14	40.512,65	41.574,79
RIQUEZA		6.816,63	40.512,65	47.329,28
RODEIO		17.110,92	54.016,87	71.127,79
ROMELÂNDIA		24.230,55	40.512,65	64.743,20

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO SC: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SALETE		10.858,20	40.512,65	51.370,85
SALTINHO		12.466,16	40.512,65	52.978,81
SALTO VELOSO		1.789,12	40.512,65	42.301,77
SANGÃO		27.839,67	54.016,87	81.856,54
SANTA CECÍLIA		65.265,00	67.521,09	132.786,09
SANTA HELENA		9.500,63	40.512,65	50.013,28
SANTA ROSA DE LIMA		1.181,64	40.512,65	41.694,29
SANTA ROSA DO SUL		46.041,81	40.512,65	86.554,46
SANTA TEREZINHA		4.977,82	40.512,65	45.490,47
SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO		6.519,15	40.512,65	47.031,80
SANTIAGO DO SUL		695,87	40.512,65	41.208,52
SANTO AMARO DA IMPERATRIZ		116.453,95	81.025,29	197.479,24
SÃO BENTO DO SUL		1.152.970,02	189.059,02	1.342.029,04
SÃO BERNARDINO		1.326,94	40.512,65	41.839,59
SÃO BONIFÁCIO		22.774,30	40.512,65	63.286,95
SÃO CARLOS		89.591,81	54.016,87	143.608,68

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO SC: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SÃO CRISTOVÃO DO SUL		6.789,80	40.512,65	47.302,45
SÃO DOMINGOS		37.328,10	40.512,65	77.840,75
SÃO FRANCISCO DO SUL		412.823,52	148.546,38	561.369,90
SÃO JOÃO BATISTA		150.352,32	0,00	150.352,32
SÃO JOÃO DO ITAPERIÚ		1.288,72	40.512,65	41.801,37
SÃO JOÃO DO OESTE		15.500,22	40.512,65	56.012,87
SÃO JOÃO DO SUL		21.509,18	40.512,65	62.021,83
SÃO JOAQUIM		95.335,75	94.529,50	189.865,25
SÃO JOSÉ		1.121.823,36	353.530,18	1.475.353,54
SÃO JOSÉ DO CEDRO		49.050,36	67.521,09	116.571,45
SÃO JOSÉ DO CERRITO		26.825,95	40.512,65	67.338,60
SÃO LOURENÇO DO OESTE		128.591,38	94.529,50	223.120,88
SÃO LUDGERO		23.499,80	54.016,87	77.516,67
SÃO MARTINHO		8.463,47	40.512,65	48.976,12
SÃO MIGUEL DA BOA VISTA		2.680,79	40.512,65	43.193,44

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO SC: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SÃO MIGUEL DO OESTE		307.197,55	121.537,94	428.735,49
SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA		5.170,09	40.512,65	45.682,74
SAUDADES		13.126,17	40.512,65	53.638,82
SCHROEDER		21.380,23	81.025,29	102.405,52
SEARA		320.320,31	81.025,29	401.345,60
SERRA ALTA		5.099,43	40.512,65	45.612,08
SIDERÓPOLIS		91.339,83	67.521,09	158.860,92
SOMBRIO		62.473,74	94.529,50	157.003,24
SUL BRASIL		8.625,03	40.512,65	49.137,68
TAIÓ		45.161,36	81.025,29	126.186,65
TANGARÁ		24.699,11	40.512,65	65.211,76
TIGRINHOS		6.560,61	40.512,65	47.073,26
TIJUCAS		100.781,01	121.537,94	222.318,95
TIMBÉ DO SUL		14.351,86	40.512,65	54.864,51
TIMBÓ		137.663,96	0,00	137.663,96
TIMBÓ GRANDE		13.297,51	40.512,65	53.810,16
TRÊS BARRAS		392.741,18	81.025,29	473.766,47

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO SC: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
TREVISÓ		6.036,53	40.512,65	46.549,18
TREZE DE MAIO		7.438,32	40.512,65	47.950,97
TREZE TÍLIAS		8.883,89	40.512,65	49.396,54
TROMBUDO CENTRAL		6.483,36	40.512,65	46.996,01
TUBARÃO		407.811,73	216.067,44	623.879,17
TUNÁPOLIS		22.550,57	40.512,65	63.063,22
TURVO		25.624,13	54.016,87	79.641,00
UNIÃO DO OESTE		2.549,99	40.512,65	43.062,64
URUBICI		29.811,93	54.016,87	83.828,80
URUPEMA		915,07	40.512,65	41.427,72
URUSSANGA		321.386,93	81.025,29	402.412,22
VARGEÃO		1.137,22	40.512,65	41.649,87
VARGEM		4.820,84	40.512,65	45.333,49
VARGEM BONITA		12.606,90	40.512,65	53.119,55
VIDAL RAMOS		6.389,47	40.512,65	46.902,12
VIDEIRA		504.722,29	148.546,38	653.268,67
VITOR MEIRELES		22.447,87	40.512,65	62.960,52
WITMARSUM		27.635,73	40.512,65	68.148,38

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO SC: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
XANXERÊ		167.896,35	0,00	167.896,35
XAVANTINA		1.415,28	40.512,65	41.927,93
XAXIM		92.971,01	94.529,50	187.500,51
ZORTÉA		2.767,27	40.512,65	43.279,92

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

BOLETIM SEGOV
**Articulação Federativa para o enfrentamento da
situação de emergência decorrente do Coronavírus
(Covid-19)**



SERGIPE



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE GOVERNO
SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS FEDERATIVOS

24 de abril de 2020

ESTADO SE: ENTREGAS DO GOVERNO FEDERAL



Ações e Serviços Públicos de Saúde	Entregas do GOVERNO FEDERAL		
EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIs) *	Álcool etílico 500ml	552	
	Álcool etílico 100ml	960	
	Óculos proteção	680	
	Luva para procedimento não cirúrgico	270.100	
	Sapatilha	1.900	
	Máscara 3 camadas	147.500	
	Avental	12.459	
	Touca hospitalar	3.200	
Leitos-Covid	10 leitos (em processamento) no Hospital Governador João Alves Filho - HUSE		
Testes RT PCT	9.016		
Testes rápidos	5.258 na 1ª distribuição	5.740 na 2ª distribuição	10.080 na 3ª distribuição

*/ Entregas realizadas em 22 e 23/03. Parte da pauta de distribuição de álcool etílico 500ml, luva, sapatilha e máscara 3 camadas foi entregue de 02 a 09/04.

ESTADO SE: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

DESCRIÇÃO		ESTADO	MUNICÍPIO	TOTAL
Apoio FPE	MP 938 (1ª parcela da recomposição)	R\$ 17,90 milhões		R\$ 17,90 milhões
Apoio FPM	MP 938 (1ª parcela da recomposição)		R\$ 7,67milhões	R\$ 7,67 milhões
Fundo Nacional da Saúde (FNS)	Portaria nº 395	R\$ 4,70 milhões		R\$ 53,23 milhões
	Portaria nº 480 *	R\$ 6,64 milhões		
	Portaria nº 774	R\$ 24,02 milhões	R\$ 17,86 milhões	

R\$ 78,80 milhões

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).
valor mínimo = R\$ 2,00 per capita;
valor máximo = R\$ 5,00 per capita

ESTADO SE: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
AMPARO DE SÃO FRANCISCO		2.756,73	43.502,02	46.258,75
AQUIDABÃ		49.295,95	87.004,04	136.299,99
ARACAJU		10.722.344,06	1.467.185,21	12.189.529,27
ARAUÁ		24.958,97	58.002,68	82.961,65
AREIA BRANCA		100,00	87.004,04	87.104,04
BARRA DOS COQUEIROS		49.441,88	101.504,72	150.946,60
BOQUIM		85.188,27	101.504,72	186.692,99
BREJO GRANDE		6.141,23	43.502,02	49.643,25
CAMPO DO BRITO		44.396,84	87.004,04	131.400,88
CANHOPA		3.747,53	43.502,02	47.249,55
CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO		173.601,93	101.504,72	275.106,65
CAPELA		51.845,62	116.005,39	167.851,01
CARIRA		52.727,85	87.004,04	139.731,89
CARMÓPOLIS		14.786,30	72.503,36	87.289,66

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO SE: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
CEDRO DE SÃO JOÃO		46.148,28	43.502,02	89.650,30
CRISTINÓPOLIS		47.858,54	87.004,04	134.862,58
CUMBE		3.946,52	43.502,02	47.448,54
DIVINA PASTORA		1.455,95	43.502,02	44.957,97
ESTÂNCIA		926.396,55	174.008,08	1.100.404,63
FEIRA NOVA		2.608,44	43.502,02	46.110,46
FREI PAULO		33.692,30	72.503,36	106.195,66
GARARU		18.743,41	58.002,68	76.746,09
GENERAL MAYNARD		35.971,34	43.502,02	79.473,36
GRACHO CARDOSO		5.672,81	43.502,02	49.174,83
ILHA DAS FLORES		14.330,33	43.502,02	57.832,35
INDIAROBA		25.724,64	87.004,04	112.728,68
ITABAIANA		1.035.719,27	217.510,10	1.253.229,37
ITABAIANINHA		111.554,65	130.506,05	242.060,70
ITABI		2.097,45	43.502,02	45.599,47
ITAPORANGA D'AJUDA		120.935,68	116.005,39	236.941,07
JAPARATUBA		33.138,51	87.004,04	120.142,55
JAPOATÃ		27.045,59	58.002,68	85.048,27

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO SE: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
LAGARTO		1.020.974,79	232.010,77	1.252.985,56
LARANJEIRAS		98.357,79	101.504,72	199.862,51
MACAMBIRA		2.754,40	43.502,02	46.256,42
MALHADA DOS BOIS		2.604,17	43.502,02	46.106,19
MALHADOR		3.785,13	58.002,68	61.787,81
MARUIM		63.305,90	87.004,04	150.309,94
MOITA BONITA		6.928,42	58.002,68	64.931,10
MONTE ALEGRE DE SERGIPE		37.262,88	72.503,36	109.766,24
MURIBECA		4.229,15	43.502,02	47.731,17
NEÓPOLIS		60.764,25	87.004,04	147.768,29
NOSSA SENHORA APARECIDA		4.568,81	43.502,02	48.070,83
NOSSA SENHORA DA GLÓRIA		18.378,87	116.005,39	134.384,26
NOSSA SENHORA DAS DORES		76.581,31	101.504,72	178.086,03

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO SE: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
NOSSA SENHORA DE LOURDES		2.135,70	43.502,02	45.637,72
NOSSA SENHORA DO SOCORRO		883.174,97	477.766,63	1.360.941,60
PACATUBA		50.563,83	72.503,36	123.067,19
PEDRA MOLE		2.088,54	43.502,02	45.590,56
PEDRINHAS		7.313,86	43.502,02	50.815,88
PINHÃO		2.790,65	43.502,02	46.292,67
PIRAMBU		8.476,03	43.502,02	51.978,05
POÇO REDONDO		183.621,02	116.005,39	299.626,41
POÇO VERDE		108.242,63	87.004,04	195.246,67
PORTO DA FOLHA		195.510,49	101.504,72	297.015,21
PROPRIÁ		336.951,98	101.504,72	438.456,70
RIACHÃO DO DANTAS		52.973,49	87.004,04	139.977,53
RIACHUELO		129.567,80	58.002,68	187.570,48
RIBEIRÓPOLIS		21.614,48	87.004,04	108.618,52
ROSÁRIO DO CATETE		7.580,16	58.002,68	65.582,84
SALGADO		70.109,83	87.004,04	157.113,87

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO SE: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

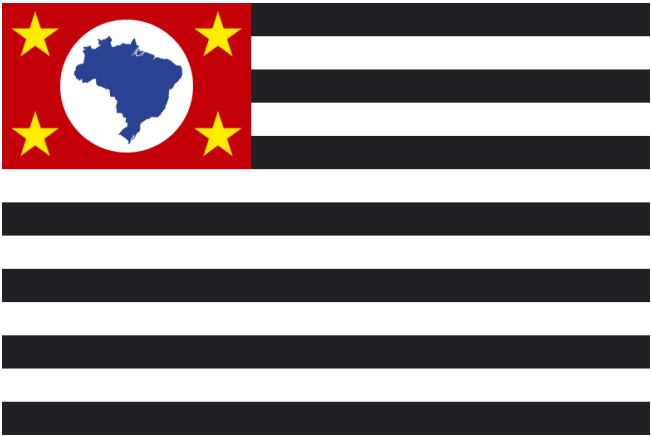
MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SANTA LUZIA DO ITANHY		6.502,27	72.503,36	79.005,63
SANTA ROSA DE LIMA		4.873,58	43.502,02	48.375,60
SANTANA DO SÃO FRANCISCO		9.328,74	43.502,02	52.830,76
SANTO AMARO DAS BROTAS		2.223,76	58.002,68	60.226,44
SÃO CRISTÓVÃO		196.165,72	203.009,42	399.175,14
SÃO DOMINGOS		2.179,27	58.002,68	60.181,95
SÃO FRANCISCO		1.613,60	43.502,02	45.115,62
SÃO MIGUEL DO ALEIXO		1.979,31	43.502,02	45.481,33
SIMÃO DIAS		166.104,40	130.506,05	296.610,45
SIRIRI		3.436,68	43.502,02	46.938,70
TELHA		2.137,43	43.502,02	45.639,45
TOBIAS BARRETO		115.806,82	159.507,42	275.314,24
TOMAR DO GERU		41.368,77	58.002,68	99.371,45
UMBAÚBA		72.471,72	101.504,74	173.976,46

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

BOLETIM SEGOV
**Articulação Federativa para o enfrentamento da
situação de emergência decorrente do Coronavírus
(Covid-19)**



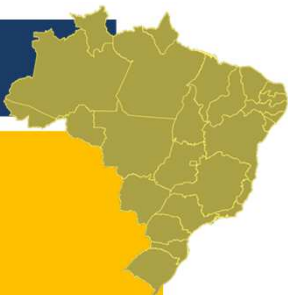
SÃO PAULO



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE GOVERNO
SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS FEDERATIVOS

24 de abril de 2020

ESTADO SP: ENTREGAS DO GOVERNO FEDERAL



Ações e Serviços Públicos de Saúde	Entregas do GOVERNO FEDERAL		
EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIs) *	Álcool etílico 500ml	13.956	
	Álcool etílico 100ml	20.800	
	Óculos proteção	15.660	
	Luva para procedimento não cirúrgico	5.630.540	
	Sapatilha	15.800	
	Máscara 3 camadas	3.100.000	
	Avental	261.647	
	Touca hospitalar	63.400	
Leitos-Covid	80 leitos instalados (40 no Hospital das Clínicas, 20 no Hospital Dr. Emílio Ribas, 10 no Hospital Estadual Penteado e 10 no Hospital Geral de Itaquaquecetuba)		
Testes RT PCT	72.280		
Testes rápidos	106.787 na 1ª distribuição	130.960 na 2ª distribuição	229.860 na 3ª distribuição

*/ Entregas realizadas em 21, 24 e 27/03. Parte da pauta de distribuição de álcool etílico 500ml, luva, sapatilha e máscara 3 camadas foi entregue de 02 a 09/04.

ESTADO SP: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

DESCRIÇÃO		ESTADO	MUNICÍPIO	TOTAL
Apoio FPE	MP 938 (1ª parcela da recomposição)	R\$ 3,83 milhões		R\$ 3,83 milhões
Apoio FPM	MP 938 (1ª parcela da recomposição)		R\$ 70,91 milhões	R\$ 70,91 milhões
Fundo Nacional da Saúde (FNS)	Portaria nº 395	R\$ 92,12milhões		
	Portaria nº 480 *	R\$ 130,31 milhões		R\$ 996,93 milhões
	Portaria nº 774	R\$ 333,14 milhões	R\$ 441,34 milhões	

R\$ 1,07 bi

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).
valor mínimo = R\$ 2,00 per capita
valor máximo = R\$ 5,00 per capita

ESTADO SP: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
ADAMANTINA		1.054.934,02	118.542,88	1.173.476,90
ADOLFO		6.341,08	44.453,58	50.794,66
AGUAÍ		84.329,58	118.542,88	202.872,46
ÁGUAS DA PRATA		12.197,18	44.453,58	56.650,76
ÁGUAS DE LINDÓIA		149.734,25	88.907,16	238.641,41
ÁGUAS DE SANTA BÁRBARA		6.990,80	44.453,58	51.444,38
ÁGUAS DE SÃO PEDRO		5.343,84	44.453,58	49.797,42
AGUDOS		523.735,39	118.542,88	642.278,27
ALAMBARI		23.144,25	44.453,58	67.597,83
ALFREDO MARCONDES		1.949,70	44.453,58	46.403,28
ALTAIR		16.176,08	44.453,58	60.629,66
ALTINÓPOLIS		210.660,88	74.089,30	284.750,18
ALTO ALEGRE		16.299,08	44.453,58	60.752,66
ALUMÍNIO		25.821,67	88.907,16	114.728,83
ÁLVARES FLORENCE		2.671,51	44.453,58	47.125,09
ÁLVARES MACHADO		135.423,62	103.725,02	239.148,64

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO SP: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
ÁLVARO DE CARVALHO		463,81	44.453,58	44.917,39
ALVINLÂNDIA		161,49	44.453,58	44.615,07
AMERICANA		1.712.265,65	369.372,31	2.081.637,96
AMÉRICO BRASILIENSE		155.716,05	133.360,73	289.076,78
AMÉRICO DE CAMPOS		6.845,31	44.453,58	51.298,89
AMPARO		1.372.040,47	192.632,18	1.564.672,65
ANALÂNDIA		4.551,43	44.453,58	49.005,01
ANDRADINA		273.287,44	162.996,48	436.283,92
ANGATUBA		213.276,17	103.725,02	317.001,19
ANHEMBI		24.146,34	44.453,58	68.599,92
ANHUMAS		1.919,13	44.453,58	46.372,71
APARECIDA		143.305,97	118.542,88	261.848,85
APARECIDA D'OESTE		26.342,35	44.453,58	70.795,93
APIAÍ		337.214,22	103.725,02	440.939,24
ARAÇARIGUAMA		42.768,46	88.907,16	131.675,62
ARAÇATUBA		2.020.417,63	369.372,31	2.389.789,94
ARAÇOIABA DA SERRA		69.984,12	118.542,88	188.527,00
ARAMINA		7.999,03	44.453,58	52.452,61

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO SP: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
ARANDU		26.481,17	44.453,58	70.934,75
ARAPEÍ		2.805,46	44.453,58	47.259,04
ARARAQUARA		5.059.771,62	369.372,31	5.429.143,93
ARARAS		2.117.208,44	266.721,49	2.383.929,93
ARCO-ÍRIS		1.155,56	44.453,58	45.609,14
AREALVA		249.553,76	44.453,58	294.007,34
AREIAS		5.403,98	44.453,58	49.857,56
AREIÓPOLIS		30.677,66	59.271,43	89.949,09
ARIRANHA		10.036,56	44.453,58	54.490,14
ARTUR NOGUEIRA		97.947,08	162.996,48	260.943,56
ARUJÁ		245.958,45	207.450,03	453.408,48
ASPÁSIA		1.921,38	44.453,58	46.374,96
ASSIS		1.703.663,33	237.085,77	1.940.749,10
ATIBAIA		791.267,87	0,00	791.267,87
AURIFLAMA		121.163,82	74.089,30	195.253,12
AVAI		2.760,52	44.453,58	47.214,10
AVANHANDAVA		23.079,54	0,00	23.079,54
AVARÉ		1.730.734,94	207.450,03	1.938.184,97

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO SP: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
BADY BASSITT		12.433,25	88.907,16	101.340,41
BALBINOS		4,03	44.453,58	44.457,61
BÁLSAMO		5.703,85	44.453,58	50.157,43
BANANAL		98.446,34	59.271,43	157.717,77
BARÃO DE ANTONINA		2.635,96	44.453,58	47.089,54
BARBOSA		2.713,89	44.453,58	47.167,47
BARIRI		257.931,09	118.542,88	376.473,97
BARRA BONITA		244.466,54	118.542,88	363.009,42
BARRA DO CHAPÉU		686,80	44.453,58	45.140,38
BARRA DO TURVO		6.618,71	44.453,58	51.072,29
BARRETOS		4.184.703,50	251.903,62	4.436.607,12
BARRINHA		161.229,26	118.542,88	279.772,14
BARUERI		2.427.863,71	369.372,31	2.797.236,02
BASTOS		147.444,51	88.907,16	236.351,67
BATATAIS		1.530.665,41	177.814,31	1.708.479,72
BAURU		3.275.709,70	369.372,31	3.645.082,01
BEBEDOURO		818.798,28	192.632,18	1.011.430,46
BENTO DE ABREU		627,43	44.453,58	45.081,01

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO SP: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
BERNARDINO DE CAMPOS		76.669,29	59.271,43	135.940,72
BERTIOGA		556.424,35	177.814,31	734.238,66
BILAC		42.885,34	44.453,58	87.338,92
BIRIGUI		727.070,54	251.903,62	978.974,16
BIRITIBA-MIRIM		172.409,21	118.542,88	290.952,09
BOA ESPERANÇA DO SUL		67.840,52	74.089,30	141.929,82
BOCAINA		35.200,05	59.271,43	94.471,48
BOFETE		3.262,00	59.271,43	62.533,43
BOITUVA		308.784,43	162.996,48	471.780,91
BOM JESUS DOS PERDÕES		58.578,45	103.725,02	162.303,47
BOM SUCESSO DE ITARARÉ		13.762,98	44.453,58	58.216,56
BORÁ		743,73	44.453,58	45.197,31
BORACÉIA		1.705,15	44.453,58	46.158,73
BORBOREMA		60.409,07	74.089,30	134.498,37
BOREBI		383,69	44.453,58	44.837,27
BOTUCATU		566.717,92	354.554,48	921.272,40
BRAGANÇA PAULISTA		1.399.599,76	369.372,31	1.768.972,07
BRAÚNA		1.572,86	44.453,58	46.026,44
BREJO ALEGRE		1.595,96	44.453,58	46.049,54
BRODOWSKI		104.689,39	103.725,02	208.414,41

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO SP: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
BROTAS		68.480,86	103.725,02	172.205,88
BURI		75.174,73	88.907,16	164.081,89
BURITAMA		419.138,28	88.907,16	508.045,44
BURITIZAL		4.562,58	44.453,58	49.016,16
CABRÁLIA PAULISTA		536,17	44.453,58	44.989,75
CABREÚVA		162.479,52	148.178,61	310.658,13
CAÇAPAVA		944.215,00	222.267,89	1.166.482,89
CACHOEIRA PAULISTA		156.099,80	118.542,88	274.642,68
CACONDE		16.744,00	88.907,16	105.651,16
CAFELÂNDIA		208.295,80	88.907,16	297.202,96
CAIABU		90,25	44.453,58	44.543,83
CAIEIRAS		282.017,67	222.267,89	504.285,56
CAIUÁ		106,01	44.453,58	44.559,59

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO SP: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
CAJAMAR		605.069,64	192.632,18	797.701,82
CAJATI		112.369,55	103.725,02	216.094,57
CAJOBI		72.120,02	59.271,43	131.391,45
CAJURU		329.768,56	103.725,02	433.493,58
CAMPINA DO MONTE ALEGRE		1.397,34	44.453,58	45.850,92
CAMPINAS		22.091.091,84	387.626,08	22.478.717,92
CAMPO LIMPO PAULISTA		355.174,60	207.450,03	562.624,63
CAMPOS DO JORDÃO		296.941,97	162.996,48	459.938,45
CAMPOS NOVOS PAULISTA		328,16	44.453,58	44.781,74
CANANÉIA		25.670,43	59.271,43	84.941,86
CANAS		233,64	44.453,58	44.687,22
CÂNDIDO MOTA		205.256,02	118.542,88	323.798,90
CÂNDIDO RODRIGUES		6.247,84	44.453,58	50.701,42
CANITAR		119,38	44.453,58	44.572,96

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO SP: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
CAPÃO BONITO		435.635,32	148.178,61	583.813,93
CAPELA DO ALTO		61.851,48	88.907,16	150.758,64
CAPIVARI		496.489,26	162.996,48	659.485,74
CARAGUATATUBA		1.439.474,46	251.903,62	1.691.378,08
CARAPICUÍBA		685.925,42	369.372,31	1.055.297,73
CARDOSO		28.150,61	59.271,43	87.422,04
CASA BRANCA		252.595,49	103.725,02	356.320,51
CÁSSIA DOS COQUEIROS		2.029,57	44.453,58	46.483,15
CASTILHO		94.891,50	88.907,16	183.798,66
CATANDUVA		1.219.697,58	251.903,62	1.471.601,20
CATIGUÁ		5.866,99	44.453,58	50.320,57
CEDRAL		48.725,29	44.453,58	93.178,87
CERQUEIRA CÉSAR		140.882,11	88.907,16	229.789,27
CERQUILHO		301.899,95	148.178,61	450.078,56
CESÁRIO LANGE		63.097,03	88.907,16	152.004,19
CHARQUEADA		52.915,02	88.907,16	141.822,18
CHAVANTES		5.662,54	59.271,43	64.933,97

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO SP: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
CLEMENTINA		6.832,69	44.453,58	51.286,27
COLINA		95.769,27	88.907,16	184.676,43
COLÔMBIA		30.018,53	44.453,58	74.472,11
CONCHAL		245.998,29	103.725,02	349.723,31
CONCHAS		87.618,43	88.907,16	176.525,59
CORDEIRÓPOLIS		138.821,71	103.725,02	242.546,73
COROADOS		6.459,23	44.453,58	50.912,81
CORONEL MACEDO		8.890,28	44.453,58	53.343,86
CORUMBATAÍ		26.056,56	44.453,58	70.510,14
COSMÓPOLIS		458.224,98	0,00	458.224,98
COSMORAMA		9.633,31	44.453,58	54.086,89
COTIA		597.548,31	369.372,31	966.920,62
CRAVINHOS		74.313,41	118.542,88	192.856,29
CRISTAIS PAULISTA		4.532,18	44.453,58	48.985,76
CRUZÁLIA		2.979,46	44.453,58	47.433,04
CRUZEIRO		871.354,60	207.450,03	1.078.804,63
CUBATÃO		1.364.034,26	266.721,49	1.630.755,75
CUNHA		209.937,62	88.907,16	298.844,78

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO SP: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
DESCALVADO		93.189,83	118.542,88	211.732,71
DIADEMA		4.030.995,57	369.372,31	4.400.367,88
DIRCE REIS		745,80	44.453,58	45.199,38
DIVINOLÂNDIA		4.138,85	59.271,43	63.410,28
DOBRADA		1.437,74	44.453,58	45.891,32
DOIS CÓRREGOS		213.905,30	103.725,02	317.630,32
DOLCINÓPOLIS		1.097,91	44.453,58	45.551,49
DOURADO		19.270,13	44.453,58	63.723,71
DRACENA		762.602,16	148.178,61	910.780,77
DUARTINA		232.192,56	59.271,43	291.463,99
DUMONT		47.275,08	44.453,58	91.728,66
ECHAPORÃ		12.579,39	44.453,58	57.032,97
ELDORADO		33.595,74	74.089,30	107.685,04
ELIAS FAUSTO		40.702,41	88.907,16	129.609,57
ELISIÁRIO		2.042,83	44.453,58	46.496,41
EMBAÚBA		752,43	44.453,58	45.206,01
EMBU DAS ARTES		1.713.125,13	369.372,31	2.082.497,44
EMBU-GUAÇU		259.172,17	177.814,31	436.986,48

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO SP: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
EMILIANÓPOLIS		1.315,82	44.453,58	45.769,40
ENGENHEIRO COELHO		15.500,62	88.907,16	104.407,78
ESPÍRITO SANTO DO PINHAL		515.764,17	148.178,61	663.942,78
ESPÍRITO SANTO DO TURVO		284,29	44.453,58	44.737,87
ESTIVA GERBI		21.487,06	59.271,43	80.758,49
ESTRELA DO NORTE		1.941,34	44.453,58	46.394,92
ESTRELA D'OESTE		47.515,21	44.453,58	91.968,79
EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA		24.181,31	44.453,58	68.634,89
FARTURA		115.487,39	74.089,30	189.576,69
FERNANDO PRESTES		4.883,41	44.453,58	49.336,99
FERNANDÓPOLIS		620.959,92	177.814,31	798.774,23
FERNÃO		260,77	44.453,58	44.714,35
FERRAZ DE VASCONCELOS		267.811,46	369.372,31	637.183,77
FLORA RICA		179,49	44.453,58	44.633,07

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO SP: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
FLOREAL		2.892,69	44.453,58	47.346,27
FLÓRIDA PAULISTA		16.419,27	74.089,30	90.508,57
FLORÍNIA		6.586,00	44.453,58	51.039,58
FRANCA		1.558.459,51	369.372,31	1.927.831,82
FRANCISCO MORATO		989.993,89	369.372,31	1.359.366,20
FRANCO DA ROCHA		1.165.834,48	354.554,48	1.520.388,96
GABRIEL MONTEIRO		3.104,96	44.453,58	47.558,54
GÁLIA		33.251,90	44.453,58	77.705,48
GARÇA		685.760,11	148.178,61	833.938,72
GASTÃO VIDIGAL		3.401,38	44.453,58	47.854,96
GAVIÃO PEIXOTO		3.103,71	44.453,58	47.557,29
GENERAL SALGADO		47.065,33	59.271,43	106.336,76
GETULINA		36.972,04	59.271,43	96.243,47
GLICÉRIO		5.861,30	44.453,58	50.314,88
GUAIÇARA		1.485,63	59.271,43	60.757,06
GUAIMBÊ		9.291,18	44.453,58	53.744,76
GUAÍRA		249.625,09	133.360,73	382.985,82
GUAPIAÇU		107.853,52	88.907,16	196.760,68

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO SP: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
GUAPIARA		102.670,88	88.907,16	191.578,04
GUARÁ		183.535,57	88.907,16	272.442,73
GUARAÇAI		35.673,66	44.453,58	80.127,24
GUARACI		31.741,44	59.271,43	91.012,87
GUARANI D'OESTE		3.482,98	44.453,58	47.936,56
GUARANTÃ		5.565,15	44.453,58	50.018,73
GUARARAPES		198.105,81	118.542,88	316.648,69
GUARAREMA		252.157,15	103.725,02	355.882,17
GUARATINGUETÁ		2.119.317,23	251.903,62	2.371.220,85
GUAREÍ		96.966,62	88.907,16	185.873,78
GUARIBA		403.796,14	133.360,73	537.156,87
GUARUJÁ		4.922.531,77	369.372,31	5.291.904,08
GUARULHOS		10.435.990,09	387.626,08	10.823.616,17
GUATAPARÁ		26.837,14	44.453,58	71.290,72
GUZOLÂNDIA		1.079,20	44.453,58	45.532,78
HERCULÂNDIA		15.936,08	44.453,58	60.389,66
HOLAMBRA		23.272,23	74.089,30	97.361,53
HORTOLÂNDIA		2.069.982,58	369.372,31	2.439.354,89

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO SP: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
IACANGA		48.919,65	59.271,43	108.191,08
IACRI		14.729,96	44.453,58	59.183,54
IARAS		3.157,81	44.453,58	47.611,39
IBATÉ		119.447,92	118.542,88	237.990,80
IBIRÁ		55.096,05	59.271,43	114.367,48
IBIRAREMA		7.015,02	44.453,58	51.468,60
IBITINGA		477.468,92	162.996,48	640.465,40
IBIÚNA		382.463,54	192.632,18	575.095,72
ICÉM		34.856,44	44.453,58	79.310,02
IEPÊ		56.328,07	44.453,58	100.781,65
IGARAÇU DO TIETÊ		103.284,52	103.725,02	207.009,54
IGARAPAVA		281.426,76	103.725,02	385.151,78
IGARATÁ		19.211,81	44.453,58	63.665,39
IGUAPE		112.011,18	118.542,88	230.554,06
ILHA COMPRIDA		17.616,10	59.271,43	76.887,53
ILHA SOLTEIRA		50.737,03	103.725,02	154.462,05
ILHABELA		198.989,54	118.542,88	317.532,42
INDAIATUBA		2.817.778,79	369.372,31	3.187.151,10

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO SP: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
INDIANA		150,63	44.453,58	44.604,21
INDIAPORÃ		21.869,71	44.453,58	66.323,29
INÚBIA PAULISTA		4.076,82	44.453,58	48.530,40
IPAUSSU		122.257,90	74.089,30	196.347,20
IPERÓ		107.858,46	118.542,88	226.401,34
IPEÚNA		27.509,39	44.453,58	71.962,97
IPIGUÁ		1.668,51	44.453,58	46.122,09
IPORANGA		3.275,84	44.453,58	47.729,42
IPUÃ		173.934,07	74.089,30	248.023,37
IRACEMÁPOLIS		18.182,30	103.725,02	121.907,32
IRAPUÃ		20.910,11	44.453,58	65.363,69
IRAPURU		1.753,73	44.453,58	46.207,31
ITABERÁ		68.971,86	88.907,16	157.879,02
ITAÍ		114.561,87	103.725,02	218.286,89
ITAJOBÍ		53.783,34	74.089,30	127.872,64
ITAJU		2.260,06	44.453,58	46.713,64
ITANHAÉM		749.301,57	222.267,89	971.569,46
ITAÓCA		400,99	44.453,58	44.854,57

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO SP: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
ITAPECERICA DA SERRA		793.836,71	369.372,31	1.163.209,02
ITAPETININGA		1.315.797,38	369.372,31	1.685.169,69
ITAPEVA		2.703.027,17	222.267,89	2.925.295,06
ITAPEVI		756.870,25	369.372,31	1.126.242,56
ITAPIRA		918.856,88	192.632,18	1.111.489,06
ITAPIRAPUÃ PAULISTA		22.380,20	44.453,58	66.833,78
ITÁPOLIS		367.704,33	133.360,73	501.065,06
ITAPORANGA		106.151,79	74.089,30	180.241,09
ITAPUÍ		52.226,45	74.089,30	126.315,75
ITAPURA		2.276,78	44.453,58	46.730,36
ITAQUAQUECETUBA		576.493,22	369.372,31	945.865,53
ITARARÉ		459.991,52	148.178,61	608.170,13
ITARIRI		28.313,24	88.907,16	117.220,40
ITATIBA		942.181,57	251.903,62	1.194.085,19
ITATINGA		43.839,03	88.907,16	132.746,19
ITIRAPINA		66.491,14	88.907,16	155.398,30
ITIRAPUÃ		2.021,20	44.453,58	46.474,78

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO SP: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
ITOBI		5.018,78	44.453,58	49.472,36
ITU		433.535,74	369.372,31	802.908,05
ITUPEVA		257.533,63	0,00	257.533,63
ITUVERAVA		926.295,64	133.360,73	1.059.656,37
JABORANDI		35.217,63	44.453,58	79.671,21
JABOTICABAL		840.884,82	192.632,18	1.033.517,00
JACAREÍ		4.125.338,24	369.372,31	4.494.710,55
JACI		457,51	44.453,58	44.911,09
JACUPIRANGA		43.701,65	88.907,16	132.608,81
JAGUARIÚNA		418.152,07	162.996,48	581.148,55
JALES		370.462,06	148.178,61	518.640,67
JAMBEIRO		26.298,02	44.453,58	70.751,60
JANDIRA		890.852,71	251.903,62	1.142.756,33
JARDINÓPOLIS		140.818,80	0,00	140.818,80
JARINU		28.543,97	103.725,02	132.268,99
JAÚ		3.241.929,69	354.554,48	3.596.484,17
JERQUARA		1.254,73	44.453,58	45.708,31
JOANÓPOLIS		36.575,94	59.271,43	95.847,37

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO SP: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
JOÃO RAMALHO		2.885,64	44.453,58	47.339,22
JOSÉ BONIFÁCIO		47.285,92	118.542,88	165.828,80
JÚLIO MESQUITA		2.656,26	44.453,58	47.109,84
JUMIRIM		1.150,18	44.453,58	45.603,76
JUNDIAÍ		9.042.391,25	369.372,31	9.411.763,56
JUNQUEIRÓPOLIS		204.362,31	88.907,16	293.269,47
JUQUIÁ		80.529,53	88.907,16	169.436,69
JUQUITIBA		131.024,30	118.542,88	249.567,18
LAGOINHA		40.242,95	44.453,58	84.696,53
LARANJAL PAULISTA		216.310,17	103.725,02	320.035,19
LAVÍNIA		3.194,39	59.271,43	62.465,82
LAVRINHAS		57.461,05	44.453,58	101.914,63
LEME		1.113.315,87	237.085,77	1.350.401,64
LENÇÓIS PAULISTA		661.383,42	177.814,31	839.197,73
LIMEIRA		5.143.503,05	369.372,31	5.512.875,36
LINDÓIA		217.201,73	44.453,58	261.655,31
LINS		1.313.884,26	192.632,18	1.506.516,44
LORENA		1.288.483,17	207.450,03	1.495.933,20

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO SP: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
LOURDES		1.259,04	44.453,58	45.712,62
LOUVEIRA		229.263,83	148.178,61	377.442,44
LUCÉLIA		170.874,20	88.907,16	259.781,36
LUCIANÓPOLIS		2.652,72	44.453,58	47.106,30
LUÍS ANTÔNIO		44.311,92	74.089,30	118.401,22
LUIZIÂNIA		13.702,63	44.453,58	58.156,21
LUPÉRCIO		14.160,97	44.453,58	58.614,55
LUTÉCIA		1.970,63	44.453,58	46.424,21
MACATUBA		114.599,85	88.907,16	203.507,01
MACAUBAL		21.725,25	44.453,58	66.178,83
MACEDÔNIA		1.223,36	44.453,58	45.676,94
MAGDA		4.427,76	44.453,58	48.881,34
MAIRINQUE		139.673,04	148.178,61	287.851,65
MAIRIPORÃ		651.466,97	222.267,89	873.734,86
MANDURI		1.959,44	44.453,58	46.413,02
MARABÁ PAULISTA		93,16	44.453,58	44.546,74
MARACAÍ		107.876,17	74.089,30	181.965,47
MARAPOAMA		1.893,04	44.453,58	46.346,62

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO SP: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
MARIÁPOLIS		2.278,44	44.453,58	46.732,02
MARÍLIA		5.445.394,69	369.372,31	5.814.767,00
MARINÓPOLIS		1.532,88	44.453,58	45.986,46
MARTINÓPOLIS		310.050,73	103.725,02	413.775,75
MATÃO		484.977,67	207.450,03	692.427,70
MAUÁ		6.671.520,42	369.372,31	7.040.892,73
MENDONÇA		24.151,93	44.453,58	68.605,51
MERIDIANO		2.260,19	44.453,58	46.713,77
MESÓPOLIS		2.867,08	44.453,58	47.320,66
MIGUELÓPOLIS		90.396,09	88.907,16	179.303,25
MINEIROS DO TIETÊ		7.342,86	59.271,43	66.614,29
MIRA ESTRELA		1.334,23	44.453,58	45.787,81
MIRACATU		58.264,92	88.907,16	147.172,08
MIRANDÓPOLIS		18.125,85	103.725,02	121.850,87
MIRANTE DO PARANAPANEMA		38.474,44	88.907,16	127.381,60
MIRASSOL		343.854,78	162.996,48	506.851,26
MIRASSOLÂNDIA		1.701,31	44.453,58	46.154,89

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO SP: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
MOCOCA		1.305.867,45	177.814,31	1.483.681,76
MOGI DAS CRUZES		6.852.036,63	369.372,31	7.221.408,94
MOGI GUAÇU		2.275.911,93	354.554,48	2.630.466,41
MOGI MIRIM		1.474.553,09	222.267,89	1.696.820,98
MOMBUCA		4.210,58	44.453,58	48.664,16
MONÇÕES		2.084,20	44.453,58	46.537,78
MONGAGUÁ		295.165,36	162.996,48	458.161,84
MONTE ALEGRE DO SUL		3.845,08	44.453,58	48.298,66
MONTE ALTO		705.311,67	148.178,61	853.490,28
MONTE APRAZÍVEL		27.620,68	103.725,02	131.345,70
MONTE AZUL PAULISTA		136.510,96	88.907,16	225.418,12
MONTE CASTELO		428,51	44.453,58	44.882,09
MONTE MOR		228.600,38	162.996,48	391.596,86
MONTEIRO LOBATO		542,29	44.453,58	44.995,87
MORRO AGUDO		298.968,01	118.542,88	417.510,89
MORUNGABA		64.267,00	0,00	64.267,00

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO SP: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
MOTUCA		2.218,57	44.453,58	46.672,15
MURUTINGA DO SUL		3.129,55	44.453,58	47.583,13
NANTES		1.476,34	44.453,58	45.929,92
NARANDIBA		3.534,32	44.453,58	47.987,90
NATIVIDADE DA SERRA		25.420,15	44.453,58	69.873,73
NAZARÉ PAULISTA		54.140,67	88.907,16	143.047,83
NEVES PAULISTA		57.604,98	44.453,58	102.058,56
NHANDEARA		19.219,56	59.271,43	78.490,99
NIPOÃ		498,82	44.453,58	44.952,40
NOVA ALIANÇA		2.678,07	44.453,58	47.131,65
NOVA CAMPINA		1.738,47	44.453,58	46.192,05
NOVA CANAÃ PAULISTA		1.126,57	44.453,58	45.580,15
NOVA CASTILHO		355,92	44.453,58	44.809,50
NOVA EUROPA		22.306,25	59.271,43	81.577,68
NOVA GRANADA		58.534,27	88.907,16	147.441,43
NOVA GUATAPORANGA		478,87	44.453,58	44.932,45

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO SP: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
NOVA INDEPENDÊNCIA		1.675,59	44.453,58	46.129,17
NOVA LUZITÂNIA		1.030,02	44.453,58	45.483,60
NOVA ODESSA		173.946,99	162.996,48	336.943,47
NOVAIS		3.762,05	44.453,58	48.215,63
NOVO HORIZONTE		353.013,57	133.360,73	486.374,30
NUPORANGA		12.939,24	44.453,58	57.392,82
OCAUÇU		306,01	44.453,58	44.759,59
ÓLEO		3.050,64	44.453,58	47.504,22
OLÍMPIA		859.058,33	162.996,48	1.022.054,81
ONDA VERDE		3.675,18	44.453,58	48.128,76
ORIENTE		4.007,49	44.453,58	48.461,07
ORINDIÚVA		113.510,63	44.453,58	157.964,21
ORLÂNDIA		374.344,86	133.360,73	507.705,59
OSASCO		4.498.753,46	369.372,31	4.868.125,77
OSCAR BRESSANE		1.269,45	44.453,58	45.723,03
OSVALDO CRUZ		238.772,58	118.542,88	357.315,46
OURINHOS		3.395.455,75	237.085,77	3.632.541,52

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO SP: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
OURO VERDE		4.558,05	44.453,58	49.011,63
OUROESTE		24.426,13	0,00	24.426,13
PACAEMBU		114.928,37	74.089,30	189.017,67
PALESTINA		18.126,12	59.271,43	77.397,55
PALMARES PAULISTA		2.242,55	59.271,43	61.513,98
PALMEIRA D'OESTE		125.987,31	44.453,58	170.440,89
PALMITAL		213.283,25	88.907,16	302.190,41
PANORAMA		50.393,68	74.089,30	124.482,98
PARAGUAÇU PAULISTA		638.092,91	148.178,61	786.271,52
PARAIBUNA		25.764,55	88.907,16	114.671,71
PARAÍSO		5.331,42	44.453,58	49.785,00
PARANAPANEMA		69.727,28	88.907,16	158.634,44
PARANAPUÃ		1.525,33	44.453,58	45.978,91
PARAPUÃ		51.282,94	59.271,43	110.554,37
PARDINHO		30.580,76	44.453,58	75.034,34
PARIQUERA-AÇU		29.459,71	88.907,16	118.366,87
PARISI		1.407,49	44.453,58	45.861,07
PATROCÍNIO PAULISTA		24.076,84	74.089,30	98.166,14

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO SP: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
PAULICÉIA		157,11	44.453,58	44.610,69
PAULÍNIA		594.899,43	237.085,77	831.985,20
PAULISTÂNIA		266,79	44.453,58	44.720,37
PAULO DE FARIA		38.307,72	44.453,58	82.761,30
PEDERNEIRAS		387.554,90	148.178,61	535.733,51
PEDRA BELA		22.625,34	44.453,58	67.078,92
PEDRANÓPOLIS		644,52	44.453,58	45.098,10
PEDREGULHO		12.633,13	74.089,30	86.722,43
PEDREIRA		162.256,24	148.178,61	310.434,85
PEDRINHAS PAULISTA		6.825,11	44.453,58	51.278,69
PEDRO DE TOLEDO		39.883,90	59.271,43	99.155,33
PENÁPOLIS		1.166.717,56	177.814,31	1.344.531,87
PEREIRA BARRETO		172.700,32	103.725,02	276.425,34
PEREIRAS		3.560,68	44.453,58	48.014,26
PERUÍBE		588.375,42	177.814,31	766.189,73
PIACATU		6.491,81	44.453,58	50.945,39
PIEDADE		439.555,62	162.996,48	602.552,10
PILAR DO SUL		210.607,85	103.725,02	314.332,87

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO SP: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
PINDAMONHANGABA		1.446.559,92	369.372,31	1.815.932,23
PINDORAMA		13.977,27	0,00	13.977,27
PINHALZINHO		35.147,15	74.089,30	109.236,45
PIQUEROBI		53,29	44.453,58	44.506,87
PIQUETE		51.991,09	74.089,30	126.080,39
PIRACAIA		78.123,19	103.725,02	181.848,21
PIRACICABA		8.041.339,54	369.372,31	8.410.711,85
PIRAJU		275.432,55	103.725,02	379.157,57
PIRAJUÍ		71.696,01	103.725,02	175.421,03
PIRANGI		39.432,20	59.271,43	98.703,63
PIRAPORA DO BOM JESUS		89.331,50	88.907,16	178.238,66
PIRAPOZINHO		156.574,26	103.725,02	260.299,28
PIRASSUNUNGA		1.014.076,38	192.632,18	1.206.708,56
PIRATININGA		46.328,90	0,00	46.328,90
PITANGUEIRAS		240.361,24	133.360,73	373.721,97
PLANALTO		23.767,67	44.453,58	68.221,25
PLATINA		1.774,73	44.453,58	46.228,31

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO SP: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
POÁ		364.620,24	251.903,62	616.523,86
POLONI		4.093,30	44.453,58	48.546,88
POMPÉIA		137.522,71	88.907,16	226.429,87
PONGAÍ		150,46	44.453,58	44.604,04
PONTAL		233.046,18	148.178,61	381.224,79
PONTALINDA		2.628,16	44.453,58	47.081,74
PONTES GESTAL		6.212,02	44.453,58	50.665,60
POPULINA		29.008,76	44.453,58	73.462,34
PORANGABA		1.089,29	44.453,58	45.542,87
PORTO FELIZ		441.266,25	162.996,48	604.262,73
PORTO FERREIRA		374.554,10	162.996,48	537.550,58
POTIM		53.895,19	103.725,02	157.620,21
POTIRENDABA		46.833,46	88.907,16	135.740,62
PRACINHA		269,55	44.453,58	44.723,13
PRADÓPOLIS		62.409,69	88.907,16	151.316,85
PRAIA GRANDE		3.593.889,78	369.372,31	3.963.262,09
PRATÂNIA		1.275,55	44.453,58	45.729,13
PRESIDENTE ALVES		1.410,27	44.453,58	45.863,85

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO SP: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
PRESIDENTE BERNARDES		128.706,56	59.271,43	187.977,99
PRESIDENTE EPITÁCIO		360.967,90	0,00	360.967,90
PRESIDENTE PRUDENTE		865.081,54	369.372,31	1.234.453,85
PRESIDENTE VENCESLAU		580.543,31	133.360,73	713.904,04
PROMISSÃO		81.569,19	133.360,73	214.929,92
QUADRA		22.152,41	44.453,58	66.605,99
QUATÁ		41.713,31	74.089,30	115.802,61
QUEIROZ		295,61	44.453,58	44.749,19
QUELUZ		105.895,69	59.271,43	165.167,12
QUINTANA		2.847,38	44.453,58	47.300,96
RAFARD		13.345,45	44.453,58	57.799,03
RANCHARIA		109.402,84	103.725,02	213.127,86
REDENÇÃO DA SERRA		29.338,95	44.453,58	73.792,53
REGENTE FEIJÓ		77.685,42	88.907,16	166.592,58
REGINÓPOLIS		1.334,94	44.453,58	45.788,52

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO SP: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
REGISTRO		457.341,21	162.996,48	620.337,69
RESTINGA		2.701,77	44.453,58	47.155,35
RIBEIRA		53,28	44.453,58	44.506,86
RIBEIRÃO BONITO		40.077,11	59.271,43	99.348,54
RIBEIRÃO BRANCO		70.952,24	88.907,16	159.859,40
RIBEIRÃO CORRENTE		7.527,35	44.453,58	51.980,93
RIBEIRÃO DO SUL		2.488,70	44.453,58	46.942,28
RIBEIRÃO DOS ÍNDIOS		119,69	44.453,58	44.573,27
RIBEIRÃO GRANDE		1.230,36	44.453,58	45.683,94
RIBEIRÃO PIRES		1.738.552,30	251.903,62	1.990.455,92
RIBEIRÃO PRETO		9.205.597,91	369.372,31	9.574.970,22
RIFAINA		5.322,14	44.453,58	49.775,72
RINCÃO		7.997,44	59.271,43	67.268,87
RINÓPOLIS		61.394,73	44.453,58	105.848,31
RIO CLARO		2.485.438,77	369.372,31	2.854.811,08
RIO DAS PEDRAS		157.849,62	118.542,88	276.392,50
RIO GRANDE DA SERRA		395.622,47	148.178,61	543.801,08

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO SP: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
RIOLÂNDIA		32.512,41	59.271,43	91.783,84
RIVERSUL		4.080,40	44.453,58	48.533,98
ROSANA		52.692,12	88.907,16	141.599,28
ROSEIRA		5.415,45	59.271,43	64.686,88
RUBIÁCEA		60,77	44.453,58	44.514,35
RUBINÉIA		5.366,16	44.453,58	49.819,74
SABINO		208,59	44.453,58	44.662,17
SAGRES		50,00	44.453,58	44.503,58
SALES		6.040,58	44.453,58	50.494,16
SALES OLIVEIRA		33.863,55	59.271,43	93.134,98
SALESÓPOLIS		130.424,95	88.907,16	219.332,11
SALMOURÃO		2.132,52	44.453,58	46.586,10
SALTINHO		8.997,35	44.453,58	53.450,93
SALTO		956.573,01	251.903,62	1.208.476,63
SALTO DE PIRAPORA		430.355,75	148.178,61	578.534,36
SALTO GRANDE		80.620,61	44.453,58	125.074,19
SANDOVALINA		2.623,68	44.453,58	47.077,26
SANTA ADÉLIA		42.034,28	74.089,30	116.123,58

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO SP: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SANTA ALBERTINA		18.871,64	44.453,58	63.325,22
SANTA BÁRBARA D'OESTE		1.352.845,66	369.372,31	1.722.217,97
SANTA BRANCA		14.820,14	74.089,30	88.909,44
SANTA CLARA D'OESTE		1.431,59	44.453,58	45.885,17
SANTA CRUZ DA CONCEIÇÃO		2.625,85	44.453,58	47.079,43
SANTA CRUZ DA ESPERANÇA		23.827,71	44.453,58	68.281,29
SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS		225.164,97	118.542,88	343.707,85
SANTA CRUZ DO RIO PARDO		994.742,32	148.178,61	1.142.920,93
SANTA ERNESTINA		6.848,84	44.453,58	51.302,42
SANTA FÉ DO SUL		743.084,40	118.542,88	861.627,28
SANTA GERTRUDES		89.870,24	103.725,02	193.595,26
SANTA ISABEL		803.563,91	162.996,48	966.560,39
SANTA LÚCIA		8.147,38	44.453,58	52.600,96

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO SP: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SANTA MARIA DA SERRA		13.193,50	44.453,58	57.647,08
SANTA MERCEDES		200,16	44.453,58	44.653,74
SANTA RITA DO PASSA QUATRO		183.067,24	103.725,02	286.792,26
SANTA RITA D'OESTE		1.825,49	44.453,58	46.279,07
SANTA ROSA DE VITERBO		82.029,18	103.725,02	185.754,20
SANTA SALETE		2.371,85	44.453,58	46.825,43
SANTANA DA PONTE PENSA		1.874,79	44.453,58	46.328,37
SANTANA DE PARNAÍBA		585.111,55	266.721,49	851.833,04
SANTO ANASTÁCIO		179.379,20	88.907,16	268.286,36
SANTO ANDRÉ		6.718.808,58	369.372,31	7.088.180,89
SANTO ANTÔNIO DA ALEGRIA		39.506,37	44.453,58	83.959,95

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO SP: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SANTO ANTÔNIO DE POSSE		74.010,17	88.907,16	162.917,33
SANTO ANTÔNIO DO ARACANGUÁ		492,22	44.453,58	44.945,80
SANTO ANTÔNIO DO JARDIM		30.712,41	44.453,58	75.165,99
SANTO ANTÔNIO DO PINHAL		30.735,15	44.453,58	75.188,73
SANTO EXPEDITO		741,53	44.453,58	45.195,11
SANTÓPOLIS DO AGUAPEÍ		3.421,05	44.453,58	47.874,63
SANTOS		11.118.143,19	369.372,31	11.487.515,50
SÃO BENTO DO SAPUCAÍ		116.255,70	59.271,43	175.527,13
SÃO BERNARDO DO CAMPO		21.675.539,57	369.372,31	22.044.911,88
SÃO CAETANO DO SUL		2.430.968,68	369.372,31	2.800.340,99
SÃO CARLOS		4.322.520,65	369.372,31	4.691.892,96

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO SP: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SÃO FRANCISCO		1.985,08	44.453,58	46.438,66
SÃO JOÃO DA BOA VISTA		1.851.723,66	207.450,03	2.059.173,69
SÃO JOÃO DAS DUAS PONTES		982,73	44.453,58	45.436,31
SÃO JOÃO DE IRACEMA		989,98	44.453,58	45.443,56
SÃO JOÃO DO PAU D'ALHO		894,74	44.453,58	45.348,32
SÃO JOAQUIM DA BARRA		198.610,02	162.996,48	361.606,50
SÃO JOSÉ DA BELA VISTA		23.064,35	44.453,58	67.517,93
SÃO JOSÉ DO BARREIRO		26.754,47	44.453,58	71.208,05
SÃO JOSÉ DO RIO PARDO		721.947,60	162.996,48	884.944,08

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO SP: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO		9.172.640,57	369.372,31	9.542.012,88
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS		9.480.409,59	369.372,31	9.849.781,90
SÃO LOURENÇO DA SERRA		39.381,52	74.089,30	113.470,82
SÃO LUÍS DO PARAÍTINGA		75.946,74	59.271,43	135.218,17
SÃO MANUEL		326.008,89	133.360,73	459.369,62
SÃO MIGUEL ARCANJO		149.999,41	118.542,88	268.542,29
SÃO PAULO		96.567.010,35	1.426.430,07	97.993.440,42
SÃO PEDRO		442.272,91	118.542,88	560.815,79
SÃO PEDRO DO TURVO		9.359,94	44.453,58	53.813,52
SÃO ROQUE		641.160,84	207.450,03	848.610,87
SÃO SEBASTIÃO		772.793,26	207.450,03	980.243,29
SÃO SEBASTIÃO DA GRAMA		118.488,53	59.271,43	177.759,96

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO SP: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SÃO SIMÃO		231.649,90	74.089,30	305.739,20
SÃO VICENTE		2.519.913,96	369.372,31	2.889.286,27
SARAPUÍ		26.670,68	0,00	26.670,68
SARUTAIÁ		2.121,72	44.453,58	46.575,30
SEBASTIANÓPOLIS DO SUL		2.108,46	44.453,58	46.562,04
SERRA AZUL		45.134,50	74.089,30	119.223,80
SERRA NEGRA		155.133,17	103.725,02	258.858,19
SERRANA		287.893,71	148.178,61	436.072,32
SERTÃOZINHO		1.759.242,42	251.903,62	2.011.146,04
SETE BARRAS		17.633,00	59.271,43	76.904,43
SEVERÍNIA		36.717,63	88.907,16	125.624,79
SILVEIRAS		8.056,89	44.453,58	52.510,47
SOCORRO		324.450,78	133.360,73	457.811,51
SOROCABA		9.137.319,73	369.372,31	9.506.692,04
SUD MENNUCCI		48.793,98	44.453,58	93.247,56
SUMARÉ		1.009.794,33	369.372,31	1.379.166,64
SUZANÁPOLIS		2.246,29	44.453,58	46.699,87

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO SP: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SUZANO		2.408.913,93	369.372,31	2.778.286,24
TABAPUÃ		38.902,79	59.271,43	98.174,22
TABATINGA		50.808,08	74.089,30	124.897,38
TABOÃO DA SERRA		1.699.161,18	369.372,31	2.068.533,49
TACIBA		2.476,99	44.453,58	46.930,57
TAGUAÍ		100.958,00	0,00	100.958,00
TAIAÇU		8.666,94	44.453,58	53.120,52
TAIÚVA		9.865,58	44.453,58	54.319,16
TAMBAÚ		125.228,80	88.907,16	214.135,96
TANABI		33.877,69	103.725,02	137.602,71
TAPIRAÍ		3.141,36	44.453,58	47.594,94
TAPIRATIBA		124.360,49	59.271,43	183.631,92
TAQUARAL		2.449,92	44.453,58	46.903,50
TAQUARITINGA		987.711,65	162.996,48	1.150.708,13
TAQUARITUBA		329.770,09	88.907,16	418.677,25
TAQUARIVAÍ		498,11	44.453,58	44.951,69
TARABAI		14.821,72	44.453,58	59.275,30
TARUMÃ		85.753,47	74.089,30	159.842,77

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO SP: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
TATUI		1.110.361,61	251.903,62	1.362.265,23
TAUBATÉ		3.454.691,29	369.372,31	3.824.063,60
TEJUPÁ		1.172,46	44.453,58	45.626,04
TEODORO SAMPAIO		237.733,24	88.907,16	326.640,40
TERRA ROXA		21.976,56	44.453,58	66.430,14
TIETÊ		352.730,18	133.360,73	486.090,91
TIMBURI		22.008,30	44.453,58	66.461,88
TORRE DE PEDRA		80,26	44.453,58	44.533,84
TORRINHA		17.916,93	44.453,58	62.370,51
TRABIJU		514,42	44.453,58	44.968,00
TREMEMBÉ		110.116,02	148.178,61	258.294,63
TRÊS FRONTEIRAS		3.193,65	44.453,58	47.647,23
TUIUTI		21.957,25	44.453,58	66.410,83
TUPÃ		572.166,82	177.814,31	749.981,13
TUPI PAULISTA		153.318,30	74.089,30	227.407,60
TURIÚBA		383,54	44.453,58	44.837,12
TURMALINA		694,43	44.453,58	45.148,01
UBARANA		4.189,45	44.453,58	48.643,03

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO SP: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
UBATUBA		622.051,31	207.450,03	829.501,34
UBIRAJARA		1.038,03	44.453,58	45.491,61
UCHOA		18.443,40	44.453,58	62.896,98
UNIÃO PAULISTA		1.385,42	44.453,58	45.839,00
URÂNIA		44.236,74	44.453,58	88.690,32
URU		2.295,99	44.453,58	46.749,57
URUPÊS		56.529,34	74.089,30	130.618,64
VALENTIM GENTIL		27.489,64	59.271,43	86.761,07
VALINHOS		809.440,57	46.966,68	856.407,25
VALPARAÍSO		116.015,85	103.725,02	219.740,87
VARGEM		22.950,92	59.271,43	82.222,35
VARGEM GRANDE DO SUL		294.568,37	133.360,73	427.929,10
VARGEM GRANDE PAULISTA		134.984,33	162.996,48	297.980,81
VÁRZEA PAULISTA		671.951,69	251.903,62	923.855,31
VERA CRUZ		2.408,69	59.271,43	61.680,12
VINHEDO		650.490,74	192.632,18	843.122,92

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO SP: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
VIRADOURO		58.397,73	88.907,16	147.304,89
VISTA ALEGRE DO ALTO		14.544,22	44.453,58	58.997,80
VITÓRIA BRASIL		944,63	44.453,61	45.398,24
VOTORANTIM		761.071,69	251.903,62	1.012.975,31
VOTUPORANGA		565.091,86	222.267,89	787.359,75
ZACARIAS		966,96	44.453,58	45.420,54

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

BOLETIM SEGOV
**Articulação Federativa para o enfrentamento da
situação de emergência decorrente do Coronavírus
(Covid-19)**



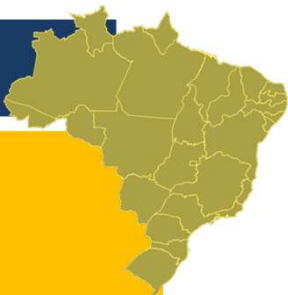
TOCANTINS



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE GOVERNO
SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS FEDERATIVOS

24 de abril de 2020

ESTADO TO: ENTREGAS DO GOVERNO FEDERAL



Ações e Serviços Públicos de Saúde	Entregas do GOVERNO FEDERAL		
EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIs) *	Álcool etílico 500ml	564	
	Álcool etílico 100ml	672	
	Óculos proteção	480	
	Luva para procedimento não cirúrgico	195.400	
	Sapatilha	1.900	
	Máscara 3 camadas	97.500	
	Avental	9.858	
	Touca hospitalar	2.200	
Leitos-Covid	10 leitos (em processamento) no hospital Geral de Palmas		
Testes RT PCT	5.632		
Testes rápidos	4.268 na 1ª distribuição	4.300 na 2ª distribuição	7.520 na 3ª distribuição

*/ Entregas realizadas em 26 e 27/03. Parte da pauta de distribuição de álcool etílico 500ml, luva, sapatilha e máscara 3 camadas foi entregue de 02 a 09/04.

ESTADO TO: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

DESCRIÇÃO		ESTADO	MUNICÍPIO	TOTAL
Apoio FPE	MP 938 (1ª parcela da recomposição)	R\$ 13,61 milhões		R\$13,61 milhões
Apoio FPM	MP 938 (1ª parcela da recomposição)		R\$ 7,17 milhões	R\$ 7,17 milhões
Fundo Nacional da Saúde (FNS)	Portaria nº 395	R\$ 3,19 milhões		
	Portaria nº 480 *	R\$ 4,50 milhões		R\$ 45,68 milhões
	Portaria nº 774	R\$ 23,60 milhões	R\$ 14,37 milhões	

R\$ 66,47 milhões

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).
valor mínimo = R\$ 2,00 per capita
valor máximo = R\$ 5,00 per capita

ESTADO TO: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
ABREULÂNDIA		1.742,93	35.922,47	37.665,40
AGUIARNÓPOLIS		946,36	35.922,47	36.868,83
ALIANÇA DO TOCANTINS		4.308,16	35.922,47	40.230,63
ALMAS		156.428,28	35.922,47	192.350,75
ALVORADA		145.978,81	35.922,47	181.901,28
ANANÁS		43.838,88	35.922,47	79.761,35
ANGICO		60.800,82	35.922,47	96.723,29
APARECIDA DO RIO NEGRO		20.292,50	35.922,47	56.214,97
ARAGOMINAS		107.417,28	35.922,47	143.339,75
ARAGUACEMA		20.658,93	35.922,47	56.581,40
ARAGUAÇU		124.395,64	35.922,47	160.318,11
ARAGUAÍNA		3.146.887,25	385.513,34	3.532.400,59
ARAGUANÃ		5.868,48	35.922,47	41.790,95
ARAGUATINS		154.158,29	95.793,25	249.951,54
ARAPOEMA		87.470,01	35.922,47	123.392,48
ARRAIAS		3.478,42	47.896,63	51.375,05

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO TO: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
AUGUSTINÓPOLIS		42.707,99	71.844,95	114.552,94
AURORA DO TOCANTINS		46.933,46	35.922,47	82.855,93
AXIXÁ DO TOCANTINS		2.117,25	35.922,47	38.039,72
BABAÇULÂNDIA		1.941,69	47.896,63	49.838,32
BANDEIRANTES DO TOCANTINS		49.967,83	35.922,47	85.890,30
BARRA DO OURO		933,46	35.922,47	36.855,93
BARROLÂNDIA		22.328,74	35.922,47	58.251,21
BERNARDO SAYÃO		2.341,10	35.922,47	38.263,57
BOM JESUS DO TOCANTINS		66.069,85	35.922,47	101.992,32
BRASILÂNDIA DO TOCANTINS		2.396,65	35.922,47	38.319,12
BREJINHO DE NAZARÉ		19.208,68	35.922,47	55.131,15
BURITI DO TOCANTINS		39.903,32	47.896,63	87.799,95
CACHOEIRINHA		47.172,36	35.922,47	83.094,83
CAMPOS LINDOS		114.283,46	35.922,47	150.205,93

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO TO: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
CARIRI DO TOCANTINS		839,20	35.922,47	36.761,67
CARMOLÂNDIA		55.970,82	35.922,47	91.893,29
CARRASCO BONITO		69.550,67	35.922,47	105.473,14
CASEARA		5.706,80	35.922,47	41.629,27
CENTENÁRIO		48.377,23	35.922,47	84.299,70
CHAPADA DA NATIVIDADE		56.467,91	35.922,47	92.390,38
CHAPADA DE AREIA		333,14	35.922,47	36.255,61
COLINAS DO TOCANTINS		535.208,53	95.793,25	631.001,78
COLMÉIA		53.076,73	35.922,47	88.999,20
COMBINADO		18.784,13	35.922,47	54.706,60
CONCEIÇÃO DO TOCANTINS		5.393,69	35.922,47	41.316,16
COUTO MAGALHÃES		10.787,23	35.922,47	46.709,70
CRISTALÂNDIA		40.127,59	35.922,47	76.050,06
CRIXÁS DO TOCANTINS		44.873,71	35.922,47	80.796,18

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO TO: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
DARCINÓPOLIS		1.211,57	35.922,47	37.134,04
DIANÓPOLIS		39.780,95	71.844,95	111.625,90
DIVINÓPOLIS DO TOCANTINS		20.551,20	35.922,47	56.473,67
DOIS IRMÃOS DO TOCANTINS		14.239,91	35.922,47	50.162,38
DUERÉ		20.267,09	35.922,47	56.189,56
ESPERANTINA		10.249,50	47.896,63	58.146,13
FÁTIMA		3.142,36	35.922,47	39.064,83
FIGUEIRÓPOLIS		15.165,92	35.922,47	51.088,39
FILADÉLFIA		1.582,67	35.922,47	37.505,14
FORMOSO DO ARAGUAIA		72.705,53	71.844,95	144.550,48
FORTALEZA DO TABOCÃO		804,85	35.922,47	36.727,32
GOIANORTE		4.223,38	35.922,47	40.145,85
GOIATINS		33.110,91	47.896,63	81.007,54
GUARAÍ		40.394,95	83.819,09	124.214,04

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO TO: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
GURUPI		838.800,62	167.638,19	1.006.438,81
IPUEIRAS		39.260,22	35.922,47	75.182,69
ITACAJÁ		46.882,46	35.922,47	82.804,93
ITAGUATINS		92.985,84	35.922,47	128.908,31
ITAPIRATINS		4.691,91	35.922,47	40.614,38
ITAPORÃ DO TOCANTINS		2.743,49	35.922,47	38.665,96
JAÚ DO TOCANTINS		2.884,06	35.922,47	38.806,53
JUARINA		44.125,46	35.922,47	80.047,93
LAGOA DA CONFUSÃO		24.535,95	47.896,63	72.432,58
LAGOA DO TOCANTINS		1.356,64	35.922,47	37.279,11
LAJEADO		2.658,50	35.922,47	38.580,97
LAVANDEIRA		425,59	35.922,47	36.348,06
LIZARDA		65.237,23	35.922,47	101.159,70
LUZINÓPOLIS		48.398,02	35.922,47	84.320,49
MARIANÓPOLIS DO TOCANTINS		4.367,36	35.922,47	40.289,83
MATEIROS		43.957,45	35.922,47	79.879,92

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO TO: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
MAURILÂNDIA DO TOCANTINS		63.887,93	35.922,47	99.810,40
MIRACEMA DO TOCANTINS		75.546,68	71.844,95	147.391,63
MIRANORTE		65.661,79	47.896,63	113.558,42
MONTE DO CARMO		17.930,99	35.922,47	53.853,46
MONTE SANTO DO TOCANTINS		2.055,06	35.922,47	37.977,53
Mosquito			35.922,47	35.922,47
MURICILÂNDIA		52.699,94	35.922,47	88.622,41
NATIVIDADE		40.890,79	35.922,47	76.813,26
NAZARÉ		5.686,65	35.922,47	41.609,12
NOVA OLINDA		29.643,05	47.896,63	77.539,68
NOVA ROSALÂNDIA		4.948,34	35.922,47	40.870,81
NOVO ACORDO		3.216,04	35.922,47	39.138,51
NOVO ALEGRE		3.155,84	35.922,47	39.078,31
NOVO JARDIM		45.720,29	35.922,47	81.642,76
OLIVEIRA DE FÁTIMA		33.961,93	35.922,47	69.884,40
PALMAS		4.121.168,34	1.141.143,99	5.262.312,33

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO TO: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
PALMEIRANTE		72.801,84	35.922,47	108.724,31
PALMEIRAS DO TOCANTINS		1.052,39	0,00	1.052,39
PALMEIRÓPOLIS		31.853,91	35.922,47	67.776,38
PARAÍSO DO TOCANTINS		250.740,29	0,00	250.740,29
PARANÃ		59.821,49	47.896,63	107.718,12
PAU D'ARCO		975,70	35.922,47	36.898,17
PEDRO AFONSO		179.731,95	47.896,63	227.628,58
PEIXE		43.691,27	47.896,63	91.587,90
PEQUIZEIRO		37.537,72	35.922,47	73.460,19
PINDORAMA DO TOCANTINS		11.018,83	35.922,47	46.941,30
PIRAQUÊ		2.532,98	35.922,47	38.455,45
PIUM		21.107,00	35.922,47	57.029,47
PONTE ALTA DO BOM JESUS		8.329,27	35.922,47	44.251,74

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO TO: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
PONTE ALTA DO TOCANTINS		9.552,62	35.922,47	45.475,09
PORTO ALEGRE DO TOCANTINS		2.232,08	35.922,47	38.154,55
PORTO NACIONAL		526.587,45	131.715,73	658.303,18
PRAIA NORTE		11.808,78	35.922,47	47.731,25
PRESIDENTE KENNEDY		14.764,37	35.922,47	50.686,84
PUGMIL		2.157,93	35.922,47	38.080,40
RECURSOLÂNDIA		88.757,10	35.922,47	124.679,57
RIACHINHO		4.079,56	35.922,47	40.002,03
RIO DA CONCEIÇÃO		523,02	35.922,47	36.445,49
RIO DOS BOIS		22.130,34	35.922,47	58.052,81
RIO SONO		95.939,34	35.922,47	131.861,81
SAMPAIO		76.060,25	35.922,47	111.982,72
SANDOLÂNDIA		3.806,51	35.922,47	39.728,98
SANTA FÉ DO ARAGUAIA		13.488,15	35.922,47	49.410,62
SANTA MARIA DO TOCANTINS		46.535,91	35.922,47	82.458,38

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO TO: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SANTA RITA DO TOCANTINS		52.918,39	35.922,47	88.840,86
SANTA ROSA DO TOCANTINS		5.837,81	35.922,47	41.760,28
SANTA TEREZA DO TOCANTINS		41.932,29	35.922,47	77.854,76
SANTA TEREZINHA DO TOCANTINS		453,57	35.922,47	36.376,04
SÃO BENTO DO TOCANTINS		74.260,67	35.922,47	110.183,14
SÃO FÉLIX DO TOCANTINS		41.492,59	35.922,47	77.415,06
SÃO MIGUEL DO TOCANTINS		2.970,95	47.896,63	50.867,58
SÃO SALVADOR DO TOCANTINS		2.830,64	35.922,47	38.753,11
SÃO SEBASTIÃO DO TOCANTINS		79.642,28	35.922,47	115.564,75

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

ESTADO TO: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SÃO VALÉRIO		4.356,83	35.922,47	40.279,30
SILVANÓPOLIS		20.460,13	35.922,47	56.382,60
SÍTIO NOVO DO TOCANTINS		37.048,49	35.922,47	72.970,96
SUCUPIRA		41.787,12	35.922,47	77.709,59
TAGUATINGA		112.441,69	59.870,78	172.312,47
TAIPAS DO TOCANTINS		31.242,74	35.922,47	67.165,21
TALISMÃ		4.733,17	35.922,47	40.655,64
TOCANTÍNIA		8.390,27	35.922,47	44.312,74
TOCANTINÓPOLIS		303.771,50	71.844,95	375.616,45
TUPIRAMA		45.116,24	35.922,02	81.038,26
TUPIRATINS		54.837,56	35.922,47	90.760,03
WANDERLÂNDIA		22.763,24	47.896,63	70.659,87
XAMBIOÁ		153.234,19	47.896,63	201.130,82

*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

PRM-SSP-SP-00002806/2020



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO S.J.DO R.PRETO/CATAND
GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/SAO JOSE DO RIO PRETO

Despacho nº 1081/2020

Referência: PGR-00167469/2020

Assunto: Instaurar NF

Considerando o disposto no ofício circular 01/2020/CFN/GIAC-COVID-19, e tendo em vista a necessidade de acompanhamento da aplicação das verbas destinadas pela União para o enfrentamento à pandemia do COVID-19 no âmbito das atribuições desta Procuradoria da República, determino a instauração e livre distribuição de 5 Notícias de Fato, as quais compreenderão os municípios que integram a 6ª e a 36ª Subseções da Justiça Federal do Estado de São Paulo, agrupados da seguinte forma para cada NF:

- 1) São José do Rio Preto, Bady Bassit, Cedral, Guapiaçu, Ipiguá e Mirassolândia.
- 2) Mirassol, Álvares Florence, Américo de Campos, Bálsamo, Cardoso, Cosmorama, Floreal, Magda, Monte Aprazível, Neves Paulista, Nhandeara, Parisi, Poloni, Pontes Gestal, Tanabi e Valentim Gentil.
- 3) Olímpia, Altair, Guaraci, Icém, Nova Granada, Onda Verde, Orindiúva, Palestina, Paulo de Faria, Riolândia, Severínia, Uchôa.
- 4) José Bonifácio, Adolfo, Irapuã, Jaci, Macaubal, Mendonça, Nova Aliança, Potirendaba, Novo Horizonte, Nipoã, Planalto, Sales, Sebastianópolis do Sul, União Paulista, Ubarana e Urupês.

5) Catanduva, Ariranha, Bebedouro, Cajobi, Catiguá, Elisiário, Embaúba, Ibirá, Itajobi, Marapoama, Monte Alto, Monte Azul Paulista, Novais, Palmares Paulista, Paraíso, Pindorama, Pirangi, Santa Adélia e Tabapuã.

São José Do Rio Preto, 07 de maio de 2020.

ELEOVAN CESAR LIMA MASCARENHAS
PROCURADOR DA REPÚBLICA

PRM-SSP-SP-00003722/2020



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO S.J.DO R.PRETO/CATAND
SUBCOORDENADORIA JURIDICA DA PRM/SAO JOSE DO RIO PRETO

Despacho nº 1534/2020

Referência: PGR-00167469/2020

Assunto: Instaurar NF

Autuar notícia de fato relativa ao Grupo 3 do despacho 1081/2020.

São José Do Rio Preto, 18 de maio de 2020.

SILVIA REGINA SANTIAGO
SUBCOORDENADORA

PRM-SSP-SP-00003749/2020



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO S.J.DO R.PRETO/CATAND
COORDENADORIA DA PRM/SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
SUBCOORDENADORIA JURÍDICA DA PRM/SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

CERTIDÃO

Certifica-se que foram realizadas pesquisas no Aptus e Correlatos com os parâmetros "Governo Federal" AND "enfrentamento" AND "covid", conforme extratos anexos, na íntegra.

São José Do Rio Preto, 18 de maio de 2020.

ALEXANDRA REINA
ANALISTA PROCESSUAL DO MPU/ESPECIALIDADE DIREITO

Ministério Público Federal

Fonte de Dados : ÚNICO

Filtros Usados: Unidade Federativa:SP@T2@ds_unidade_mpf:PRM-S.J.R.PRETO@T2@

Termo de Pesquisa: "Governo Federal" AND "enfrentamento" AND "covid"

Resultados Salvos: 3

[14.05.2020 - CERTIDÃO 324/2020 , PRM-S.J.R.PRETO-SP](#)

Data

14/05/2020

Código

410000000000102496502

Membro signatário:

Membro/Ofício/Setor:

Resumo:

das distribuições cotidianas, que não existe nesta prm de são josé do rio preto/sp procedimento instaurado com o específico tema de repasses do governo federal ao enfrentamento da covid-19, de que trata o ofício circular 01/2020/cfn/giac-covid-19, consideradas as informações prestadas pelo tcu e pela casa civil em cumprimento ao despacho prm-ssp-sp-00003221/2020, certifica-se, com base em pesquisa realizada junto ao sistema único com os parâmetros "repasses" and "enfrentamento" and "covid" e "fundo nacional de saúde" and "covid" (cfe. extratos, na íntegra), e mais o conhecimento dos termos

Número:

324/2020, PRM-SSP-SP-00003501/2020, 35012020

Unidade de Cadastro:

PRM-S.J.R.PRETO

Localização:

PRM-S.J.R.PRETO/GABPRM5-AVGS - ANDERSON VAGNER GOIS DOS SANTOS

[13.05.2020 - PETIÇÃO ELETRÔNICA \(NF 1.34.015.000102/2020-84\), PRM-S.J.R.PRETO-SP](#)

Data

13/05/2020

Código

410000000000102452064

Membro signatário:

Membro/Ofício/Setor:

PRM SSP SP 2º Ofício

Resumo:

atendimento ao ofício mpf/prm/sjrp nº 304/2020

Número:

/2020, PRM-SSP-SP-00003287/2020, 32872020

Unidade de Cadastro:

PRM-S.J.R.PRETO

Localização:

PRM-S.J.R.PRETO/GABPRM2-ECLM - ELEOVAN CESAR LIMA MASCARENHAS

07.05.2020 - DESPACHO 1148/2020 , PRM-S.J.R.PRETO-SP

Data

07/05/2020

Código

410000000000102311602

Membro signatário:

ELEOVAN CESAR LIMA MASCARENHAS

Membro/Ofício/Setor:**Resumo:**

a qual relatou a não aprovação para recebimento do auxílio emergencial. o auxílio emergencial trata-se de: [¿] benefício financeiro destinado aos trabalhadores informais, microempreendedores individuais (mei), autônomos e desempregados, e tem por objetivo fornecer proteção emergencial no período de enfrentamento à crise causada pela pandemia do coronavírus - covid 19 (disponível em: <https://auxilio.caixa.gov.br/inicio>. visualizado em 07 de maio de 2020). narra a representante que recebe bolsa família, renda cidadã, é mãe solteira e chefe de família, desempregada e não foi aprovada para recebimento do auxílio.

Número:

1148/2020, 11482020, PRM-SSP-SP-00002971/2020, 29712020

Unidade de Cadastro:

PRM-S.J.R.PRETO

Localização:

PRM-S.J.R.PRETO/SUBJUR/PRM-SP - SUBCOORDENADORIA JURIDICA DA PRM/SAO JOSE DO RIO PRETO



Ministério Público Federal
Sistema Único
Relatório de Correlatos

ALEXANDRA REINA
SUBJUR/PRM-SP
18/05/2020 13:34

Termos de Pesquisa

Texto para pesquisa:	"Governo Federal" AND "enfrentamento" AND "covid"
Locais de Pesquisa:	Resumo, Numeração, Partes, Etiqueta, Observação, Capa, Complemento, Outros números
UF Localização:	São Paulo
Unidade Localizacao:	PRM-S.J.R.PRETO - PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO S.J.DO R.PRETO/CATAND

Relatório gerado em 18/05/2020 13:34.
Dados atualizados até 18/05/2020 13:34.
Mostrando 0 documento(s) de um total de 0.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO S.J.DO
R.PRETO/CATAND
SUBCOORDENADORIA JURÍDICA DA PRM/SÃO JOSE DO RIO PRETO

Termo de Distribuição e Conclusão

(Gerado automaticamente pelo sistema)

Expediente: PP - 1.34.015.000172/2020-32

Os presentes autos foram distribuídos conforme descrição a seguir:

Titularidade da Distribuição

Ofício Titular: PRM-SP-S.J.R.PRETO-5º Ofício

Grupo de Distribuição: EXTRAJUDICIAL CIVEL 2021

Forma de Execução: Automática

Conclusão da Distribuição

Vínculo: Titular

Responsável: ANDERSON VAGNER GOIS DOS SANTOS

Ofício Responsável: PRM-SP-S.J.R.PRETO-5º Ofício

Forma de Execução: Automática

Usuário: ALEXANDRA REINA

Data: 18/05/2020 14:37:30

PRM-SSP-SP-00003751/2020



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO S.J.DO R.PRETO/CATAND

e-mail nº 265/2020

PRM-SSP-SP-00003751/2020

São José do Rio Preto, 18 de maio de 2020.

A Sua Excelência a Senhora

Célia Regina Souza Delgado

Coordenadora Nacional Finalística GIAC-Covid-19

Assunto: **Ofício Circular 01/2020/CFN/GIAC-Covid-19**

Senhora Subprocuradora-Geral,

de ordem, comunico que o Ofício Circular 01/2020/CFN/GIAC-Covid-19 e respectiva documentação anexa, encaminhados por Vossa Excelência ao Ministério Público Federal de São José do Rio Preto, ensejaram a autuação da notícia de Fato Cível nº 1.34.015.000172/2020-32, distribuída ao 5º Ofício de SJRP, de titularidade do Exmº. Sr. Procurador da República, Dr. Anderson Vagner Gois dos Santos.

Respeitosamente,

Alexandra Reina

Analista Processual do MPU/Especialidade Direito



PROCURADORIA DA
REPÚBLICA NO
MUNICÍPIO DE
S.J.R.PRETO/CATAND

Av. Pres. Juscelino Kubstichek de Oliveira, 1020, 3º And,
Jd. Maracanã - Cep: 15092175 - São José do Rio Preto-SP

Telefone: (17) 3211.5110

Email: <http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO S.J.DO
R. PRETO/CATAND
SUBJUR/PRM-SP - SUBCOORDENADORIA JURIDICA DA PRM/SAO JOSE DO RIO
PRETO

Termo de Remessa

(Gerado automaticamente pelo Sistema Único)

Expediente:

1.34.015.000172/2020-32

Remetente:

SUBJUR/PRM-SP - SUBJUR/PRM-SP - SUBCOORDENADORIA JURIDICA DA
PRM/SAO JOSE DO RIO PRETO

Destinatário:

GABPRM5-AVGS - GABPRM5-AVGS - ANDERSON VAGNER GOIS DOS SANTOS

Usuário:

ALEXANDRA REINA

Data:

18/05/2020 14:43:35

Observação:

Conclusão automática para o Ofício Titular - PRM-S.J.R.PRETO/GABPRM5-AVGS -
Chefia da Unidade: ANDERSON VAGNER GOIS DOS SANTOS - Ofício da Distribuição:
PRM-SSP-SP-5º Ofício - GABPRM5-AVGS



OFÍCIO MPF nº 455/2020
PRM-SSP-SP-00003897/2020

São José do Rio Preto, 20 de maio de 2020.

Excelentíssima Senhora
BRENDA VANESSA SQUIAPATI
Prefeita do Município de Altair/SP
Endereço: Praça Joaquim Carlos Garcia, nº 384, Centro
CEP: 15.430-000 – Altair/SP

Referência: Notícia de Fato nº 1.34.015.000172/2020-32

Excelentíssima Senhora Prefeita,

Cumprimentando-a, a fim de instruir o procedimento em epígrafe, que tem por finalidade o acompanhamento da destinação dos recursos enviados pelo Governo Federal para as ações de combate ao Coronavírus, sirvo-me do presente para solicitar que nos sejam prestados esclarecimentos¹ sobre a destinação das verbas federais², até o momento, pelo município de Altair no enfrentamento da Covid-19.

Atenciosamente,

ANDERSON VAGNER GOIS DOS SANTOS
PROCURADOR DA REPÚBLICA

1 A resposta a este ofício deve ser feita por meio eletrônico, **no prazo de vinte dias**, acessando o endereço: <http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>, na opção: “Protocolar – Documentos diversos”.

2 Segundo informações extraídas do portal eletrônico https://painelms.saude.gov.br/extensions/TEMP_COVID19/TEMP_COVID19.html, foram repassados a Altair/SP os valores de R\$ 8.268,00 (em 30/03/2020) e R\$ 16.176,08 (em 09/04/2020), pelas Medidas Provisórias nº 924, de 13 de março de 2020, e nº 940, de 2 de abril de 2020; Portarias MS nº 480 e 774, respectivamente, totalizando o valor de R\$ 24.444,08, bem como que Altair conta com o apoio FPM de R\$ 44.453,58.



OFÍCIO MPF nº 456/2020
PRM-SSP-SP-00003898/2020

São José do Rio Preto, 20 de maio de 2020.

Excelentíssimo Senhor
ELSON MACHADO
Prefeito do Município de Guaraci/SP
Endereço: Rua Washington Correa da Silva, 856 – Centro
CEP: 15.420-000 – Guaraci/SP

Referência: Notícia de Fato nº 1.34.015.000172/2020-32

Excelentíssimo Senhor Prefeito,

Cumprimentando-o, a fim de instruir o procedimento em epígrafe, que tem por finalidade o acompanhamento da destinação dos recursos enviados pelo Governo Federal para as ações de combate ao Coronavírus, sirvo-me do presente para solicitar que nos sejam prestados esclarecimentos¹ sobre a destinação das verbas federais², até o momento, pelo município de Guaraci no enfrentamento da Covid-19.

Atenciosamente,

ANDERSON VAGNER GOIS DOS SANTOS
PROCURADOR DA REPÚBLICA

1 A resposta a este ofício deve ser feita por meio eletrônico, **no prazo de vinte dias**, acessando o endereço: <http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>, na opção: “Protocolar – Documentos diversos”.

2 Segundo informações extraídas do portal eletrônico https://painelms.saude.gov.br/extensions/TEMP_COVID19/TEMP_COVID19.html, foram repassados a Guaraci/SP os valores de R\$ 33.122,00 (em 30/03/2020), R\$ 31.741,44 (em 09/04/2020) e R\$ 62.518,72 (em 13/04/2020), pelas Medidas Provisórias nº 924, de 13 de março de 2020, e nº 940, de 2 de abril de 2020; Portarias MS nº 480 e 774, respectivamente, totalizando o valor de R\$ 127.382,16, bem como que Guaraci conta com o apoio FPM de R\$ 59.271,43.



OFÍCIO MPF nº 457/2020
PRM-SSP-SP-00003899/2020

São José do Rio Preto, 20 de maio de 2020.

Excelentíssima Senhora
MARIA DE LOURDES GOMES DA SILVA DE MORAIS
Prefeita do Município de Icém/SP
Endereço: Rua Prefeito João Ribeiro da Silveira, 550, Centro
CEP: 15.460-000 – Icém/SP

Referência: Notícia de Fato nº 1.34.015.000172/2020-32

Excelentíssima Senhora Prefeita,

Cumprimentando-a, a fim de instruir o procedimento em epígrafe, que tem por finalidade o acompanhamento da destinação dos recursos enviados pelo Governo Federal para as ações de combate ao Coronavírus, sirvo-me do presente para solicitar que nos sejam prestados esclarecimentos¹ sobre a destinação das verbas federais², até o momento, pelo município de Icém no enfrentamento da Covid-19.

Atenciosamente,

ANDERSON VAGNER GOIS DOS SANTOS
PROCURADOR DA REPÚBLICA

1 A resposta a este ofício deve ser feita por meio eletrônico, **no prazo de vinte dias**, acessando o endereço: <http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>, na opção: “Protocolar – Documentos diversos”.

2 Segundo informações extraídas do portal eletrônico https://painelms.saude.gov.br/extensions/TEMP_COVID19/TEMP_COVID19.html, foram repassados a Icém/SP os valores de R\$ 16.362,00 (em 30/03/2020) e R\$ 34.856,44 (em 09/04/2020), pelas Medidas Provisórias nº 924, de 13 de março de 2020, e nº 940, de 2 de abril de 2020; Portarias MS nº 480 e 774, respectivamente, totalizando o valor de R\$ 51.218,44, bem como que Icém conta com o apoio FPM de R\$ 44.453,58.



MPF | Procuradoria
da República em
São José do Rio Preto
Ministério Público Federal

OFÍCIO MPF nº 458/2020
PRM-SSP-SP-00003900/2020

São José do Rio Preto, 20 de maio de 2020.

Excelentíssima Senhora
TÂNIA YUGAR
Prefeita do Município de Nova Granada/SP
Endereço: Praça São Benedito, nº 417, Centro
CEP: 15.440-000 – Nova Granada/SP

Referência: Notícia de Fato nº 1.34.015.000172/2020-32

Excelentíssima Senhora Prefeita,

Cumprimentando-a, a fim de instruir o procedimento em epígrafe, que tem por finalidade o acompanhamento da destinação dos recursos enviados pelo Governo Federal para as ações de combate ao Coronavírus, sirvo-me do presente para solicitar que nos sejam prestados esclarecimentos¹ sobre a destinação das verbas federais², até o momento, pelo município de Nova Granada no enfrentamento da Covid-19.

Atenciosamente,

ANDERSON VAGNER GOIS DOS SANTOS
PROCURADOR DA REPÚBLICA

1 A resposta a este ofício deve ser feita por meio eletrônico, **no prazo de vinte dias**, acessando o endereço: <http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>, na opção: “Protocolar – Documentos diversos”.

2 Segundo informações extraídas do portal eletrônico https://painelms.saude.gov.br/extensions/TEMP_COVID19/TEMP_COVID19.html, foram repassados a Nova Granada/SP os valores de R\$ 42.614,00 (em 30/03/2020) e R\$ 58.534,27 (em 09/04/2020), pelas Medidas Provisórias nº 924, de 13 de março de 2020, e nº 940, de 2 de abril de 2020; Portarias MS nº 480 e 774, respectivamente, totalizando o valor de R\$ 101.148,27, bem como que Nova Granada conta com o apoio FPM de R\$ 88.907,16.



OFÍCIO MPF nº 459/2020
PRM-SSP-SP-00003901/2020

São José do Rio Preto, 20 de maio de 2020.

Excelentíssimo Senhor
FERNANDO AUGUSTO CUNHA
Prefeito do Município de Olímpia/SP
Endereço: Praça Rui Barbosa, nº 54, Centro
CEP: 15.400-000 – Olímpia/SP

Referência: Notícia de Fato nº 1.34.015.000172/2020-32

Excelentíssimo Senhor Prefeito,

Cumprimentando-o, a fim de instruir o procedimento em epígrafe, que tem por finalidade o acompanhamento da destinação dos recursos enviados pelo Governo Federal para as ações de combate ao Coronavírus, sirvo-me do presente para solicitar que nos sejam prestados esclarecimentos¹ sobre a destinação das verbas federais², até o momento, pelo município de Olímpia no enfrentamento da Covid-19.

Atenciosamente,

ANDERSON VAGNER GOIS DOS SANTOS
PROCURADOR DA REPÚBLICA

1 A resposta a este ofício deve ser feita por meio eletrônico, **no prazo de vinte dias**, acessando o endereço: <http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>, na opção: “Protocolar – Documentos diversos”.

2 Segundo informações extraídas do portal eletrônico https://painelms.saude.gov.br/extensions/TEMP_COVID19/TEMP_COVID19.html, foram repassados a Olímpia/SP os valores de R\$ 108.812,00 (em 30/03/2020) e R\$ 859.058,33 (em 09/04/2020), pelas Medidas Provisórias nº 924, de 13 de março de 2020, e nº 940, de 2 de abril de 2020; Portarias MS nº 480 e 774, respectivamente, totalizando o valor de R\$ 967.870,33, bem como que Olímpia conta com o apoio FPM de R\$ 162.996,48.



OFÍCIO MPF nº 460/2020
PRM-SSP-SP-00003902/2020

São José do Rio Preto, 20 de maio de 2020.

Excelentíssimo Senhor
FABRÍCIO PIRES DE CARVALHO
Prefeito do Município de Onda Verde/SP
Endereço: Avenida Romano Calil, nº 261, Centro
CEP: 15.450-000 – Onda Verde/SP

Referência: Notícia de Fato nº 1.34.015.000172/2020-32

Excelentíssimo Senhor Prefeito,

Cumprimentando-o, a fim de instruir o procedimento em epígrafe, que tem por finalidade o acompanhamento da destinação dos recursos enviados pelo Governo Federal para as ações de combate ao Coronavírus, sirvo-me do presente para solicitar que nos sejam prestados esclarecimentos¹ sobre a destinação das verbas federais², até o momento, pelo município de Onda Verde no enfrentamento da Covid-19.

Atenciosamente,

ANDERSON VAGNER GOIS DOS SANTOS
PROCURADOR DA REPÚBLICA

1 A resposta a este ofício deve ser feita por meio eletrônico, **no prazo de vinte dias**, acessando o endereço: <http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>, na opção: “Protocolar – Documentos diversos”.

2 Segundo informações extraídas do portal eletrônico https://painelms.saude.gov.br/extensions/TEMP_COVID19/TEMP_COVID19.html, foram repassados a Onda Verde/SP os valores de R\$ 8.678,00 (em 30/03/2020) e R\$ 3.675,18 (em 09/04/2020), pelas Medidas Provisórias nº 924, de 13 de março de 2020, e nº 940, de 2 de abril de 2020; Portarias MS nº 480 e 774, respectivamente, totalizando o valor de R\$ 12.353,18, bem como que Onda Verde conta com o apoio FPM de R\$ 44.453,58.



OFÍCIO MPF nº 461/2020
PRM-SSP-SP-00003903/2020

São José do Rio Preto, 20 de maio de 2020.

Excelentíssimo Senhor
MAURÍCIO BRONCA
Prefeito do Município de Orindiúva/SP
Endereço: Praça Maria Dias, nº 614, Centro
CEP: 15.480-000 – Orindiúva/SP

Referência: Notícia de Fato nº 1.34.015.000172/2020-32

Excelentíssimo Senhor Prefeito,

Cumprimentando-o, a fim de instruir o procedimento em epígrafe, que tem por finalidade o acompanhamento da destinação dos recursos enviados pelo Governo Federal para as ações de combate ao Coronavírus, sirvo-me do presente para solicitar que nos sejam prestados esclarecimentos¹ sobre a destinação das verbas federais², até o momento, pelo município de Orindiúva no enfrentamento da Covid-19.

Atenciosamente,

ANDERSON VAGNER GOIS DOS SANTOS
PROCURADOR DA REPÚBLICA

1 A resposta a este ofício deve ser feita por meio eletrônico, **no prazo de vinte dias**, acessando o endereço: <http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>, na opção: “Protocolar – Documentos diversos”.

2 Segundo informações extraídas do portal eletrônico https://painelms.saude.gov.br/extensions/TEMP_COVID19/TEMP_COVID19.html, foram repassados a Orindiúva/SP os valores de R\$ 43.870,00 (em 30/03/2020) e R\$ 113.510,63 (em 09/04/2020), pelas Medidas Provisórias nº 924, de 13 de março de 2020, e nº 940, de 2 de abril de 2020; Portarias MS nº 480 e 774, respectivamente, totalizando o valor de R\$ 157.380,63, bem como que Orindiúva conta com o apoio FPM de R\$ 44.453,58.



MPF | Procuradoria
da República em
São José do Rio Preto
Ministério Público Federal

OFÍCIO MPF nº 462/2020
PRM-SSP-SP-00003904/2020

São José do Rio Preto, 20 de maio de 2020.

Excelentíssimo Senhor
FERNANDO LUIZ SEMEDO
Prefeito do Município de Palestina/SP
Endereço: Rua Siqueira Campos, nº 1380, Centro
CEP: 15.470-000 – Palestina/SP

Referência: Notícia de Fato nº 1.34.015.000172/2020-32

Excelentíssimo Senhor Prefeito,

Cumprimentando-o, a fim de instruir o procedimento em epígrafe, que tem por finalidade o acompanhamento da destinação dos recursos enviados pelo Governo Federal para as ações de combate ao Coronavírus, sirvo-me do presente para solicitar que nos sejam prestados esclarecimentos¹ sobre a destinação das verbas federais², até o momento, pelo município de Palestina no enfrentamento da Covid-19.

Atenciosamente,

ANDERSON VAGNER GOIS DOS SANTOS
PROCURADOR DA REPÚBLICA

1 A resposta a este ofício deve ser feita por meio eletrônico, **no prazo de vinte dias**, acessando o endereço: <http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>, na opção: “Protocolar – Documentos diversos”.

2 Segundo informações extraídas do portal eletrônico https://painelms.saude.gov.br/extensions/TEMP_COVID19/TEMP_COVID19.html, foram repassados a Palestina/SP os valores de R\$ 35.542,00 (em 30/03/2020), R\$ 25.979,65 (em 09/04/2020) e R\$ 300.000,00 (em 12/05/2020), pelas Medidas Provisórias nº 924, de 13 de março de 2020, nº 940, de 2 de abril de 2020 e nº 941, de 2 de abril de 2020; Portarias MS nº 480 e 774, respectivamente, totalizando o valor de R\$ 361.521,65, bem como que Palestina conta com o apoio FPM de R\$ 59.271,43.



MPF | Procuradoria
da República em
São José do Rio Preto
Ministério Público Federal

OFÍCIO MPF nº 463/2020
PRM-SSP-SP-00003905/2020

São José do Rio Preto, 20 de maio de 2020.

Excelentíssimo Senhor
MARLON JOSÉ BERNARDES PEREIRA
Prefeito do Município de Paulo de Faria/SP
Endereço: Rua XV de Novembro, nº 790, Centro
CEP: 15.490-000 – Paulo de Faria/SP

Referência: Notícia de Fato nº 1.34.015.000172/2020-32

Excelentíssimo Senhor Prefeito,

Cumprimentando-o, a fim de instruir o procedimento em epígrafe, que tem por finalidade o acompanhamento da destinação dos recursos enviados pelo Governo Federal para as ações de combate ao Coronavírus, sirvo-me do presente para solicitar que nos sejam prestados esclarecimentos¹ sobre a destinação das verbas federais², até o momento, pelo município de Paulo de Faria no enfrentamento da Covid-19.

Atenciosamente,

ANDERSON VAGNER GOIS DOS SANTOS
PROCURADOR DA REPÚBLICA

1 A resposta a este ofício deve ser feita por meio eletrônico, **no prazo de vinte dias**, acessando o endereço: <http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>, na opção: “Protocolar – Documentos diversos”.

2 Segundo informações extraídas do portal eletrônico https://painelms.saude.gov.br/extensions/TEMP_COVID19/TEMP_COVID19.html, foram repassados a Paulo de Faria/SP os valores de R\$ 17.860,00 (em 30/03/2020) e R\$ 38.307,72 (em 09/04/2020), pelas Medidas Provisórias nº 924, de 13 de março de 2020, e nº 940, de 2 de abril de 2020; Portarias MS nº 480 e 774, respectivamente, totalizando o valor de R\$ 56.167,72, bem como que Paulo de Faria conta com o apoio FPM de R\$ 44.453,58.



MPF | Procuradoria
da República em
São José do Rio Preto
Ministério Público Federal

OFÍCIO MPF nº 464/2020
PRM-SSP-SP-00003906/2020

São José do Rio Preto, 20 de maio de 2020.

Excelentíssima Senhora
FABIANA BARCELOS FERREIRA
Prefeita do Município de Riolândia/SP
Endereço: Praça Antônio Levino, nº 470, Centro
CEP: 15.495-000 – Riolândia/SP

Referência: Notícia de Fato nº 1.34.015.000172/2020-32

Excelentíssima Senhora Prefeita,

Cumprimentando-a, a fim de instruir o procedimento em epígrafe, que tem por finalidade o acompanhamento da destinação dos recursos enviados pelo Governo Federal para as ações de combate ao Coronavírus, sirvo-me do presente para solicitar que nos sejam prestados esclarecimentos¹ sobre a destinação das verbas federais², até o momento, pelo município de Riolândia no enfrentamento da Covid-19.

Atenciosamente,

ANDERSON VAGNER GOIS DOS SANTOS
PROCURADOR DA REPÚBLICA

1 A resposta a este ofício deve ser feita por meio eletrônico, **no prazo de vinte dias**, acessando o endereço: <http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>, na opção: “Protocolar – Documentos diversos”.

2 Segundo informações extraídas do portal eletrônico https://painelms.saude.gov.br/extensions/TEMP_COVID19/TEMP_COVID19.html, foram repassados a Riolândia/SP os valores de R\$ 24.684,00 (em 30/03/2020) e R\$ 32.512,41 (em 09/04/2020), pelas Medidas Provisórias nº 924, de 13 de março de 2020, e nº 940, de 2 de abril de 2020; Portarias MS nº 480 e 774, respectivamente, totalizando o valor de R\$ 57.196,41, bem como que Riolândia conta com o apoio FPM de R\$ 59.271,43.



MPF | Procuradoria
da República em
São José do Rio Preto
Ministério Público Federal

OFÍCIO MPF nº 465/2020
PRM-SSP-SP-00003907/2020

São José do Rio Preto, 20 de maio de 2020.

Excelentíssimo Senhor
CELSO DA SILVA
Prefeito do Município de Severínia/SP
Endereço: Rua Capitão Augusto de Almeida, nº 332, Centro
CEP: 14.735-000 – Severínia/SP

Referência: Notícia de Fato nº 1.34.015.000172/2020-32

Excelentíssimo Senhor Prefeito,

Cumprimentando-o, a fim de instruir o procedimento em epígrafe, que tem por finalidade o acompanhamento da destinação dos recursos enviados pelo Governo Federal para as ações de combate ao Coronavírus, sirvo-me do presente para solicitar que nos sejam prestados esclarecimentos¹ sobre a destinação das verbas federais², até o momento, pelo município de Severínia no enfrentamento da Covid-19.

Atenciosamente,

ANDERSON VAGNER GOIS DOS SANTOS
PROCURADOR DA REPÚBLICA

1 A resposta a este ofício deve ser feita por meio eletrônico, **no prazo de vinte dias**, acessando o endereço: <http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>, na opção: “Protocolar – Documentos diversos”.

2 Segundo informações extraídas do portal eletrônico https://painelms.saude.gov.br/extensions/TEMP_COVID19/TEMP_COVID19.html, foram repassados a Severínia/SP os valores de R\$ 34.656,00 (em 30/03/2020) e R\$ 36.717,63 (em 09/04/2020), pelas Medidas Provisórias nº 924, de 13 de março de 2020, e nº 940, de 2 de abril de 2020; Portarias MS nº 480 e 774, respectivamente, totalizando o valor de R\$ 71.373,63, bem como que Severínia conta com o apoio FPM de R\$ 88.907,16.



OFÍCIO MPF nº 466/2020
PRM-SSP-SP-00003908/2020

São José do Rio Preto, 20 de maio de 2020.

Excelentíssimo Senhor
VALDEMIR ANTÔNIO PINHEIRO DE CARVALHO
Prefeito do Município de Uchoa/SP
Endereço: Avenida Pedro de Toledo, nº 1011
CEP: 15.890-000 – Uchoa/SP

Referência: Notícia de Fato nº 1.34.015.000172/2020-32

Excelentíssimo Senhor Prefeito,

Cumprimentando-o, a fim de instruir o procedimento em epígrafe, que tem por finalidade o acompanhamento da destinação dos recursos enviados pelo Governo Federal para as ações de combate ao Coronavírus, sirvo-me do presente para solicitar que nos sejam prestados esclarecimentos¹ sobre a destinação das verbas federais², até o momento, pelo município de Uchoa no enfrentamento da Covid-19.

Atenciosamente,

ANDERSON VAGNER GOIS DOS SANTOS
PROCURADOR DA REPÚBLICA

1 A resposta a este ofício deve ser feita por meio eletrônico, **no prazo de vinte dias**, acessando o endereço: <http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>, na opção: “Protocolar – Documentos diversos”.

2 Segundo informações extraídas do portal eletrônico https://painelms.saude.gov.br/extensions/TEMP_COVID19/TEMP_COVID19.html, foram repassados a Uchoa/SP os valores de R\$ 20.136,00 (em 30/03/2020) e R\$ 18.443,40 (em 09/04/2020), pelas Medidas Provisórias nº 924, de 13 de março de 2020, e nº 940, de 2 de abril de 2020; Portarias MS nº 480 e 774, respectivamente, totalizando o valor de R\$ 38.579,40, bem como que Uchoa conta com o apoio FPM de R\$ 44.453,58.



Notícia de Fato nº 1.34.015.000172/2020-32

DESPACHO

Trata-se de Notícia de Fato instaurada a partir do Ofício Circular nº 01/2020/CFN/GIAC-COVID19, encaminhado pelo Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia COVID-19 e pela 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, repassando informações prestadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pela Casa Civil acerca dos valores repassados pelo Governo Federal aos Estados, DF e Municípios para enfrentamento da situação de emergência decorrente do Coronavírus (COVID-19).

Com base nas informações repassadas, foi sugerida a instauração de procedimentos com a finalidade de acompanhar a destinação dos recursos enviados pelo Governo Federal para as ações de combate ao Coronavírus.

O referido procedimento foi instaurado para acompanhamento da destinação de recursos enviados pelo Governo Federal para ações de combate ao coronavírus – Grupo III (Municípios: Olímpia, Altair, Guaraci, Icém, Nova Granada, Onda Verde, Orindiúva, Palestina, Paulo de Faria, Riolândia, Severínia e Uchoa).

Diante das informações obtidas, expeçam-se ofícios, periodicamente, de acordo com as atualizações dos dados



MPF | Procuradoria
da República em
São José do Rio Preto
Ministério Público Federal

orçamentários e financeiros no portal eletrônico https://painelms.saude.gov.br/extensions/TEMP_COVID19/TEMP_COVID19.html, para os municípios mencionados, exigindo informações sobre a destinação das verbas federais repassadas para o combate da Covid-19.

São José do Rio Preto, 20 de maio de 2020.

ANDERSON VAGNER GOIS DOS SANTOS
PROCURADOR DA REPÚBLICA

PGR-00188786/2020



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA
GABINETE INTEGRADO DE ACOMPANHAMENTO DA EPIDEMIA COVID19/PGR

Despacho nº 477/2020

Referência: PGR-00187762/2020

Encaminhe-se cópia do expediente em referência para ciência das Procuradorias da República.

Brasília, 19 de maio de 2020.

CELIA REGINA SOUZA DELGADO
Coordenadora Nacional Finalística GIAC-COVID19

Aviso nº 490 - GP/TCU

Brasília, 18 de maio de 2020.

Senhor Procurador-Geral,

Com meus cordiais cumprimentos, reporto-me ao Ofício nº 346/2020-GIAC-COVID19, de 9/4/2020.

Em atenção ao referido expediente, comunico a Vossa Excelência que o Tribunal de Contas da União se encontra disponível para intercambiar informações e participar de eventuais iniciativas que objetivem ampliar a interação com o jurisdicionado e propiciar maior transparência das ações governamentais adotadas neste período emergencial.

Dessa forma, solicito que os contatos visando à operacionalização desse intercâmbio sejam realizados diretamente com os Titulares da Secretaria-Geral da Presidência, Maurício de Albuquerque Wanderley, e da Secretaria-Geral de Controle Externo, Paulo Roberto Wiechers Martins, por meio, respectivamente, dos endereços eletrônicos mauricioaw@tcu.gov.br e wiechersmr@tcu.gov.br ou dos telefones (61) 3527-5338 e (61) 3527-7400.

Registro meu agradecimento pela disponibilidade demonstrada pela Procuradoria-Geral da República e aproveito a oportunidade para formular votos de pleno êxito nesse importante trabalho de cooperação interinstitucional com vistas ao enfrentamento dos efeitos da Covid-19.

Atenciosamente,

(Assinado eletronicamente)

JOSÉ MUCIO MONTEIRO
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS
Procurador-Geral da República
Ministério Público Federal
Brasília - DF

PRM-SSP-SP-00003927/2020



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO S.J.DO R.PRETO/CATAND
GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/SAO JOSE DO RIO PRETO

Despacho nº 1582/2020




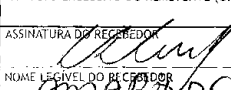
Referência: PGR-00188786/2020

Assunto: SOLICITAÇÕES DIVERSAS

Ciente. Junte-se à N.F. n. 1.34.015.000172/2020-32

São José Do Rio Preto, 20 de maio de 2020.

ANDERSON VAGNER GOIS DOS SANTOS
PROCURADOR DA REPÚBLICA

 AVISO DE RECEBIMENTO		Digital		CDIP CURITIBA 25/05/2020 Lote: 1545		MPF Ministério Público Federal					
DESTINATÁRIO: FERNANDO LUIZ SEMEDO - PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALESTINA/SP RUA SIQUEIRA CAMPOS 1380 RUA SIQUEIRA CAMPOS, N° 1380, CENTRO 15470-000 - PALESTINA - SP				TENTATIVAS DE ENTREGA 1ª ____/____/____ ____:____h 2ª ____/____/____ ____:____h 3ª ____/____/____ ____:____h				ATENÇÃO: após a 3ª tentativa, deixar em posta restante.		CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA 27	
AR147939734VR 				MOTIVOS DA DEVOLUÇÃO <input type="checkbox"/> 1 Mudou-se <input type="checkbox"/> 2 Endereço Insuficiente <input type="checkbox"/> 3 Não Existe o Número <input type="checkbox"/> 4 Desconhecido <input type="checkbox"/> 9 Outros				<input type="checkbox"/> 5 Recusado <input type="checkbox"/> 6 Não Procurado <input type="checkbox"/> 7 Ausente <input type="checkbox"/> 8 Falecido		BH RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO	
PARA USO EXCLUSIVO DO REMETENTE (OPCIONAL)											
ASSINATURA DO RECEBEDOR 					DATA DE ENTREGA 27/05/20						
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR AMÉRICO CARLOS ALBINO					Nº DOCUMENTO DE IDENTIDADE 81149930						

847000102



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OLÍMPIA

Capital Nacional do Folclore

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO

Departamento de Assuntos Jurídicos

Ofício Especial

Olímpia, 03 de Junho de 2020.

Excelentíssimo Senhor Doutor Procurador da República

ANDERSON VAGNER GOIS DOS SANTOS

AUTOS NF N° 1.34.015.000172/2020-32

REF. OFÍCIO 459/2020

PRM-SSP-SP-00003901/2020

Honra-nos cumprimentar V. Exa., oportunidade em que, em atenção ao ofício **PRM-SSP-SP-00003901/2020**, vem através desta requerer a juntada da resposta ao referido pelo Sr. Prefeito Municipal, conforme documento em anexo.

Sendo o que se havia a tratar, na oportunidade, desta nos servimos para formular nossos protestos de estima e consideração.

Respeitosamente,

PRISCILA CARINA VICTORASSO

PROCURADORA JURÍDICA

Processo:	Código de Acesso a Internet: 1
8667 / 2020	Data Abertura 28/05/2020 11:13
Solicitante: GABINETE DO PREFEITO	
Assunto: OFÍCIO	

*Na Junição
Mei 16.06.20*

OFÍCIO MPF N. 459/2020
PRM-SSP-SP 00003901/2020
ESCLARECIMENTO SOBRE DESTINAÇÃO DE VERBAS FEDERAIS PELO
MUNICÍPIO EM COMBATE AO COVID-19



Procuradoria
da República em
São José do Rio Preto

OFÍCIO MPF nº 459/2020
PRM-SSP-SP-00003901/2020

São José do Rio Preto, 20 de maio de 2020.

Excelentíssimo Senhor
FERNANDO AUGUSTO CUNHA
Prefeito do Município de Olímpia/SP
Endereço: Praça Rui Barbosa, nº 54, Centro
CEP: 15.400-000 – Olímpia/SP

Referência: Notícia de Fato nº 1.34.015.000172/2020-32

Excelentíssimo Senhor Prefeito,

Cumprimentando-o, a fim de instruir o procedimento em epígrafe, que tem por finalidade o acompanhamento da destinação dos recursos enviados pelo Governo Federal para as ações de combate ao Coronavírus, sirvo-me do presente para solicitar que nos sejam prestados esclarecimentos¹ sobre a destinação das verbas federais², até o momento, pelo município de Olímpia no enfrentamento da Covid-19.

Atenciosamente,

ANDERSON VAGNER GOIS DOS SANTOS
PROCURADOR DA REPÚBLICA

1 A resposta a este ofício deve ser feita por meio eletrônico, no prazo de vinte dias, acessando o endereço: <http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>, na opção: "Protocolar – Documentos diversos".

2 Segundo informações extraídas do portal eletrônico https://painelms.saude.gov.br/extensions/TEMP_COVID19/TEMP_COVID19.html, foram repassados a Olímpia/SP os valores de R\$ 108.812,00 (em 30/03/2020) e R\$ 859.058,33 (em 09/04/2020), pelas Medidas Provisórias nº 924, de 13 de março de 2020, e nº 940, de 2 de abril de 2020; Portarias MS nº 480 e 774, respectivamente, totalizando o valor de R\$ 967.870,33, bem como que Olímpia conta com o apoio FPM de R\$ 162.996,48.



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OLÍMPIA

CAPITAL NACIONAL DO FOLCLORE E TERRA DE ÁGUAS QUENTES

OFÍCIO N.º 135/2020 – GP

Olímpia, 01 de junho de 2020

Ref.: OFÍCIO MPF nº 459/2020.
PRM-SSP-SP-00003901/2020

Senhor Procurador,

Cumprimentando-o respeitosamente, formulo o presente para informar o que segue:

Considerando a solicitação de esclarecimento do Ministério Público Federal/Procuradoria da República em São José do Rio Preto, através do ofício em referência, protocolado sob n.º 8667/2020, de 28 de maio de 2020;

Considerando que a presente solicitação se refere aos recursos federais recebidos pelo Município, em 30 de março de 2020, de R\$ 108.812,00 (cento e oito mil, oitocentos e doze reais), e em 09 de abril de 2020, de R\$ 859.058,33 (oitocentos e cinquenta e nove mil, cinquenta e oito reais e trinta e três centavos), informamos:

I – até a presente data encontram-se **liquidadas** despesas no valor de R\$ 9.272,00 (nove mil, duzentos e setenta e dois reais);

II – até a presente data encontram-se empenhadas despesas no valor de R\$ 27.892,00 (vinte e sete mil, oitocentos e noventa e dois reais);

III – encontram-se em fase de licitação, Atas de Registro de Preços – Pregão n.º 63/2020, para o dia 04 de junho de 2020, no valor de R\$ 523.026,50 (quinhentos e vinte e três mil, vinte e seis reais e cinquenta centavos) e R\$ 316.624,38 (trezentos e dezesseis mil, seiscentos e vinte e quatro reais e trinta e oito centavos), ambas as Atas para a aquisição de EPI's, máscaras, aventais e testes rápidos;

IV – encontra-se em fase de licitação, Atas de Registro de Preços – Pregão n.º 62/2020, para o dia 04 de junho de 2020, no valor de R\$ 245.000,00 (duzentos e quarenta e cinco mil reais), destinada à aquisição de Exames PCR, exames de sangue para detecção do vírus.

Informamos ainda que estão sendo utilizados não apenas recursos da União, mas também recursos recebidos do governo estadual.

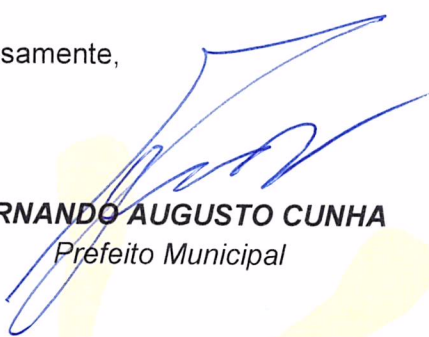
Finalmente, ressaltamos que todos os empenhos e licitações realizados para ações contra o COVID-19 estão disponíveis, "on line", no portado desta Prefeitura, olimpia.sp.gov.br.



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OLÍMPIA
CAPITAL NACIONAL DO FOLCLORE E TERRA DE ÁGUAS QUENTES


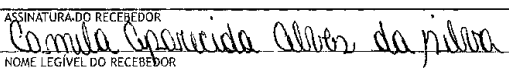
Esperando merecer a habitual atenção de Vossa Excelência,
renovamos cumprimentos.

Respeitosamente,



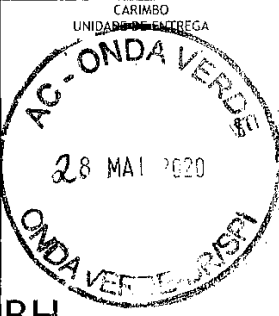



FERNANDO AUGUSTO CUNHA
Prefeito Municipal

A SUA EXCELENCIA
ANDERSON VAGNER GOIS DOS SANTOS
PROCURADOR DA REPÚBLICA
AVENIDA JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA, 1020 – 3º ANDAR
JARDIM MARACANÃ
15092-175 – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP

 AVISO DE RECEBIMENTO		Digital		CDIP CURITIBA 25/05/2020 Lote: 1545	MPF Ministério Público Federal		CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA AC - ICEM 28 MAIO 2020 ICEM-DRISPI
DESTINATÁRIO: PREFEITURA DE ICÉM RUA PREFEITO JOÃO RIBEIRO DA SILVEIRA, 550, CENTRO 550 15460-000 - ICÉM - SP		TENTATIVAS DE ENTREGA 1ª ____/____/____ ____:____h 2ª ____/____/____ ____:____h 3ª ____/____/____ ____:____h		ATENÇÃO: após a 3ª tentativa, deixar em posta restante.			
AR147939005VR 		MOTIVOS DA DEVOLUÇÃO <input type="checkbox"/> 1 Mudou-se <input type="checkbox"/> 2 Endereço Insuficiente <input type="checkbox"/> 3 Não Existe o Número <input type="checkbox"/> 4 Desconhecido <input type="checkbox"/> 9 Outros		<input type="checkbox"/> 5 Recusado <input type="checkbox"/> 6 Não Procurado <input type="checkbox"/> 7 Ausente <input type="checkbox"/> 8 Falecido			
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR Centralizador Regional				BH RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO JOSON DE SOUZA SILVA Carteiro II Matr. 89151763 AC - ICEM			
PARA USO EXCLUSIVO DO REMETENTE (OPCIONAL)							
ASSINATURA DO RECEBEDOR 				DATA DE ENTREGA 28/05/2020			
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR Comuna Aparecida Alves da Silva				Nº DOCUMENTO DE IDENTIDADE 46.876.005-2			

84700092

 AVISO DE RECEBIMENTO		09 Digital		CDIP CURITIBA 25/05/2020 Lote: 1545		MPF Ministério Público Federal			
DESTINATÁRIO: FABRÍCIO PIRES DE CARVALHO - PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ONDA VERDE/SP AVENIDA ROMANO CALIL 261 AVENIDA ROMANO CALIL, N. 261, CENTRO 15450-000 - ONDA VERDE - SP				TENTATIVAS DE ENTREGA 1ª ____/____/____ : ____h 2ª ____/____/____ : ____h 3ª ____/____/____ : ____h		ATENÇÃO: após a 3ª tentativa, deixar em posta restante.			
AR147939487VR 				MOTIVOS DA DEVOLUÇÃO <input type="checkbox"/> Mudou-se <input type="checkbox"/> Endereço Insuficiente <input type="checkbox"/> Não Existe o Número <input type="checkbox"/> Desconhecido <input type="checkbox"/> Outros		<input type="checkbox"/> Recusado <input type="checkbox"/> Não Procurado <input type="checkbox"/> Ausente <input type="checkbox"/> Falecido		BH RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO	
PARA USO EXCLUSIVO DO REMETENTE (OPCIONAL)									
ASSINATURA DO RECEBEDOR 					DATA DE ENTREGA 28/05/20		CARLOS ROBERTO DA CRUZ Agente de Correios Matrícula: 60031229 CDD REDENTOR		
NOME LEGAL DO RECEBEDOR					Nº DOCUMENTO DE IDENTIDADE 23.361.412-3				



Digital

CDIP CURITIBA
25/05/2020
Lote: 1545

MPF
Ministério Público Federal



DESTINATÁRIO:

FERNANDO AUGUSTO CUNHA - PREFEITO DO
MUNICÍPIO DE OLÍMPIA/SP
PRACA RUI BARBOSA 54 PREFEITO DE OLÍMPIA
PATRIMÔNIO DE SÃO JOÃO BATISTA
15400-081 - OLÍMPIA - SP

AR147939779VR



ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR
Centralizador Regional

PARA USO EXCLUSIVO DO REMETENTE (OPCIONAL)

ASSINATURA DO RECEBEDOR

P. Carlos Scarpinati
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

TENTATIVAS DE ENTREGA

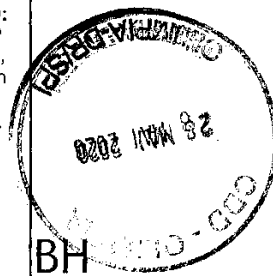
1ª ____/____/____ : ____ h
2ª ____/____/____ : ____ h
3ª ____/____/____ : ____ h

MOTIVOS DA DEVOLUÇÃO

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> 1 Mudou-se | <input type="checkbox"/> 5 Recusado |
| <input type="checkbox"/> 2 Endereço Insuficiente | <input type="checkbox"/> 6 Não Procurado |
| <input type="checkbox"/> 3 Não Existe o Número | <input type="checkbox"/> 7 Ausente |
| <input type="checkbox"/> 4 Desconhecido | <input type="checkbox"/> 8 Falecido |
| <input type="checkbox"/> 9 Outros | |

ATENÇÃO:
após a 3ª
tentativa,
deixar em
posta
restante.

CARIMBO
UNIDADE DE ENTREGA



RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO




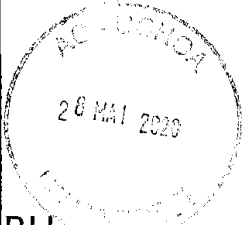
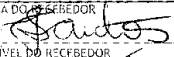
SANDRO CELIO CORREA FELIX
Carteiro II
Matr. 6105993
CDD. CENTRO S. JOSÉ DO R. 0500

DATA DE ENTREGA

28.05.20

Nº DOCUMENTO DE IDENTIDADE

28842543-1

 AVISO DE RECEBIMENTO		Digital		CDIP CURITIBA 25/05/2020 Lote: 1545	MPF Ministério Público Federal	
DESTINATÁRIO: VALDEMIR ANTÔNIO PINHEIRO DE CARVALHO - PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UCHOA/SP AVENIDA PEDRO DE TOLEDO, 1011 1011 15890-000 - UCHOA - SP		TENTATIVAS DE ENTREGA 1ª ____/____/____ : ____h 2ª ____/____/____ : ____h 3ª ____/____/____ : ____h		ATENÇÃO: após a 3ª tentativa, deixar em posta restante.		
AR147939442VR 		MOTIVOS DA DEVOLUÇÃO <input type="checkbox"/> 1 Mudou-se <input type="checkbox"/> 2 Endereço Insuficiente <input type="checkbox"/> 3 Não Existe o Número <input type="checkbox"/> 4 Desconhecido <input type="checkbox"/> 9 Outros _____		<input type="checkbox"/> 5 Recusado <input type="checkbox"/> 6 Não Procurado <input type="checkbox"/> 7 Ausente <input type="checkbox"/> 8 Falecido		
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR Centralizador Regional				CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA 		
PARA USO EXCLUSIVO DO REMETENTE (OPCIONAL)				BH RUBRICA E MATRÍCULA DO AGENTE Remar Serapião Pinto Cartório 1 Matrícula 8.093.802-6 AC UCHOA		
ASSINATURA DO RECEBEDOR 		DATA DE ENTREGA 28, 05, 2020		N° DOCUMENTO DE IDENTIDADE 32 283.362-1		
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR J. DIMORA SANTOS				847000142		



PREFEITURA MUNICIPAL DE UCHOA - SP

CNPJ: 45.111.952/0001-10

Av. Pedro de Toledo, 1011 - CEP 15890-000

e-mail: prefeitura@uchoa.sp.gov.br



Uchoa/SP, 05 de junho de 2020.

OFÍCIO Nº 72/2020

REF.: Ofício MPF nº 466/2020 – PRM-SSP-SP-00003908/2020

Exmo. Procurador,

Sirvo-me do presente para prestar as informações solicitadas por Vossa Excelência, que abaixo seguem, acerca do acompanhamento da destinação dos recursos enviados pelo Governo Federal para as ações de combate ao Coronavírus.

Dos valores recebidos do Governo Federal para o combate ao Coronavírus no montante total de R\$ 38.579,40 (trinta e oito mil quinhentos e setenta e nove reais e quarenta centavos), foram utilizados até o momento R\$ 2.805,00 (dois mil oitocentos e cinco reais) para aquisição de tecido para confecção de máscaras de proteção e R\$ 1.590,00 (hum mil quinhentos e noventa reais) para aquisição de máscaras PFF2 anti-vírus, perfazendo um total de R\$4.395,00 (quatro mil trezentos e noventa e cinco reais).

As documentações referentes às citadas aquisições seguem em anexo.

Sendo isso o que me competia informar, a disposição para ulteriores informações porventura necessárias.

Respeitosamente,

Valdemir Antonio Pinheiro de Carvalho
Prefeito Municipal de Uchoa/SP

AO

Excelentíssimo Senhor Doutor

ANDERSON VAGNER GOIS DOS SANTOS


DD. Procurador da República

Procuradoria da República – São José do Rio Preto/SP

Av. Pres. Juscelino Kubstichek de Oliveira, 1020, 3º andar, Jd Maracanã

São José do Rio Preto/SP, CEP. 15092-175

(17) 3826-9500
www.uchoa.sp.gov.br

 PREFEITURA MUNICIPAL DE UCHOA DEPARTAMENTO DE FINANÇAS SETOR CONTÁBIL 4R Sistemas	NOTA 3254/000		ANO 2020
	DATA DE EMISSÃO 28/04/2020		FICHA 536

Fonte de Recurso:	5 TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS - VINCULADOS		
Aplicação:	312 RECURSOS PARA COMBATE AO CORONAVIRUS	FUNDO	02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Variação:	1 MINIST. SAÚDE - REC. COMBATE AO CORONAVIRUS	DÍVIDA	
Órgão:	02 PODER EXECUTIVO	PROCESSO	CONTRATO Nº
Unid. Orçamentária:	10 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	VENCIMENTO	28/05/2020
Unid. Executora:	00	MODALIDADE	Dispensa - Isento Compras e Serviços 768/20
Função:	10 SAÚDE	PEDIDO	01172/000-2020
SubFunção:	301 ATENCAO BASICA	CENTRO DE CUSTO	242 - CORONAVIRUS-COVID
Programa:	0019 MELHORIA DA QUALIDADE E DESENV. DA SAÚDE		
Projeto/Atividade:	2088 DESPESAS C/ COMBATE AO CORONAVIRUS		
Categ. Econômica:	3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS		
Elemento Despesa:	30 MATERIAL DE CONSUMO		
Sub-Elemento Desp:	23 UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS		
Vínculo:	S SAÚDE		

CÓDIGO	NOME DO FORNECEDOR	CNPJ / CPF	INSCRIÇÃO ESTADUAL
145	ANGISA COMÉRCIO DE CONFECCÕES LTDA. - ME	53.137.246/0001-76	703.000.513.
ENDEREÇO	BAIRRO		
AV. PEDRO DE TOLEDO,325	CENTRO		
CIDADE	UF	CEP	TELEFONE
UCHOA	SP	15890000	17-3826-1921
BANCO	AGÊNCIA	CONTA	TIPO CONTA
353 - BCO SANTANDER BRAS.	0089-	13000522-2	Conta Corrente
APLICAÇÃO:			
Entrega			
NO PRÓPRIO ESTABELICIMENTO, ENDEREÇO DO FORNECEDOR			

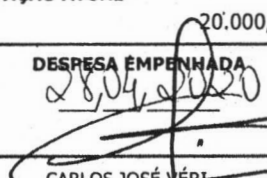
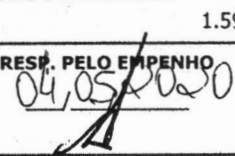
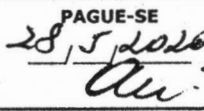
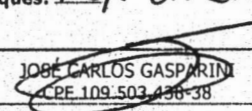
ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
001	TECIDO ALGODAO	UN	60,0000	28,00	1.680,00
002	TECIDO ALGODAO BRIM	UN	45,0000	25,00	1.125,00

MINISTÉRIO DA SAÚDE

PROGRAMA: COMBATE AO

CORONAVIRUS

RETENÇÃO	VL. RETIDO →	0,00	VL. LÍQUIDO →	2.805,00	VL. BRUTO →	2.805,00
-----------------	---------------------	-------------	----------------------	-----------------	--------------------	-----------------

DOTAÇÃO ATUAL	EMPENHADO ATÉ A DATA	VALOR DO EMPENHO	SALDO ATUAL
20.000,00	1.590,00	2.805,00	15.605,00
DESPESA EMPENHADA <u>28/04/2020</u>  CARLOS JOSÉ VÊRI CRC.1SP.146.832/O-6	RESP. PELO EMPENHO <u>04/05/2020</u>  ALEXANDRE CARLOS GROTO CPF. 159.388.618-70	PAGUE-SE <u>28/5/2020</u>  ELIÉZER PÉREZ CPF. 006.550.508-50	RESP. PELO PAGAMENTO <u>28/05/2020</u> Banco: <u>BRASIL</u> Conta: <u>CORONAVIRUS</u> Cheques: <u>AGT. ON LINE</u>  JOSÉ CARLOS GASPARINI CPF. 109.503.436-38
Recebi da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE UCHOA, a importância de: (dois mil, oitocentos e cinco reais)			

Referente ao Valor da Nota acima discriminada.

UCHOA, ____ de ____ de ____	ASSINATURA DO FORNECEDOR _____	Documento _____ Número: _____
-----------------------------	--	--

RECIBUÍMOS DE ANGISA COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA ME OS PRODUTOS / SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADO AO LADO		NF-e Nº 000000070 SÉRIE 001
DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR	

IDENTIFICAÇÃO DO EMISSOR: ANGISA COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA ME AV PEDRO DE TOLEDO, 325 - CENTRO - CEP: 15890-000 - UCHOA - SP TEL:		DANFE DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA 0 - ENTRADA 1 - SAÍDA Nº 000000070 FL. 1 / 1 SÉRIE 001	 CHAVE DE ACESSO 3520 0453 1372 4600 0176 5500 1000 0000 7010 0272 0462
NATUREZA DE OPERAÇÃO 5.102			
INSCRIÇÃO ESTADUAL	INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIB.	CNPJ / CPF	
703000513114		53.137.246/0001-76	

DESTINATÁRIO / REMETENTE		CNPJ / CPF	DATA DA EMISSÃO
NOME - RAZÃO SOCIAL PREFEITURA MUNICIPAL DE UCHOA		45.111.952/0001-10	29/04/2020
ENDEREÇO	BAIRRO / DISTRITO	CEP	DATA DA SAÍDA - ENTRADA
AV PEDRO DE TOLEDO, 1011	CIDADE ALTA	15890-000	29/04/2020
MUNICÍPIO	FONE / FAX	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL
UCHOA	(17)3826-1111	SP	HORA DA SAÍDA

CÁLCULO DO IMPOSTO					
BASE DE CÁLCULO DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE CÁLC. ICMS SUBST.	VALOR DO ICMS SUBST.	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS	
0,00	0,00	0,00	0,00	2.805,00	
VALOR DO FRET.	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESP. ACESS.	VALOR DO IPI	VALOR TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.805,00

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS					
RAZÃO SOCIAL		FRETE POR CONTA	CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEÍCULO	UF
		0 - REMETENTE			
ENDEREÇO		MUNICÍPIO		UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL
QUANTIDADE	ESPECIE	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO

DADOS DO PRODUTO / SERVIÇOS													
CODIGO DO PROD.	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM / SH	CSOSN	CFOP	UNID.	QUANT.	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL	PERC.(%) DESCONTO	BASE CÁLC. ICMS	VALOR ICMS	VALOR IPI	ALÍQUOTAS ICMS IPI
57	TECIDO ALGODAO	52041120	0102	5102	UN	60,00	28,00	1.680,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00 0,00
28	TECIDO ALGODAO BRIM	52041120	0102	5102	UN	45,00	25,00	1.125,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00 0,00

CREDOR	145
UN. ORC.	21000
C. CUSTO	342

O MATERIAL DISCRIMINADO
 NESTA NOTA FISCAL DESSERÁ SE
 F/m Sevidé
 Uchoa 04/05/20



DADOS ADICIONAIS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES Teto: R\$ 327,27 (3,45%) Federal R\$ 476,80 (17,00%) Estadual	RESERVADO AO FISCO MINISTÉRIO DA SAÚDE PROGRAMA: <u>COMBATE AO</u> <u>COVID-19</u>
--	--



PREFEITURA MUNICIPAL DE UCHOA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE COMPRAS

28/04/20 10:42

4R Sistemas

PEDIDO DE COMPRA DIRETO ANALITICO

Exercício: 2020

Pedido: 1172/0-2020

Modalidade: Dispensa - Isento Compras e Serviços Nr.: 768/2020

Processo/Ano:	/	Requisição Nro.: 2047/2020
Usuário Requisição:	JOAO	
Tipo de Compra:	ADMINISTRATIVA	Prioridade: NORMAL
Unid. Orçamentária:	02.0010 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Ficha:	536 DESPESAS C/ COMBATE AO CORONAVIRUS	Usuário Pedido: JOAO
Fonte de Recurso:	5 TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS - VINCULADOS	
Aplicação FR.:	312 RECURSOS PARA COMBATE AO CORONAVIRUS	
Varição FR.:	1º MINIST. SAÚDE - REC. COMBATE AO CORONAVIRUS	
Elemento:	30 MATERIAL DE CONSUMO	
Sub-Elemento:	23 UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS	
Aplicação:		
Observação:		
Tipo de Objeto:	Outros Materiais de Consumo	
Objeto:	AQUISIÇÃO DE MATERIAL/PRODUTOS PARA COMBATE AO CORONAVÍRUS	
Local de Entrega:	NO PRÓPRIO ESTABELICIMENTO, ENDEREÇO DO FORNECEDOR	

Fornecedor:	145 - ANGISA COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA. - ME	Fone: 17-3826-1921	Fax:
ntasia:	CASA SANTA IZABEL	E-mail:	
Contato:		Fone:	
Endereço:	AV. PEDRO DE TOLEDO,325	Centro:	
Cidade:	UCHOA	Cep: 15890000	Estado: SP
Cnpj/Cpf:	53137246000176	Inscrição Estadual: 703.000.513.	Inscrição Municipal:

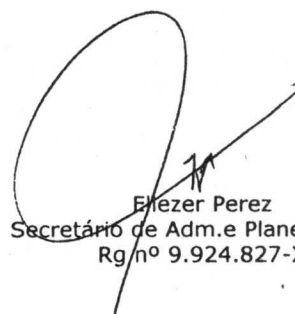
Validade: 0 dias **Cond. Pagto.:** 0 dias **Garantia:** **Prazo Entrega:** 0 dias

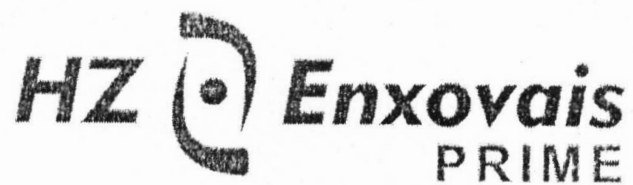
Informações para o Preenchimento da Nota	Cnpj/Cpf: 45.111.952/0001-10	Cep: 15890-000	Bairro: JD. CIDADE ALTA
	Endereço: AV. PEDRO DE TOLEDO, 1011		

Item	Quantidade	Unidade	Cd. Produto	Descrição do Produto	Valor Unitário	Valor Total
0001	60,000000	UN	64.3955-0	TECIDO ALGODAO	28,0000	1.680,00
0002	45,000000	UN	64.3956-0	TECIDO ALGODAO BRIM	25,0000	1.125,00

Valor Total:	2.805,00	Valor Desconto:	0,00	Valor Imposto:	0,00	Valor Líquido:	2.805,00
---------------------	----------	------------------------	------	-----------------------	------	-----------------------	----------

UCHOA, 28 de Abril de 2020


Elezer Perez
Secretário de Adm.e Planejamento
Rg nº 9.924.827-X



Av. Floriano André Cabrera, 1507 – Cidade Jardim
São José do Rio Preto/SP
CEP 15081-190

HZ ENXOVAIS E TECIDOS

CNPJ

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – SP

(17)3353-7249

COTAÇÃO

- TECIDO PARA MÁSCARA

100% ALGODÃO

VALOR: R\$ 29,90/M

Regiane
VENDEDORA: REGIANE

DATA : 24/04/2020



☎ 17 3305 2788 📠 99754 9373

Rua Tiradentes 2921 - Centro
São José do Rio Preto - SP
CEP 15010 030

✉ pollitecidos@gmail.com

COTAÇÃO

TECIDO 100% ALGODÃO – PARA MÁSCARA

VALOR: R\$ 30,50 O METRO

Elaine.

VENDEDORA ELAINE

DATA: 24/04/2020



Angisa Comércio de Confecções Ltda

CNPJ: 53.137.246/0001-76

Av. Pedro de Toledo, 325, Centro, Uchoa / SP

CEP 15.890-000

Telefone: (17) 3826 1921

Email: csi.loja@hotmail.com

C O T A Ç Ã O

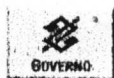
À PREFEITURA MUNICIPAL DE UCHOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	R\$
1.1	Tecido para máscara - 100% algodão	m	R\$ 28,00

Uchoa/SP, 24 de abril de 2020.

Casa Santa Izabel
Angela da Costa Bocchio
CPF: 075.127.298-12

CASA SANTA IZABEL
Angisa Comércio de Confecções Ltda.
Av. Pedro de Toledo, 325, Centro, Uchoa/SP
Telefone: (17) 3826-1921



G335281129399449025
28/05/2020 11:37:06

DOC ou TED Eletrônico

Debitado

Agência 3408-8
Conta corrente 12909-7 SP 355560 FMS CUSTEIO SUS

Creditado

Banco 33 BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Agência (sem DV) 89 UCHOA
Conta corrente (com DV) 130005222
CNPJ 53.137.246/0001-76
Nome favorecido ANGISA COMERCIO DE CONFECCOES LTDA
Finalidade CREDITO EM CONTA
Número documento 52.803
Valor 2.805,00
Data transferência 28/05/2020

"C" - CNPJ diferente

Autenticação SISBB 08AA3A5709E0C8D9

Assinada por J6192428 JOSE CARLOS GASPARINI
JC910638 ANDRE LUIZ BOLSONI

28/05/2020 11:32:47
28/05/2020 11:37:06

Transação efetuada com sucesso.

Transação efetuada com sucesso por: JC910638 ANDRE LUIZ BOLSONI.

 4R Sistemas	PREFEITURA MUNICIPAL DE UCHOA DEPARTAMENTO DE FINANÇAS SETOR CONTÁBIL NOTA DE EMPENHO		NOTA 2861/000	ANO 2020
			DATA DE EMISSÃO 14/04/2020	FICHA 536

Fonte de Recurso:	5 TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS - VINCULADOS		
Aplicação:	312 RECURSOS PARA COMBATE AO CORONAVIRUS	FUNDO	02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Variação:	1 MINIST. SAÚDE - REC. COMBATE AO CORONAVIRUS	DÍVIDA	
Órgão:	02 PODER EXECUTIVO	PROCESSO	CONTRATO Nº
Unid. Orçamentária:	10 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	VENCIMENTO 22/04/2020	
Unid. Executora:	00	MODALIDADE Dispensa - Isento Compras e Serviços 685/20	
Função:	10 SAÚDE	PEDIDO	01087/000-2020
SubFunção:	301 ATENCAO BASICA	CENTRO DE CUSTO 242 - CORONAVIRUS-COVID	
Programa:	0019 MELHORIA DA QUALIDADE E DESENV. DA SAÚDE		
Projeto/Atividade:	2088 DESPESAS C/ COMBATE AO CORONAVIRUS		
Categ. Econômica:	3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS		
Elemento Despesa:	30 MATERIAL DE CONSUMO		
Sub-Elemento Desp:	28 MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA		
Vínculo:	S SAÚDE		


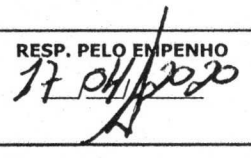
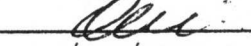
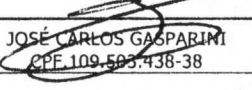
CÓDIGO 8180	NOME DO FORNECEDOR ALAIRCE ASSUMPCAO - ME	CNPJ / CPF 25.199.678/0001-76	INSCRIÇÃO ESTADUAL
ENDEREÇO RUA DOS CAJUEIROS, 161		BAIRRO JD UNIVERSITARIO IV	
CIDADE SANTA FÉ DO SUL		UF SP	CEP 15775000
BANCO 237 - BCO BRADESCO S.A.		AGÊNCIA 0374-	CONTA 0004076-2
APLICAÇÃO:		TIPO CONTA Conta Corrente	

Entrega	NO PRÓPRIO ESTABELICIMENTO, ENDEREÇO DO FORNECEDOR
----------------	--

ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
001	MASCARA PFF2 ANTI VIRUS	UN	100,0000	15,90	1.590,00

MINISTÉRIO DA SAÚDE
PROGRAMA: COMBATE AO CORONAVIRUS

RETENÇÃO	VL. RETIDO →	0,00	VL. LÍQUIDO →	1.590,00	VL. BRUTO →	1.590,00
-----------------	---------------------	------	----------------------	----------	--------------------	----------

DOTAÇÃO ATUAL 20.000,00	EMPENHADO ATÉ A DATA 0,00	VALOR DO EMPENHO 1.590,00	SALDO ATUAL 18.410,00
DESPESA EMPENHADA  CARLOS JOSÉ VÉRI CRC.1SP.146.832/O-6	RESP. PELO EMPENHO  ALEXANDRE CARLOS GROTO CPF. 159.388.618-70	PAGUE-SE 22/4/2020  ELIÉZER PÉREZ CPF. 006.550.508-50	RESP. PELO PAGAMENTO 22/04/2020 Banco: Brasil Conta: COMBATE CORONAVIRUS Cheques: Paga ONLINE  JOSÉ CARLOS GASPARINI CPF. 109.593.438-38
Recebi da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE UCHOA, a importância de: (um mil, quinhentos e noventa reais)			

Referente ao Valor da Nota acima discriminada.

UCHOA, ____ de ____ de _____.	ASSINATURA DO FORNECEDOR _____	Documento _____ Número: _____
-------------------------------	--	--

22104

RECEBEMOS DE ALAIRCE ASSUMPCAO - ME OS PRODUTOS/SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO		NF-e	
DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR	Nº 000.000.100	
		SÉRIE: 1	

ALAIRCE ASSUMPCAO - ME RUA DOS CAJUEIROS, 161 - - JARDIM UNIVERSITARIO IV, Santa Fe do Sul, SP - CEP: 15775000	DANFE Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica 0 - Entrada 1 - Saída	CONTROLE DO FISCO 
	Nº 000.000.100 SÉRIE: 1 Página 1 de 1	CHAVE DE ACESSO 3520 0425 1996 7800 0176 5500 1000 0001 0014 1063 0092 Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

NATUREZA DA OPERAÇÃO VENDA	PROTÓCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO 135200305201433 - 17/04/2020 08:48		
INSCRIÇÃO ESTADUAL 614044818111	INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUST. TRIR.	CNPJ / CPF 25.199.678/0001-76	

DESTINATÁRIO/REMETENTE		CNPJ/CPF	DATA DA EMISSÃO
NUMERAÇÃO SOCIAL PREFEITURA MUNICIPAL DE UCHOA		45.111.952/0001-10	17/04/2020
ENDEREÇO AV Pedro de Toledo, 1011	BAIRRO/DISTRITO Cidade Alta	CEP 15890-000	DATA DE ENTRADA/SAÍDA
MUNICÍPIO Uchoa	FONE/FAX	UF SP	HORA DE ENTRADA/SAÍDA

FATURA

CÁLCULO DO IMPOSTO	
BASE DE CÁLCULO DO ICMS 0,00	VALOR DO ICMS 0,00
BASE DE CÁLCULO DO ICMS ST 0,00	VALOR DO ICMS ST 0,00
VALOR TOTAL DOS PRODUTOS 1.590,00	
VALOR DO FRETE 0,00	VALOR DO SEGURO 0,00
DESCONTO 0,00	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS 0,00
VALOR DO IPI 0,00	VALOR TOTAL DA NOTA 1.590,00

TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS	
RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA 9 - Sem Frete
CÓDIGO ANT	PLACA DO VEÍCULO
UF	CNPJ/CPF
ENDEREÇO	MUNICÍPIO
UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL
QUANTIDADE	ESPECIE
MARCA	NUMERAÇÃO
PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO

DADOS DO PRODUTO/SERVIÇO													
CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	NCM/SH	CST	CFOP	UNID.	QTD.	VLR. UNIT.	VLR. TOTAL	BC ICMS	VLR. ICMS	VLR. IPI	ALÍQ. ICMS	ALÍQ. IPI
06	MASCARAS PFF2 ANTI VIRUS	63079010	0102	5102	UN	100,0000	15,9000	1.590,00					

8180
UN. ORÇ. 21000
C. CUSTO 242

O MATERIAL DISCRIMINADO
 NESTA NOTA FISCAL DESTINA-SE
 À mot. Com.
 Fm Saúde
 Uchoa 14/04/2020
 Funcionária Responsável pelo Compra



CÁLCULO DO ISSQN
INSCRIÇÃO MUNICIPAL
VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS
BASE DE CÁLCULO DO ISSQN
VALOR DO ISSQN

DADOS ADICIONAIS
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES I - "DOCUMENTO EMITIDO POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL" II - "NÃO GERA DIREITO A CRÉDITO FISCAL DE IPI".
RESERVA DO FISCO MINISTÉRIO DA SAÚDE PROGRAMA: COMBATE À COVID-19



PREFEITURA MUNICIPAL DE UCHOA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE COMPRAS

14/04/20 11:29

4R Sistemas

PEDIDO DE COMPRA DIRETO - ANALITICO

Exercício: 2020

Pedido: 1087/0-2020 **Modalidade:** Dispensa - Isento Compras e Serviços Nr.: 685/2020

Processo/Ano: / **Requisição Nro.:** 1880/2020
Usuário Requisição: JOAO
Tipo de Compra: ADMINISTRATIVA **Prioridade:** NORMAL
Unid. Orçamentária: 02.0010 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Ficha: 536 DESPESAS C/ COMBATE AO CORONAVIRUS **Usuário Pedido:** JOAO
Fonte de Recurso: 5 TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS - VINCULADOS
Aplicação FR.: 312 RECURSOS PARA COMBATE AO CORONAVIRUS
Varição FR.: 1 MINIST. SAÚDE - REC. COMBATE AO CORONAVIRUS
Elemento: 30 MATERIAL DE CONSUMO
Sub-Elemento: 28 MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA
Aplicação:
Observação:
Tipo de Objeto: Outros Materiais de Consumo
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL/PRODUTOS PARA COMBATE AO CORONAVÍRUS
Local de Entrega: NO PRÓPRIO ESTABELICIMENTO, ENDEREÇO DO FORNECEDOR

Fornecedor: 8180 - ALAIRCE ASSUMPCAO - ME
Fantasia: **Fone:** **Fax:**
Contato: **Fone:** **E-mail:**
Endereço: RUA DOS CAJUEIROS, 161 JD UNIVERSITARIO IV
Cidade: SANTA FE DO SUL **Cep:** 15775000 **Estado:** SP
Cnpj/Cpf: 25199678000176 **Inscrição Estadual:** **Inscrição Municipal:**

Validade: 0 dias **Cond. Pagto.:** 0 dias **Garantia:** **Prazo Entrega:** 0 dias

Informações para o Preenchimento da Nota	Cnpj/Cpf: 45.111.952/0001-10 Cep: 15890-000 Bairro: JD. CIDADE ALTA
	Endereço: AV. PEDRO DE TOLEDO, 1011

Item	Quantidade	Unidade	Cd. Produto	Descrição do Produto	Valor Unitário	Valor Total
0001	100,000000	UN	64.3937-0	MASCARA PFF2 ANTI VIRUS	15,9000	1.590,00

Valor Total: 1.590,00 **Valor Desconto:** 0,00 **Valor Imposto:** 0,00 **Valor Líquido:** 1.590,00

UCHOA, 14 de Abril de 2020


Eliezer Perez
Secretário de Adm.e Planejamento
Rg nº 9.924.827-X



**MEDCEDRAL COMERCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES
EIRELI**

CNPJ nº. 06.282.624/0001-25 INSCR. ESTADUAL nº. 262.057.499.116
E-mail: medcedral.vendas@hotmail.com

A PREFEITURA MUNICIPAL DE UCHOA

COTAÇÃO DE MATERIAIS

06.282.624/0001-25
I.E. 262.057.499.116
MEDCEDRAL COMÉRCIO DE PRODUTOS
MÉDICOS E HOSPITALARES EIRELI
Rua João Gonçalves Leite nº 151
Jd. Santa Lucia - CEP: 15895-000
CEDRAL-SP.

ITEM

MASCARA N95	100	UN	R\$ 25,00
-------------	-----	----	-----------

TOTAL: 2.500,00

CONDIÇÃO DE PAGAMENTO: À VISTA

ENTREGA IMEDIATA

JULIANA

WHATS: (17) 98109-0056

EMAIL: MEDCEDRAL.VENDAS@HOTMAIL.COM



EL FAR MEDICAMENTOS LTDA

Avenida Oswaldo Perrone, 725 - Jardim Progresso
 CEP:14706-064 - BEBEDOURO - SP
TEL:(17)3343-6565 - Fax:(19)3251-3344
 CNPJ:21.257.684/0001-81 - IE:210.083.995.118
 elfarmedicamentos@gmail.com.br Usuário:JOAO

ORCAMENTO Nº 36430

17 DE ABRIL DE 2020

Agente: PREFEITURA MUNICIPAL DE UCHOA (1540)
Fantasia: PREF MUNICIPAL DE UCHOA
Endereço: AVENIDA PEDRO DE TOLEDO,1011
Cidade: UCHOA-SP
Bairro: CIDADE ALTA
Cnpj/Cpf: 45.111.952/0001-10

Contato:
Cep: 15890-000
Telefone: (17)992-552-749
Fax:
E-mail:
IE/RG:

Produtos

Item	Código	Descrição	Embalagem	Un	Qtd	Unitário	Total
0001	25315	MASCARA DESCARTAVEL PFF-2/TAYCO	-	UN	100	35,0000	3.500,00

Total Geral: R\$ 3.500,00
**** TRES MIL E QUINHENTOS REAIS ****

Cond.Pagto: 30 (TRINTA) DIAS/ APOS ENTREGA
Transportadora: Cif -

Vendedor: João



G338220933206535008
22/04/2020 09:40:04

DOC ou TED Eletrônico

Debitado

Agência 3408-8
Conta corrente 12909-7 SP 355560 FMS CUSTEIO SUS

Creditado

Banco 237 BANCO BRADESCO S.A.

Agência (sem DV) 374 STA.FE DO SUL

Conta corrente (com DV) 40762

CNPJ 25.199.678/0001-76

Nome favorecido ALAIRCE ASSUMPCAO

Finalidade CREDITO EM CONTA

Número documento 42.201

Valor 1.590,00

Data transferência 22/04/2020

"C" - CNPJ diferente

Autenticação SISBB AB51A0ACA042D60C

Assinada por J6192428 JOSE CARLOS GASPARINI
JC910638 ANDRE LUIZ BOLSONI

22/04/2020 09:37:21
22/04/2020 09:40:04

Transação efetuada com sucesso.

Transação efetuada com sucesso por: JC910638 ANDRE LUIZ BOLSONI.



Emissão de comprovantes

G338220933206535009
22/04/2020 09:40:38

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
22/04/2020 - AUTOATENDIMENTO - 09.40.39
3408803408 SEGUNDA VIA 0001

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA
COMPROVANTE DE

TED - TRANSFERENCIA ELETRONICA DISPONIVEL
CLIENTE: SP 355560 FMS CUSTEIO SUS
AGENCIA: 3408-8 CONTA: 12.909-7

=====




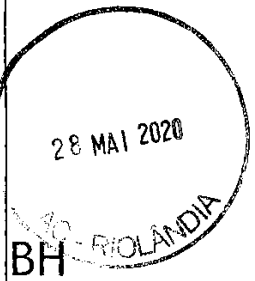


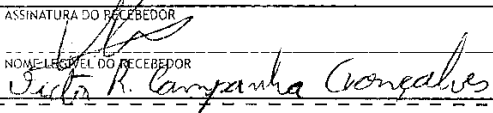
FINALIDADE: 01 CREDITO EM CONTA
REMETENTE : SP 355560 FMS CUSTEIO SUS
BANCO: 237 - BANCO BRADESCO S.A.
AGENCIA: 0374-3 - STA.FE DO SUL
CONTA: 4.076-2


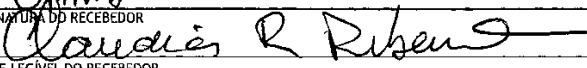
FAVORECIDO: ALAIRCE ASSUMPCAO
CPF/CNPJ: 25.199.678/0001-76
VALOR: R\$ 1.590,00
DEBITO EM: 22/04/2020




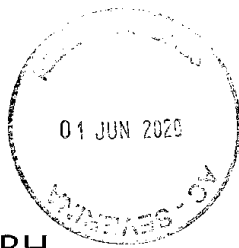
=====

DOCUMENTO: 042201
AUTENTICACAO SISBB: A.B51.A0A.CA0.42D.60C


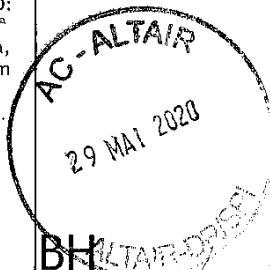

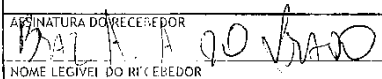
Transação efetuada com sucesso por: JC910638 ANDRE LUIZ BOLSONI.





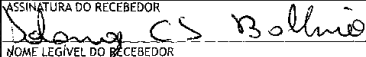
 AVISO DE RECEBIMENTO		Digital		CDIP CURITIBA 25/05/2020 Lote: 1545	 MPF Ministério Público Federal		CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA
DESTINATÁRIO: FABIANA BARCELOS FERREIRA - PREFEITA DO MUNICÍPIO DE RIOLÂNDIA/SP PRAÇA ANTÔNIO LEVINO 470 CENTRO 15495-000 - RIOLÂNDIA - SP		TENTATIVAS DE ENTREGA 1ª ____/____/____ ____:____h 2ª ____/____/____ ____:____h 3ª ____/____/____ ____:____h		ATENÇÃO: após a 3ª tentativa, deixar em posta restante.			
AR147939473VR 		MOTIVOS DA DEVOLUÇÃO <input type="checkbox"/> 1 Mudou-se <input type="checkbox"/> 2 Endereço Insuficiente <input type="checkbox"/> 3 Não Existe o Número <input type="checkbox"/> 4 Desconhecido <input type="checkbox"/> 9 Outros		<input type="checkbox"/> 5 Recusado <input type="checkbox"/> 6 Não Procurado <input type="checkbox"/> 7 Ausente <input type="checkbox"/> 8 Falecido		RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO 	
PARA USO EXCLUSIVO DO REMETENTE (OPCIONAL)							
ASSINATURA DO RECEBEDOR 				DATA DE ENTREGA 28/05/20		ERIK FERNANDO DE ASSIS Quebra de Caixa C/ Grat Atend BP Matr. 81035007 AC - PAULO DE FÁRIA	
NOME LEGAL DO RECEBEDOR Fátima R. Campanha Gonçalves				Nº DOCUMENTO DE IDENTIDADE 901833704			

 AVISO DE RECEBIMENTO		Digital		CDIP CURITIBA 25/05/2020 Lote: 1545	MPF Ministério Público Federal	
DESTINATÁRIO: MARLON JOSÉ BERNARDES PEREIRA - PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAULO DE FARIA/SP RUA XV DE NOVEMBRO 790 15490-000 - PAULO DE FARIA - SP		TENTATIVAS DE ENTREGA 1ª ____/____/____ ____:____h 2ª ____/____/____ ____:____h 3ª ____/____/____ ____:____h		ATENÇÃO: após a 3ª tentativa, deixar em posta restante.		CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA 
AR147939663VR 		MOTIVOS DA DEVOLUÇÃO <input type="checkbox"/> 1 Mudou-se <input type="checkbox"/> 2 Endereço Insuficiente <input type="checkbox"/> 3 Não Existe o Número <input type="checkbox"/> 4 Desconhecido <input type="checkbox"/> 9 Outros _____		<input type="checkbox"/> 5 Recusado <input type="checkbox"/> 6 Não Procurado <input type="checkbox"/> 7 Ausente <input type="checkbox"/> 8 Falecido		BH RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO
PARA USO EXCLUSIVO DO EMETENTE (OPCIONAL) 						SINDICATO DE DEFESA DO CONSUMIDOR
ASSINATURA DO RECEBEDOR 		DATA DE ENTREGA 29/08/20		Nº DOCUMENTO DE IDENTIDADE 20268674		Nº DO CARTEIRO 197
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR						AC - PAULO DE FARIA

 AVISO DE RECEBIMENTO		Digital		CDIP CURITIBA 25/05/2020 Lote: 1545	MPF Ministério Público Federal	
DESTINATÁRIO: CELSO DA SILVA - PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SEVERÍNIA/SP RUA CAPITÃO AUGUSTO DE ALMEIDA 332 PREFEITURA DE SEVERÍNIA 14735-000 - SEVERÍNIA - SP			TENTATIVAS DE ENTREGA 1ª ____/____/____ : ____h 2ª ____/____/____ : ____h 3ª ____/____/____ : ____h		ATENÇÃO: após a 3ª tentativa, deixar em posta restante.	
AR147939677VR 			MOTIVOS DA DEVOLUÇÃO <input type="checkbox"/> 1 Mudou-se <input type="checkbox"/> 2 Endereço Insuficiente <input type="checkbox"/> 3 Não Existe o Número <input type="checkbox"/> 4 Desconhecido <input type="checkbox"/> 9 Outros _____		<input type="checkbox"/> 5 Recusado <input type="checkbox"/> 6 Não Procurado <input type="checkbox"/> 7 Ausente <input type="checkbox"/> 8 Falecido	
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR Centralizador Regional			CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA 			
PARA USO EXCLUSIVO DO REMETENTE (OPCIONAL)			BH RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO			
ASSINATURA DO RECEBEDOR ELIANA T. PAGATTI			DATA DE ENTREGA 01, 06, 2020			
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR			Nº DOCUMENTO DE IDENTIDADE 11363 688			




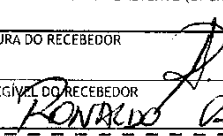
84700032

 AVISO DE RECEBIMENTO		Digital		CDIP CURITIBA 25/05/2020 Lote: 1545	MPF Ministério Público Federal		CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA
DESTINATÁRIO: BRENDA VANESSA SQUIAPATI - PREFEITA DO MUNICÍPIO DE ALTAIR/SP PRAÇA JOAQUIM CARLOS GARCIA 384 PREFEITURA ALTAIR 15430-000 - ALTAIR - SP		TENTATIVAS DE ENTREGA 1ª ____/____/____ : ____h 2ª ____/____/____ : ____h 3ª ____/____/____ : ____h		ATENÇÃO: após a 3ª tentativa, deixar em posta restante.			
AR147940009VR 		MOTIVOS DA DEVOLUÇÃO <input type="checkbox"/> Mudou-se <input type="checkbox"/> Endereço Insuficiente <input type="checkbox"/> Não Existe o Número <input type="checkbox"/> Desconhecido <input type="checkbox"/> Outros		<input type="checkbox"/> Recusado <input type="checkbox"/> Não Procurado <input type="checkbox"/> Ausente <input type="checkbox"/> Falecido		RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO 	
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR Centralizador Regional		PARA USO EXCLUSIVO DO REMETENTE (OPCIONAL)		DATA DE ENTREGA 29.05.2020		NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR BRENDA VANESSA SQUIAPATI	
ASSINATURA DO RECEBEDOR 		NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR BRENDA VANESSA SQUIAPATI		Nº DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR 154300009-6		DATA DE RECEBIMENTO 29.05.2020	

 AVISO DE RECEBIMENTO		Digital		CDIP CURITIBA 25/05/2020 Lote: 1545	MPF Ministério Público Federal										
DESTINATÁRIO: MAURÍCIO BRONCA - PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ORINDIÚVA/SP PRAÇA MARIA DIAS 614 PRAÇA MARIA DIAS, N 614, CENTRO 15480-000 - ORINDIÚVA - SP		TENTATIVAS DE ENTREGA 1ª ____/____/____ : ____h 2ª ____/____/____ : ____h 3ª ____/____/____ : ____h		ATENÇÃO: após a 3ª tentativa, deixar em posta restante.											
AR147939725VR 		MOTIVOS DA DEVOLUÇÃO <table border="0"> <tr> <td><input type="checkbox"/> 1 Mudou-se</td> <td><input type="checkbox"/> 5 Recusado</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/> 2 Endereço Insuficiente</td> <td><input type="checkbox"/> 6 Não Procurado</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/> 3 Não Existe o Número</td> <td><input type="checkbox"/> 7 Ausente</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/> 4 Desconhecido</td> <td><input type="checkbox"/> 8 Falecido</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/> 9 Outros</td> <td></td> </tr> </table>		<input type="checkbox"/> 1 Mudou-se	<input type="checkbox"/> 5 Recusado	<input type="checkbox"/> 2 Endereço Insuficiente	<input type="checkbox"/> 6 Não Procurado	<input type="checkbox"/> 3 Não Existe o Número	<input type="checkbox"/> 7 Ausente	<input type="checkbox"/> 4 Desconhecido	<input type="checkbox"/> 8 Falecido	<input type="checkbox"/> 9 Outros			
<input type="checkbox"/> 1 Mudou-se	<input type="checkbox"/> 5 Recusado														
<input type="checkbox"/> 2 Endereço Insuficiente	<input type="checkbox"/> 6 Não Procurado														
<input type="checkbox"/> 3 Não Existe o Número	<input type="checkbox"/> 7 Ausente														
<input type="checkbox"/> 4 Desconhecido	<input type="checkbox"/> 8 Falecido														
<input type="checkbox"/> 9 Outros															
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR Centralizador Regional				BH RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO											
PARA USO EXCLUSIVO DO REMETENTE (OPCIONAL)															
ASSINATURA DO RECEBEDOR 			DATA DE ENTREGA 29/06/20												
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR Rosi A. de Fátima Santos			Nº DOCUMENTO DE IDENTIDADE 48.206.180-7												
			ROSI A. DE FÁTIMA SANTOS Agente de Cartão Matrícula: 23.068.871 PC ORINDIÚVA												

84700112

 AVISO DE RECEBIMENTO		Digital		CDIP CURITIBA 25/05/2020 Lote: 1545		 MPF Ministério Público Federal		 AR 041235400025100304000000 MPF Correios													
DESTINATÁRIO: ELSON MACHADO - PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUARACI/SP RUA WASHINGTON CORREA DA SILVA 856 CENTRO 15420-000 GUARACI-SP				TENTATIVAS DE ENTREGA 1ª 19.05.1602 15.06 h 2ª 25.05.20 12.25 h 3ª 06.06.20 16.36 h				CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA 01 JUN 2020		ATENÇÃO: após a 3ª tentativa, deixar em posta restante.											
AR147939629VR 				MOTIVOS DA DEVOLUÇÃO <table border="0"> <tr> <td><input type="checkbox"/> 1 Mudou-se</td> <td><input type="checkbox"/> 5 Recusado</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/> 2 Endereço Insuficiente</td> <td><input type="checkbox"/> 6 Não Procurado</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/> 3 Não Existe o Número</td> <td><input type="checkbox"/> 7 Ausente</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/> 4 Desconhecido</td> <td><input type="checkbox"/> 8 Falecido</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/> 9 Outros _____</td> <td></td> </tr> </table>				<input type="checkbox"/> 1 Mudou-se	<input type="checkbox"/> 5 Recusado	<input type="checkbox"/> 2 Endereço Insuficiente	<input type="checkbox"/> 6 Não Procurado	<input type="checkbox"/> 3 Não Existe o Número	<input type="checkbox"/> 7 Ausente	<input type="checkbox"/> 4 Desconhecido	<input type="checkbox"/> 8 Falecido	<input type="checkbox"/> 9 Outros _____		BH RUBRICA E MATRÍCULA DO CARREIRO		Mateus José Faustino Agente de Correios MAT. 5.113.000-9	
<input type="checkbox"/> 1 Mudou-se	<input type="checkbox"/> 5 Recusado																				
<input type="checkbox"/> 2 Endereço Insuficiente	<input type="checkbox"/> 6 Não Procurado																				
<input type="checkbox"/> 3 Não Existe o Número	<input type="checkbox"/> 7 Ausente																				
<input type="checkbox"/> 4 Desconhecido	<input type="checkbox"/> 8 Falecido																				
<input type="checkbox"/> 9 Outros _____																					
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR Centralizador Regional																					
PARA USO EXCLUSIVO DO REMETENTE (OPCIONAL)																					
ASSINATURA DO RECEBEDOR					DATA DE ENTREGA																
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR					Nº DOCUMENTO DE IDENTIDADE																

 AVISO DE RECEBIMENTO		Digital		CDIP CURITIBA 25/05/2020 Lote: 1545	MPF Ministério Público Federal	
DESTINATÁRIO: TÂNIA YUGAR - PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA GRANADA/SP PRAÇA SÃO BENEDITO 417 15440-000 - NOVA GRANADA - SP		TENTATIVAS DE ENTREGA 1ª 28/05/20 16:43h 2ª 29/05/20 10:52h 3ª / / : h		ATENÇÃO: após a 3ª tentativa, deixar em posta restante.		
AR147939014VR 		MOTIVOS DA DEVOLOUÇÃO <input type="checkbox"/> 1 Mudou-se <input type="checkbox"/> 2 Endereço Insuficiente <input type="checkbox"/> 3 Não Existe o Número <input type="checkbox"/> 4 Desconhecido <input type="checkbox"/> 9 Outros		<input type="checkbox"/> 5 Recusado <input type="checkbox"/> 6 Não Procurado <input type="checkbox"/> 7 Ausente <input type="checkbox"/> 8 Falecido		
ENDEREÇO PARA DEVOLOUÇÃO DO AR Centralizador Regional		CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA AC NOVA GRANADA 02/06/20 BH RUBRICA E MATRÍCULA DO CORRETEIRO Ivani Santos Correia Agente de Cartas Matrícula nº 148426 AC - NOVA GRANADA				
PARA USO EXCLUSIVO DO REMETENTE (OPCIONAL)						
ASSINATURA DO RECEBEDOR 				DATA DE ENTREGA 02/06/2020		
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR RONALDO ARNALDO DE SOUZA				Nº DOCUMENTO DE IDENTIDADE 43.306.179-0 - SSP		



MUNICÍPIO DE ORINDIÚVA

CNPJ 45.148.970/0001-77

Praça Maria Dias, 614 - Fone/Fax: (17) 3816-9600
Centro - Orindiúva - Estado de São Paulo - CEP 15480-000
e-mail: prefeitura@orindiuva.sp.gov.br

Orindiúva, 10 de junho de 2020.

Ofício nº 114/20 PM

Assunto: Encaminha resposta ao Ofício nº 461/2020.

Excelentíssimo Senhor Procurador da República,

Cumprimentando-o cordialmente, e em atenção ao Ofício nº 461/2020, encaminho a Vossa Excelência os esclarecimentos pertinentes.

O Município de Orindiúva, por meio de seu sítio oficial, tem disponibilizado uma pagina específica para comprovar todas as receitas (recursos), despesas, contratações e aquisições relacionadas ao enfrentamento da pandemia da COVID-19.

No link eletrônico <https://www.orindiuva.sp.gov.br/planilha-de-gastos-07-05-2020/>, há uma plataforma específica com planilhas que foram criadas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e que servem de parâmetro para a publicidade e transparência dos atos relacionados ao enfrentamento da pandemia da COVID-19.

Atenciosamente,



Maurício Bronca
Prefeito Municipal

Ao Excelentíssimo Senhor Dr.
ANDERSON VAGNER GOIS DOS SANTOS
Procurador da República
MPF – Núcleo de São José do Rio Preto



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assinatura/Certificação do documento **PRM-SSP-SP-00004903/2020 PROTOCOLO ELETRÔNICO**

.....
Signatário(a): **CLAUDIO PIRES FERREIRA DE PAULA**

Data e Hora: **10/06/2020 15:52:28**

Autenticado com login e senha

.....
Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave EDD765EB.C6419CB5.58474844.0B63B624



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
PAULO DE FARIA**
Estado de São Paulo
CNPJ: 45.150.166/0001-22



Paulo de Faria/SP, 10 de Junho de 2.020.

OFÍCIO ESPECIAL

Assunto: “Presta informações requeridas, conforme OFÍCIO MPF/PRM/SSP-SP Nº 463/2020 – 00003905/2020”.

Excelentíssimo Senhor:

Em atenção ao ofício em epígrafe, venho à Vossa Excelência prestar as informações solicitadas através do ofício em epígrafe, conforme adiante:

Todas as receitas recebidos com destinação específica de combate ao Coronavírus, são classificadas na fonte de recurso 05 (Federal) e Código de Aplicação 312.009, de tal forma que fica fácil identificar as receitas recebidas. Tais informações podem ser verificadas o site da Prefeitura Municipal, através do seguinte link: <http://177.129.204.53:8079/transparencia/>.

Assim como as receitas, as despesas são classificadas por fonte de recurso 05 (Federal) e Código de Aplicação 312.009, de tal forma que fica fácil identificar as despesas executadas com a finalidade em enfrentamento da Covid-19. Tais informações podem ser verificadas o site da Prefeitura Municipal, através do seguinte link: <http://177.129.204.53:8079/transparencia/>.

Conforme controles do Setor de Contabilidade o município até a presente data, recebeu a importância de R\$ 56.167,72 (Cinquenta e Seis Mil, Cento e Sessenta e Sete Reais, Setenta e Dois Centavos) de Recursos Federais para enfrentamento da Covid-19 (Anexo Balancete da Receita da fonte de recursos 05 (Recursos Federais), Código de

Fone: (17) 3802-9200

Rua XV de Novembro, 790 - Centro - CEP: 15.490-000 - Paulo de Faria-SP.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
PAULO DE FARIA**
Estado de São Paulo
CNPJ: 45.150.166/0001-22



Aplicação 312.009 (Recursos para combate ao Coronavírus / Recursos do Fundo Nacional de Saúde).

Foram pagas despesas com referidos recursos que totalizam R\$ 32.455,00 (Trinta e Dois Mil, Quatrocentos e Cinquenta e Cinco Reais. As despesas pagas referem-se a aquisição de álcool gel 70%, mascaras e óculos de proteção facial. Restam ainda, recursos a aplicar que totalizam a importância de R\$ 23.712,72 (Vinte e Três Mil, Setecentos e Doze Reais, Setenta e Dois Centavos).

Coloco-me a disposição para qualquer informação complementar, se necessário.

Aproveito a oportunidade para apresentar protestos de estima e consideração.

Marlon José Bernardes Pereira
Prefeito Municipal

AO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - SP
EXMO. SR. DR. ANDERSON VAGNER GOIS DOS SANTOS
DD. PROCURADOR DA REPÚBLICA
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/ SP.

Fone: (17) 3802-9200

Rua XV de Novembro, 790 - Centro - CEP: 15.490-000 - Paulo de Faria-SP.



PREFEITURA MUNIC DE PAULO DE FARIA

Rua XV de Novembro, 790

45150166/0001-22

Exercício: 2020

BALANCETE DA RECEITA DE MAIO (01/05/2020 A 31/05/2020)

Pag 01 de 01

[F.R.=05 TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS] [C.A.G.=312 RECURSOS PARA COMBATE AO CORONAVIRUS]

Código	Ficha	Especificação	Vínculo	Orçada	Arrec.Anterior	Arrec. Período	Arrec. Total	Diferença
1000.00.0.0.00.00		RECEITAS CORRENTES		0,00	56.167,72	0,00	56.167,72	56.167,72
1700.00.0.0.00.00		TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		0,00	56.167,72	0,00	56.167,72	56.167,72
1710.00.0.0.00.00		TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS EN		0,00	56.167,72	0,00	56.167,72	56.167,72
1718.00.0.0.00.00		TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO - ESPECÍFICAS		0,00	56.167,72	0,00	56.167,72	56.167,72
1718.03.0.0.00.00		TRANSF. DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO		0,00	56.167,72	0,00	56.167,72	56.167,72
1718.03.9.0.00.00		TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS - C		0,00	56.167,72	0,00	56.167,72	56.167,72
1718.03.9.1.00.00		TRANSF.RECURS.SUS-OUTROS. PROG.FINA		0,00	56.167,72	0,00	56.167,72	56.167,72
1718.03.9.1.00.00		TRANSF.RECURS.SUS-OUTROS. PROG.FINA		0,00	56.167,72	0,00	56.167,72	56.167,72
1718.03.9.1.00.01		TRANSF.RECURS.SUS-OUTROS. P.F.TRANSI		0,00	56.167,72	0,00	56.167,72	56.167,72
1718.03.9.1.00.0132		TRANSF.RECURS.SUS-OUTROS. 312 - 009		0,00	56.167,72	0,00	56.167,72	56.167,72

TOTAL ORÇAMENTÁRIO

0,00 56.167,72 0,00 56.167,72 56.167,72

TOTAL GERAL

56.167,72

PAULO DE FARIA, 31 de maio de 2020

MARLON JOSÉ BERNARDES PEREIRA
Prefeito Municipal

CARLOS JOSÉ BORGES
Assis. contab.CRC-SP303531/O-0

PEDRO MOREIRA DA SILVA
Tesoreroiro

Luiz Ricardo de Paula
Contador
CRC SP 191.382/O-9
E nº 178.235.608-1P



PREFEITURA MUNIC DE PAULO DE FARIA

Rua XV de Novembro, 790

45150166/0001-22

Exercício: 2020

EMPENHOS/SUB. POR CONTA-CHEQUE

Conta: 16.211-6

FMS CUSTEIO SUS

Vinc	Data	Categoria	Ordpg	Fornecedor	Ficha	Emp/Sub	Valor Pag.	Emp/Sub
Cheque nº: DEBITO		Valor cheque		14.790,00	Vinculo Conta:		300	007
312	009	03/04/2020	3.3.90.30.99	955 JOSE MAURICIO MELLARA 13345130823	101	1803/1 OR	14.790,00	
Pedido gerado a partir do resultado da Licitação: 000070/20 - Entidade: 1 - Ano Mod.: 2020 - Modalidade: DISPENSA - Nº Mod.: 33 - Mod. Formatada: 33 - Contratação de empresa para fornecimento de álcool gel 70% para atender a pandemia do covid 19 destina								
Nota: 000000000022								14.790,00
Cheque nº: TRANSF		Valor cheque		17.665,00	Vinculo Conta:		300	007
312	009	02/04/2020	3.3.90.30.99	944 GM DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS ELETRI	101	1801/1 OR	2.990,00	
REFERE-SE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MASCARA EM CARATER DE EMERGERCIA PARA FUNCIONARIOS DA REDE DE SAUDE DESTA MUNICIPALIDADE DEVIDO A PADEMIA DO COVID - 19. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE FMS								
Nota: 000000000483								2.990,00
312	009	30/04/2020	3.3.90.30.99	1147 GM DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS ELETRI	101	2251/1 OR	14.675,00	
Pedido gerado a partir do resultado da Licitação: 000081/20 - Entidade: 1 - Ano Mod.: 2020 - Modalidade: DISPENSA - Nº Mod.: 36 - Mod. Formatada: 36 - Contratação para fornecimento de insumo por carater de emergencia para atender o surto de virus do covid								
Nota: 000000000564								14.675,00

Total da Conta: 32.455,00

Total Geral: 32.455,00

Luiz Ricardo de Faria
Contador
CRC-SP 291.922/O-9
Fº 178.225-88-11

Carlos José Borges
Assistente de Contabilidade
CPF: 181.960.068-88
CRC-SP 303537/O-0



PREFEITURA MUNIC DE PAULO DE FARIA

Rua XV de Novembro, 790

45150166/0001-22

Exercício: 2020

BALANCE - Análise dos Códigos de Aplicação até 11/06/2020

[UG=1 PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO DE FARIA]

Pag 01 de 01

Fonte de Recurso

05 TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDER.

312 RECURSOS PARA COMBA1009 Repasse FNS

Saldo Anterior	Receitas Receita Arrecadada	Despesas Despesa Paga	Saldo R/D	Saldo C/C	Diferença
0,00	56.167,72	32.455,00	23.712,72	0,00	23.712,72
	56.167,72	32.455,00	23.712,72	0,00	23.712,72
Total da Fonte:					

PAULO DE FARIA, 11 de junho de 2020

[Signature of Marlon Jose Bernardes Pereira]

MARLON JOSE BERNARDES PEREIRA
PREFEITO MUNICIPAL

[Signature of Carlos Jose Borges]

Carlos Jose Borges
Assistente de Contabilidade
CPF: 01.960.008-88

CARLOS JOSE BORGES
ASSIST. CONTABILIDADE - CRC: 1SP303531/O-6 PEDRO MOREIRA DA SILVA

TESOUREIRO

PEDRO MOREIRA DA SILVA
TESOUREIRO

[Signature of Luiz Ricardo de Faria]

Luiz Ricardo de Faria
Empresário
CRC: 09.951.982/0-9
CPF: 179.225.618-7



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assinatura/Certificação do documento **PRM-SSP-SP-00005050/2020 PROTOCOLO ELETRÔNICO**

.....
Signatário(a): **CLAUDIO PIRES FERREIRA DE PAULA**

Data e Hora: **16/06/2020 18:05:55**

Autenticado com login e senha

.....
Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 9BA49B17.4CB94B4E.B0C6B95C.B66763C2



PREFEITURA MUNICIPAL DE ONDA VERDE

CNPJ 45.148.699/0001-70

Onda Verde-SP, 19 de junho de 2020.

Ofício n. : 150/2020

Serviço : Gabinete do Prefeito

Assunto : Ofício n.º 460/2020 – PRM-SSP-SP-00003902/2020

Referência: Notícia de Fato nº 1.34.015.000172/2020-032

Interessado: Ministério Público Federal

Excelentíssimo Sr. Dr. Procurador da República,

Cumprimentando-o cordialmente, venho por meio deste, informar o recebimento do Ofício nº 460/2020, expedido por esta douta Procuradoria, onde solicita esclarecimentos sobre a destinação das verbas federais, até o momento, pelo Município de Onda Verde no enfrentamento da Covid-19.

Considerando que o Município de Onda Verde recebeu os valores de R\$ 8.678,00 (em 30/03/2020) e R\$ 3.675,18 (em 09/04/2020) pelas Medidas Provisórias nº 924, de 13 de março de 2020, e nº 940, de 2 de abril de 2020, Portarias MS nº 480 e 774, respectivamente, totalizando o valor de R\$ 12.353,18.

Considerando que os repasses correspondes aos valores de R\$ 8.678,00 recebidos em 30/03/2020 e de R\$ 3.675,18 recebido em 09/04/2020, totalizando R\$ 12.353,18, foram utilizados no combate ao Covid-19, tendo em vista que as despesas empenhadas e pagas no período de 16/03/2020 a 31/05/2020, foram além dos valores repassados que totalizaram R\$ 41.467,70.

Cumpre informar que o valor da diferença entre os valores repassados e os valores empenhados foram através de recurso próprio, o qual o Município criou-se uma fonte de recurso tanto na receita como na despesa sendo o nº 312 "Recursos para Combate ao Covid 19".

Referida solicitação também foi informada ao Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, através do Comunicado SDG nº 24/2020 (Questionário – Gestão de Enfretamento do Covid 19).





PREFEITURA MUNICIPAL DE ONDA VERDE

CNPJ 45.148.699/0001-70

Diante das informações e esclarecimentos prestados, esperamos ter atendido na íntegra às r. solicitações deste Nobre Procurador.

Sem mais para o momento, subscrevo-me, aproveitando a oportunidade para externar meus sinceros protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente.


 **FABRÍCIO PIRES DE CARVALHO**
PREFEITO MUNICIPAL

À

Sua Senhoria

Dr. Anderson Vagner Gois dos Santos

Procuradoria da República em São José do Rio Preto

Avenida Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 1020 – 3 Andar – Jd. Maracanã

Cidade de São José do Rio Preto – Estado de São Paulo – CEP 15.092-175



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assinatura/Certificação do documento **PRM-SSP-SP-00005222/2020 PROTOCOLO ELETRÔNICO**

.....
Signatário(a): **CLAUDIO PIRES FERREIRA DE PAULA**

Data e Hora: **19/06/2020 15:25:10**

Autenticado com login e senha

.....
Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 7712728A.D5819949.0555F5B2.742D81CD



**PREFEITURA DE
ALTAIR**

Altair – SP, 22 de junho de 2020.

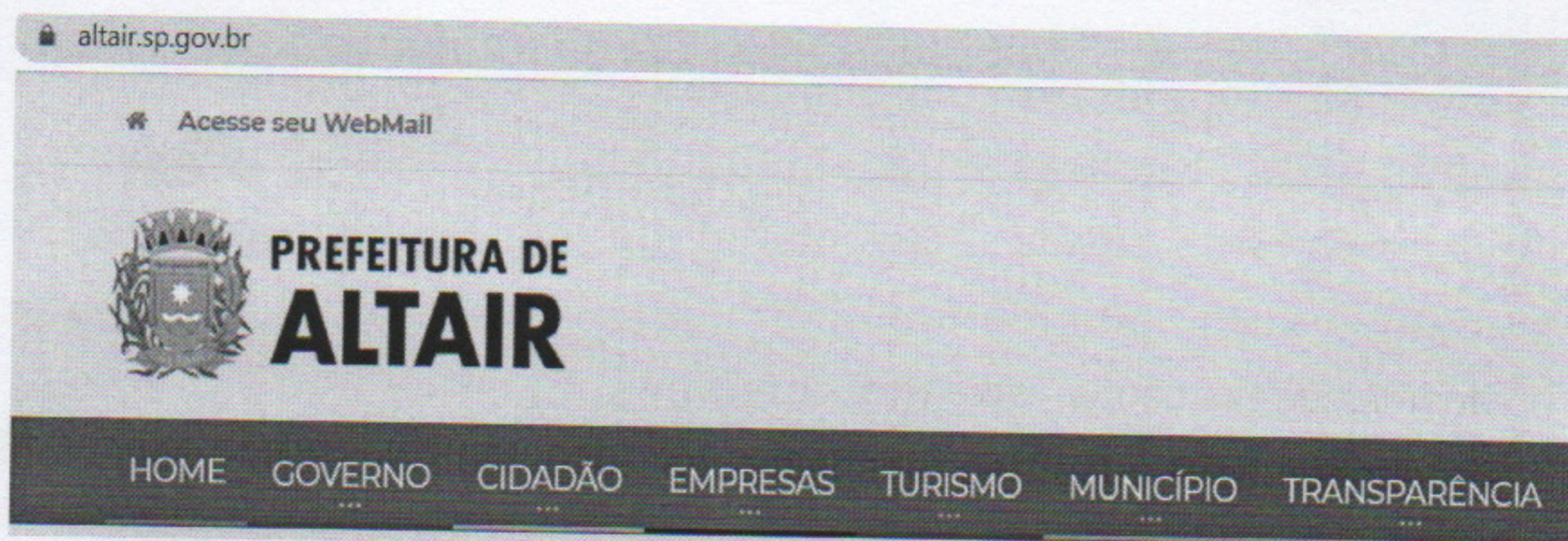
ASSUNTO: - Presta Informações

Ofício nº 84/2020

Ref. Notícia de Fato nº 1.34.015.000172/2020-32

Exmo. Sr. Dr. Procurador da República:

Através do presente, acuso o recebimento do Ofício MPF nº 455/2020, encaminhado por esta Procuradoria da República a este órgão administrativo e informo que todos os esclarecimentos solicitados estão disponíveis, de forma detalhada, no site do Município de Altair, conforme caminho abaixo:





Sem mais para o presente momento esperando haver atendido vossa solicitação, renovo a Vossa Senhoria os meus protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Busquiapati
BRENDA VANESSA SQUIAPATI
PREFEITA MUNICIPAL

EXMO. SR. DR.
ANDERSON VAGNER GOIS DOS SANTOS
DD. PROCURADOR DA REPÚBLICA
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assinatura/Certificação do documento **PRM-SSP-SP-00005341/2020 PROTOCOLO ELETRÔNICO**

.....
Signatário(a): **CLAUDIO PIRES FERREIRA DE PAULA**

Data e Hora: **22/06/2020 16:26:53**

Autenticado com login e senha

.....
Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 670B251F.057B9F87.28F90A84.40CDFS10



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALESTINA

Estado de São Paulo

CNPJ:45.149.184/0001-94



Palestina, 29 de junho de 2020

Ofício 16/2020

Ao Ministério Público Federal

Dr. ANDERSON VAGNER GOIS DOS SANTOS

Assunto: Destinação de recursos enviados pelo Governo Federal para ações de combate ao Corona vírus – Ofício 426/2020 - notícia de fato nº 1.34.015.000172/2020-32 - MPF

O **Município de Palestina**, em atenção à solicitação de prestação de esclarecimentos sobre a destinação das verbas federais recebidas pelo município de Palestina/SP no enfrentamento da covid-19, até a data de 20 de maio de 2020, informa, através do presente, o que segue:

De acordo com as informações obtidas através do Departamento de Finanças do **Município de Palestina, estado de São Paulo**, foi repassado aos cofres da municipalidade, pelo governo federal, os valores descritos abaixo:

R\$ 25.572,00	PAGAMENTO DE 65638-CORONAVIRUS (COVID-19) PARCELA UNICA MUNICIPAL - PROCESSO 25000043259202028 UF SP	30/03/2020
---------------	---	------------



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALESTINA

Estado de São Paulo

CNPJ:45.149.184/0001-94



R\$ 18.126,12	PAGAMENTO DE 65702-CORONAVIRUS (COVID-19) PARCELA UNICA MUNICIPAL - PROCESSO 25000050753202049 UF SP	09/04/2020
R\$ 59.271,43	FPM (apoio)	

Foram utilizados para pagamento de médicos a somatória de R\$ 43.698,12 (quarenta e três mil, seiscentos e noventa e oito reais e doze centavos), que correspondem aos repasses de R\$ 25.572,00 (vinte e cinco mil, quinhentos e setenta e dois reais) e R\$ 18.126,12 (dezoito mil, cento e vinte e seis reais e doze centavos), conforme documentos anexos.

O valor no importe de R\$ 59.271,43 (cinquenta e nove mil, duzentos e setenta e um reais e quarenta e três centavos) foram gastos com despesas gerais por se tratar de apoio de FPM.

Os demais apontamentos de repasses tratam-se de valores transferidos para outras cidades com o nome de Palestina, mas que localizam-se em outros estados, de acordo com a tabela em anexo.

Atenciosamente,

Némerson Flávio Soares Ferreira

Diretor de gabinete



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assinatura/Certificação do documento **PRM-SSP-SP-00005602/2020 PROTOCOLO ELETRÔNICO**

.....
Signatário(a): **CLAUDIO PIRES FERREIRA DE PAULA**

Data e Hora: **30/06/2020 11:33:01**

Autenticado com login e senha

.....
Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave D39A9BE7.AC26952C.7243DA9A.B2ABBE60



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Registro de Arquivo Complementar

(Gerado automaticamente pelo sistema)

Expediente:

PRM-SSP-SP-00005602/2020 - PROTOCOLO ELETRÔNICO

Complementar - tabela.xlsx

Este arquivo complementar poderá ser acessado pelo link abaixo:

[tabela.xlsx](#)



Detalhar Pagamento

< Voltar

Imprimir

De acordo com o Manual de Ordem Bancária da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), os valores repassados serão creditados em no máximo dois dias úteis após a data de emissão da Ordem Bancária para correntistas do Banco do Brasil. Para os demais bancos o prazo é de no máximo três dias úteis.

Ano	Tipo de consulta	Entidade
2020	Fundo a Fundo	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PALESTINA
CPF/CNPJ	Grupo	Ação
14.134.270/0001-08	CORONAVÍRUS (COVID-19)	ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE - NACIONAL (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)
Ação Detalhada	UF	Município
CORONAVÍRUS (COVID-19)	SP	PALESTINA
Código IBGE	População	Ano Censo
353500	12.957 habitantes	2019
Prefeito(a)	Data Inicial Gestão	Secretário(a)
FERNANDO LUIZ SEMEDO	31/12/2012	FABIO NUNES CORTEZ
Presidente Conselho		
ANTONIO JOSÉ CURY CECILIO		

Comp. /Parcela	N° OB	Data OB	Tipo Repasse	Banco OB	Agência OB	Conta OB	Valor Total	Valor Desconto	Valor Líquido	Motivo Rejeição	Processo	N° Proposta	N° Portaria	Ações	
Única em 2020	805475	30/03/2020	MUNICIPAL	104	034975	0066240004	25.572,00	0,00	25.572,00		25000.043259/2020-28			 	
Total							25.572,00	0,00	25.572,00						
												10	25	50	100

< Voltar

Imprimir

consultafns.saude.gov.br

Meet: IU - Alinhamento...Email – Frederico Mac...globo.com – Absoluta...DashboardSão PauloBCB - Calculadora do...Fundo Nacional de Sa...FNI

> Pagamento

er Pagamento

< Voltar

com o Manual de Ordem Bancária da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), os valores repassados serão creditados em no máximo dois dias úteis após a data de emissão da Ordem Bancária para correntistas do Banco do Brasil e para os demais bancos o prazo é de no máximo três dias úteis.

001-08

ada

US (COVID-19)

LUIZ SEMEDO

Conselho

SÉ CURY CECILIO

Tipo de consulta

Fundo a Fundo

Grupo

CORONAVÍRUS (COVID-19)

UF

SP

População

12.957 habitantes

Data Inicial Gestão

31/12/2012

Entidade

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PALESTINA

Ação

ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE - NACIONAL (EXTRAORDINÁRIO)

Município

PALESTINA

Ano Censo

2019

Secretário(a)

FABIO NUNES CORTEZ

N° OB	Data OB	Tipo Repasse	Banco OB	Agência OB	Conta OB	Valor Total	Valor Desconto	Valor Líquido	Motivo Rejeição	Processo	N° Proposta	N° Portaria
020	807089	09/04/2020	MUNICIPAL	104	034975	0066240004	18.126,12	0,00	18.126,12	25000.050753/2020-49		
Total						18.126,12	0,00	18.126,12				

10

25

5



Processo de Pagamento

Exercício: 2020

Dados da Despesa em 13/05/2020 Recibo Nº 26.445

Itens do Recibo

N.E.	Credor	Art Cx	Ficha	F.R	N.F.	Despesa	Retenção	Liquido
20-363/9	F C INDAIATUBA SERVICOS MEDICO	2.689	121	1	0125/ABR	154.695,90		154.695,90
Total a pagar =>						154.695,90		154.695,90

Origem dos Recursos

Banco	Agencia	Conta	Descrição da Conta	Documento	Valor
104	34970	00006240004	CUSTEIO SUS	83 TRANSF	154.695,90
Total =>					154.695,90

Valor de 154.695,90 (one hundred fifty-four thousand six hundred ninety-five and 90 / 100)

Pague-se a despesa acima especificada ao(s) favorecido(s).

Marcelle Barco G. Bergamo
Tesoureiro
CPF 310.609.398-60

Quitação da Despesa

Declaro para os devidos fins, que recebi(emos) a importância supra mencionada
na Data ____ / ____ / ____.

Assinatura

Documento



PREFEITURA MUN DE PALESTINA

DEPARTAMENTO DE FINANÇAS / SETOR DE CONTABILIDADE
RUA SIQUEIRA CAMPOS, 1380 - CENTRO - 15470000 - PALESTINA SP
CNPJ - 45149184000194

NOTA DE LIQUIDAÇÃO

Empenho Estimativo

NORMAL

CONTABILIDADE
Empenho n.º 2020 / 00363-9

FICHA
121-6

DATA
12/05/2020

REQUISIÇÃO

LICITAÇÃO
Pregão 28 - 2017

DOCUMENTO
NF-0125/ABR

VENCIMENTO
13/05/2020

NOME
F C INDAIATUBA SERVIÇOS MÉDICOS EIRELI

ENDEREÇO
AVENIDA TOSHIRO TAKAHARA, 414

INDAIATUBA

SP

13345

460

25.265.873/0001-57

BANCO 341 BANCO ITAU S.A.

AGENCIA 0792

CONTA 113516

CÓDIGO 3760-4

DISCRIMINAÇÃO DA DESPESA

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS COMPLEMENTARES NO ATENDIMENTO AMBULATORIAL NAS UBS, NO ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA -ESF, EXECUTADOS POR HORA DE ATENDIMENTO.

Valor Empenho

154.695,90

Valor Retido

0,00

Valor Líquido

154.695,90

Fonte de Recurso: 1 TESOIRO

Código de Aplicação: 310.0 - SAÚDE-GERAL -

Centro de Custo :0 - Não Informado

CÓDIGO

CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA EMPENHADA

02.07.00

EXECUTIVO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

339039.00.5

SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

10.301.008.2.014

Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

D

332315100

SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS

C

213110101

FORNECEDORES NÃO PARCELADOS A PAGAR (F)

DOTAÇÃO ATUAL

EMPENHADO ATÉ A DATA

VALOR DESTA EMPENHO

SALDO ATUAL

1.000.000,00

779.322,10

154.695,90

65.982,00

AUTORIZAÇÃO DE DESPESA

DE ACORDO COM AS NORMAS LEGAIS PERTINENTES, AUTORIZO O PROCESSAMENTO DA NOTA DE EMPENHO E A REALIZAÇÃO DA DESPESA, CONFORME DADOS ACIMA DISCRIMINADOS, NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 154.695,90

12 / 5 / 2020

Fernando Luiz Semedo
Prefeito Municipal

PROCESSAMENTO CONTÁBIL

NESTA DATA FOI EMITIDA A PRESENTE NOTA DE EMPENHO DA DESPESA ACIMA ESPECIFICADA.

12 / 5 / 2020

Luciano G. Campanha
Contador

PAGAMENTO - ARTIGO DE CAIXA

NESTA DATA FORAM EMITIDAS AS ORDENS DE PAGAMENTO DA DESPESA, CONFORME DADOS ABAIXO:

BANCO	CONTA	CHEQUE	VALOR

 / /

Marcelle Barco G. Bergamo
Tesoureiro

LIQUIDAÇÃO

NO TRÂMITE DE PROCESSAMENTO DA DESPESA, ATESTO SUA EFETIVA REALIZAÇÃO E REGULARIDADE, ESTANDO LIQUIDADA E CERTA, AUTORIZANDO SUA QUITAÇÃO.

 / /

Fernando Luiz Semedo
Prefeito Municipal

RECIBO

RECEBI (EMOS) O VALOR CONSTANTE DESTA NOTA DE EMPENHO.

 / /

F C INDAIATUBA SERVIÇOS MÉDICOS



SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇO - NFS-e

Número da NFS-e
125



Data e Hora da Emissão:	12/05/2020 14:54:48	Competência:	12/5/2020	Código de Verificação:	G12HSSL0D
Número do RPS:		Nº da NFS-e substituída:		Local da Prestação:	PALESTINA - SP

Dados do Prestador de Serviços

Razão Social/Nome:		F C INDAIATUBA SERVIÇOS MEDICOS EIRELI ME					
CNPJ/CPF:	25.265.873/0001-57	Inscrição Municipal:	3468320	Município:	SAO JOSE DO RIO PRETO	UF	SP
Endereço e Cep:		RUA SALDANHA MARINHO ,3985 - VILA SANTO ANTÔNIO CEP: 15014-300					
Complemento:	SALA 5	Telefone:	(17)9648-0701	e-mail:	gestor.societario@rissicontabilidade.com.br		

Dados do Tomador de Serviços

Razão Social/Nome:	PREFEITURA MUNICIPAL DE PALESTINA						
CNPJ/CPF:	45.149.184/0001-94	Inscrição Municipal:		Município:	PALESTINA	UF:	SP
Endereço e CEP:	RUA SIQUEIRA CAMPOS ,1380 - CENTRO CEP: 15470-000						
Complemento:		Telefone:		e-mail:			

Discriminação dos Serviços

NOTA FISCAL REF. A SERVIÇOS MÉDICOS PRESTADOS AO MUNICÍPIO DE PALESTINA/SP, NO MÊS DE ABRIL/2020.
TOTALIZANDO:

20 HORAS DE PLANTÃO
18 HORAS DE PLANTÃO A DISTANCIA
10 HORAS DE PEDIATRIA
21 HORAS DE ESF
32 HORAS DE AMBULATÓRIO

Código do Serviço / Atividade

4.01 / 04.01.00 - Medicina e biomedicina.

Detalhamento Específico da Construção Civil

Código da Obra:		Código ART:	
-----------------	--	-------------	--

Tributos Federais

PIS:		COFINS:		IR(R\$):		INSS(R\$):		CSLL(R\$):	
------	--	---------	--	----------	--	------------	--	------------	--

Detalhamento de Valores - Prestador dos Serviços		Outras Retenções		Cálculo do ISSQN devido no Município	
Valor dos Serviços R\$:	154.695,90	Natureza Operação	Valor dos Serviços R\$		154.695,90
Desconto Incondicionado:	0,00	1-Tributação no município	Deduções/Deduções Permitidas em Lei		51.049,65
Desconto Condicionado:	0,00	Regime Especial Tributação	Desconto Incondicionado:		0,00
Retenções Federais:	0,00	0-Nenhum	(=) Base de Cálculo		103.646,25
Outras Retenções:	0,00	Opção Simples Nacional	(x) Alíquota %		3,00
Valor ISSQN Retido:	0,00	2-Não	ISS a reter:		() Sim (X) Não
		Incentivador Cultural	(=) Valor do ISS R\$:		3.109,39
		2-Não			

TOTAL DA NFS-e R\$: 154.695,90

Avisos

- 1- Uma via desta Nota Fiscal será enviada através do e-mail fornecido pelo Tomador dos Serviços.
- 2- A autenticidade desta Nota Fiscal poderá ser verificada no site sjrp.ginfes.com.br, com a utilização do Código de Verificação.



SECRETARIA DA SAÚDE

Repartição : Unidade Mista de Saúde

"JOSÉFA DE SOUZA GARCIA"

Rua Zinho Dutras/Nº Tel/FAX (17) 2931345

Email: ubspalestina@yahoo.com.br, saude@palestina.sp.gov.br

PALESTINA/SP - CEP-15470-000

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Relação de serviços Médicos prestados nesta Unidade de Saúde de 01 à 30 do mês de abril de 2020,
758 oitocentos e vinte horas de Emergência e 283 trezentos e dezoito horas de ambulatorio

EMERGÊNCIA

Soma Total

720 Plantão

DISTÂNCIA

Soma Total

38 Plantão

AMBULATÓRIO

Soma Total

30 PEDIATRIA

AMBULATÓRIO

Soma Total

121 ESF

AMBULATÓRIO

Soma Total

132 Ambulatório

Fechamento de Horas Mês 04/2020

1.041



2ª Via - Comprovante de Remessa de TED
via GovConta Caixa

Tipo de TED:	Terceiros
Nome:	SP 353500 FMS CT SUSCUSTEIOSUS
Conta Origem:	3497/006/00624000-4
Tipo de Conta:	01 - Conta Corrente
Tipo de Pessoa:	Jurídica
CPF/CNPJ:	14.134.270/0001-08

Banco:	341 - ITAU UNIBANCO S.A.
Conta Destino:	0792/00000011351-6
Tipo de Conta:	01 - Conta Corrente
Tipo de Pessoa:	Jurídica
Nome do Destinatário:	FC INDAIATUBA SERVICOS MEDICOS EIRELI ME
CPF/CNPJ Destinatário:	25.265.873/0001-57
Valor:	R\$ 154.695,90
Valor da Tarifa:	R\$ 0,00
Finalidade:	00005 - Pagamento de Fornecedores
Histórico:	DOC EXPRES

Data de Débito:	13/05/2020
Data da Operação:	13/05/2020
Código da Operação:	00116435
Chave de Segurança:	YPM2NZC4FK2YWNEP
Operação realizada com sucesso.	



Notícia de Fato nº 1.34.015.000172/2020-32

DESPACHO

Tendo em vista que os municípios de Guaraci, Icém, Nova Granada, Riolândia e Severínia não responderam aos ofícios MPF nºs 456/2020 PRM-SSP-SP-00003898/2020 (Guaraci), 457/2020 PRM-SSP-SP-00003899/2020 (Icém), 458/2020 PRM-SSP-SP-00003900/2020 (Nova Granada), 464/2020 PRM-SSP-SP-00003906/2020 (Riolândia) e 465/2020 PR-SSP-SP-00003907- (Severínia), reiterem-se o teor deles.

Ainda, considerando o decurso do prazo previsto para conclusão da Notícia de Fato e havendo, no momento, diligências pendentes, indispensáveis a sua conclusão, determino a prorrogação do prazo para a sua conclusão por mais 90 (noventa) dias, nos termos do art. 3º, *caput*, da Resolução nº 174/2017, do CNMP.

São José do Rio Preto, 10 de julho de 2020.

ANDERSON VAGNER GOIS DOS SANTOS
PROCURADOR DA REPÚBLICA



Notícia de Fato nº 1.34.015.000172/2020-32

DESPACHO

Tendo em vista que os municípios de Guaraci, Icém, Nova Granada, Riolândia e Severínia não responderam aos ofícios MPF nºs 456/2020 PRM-SSP-SP-00003898/2020 (Guaraci), 457/2020 PRM-SSP-SP-00003899/2020 (Icém), 458/2020 PRM-SSP-SP-00003900/2020 (Nova Granada), 464/2020 PRM-SSP-SP-00003906/2020 (Riolândia) e 465/2020 PR-SSP-SP-00003907- (Severínia), reiterem-se o teor deles.

Ainda, considerando o decurso do prazo previsto para conclusão da Notícia de Fato e havendo, no momento, diligências pendentes, indispensáveis a sua conclusão, determino a prorrogação do prazo para a sua conclusão por mais 90 (noventa) dias, nos termos do art. 3º, *caput*, da Resolução nº 174/2017, do CNMP.

São José do Rio Preto, 10 de julho de 2020.

ANDERSON VAGNER GOIS DOS SANTOS
PROCURADOR DA REPÚBLICA



OFÍCIO MPF nº 716/2020
PRM-SSP-SP-00005942/2020

São José do Rio Preto, 10 de julho de 2020.

Excelentíssimo Senhor
ELSON MACHADO
Prefeito do Município de Guaraci/SP
Endereço: Rua Washington Correa da Silva, 856 – Centro
CEP: 15.420-000 – Guaraci/SP

Referência: Notícia de Fato nº 1.34.015.000172/2020-32

Excelentíssimo Senhor Prefeito,

Cumprimentando-o, venho reiterar o ofício MPF nº 456/2020 (PRM-SSP-SP-00003898/2020), que ficou sem resposta da Prefeitura, e tem por finalidade instruir o procedimento em epígrafe, que acompanha a destinação dos recursos enviados pelo Governo Federal para as ações de combate ao Coronavírus, de modo que requisito que nos sejam prestados esclarecimentos¹ sobre a destinação das verbas federais², até o momento, pelo município de Guaraci no enfrentamento da Covid-19.

Atenciosamente,

ANDERSON VAGNER GOIS DOS SANTOS
PROCURADOR DA REPÚBLICA

1 A resposta a este ofício deve ser feita por meio eletrônico, **no prazo de vinte dias**, acessando o endereço: <http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>, na opção: “Protocolar – Documentos diversos”.

2 Segundo informações extraídas do portal eletrônico https://painelms.saude.gov.br/extensions/TEMP_COVID19/TEMP_COVID19.html, foram repassados a Guaraci/SP os valores de R\$ 33.122,00 (em 30/03/2020), R\$ 31.741,44 (em 09/04/2020) e R\$ 62.518,72 (em 13/04/2020), pelas Medidas Provisórias nº 924, de 13 de março de 2020, e nº 940, de 2 de abril de 2020; Portarias MS nº 480 e 774, respectivamente, totalizando o valor de R\$ 127.382,16, bem como que Guaraci conta com o apoio FPM de R\$ 59.271,43.



Notícia de Fato nº 1.34.015.000172/2020-32

DESPACHO

Tendo em vista que os municípios de Guaraci, Icém, Nova Granada, Riolândia e Severínia não responderam aos ofícios MPF nºs 456/2020 PRM-SSP-SP-00003898/2020 (Guaraci), 457/2020 PRM-SSP-SP-00003899/2020 (Icém), 458/2020 PRM-SSP-SP-00003900/2020 (Nova Granada), 464/2020 PRM-SSP-SP-00003906/2020 (Riolândia) e 465/2020 PR-SSP-SP-00003907- (Severínia), reiterem-se o teor deles.

Ainda, considerando o decurso do prazo previsto para conclusão da Notícia de Fato e havendo, no momento, diligências pendentes, indispensáveis a sua conclusão, determino a prorrogação do prazo para a sua conclusão por mais 90 (noventa) dias, nos termos do art. 3º, *caput*, da Resolução nº 174/2017, do CNMP.

São José do Rio Preto, 10 de julho de 2020.

ANDERSON VAGNER GOIS DOS SANTOS
PROCURADOR DA REPÚBLICA



OFÍCIO MPF nº 717/2020
PRM-SSP-SP-00005944/2020

São José do Rio Preto, 10 de julho de 2020.

Excelentíssima Senhora
MARIA DE LOURDES GOMES DA SILVA DE MORAIS
Prefeita do Município de Icém/SP
Endereço: Rua Prefeito João Ribeiro da Silveira, 550, Centro
CEP: 15.460-000 – Icém/SP

Referência: Notícia de Fato nº 1.34.015.000172/2020-32

Excelentíssima Senhora Prefeita,

Cumprimentando-a, venho reiterar o ofício MPF nº 457/2020 (PRM-SSP-SP-00003899/2020), que ficou sem resposta da Prefeitura, e tem por finalidade instruir o procedimento em epígrafe, que acompanha a destinação dos recursos enviados pelo Governo Federal para as ações de combate ao Coronavírus, de modo que requisito que nos sejam prestados esclarecimentos¹ sobre a destinação das verbas federais², até o momento, pelo município de Icém no enfrentamento da Covid-19.

Atenciosamente,

ANDERSON VAGNER GOIS DOS SANTOS
PROCURADOR DA REPÚBLICA

1 A resposta a este ofício deve ser feita por meio eletrônico, **no prazo de vinte dias**, acessando o endereço: <http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>, na opção: “Protocolar – Documentos diversos”.

2 Segundo informações extraídas do portal eletrônico https://painelms.saude.gov.br/extensions/TEMP_COVID19/TEMP_COVID19.html, foram repassados a Icém/SP os valores de R\$ 16.362,00 (em 30/03/2020) e R\$ 34.856,44 (em 09/04/2020), pelas Medidas Provisórias nº 924, de 13 de março de 2020, e nº 940, de 2 de abril de 2020; Portarias MS nº 480 e 774, respectivamente, totalizando o valor de R\$ 51.218,44, bem como que Icém conta com o apoio FPM de R\$ 44.453,58.



Notícia de Fato nº 1.34.015.000172/2020-32

DESPACHO

Tendo em vista que os municípios de Guaraci, Icém, Nova Granada, Riolândia e Severínia não responderam aos ofícios MPF nºs 456/2020 PRM-SSP-SP-00003898/2020 (Guaraci), 457/2020 PRM-SSP-SP-00003899/2020 (Icém), 458/2020 PRM-SSP-SP-00003900/2020 (Nova Granada), 464/2020 PRM-SSP-SP-00003906/2020 (Riolândia) e 465/2020 PR-SSP-SP-00003907- (Severínia), reiterem-se o teor deles.

Ainda, considerando o decurso do prazo previsto para conclusão da Notícia de Fato e havendo, no momento, diligências pendentes, indispensáveis a sua conclusão, determino a prorrogação do prazo para a sua conclusão por mais 90 (noventa) dias, nos termos do art. 3º, *caput*, da Resolução nº 174/2017, do CNMP.

São José do Rio Preto, 10 de julho de 2020.

ANDERSON VAGNER GOIS DOS SANTOS
PROCURADOR DA REPÚBLICA



OFÍCIO MPF nº 718/2020
PRM-SSP-SP-00005946/2020

São José do Rio Preto, 10 de julho de 2020.

Excelentíssima Senhora
TÂNIA YUGAR
Prefeita do Município de Nova Granada/SP
Endereço: Praça São Benedito, nº 417, Centro
CEP: 15.440-000 – Nova Granada/SP

Referência: Notícia de Fato nº 1.34.015.000172/2020-32

Excelentíssima Senhora Prefeita,

Cumprimentando-a, venho reiterar o ofício MPF nº 458/2020 (PRM-SSP-SP-00003900/2020), que ficou sem resposta da Prefeitura, e tem por finalidade instruir o procedimento em epígrafe, que acompanha a destinação dos recursos enviados pelo Governo Federal para as ações de combate ao Coronavírus, de modo que requisito que nos sejam prestados esclarecimentos¹ sobre a destinação das verbas federais², até o momento, pelo município de Nova Granada no enfrentamento da Covid-19.

Atenciosamente,

ANDERSON VAGNER GOIS DOS SANTOS
PROCURADOR DA REPÚBLICA

1 A resposta a este ofício deve ser feita por meio eletrônico, **no prazo de vinte dias**, acessando o endereço: <http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>, na opção: “Protocolar – Documentos diversos”.

2 Segundo informações extraídas do portal eletrônico https://painelms.saude.gov.br/extensions/TEMP_COVID19/TEMP_COVID19.html, foram repassados a Nova Granada/SP os valores de R\$ 42.614,00 (em 30/03/2020) e R\$ 58.534,27 (em 09/04/2020), pelas Medidas Provisórias nº 924, de 13 de março de 2020, e nº 940, de 2 de abril de 2020; Portarias MS nº 480 e 774, respectivamente, totalizando o valor de R\$ 101.148,27, bem como que Nova Granada conta com o apoio FPM de R\$ 88.907,16.



Notícia de Fato nº 1.34.015.000172/2020-32

DESPACHO

Tendo em vista que os municípios de Guaraci, Icém, Nova Granada, Riolândia e Severínia não responderam aos ofícios MPF nºs 456/2020 PRM-SSP-SP-00003898/2020 (Guaraci), 457/2020 PRM-SSP-SP-00003899/2020 (Icém), 458/2020 PRM-SSP-SP-00003900/2020 (Nova Granada), 464/2020 PRM-SSP-SP-00003906/2020 (Riolândia) e 465/2020 PR-SSP-SP-00003907- (Severínia), reiterem-se o teor deles.

Ainda, considerando o decurso do prazo previsto para conclusão da Notícia de Fato e havendo, no momento, diligências pendentes, indispensáveis a sua conclusão, determino a prorrogação do prazo para a sua conclusão por mais 90 (noventa) dias, nos termos do art. 3º, *caput*, da Resolução nº 174/2017, do CNMP.

São José do Rio Preto, 10 de julho de 2020.

ANDERSON VAGNER GOIS DOS SANTOS
PROCURADOR DA REPÚBLICA



OFÍCIO MPF nº 719/2020
PRM-SSP-SP-00005948/2020

São José do Rio Preto, 10 de julho de 2020.

Excelentíssima Senhora
FABIANA BARCELOS FERREIRA
Prefeita do Município de Riolândia/SP
Endereço: Praça Antônio Levino, nº 470, Centro
CEP: 15.495-000 – Riolândia/SP

Referência: Notícia de Fato nº 1.34.015.000172/2020-32

Excelentíssima Senhora Prefeita,

Cumprimentando-a, venho reiterar o ofício MPF nº 464/2020 (PRM-SSP-SP-00003906/2020), que ficou sem resposta da Prefeitura, e tem por finalidade instruir o procedimento em epígrafe, que acompanha a destinação dos recursos enviados pelo Governo Federal para as ações de combate ao Coronavírus, de modo que requisito que nos sejam prestados esclarecimentos¹ sobre a destinação das verbas federais², até o momento, pelo município de Riolândia no enfrentamento da Covid-19.

Atenciosamente,

ANDERSON VAGNER GOIS DOS SANTOS
PROCURADOR DA REPÚBLICA

1 A resposta a este ofício deve ser feita por meio eletrônico, **no prazo de vinte dias**, acessando o endereço: <http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>, na opção: “Protocolar – Documentos diversos”.

2 Segundo informações extraídas do portal eletrônico https://painelms.saude.gov.br/extensions/TEMP_COVID19/TEMP_COVID19.html, foram repassados a Riolândia/SP os valores de R\$ 24.684,00 (em 30/03/2020) e R\$ 32.512,41 (em 09/04/2020), pelas Medidas Provisórias nº 924, de 13 de março de 2020, e nº 940, de 2 de abril de 2020; Portarias MS nº 480 e 774, respectivamente, totalizando o valor de R\$ 57.196,41, bem como que Riolândia conta com o apoio FPM de R\$ 59.271,43.



Notícia de Fato nº 1.34.015.000172/2020-32

DESPACHO

Tendo em vista que os municípios de Guaraci, Icém, Nova Granada, Riolândia e Severínia não responderam aos ofícios MPF nºs 456/2020 PRM-SSP-SP-00003898/2020 (Guaraci), 457/2020 PRM-SSP-SP-00003899/2020 (Icém), 458/2020 PRM-SSP-SP-00003900/2020 (Nova Granada), 464/2020 PRM-SSP-SP-00003906/2020 (Riolândia) e 465/2020 PR-SSP-SP-00003907- (Severínia), reiterem-se o teor deles.

Ainda, considerando o decurso do prazo previsto para conclusão da Notícia de Fato e havendo, no momento, diligências pendentes, indispensáveis a sua conclusão, determino a prorrogação do prazo para a sua conclusão por mais 90 (noventa) dias, nos termos do art. 3º, *caput*, da Resolução nº 174/2017, do CNMP.

São José do Rio Preto, 10 de julho de 2020.

ANDERSON VAGNER GOIS DOS SANTOS
PROCURADOR DA REPÚBLICA



MPF | Procuradoria
da República em
São José do Rio Preto
Ministério Público Federal

OFÍCIO MPF nº 720/2020
PRM-SSP-SP-00005950/2020

São José do Rio Preto, 10 de julho de 2020.

Excelentíssimo Senhor
CELSO DA SILVA
Prefeito do Município de Severínia/SP
Endereço: Rua Capitão Augusto de Almeida, nº 332, Centro
CEP: 14.735-000 – Severínia/SP

Referência: Notícia de Fato nº 1.34.015.000172/2020-32

Excelentíssimo Senhor Prefeito,

Cumprimentando-o, venho reiterar o ofício MPF nº 465/2020 (PRM-SSP-SP-00003907/2020), que ficou sem resposta da Prefeitura, e tem por finalidade instruir o procedimento em epígrafe, que acompanha a destinação dos recursos enviados pelo Governo Federal para as ações de combate ao Coronavírus, de modo que requisito que nos sejam prestados esclarecimentos¹ sobre a destinação das verbas federais², até o momento, pelo município de Severínia no enfrentamento da Covid-19.

Atenciosamente,

ANDERSON VAGNER GOIS DOS SANTOS
PROCURADOR DA REPÚBLICA

1 A resposta a este ofício deve ser feita por meio eletrônico, **no prazo de vinte dias**, acessando o endereço: <http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>, na opção: “Protocolar – Documentos diversos”.

2 Segundo informações extraídas do portal eletrônico https://painelms.saude.gov.br/extensions/TEMP_COVID19/TEMP_COVID19.html, foram repassados a Severínia/SP os valores de R\$ 34.656,00 (em 30/03/2020) e R\$ 36.717,63 (em 09/04/2020), pelas Medidas Provisórias nº 924, de 13 de março de 2020, e nº 940, de 2 de abril de 2020; Portarias MS nº 480 e 774, respectivamente, totalizando o valor de R\$ 71.373,63, bem como que Severínia conta com o apoio FPM de R\$ 88.907,16.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO S.J.DO
R.PRETO/CATAND
GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/SAO JOSE DO RIO PRETO

Termo de Prorrogação

(Gerado automaticamente pelo Sistema Único)

Expediente:

1.34.015.000172/2020-32

Data prevista de finalização:

15/09/2020 14:36

Usuário:

RAISSA JAMAL RODRIGUES

Data:

10/07/2020 21:24



PREFEITURA MUNICIPAL DE SEVERÍNIA

Severínia, 30 de Junho de 2020.

OFÍCIO N. - 133/2020-GP

Ref. Ofício MPF nº 465/2020

PRM – SSP – SP – 00003907/2020

Exma. Sra. Dra. Promotora de Justiça,

Em acatamento a requisição contida no Ofício em epígrafe indicado, informo em anexo as despesas para enfrentamento do Covid -19 com recursos federais até o momento.

Informo ainda, que em relação aos valores de R\$ 34.656,00 (em 30/03/2020 e R\$ 36.717,63 (em 09/04/2020), os mesmos estão em processo licitatório para aquisição de EPI aos servidores da saúde do Município.

Por fim, informamos que todas as informações relacionadas a receitas e despesas com a Pandemia – Covid-19 estão disponíveis no Portal da Transparência do Município no site: WWW.severinia.sp.gov.br.

Sem mais para o momento, colocando-nos à disposição para outros esclarecimentos que se fizerem necessários, outrossim, prevalecemos da oportunidade para renovar nossos protestos de elevada estima e consideração.

CELSO DA SILVA
Prefeito

Exm. Sr.

DOUTOR ANDERSON VAGNER GOIS DOS SANTOS

DD. PROMOTOR DE JUSTIÇA DE OLÍMPIA – SP

Avenida Juscelino Kubitschek de Oliveira, n.1020, 3º Andar – Jd. Maracanã
São José do Rio Preto-SP CEP: 15092-5111





MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assinatura/Certificação do documento **PRM-SSP-SP-00005992/2020 PROTOCOLO ELETRÔNICO**

.....
Signatário(a): **CLAUDIO PIRES FERREIRA DE PAULA**

Data e Hora: **13/07/2020 12:27:08**

Autenticado com login e senha

.....
Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 41047439.EDA9E58F.E82D46F5.38722C98

Empenho	Tipo	Data	Cód. Forn.	Descrição	Funcional	Poder	Nome do Poder	Órgão
3223	OR	03/06/2020	201669	BOTELHO REPRESENTAÇÕES EIRELI	10.301.0007.2022.0000	02	PODER EXECUTIVO	0207
3255	OR	08/06/2020	1443	PROSEGURANÇA EQUIP.PROT.LTDA ME	10.301.0007.2022.0000	02	PODER EXECUTIVO	0207
3256	OR	08/06/2020	1443	PROSEGURANÇA EQUIP.PROT.LTDA ME	10.301.0007.2022.0000	02	PODER EXECUTIVO	0207
3298	OR	08/06/2020	3029	ARLEI JOSÉ FRIGIERI - ME	10.301.0007.2022.0000	02	PODER EXECUTIVO	0207
3460	OR	16/06/2020	197591	REDE SOL FUEL DISTRIBUIDORA S/A	08.243.0004.2010.0000	02	PODER EXECUTIVO	0204
3467	OR	16/06/2020	194238	ANA MARIA DAMIAO DE SOUZA 15937991877	08.243.0004.2012.0000	02	PODER EXECUTIVO	0204
3468	OR	16/06/2020	194238	ANA MARIA DAMIAO DE SOUZA 15937991877	08.243.0004.2010.0000	02	PODER EXECUTIVO	0204
3469	OR	16/06/2020	2330	MARIA A. VILELA BUFFET - ME	08.243.0004.2010.0000	02	PODER EXECUTIVO	0204
3470	OR	16/06/2020	197744	JOSE ANTONIO HERNANDES MORENO SOLER	08.243.0004.2012.0000	02	PODER EXECUTIVO	0204
3471	OR	16/06/2020	883	ALESSANDRA M SBROLINI BIAGGI ME	08.243.0004.2012.0000	02	PODER EXECUTIVO	0204

[illegible]

Nome da Subfunção	Programa	Nome do Programa	Projeto/Ativ.	Nome do Projeto/Atividade	Natureza
Atenção Básica	0007	Promoção da Saúde Pública Municipal	2022	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	3.3.90.30.22
Atenção Básica	0007	Promoção da Saúde Pública Municipal	2022	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	3.3.90.30.36
Atenção Básica	0007	Promoção da Saúde Pública Municipal	2022	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	3.3.90.30.36
Atenção Básica	0007	Promoção da Saúde Pública Municipal	2022	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	3.3.90.30.36
Proteção Basica	0004	Assistência Social Geral	2010	Proteção Especial de Alta Complexidade	3.3.90.30.01
Proteção Basica	0004	Assistência Social Geral	2012	Proteção Social Basica	3.3.90.39.17
Proteção Basica	0004	Assistência Social Geral	2010	Proteção Especial de Alta Complexidade	3.3.90.39.17
Proteção Basica	0004	Assistência Social Geral	2010	Proteção Especial de Alta Complexidade	3.3.90.39.41
Proteção Basica	0004	Assistência Social Geral	2012	Proteção Social Basica	3.3.90.39.19
Proteção Basica	0004	Assistência Social Geral	2012	Proteção Social Basica	3.3.90.39.70

Nome da Natureza	Cód. Aplicação	Código Aplicação	Fonte
MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO	312.003	COMBATE AO CORONAVIRUS COVID 19	05
MATERIAL HOSPITALAR	312.003	COMBATE AO CORONAVIRUS COVID 19	05
MATERIAL HOSPITALAR	312.003	COMBATE AO CORONAVIRUS COVID 19	05
MATERIAL HOSPITALAR	312.003	COMBATE AO CORONAVIRUS COVID 19	05
COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	312.004	FNAS DO COVID-19 NO SUAS	05
MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	312.007	COVID-19 PROTEÇÃO S. BASICA	05
MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	312.006	COVID-19 PROTEÇÃO S. ESPECIAL	05
FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO	312.006	COVID-19 PROTEÇÃO S. ESPECIAL	05
MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS	312.007	COVID-19 PROTEÇÃO S. BASICA	05
CONFECÇÃO DE UNIFORMES, BANDEIRAS E FLÂMULAS	312.004	FNAS DO COVID-19 NO SUAS	05

Fonte de Recurso	Cód. Fonte	Código Fonte	Nº Processo	Objeto com Detalhamento
TRANSFERENCIAS E CONVENIOS FEDERAIS-VINCULADOS	00	Recursos Ordinarios		Referente ao fornecimento de TOUCA DESC.C/ELÁSTICO SANFONADA conforme especificacao da nota fiscal nº anexada a primeira via do presente processo.
TRANSFERENCIAS E CONVENIOS FEDERAIS-VINCULADOS	00	Recursos Ordinarios		FAZ-SE NECESARIO PARA TRANFERENCIA DE PACIENTES COM SUSPEITA DE COVID -19
TRANSFERENCIAS E CONVENIOS FEDERAIS-VINCULADOS	00	Recursos Ordinarios		FAZ-SE NESSESARIO PARA TRANFERENCIA DE PACIENTES COM SUSPEITA DE COVID - 19
TRANSFERENCIAS E CONVENIOS FEDERAIS-VINCULADOS	00	Recursos Ordinarios		Referente ao fornecimento de OXIMETROS DE PULSO COMPACTO conforme especificacao da nota fiscal nºanexada a primeira via do presente processo.
TRANSFERENCIAS E CONVENIOS FEDERAIS-VINCULADOS	00	Recursos Ordinarios	22	Pedido gerado a partir do resultado da Licitação de Registro de Preços: 000035/20 - Entidade: 2 - Ano Mod.: 2020 - Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL - Nº Mod.: 6 - Mod. Formatada: 6 - Contratação de empresa para fornecimento de combustível para abastecimento da frota municipal
TRANSFERENCIAS E CONVENIOS FEDERAIS-VINCULADOS	00	Recursos Ordinarios		Referente a prestacao de servicos RECARGA TONER HP 278,conforme especificacao da nota fiscal nº anexada a primeira via do presente processo.
TRANSFERENCIAS E CONVENIOS FEDERAIS-VINCULADOS	00	Recursos Ordinarios		Referente a prestacao de servicos RECARGA TONER D 101-ETC,conforme especificacao da nota fiscal nº anexada a primeira via do presente processo.
TRANSFERENCIAS E CONVENIOS FEDERAIS-VINCULADOS	00	Recursos Ordinarios		Referente a prestacao de servicos Fornecimento de alimentação para pessoas que se encontram neste municipio em situação de rua, atendidas pelo CREAS, no combate do COVID-19,conforme especificacao da nota fiscal nºanexada a primeira via do presente processo.
TRANSFERENCIAS E CONVENIOS FEDERAIS-VINCULADOS	00	Recursos Ordinarios		Referente a prestacao de SERVIÇO DE MÃO DE OBRA,conforme especificacao da nota fiscal nº anexada a primeira via do presente processo.
TRANSFERENCIAS E CONVENIOS FEDERAIS-VINCULADOS	00	Recursos Ordinarios		Referente a CONFECÇÃO DE MÁSCARAS DUPLA FACE,conforme especificacao da nota fiscal nº anexada a primeira via do presente processo.

Fundamento Legal	Inciso	Número Convênio	Ano Convênio	Licitação	Termo de Referência	Nº Contrato	Início Contrato
DISPENSA							
DISPENSA							
DISPENSA							
DISPENSA							
PREGÃO PRESENCIAL				000035/20	Contratação de empresa para fornecimento de combustível para abastecimento da frota municipal		
DISPENSA							
DISPENSA							
DISPENSA							
DISPENSA							
DISPENSA							

Final Contrato	Termo Aditivo do Contrato	Valor Empenhado	Valor Liquidado	Valor Pago
		2.000,00	2.000,00	0,00
		96,20	0,00	0,00
		86,20	0,00	0,00
		1.503,00	0,00	0,00
		320,00	0,00	0,00
		225,00	0,00	0,00
		225,00	0,00	0,00
		1.445,30	1.445,30	0,00
		395,00	395,00	0,00
		2.660,00	2.660,00	0,00

Empenho	Tipo	Data	Cód. Forn.	Descrição	Funcional	Poder	Nome do Poder	Órgão
3494	OR	17/06/2020	195040	FERNANDA DA SILVA - ME	08.243.0004.2012.0000	02	PODER EXECUTIVO	0204
3501	OR	17/06/2020	194137	CAZANOVA MAT. P/CONSTRUÇÃO LTDA-EPP	08.243.0004.2012.0000	02	PODER EXECUTIVO	0204
3569	OR	23/06/2020	1443	PROSEGURANÇA EQUIP.PROT.LTDA ME	10.301.0007.2022.0000	02	PODER EXECUTIVO	0207
3572	OR	23/06/2020	195040	FERNANDA DA SILVA - ME	08.243.0004.2010.0000	02	PODER EXECUTIVO	0204

Nome do Órgão	Local	Nome Local	Função	Nome da Função	Subfunção
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	020400	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	08	Assistência Social	243
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	020400	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	08	Assistência Social	243
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	020700	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10	Saúde	301
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	020400	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	08	Assistência Social	243

Nome da Subfunção	Programa	Nome do Programa	Projeto/Ativ.	Nome do Projeto/Atividade	Natureza
Proteção Basica	0004	Assistência Social Geral	2012	Proteção Social Basica	3.3.90.30.26
Proteção Basica	0004	Assistência Social Geral	2012	Proteção Social Basica	3.3.90.30.24
Atenção Básica	0007	Promoção da Saúde Pública Municipal	2022	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	3.3.90.30.36
Proteção Basica	0004	Assistência Social Geral	2010	Proteção Especial de Alta Complexidade	3.3.90.39.17

Nome da Natureza	Cód. Aplicação	Código Aplicação	Fonte
MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	312.007	COVID-19 PROTEÇÃO S. BASICA	05
MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	312.007	COVID-19 PROTEÇÃO S. BASICA	05
MATERIAL HOSPITALAR	312.003	COMBATE AO CORONAVIRUS COVID 19	05
MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	312.006	COVID-19 PROTEÇÃO S. ESPECIAL	05

Fonte de Recurso	Cód. Fonte	Código Fonte	Nº Processo	Objeto com Detalhamento
TRANSFERENCIAS E CONVENIOS FEDERAIS-VINCULADOS	00	Recursos Ordinarios		Referente ao fornecimento de LEITOR DE CÓDIGO DE BARRAS-ETC conforme especificacao da nota fiscal nºanexada a primeira via do presente processo.
TRANSFERENCIAS E CONVENIOS FEDERAIS-VINCULADOS	00	Recursos Ordinarios		Referente ao fornecimento de PEDRA BRITADA-ETC conforme especificacao da nota fiscal nº anexada a primeira via do presente processo.
TRANSFERENCIAS E CONVENIOS FEDERAIS-VINCULADOS	00	Recursos Ordinarios		Referente ao fornecimento de MACACÃO VICS BR-ETC FAZ-SE NECESSARIO DEVIDO A PROTEÇÃO DOS FUNCIONARIOS DO PRONTO SOCORRO DURANTE A PANDEMIA DO COVID - 19 conforme especificacao da nota fiscal nº anexada a primeira via do presente processo.
TRANSFERENCIAS E CONVENIOS FEDERAIS-VINCULADOS	00	Recursos Ordinarios		Referente a prestacao de servicos SERVICO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA IMPRESSORA LASER-ETC,conforme especificacao da nota fiscal nº anexada a primeira via do presente processo.

Fundamento Legal	Inciso	Número Convênio	Ano Convênio	Licitação	Termo de Referência	Nº Contrato	Início Contrato
DISPENSA							
DISPENSA							
DISPENSA							
DISPENSA							

Final Contrato	Termo Aditivo do Contrato	Valor Empenhado	Valor Liquidado	Valor Pago
		639,00	0,00	0,00
		1.827,06	1.827,06	0,00
		359,40	0,00	0,00
		1.190,00	0,00	0,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE ICÉM

Estado de São Paulo
CNPJ 45.726.742/0001-37



Icém – SP, 17 de Julho de 2020.

Ofício nº. **149/2020**.

Assunto: Presta informações.

Ref.: Ofício MPF/PRM/SJRP Nº 351/2020 e Ofício nº 717/2020 PRM-SSP-SP 00005944/2020
ambos com referência à notícia de fato nº 1.34.015.000172/2020-32

Prezado senhor,

Cumprimentando-o cordialmente, venho através do presente, à presença de V. Excelência, prestar as informações solicitadas por meio do ofício supracitado.

Esclarecemos que em nosso município como medida de auxílio à população foram adquiridas, em caráter emergencial, 1.000 (um mil) kits de alimentação (cestas básicas) que foram distribuídos em duas datas, tendo como fonte de recurso para pagamento o próprio do município.

Com relação aos recursos do PNAE, os mesmos não foram gastos desde a paralização das atividades escolares, contudo, o município já está se organizando para atender os munícipes com fonte de pagamento proveniente desse recurso. E dentro do planejamento atenderemos as recomendações encaminhadas a este município no Ofício MPF/PRM/SJRP Nº 351/2020.

Com relação aos recursos citados no ofício nº 717/2020, item de rodapé nº 2, esclarecemos que o valor citado de R\$ 51.218,44 é relacionado ao FNS – Fundo Nacional de Saúde, e foram empregados em compra de materiais de EPI e destinados ao enfrentamento da pandemia. E o outro valor citado de R\$ 44.453,58, se trata de apoio financeiro enviado a todos os municípios de maneira proporcional para minimizar as perdas do FPM – Fundo de Participação dos Municípios, que possui destinação livre e foram regulamentados através das MPs 938/2020 e 939/2020.

Sendo o que se apresenta para o momento, aproveito o ensejo para apresentar protestos de distinta consideração.

Atenciosamente,


Maria de Lourdes Gomes da Silva de Moraes
Prefeita Municipal

Ao Exmo. Sr. Dr.
Procurador da República



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assinatura/Certificação do documento **PRM-SSP-SP-00006275/2020 PROTOCOLO ELETRÔNICO**

.....
Signatário(a): **CLAUDIO PIRES FERREIRA DE PAULA**

Data e Hora: **21/07/2020 14:54:28**

Autenticado com login e senha

.....
Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 4469F479.BA9E4C6C.FC4AE3D7.DBCDE6D2



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIOLANDIA

45162864/0001-48

Praca Antonio Levino, 470

NOTA EMPENHO		Numero 002/08845		Processo: 050	
Ficha 668	Data 30/06/2020	Requi	Venci 30/07/2020	Dt Liq	30/06/2020
Licitação 000050/20	DISPENSA		Nº 0019/20	Doc	NOTA FISCAL Nº
Fornecedor RIOLANDIA.COM COMERCIO,SERVICOS E L			08.271.913/0001-54		Cod 2328
Endereço R 10			775 RIOLANDIA		15495-000

Recurso/Aplicação	Material/Serviço
0 Recursos nao Destinados a Contrapa	IMPORTANCIA EMPENHADA REFERENTE À
05 TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO
81 Recursos de Convenios	FORNECIMENTO DE ESTRUTURA PARA INSTALAÇÃO DE
312 RECURSOS PARA COMBATE AO C	BARREIRA SANITÁRIA NO MUNICIPIO DE
003 Combate do Coronavírus Recurso Fe	RIOLÂNDIA/SP.CONTRATO Nº 083/2020

OR - Ordinario

02

020606

3.3.90.39.99

10.122.0014.2076.0000

PREFEITURA MUNICIPAL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Enfrentameto da Emergência de Saúde Pública - COVID-19

Dotação Inicial
30.000,00

Empenhado até Data
15.000,00

Valor Empenho
9.950,00

Saldo Atual
5.050,00

R\$ #9.950,00# nove mil, novecentos e cinquenta reais*

Autorizado
30/06/2020

FABIANA BARCELOS FERREIRA
PREFEITA MUNICIPAL

Contabilizado
30/06/2020

PEDRO ANTONIO THEODORO DE MELO
CHEFE DO SETOR CONTABILIDADE

A despesa referente a esse empenho, foi devidamente processada, encontrando-se em ordem para pagamento.

Data 30/06/2020

Ordem de Pagamento

___/___/___

Despesa paga. ___/___/___

Banco ___ Conta

Cheque

Valor: 0,00

Banco ___ Conta

Cheque

Valor

RECIBO. Recebi(emos) o valor constante deste empenho.

___/___/___

Nome:

CGC/CPF:



PM DE RIOLÂNDIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIOLÂNDIA
NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e



Número da NFS-e
651
Código de Verificação de Autenticidade
92ORUX71H
Data e Hora de Emissão da NFS-e
06/07/2020 às 10:03:32
Chave de Acesso
37811UXQCD7ZKP94S6QTW5PPB9B1EPSP

Para certificação da autenticidade acesse
<http://191.19.252.243:8080/issweb>, menu
consultas e informe os dados desta NFS-e.

Informações Fiscais

Exigibilidade do ISS Exigível	Número do Processo	Município de Incidência do ISS	Local da Prestação
		RIOLÂNDIA-SP	RIOLÂNDIA - SP
Número do RPS	Série do RPS	Tipo do RPS	Data do RPS
			06/07/2020
Optante Simples Nacional	Incentivo Fiscal	Regime Especial Tributação	Tipo ISS
1 - Sim	2 - Não	Sociedade de Profissionais	03 - Sobre Faturamento

PRESTADOR DE SERVIÇOS

CPF/CNPJ: **08.271.913/0001-54** RG/Inscrição Estadual: **590.058.522.116** Inscrição Municipal: **0019/2006** Cadastro: **002819** Nome/Razão Social: **RIOLÂNDIA COM COMÉRCIO, SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA-ME**
Logradouro: **RUA 10, 00775** Complemento: **CENTRO** Bairro: **CENTRO**
CEP: **15495-000** Cidade: **RIOLÂNDIA-SP** Telefone: E-mail:

TOMADOR DE SERVIÇOS

CPF/CNPJ/Documento: **45.162.864/0001-48** RG/Inscrição Estadual: **ISENTO** Inscrição Municipal: ********* Nome/Razão Social: **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIOLÂNDIA**
Logradouro: **PRAÇA ANTONIO LEVINO, 470** Complemento: Bairro: **CENTRO**
CEP/Cod.Postal: **15495-000** Cidade/Pais: **RIOLÂNDIA - SP** Telefone: **17 38019020** E-mail: **PMRIOLANDIACOMPRAS@HOTMAIL.COM**

Discriminação dos Serviços

Qtde.	Un. Medida	Descrição	Vir. Unitário	Total
5,0000	UN	LOCAÇÃO DE BANHEIRO QUIMICO ECOLOGICO	200,00	R\$ 1.000,00
6,0000	UN	LOCAÇÃO DE 02 TENDAS PIRAMIDES 10X10MTS	1.200,00	R\$ 7.200,00
7,0000	UN	LOCAÇÃO DE TENDA PIRAMIDE 5X5MTS	250,00	R\$ 1.750,00



Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS

LC 116/2003: 03.04	Aliquota	Atividade Município	Código CNAE	Código da Obra	Código ART
Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou	2,17%	0000030000004	7739003		
Valor Total dos Serviços	Desconto Incondicionado	Deduções Base Cálculo	Base de Cálculo	Total do ISS	ISS Retido
R\$ 9.950,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 9.950,00	R\$ 215,92	2 - Não
					Desconto Condicionado
					R\$ 0,00

Retenções de Impostos

PIS	COFINS	INSS	IRRF	CSLL	Outras Retenções
R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Valor Líquido da NFS-e: **R\$ 9.950,00**

Val. Aprox. Tributos:

Informações Complementares

RECEBI(EMOS) DE **RIOLÂNDIA COM COMÉRCIO, SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA-ME** O SERVIÇO CONSTANTE DA NFS-e DE NÚMERO **651** E CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO **92ORUX71H**.

Data

CPF/RG

Assinatura

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIOLANDIA
 PRAÇA ANTONIO LEVINO Nº 470
 CNPJ : 45.162.864/0001-48

Page 1

PEDIDO DE COMPRA

Autorizado por :
 Data : 06/07/2020

Pedido: 05153/20 DATA Pedido: 06/07/2020 DATA Entrega: 06/07/2020 CNPJ: 08.271.913/0001-54 COD: 2326

Fornecedor: RIOLANDIA.COM COMERCIO, SERVICOS E LOCACAOES LTDA -
 Endereço: R. 10 RIOLANDIA

Cod Prod	Discr.	Unid	Quant	\$ Unit	Centro de Custo	Valor
300.001.696	SERVIÇO LOCAÇÃO DE BANHEIRO QUÍMICO	SERVI	5	200,00	ENFRENTAMENTO DE EMERGENCIA SAUDE PUBLICA	1.000,00
300.001.701	SERVIÇO LOCAÇÃO TENDA 10X10MTS PE DIREITO SMT	SERVI	61	200,00	ENFRENTAMENTO DE EMERGENCIA SAUDE PUBLICA	12.200,00
300.001.402	SERVIÇO LOCAÇÃO TENDA 5MTS X 5MTS	SERVI	7	250,00	ENFRENTAMENTO DE EMERGENCIA SAUDE PUBLICA	1.750,00
TOTAL PEDIDO						9.950,00

Obs.:
 000050/20 - DISPENSA: 19

Empenho(s):

Pedido gerado a partir do resultado da Licitação: 000050/20 - Entidade: 1 - Ano Mod.: 2020 - Modalidade: DISPENSA - Nº Mod.: 19 - Mod. Formatada: 19 - Contratação de empresa especializada no fornecimento de estrutura para instalação de Barreira Sanitária no município de Riolândia/SP, em atendimento a pandemia de COVID-19, conforme especificações e quantidades estimadas no Termo de Referência. COVID-19.

ALMOXARIFADO

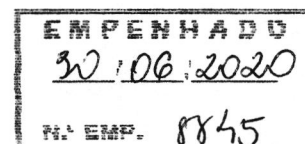
DANILO BARCELOS DE PADUA PAZ
 INTERESSADO/RESPONSÁVEL

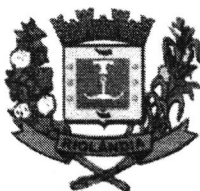
CLODIVALDO DE FAVERI

ENVIAR e-mail DA NOTA NA DATA DE FATURAMENTO

Enviar e-mail na data do faturamento da nota.

e-mail: compras@riolandia.sp.gov.br





MUNICÍPIO DE RIOLÂNDIA
Estado de São Paulo
CNPJ 45.162.864./0001-48



**CONTRATO Nº 083/2020 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 019/2020 –
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 050/2020 – REFERENTE À
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO
FORNECIMENTO DE ESTRUTURA PARA INSTALAÇÃO DE
BARREIRA SANITÁRIA NO MUNICÍPIO DE RIOLÂNDIA/SP**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIOLÂNDIA**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ de nº 45.162.864/0001-48, com sede na Praça Antônio Levino, nº 470, Centro, CEP.: 15.495-000, Riolândia-SP, neste ato representado por **FABIANA BARCELOS FERREIRA**, brasileira, casada, Prefeita Municipal de Riolândia, portadora do RG nº. 5.212.006-3 e CPF nº. 290.660.478-01, residente e domiciliada na Rua 12, nº 991, cidade de Riolândia, Estado de São Paulo, Prefeita Municipal no efetivo exercício do cargo, doravante denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado, denominado simplesmente de **CONTRATADO** a empresa **RIOLANDIA.COM COMERCIO, SERVICOS E LOCACOES LTDA - ME**, inscrita no CNPJ sob o nº. 08.271.913/0001-54, situada à Rua Dez, nº. 775, Centro, na cidade de Riolândia, Estado de São Paulo, CEP 15.495-000, neste ato representada por sua Proprietária, a Senhora **JOICE AGUIAR BATISTA DE SOUZA**, portador do RG nº 55.479.193 SSP/SP e CPF nº 445.707.078-58, resolvem entre si celebrar o presente Contrato, regido pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada no fornecimento de estrutura para instalação de Barreira Sanitária no município de Riolândia/SP, em atendimento à pandemia de COVID-19, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I – Termo de Referência.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

2.1. A **CONTRATADA** se obriga a prestar os serviços, conforme requisitado pela **CONTRATANTE**.

2.2. Fica a **CONTRATADA** responsável por todos os custos diretos e indiretos relativos à prestação dos serviços relativo a este contrato, inclusive despesas com materiais, transportes, fretes, mão-de-obra, remunerações, bem como todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários e tributários, ou quaisquer outros custos e encargos decorrentes, ou que venham a ser devidos em razão da avença.

Fone: 17 3801-9020

Praça Antonio Levino, 470 - Centro - CEP 15495-000 - Cx. Postal 41 - Riolândia/SP
sic@riolandia.gov.br

Joice



MUNICÍPIO DE RIOLÂNDIA
Estado de São Paulo
CNPJ 45.162.864./0001-48



2.3. Fica a **CONTRATADA** obrigada a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

3.1. A **CONTRATANTE** se obriga a apresentar a **CONTRATADA** todos os documentos necessários ao bom e fiel cumprimento do presente contrato de Prestação de Serviço, quando solicitado.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1. Pela prestação dos serviços acertados, a **CONTRATANTE** pagará a **CONTRATADA** conforme as quantidades e especificações constantes no quadro abaixo, perfazendo o **valor global de R\$ 9.950,00 (nove mil, novecentos e cinquenta reais)**. Sendo que o pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias da apresentação do documento fiscal na Secretaria Municipal de Finanças/Tesouraria, e será efetuado através de depósito bancário na conta específica da **CONTRATADA**.

ITEM	DISCRIMINAÇÃO MÍNIMA	UNID.	QTD.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	Banheiro Químico: 01 (um) Banheiro químico de polietileno (cabine sanitária com mictório, papelreira e caixa de dejetos com assento, suporte para papel higiênico, piso antiderrapante, ponto de ventilação natural, teto translúcido, sistema de trava com chave). Obs. A empresa será responsável por transportar, instalar e retirar o banheiro; instalar o banheiro em condições adequadas de higiene; manter serviço de limpeza, em regime de plantão, durante o período de utilização do banheiro, com sucção; disponibilizar materiais de higiene para reposição durante o período de utilização do banheiro, tais como, lixeira e sacola plástica, manter equipe para instalação e retirada do banheiro.	Semanal	05	200,00	1.000,00
02	Tendas 10 x 10 metros: 02 (duas) Tendas 10 x 10 metros, pé direito de 05 metros de altura, calhas coletoras de água de chuvas sendo escoadas para fora da área coberta e laudo anti-chama das lonas e teto piramidal.	Semanal	06	1.200,00	7.200,00
03	Tendas 05 x 05 metros: 01 (uma) Tenda 05 x 05 metros, pé direito de 03 metros de altura, calhas coletoras de água de chuvas sendo escoadas para fora da área coberta e laudo anti-chama das lonas e teto piramidal.	Semanal	07	250,00	1.750,00

Fone: 17 3801-9020

Praça Antonio Levino, 470 - Centro - CEP 15495-000 - Cx. Postal 41 - Riolândia/SP
sic@riolandia.gov.br

Joice



MUNICÍPIO DE RIOLÂNDIA
Estado de São Paulo
CNPJ 45.162.864./0001-48



	coletoras de água de chuvas sendo escoadas para fora da área coberta e laudo anti-chama das lonas e teto piramidal.				
--	---	--	--	--	--

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS:

5.1 - Os recursos orçamentários serão atendidos pelas seguintes verbas, constantes do orçamento vigente assim codificada:

Órgão 02 – Prefeitura Municipal.

Unidade Orçamentária: 02.06.06 – Fundo Municipal de Saúde.

Programa: 10.122.0014.2076.000 – Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública – COVID-19.

Categoria Econômica: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros.

Fonte de Recursos: 01, 02 e 05.

CLÁUSULA SEXTA - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

6.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração do Município de Riolândia pelo prazo de até 05 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa, física ou jurídica, que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e, ainda, sujeitará a licitante às penalidades e sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações pelo não cumprimento de quaisquer das exigências contidas na legislação em vigor.

6.2. Multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o trigésimo dia, no fornecimento dos produtos/materiais, contado a partir da solicitação de entrega encaminhada pela Administração.

6.3. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento, quando decorridos 30 dias, ou mais, de atraso.

6.4. A multa de que tratam os subitens anteriores, somente poderão ser relevadas, quando os fatos geradores da penalidade decorram de casos fortuitos ou de força maior, que independam da vontade da licitante e quando aceitos, justifiquem o atraso.

6.5. Antes da aplicação das sanções de que tratam os subitens anteriores, será expedida uma notificação para que o fornecedor apresente justificativa, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data do recebimento da mesma, visando assegurar o direito à ampla defesa, disposto no artigo 5º, inciso LV da Constituição Federal.

6.6. As sanções de que tratam os subitens anteriores poderão ser aplicadas nos casos de descumprimento de prazo, sendo que serão registradas nos sistemas mantidos pela administração.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

7.1. O presente contrato poderá ser rescindido caso uma das partes não cumpra o estabelecido em qualquer das cláusulas deste instrumento, responsabilizando-se a que deu causa a pagar a multa de 10% (dez por cento) referente ao valor contratado sobre o valor total do contrato, Praça Antonio Levino, 470 - Centro - CEP 15495-000 - Cx. Postal 41 - Riolândia/SP
sic@riolandia.gov.br

José

Fone: 17.3801-9020



MUNICÍPIO DE RIOLÂNDIA
Estado de São Paulo
CNPJ 45.162.864./0001-48



multa essa não compensatória e que será cobrada através de medida judicial cabível a espécie na forma da legislação vigente, além de ficar obrigada, se for o caso, às perdas e danos, lucros cessantes, custas judiciais, honorários advocatícios e demais cominações legais.

CLÁUSULA OITAVA - DO PRAZO

8.1. O presente contrato terá validade de **90 (noventa) dias**.

CLÁUSULA NONA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

9.1. O presente contrato passa a valer a partir da assinatura pelas partes;

9.2. Todas as despesas e providências resultantes da execução dos serviços objeto do presente contrato, especialmente as obrigações previdenciárias, trabalhistas, fiscais e securitárias, são de inteira responsabilidade da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

10.1. Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do **CONTRATO**, as partes elegem o foro da comarca de Paulo de Faria, estado de São Paulo.

Por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento, em duas vias de igual teor, juntamente com 02 (duas) testemunhas.

Riolândia/SP, 26 de junho de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL RIOLÂNDIA

Contratante

FABIANA BARCELOS FERREIRA

Prefeita Municipal

Joice Aguiar Batista de Souza
RIOLÂNDIA.COM COMERCIO, SERVICOS E LOCACOES LTDA - ME

Contratada

JOICE AGUIAR BATISTA DE SOUZA

Proprietária

Testemunhas:

Nome:

Danilo Barcelos de Pádua Paz
Diretor Municipal de Saúde
CPF: 024.111.111-11

RG:

Nome:

RG: 28598806-2

Fone: 17 3801-9020

Praça Antonio Levino, 470 - Centro - CEP 15495-000 - Cx. Postal 41 - Riolândia/SP
sic@riolandia.gov.br



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assinatura/Certificação do documento **PRM-SSP-SP-00006278/2020 PROTOCOLO ELETRÔNICO**

.....
Signatário(a): **CLAUDIO PIRES FERREIRA DE PAULA**

Data e Hora: **21/07/2020 14:55:43**

Autenticado com login e senha

.....
Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave CC95D7DD.3C1F089A.8BAA053E.B3A3089F



MUNICÍPIO DE RIOLÂNDIA
Estado de São Paulo
CNPJ 45.162.864./0001-48



Riolândia/SP 22 de junho de 2020.

Ofício nº 125/2020
Referente ao Ofício MPF nº 719/2020

Ilustríssimo Procurador, da República,

em atendimento ao ofício em epígrafe e a solicitação nele consignada, venho respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, prestar esclarecimentos sobre a destinação das verbas federais, para o combate ao Coronavírus, conforme segue destacadas:

Que o município instalou uma barreira sanitária na via que dá acesso a cidade, por essa razão, foram contratados banheiros químicos e tendas, conforme segue anexado cópia da nota fiscal, **e que será utilizado a quantia** de R\$ 9.950,00 (nove mil novecentos e cinquenta reais) para custear tal ação.

Que foi feita a aquisição de materiais hospitalares, para o enfrentamento ao COVID-19, no valor de R\$ 38.985,15 (trinta e oito mil novecentos e oitenta e cinco reais e quinze centavos) conforme nota fiscal anexa.

No entanto, foi utilização da quantia de R\$ 22.287,60 (vinte e dois mil duzentos e oitenta e sete reais e sessenta centavos), de recursos Federais e o valor de R\$ 16.697,55 (dezesseis mil seiscentos e noventa e sete reais e cinquenta e cinco centavos) de recursos Estaduais, conforme notas de empenhos e recibos de depósitos que seguem anexados.

Fone: 17 3801-9020

Praça Antonio Levino, 470 - Centro - CEP 15495-000 - Cx. Postal 41 - Riolândia/SP
sic@riolandia.gov.br



MUNICÍPIO DE RIOLÂNDIA
Estado de São Paulo
CNPJ 45.162.864./0001-48



Salientamos que estamos à disposição para eventuais esclarecimentos ou informações.

Atenciosamente,

Fabiana Barcelos Ferreira
Prefeita de Riolândia

Ao Procurador da República
Anderson Vagner Gois dos Santos
Avenida Juscelino Kubitschek de Oliveira, 1020, 3º andar,
Jardim Panorama
São José do Rio Preto/SP
CEP 15092-175

Fone: 17 3801-9020

Praça Antonio Levino, 470 - Centro - CEP 15495-000 - Cx. Postal 41 - Riolândia/SP
sic@riolandia.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIOLANDIA

Praca Antonio Levino, 470

45162864/0001-48

Exercicio: 2020

ORDEM DE PAGAMENTO

Page 1

ORDEM DE PAGAMENTO 02560

DATA: 24/04/2020

VENCTO: 24/04/2020

PAGTO: 24/04/2020

Credor...: KENAN MEDICAMENTOS LTDA

CNPJ: 21.257.684/0001-81 Cod: 5510

Endereço: AV OSWALDO PERRONE

CEP: 14706-064

Cidade...: BEBEDOURO

Dados Bancarios:

Banco: 001

Agência: 0054-X

Conta: 2528-3

Discriminação...

AQUISIÇÃO DE AGUA OXIGENADA, ALMOTOLIA BICO RETO, COMPRESSA GAZE, EQUIPO MACROGOTAS, FITA MICROPORE, FRASC O P/ALIMENTAÇÃO LENÇOL DE PAPEL, LUVA PROCEDIMENTO P E M, MASCARA, SCALP, SONDA E SUPORTE PARA SORO DESTI NADO AO SETOR DE SAUDE. (REQ.3305/20 NF20.854)

Valor 38.985,15

(trinta e oito mil, novecentos e oitenta e cinco reais e quinze centavos) * * * * *

Despesa Bruta: RR\$ 38.985,15

EMP/SUB N.	LOCAL FUNCIONAL	NATUREZA	VALOR	ANULAÇÃO	DESCONTO	LÍQUIDO
	Cod Aplicação	Fonte de Recurso				
5868 / 1	OR 020606 10.122.0014.2076.0000 312 002	3.3.90.30.00	RR\$ 16.697,55	RR\$ 0,00	RR\$ 0,00	RR\$ 16.697,55
5869 / 1	OR 020606 10.122.0014.2076.0000 312 003	3.3.90.30.00	RR\$ 22.287,60	RR\$ 0,00	RR\$ 0,00	RR\$ 22.287,60
TOTAL			RR\$ 38.985,15	RR\$ 0,00	RR\$ 0,00	RR\$ 38.985,15

Despesa Líquida: RR\$ 38.985,15

ORDEM DE PAGAMENTO

PAGUE-SE _/ _/ _

FABIANA BARCELOS FÉRRERA
PREFEITA MUNICIPAL

Pagamento efetuado com o(s) seguinte(s) Recurso(s):

Banco	Cod	Conta	Cheque	Valor R\$
001	13019-2	13019-2	TRANSF	RR\$ 16.697,55
001	2003-6	2003-6	TRANSF	RR\$ 22.287,60
TOTAL. . .				RR\$ 38.985,15

Despesa paga em 24/04/2020 Com os recursos acima discriminados

MARILANE MENDONÇA BRICHI PEREIRA
TESOUREIRA

RECIBO: Recebi(emos) o valor constante deste(s) Empenho(s)

_/ _/ _

Ass: _____

Nome: KENAN MEDICAMENTOS LTDA
CGC/CPF: _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIOLANDIA

45162864/0001-48

Praca Antonio Levino, 470

NOTA EMPENHO

Numero 001/05869

Processo: 037

Ficha 665 Data 24/04/2020 Requi Venci 24/04/2020 Dt Liq 24/04/2020
 Licitação 000037/20 DISPENSA Nº 0013/20 Doc NOTA FISCAL Nº
 Fornecedor KENAN MEDICAMENTOS LTDA 21.257.684/0001-81 Cod 5510
 Endereço AV OSWALDO PERRONE 725 BEBEDOURO 14706-064

Recurso/Aplicação	Material/Serviço
0 Recursos nao Destinados a Contrapa	AQUISIÇÃO DE AGUA OXIGENADA, ALMOTOLIA BICO
05 TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS	RETO,COMPRESSA GAZE, EQUIPO MACROGOTAS, FITA
81 Recursos de Convenios	MICROPORE, FRASCO P/ALIMENTAÇÃO LENÇOL DE
312 RECURSOS PARA COMBATE AO C	PAPEL, LUVA PROCEDIMENTO P E M, MASCARA, SCALP,
003 Combate do Coronavírus Recurso Fe	SONDA E SUPORTE PARA SORO DESTINADO AO SETOR
	DE SAUDE. (REQ.3305/20 NF20.854)

OR - Ordinario

02

020606

3.90.30.36

10.122.0014.2076.0000

PREFEITURA MUNICIPAL
 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 MATERIAL HOSPITALAR

Enfrentameto da Emergência de Saúde Pública - COVID-19

Dotação Inicial	Empenhado até Data	Valor Empenho	Saldo Atual
25.000,00	0,00	22.287,60	2.712,40

R\$ #22.287,60# vinte e dois mil, duzentos e oitenta e sete reais e sessenta centavos

Autorizado
 24/04/2020

FABIANA BARCELOS FERREIRA
 PREFEITA MUNICIPAL

Contabilizado
 24/04/2020

PEDRO ANTONIO THEODORO DE MELO
 CHEFE DO SETOR CONTABILIDADE

A despesa referente a esse empenho, foi devidamente processada, encontrando-se em ordem para pagamento.

Data 24/04/2020

Ordem de Pagamento

Despesa paga. / /

Banco Conta Cheque Valor: 0,00

Banco Conta Cheque Valor

RECIBO. Recebi(emos) o valor constante deste empenho.

/ /

Nome:

CGC/CPF:



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIROLÂNDIA
PRAÇA ANTONIO LEVINO Nº 470
CNPJ : 45.162.864/0001-48

Página 1

PEDIDO DE COMPRA

Autorizado por :
Data : 09/04/2020

Pedido: 04001/20 Data Pedido: 09/04/2020 Data Entrega: 09/04/2020 CNPJ: 21.257.684/0001-81
COD: 5510

Fornecedor KENAN MEDICAMENTOS LTDA
Endereço: AV OSWALDO PERRONE

BEBEDOURO

Cod Prod	Discr.	Unid	Quant	\$ Unit	Centro de Custo	Valor
050.010.157	AGUA OXIGENADA 10VOL 1L	UN	100	8,00	ENFRENTAMENTO DE EMERGENCIA SAUDE PUBLICA	800,00 19
050.007.435	ALMOTOLIA, BICO RETO, 250ML, C/ 12	PCT	10	43,76	ENFRENTAMENTO DE EMERGENCIA SAUDE PUBLICA	437,60 19
050.007.562	COMPRESSA GAZE ESTERIL 11 FIOS C/10	PCT	5.000	0,704	ENFRENTAMENTO DE EMERGENCIA SAUDE PUBLICA	3.520,00 19
050.000.304	EQUIPO MACROGOTAS 1,5M	UN	1.000	2,78	ENFRENTAMENTO DE EMERGENCIA SAUDE PUBLICA	2.780,00 19
050.006.633	FITA MICROPORE 500MMX10M C/ CARRETEL	UN	500	27,20	ENFRENTAMENTO DE EMERGENCIA SAUDE PUBLICA	13.600,00 19
050.009.756	FRASCO P/ALIMENTAÇÃO ENTERAL 300ML	UN	1.000	1,15	ENFRENTAMENTO DE EMERGENCIA SAUDE PUBLICA	1.150,00 19
TOTAL PEDIDO						22.287,60

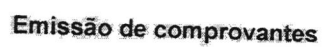
Obs.:
000037/20 - DISPENSA: 13
Empenho(s): 5869-08

Pedido gerado a partir do resultado da Licitação: 000037/20 - Entidade: 1 - Ano Mod.: 2020 - Modalidade: DISPENSA - Nº Mod.: 13 - Mod. Formatada: 13 - Aquisição de materiais hospitalares para atender a demanda das Unidades Básicas de Saúde do município de Rirolândia, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I. Termo de Referência.

ALMOXARIFADO

DANILO BARCELOS DE PADUA PAZ
INTERESSADO/RESPONSÁVEL

CLODOALDO DE FAVERI



G336241409592080016
24/04/2020 14:16:24

24/04/2020 - BANCO DO BRASIL - 14:16:10
582405824 SEGUNDA VIA 0004

SEGUNDA VIA
COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA
DE CONTA CORRENTE P/ CONTA CORRENTE

CLIENTE: SP 354420 FMS CUSTEIO SUS
AGENCIA: 5824-6 CONTA: 2.003-6

DATA DA TRANSFERENCIA	24/04/2020
NR. DOCUMENTO	550.054.000.002.528
VALOR TOTAL	22.287,60
***** TRANSFERIDO PARA	

***** TRANSFERIDO PARA: 22.287,60
 CLIENTE: KENAN MEDICAMENTOS EIRELI
 AGENCIA: 0054-X CONTA: 2.528-3
 NR. DOCUMENTO 555.824.000.002.003

NR. AUTENTICACAO 8.131.19C.245.4EC.7A1

Transação efetuada com sucesso por: JB555179 DANILO B P PAZ.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIROLÂNDIA

45162864/0001-48

Praca Antonio Levino, 470

NOTA EMPENHO	Numero 001/05868	Processo:	037
Ficha 666	Data 24/04/2020	Requi	Venci 24/04/2020
Licitação 000037/20	DISPENSA	Nº 0013/20	Dt Liq 24/04/2020
Fornecedor KENAN MEDICAMENTOS LTDA		21.257.684/0001-81	Doc NOTA FISCAL Nº
Endereço AV OSWALDO PERRONE		725	Cod 5510
		BEBEDOURO	14706-064

Recurso/Aplicação	Material/Serviço
0 Recursos nao Destinados a Contrapa	AQUISIÇÃO DE AGUA OXIGENADA, ALMOTOLIA BICO
02 TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS	RETO,COMPRESSA GAZE, EQUIPO MACROGOTAS, FITA
81 Recursos de Convenios	MICROPORE, FRASCO P/ALIMENTAÇÃO LENÇOL DE
312 RECURSOS PARA COMBATE AO C	PAPEL, LUVA PROCEDIMENTO P E M, MASCARA, SCALP,
002 Combate do Coronavírus Recurso E	SONDA E SUPORTE PARA SORO DESTINADO AO SETOR
	DE SAUDE. (REQ.3305/20 NF20.854)

OR - Ordinário

02

020606

3.90.30.36

10.122.0014.2076.0000

PREFEITURA MUNICIPAL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
MATERIAL HOSPITALAR

Enfrentameto da Emergência de Saúde Pública - COVID-19

Dotação Inicial

20.000,00

Empenhado até Data

0,00

Valor Empenho

16.697,55

Saldo Atual

3.302,45

R\$ #16.697,55# dezesseis mil, seiscentos e noventa e sete reais e cinquenta e cinco centavos*****

Autorizado

24/04/2020

FABIANA BARCELOS FERREIRA
PREFEITA MUNICIPAL

Contabilizado

24/04/2020

PEDRO ANTONIO THEODORO DE MELO
CHEFE DO SETOR CONTABILIDADE

A despesa referente a esse empenho, foi devidamente processada, encontrando-se em ordem para pagamento.

Data 24/04/2020

Ordem de Pagamento

___/___/___

Despesa paga. ___/___/___

Banco ___ Conta

Cheque

Valor: 0,00

Banco ___ Conta

Cheque

Valor

RECIBO. Recebi(emos) o valor constante deste empenho.

___/___/___

Nome:

CGC/CPF:



Emissão de comprovantes

G336241409592080010
24/04/2020 14:15:11

24/04/2020 - BANCO DO BRASIL - 14:15:01
582405824 SEGUNDA VIA 0001
COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA
DE CONTA CORRENTE P/ CONTA CORRENTE

CLIENTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
AGENCIA: 5824-6 CONTA: 13.019-2

DATA DA TRANSFERENCIA 24/04/2020
NR. DOCUMENTO 550.054.000.002.528
VALOR TOTAL 16.697,55

***** TRANSFERIDO PARA:
CLIENTE: KENAN MEDICAMENTOS EIRELI
AGENCIA: 0054-X CONTA: 2.528-3
NR. DOCUMENTO 555.824.000.013.019

NR. AUTENTICACAO 0.5DC.2CD.15D.978.6BE

Transação efetuada com sucesso por: JB555179 DANILO B P PAZ.

www.geweb.co

0 - ENTRADA
1 - SAÍDA

1

Avenida Oswaldo Perrone, 725
Jardim Progresso - 14706-064
BEBEDOURO - SP Fone/Fax: 1733436565

Nº. 000.020.854
Série 001
Folha 2/2

CHAVE DE ACESSO

3520 0421 2576 8400 0181 5500 1000 0208 5410 0035 6120

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e
www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

ATUREZA DA OPERAÇÃO

VENDA

PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO

135200285119116 - 09/04/2020 13:59:18

INSCRIÇÃO ESTADUAL

INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.

CNPJ / CPF

210083995118

21.257.684/0001-81

DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS

presso un 09/04/2020 as 13:59:19



Prefeitura do Município de Guaraci

Rua Washington Correa da Silva, 856 - CEP 15.420-000 - Fone (17) 3285-9999
CNPJ 46.596.318/0001-88 e-mail prefeitura@guaraci.sp.gov.br

Guaraci-SP, 17 de agosto de 2020.

RESPOSTA AO OFÍCIO MPF Nº. 716/2020

REF.: PRM-SSP-SP-00005942/2020

ASSUNTO: Notícia Fato nº. 1.34.015.000172/2020-32

Com meus atenciosos cumprimentos, venho à presença de V. Senhoria, em atenção aos Ofícios em epígrafe, apresentar as seguintes informações:

Inicialmente, cumpre informar que são disponibilizados os gastos realizados pelo Município de Guaraci-SP em razão da pandemia pelo novo coronavírus (COVID-19), no Portal da Transparência através do link: <http://servidor.guaraci.sp.gov.br/pronimtb/index.asp?acao=21&item=1&visao=paginaprincipalcovid>.

Assim sendo, seguem anexas informações a respeito dos pagamentos realizados pelo Município de Guaraci-SP, bem como cópia de extratos com informações sobre a destinação das verbas federais recebidas pelo Município para o enfrentamento da Covid-19, razão de receita e empenhos pagos com recursos próprios e com recursos federais (doc. junto).

Todavia, em consulta ao Departamento Municipal de Contabilidade, constatou-se que há divergências nas informações constantes nas notas de rodapés no presente Ofício MPF nº. 716/2020, haja vista que OS VALORES REPASSADOS SE REFEREM AO MUNICÍPIO DE **GUARACI**, PORÉM LOCALIZADO NO **ESTADO DO PARANÁ**, conforme pesquisa realizada no Painel: FNS – SIAFI COVID19 – AÇÃO21C0 – (doc. junto).



Prefeitura do Município de Guaraci

Rua Washington Correa da Silva, 856 - CEP 15.420-000 - Fone (17) 3285-9999
CNPJ 46.596.318/0001-88 e-mail prefeitura@guaraci.sp.gov.br

Desse modo, deve-se considerar que, foram repassados ao **Município de Guaraci-SP** os valores correspondentes a R\$ 31.741,44 em 09/04/2020 e R\$ 22.176,00 em 30/03/2020, totalizando, portanto, R\$ 53.917,44 (cinquenta e três mil, novecentos e dezessete reais e quarenta e quatro centavos), bem como o apoio FPM de R\$ 59.271,43 (cinquenta e nove mil, duzentos e setenta e um reais e quarenta e três centavos), totalizando R\$ 113.188,87 (cento e treze mil, cento e oitenta e oito reais e oitenta e sete centavos), **sendo a aplicação dos recursos realizada na forma da planilha anexa.**

Sem mais para o momento, aproveitando a oportunidade para externar nossos votos de estima e consideração.


ELSON MACHADO SILVEIRA
Prefeito Municipal de Guaraci

AO ILMO. SR.

DR. ANDERSON VAGNER GOIS DOS SANTOS

PROCURADOR DA REPÚBLICA

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL/PROCURADORIA DA REPÚBLICA
EM SÃO JOSÉ DO RIO PRETO-SP

ORÇAMENTÁRIO COVID

EMPENHO COVID

NC - COVID

OBS COVID

FAF - COVID

Instrumentos COVID

13/04/2020

62.518,72

13/04/2020

62.518,72

Atualizado em: 15/07/2020 05:30:25

Apagar Seleção Voltar Avançar

Transfêrencias a UF e Município por tipo de repasse (selecione uma UF para visualizar os municípios)

62.519

100.000

50.000

0

GUARACI

50%

0

2.000

4.000

6.000

GUARACI

5.902

Tabela repasses

13/04/2020

MUNICIPAL

PR

104

044172

0066240280

R\$62.518,72

R\$62.518,72

R\$62.518,72

08:00

quarta-feira

15/07/2020

Prefeitura Municipal de Guaraci - SP
Razão da Receita

Unidade Gestora: 0005 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Receita: 340 - 1.7.1.8.03.1.1.30.00.00 - CORONAVÍRUS (COVID-19) - FEDERAL - C.A 312.0000
Fonte de Recursos: 5 - TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS
Código de Aplicação: 312.0000 - RECURSOS PARA COMBATE AO CORONAVÍRUS
Período: 30/03/2020 a 15/07/2020

Lançamento	Data	Histórico	Complemento Histórico	Contra	Valor Sistema de Origem
118599	31/03/2020	Arrecadação		7818	22.176,00 PRONIM CP
125212	13/04/2020	Arrecadação		7818	31.741,44 PRONIM CP

Estado de São Paulo
Prefeitura Municipal de Guaraci

Relacao de Pagamentos

14 de Julho de 2020

Folha: 1

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Data Final do Movimento ...: 15.07.2020

Fonte de Recurso...: 5 TRANSFERENCIAS E CONVENIOS FEDERAIS-VINCULADOS
Codigo de Aplicacao: 312.0000 RECURSOS PARA COMBATE AO CORONAVIRUS
Conta Contabil.....: 7818 CEF - FMS- SUSCUSTEIOSUS

Data	Empenho	Desp. P.Compra	Ano	Credor	Valor	Contrap. Historico
27.04.2020						
	2020/001587	3418 464	2020	12287 CAMILA CAROLINA BOTELHO DOS SA	747,00	
	2020/001588	3418 463	2020	12287 CAMILA CAROLINA BOTELHO DOS SA	2.499,00	7818 ted 12287
				Total do Dia :	3.246,00	
				Total do Mes :	3.246,00	
21.05.2020						
	0001/001500	3416 423	2020	3653 CIRURGICA OLIMPIO LTDA.	4.195,86 Subemp.	7818 ted 3653
	0001/001652	3418 486	2020	12296 JC SIGMA COM. IMPORTACAO E EXP	9.000,00 Subemp.	7818 ted 12296
				Total do Dia :	13.195,86	
				Total do Mes :	13.195,86	
26.06.2020						
	0002/001500	3416 423	2020	3653 CIRURGICA OLIMPIO LTDA.	921,25 Subemp.	7818 ted 3653
	0003/001500	3416 423	2020	3653 CIRURGICA OLIMPIO LTDA.	270,00 Subemp.	7818 ted 3653
				Total do Dia :	1.191,25	
				Total do Mes :	1.191,25	
				Total Geral ..	17.633,11	
----- Resumo -----						
	Total de Pagamentos ...:			17.633,11		
	Total de Estornos:			0,00		
	Total Liquido Pago:			17.633,11		

ELSON MACHADO SILVEIRA
Prefeito
CPF: 018.622.228-94

JOSE ANTONIO RIBEIRO CANUTO
TESOUREIRO
CPF: 982.47.878-72

ODILON JOSE BOTA NOGUEIRA NETO
CONTADOR
CRC: 1SP-266207/O-0

Estado de Sao Paulo
Prefeitura Municipal de Guaraci

Relacao de Pagamentos

14 de Julho de 2020

Folha: 1

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Data Final do Movimento ...: 15.07.2020

Fonte de Recurso...: 1 TESOIRO
Codigo de Aplicacao: 312.0000 RECURSOS PARA COMBATE AO CORONAVIRUS
Conta Contabil.....: 6572 Brasil S/A - FPM

Data	Empenho	Desp. P.Compra	Ano	Credor	Valor	Contrap. Historico
17.04.2020	0001/001486	1495 397	2020	9024 JEAN CARLOS VETORASSO EPP	39.177,62 Subemp.	6572 ted 9024
				Total do Dia :	39.177,62	
29.04.2020	0002/001486	1495 397	2020	9024 JEAN CARLOS VETORASSO EPP	41.502,27 Subemp.	6572 ted 9024
				Total do Dia :	41.502,27	
				Total do Mes :	80.679,89	
19.06.2020	2020/002179	3419 628	2020	12124 SANTOS S. BIJOTTI ANALISES CLI	1.852,01	6572 ted 12124
				Total do Dia :	1.852,01	
				Total do Mes :	1.852,01	
07.07.2020	2020/002321	3419 673	2020	12103 BORTOLUCI & ASSOLINE ANALISES	5.070,00	6572 ted 12103
				Total do Dia :	5.070,00	
				Total do Mes :	5.070,00	
				Total Geral ..	87.601,90	

----- **Resumo** -----
Total de Pagamentos ...: 87.601,90
Total de Estornos: 0,00
Total Liquido Pago ...: 87.601,90

ELSON MACHADO SILVEIRA
Prefeito
CPF: 018.622.228-94

JOSE ANTONIO RIBEIRO CANUTO
TESOUREIRO
CPF: 982.47.878-72

ODILON JOSE BOTA NOGUEIRA NETO
CONTADOR
CRC: 1SP-266207/O-0

J16																			
UF		Data		Receita		Banco		Fonte Recurso		Código Aplicação		Valor Arrecadado							
1	SP	31/03/2020	340			7818		5		3120000		22.176,00							
3	SP	13/04/2020	340			7818		5		3120000		31.741,44							
4	SP	14/04/2020	341			6572 - FPM		1		3100000		59.271,43							
5						Total Guaraci - SP						113.188,87							
8	UF	Data		Receita		Banco		Fonte Recurso		Código Aplicação		Valor Arrecadado							
9	PR	30/03/2020						5		3120000		10.946,00							
10	PR	13/04/2020						5		3120000		62.518,72							
11						Total Guaraci - PR						73.464,72							
12						Total Geral - Desconsiderando FPM						127.382,16							
17	UF	Data		Banco		Fonte Recurso		Código Aplicação		Credor		Valor Pago							
18	SP	27/04/2020	7818			5		3120000		CAMILA CAROLINA BOTEHO DOS SA		747,00							
19	SP	27/04/2020	7818			5		3120000		CAMILA CAROLINA BOTEHO DOS SA		2.499,00							
20	SP	21/05/2020	7818			5		3120000		CIRURGICA OLIMPIO LTDA.		4.195,86							
21	SP	21/05/2020	7818			5		3120000		JC SIGMA COM. IMPORTACAO E EXP		9.000,00							
22	SP	26/06/2020	7818			5		3120000		CIRURGICA OLIMPIO LTDA		921,25							
23	SP	26/06/2020	7818			5		3120000		CIRURGICA OLIMPIO LTDA		270,00							
24						Total Aplicação Guaraci - SP - Fonte 05						17.633,11							
26	UF	Data		Banco		Fonte Recurso		Código Aplicação		Credor		Valor Pago							
27	SP	17/04/2020	6572			1		3120000		JEAN CARLOS VETORASSO EPP		39.177,62							
28	SP	29/04/2020	6572			1		3120000		JEAN CARLOS VETORASSO EPP		41.502,27							
29	SP	19/06/2020	6572			1		3120000		SANTOS S. BIOTTI ANALISES CUI		1.852,01							
30	SP	07/07/2020	6572			1		3120000		BORTOLUCI & ASSOLINE ANALISES		5.070,00							
31						Total Aplicação Guaraci - SP - Fonte 01						87.601,90							
32						Total Aplicação Guaraci - SP - Fonte 01 e Fonte 05						105.235,01							



OFÍCIO MPF nº 888/2020
PRM-SSP-SP-00007563/2020

São José do Rio Preto, 10 de setembro de 2020.

Excelentíssima Senhora
TÂNIA YUGAR
Prefeita do Município de Nova Granada/SP
Endereço: Praça São Benedito, nº 417, Centro
CEP: 15.440-000 – Nova Granada/SP

Referência: Notícia de Fato nº 1.34.015.000172/2020-32

Excelentíssima Senhora Prefeita,

Cumprimentando-a, informo que se trata do **terceiro ofício** que este órgão ministerial envia relacionado ao procedimento em epígrafe, que acompanha a destinação dos recursos enviados pelo Governo Federal para as ações de combate ao Coronavírus, tendo em vista a ausência de resposta aos outros dois ofícios: o ofício MPF nº 458/2020 (PRM-SSP-SP-00003900/2020) e 718/2020 (PRM-SSP-SP-00005946/2020).

Ressalto que **o descumprimento às requisições acarretará a adoção das medidas legais cabíveis, podendo configurar o crime do artigo 10, da Lei nº 7.347/1985 e o ato de improbidade administrativa do artigo 11, inciso II, da Lei nº 8.429/92.**

Assim, nos termos do artigo 129, inciso VI, da Constituição Federal, c.c. artigo 8º, inciso II e §5º, da Lei Complementar nº 75/93, e com vistas a instruir o procedimento em epígrafe, **REQUISITO** que Vossa Excelência, **no prazo de 15 (quinze) dias**, preste esclarecimentos sobre

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

a destinação das verbas federais¹, até o momento, pelo município de Nova Granada no enfrentamento da Covid-19.

A resposta deverá ser encaminhada através do Portal de Peticionamento Eletrônico do Ministério Público Federal, disponível em <http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>, na opção: “Protocolar – Documentos diversos”. Subsidiariamente, eventual dificuldade no acesso ao protocolo eletrônico, a informação também poderá ser encaminhada para o *e-mail* do gabinete: prsp-prm-sjrpreto-gab5@mpf.mp.br .

Atenciosamente,

ANDERSON VAGNER GOIS DOS SANTOS
PROCURADOR DA REPÚBLICA

¹ Segundo informações extraídas do portal eletrônico https://painelms.saude.gov.br/extensions/TEMP_COVID19/TEMP_COVID19.html, foram repassados a Nova Granada/SP os valores de R\$ 42.614,00 (em 30/03/2020) e R\$ 58.534,27 (em 09/04/2020), pelas Medidas Provisórias nº 924, de 13 de março de 2020, e nº 940, de 2 de abril de 2020; Portarias MS nº 480 e 774, respectivamente, totalizando o valor de R\$ 101.148,27, bem como que Nova Granada conta com o apoio FPM de R\$ 88.907,16.



MPF | Procuradoria
da República em
São José do Rio Preto
Ministério Público Federal

Notícia de Fato nº 1.34.015.000172/2020-32

DESPACHO

Considerando a finalização do prazo para tramitação da Notícia de Fato em epígrafe, determino a conversão dos presentes autos em Procedimento Preparatório, nos termos do art. 7º, da Resolução n.º 174, de 4 de julho de 2017, do CNMP.

São José do Rio Preto, 17 de setembro de 2020.

ANDERSON VAGNER GOIS DOS SANTOS
PROCURADOR DA REPÚBLICA



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO S.J.DO
R.PRETO/CATAND
GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/SAO JOSE DO RIO PRETO

Termo de Conversão

(Gerado automaticamente pelo Sistema Único)

Expediente:

1.34.015.000172/2020-32

Classe de origem:

Notícia de Fato

Classe de destino:

Procedimento Preparatório

Data prevista de finalização:



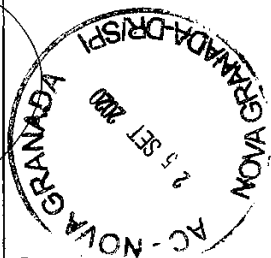


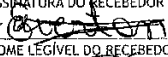
17/12/2020

Usuário:

RAISSA JAMAL RODRIGUES

Data:

18/09/2020 18:36

 Aviso de Recebimento Digital		MPF Ministério Público Federal			MP
DESTINATÁRIO: M-N.GRANA - PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GRANADA/SP - Prefeita Praça São Benedito, 417 Prefeitura de Nova Granada NOVA GRANADA - SP 15440-000		TENTATIVAS DE ENTREGA 1ª 19/09/20 10:00 h 2ª 22/09/20 14:40 h 3ª 23/09/20 9:59 h		CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA 	
AR172613456VR 		MOTIVOS DA DEVOLUÇÃO <input type="checkbox"/> 1 Mudou-se <input type="checkbox"/> 2 Endereço Insuficiente <input type="checkbox"/> 3 Não Existe o Número <input type="checkbox"/> 4 Desconhecido <input type="checkbox"/> 9 Outros		ATENÇÃO: após a 3ª tentativa, deixar em posta restante. <input type="checkbox"/> 5 Recusado <input type="checkbox"/> 6 Não Procurado <input type="checkbox"/> 7 Ausente <input type="checkbox"/> 8 Falecido	
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR Centralizador Regional				BH RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO 	
PARA USO EXCLUSIVO DO REMETENTE (OPCIONAL)					
ASSINATURA DO RECEBEDOR 		DATA DE ENTREGA 22/09/20			
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR Rosilda Marques Sela		Nº DOCUMENTO DE IDENTIDADE 9924491-3			



Prefeitura de Nova Granada

Estado de São Paulo

“Cidade Hospitaleira”

OFICIO 497_2020 - DTS

Nova Granada – SP, 06 de Outubro de 2020.

Ref.: Resposta ao OFICIO MPF nº888/2020
PRM-SSP-SP-00007563/2020
Notícia de Fato nº 1.34.015.000172/2020-32

Excelentíssimo Senhor Procurador da República,

Em resposta ao seu ofício em epígrafe, vimos por meio deste informar que até a presente data já recebemos a título de transferência do Ministério da Saúde, para combate ao Coronavírus, a importância de R\$1.381.792,27; Desse montante foram empregados nas despesas de manutenção e controle da pandemia a importância de R\$1.026.631,87, na aquisição de equipamentos médicos (2 respiradores), manutenção e adequação de prédios públicos, montagem e manutenção de unidade respiratória, material de consumo para funcionamento das unidades de combate, material e medicamentos médicos hospitalares, testes rápido para detecção do coronavírus e ampliação dos serviços prestados pelo terceiro setor (Irmandade da Santa Casa de Misericórdia).

Sendo o que nos oferecia para o momento, despeço – me, reiterando meus votos de estima e consideração, colocando – me a disposição para outros esclarecimentos que se façam necessários,

Atenciosamente

Dra. Tania Liana Toledo Yugar
Prefeita Municipal

Ao
Exmo Sr. Procurador da República
ANDERSON VAGNER GOIS DOS SANTOS
São José do Rio Preto – SP
Prsp-prm-sirpreto-gab5@mpf.mp.br



Procedimento Preparatório nº 1.34.015.000172/2020-32

RECOMENDAÇÃO Nº 14/2020-PRM/SJRPGABPRM5

O **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, pelo Procurador da República signatário, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 127, *caput*, e 129, II, da Constituição da República, bem como no art. 6º, XX, da Lei Complementar n. 75/93, e

Considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

Considerando que constitui função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, bem como aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da publicidade, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;

Considerando que compete ao Ministério Público a expedição de recomendações, visando à melhoria dos serviços de relevância pública, bem como o respeito aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, fixando prazo razoável para a adoção das providências cabíveis (art. 6º, XX, da LC 75/1993);

Considerando que a Organização Mundial de Saúde declarou, em 30 de janeiro de 2020, que o surto do novo Coronavírus SARS-COV-2 constitui Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) e, em 11 de março de 2020, a mesma Organização caracterizou a COVID-19 como pandemia;

Considerando que, em 4 de fevereiro de 2020, o Ministério da Saúde publicou a Portaria n. 188/GM/MS, declarando a situação de “Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019 – nCoV)”; Considerando que em 20 de março de 2020, através do Decreto Legislativo n. 6/2020, o Congresso Nacional reconheceu a ocorrência do estado de calamidade pública no território nacional;

Considerando que, nesse contexto, o governo federal adotou uma série de medidas, dentre elas repassar aos Estados e municípios significativos valores para emprego nas diversas áreas afetadas pela epidemia;

Considerando que com a promulgação da Lei n. 13.979/2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da COVID-19, houve a flexibilização de exigências no âmbito dos procedimentos de contratações realizadas pela Administração Pública destinadas a aquisições de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da pandemia;

Considerando o disposto no art. 4º, §2º, da Lei n. 13.979/2020, que prevê que todas as contratações ou aquisições realizadas com fulcro na referida Lei deverão ser imediatamente disponibilizadas em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (*internet*), contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3º do art. 8º da Lei n. 12.527/2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição;

Considerando que a própria Lei 12.527/2011, bem como a Lei Complementar n. 101/2000, também trazem exigências relacionadas à transparência dos gastos públicos por todos os entes da Federação, as quais devem ser observadas concomitantemente ao regramento trazido pela Lei n. 13.979/2020;

Considerando, nesse sentido, que, nos termos do art. 8º, caput, §1º, II, III e IV e §2º, todos da Lei 12.527/2011, é dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação, em sítios oficiais da rede mundial de computadores (*internet*), de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas, dentre as quais, no mínimo: II – registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros; III – registros das despesas; IV – informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados;

Considerando que, nos termos do art. 8º, §3º, da mencionada Lei de Acesso à Informação, os referidos sítios oficiais deverão atender, entre outros, aos seguintes requisitos:

- I – conter ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão;
- II – possibilitar a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações;

III – possibilitar o acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina;

IV – divulgar em detalhes os formatos utilizados para estruturação da informação;

V – garantir a autenticidade e a integridade das informações disponíveis para acesso;

VI – manter atualizadas as informações disponíveis para acesso;

VII – indicar local e instruções que permitam ao interessado comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o órgão ou entidade detentora do sítio; e

VIII – adotar as medidas necessárias para garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência, nos termos do art. 17 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e do art. 9º da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008.

Considerando que a transparência da gestão fiscal deve ser assegurada, dentre outros, mediante a liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público (art. 48,§1º, II, da Lei Complementar n. 101/2000), dentre elas (art. 48-A, I e II, da LC 101/2000):

I – quanto à despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização

mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado; (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).

II – quanto à receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários. (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).

Considerando, ainda, que, nos termos do art. 7º, I, do Decreto 7.185/2010, o sistema integrado de administração financeira e controle utilizado no âmbito de cada ente da Federação deverá gerar, para disponibilização em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, pelo menos, as seguintes informações relativas aos atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução orçamentária e financeira:

I – quanto à despesa:

- a) o valor do empenho, liquidação e pagamento;
- b) o número do correspondente processo da execução, quando for o caso;
- c) a classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto;
- d) a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, inclusive nos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária, exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários;

e) o procedimento licitatório realizado, bem como à sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do correspondente processo; e

f) o bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso;

II – quanto à receita, os valores de todas as receitas da unidade gestora, compreendendo no mínimo sua natureza, relativas a:

a) previsão;

b) lançamento, quando for o caso; e

c) arrecadação, inclusive referente a recursos extraordinários. Considerando que os entes federativos sob atribuição desta Procuradoria da República não dispõem de sítios eletrônicos plenamente adequados às exigências dos mencionados diplomas legais;

Considerando que a Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal orientou, respeitada a independência funcional, que os Ofícios com atribuições relacionadas ao combate à corrupção acompanhassem e fiscalizassem a destinação de verbas públicas federais utilizadas para o combate à epidemia do COVID-19 (Recomendação n. 1/2020 do GIAC/COVID-19 e da 5ª CCR/MPF – PGR-00152140/2020);

Considerando que a publicidade das informações e documentos relacionados aos gastos públicos é essencial ao seu acompanhamento e fiscalização, tanto pelo cidadão como pelos órgãos de controle, inclusive por este órgão ministerial, e que a pronta disponibilidade de dados, independente de prévia solicitação, propicia uma atuação mais célere e eficaz dos órgãos de combate à corrupção, além de reduzir a margem para a

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

ocorrência de eventuais desvios por parte dos responsáveis pela gestão das contas públicas;

Considerando, ademais, que negar publicidade aos atos oficiais, na forma exigível pelo ordenamento ora mencionado, pode caracterizar ato de improbidade administrativa, nos termos do art. 11, *caput* e inciso IV, da Lei n. 8.429/1992 e art. 32, §2º, da Lei n. 12.527/2011;

Considerando, por fim, que a recomendação é instrumento de atuação extrajudicial do Ministério Público que possibilita a prevenção de responsabilidades e a correção de condutas (art. 1º da Resolução n. 164, de 28 de março de 2017, do Conselho Nacional do Ministério Público),

RESOLVE, com fundamento no art. 6º, inc. XX, da Lei Complementar n. 75/93, **RECOMENDAR**, aos municípios de Altair, Guaraci, Icem, Nova Granada, Olímpia, Onda Verde, Orindiúva, Palestina, Paulo de Faria, Riolândia, Severínia e Uchôa, nas pessoas dos respectivos chefes do Executivo, que disponibilizem, no *site* da Prefeitura, informações e documentos referentes aos recursos públicos federais recebidos e aos respectivos gastos efetuados vinculados especificamente ao enfrentamento e mitigação da pandemia decorrente da COVID-19, com o seguinte conteúdo mínimo, e observados os demais requisitos previstos no art. 8º, §3º, da Lei n. 12.527/2011:

- a) dados sobre todos os repasses federais recebidos em razão da COVID-19, contendo, no mínimo:
 - i) banco, agência e conta corrente em que os recursos foram efetivamente disponibilizados;
 - ii) data da transferência dos recursos;
 - iii) valores efetivamente disponibilizados;

iv) valores porventura bloqueados e associados às aludidas transferências; e

v) tipo de conta utilizada para receber os valores transferidos, consoante critérios do ente recebedor e/ou ministério da União responsável pelo repasse.

b) dados atinentes às licitações, dispensas de licitações, contratações e aquisições, encerradas ou em andamento, bem como à execução orçamentária e financeira das respectivas despesas, que estejam relacionadas ao enfrentamento e mitigação da pandemia decorrente da COVID-19, com os seguintes elementos mínimos, em consonância com o art. 4º, §2º, da Lei n. 13.979/2020, art. 8º, §1º, IV, da Lei n. 12.527/2011, art. 48-A, I, da LC 101/2000 e art. 7º, I, do Decreto 7.185/2010 e legislação correlata:

i) nome/razão social do(a) contratado(a), consoante registros junto à Receita Federal do Brasil;

ii) respectivo CNPJ/CPF;

iii) objeto contratual;

iv) valor total do contrato (em moeda nacional e internacional, se for o caso);

v) detalhamento de cada item (descrição individual de cada item) adquirido, acompanhado do valor unitário e quantidade (ou fração) total de cada item contratado. No caso de medicamentos, acrescentar o código CEDMEX e apresentação do mesmo;

vi) prazo contratual;

vii) número do processo de contratação;

viii) número do contrato firmado e/ou nota de empenho correspondente;

ix) órgão contratante;

x) data de celebração do contrato;

xi) número, página e data de publicação do contrato/contratação no diário oficial;

xii) forma de contratação (dispensa, inexigibilidade, pregão eletrônico, pregão presencial, etc.)

xiii) no caso de procedimento licitatório, indicação do número do respectivo edital e número, página e data de sua publicação no diário oficial;

xiv) número da nota de empenho, acompanhada da data de sua emissão;

xv) número da nota de pagamento, ordem bancária ou documento similar, acompanhada da data de sua emissão;

xvi) data de recebimento do bem e/ou recebimento do serviço contratado;

xvii) chave da correspondente nota fiscal eletrônica (NFe) dos bens adquiridos e/ou serviços prestados, ou

alternativamente, disponibilizar o correspondente DANFE, com a correspondente chave eletrônica da NFe a ele associada; e

xviii) identificação da fonte dos recursos que financiaram o gasto

c) disponibilização, para importação, exportação, *download*, e transformação em outros formatos, dos respectivos documentos comprobatórios das informações disponibilizadas nos termos dos itens anteriores, preferencialmente a íntegra dos respectivos processos de contratação e de execução da despesa e, em casos de inviabilidade devidamente justificada, disponibilização, no mínimo, das notas fiscais, notas de empenho, ordens de pagamento, ordens de serviço e documentos referentes às contratações (estudos preliminares; termos de referência; projetos básicos; pesquisas de preços; justificativas para as situações descritas nos arts. 4º-E, §§2º e 3º e 4º-F da Lei n. 13.979/2020; editais e seus anexos; atas de julgamento; documentos referentes à habilitação dos licitantes e às propostas (depois de tornadas públicas); recursos administrativos interpostos e respectivas decisões; atos de homologação e adjudicação do objeto licitado; atas de registro de preços e documentos correlatos; além dos contratos administrativos firmados, ou, alternativamente, inserção de *link* para acesso direto a tais documentos em outro endereço eletrônico no qual eventualmente já estejam sendo disponibilizados (ex. Sistema Licon, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo), desde que contenha todos os documentos enumerados acima.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

As informações e documentos em questão deverão ser disponibilizados em sítio ou *link* específico relativo à COVID-19, sem prejuízo da manutenção usual do Portal da Transparência, e deverão ser atualizados de forma contínua, em até 2 dias úteis após o recebimento do repasse federal ou da prática do ato tendente à utilização de tais valores.

Além das providências acima elencadas, deverão ser observadas/executadas as seguintes medidas:

- no caso de contratação de pessoa (natural e/ou jurídica) com declaração de inidoneidade ou suspensão em contratar com o Poder Público ou, ainda, com pendências administrativas e/ou jurídicas, tais contratações deverão ser devidamente justificadas e constar a aludida justificativa no Portal de Aquisições COVID-19;

- caso ocorra prorrogação do contrato (art. 4º-H, da Lei 13.979/2020) ou acréscimos/supressões de quantitativos dos itens contratados (art. 4º-I, da referida Lei), tais informações deverão constar do Portal de Aquisições COVID-19;

- utilizar o mencionado Portal para divulgar os Editais e fases de licitações e/ou contratações diretas promovidas pelo Poder Público, associados ao enfrentamento da pandemia da COVID-19;

- todas as informações em comento deverão constar em sítios eletrônicos abertos, de amplo acesso, sem qualquer discriminação, possibilitando ainda o *download* de toda as informações postadas, priorizando-se o formato aberto (csv, json, etc), capazes de tornar os dados manipuláveis e reutilizáveis por terceiros, em atenção à Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal (Decreto n 8.777/2016);

- os entes responsáveis pelos sítios na *internet* deverão publicar ou fazer referência a um “dicionário de dados”, junto com a base de dados fornecida, contendo explanação simples dos conceitos utilizados em

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

cada campo da planilha, favorecendo o entendimento e reutilização desses dados por terceiros;

– os entes devem indicar (no Portal) o local e instruções que permitam ao interessado comunicar-se (via eletrônica ou por telefone) com o órgão ou entidade detentora do sítio de *internet*, visando obter esclarecimentos ou informações adicionais acerca do dataset, como preconizado pelo art. 8º, § 3º, VII da Lei 12.527/2011; e

– os entes devem oferecer (no Portal) mecanismos para registro de manifestações – reclamações, denúncias, dúvidas ou elogios – com a possibilidade de anonimato, podendo-se agregar *link* para órgão de Ouvidoria do ente (se existente), desde que incluído no campo “assuntos” manifestações exclusivamente associadas à COVID-19, devendo tais manifestações receber atendimento preferencial aos demais.

Confere-se aos destinatários o prazo de 5 (cinco) dias para manifestação quanto ao acatamento ou não desta recomendação (devendo, em caso de recusa, declinar fundamentadamente os motivos para o não cumprimento e, no caso de acatamento, indicar as providências já adotadas), bem como o prazo de 20 (vinte) dias para a efetiva implementação das medidas recomendadas (inclusive inclusão dos documentos e informações relativos a contratações porventura já encerradas).

Por fim, ressalta-se que a presente recomendação dá ciência e constitui em mora o destinatário quanto às providências indicadas, e o seu não atendimento no prazo indicado poderá ensejar a adoção de outras medidas administrativas e/ou judiciais para garantir a sua observância, sem prejuízo da responsabilização pessoal do(s) agente(s) omissos(s).

Encaminhem-se cópias desta Recomendação aos seus destinatários.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Publique-se no portal eletrônico do Ministério Público Federal, conforme art. 23 da Resolução n. 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

São José do Rio Preto, 14 de outubro de 2020.

ANDERSON VAGNER GOIS DOS SANTOS
PROCURADOR DA REPÚBLICA



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Registro de Arquivo Complementar

(Gerado automaticamente pelo sistema)

Expediente:

PRM-SSP-SP-00008477/2020 - RECOMENDAÇÃO nº 14-2020

Complementar - recomendação.odt

Este arquivo complementar poderá ser acessado pelo link abaixo:

[recomendação.odt](#)



OFÍCIO MPF nº 1010/2020
PRM-SSP-SP-00008479/2020

São José do Rio Preto, 14 de outubro de 2020.

Excelentíssima Senhora
BRENDA VANESSA SQUIAPATI
Prefeita do Município de Altair/SP
Endereço: Praça Joaquim Carlos Garcia, nº 384, Centro;
CEP: 15.430-000 – Altair/SP.

Referência: Procedimento Preparatório nº 1.34.015.000172/2020-32

Excelentíssima Senhora Prefeita,

Cumprimentando-a, a fim de instruir o procedimento em epígrafe, em trâmite nesta Procuradoria da República, encaminho anexa a **Recomendação nº 14/2020-MPF/SJRP/GABPRM5**, ao tempo em que requisito, com fundamento no art. 8º, II, da LC 75/93, que se manifeste, no **prazo de 5 (cinco) dias**, quanto ao seu acatamento, bem como confiro o **prazo de 20 (vinte) dias** para a efetiva implementação das medidas recomendadas.

Ressalto que a presente Recomendação dá ciência e constitui em mora o destinatário quanto às providências indicadas, e o seu não atendimento no prazo indicado poderá ensejar a adoção de outras medidas administrativas e/ou judiciais para garantir a sua observância, sem prejuízo da responsabilização pessoal do(s) agente(s) omissos(s), bem como que a ausência de resposta no prazo estabelecido será igualmente considerada recusa ao seu cumprimento.

Por fim, registro que a resposta deve fazer referência ao ofício e procedimento em epígrafe, e ser encaminhada através do protocolo eletrônico do Ministério Público Federal, disponível no endereço:

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

<http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>, na opção: “Protocolar – Documentos diversos”.

Atenciosamente,

ANDERSON VAGNER GOIS DOS SANTOS
PROCURADOR DA REPÚBLICA



Procedimento Preparatório nº 1.34.015.000172/2020-32

RECOMENDAÇÃO Nº 14/2020-PRM/SJRPGABPRM5

O **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, pelo Procurador da República signatário, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 127, *caput*, e 129, II, da Constituição da República, bem como no art. 6º, XX, da Lei Complementar n. 75/93, e

Considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

Considerando que constitui função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, bem como aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da publicidade, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;

Considerando que compete ao Ministério Público a expedição de recomendações, visando à melhoria dos serviços de relevância pública, bem como o respeito aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, fixando prazo razoável para a adoção das providências cabíveis (art. 6º, XX, da LC 75/1993);

Considerando que a Organização Mundial de Saúde declarou, em 30 de janeiro de 2020, que o surto do novo Coronavírus SARS-COV-2 constitui Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) e, em 11 de março de 2020, a mesma Organização caracterizou a COVID-19 como pandemia;

Considerando que, em 4 de fevereiro de 2020, o Ministério da Saúde publicou a Portaria n. 188/GM/MS, declarando a situação de “Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019 – nCoV)”; Considerando que em 20 de março de 2020, através do Decreto Legislativo n. 6/2020, o Congresso Nacional reconheceu a ocorrência do estado de calamidade pública no território nacional;

Considerando que, nesse contexto, o governo federal adotou uma série de medidas, dentre elas repassar aos Estados e municípios significativos valores para emprego nas diversas áreas afetadas pela epidemia;

Considerando que com a promulgação da Lei n. 13.979/2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da COVID-19, houve a flexibilização de exigências no âmbito dos procedimentos de contratações realizadas pela Administração Pública destinadas a aquisições de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da pandemia;

Considerando o disposto no art. 4º, §2º, da Lei n. 13.979/2020, que prevê que todas as contratações ou aquisições realizadas com fulcro na referida Lei deverão ser imediatamente disponibilizadas em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (*internet*), contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3º do art. 8º da Lei n. 12.527/2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição;

Considerando que a própria Lei 12.527/2011, bem como a Lei Complementar n. 101/2000, também trazem exigências relacionadas à transparência dos gastos públicos por todos os entes da Federação, as quais devem ser observadas concomitantemente ao regramento trazido pela Lei n. 13.979/2020;

Considerando, nesse sentido, que, nos termos do art. 8º, caput, §1º, II, III e IV e §2º, todos da Lei 12.527/2011, é dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação, em sítios oficiais da rede mundial de computadores (*internet*), de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas, dentre as quais, no mínimo: II – registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros; III – registros das despesas; IV – informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados;

Considerando que, nos termos do art. 8º, §3º, da mencionada Lei de Acesso à Informação, os referidos sítios oficiais deverão atender, entre outros, aos seguintes requisitos:

- I – conter ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão;
- II – possibilitar a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações;

III – possibilitar o acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina;

IV – divulgar em detalhes os formatos utilizados para estruturação da informação;

V – garantir a autenticidade e a integridade das informações disponíveis para acesso;

VI – manter atualizadas as informações disponíveis para acesso;

VII – indicar local e instruções que permitam ao interessado comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o órgão ou entidade detentora do sítio; e

VIII – adotar as medidas necessárias para garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência, nos termos do art. 17 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e do art. 9º da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008.

Considerando que a transparência da gestão fiscal deve ser assegurada, dentre outros, mediante a liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público (art. 48,§1º, II, da Lei Complementar n. 101/2000), dentre elas (art. 48-A, I e II, da LC 101/2000):

I – quanto à despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização

mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado; (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).

II – quanto à receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários. (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).

Considerando, ainda, que, nos termos do art. 7º, I, do Decreto 7.185/2010, o sistema integrado de administração financeira e controle utilizado no âmbito de cada ente da Federação deverá gerar, para disponibilização em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, pelo menos, as seguintes informações relativas aos atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução orçamentária e financeira:

I – quanto à despesa:

- a) o valor do empenho, liquidação e pagamento;
- b) o número do correspondente processo da execução, quando for o caso;
- c) a classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto;
- d) a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, inclusive nos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária, exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários;

e) o procedimento licitatório realizado, bem como à sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do correspondente processo; e

f) o bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso;

II – quanto à receita, os valores de todas as receitas da unidade gestora, compreendendo no mínimo sua natureza, relativas a:

a) previsão;

b) lançamento, quando for o caso; e

c) arrecadação, inclusive referente a recursos extraordinários. Considerando que os entes federativos sob atribuição desta Procuradoria da República não dispõem de sítios eletrônicos plenamente adequados às exigências dos mencionados diplomas legais;

Considerando que a Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal orientou, respeitada a independência funcional, que os Ofícios com atribuições relacionadas ao combate à corrupção acompanhassem e fiscalizassem a destinação de verbas públicas federais utilizadas para o combate à epidemia do COVID-19 (Recomendação n. 1/2020 do GIAC/COVID-19 e da 5ª CCR/MPF – PGR-00152140/2020);

Considerando que a publicidade das informações e documentos relacionados aos gastos públicos é essencial ao seu acompanhamento e fiscalização, tanto pelo cidadão como pelos órgãos de controle, inclusive por este órgão ministerial, e que a pronta disponibilidade de dados, independente de prévia solicitação, propicia uma atuação mais célere e eficaz dos órgãos de combate à corrupção, além de reduzir a margem para a

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

ocorrência de eventuais desvios por parte dos responsáveis pela gestão das contas públicas;

Considerando, ademais, que negar publicidade aos atos oficiais, na forma exigível pelo ordenamento ora mencionado, pode caracterizar ato de improbidade administrativa, nos termos do art. 11, *caput* e inciso IV, da Lei n. 8.429/1992 e art. 32, §2º, da Lei n. 12.527/2011;

Considerando, por fim, que a recomendação é instrumento de atuação extrajudicial do Ministério Público que possibilita a prevenção de responsabilidades e a correção de condutas (art. 1º da Resolução n. 164, de 28 de março de 2017, do Conselho Nacional do Ministério Público),

RESOLVE, com fundamento no art. 6º, inc. XX, da Lei Complementar n. 75/93, **RECOMENDAR**, aos municípios de Altair, Guaraci, Icem, Nova Granada, Olímpia, Onda Verde, Orindiúva, Palestina, Paulo de Faria, Riolândia, Severínia e Uchôa, nas pessoas dos respectivos chefes do Executivo, que disponibilizem, no *site* da Prefeitura, informações e documentos referentes aos recursos públicos federais recebidos e aos respectivos gastos efetuados vinculados especificamente ao enfrentamento e mitigação da pandemia decorrente da COVID-19, com o seguinte conteúdo mínimo, e observados os demais requisitos previstos no art. 8º, §3º, da Lei n. 12.527/2011:

- a) dados sobre todos os repasses federais recebidos em razão da COVID-19, contendo, no mínimo:
 - i) banco, agência e conta corrente em que os recursos foram efetivamente disponibilizados;
 - ii) data da transferência dos recursos;
 - iii) valores efetivamente disponibilizados;

iv) valores porventura bloqueados e associados às aludidas transferências; e

v) tipo de conta utilizada para receber os valores transferidos, consoante critérios do ente recebedor e/ou ministério da União responsável pelo repasse.

b) dados atinentes às licitações, dispensas de licitações, contratações e aquisições, encerradas ou em andamento, bem como à execução orçamentária e financeira das respectivas despesas, que estejam relacionadas ao enfrentamento e mitigação da pandemia decorrente da COVID-19, com os seguintes elementos mínimos, em consonância com o art. 4º, §2º, da Lei n. 13.979/2020, art. 8º, §1º, IV, da Lei n. 12.527/2011, art. 48-A, I, da LC 101/2000 e art. 7º, I, do Decreto 7.185/2010 e legislação correlata:

i) nome/razão social do(a) contratado(a), consoante registros junto à Receita Federal do Brasil;

ii) respectivo CNPJ/CPF;

iii) objeto contratual;

iv) valor total do contrato (em moeda nacional e internacional, se for o caso);

v) detalhamento de cada item (descrição individual de cada item) adquirido, acompanhado do valor unitário e quantidade (ou fração) total de cada item contratado. No caso de medicamentos, acrescentar o código CEDMEX e apresentação do mesmo;

vi) prazo contratual;

vii) número do processo de contratação;

viii) número do contrato firmado e/ou nota de empenho correspondente;

ix) órgão contratante;

x) data de celebração do contrato;

xi) número, página e data de publicação do contrato/contratação no diário oficial;

xii) forma de contratação (dispensa, inexigibilidade, pregão eletrônico, pregão presencial, etc.)

xiii) no caso de procedimento licitatório, indicação do número do respectivo edital e número, página e data de sua publicação no diário oficial;

xiv) número da nota de empenho, acompanhada da data de sua emissão;

xv) número da nota de pagamento, ordem bancária ou documento similar, acompanhada da data de sua emissão;

xvi) data de recebimento do bem e/ou recebimento do serviço contratado;

xvii) chave da correspondente nota fiscal eletrônica (NFe) dos bens adquiridos e/ou serviços prestados, ou

alternativamente, disponibilizar o correspondente DANFE, com a correspondente chave eletrônica da NFe a ele associada; e

xviii) identificação da fonte dos recursos que financiaram o gasto

c) disponibilização, para importação, exportação, *download*, e transformação em outros formatos, dos respectivos documentos comprobatórios das informações disponibilizadas nos termos dos itens anteriores, preferencialmente a íntegra dos respectivos processos de contratação e de execução da despesa e, em casos de inviabilidade devidamente justificada, disponibilização, no mínimo, das notas fiscais, notas de empenho, ordens de pagamento, ordens de serviço e documentos referentes às contratações (estudos preliminares; termos de referência; projetos básicos; pesquisas de preços; justificativas para as situações descritas nos arts. 4º-E, §§2º e 3º e 4º-F da Lei n. 13.979/2020; editais e seus anexos; atas de julgamento; documentos referentes à habilitação dos licitantes e às propostas (depois de tornadas públicas); recursos administrativos interpostos e respectivas decisões; atos de homologação e adjudicação do objeto licitado; atas de registro de preços e documentos correlatos; além dos contratos administrativos firmados, ou, alternativamente, inserção de *link* para acesso direto a tais documentos em outro endereço eletrônico no qual eventualmente já estejam sendo disponibilizados (ex. Sistema Licon, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo), desde que contenha todos os documentos enumerados acima.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

As informações e documentos em questão deverão ser disponibilizados em sítio ou *link* específico relativo à COVID-19, sem prejuízo da manutenção usual do Portal da Transparência, e deverão ser atualizados de forma contínua, em até 2 dias úteis após o recebimento do repasse federal ou da prática do ato tendente à utilização de tais valores.

Além das providências acima elencadas, deverão ser observadas/executadas as seguintes medidas:

- no caso de contratação de pessoa (natural e/ou jurídica) com declaração de inidoneidade ou suspensão em contratar com o Poder Público ou, ainda, com pendências administrativas e/ou jurídicas, tais contratações deverão ser devidamente justificadas e constar a aludida justificativa no Portal de Aquisições COVID-19;

- caso ocorra prorrogação do contrato (art. 4º-H, da Lei 13.979/2020) ou acréscimos/supressões de quantitativos dos itens contratados (art. 4º-I, da referida Lei), tais informações deverão constar do Portal de Aquisições COVID-19;

- utilizar o mencionado Portal para divulgar os Editais e fases de licitações e/ou contratações diretas promovidas pelo Poder Público, associados ao enfrentamento da pandemia da COVID-19;

- todas as informações em comento deverão constar em sítios eletrônicos abertos, de amplo acesso, sem qualquer discriminação, possibilitando ainda o *download* de toda as informações postadas, priorizando-se o formato aberto (csv, json, etc), capazes de tornar os dados manipuláveis e reutilizáveis por terceiros, em atenção à Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal (Decreto n 8.777/2016);

- os entes responsáveis pelos sítios na *internet* deverão publicar ou fazer referência a um “dicionário de dados”, junto com a base de dados fornecida, contendo explanação simples dos conceitos utilizados em

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

cada campo da planilha, favorecendo o entendimento e reutilização desses dados por terceiros;

– os entes devem indicar (no Portal) o local e instruções que permitam ao interessado comunicar-se (via eletrônica ou por telefone) com o órgão ou entidade detentora do sítio de *internet*, visando obter esclarecimentos ou informações adicionais acerca do dataset, como preconizado pelo art. 8º, § 3º, VII da Lei 12.527/2011; e

– os entes devem oferecer (no Portal) mecanismos para registro de manifestações – reclamações, denúncias, dúvidas ou elogios – com a possibilidade de anonimato, podendo-se agregar *link* para órgão de Ouvidoria do ente (se existente), desde que incluído no campo “assuntos” manifestações exclusivamente associadas à COVID-19, devendo tais manifestações receber atendimento preferencial aos demais.

Confere-se aos destinatários o prazo de 5 (cinco) dias para manifestação quanto ao acatamento ou não desta recomendação (devendo, em caso de recusa, declinar fundamentadamente os motivos para o não cumprimento e, no caso de acatamento, indicar as providências já adotadas), bem como o prazo de 20 (vinte) dias para a efetiva implementação das medidas recomendadas (inclusive inclusão dos documentos e informações relativos a contratações porventura já encerradas).

Por fim, ressalta-se que a presente recomendação dá ciência e constitui em mora o destinatário quanto às providências indicadas, e o seu não atendimento no prazo indicado poderá ensejar a adoção de outras medidas administrativas e/ou judiciais para garantir a sua observância, sem prejuízo da responsabilização pessoal do(s) agente(s) omissos(s).

Encaminhem-se cópias desta Recomendação aos seus destinatários.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Publique-se no portal eletrônico do Ministério Público Federal, conforme art. 23 da Resolução n. 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

São José do Rio Preto, 14 de outubro de 2020.

ANDERSON VAGNER GOIS DOS SANTOS
PROCURADOR DA REPÚBLICA



OFÍCIO MPF nº 1011/2020
PRM-SSP-SP-00008480/2020

São José do Rio Preto, 14 de outubro de 2020.

Excelentíssimo Senhor
ELSON MACHADO
Prefeito do Município de Guaraci/SP
Endereço: Rua Washington Correa da Silva, 856 – Centro;
CEP: 15.420-000 – Guaraci/SP.

Referência: Procedimento Preparatório nº 1.34.015.000172/2020-32

Excelentíssimo Senhor Prefeito,

Cumprimentando-o, a fim de instruir o procedimento em epígrafe, em trâmite nesta Procuradoria da República, encaminho anexa a **Recomendação nº 14/2020-MPF/SJRP/GABPRM5**, ao tempo em que requisi-
to, com fundamento no art. 8º, II, da LC 75/93, que se manifeste, no **prazo de 5 (cinco) dias**, quanto ao seu acatamento, bem como confiro o **prazo de 20 (vinte) dias** para a efetiva implementação das medidas recomendadas.

Ressalto que a presente Recomendação dá ciência e constitui em mora o destinatário quanto às providências indicadas, e o seu não atendimento no prazo indicado poderá ensejar a adoção de outras medidas administrativas e/ou judiciais para garantir a sua observância, sem prejuízo da responsabilização pessoal do(s) agente(s) omissos, bem como que a ausência de resposta no prazo estabelecido será igualmente considerada recusa ao seu cumprimento.

Por fim, registro que a resposta deve mencionar o ofício e procedimento em epígrafe, e ser encaminhada através do protocolo eletrônico do Ministério Público Federal, disponível no endereço:

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

<http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>, na opção: “Protocolar – Documentos diversos”.

Atenciosamente,

ANDERSON VAGNER GOIS DOS SANTOS
PROCURADOR DA REPÚBLICA



Procedimento Preparatório nº 1.34.015.000172/2020-32

RECOMENDAÇÃO Nº 14/2020-PRM/SJRPGABPRM5

O **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, pelo Procurador da República signatário, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 127, *caput*, e 129, II, da Constituição da República, bem como no art. 6º, XX, da Lei Complementar n. 75/93, e

Considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

Considerando que constitui função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, bem como aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da publicidade, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;

Considerando que compete ao Ministério Público a expedição de recomendações, visando à melhoria dos serviços de relevância pública, bem como o respeito aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, fixando prazo razoável para a adoção das providências cabíveis (art. 6º, XX, da LC 75/1993);

Considerando que a Organização Mundial de Saúde declarou, em 30 de janeiro de 2020, que o surto do novo Coronavírus SARS-COV-2 constitui Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) e, em 11 de março de 2020, a mesma Organização caracterizou a COVID-19 como pandemia;

Considerando que, em 4 de fevereiro de 2020, o Ministério da Saúde publicou a Portaria n. 188/GM/MS, declarando a situação de “Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019 – nCoV)”; Considerando que em 20 de março de 2020, através do Decreto Legislativo n. 6/2020, o Congresso Nacional reconheceu a ocorrência do estado de calamidade pública no território nacional;

Considerando que, nesse contexto, o governo federal adotou uma série de medidas, dentre elas repassar aos Estados e municípios significativos valores para emprego nas diversas áreas afetadas pela epidemia;

Considerando que com a promulgação da Lei n. 13.979/2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da COVID-19, houve a flexibilização de exigências no âmbito dos procedimentos de contratações realizadas pela Administração Pública destinadas a aquisições de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da pandemia;

Considerando o disposto no art. 4º, §2º, da Lei n. 13.979/2020, que prevê que todas as contratações ou aquisições realizadas com fulcro na referida Lei deverão ser imediatamente disponibilizadas em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (*internet*), contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3º do art. 8º da Lei n. 12.527/2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição;

Considerando que a própria Lei 12.527/2011, bem como a Lei Complementar n. 101/2000, também trazem exigências relacionadas à transparência dos gastos públicos por todos os entes da Federação, as quais devem ser observadas concomitantemente ao regramento trazido pela Lei n. 13.979/2020;

Considerando, nesse sentido, que, nos termos do art. 8º, caput, §1º, II, III e IV e §2º, todos da Lei 12.527/2011, é dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação, em sítios oficiais da rede mundial de computadores (*internet*), de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas, dentre as quais, no mínimo: II – registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros; III – registros das despesas; IV – informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados;

Considerando que, nos termos do art. 8º, §3º, da mencionada Lei de Acesso à Informação, os referidos sítios oficiais deverão atender, entre outros, aos seguintes requisitos:

- I – conter ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão;
- II – possibilitar a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações;

III – possibilitar o acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina;

IV – divulgar em detalhes os formatos utilizados para estruturação da informação;

V – garantir a autenticidade e a integridade das informações disponíveis para acesso;

VI – manter atualizadas as informações disponíveis para acesso;

VII – indicar local e instruções que permitam ao interessado comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o órgão ou entidade detentora do sítio; e

VIII – adotar as medidas necessárias para garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência, nos termos do art. 17 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e do art. 9º da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008.

Considerando que a transparência da gestão fiscal deve ser assegurada, dentre outros, mediante a liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público (art. 48,§1º, II, da Lei Complementar n. 101/2000), dentre elas (art. 48-A, I e II, da LC 101/2000):

I – quanto à despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização

mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado; (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).

II – quanto à receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários. (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).

Considerando, ainda, que, nos termos do art. 7º, I, do Decreto 7.185/2010, o sistema integrado de administração financeira e controle utilizado no âmbito de cada ente da Federação deverá gerar, para disponibilização em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, pelo menos, as seguintes informações relativas aos atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução orçamentária e financeira:

I – quanto à despesa:

- a) o valor do empenho, liquidação e pagamento;
- b) o número do correspondente processo da execução, quando for o caso;
- c) a classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto;
- d) a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, inclusive nos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária, exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários;

e) o procedimento licitatório realizado, bem como à sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do correspondente processo; e

f) o bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso;

II – quanto à receita, os valores de todas as receitas da unidade gestora, compreendendo no mínimo sua natureza, relativas a:

a) previsão;

b) lançamento, quando for o caso; e

c) arrecadação, inclusive referente a recursos extraordinários. Considerando que os entes federativos sob atribuição desta Procuradoria da República não dispõem de sítios eletrônicos plenamente adequados às exigências dos mencionados diplomas legais;

Considerando que a Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal orientou, respeitada a independência funcional, que os Ofícios com atribuições relacionadas ao combate à corrupção acompanhassem e fiscalizassem a destinação de verbas públicas federais utilizadas para o combate à epidemia do COVID-19 (Recomendação n. 1/2020 do GIAC/COVID-19 e da 5ª CCR/MPF – PGR-00152140/2020);

Considerando que a publicidade das informações e documentos relacionados aos gastos públicos é essencial ao seu acompanhamento e fiscalização, tanto pelo cidadão como pelos órgãos de controle, inclusive por este órgão ministerial, e que a pronta disponibilidade de dados, independente de prévia solicitação, propicia uma atuação mais célere e eficaz dos órgãos de combate à corrupção, além de reduzir a margem para a

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

ocorrência de eventuais desvios por parte dos responsáveis pela gestão das contas públicas;

Considerando, ademais, que negar publicidade aos atos oficiais, na forma exigível pelo ordenamento ora mencionado, pode caracterizar ato de improbidade administrativa, nos termos do art. 11, *caput* e inciso IV, da Lei n. 8.429/1992 e art. 32, §2º, da Lei n. 12.527/2011;

Considerando, por fim, que a recomendação é instrumento de atuação extrajudicial do Ministério Público que possibilita a prevenção de responsabilidades e a correção de condutas (art. 1º da Resolução n. 164, de 28 de março de 2017, do Conselho Nacional do Ministério Público),

RESOLVE, com fundamento no art. 6º, inc. XX, da Lei Complementar n. 75/93, **RECOMENDAR**, aos municípios de Altair, Guaraci, Icem, Nova Granada, Olímpia, Onda Verde, Orindiúva, Palestina, Paulo de Faria, Riolândia, Severínia e Uchôa, nas pessoas dos respectivos chefes do Executivo, que disponibilizem, no *site* da Prefeitura, informações e documentos referentes aos recursos públicos federais recebidos e aos respectivos gastos efetuados vinculados especificamente ao enfrentamento e mitigação da pandemia decorrente da COVID-19, com o seguinte conteúdo mínimo, e observados os demais requisitos previstos no art. 8º, §3º, da Lei n. 12.527/2011:

- a) dados sobre todos os repasses federais recebidos em razão da COVID-19, contendo, no mínimo:
 - i) banco, agência e conta corrente em que os recursos foram efetivamente disponibilizados;
 - ii) data da transferência dos recursos;
 - iii) valores efetivamente disponibilizados;

iv) valores porventura bloqueados e associados às aludidas transferências; e

v) tipo de conta utilizada para receber os valores transferidos, consoante critérios do ente recebedor e/ou ministério da União responsável pelo repasse.

b) dados atinentes às licitações, dispensas de licitações, contratações e aquisições, encerradas ou em andamento, bem como à execução orçamentária e financeira das respectivas despesas, que estejam relacionadas ao enfrentamento e mitigação da pandemia decorrente da COVID-19, com os seguintes elementos mínimos, em consonância com o art. 4º, §2º, da Lei n. 13.979/2020, art. 8º, §1º, IV, da Lei n. 12.527/2011, art. 48-A, I, da LC 101/2000 e art. 7º, I, do Decreto 7.185/2010 e legislação correlata:

i) nome/razão social do(a) contratado(a), consoante registros junto à Receita Federal do Brasil;

ii) respectivo CNPJ/CPF;

iii) objeto contratual;

iv) valor total do contrato (em moeda nacional e internacional, se for o caso);

v) detalhamento de cada item (descrição individual de cada item) adquirido, acompanhado do valor unitário e quantidade (ou fração) total de cada item contratado. No caso de medicamentos, acrescentar o código CEDMEX e apresentação do mesmo;

vi) prazo contratual;

vii) número do processo de contratação;

viii) número do contrato firmado e/ou nota de empenho correspondente;

ix) órgão contratante;

x) data de celebração do contrato;

xi) número, página e data de publicação do contrato/contratação no diário oficial;

xii) forma de contratação (dispensa, inexigibilidade, pregão eletrônico, pregão presencial, etc.)

xiii) no caso de procedimento licitatório, indicação do número do respectivo edital e número, página e data de sua publicação no diário oficial;

xiv) número da nota de empenho, acompanhada da data de sua emissão;

xv) número da nota de pagamento, ordem bancária ou documento similar, acompanhada da data de sua emissão;

xvi) data de recebimento do bem e/ou recebimento do serviço contratado;

xvii) chave da correspondente nota fiscal eletrônica (NFe) dos bens adquiridos e/ou serviços prestados, ou

alternativamente, disponibilizar o correspondente DANFE, com a correspondente chave eletrônica da NFe a ele associada; e

xviii) identificação da fonte dos recursos que financiaram o gasto

c) disponibilização, para importação, exportação, *download*, e transformação em outros formatos, dos respectivos documentos comprobatórios das informações disponibilizadas nos termos dos itens anteriores, preferencialmente a íntegra dos respectivos processos de contratação e de execução da despesa e, em casos de inviabilidade devidamente justificada, disponibilização, no mínimo, das notas fiscais, notas de empenho, ordens de pagamento, ordens de serviço e documentos referentes às contratações (estudos preliminares; termos de referência; projetos básicos; pesquisas de preços; justificativas para as situações descritas nos arts. 4º-E, §§2º e 3º e 4º-F da Lei n. 13.979/2020; editais e seus anexos; atas de julgamento; documentos referentes à habilitação dos licitantes e às propostas (depois de tornadas públicas); recursos administrativos interpostos e respectivas decisões; atos de homologação e adjudicação do objeto licitado; atas de registro de preços e documentos correlatos; além dos contratos administrativos firmados, ou, alternativamente, inserção de *link* para acesso direto a tais documentos em outro endereço eletrônico no qual eventualmente já estejam sendo disponibilizados (ex. Sistema Licon, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo), desde que contenha todos os documentos enumerados acima.

As informações e documentos em questão deverão ser disponibilizados em sítio ou *link* específico relativo à COVID-19, sem prejuízo da manutenção usual do Portal da Transparência, e deverão ser atualizados de forma contínua, em até 2 dias úteis após o recebimento do repasse federal ou da prática do ato tendente à utilização de tais valores.

Além das providências acima elencadas, deverão ser observadas/executadas as seguintes medidas:

- no caso de contratação de pessoa (natural e/ou jurídica) com declaração de inidoneidade ou suspensão em contratar com o Poder Público ou, ainda, com pendências administrativas e/ou jurídicas, tais contratações deverão ser devidamente justificadas e constar a aludida justificativa no Portal de Aquisições COVID-19;

- caso ocorra prorrogação do contrato (art. 4º-H, da Lei 13.979/2020) ou acréscimos/supressões de quantitativos dos itens contratados (art. 4º-I, da referida Lei), tais informações deverão constar do Portal de Aquisições COVID-19;

- utilizar o mencionado Portal para divulgar os Editais e fases de licitações e/ou contratações diretas promovidas pelo Poder Público, associados ao enfrentamento da pandemia da COVID-19;

- todas as informações em comento deverão constar em sítios eletrônicos abertos, de amplo acesso, sem qualquer discriminação, possibilitando ainda o *download* de toda as informações postadas, priorizando-se o formato aberto (csv, json, etc), capazes de tornar os dados manipuláveis e reutilizáveis por terceiros, em atenção à Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal (Decreto n 8.777/2016);

- os entes responsáveis pelos sítios na *internet* deverão publicar ou fazer referência a um “dicionário de dados”, junto com a base de dados fornecida, contendo explanação simples dos conceitos utilizados em

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

cada campo da planilha, favorecendo o entendimento e reutilização desses dados por terceiros;

– os entes devem indicar (no Portal) o local e instruções que permitam ao interessado comunicar-se (via eletrônica ou por telefone) com o órgão ou entidade detentora do sítio de *internet*, visando obter esclarecimentos ou informações adicionais acerca do dataset, como preconizado pelo art. 8º, § 3º, VII da Lei 12.527/2011; e

– os entes devem oferecer (no Portal) mecanismos para registro de manifestações – reclamações, denúncias, dúvidas ou elogios – com a possibilidade de anonimato, podendo-se agregar *link* para órgão de Ouvidoria do ente (se existente), desde que incluído no campo “assuntos” manifestações exclusivamente associadas à COVID-19, devendo tais manifestações receber atendimento preferencial aos demais.

Confere-se aos destinatários o prazo de 5 (cinco) dias para manifestação quanto ao acatamento ou não desta recomendação (devendo, em caso de recusa, declinar fundamentadamente os motivos para o não cumprimento e, no caso de acatamento, indicar as providências já adotadas), bem como o prazo de 20 (vinte) dias para a efetiva implementação das medidas recomendadas (inclusive inclusão dos documentos e informações relativos a contratações porventura já encerradas).

Por fim, ressalta-se que a presente recomendação dá ciência e constitui em mora o destinatário quanto às providências indicadas, e o seu não atendimento no prazo indicado poderá ensejar a adoção de outras medidas administrativas e/ou judiciais para garantir a sua observância, sem prejuízo da responsabilização pessoal do(s) agente(s) omissos(s).

Encaminhem-se cópias desta Recomendação aos seus destinatários.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Publique-se no portal eletrônico do Ministério Público Federal, conforme art. 23 da Resolução n. 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

São José do Rio Preto, 14 de outubro de 2020.

ANDERSON VAGNER GOIS DOS SANTOS
PROCURADOR DA REPÚBLICA



OFÍCIO MPF nº 1012/2020
PRM-SSP-SP-00008481/2020

São José do Rio Preto, 14 de outubro de 2020.

Excelentíssima Senhora
MARIA DE LOURDES GOMES DA SILVA DE MORAIS
Prefeita do Município de Icém/SP
Endereço: Rua Prefeito João Ribeiro da Silveira, 550, Centro;
CEP: 15.460-000 – Icém/SP.

Referência: Procedimento Preparatório nº 1.34.015.000172/2020-32

Excelentíssima Senhora Prefeita,

Cumprimentando-a, a fim de instruir o procedimento em epígrafe, em trâmite nesta Procuradoria da República, encaminho anexa a **Recomendação nº 14/2020-MPF/SJRP/GABPRM5**, ao tempo em que requisito, com fundamento no art. 8º, II, da LC 75/93, que se manifeste, no **prazo de 5 (cinco) dias**, quanto ao seu acatamento, bem como confiro o **prazo de 20 (vinte) dias** para a efetiva implementação das medidas recomendadas.

Ressalto que a presente Recomendação dá ciência e constitui em mora o destinatário quanto às providências indicadas, e o seu não atendimento no prazo indicado poderá ensejar a adoção de outras medidas administrativas e/ou judiciais para garantir a sua observância, sem prejuízo da responsabilização pessoal do(s) agente(s) omissos(s), bem como que a ausência de resposta no prazo estabelecido será igualmente considerada recusa ao seu cumprimento.

Por fim, registro que a resposta deve mencionar o ofício e procedimento em epígrafe, e ser encaminhada através do protocolo eletrônico do Ministério Público Federal, disponível no endereço:

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

<http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>, na opção: “Protocolar – Documentos diversos”.

Atenciosamente,

ANDERSON VAGNER GOIS DOS SANTOS
PROCURADOR DA REPÚBLICA



Procedimento Preparatório nº 1.34.015.000172/2020-32

RECOMENDAÇÃO Nº 14/2020-PRM/SJRPGABPRM5

O **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, pelo Procurador da República signatário, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 127, *caput*, e 129, II, da Constituição da República, bem como no art. 6º, XX, da Lei Complementar n. 75/93, e

Considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

Considerando que constitui função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, bem como aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da publicidade, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;

Considerando que compete ao Ministério Público a expedição de recomendações, visando à melhoria dos serviços de relevância pública, bem como o respeito aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, fixando prazo razoável para a adoção das providências cabíveis (art. 6º, XX, da LC 75/1993);

Considerando que a Organização Mundial de Saúde declarou, em 30 de janeiro de 2020, que o surto do novo Coronavírus SARS-COV-2 constitui Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) e, em 11 de março de 2020, a mesma Organização caracterizou a COVID-19 como pandemia;

Considerando que, em 4 de fevereiro de 2020, o Ministério da Saúde publicou a Portaria n. 188/GM/MS, declarando a situação de “Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019 – nCoV)”; Considerando que em 20 de março de 2020, através do Decreto Legislativo n. 6/2020, o Congresso Nacional reconheceu a ocorrência do estado de calamidade pública no território nacional;

Considerando que, nesse contexto, o governo federal adotou uma série de medidas, dentre elas repassar aos Estados e municípios significativos valores para emprego nas diversas áreas afetadas pela epidemia;

Considerando que com a promulgação da Lei n. 13.979/2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da COVID-19, houve a flexibilização de exigências no âmbito dos procedimentos de contratações realizadas pela Administração Pública destinadas a aquisições de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da pandemia;

Considerando o disposto no art. 4º, §2º, da Lei n. 13.979/2020, que prevê que todas as contratações ou aquisições realizadas com fulcro na referida Lei deverão ser imediatamente disponibilizadas em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (*internet*), contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3º do art. 8º da Lei n. 12.527/2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição;

Considerando que a própria Lei 12.527/2011, bem como a Lei Complementar n. 101/2000, também trazem exigências relacionadas à transparência dos gastos públicos por todos os entes da Federação, as quais devem ser observadas concomitantemente ao regramento trazido pela Lei n. 13.979/2020;

Considerando, nesse sentido, que, nos termos do art. 8º, caput, §1º, II, III e IV e §2º, todos da Lei 12.527/2011, é dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação, em sítios oficiais da rede mundial de computadores (*internet*), de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas, dentre as quais, no mínimo: II – registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros; III – registros das despesas; IV – informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados;

Considerando que, nos termos do art. 8º, §3º, da mencionada Lei de Acesso à Informação, os referidos sítios oficiais deverão atender, entre outros, aos seguintes requisitos:

- I – conter ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão;
- II – possibilitar a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações;

III – possibilitar o acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina;

IV – divulgar em detalhes os formatos utilizados para estruturação da informação;

V – garantir a autenticidade e a integridade das informações disponíveis para acesso;

VI – manter atualizadas as informações disponíveis para acesso;

VII – indicar local e instruções que permitam ao interessado comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o órgão ou entidade detentora do sítio; e

VIII – adotar as medidas necessárias para garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência, nos termos do art. 17 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e do art. 9º da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008.

Considerando que a transparência da gestão fiscal deve ser assegurada, dentre outros, mediante a liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público (art. 48,§1º, II, da Lei Complementar n. 101/2000), dentre elas (art. 48-A, I e II, da LC 101/2000):

I – quanto à despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização

mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado; (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).

II – quanto à receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários. (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).

Considerando, ainda, que, nos termos do art. 7º, I, do Decreto 7.185/2010, o sistema integrado de administração financeira e controle utilizado no âmbito de cada ente da Federação deverá gerar, para disponibilização em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, pelo menos, as seguintes informações relativas aos atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução orçamentária e financeira:

I – quanto à despesa:

- a) o valor do empenho, liquidação e pagamento;
- b) o número do correspondente processo da execução, quando for o caso;
- c) a classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto;
- d) a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, inclusive nos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária, exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários;

e) o procedimento licitatório realizado, bem como à sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do correspondente processo; e

f) o bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso;

II – quanto à receita, os valores de todas as receitas da unidade gestora, compreendendo no mínimo sua natureza, relativas a:

a) previsão;

b) lançamento, quando for o caso; e

c) arrecadação, inclusive referente a recursos extraordinários. Considerando que os entes federativos sob atribuição desta Procuradoria da República não dispõem de sítios eletrônicos plenamente adequados às exigências dos mencionados diplomas legais;

Considerando que a Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal orientou, respeitada a independência funcional, que os Ofícios com atribuições relacionadas ao combate à corrupção acompanhassem e fiscalizassem a destinação de verbas públicas federais utilizadas para o combate à epidemia do COVID-19 (Recomendação n. 1/2020 do GIAC/COVID-19 e da 5ª CCR/MPF – PGR-00152140/2020);

Considerando que a publicidade das informações e documentos relacionados aos gastos públicos é essencial ao seu acompanhamento e fiscalização, tanto pelo cidadão como pelos órgãos de controle, inclusive por este órgão ministerial, e que a pronta disponibilidade de dados, independente de prévia solicitação, propicia uma atuação mais célere e eficaz dos órgãos de combate à corrupção, além de reduzir a margem para a

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

ocorrência de eventuais desvios por parte dos responsáveis pela gestão das contas públicas;

Considerando, ademais, que negar publicidade aos atos oficiais, na forma exigível pelo ordenamento ora mencionado, pode caracterizar ato de improbidade administrativa, nos termos do art. 11, *caput* e inciso IV, da Lei n. 8.429/1992 e art. 32, §2º, da Lei n. 12.527/2011;

Considerando, por fim, que a recomendação é instrumento de atuação extrajudicial do Ministério Público que possibilita a prevenção de responsabilidades e a correção de condutas (art. 1º da Resolução n. 164, de 28 de março de 2017, do Conselho Nacional do Ministério Público),

RESOLVE, com fundamento no art. 6º, inc. XX, da Lei Complementar n. 75/93, **RECOMENDAR**, aos municípios de Altair, Guaraci, Icem, Nova Granada, Olímpia, Onda Verde, Orindiúva, Palestina, Paulo de Faria, Riolândia, Severínia e Uchôa, nas pessoas dos respectivos chefes do Executivo, que disponibilizem, no *site* da Prefeitura, informações e documentos referentes aos recursos públicos federais recebidos e aos respectivos gastos efetuados vinculados especificamente ao enfrentamento e mitigação da pandemia decorrente da COVID-19, com o seguinte conteúdo mínimo, e observados os demais requisitos previstos no art. 8º, §3º, da Lei n. 12.527/2011:

- a) dados sobre todos os repasses federais recebidos em razão da COVID-19, contendo, no mínimo:
 - i) banco, agência e conta corrente em que os recursos foram efetivamente disponibilizados;
 - ii) data da transferência dos recursos;
 - iii) valores efetivamente disponibilizados;

iv) valores porventura bloqueados e associados às aludidas transferências; e

v) tipo de conta utilizada para receber os valores transferidos, consoante critérios do ente recebedor e/ou ministério da União responsável pelo repasse.

b) dados atinentes às licitações, dispensas de licitações, contratações e aquisições, encerradas ou em andamento, bem como à execução orçamentária e financeira das respectivas despesas, que estejam relacionadas ao enfrentamento e mitigação da pandemia decorrente da COVID-19, com os seguintes elementos mínimos, em consonância com o art. 4º, §2º, da Lei n. 13.979/2020, art. 8º, §1º, IV, da Lei n. 12.527/2011, art. 48-A, I, da LC 101/2000 e art. 7º, I, do Decreto 7.185/2010 e legislação correlata:

i) nome/razão social do(a) contratado(a), consoante registros junto à Receita Federal do Brasil;

ii) respectivo CNPJ/CPF;

iii) objeto contratual;

iv) valor total do contrato (em moeda nacional e internacional, se for o caso);

v) detalhamento de cada item (descrição individual de cada item) adquirido, acompanhado do valor unitário e quantidade (ou fração) total de cada item contratado. No caso de medicamentos, acrescentar o código CEDMEX e apresentação do mesmo;

vi) prazo contratual;

vii) número do processo de contratação;

viii) número do contrato firmado e/ou nota de empenho correspondente;

ix) órgão contratante;

x) data de celebração do contrato;

xi) número, página e data de publicação do contrato/contratação no diário oficial;

xii) forma de contratação (dispensa, inexigibilidade, pregão eletrônico, pregão presencial, etc.)

xiii) no caso de procedimento licitatório, indicação do número do respectivo edital e número, página e data de sua publicação no diário oficial;

xiv) número da nota de empenho, acompanhada da data de sua emissão;

xv) número da nota de pagamento, ordem bancária ou documento similar, acompanhada da data de sua emissão;

xvi) data de recebimento do bem e/ou recebimento do serviço contratado;

xvii) chave da correspondente nota fiscal eletrônica (NFe) dos bens adquiridos e/ou serviços prestados, ou

alternativamente, disponibilizar o correspondente DANFE, com a correspondente chave eletrônica da NFe a ele associada; e

xviii) identificação da fonte dos recursos que financiaram o gasto

c) disponibilização, para importação, exportação, *download*, e transformação em outros formatos, dos respectivos documentos comprobatórios das informações disponibilizadas nos termos dos itens anteriores, preferencialmente a íntegra dos respectivos processos de contratação e de execução da despesa e, em casos de inviabilidade devidamente justificada, disponibilização, no mínimo, das notas fiscais, notas de empenho, ordens de pagamento, ordens de serviço e documentos referentes às contratações (estudos preliminares; termos de referência; projetos básicos; pesquisas de preços; justificativas para as situações descritas nos arts. 4º-E, §§2º e 3º e 4º-F da Lei n. 13.979/2020; editais e seus anexos; atas de julgamento; documentos referentes à habilitação dos licitantes e às propostas (depois de tornadas públicas); recursos administrativos interpostos e respectivas decisões; atos de homologação e adjudicação do objeto licitado; atas de registro de preços e documentos correlatos; além dos contratos administrativos firmados, ou, alternativamente, inserção de *link* para acesso direto a tais documentos em outro endereço eletrônico no qual eventualmente já estejam sendo disponibilizados (ex. Sistema Licon, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo), desde que contenha todos os documentos enumerados acima.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

As informações e documentos em questão deverão ser disponibilizados em sítio ou *link* específico relativo à COVID-19, sem prejuízo da manutenção usual do Portal da Transparência, e deverão ser atualizados de forma contínua, em até 2 dias úteis após o recebimento do repasse federal ou da prática do ato tendente à utilização de tais valores.

Além das providências acima elencadas, deverão ser observadas/executadas as seguintes medidas:

- no caso de contratação de pessoa (natural e/ou jurídica) com declaração de inidoneidade ou suspensão em contratar com o Poder Público ou, ainda, com pendências administrativas e/ou jurídicas, tais contratações deverão ser devidamente justificadas e constar a aludida justificativa no Portal de Aquisições COVID-19;

- caso ocorra prorrogação do contrato (art. 4º-H, da Lei 13.979/2020) ou acréscimos/supressões de quantitativos dos itens contratados (art. 4º-I, da referida Lei), tais informações deverão constar do Portal de Aquisições COVID-19;

- utilizar o mencionado Portal para divulgar os Editais e fases de licitações e/ou contratações diretas promovidas pelo Poder Público, associados ao enfrentamento da pandemia da COVID-19;

- todas as informações em comento deverão constar em sítios eletrônicos abertos, de amplo acesso, sem qualquer discriminação, possibilitando ainda o *download* de toda as informações postadas, priorizando-se o formato aberto (csv, json, etc), capazes de tornar os dados manipuláveis e reutilizáveis por terceiros, em atenção à Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal (Decreto n 8.777/2016);

- os entes responsáveis pelos sítios na *internet* deverão publicar ou fazer referência a um “dicionário de dados”, junto com a base de dados fornecida, contendo explanação simples dos conceitos utilizados em

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

cada campo da planilha, favorecendo o entendimento e reutilização desses dados por terceiros;

– os entes devem indicar (no Portal) o local e instruções que permitam ao interessado comunicar-se (via eletrônica ou por telefone) com o órgão ou entidade detentora do sítio de *internet*, visando obter esclarecimentos ou informações adicionais acerca do dataset, como preconizado pelo art. 8º, § 3º, VII da Lei 12.527/2011; e

– os entes devem oferecer (no Portal) mecanismos para registro de manifestações – reclamações, denúncias, dúvidas ou elogios – com a possibilidade de anonimato, podendo-se agregar *link* para órgão de Ouvidoria do ente (se existente), desde que incluído no campo “assuntos” manifestações exclusivamente associadas à COVID-19, devendo tais manifestações receber atendimento preferencial aos demais.

Confere-se aos destinatários o prazo de 5 (cinco) dias para manifestação quanto ao acatamento ou não desta recomendação (devendo, em caso de recusa, declinar fundamentadamente os motivos para o não cumprimento e, no caso de acatamento, indicar as providências já adotadas), bem como o prazo de 20 (vinte) dias para a efetiva implementação das medidas recomendadas (inclusive inclusão dos documentos e informações relativos a contratações porventura já encerradas).

Por fim, ressalta-se que a presente recomendação dá ciência e constitui em mora o destinatário quanto às providências indicadas, e o seu não atendimento no prazo indicado poderá ensejar a adoção de outras medidas administrativas e/ou judiciais para garantir a sua observância, sem prejuízo da responsabilização pessoal do(s) agente(s) omissos(s).

Encaminhem-se cópias desta Recomendação aos seus destinatários.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Publique-se no portal eletrônico do Ministério Público Federal, conforme art. 23 da Resolução n. 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

São José do Rio Preto, 14 de outubro de 2020.

ANDERSON VAGNER GOIS DOS SANTOS
PROCURADOR DA REPÚBLICA



OFÍCIO MPF nº 1013/2020
PRM-SSP-SP-00008482/2020

São José do Rio Preto, 14 de outubro de 2020.

Excelentíssima Senhora
TÂNIA YUGAR
Prefeita do Município de Nova Granada/SP
Endereço: Praça São Benedito, nº 417, Centro;
CEP: 15.440-000 – Nova Granada/SP.

Referência: Procedimento Preparatório nº 1.34.015.000172/2020-32

Excelentíssima Senhora Prefeita,

Cumprimentando-a, a fim de instruir o procedimento em epígrafe, em trâmite nesta Procuradoria da República, encaminho anexa a **Recomendação nº 14/2020-MPF/SJRP/GABPRM5**, ao tempo em que requisito, com fundamento no art. 8º, II, da LC 75/93, que se manifeste, no **prazo de 5 (cinco) dias**, quanto ao seu acatamento, bem como confiro o **prazo de 20 (vinte) dias** para a efetiva implementação das medidas recomendadas.

Ressalto que a presente Recomendação dá ciência e constitui em mora o destinatário quanto às providências indicadas, e o seu não atendimento no prazo indicado poderá ensejar a adoção de outras medidas administrativas e/ou judiciais para garantir a sua observância, sem prejuízo da responsabilização pessoal do(s) agente(s) omissos(s), bem como que a ausência de resposta no prazo estabelecido será igualmente considerada recusa ao seu cumprimento.

Por fim, registro que a resposta deve mencionar o ofício e procedimento em epígrafe, e ser encaminhada através do protocolo eletrônico do Ministério Público Federal, disponível no endereço:

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

<http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>, na opção: “Protocolar – Documentos diversos”.

Atenciosamente,

ANDERSON VAGNER GOIS DOS SANTOS
PROCURADOR DA REPÚBLICA



Procedimento Preparatório nº 1.34.015.000172/2020-32

RECOMENDAÇÃO Nº 14/2020-PRM/SJRPGABPRM5

O **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, pelo Procurador da República signatário, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 127, *caput*, e 129, II, da Constituição da República, bem como no art. 6º, XX, da Lei Complementar n. 75/93, e

Considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

Considerando que constitui função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, bem como aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da publicidade, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;

Considerando que compete ao Ministério Público a expedição de recomendações, visando à melhoria dos serviços de relevância pública, bem como o respeito aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, fixando prazo razoável para a adoção das providências cabíveis (art. 6º, XX, da LC 75/1993);

Considerando que a Organização Mundial de Saúde declarou, em 30 de janeiro de 2020, que o surto do novo Coronavírus SARS-COV-2 constitui Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) e, em 11 de março de 2020, a mesma Organização caracterizou a COVID-19 como pandemia;

Considerando que, em 4 de fevereiro de 2020, o Ministério da Saúde publicou a Portaria n. 188/GM/MS, declarando a situação de “Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019 – nCoV)”; Considerando que em 20 de março de 2020, através do Decreto Legislativo n. 6/2020, o Congresso Nacional reconheceu a ocorrência do estado de calamidade pública no território nacional;

Considerando que, nesse contexto, o governo federal adotou uma série de medidas, dentre elas repassar aos Estados e municípios significativos valores para emprego nas diversas áreas afetadas pela epidemia;

Considerando que com a promulgação da Lei n. 13.979/2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da COVID-19, houve a flexibilização de exigências no âmbito dos procedimentos de contratações realizadas pela Administração Pública destinadas a aquisições de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da pandemia;

Considerando o disposto no art. 4º, §2º, da Lei n. 13.979/2020, que prevê que todas as contratações ou aquisições realizadas com fulcro na referida Lei deverão ser imediatamente disponibilizadas em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (*internet*), contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3º do art. 8º da Lei n. 12.527/2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição;

Considerando que a própria Lei 12.527/2011, bem como a Lei Complementar n. 101/2000, também trazem exigências relacionadas à transparência dos gastos públicos por todos os entes da Federação, as quais devem ser observadas concomitantemente ao regramento trazido pela Lei n. 13.979/2020;

Considerando, nesse sentido, que, nos termos do art. 8º, caput, §1º, II, III e IV e §2º, todos da Lei 12.527/2011, é dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação, em sítios oficiais da rede mundial de computadores (*internet*), de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas, dentre as quais, no mínimo: II – registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros; III – registros das despesas; IV – informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados;

Considerando que, nos termos do art. 8º, §3º, da mencionada Lei de Acesso à Informação, os referidos sítios oficiais deverão atender, entre outros, aos seguintes requisitos:

- I – conter ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão;
- II – possibilitar a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações;

III – possibilitar o acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina;

IV – divulgar em detalhes os formatos utilizados para estruturação da informação;

V – garantir a autenticidade e a integridade das informações disponíveis para acesso;

VI – manter atualizadas as informações disponíveis para acesso;

VII – indicar local e instruções que permitam ao interessado comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o órgão ou entidade detentora do sítio; e

VIII – adotar as medidas necessárias para garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência, nos termos do art. 17 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e do art. 9º da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008.

Considerando que a transparência da gestão fiscal deve ser assegurada, dentre outros, mediante a liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público (art. 48,§1º, II, da Lei Complementar n. 101/2000), dentre elas (art. 48-A, I e II, da LC 101/2000):

I – quanto à despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização

mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado; (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).

II – quanto à receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários. (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).

Considerando, ainda, que, nos termos do art. 7º, I, do Decreto 7.185/2010, o sistema integrado de administração financeira e controle utilizado no âmbito de cada ente da Federação deverá gerar, para disponibilização em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, pelo menos, as seguintes informações relativas aos atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução orçamentária e financeira:

I – quanto à despesa:

- a) o valor do empenho, liquidação e pagamento;
- b) o número do correspondente processo da execução, quando for o caso;
- c) a classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto;
- d) a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, inclusive nos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária, exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários;

e) o procedimento licitatório realizado, bem como à sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do correspondente processo; e

f) o bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso;

II – quanto à receita, os valores de todas as receitas da unidade gestora, compreendendo no mínimo sua natureza, relativas a:

a) previsão;

b) lançamento, quando for o caso; e

c) arrecadação, inclusive referente a recursos extraordinários. Considerando que os entes federativos sob atribuição desta Procuradoria da República não dispõem de sítios eletrônicos plenamente adequados às exigências dos mencionados diplomas legais;

Considerando que a Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal orientou, respeitada a independência funcional, que os Ofícios com atribuições relacionadas ao combate à corrupção acompanhassem e fiscalizassem a destinação de verbas públicas federais utilizadas para o combate à epidemia do COVID-19 (Recomendação n. 1/2020 do GIAC/COVID-19 e da 5ª CCR/MPF – PGR-00152140/2020);

Considerando que a publicidade das informações e documentos relacionados aos gastos públicos é essencial ao seu acompanhamento e fiscalização, tanto pelo cidadão como pelos órgãos de controle, inclusive por este órgão ministerial, e que a pronta disponibilidade de dados, independente de prévia solicitação, propicia uma atuação mais célere e eficaz dos órgãos de combate à corrupção, além de reduzir a margem para a

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

ocorrência de eventuais desvios por parte dos responsáveis pela gestão das contas públicas;

Considerando, ademais, que negar publicidade aos atos oficiais, na forma exigível pelo ordenamento ora mencionado, pode caracterizar ato de improbidade administrativa, nos termos do art. 11, *caput* e inciso IV, da Lei n. 8.429/1992 e art. 32, §2º, da Lei n. 12.527/2011;

Considerando, por fim, que a recomendação é instrumento de atuação extrajudicial do Ministério Público que possibilita a prevenção de responsabilidades e a correção de condutas (art. 1º da Resolução n. 164, de 28 de março de 2017, do Conselho Nacional do Ministério Público),

RESOLVE, com fundamento no art. 6º, inc. XX, da Lei Complementar n. 75/93, **RECOMENDAR**, aos municípios de Altair, Guaraci, Icem, Nova Granada, Olímpia, Onda Verde, Orindiúva, Palestina, Paulo de Faria, Riolândia, Severínia e Uchôa, nas pessoas dos respectivos chefes do Executivo, que disponibilizem, no *site* da Prefeitura, informações e documentos referentes aos recursos públicos federais recebidos e aos respectivos gastos efetuados vinculados especificamente ao enfrentamento e mitigação da pandemia decorrente da COVID-19, com o seguinte conteúdo mínimo, e observados os demais requisitos previstos no art. 8º, §3º, da Lei n. 12.527/2011:

- a) dados sobre todos os repasses federais recebidos em razão da COVID-19, contendo, no mínimo:
 - i) banco, agência e conta corrente em que os recursos foram efetivamente disponibilizados;
 - ii) data da transferência dos recursos;
 - iii) valores efetivamente disponibilizados;

iv) valores porventura bloqueados e associados às aludidas transferências; e

v) tipo de conta utilizada para receber os valores transferidos, consoante critérios do ente recebedor e/ou ministério da União responsável pelo repasse.

b) dados atinentes às licitações, dispensas de licitações, contratações e aquisições, encerradas ou em andamento, bem como à execução orçamentária e financeira das respectivas despesas, que estejam relacionadas ao enfrentamento e mitigação da pandemia decorrente da COVID-19, com os seguintes elementos mínimos, em consonância com o art. 4º, §2º, da Lei n. 13.979/2020, art. 8º, §1º, IV, da Lei n. 12.527/2011, art. 48-A, I, da LC 101/2000 e art. 7º, I, do Decreto 7.185/2010 e legislação correlata:

i) nome/razão social do(a) contratado(a), consoante registros junto à Receita Federal do Brasil;

ii) respectivo CNPJ/CPF;

iii) objeto contratual;

iv) valor total do contrato (em moeda nacional e internacional, se for o caso);

v) detalhamento de cada item (descrição individual de cada item) adquirido, acompanhado do valor unitário e quantidade (ou fração) total de cada item contratado. No caso de medicamentos, acrescentar o código CEDMEX e apresentação do mesmo;

vi) prazo contratual;

vii) número do processo de contratação;

viii) número do contrato firmado e/ou nota de empenho correspondente;

ix) órgão contratante;

x) data de celebração do contrato;

xi) número, página e data de publicação do contrato/contratação no diário oficial;

xii) forma de contratação (dispensa, inexigibilidade, pregão eletrônico, pregão presencial, etc.)

xiii) no caso de procedimento licitatório, indicação do número do respectivo edital e número, página e data de sua publicação no diário oficial;

xiv) número da nota de empenho, acompanhada da data de sua emissão;

xv) número da nota de pagamento, ordem bancária ou documento similar, acompanhada da data de sua emissão;

xvi) data de recebimento do bem e/ou recebimento do serviço contratado;

xvii) chave da correspondente nota fiscal eletrônica (NFe) dos bens adquiridos e/ou serviços prestados, ou

alternativamente, disponibilizar o correspondente DANFE, com a correspondente chave eletrônica da NFe a ele associada; e

xviii) identificação da fonte dos recursos que financiaram o gasto

c) disponibilização, para importação, exportação, *download*, e transformação em outros formatos, dos respectivos documentos comprobatórios das informações disponibilizadas nos termos dos itens anteriores, preferencialmente a íntegra dos respectivos processos de contratação e de execução da despesa e, em casos de inviabilidade devidamente justificada, disponibilização, no mínimo, das notas fiscais, notas de empenho, ordens de pagamento, ordens de serviço e documentos referentes às contratações (estudos preliminares; termos de referência; projetos básicos; pesquisas de preços; justificativas para as situações descritas nos arts. 4º-E, §§2º e 3º e 4º-F da Lei n. 13.979/2020; editais e seus anexos; atas de julgamento; documentos referentes à habilitação dos licitantes e às propostas (depois de tornadas públicas); recursos administrativos interpostos e respectivas decisões; atos de homologação e adjudicação do objeto licitado; atas de registro de preços e documentos correlatos; além dos contratos administrativos firmados, ou, alternativamente, inserção de *link* para acesso direto a tais documentos em outro endereço eletrônico no qual eventualmente já estejam sendo disponibilizados (ex. Sistema Licon, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo), desde que contenha todos os documentos enumerados acima.

As informações e documentos em questão deverão ser disponibilizados em sítio ou *link* específico relativo à COVID-19, sem prejuízo da manutenção usual do Portal da Transparência, e deverão ser atualizados de forma contínua, em até 2 dias úteis após o recebimento do repasse federal ou da prática do ato tendente à utilização de tais valores.

Além das providências acima elencadas, deverão ser observadas/executadas as seguintes medidas:

- no caso de contratação de pessoa (natural e/ou jurídica) com declaração de inidoneidade ou suspensão em contratar com o Poder Público ou, ainda, com pendências administrativas e/ou jurídicas, tais contratações deverão ser devidamente justificadas e constar a aludida justificativa no Portal de Aquisições COVID-19;

- caso ocorra prorrogação do contrato (art. 4º-H, da Lei 13.979/2020) ou acréscimos/supressões de quantitativos dos itens contratados (art. 4º-I, da referida Lei), tais informações deverão constar do Portal de Aquisições COVID-19;

- utilizar o mencionado Portal para divulgar os Editais e fases de licitações e/ou contratações diretas promovidas pelo Poder Público, associados ao enfrentamento da pandemia da COVID-19;

- todas as informações em comento deverão constar em sítios eletrônicos abertos, de amplo acesso, sem qualquer discriminação, possibilitando ainda o *download* de toda as informações postadas, priorizando-se o formato aberto (csv, json, etc), capazes de tornar os dados manipuláveis e reutilizáveis por terceiros, em atenção à Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal (Decreto n 8.777/2016);

- os entes responsáveis pelos sítios na *internet* deverão publicar ou fazer referência a um “dicionário de dados”, junto com a base de dados fornecida, contendo explanação simples dos conceitos utilizados em

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

cada campo da planilha, favorecendo o entendimento e reutilização desses dados por terceiros;

– os entes devem indicar (no Portal) o local e instruções que permitam ao interessado comunicar-se (via eletrônica ou por telefone) com o órgão ou entidade detentora do sítio de *internet*, visando obter esclarecimentos ou informações adicionais acerca do dataset, como preconizado pelo art. 8º, § 3º, VII da Lei 12.527/2011; e

– os entes devem oferecer (no Portal) mecanismos para registro de manifestações – reclamações, denúncias, dúvidas ou elogios – com a possibilidade de anonimato, podendo-se agregar *link* para órgão de Ouvidoria do ente (se existente), desde que incluído no campo “assuntos” manifestações exclusivamente associadas à COVID-19, devendo tais manifestações receber atendimento preferencial aos demais.

Confere-se aos destinatários o prazo de 5 (cinco) dias para manifestação quanto ao acatamento ou não desta recomendação (devendo, em caso de recusa, declinar fundamentadamente os motivos para o não cumprimento e, no caso de acatamento, indicar as providências já adotadas), bem como o prazo de 20 (vinte) dias para a efetiva implementação das medidas recomendadas (inclusive inclusão dos documentos e informações relativos a contratações porventura já encerradas).

Por fim, ressalta-se que a presente recomendação dá ciência e constitui em mora o destinatário quanto às providências indicadas, e o seu não atendimento no prazo indicado poderá ensejar a adoção de outras medidas administrativas e/ou judiciais para garantir a sua observância, sem prejuízo da responsabilização pessoal do(s) agente(s) omissos(s).

Encaminhem-se cópias desta Recomendação aos seus destinatários.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Publique-se no portal eletrônico do Ministério Público Federal, conforme art. 23 da Resolução n. 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

São José do Rio Preto, 14 de outubro de 2020.

ANDERSON VAGNER GOIS DOS SANTOS
PROCURADOR DA REPÚBLICA



OFÍCIO MPF nº 1014/2020
PRM-SSP-SP-00008483/2020

São José do Rio Preto, 14 de outubro de 2020.

Excelentíssimo Senhor
FERNANDO AUGUSTO CUNHA
Prefeito do Município de Olímpia/SP
Endereço: Praça Rui Barbosa, nº 54, Centro;
CEP: 15.400-000 – Olímpia/SP.

Referência: Procedimento Preparatório nº 1.34.015.000172/2020-32

Excelentíssimo Senhor Prefeito,

Cumprimentando-o, a fim de instruir o procedimento em epígrafe, em trâmite nesta Procuradoria da República, encaminho anexa a **Recomendação nº 14/2020-MPF/SJRP/GABPRM5**, ao tempo em que requisito, com fundamento no art. 8º, II, da LC 75/93, que se manifeste, no **prazo de 5 (cinco) dias**, quanto ao seu acatamento, bem como confiro o **prazo de 20 (vinte) dias** para a efetiva implementação das medidas recomendadas.

Ressalto que a presente Recomendação dá ciência e constitui em mora o destinatário quanto às providências indicadas, e o seu não atendimento no prazo indicado poderá ensejar a adoção de outras medidas administrativas e/ou judiciais para garantir a sua observância, sem prejuízo da responsabilização pessoal do(s) agente(s) omissos(s), bem como que a ausência de resposta no prazo estabelecido será igualmente considerada recusa ao seu cumprimento.

Por fim, registro que a resposta deve mencionar o ofício e procedimento em epígrafe, e ser encaminhada através do protocolo eletrônico do Ministério Público Federal, disponível no endereço:

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

<http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>, na opção: “Protocolar – Documentos diversos”.

Atenciosamente,

ANDERSON VAGNER GOIS DOS SANTOS
PROCURADOR DA REPÚBLICA



Procedimento Preparatório nº 1.34.015.000172/2020-32

RECOMENDAÇÃO Nº 14/2020-PRM/SJRPGABPRM5

O **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, pelo Procurador da República signatário, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 127, *caput*, e 129, II, da Constituição da República, bem como no art. 6º, XX, da Lei Complementar n. 75/93, e

Considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

Considerando que constitui função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, bem como aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da publicidade, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;

Considerando que compete ao Ministério Público a expedição de recomendações, visando à melhoria dos serviços de relevância pública, bem como o respeito aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, fixando prazo razoável para a adoção das providências cabíveis (art. 6º, XX, da LC 75/1993);

Considerando que a Organização Mundial de Saúde declarou, em 30 de janeiro de 2020, que o surto do novo Coronavírus SARS-COV-2 constitui Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) e, em 11 de março de 2020, a mesma Organização caracterizou a COVID-19 como pandemia;

Considerando que, em 4 de fevereiro de 2020, o Ministério da Saúde publicou a Portaria n. 188/GM/MS, declarando a situação de “Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019 – nCoV)”; Considerando que em 20 de março de 2020, através do Decreto Legislativo n. 6/2020, o Congresso Nacional reconheceu a ocorrência do estado de calamidade pública no território nacional;

Considerando que, nesse contexto, o governo federal adotou uma série de medidas, dentre elas repassar aos Estados e municípios significativos valores para emprego nas diversas áreas afetadas pela epidemia;

Considerando que com a promulgação da Lei n. 13.979/2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da COVID-19, houve a flexibilização de exigências no âmbito dos procedimentos de contratações realizadas pela Administração Pública destinadas a aquisições de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da pandemia;

Considerando o disposto no art. 4º, §2º, da Lei n. 13.979/2020, que prevê que todas as contratações ou aquisições realizadas com fulcro na referida Lei deverão ser imediatamente disponibilizadas em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (*internet*), contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3º do art. 8º da Lei n. 12.527/2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição;

Considerando que a própria Lei 12.527/2011, bem como a Lei Complementar n. 101/2000, também trazem exigências relacionadas à transparência dos gastos públicos por todos os entes da Federação, as quais devem ser observadas concomitantemente ao regramento trazido pela Lei n. 13.979/2020;

Considerando, nesse sentido, que, nos termos do art. 8º, caput, §1º, II, III e IV e §2º, todos da Lei 12.527/2011, é dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação, em sítios oficiais da rede mundial de computadores (*internet*), de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas, dentre as quais, no mínimo: II – registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros; III – registros das despesas; IV – informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados;

Considerando que, nos termos do art. 8º, §3º, da mencionada Lei de Acesso à Informação, os referidos sítios oficiais deverão atender, entre outros, aos seguintes requisitos:

- I – conter ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão;
- II – possibilitar a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações;

III – possibilitar o acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina;

IV – divulgar em detalhes os formatos utilizados para estruturação da informação;

V – garantir a autenticidade e a integridade das informações disponíveis para acesso;

VI – manter atualizadas as informações disponíveis para acesso;

VII – indicar local e instruções que permitam ao interessado comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o órgão ou entidade detentora do sítio; e

VIII – adotar as medidas necessárias para garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência, nos termos do art. 17 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e do art. 9º da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008.

Considerando que a transparência da gestão fiscal deve ser assegurada, dentre outros, mediante a liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público (art. 48,§1º, II, da Lei Complementar n. 101/2000), dentre elas (art. 48-A, I e II, da LC 101/2000):

I – quanto à despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização

mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado; (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).

II – quanto à receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários. (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).

Considerando, ainda, que, nos termos do art. 7º, I, do Decreto 7.185/2010, o sistema integrado de administração financeira e controle utilizado no âmbito de cada ente da Federação deverá gerar, para disponibilização em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, pelo menos, as seguintes informações relativas aos atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução orçamentária e financeira:

I – quanto à despesa:

- a) o valor do empenho, liquidação e pagamento;
- b) o número do correspondente processo da execução, quando for o caso;
- c) a classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto;
- d) a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, inclusive nos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária, exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários;

e) o procedimento licitatório realizado, bem como à sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do correspondente processo; e

f) o bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso;

II – quanto à receita, os valores de todas as receitas da unidade gestora, compreendendo no mínimo sua natureza, relativas a:

a) previsão;

b) lançamento, quando for o caso; e

c) arrecadação, inclusive referente a recursos extraordinários. Considerando que os entes federativos sob atribuição desta Procuradoria da República não dispõem de sítios eletrônicos plenamente adequados às exigências dos mencionados diplomas legais;

Considerando que a Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal orientou, respeitada a independência funcional, que os Ofícios com atribuições relacionadas ao combate à corrupção acompanhassem e fiscalizassem a destinação de verbas públicas federais utilizadas para o combate à epidemia do COVID-19 (Recomendação n. 1/2020 do GIAC/COVID-19 e da 5ª CCR/MPF – PGR-00152140/2020);

Considerando que a publicidade das informações e documentos relacionados aos gastos públicos é essencial ao seu acompanhamento e fiscalização, tanto pelo cidadão como pelos órgãos de controle, inclusive por este órgão ministerial, e que a pronta disponibilidade de dados, independente de prévia solicitação, propicia uma atuação mais célere e eficaz dos órgãos de combate à corrupção, além de reduzir a margem para a

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

ocorrência de eventuais desvios por parte dos responsáveis pela gestão das contas públicas;

Considerando, ademais, que negar publicidade aos atos oficiais, na forma exigível pelo ordenamento ora mencionado, pode caracterizar ato de improbidade administrativa, nos termos do art. 11, *caput* e inciso IV, da Lei n. 8.429/1992 e art. 32, §2º, da Lei n. 12.527/2011;

Considerando, por fim, que a recomendação é instrumento de atuação extrajudicial do Ministério Público que possibilita a prevenção de responsabilidades e a correção de condutas (art. 1º da Resolução n. 164, de 28 de março de 2017, do Conselho Nacional do Ministério Público),

RESOLVE, com fundamento no art. 6º, inc. XX, da Lei Complementar n. 75/93, **RECOMENDAR**, aos municípios de Altair, Guaraci, Icem, Nova Granada, Olímpia, Onda Verde, Orindiúva, Palestina, Paulo de Faria, Riolândia, Severínia e Uchôa, nas pessoas dos respectivos chefes do Executivo, que disponibilizem, no *site* da Prefeitura, informações e documentos referentes aos recursos públicos federais recebidos e aos respectivos gastos efetuados vinculados especificamente ao enfrentamento e mitigação da pandemia decorrente da COVID-19, com o seguinte conteúdo mínimo, e observados os demais requisitos previstos no art. 8º, §3º, da Lei n. 12.527/2011:

- a) dados sobre todos os repasses federais recebidos em razão da COVID-19, contendo, no mínimo:
 - i) banco, agência e conta corrente em que os recursos foram efetivamente disponibilizados;
 - ii) data da transferência dos recursos;
 - iii) valores efetivamente disponibilizados;

iv) valores porventura bloqueados e associados às aludidas transferências; e

v) tipo de conta utilizada para receber os valores transferidos, consoante critérios do ente recebedor e/ou ministério da União responsável pelo repasse.

b) dados atinentes às licitações, dispensas de licitações, contratações e aquisições, encerradas ou em andamento, bem como à execução orçamentária e financeira das respectivas despesas, que estejam relacionadas ao enfrentamento e mitigação da pandemia decorrente da COVID-19, com os seguintes elementos mínimos, em consonância com o art. 4º, §2º, da Lei n. 13.979/2020, art. 8º, §1º, IV, da Lei n. 12.527/2011, art. 48-A, I, da LC 101/2000 e art. 7º, I, do Decreto 7.185/2010 e legislação correlata:

i) nome/razão social do(a) contratado(a), consoante registros junto à Receita Federal do Brasil;

ii) respectivo CNPJ/CPF;

iii) objeto contratual;

iv) valor total do contrato (em moeda nacional e internacional, se for o caso);

v) detalhamento de cada item (descrição individual de cada item) adquirido, acompanhado do valor unitário e quantidade (ou fração) total de cada item contratado. No caso de medicamentos, acrescentar o código CEDMEX e apresentação do mesmo;

vi) prazo contratual;

vii) número do processo de contratação;

viii) número do contrato firmado e/ou nota de empenho correspondente;

ix) órgão contratante;

x) data de celebração do contrato;

xi) número, página e data de publicação do contrato/contratação no diário oficial;

xii) forma de contratação (dispensa, inexigibilidade, pregão eletrônico, pregão presencial, etc.)

xiii) no caso de procedimento licitatório, indicação do número do respectivo edital e número, página e data de sua publicação no diário oficial;

xiv) número da nota de empenho, acompanhada da data de sua emissão;

xv) número da nota de pagamento, ordem bancária ou documento similar, acompanhada da data de sua emissão;

xvi) data de recebimento do bem e/ou recebimento do serviço contratado;

xvii) chave da correspondente nota fiscal eletrônica (NFe) dos bens adquiridos e/ou serviços prestados, ou

alternativamente, disponibilizar o correspondente DANFE, com a correspondente chave eletrônica da NFe a ele associada; e

xviii) identificação da fonte dos recursos que financiaram o gasto

c) disponibilização, para importação, exportação, *download*, e transformação em outros formatos, dos respectivos documentos comprobatórios das informações disponibilizadas nos termos dos itens anteriores, preferencialmente a íntegra dos respectivos processos de contratação e de execução da despesa e, em casos de inviabilidade devidamente justificada, disponibilização, no mínimo, das notas fiscais, notas de empenho, ordens de pagamento, ordens de serviço e documentos referentes às contratações (estudos preliminares; termos de referência; projetos básicos; pesquisas de preços; justificativas para as situações descritas nos arts. 4º-E, §§2º e 3º e 4º-F da Lei n. 13.979/2020; editais e seus anexos; atas de julgamento; documentos referentes à habilitação dos licitantes e às propostas (depois de tornadas públicas); recursos administrativos interpostos e respectivas decisões; atos de homologação e adjudicação do objeto licitado; atas de registro de preços e documentos correlatos; além dos contratos administrativos firmados, ou, alternativamente, inserção de *link* para acesso direto a tais documentos em outro endereço eletrônico no qual eventualmente já estejam sendo disponibilizados (ex. Sistema Licon, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo), desde que contenha todos os documentos enumerados acima.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

As informações e documentos em questão deverão ser disponibilizados em sítio ou *link* específico relativo à COVID-19, sem prejuízo da manutenção usual do Portal da Transparência, e deverão ser atualizados de forma contínua, em até 2 dias úteis após o recebimento do repasse federal ou da prática do ato tendente à utilização de tais valores.

Além das providências acima elencadas, deverão ser observadas/executadas as seguintes medidas:

- no caso de contratação de pessoa (natural e/ou jurídica) com declaração de inidoneidade ou suspensão em contratar com o Poder Público ou, ainda, com pendências administrativas e/ou jurídicas, tais contratações deverão ser devidamente justificadas e constar a aludida justificativa no Portal de Aquisições COVID-19;

- caso ocorra prorrogação do contrato (art. 4º-H, da Lei 13.979/2020) ou acréscimos/supressões de quantitativos dos itens contratados (art. 4º-I, da referida Lei), tais informações deverão constar do Portal de Aquisições COVID-19;

- utilizar o mencionado Portal para divulgar os Editais e fases de licitações e/ou contratações diretas promovidas pelo Poder Público, associados ao enfrentamento da pandemia da COVID-19;

- todas as informações em comento deverão constar em sítios eletrônicos abertos, de amplo acesso, sem qualquer discriminação, possibilitando ainda o *download* de toda as informações postadas, priorizando-se o formato aberto (csv, json, etc), capazes de tornar os dados manipuláveis e reutilizáveis por terceiros, em atenção à Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal (Decreto n 8.777/2016);

- os entes responsáveis pelos sítios na *internet* deverão publicar ou fazer referência a um “dicionário de dados”, junto com a base de dados fornecida, contendo explanação simples dos conceitos utilizados em

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

cada campo da planilha, favorecendo o entendimento e reutilização desses dados por terceiros;

– os entes devem indicar (no Portal) o local e instruções que permitam ao interessado comunicar-se (via eletrônica ou por telefone) com o órgão ou entidade detentora do sítio de *internet*, visando obter esclarecimentos ou informações adicionais acerca do dataset, como preconizado pelo art. 8º, § 3º, VII da Lei 12.527/2011; e

– os entes devem oferecer (no Portal) mecanismos para registro de manifestações – reclamações, denúncias, dúvidas ou elogios – com a possibilidade de anonimato, podendo-se agregar *link* para órgão de Ouvidoria do ente (se existente), desde que incluído no campo “assuntos” manifestações exclusivamente associadas à COVID-19, devendo tais manifestações receber atendimento preferencial aos demais.

Confere-se aos destinatários o prazo de 5 (cinco) dias para manifestação quanto ao acatamento ou não desta recomendação (devendo, em caso de recusa, declinar fundamentadamente os motivos para o não cumprimento e, no caso de acatamento, indicar as providências já adotadas), bem como o prazo de 20 (vinte) dias para a efetiva implementação das medidas recomendadas (inclusive inclusão dos documentos e informações relativos a contratações porventura já encerradas).

Por fim, ressalta-se que a presente recomendação dá ciência e constitui em mora o destinatário quanto às providências indicadas, e o seu não atendimento no prazo indicado poderá ensejar a adoção de outras medidas administrativas e/ou judiciais para garantir a sua observância, sem prejuízo da responsabilização pessoal do(s) agente(s) omissos(s).

Encaminhem-se cópias desta Recomendação aos seus destinatários.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Publique-se no portal eletrônico do Ministério Público Federal, conforme art. 23 da Resolução n. 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

São José do Rio Preto, 14 de outubro de 2020.

ANDERSON VAGNER GOIS DOS SANTOS
PROCURADOR DA REPÚBLICA



OFÍCIO MPF nº 1015/2020
PRM-SSP-SP-00008484/2020

São José do Rio Preto, 14 de outubro de 2020.

Excelentíssimo Senhor
FABRÍCIO PIRES DE CARVALHO
Prefeito do Município de Onda Verde/SP
Endereço: Avenida Romano Calil, nº 261, Centro;
CEP: 15.450-000 – Onda Verde/SP.

Referência: Procedimento Preparatório nº 1.34.015.000172/2020-32

Excelentíssimo Senhor Prefeito,

Cumprimentando-o, a fim de instruir o procedimento em epígrafe, em trâmite nesta Procuradoria da República, encaminho anexa a **Recomendação nº 14/2020-MPF/SJRP/GABPRM5**, ao tempo em que requisito, com fundamento no art. 8º, II, da LC 75/93, que se manifeste, no **prazo de 5 (cinco) dias**, quanto ao seu acatamento, bem como confiro o **prazo de 20 (vinte) dias** para a efetiva implementação das medidas recomendadas.

Ressalto que a presente Recomendação dá ciência e constitui em mora o destinatário quanto às providências indicadas, e o seu não atendimento no prazo indicado poderá ensejar a adoção de outras medidas administrativas e/ou judiciais para garantir a sua observância, sem prejuízo da responsabilização pessoal do(s) agente(s) omissos, bem como que a ausência de resposta no prazo estabelecido será igualmente considerada recusa ao seu cumprimento.

Por fim, registro que a resposta deve mencionar o ofício e procedimento em epígrafe, e ser encaminhada através do protocolo eletrônico do Ministério Público Federal, disponível no endereço:

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

<http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>, na opção: “Protocolar – Documentos diversos”.

Atenciosamente,

ANDERSON VAGNER GOIS DOS SANTOS
PROCURADOR DA REPÚBLICA



Procedimento Preparatório nº 1.34.015.000172/2020-32

RECOMENDAÇÃO Nº 14/2020-PRM/SJRPGABPRM5

O **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, pelo Procurador da República signatário, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 127, *caput*, e 129, II, da Constituição da República, bem como no art. 6º, XX, da Lei Complementar n. 75/93, e

Considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

Considerando que constitui função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, bem como aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da publicidade, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;

Considerando que compete ao Ministério Público a expedição de recomendações, visando à melhoria dos serviços de relevância pública, bem como o respeito aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, fixando prazo razoável para a adoção das providências cabíveis (art. 6º, XX, da LC 75/1993);

Considerando que a Organização Mundial de Saúde declarou, em 30 de janeiro de 2020, que o surto do novo Coronavírus SARS-COV-2 constitui Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) e, em 11 de março de 2020, a mesma Organização caracterizou a COVID-19 como pandemia;

Considerando que, em 4 de fevereiro de 2020, o Ministério da Saúde publicou a Portaria n. 188/GM/MS, declarando a situação de “Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019 – nCoV)”; Considerando que em 20 de março de 2020, através do Decreto Legislativo n. 6/2020, o Congresso Nacional reconheceu a ocorrência do estado de calamidade pública no território nacional;

Considerando que, nesse contexto, o governo federal adotou uma série de medidas, dentre elas repassar aos Estados e municípios significativos valores para emprego nas diversas áreas afetadas pela epidemia;

Considerando que com a promulgação da Lei n. 13.979/2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da COVID-19, houve a flexibilização de exigências no âmbito dos procedimentos de contratações realizadas pela Administração Pública destinadas a aquisições de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da pandemia;

Considerando o disposto no art. 4º, §2º, da Lei n. 13.979/2020, que prevê que todas as contratações ou aquisições realizadas com fulcro na referida Lei deverão ser imediatamente disponibilizadas em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (*internet*), contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3º do art. 8º da Lei n. 12.527/2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição;

Considerando que a própria Lei 12.527/2011, bem como a Lei Complementar n. 101/2000, também trazem exigências relacionadas à transparência dos gastos públicos por todos os entes da Federação, as quais devem ser observadas concomitantemente ao regramento trazido pela Lei n. 13.979/2020;

Considerando, nesse sentido, que, nos termos do art. 8º, caput, §1º, II, III e IV e §2º, todos da Lei 12.527/2011, é dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação, em sítios oficiais da rede mundial de computadores (*internet*), de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas, dentre as quais, no mínimo: II – registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros; III – registros das despesas; IV – informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados;

Considerando que, nos termos do art. 8º, §3º, da mencionada Lei de Acesso à Informação, os referidos sítios oficiais deverão atender, entre outros, aos seguintes requisitos:

- I – conter ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão;
- II – possibilitar a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações;

III – possibilitar o acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina;

IV – divulgar em detalhes os formatos utilizados para estruturação da informação;

V – garantir a autenticidade e a integridade das informações disponíveis para acesso;

VI – manter atualizadas as informações disponíveis para acesso;

VII – indicar local e instruções que permitam ao interessado comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o órgão ou entidade detentora do sítio; e

VIII – adotar as medidas necessárias para garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência, nos termos do art. 17 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e do art. 9º da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008.

Considerando que a transparência da gestão fiscal deve ser assegurada, dentre outros, mediante a liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público (art. 48,§1º, II, da Lei Complementar n. 101/2000), dentre elas (art. 48-A, I e II, da LC 101/2000):

I – quanto à despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização

mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado; (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).

II – quanto à receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários. (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).

Considerando, ainda, que, nos termos do art. 7º, I, do Decreto 7.185/2010, o sistema integrado de administração financeira e controle utilizado no âmbito de cada ente da Federação deverá gerar, para disponibilização em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, pelo menos, as seguintes informações relativas aos atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução orçamentária e financeira:

I – quanto à despesa:

- a) o valor do empenho, liquidação e pagamento;
- b) o número do correspondente processo da execução, quando for o caso;
- c) a classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto;
- d) a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, inclusive nos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária, exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários;

e) o procedimento licitatório realizado, bem como à sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do correspondente processo; e

f) o bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso;

II – quanto à receita, os valores de todas as receitas da unidade gestora, compreendendo no mínimo sua natureza, relativas a:

a) previsão;

b) lançamento, quando for o caso; e

c) arrecadação, inclusive referente a recursos extraordinários. Considerando que os entes federativos sob atribuição desta Procuradoria da República não dispõem de sítios eletrônicos plenamente adequados às exigências dos mencionados diplomas legais;

Considerando que a Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal orientou, respeitada a independência funcional, que os Ofícios com atribuições relacionadas ao combate à corrupção acompanhassem e fiscalizassem a destinação de verbas públicas federais utilizadas para o combate à epidemia do COVID-19 (Recomendação n. 1/2020 do GIAC/COVID-19 e da 5ª CCR/MPF – PGR-00152140/2020);

Considerando que a publicidade das informações e documentos relacionados aos gastos públicos é essencial ao seu acompanhamento e fiscalização, tanto pelo cidadão como pelos órgãos de controle, inclusive por este órgão ministerial, e que a pronta disponibilidade de dados, independente de prévia solicitação, propicia uma atuação mais célere e eficaz dos órgãos de combate à corrupção, além de reduzir a margem para a

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

ocorrência de eventuais desvios por parte dos responsáveis pela gestão das contas públicas;

Considerando, ademais, que negar publicidade aos atos oficiais, na forma exigível pelo ordenamento ora mencionado, pode caracterizar ato de improbidade administrativa, nos termos do art. 11, *caput* e inciso IV, da Lei n. 8.429/1992 e art. 32, §2º, da Lei n. 12.527/2011;

Considerando, por fim, que a recomendação é instrumento de atuação extrajudicial do Ministério Público que possibilita a prevenção de responsabilidades e a correção de condutas (art. 1º da Resolução n. 164, de 28 de março de 2017, do Conselho Nacional do Ministério Público),

RESOLVE, com fundamento no art. 6º, inc. XX, da Lei Complementar n. 75/93, **RECOMENDAR**, aos municípios de Altair, Guaraci, Icem, Nova Granada, Olímpia, Onda Verde, Orindiúva, Palestina, Paulo de Faria, Riolândia, Severínia e Uchôa, nas pessoas dos respectivos chefes do Executivo, que disponibilizem, no *site* da Prefeitura, informações e documentos referentes aos recursos públicos federais recebidos e aos respectivos gastos efetuados vinculados especificamente ao enfrentamento e mitigação da pandemia decorrente da COVID-19, com o seguinte conteúdo mínimo, e observados os demais requisitos previstos no art. 8º, §3º, da Lei n. 12.527/2011:

- a) dados sobre todos os repasses federais recebidos em razão da COVID-19, contendo, no mínimo:
 - i) banco, agência e conta corrente em que os recursos foram efetivamente disponibilizados;
 - ii) data da transferência dos recursos;
 - iii) valores efetivamente disponibilizados;

iv) valores porventura bloqueados e associados às aludidas transferências; e

v) tipo de conta utilizada para receber os valores transferidos, consoante critérios do ente recebedor e/ou ministério da União responsável pelo repasse.

b) dados atinentes às licitações, dispensas de licitações, contratações e aquisições, encerradas ou em andamento, bem como à execução orçamentária e financeira das respectivas despesas, que estejam relacionadas ao enfrentamento e mitigação da pandemia decorrente da COVID-19, com os seguintes elementos mínimos, em consonância com o art. 4º, §2º, da Lei n. 13.979/2020, art. 8º, §1º, IV, da Lei n. 12.527/2011, art. 48-A, I, da LC 101/2000 e art. 7º, I, do Decreto 7.185/2010 e legislação correlata:

i) nome/razão social do(a) contratado(a), consoante registros junto à Receita Federal do Brasil;

ii) respectivo CNPJ/CPF;

iii) objeto contratual;

iv) valor total do contrato (em moeda nacional e internacional, se for o caso);

v) detalhamento de cada item (descrição individual de cada item) adquirido, acompanhado do valor unitário e quantidade (ou fração) total de cada item contratado. No caso de medicamentos, acrescentar o código CEDMEX e apresentação do mesmo;

vi) prazo contratual;

vii) número do processo de contratação;

viii) número do contrato firmado e/ou nota de empenho correspondente;

ix) órgão contratante;

x) data de celebração do contrato;

xi) número, página e data de publicação do contrato/contratação no diário oficial;

xii) forma de contratação (dispensa, inexigibilidade, pregão eletrônico, pregão presencial, etc.)

xiii) no caso de procedimento licitatório, indicação do número do respectivo edital e número, página e data de sua publicação no diário oficial;

xiv) número da nota de empenho, acompanhada da data de sua emissão;

xv) número da nota de pagamento, ordem bancária ou documento similar, acompanhada da data de sua emissão;

xvi) data de recebimento do bem e/ou recebimento do serviço contratado;

xvii) chave da correspondente nota fiscal eletrônica (NFe) dos bens adquiridos e/ou serviços prestados, ou

alternativamente, disponibilizar o correspondente DANFE, com a correspondente chave eletrônica da NFe a ele associada; e

xviii) identificação da fonte dos recursos que financiaram o gasto

c) disponibilização, para importação, exportação, *download*, e transformação em outros formatos, dos respectivos documentos comprobatórios das informações disponibilizadas nos termos dos itens anteriores, preferencialmente a íntegra dos respectivos processos de contratação e de execução da despesa e, em casos de inviabilidade devidamente justificada, disponibilização, no mínimo, das notas fiscais, notas de empenho, ordens de pagamento, ordens de serviço e documentos referentes às contratações (estudos preliminares; termos de referência; projetos básicos; pesquisas de preços; justificativas para as situações descritas nos arts. 4º-E, §§2º e 3º e 4º-F da Lei n. 13.979/2020; editais e seus anexos; atas de julgamento; documentos referentes à habilitação dos licitantes e às propostas (depois de tornadas públicas); recursos administrativos interpostos e respectivas decisões; atos de homologação e adjudicação do objeto licitado; atas de registro de preços e documentos correlatos; além dos contratos administrativos firmados, ou, alternativamente, inserção de *link* para acesso direto a tais documentos em outro endereço eletrônico no qual eventualmente já estejam sendo disponibilizados (ex. Sistema Licon, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo), desde que contenha todos os documentos enumerados acima.

As informações e documentos em questão deverão ser disponibilizados em sítio ou *link* específico relativo à COVID-19, sem prejuízo da manutenção usual do Portal da Transparência, e deverão ser atualizados de forma contínua, em até 2 dias úteis após o recebimento do repasse federal ou da prática do ato tendente à utilização de tais valores.

Além das providências acima elencadas, deverão ser observadas/executadas as seguintes medidas:

- no caso de contratação de pessoa (natural e/ou jurídica) com declaração de inidoneidade ou suspensão em contratar com o Poder Público ou, ainda, com pendências administrativas e/ou jurídicas, tais contratações deverão ser devidamente justificadas e constar a aludida justificativa no Portal de Aquisições COVID-19;

- caso ocorra prorrogação do contrato (art. 4º-H, da Lei 13.979/2020) ou acréscimos/supressões de quantitativos dos itens contratados (art. 4º-I, da referida Lei), tais informações deverão constar do Portal de Aquisições COVID-19;

- utilizar o mencionado Portal para divulgar os Editais e fases de licitações e/ou contratações diretas promovidas pelo Poder Público, associados ao enfrentamento da pandemia da COVID-19;

- todas as informações em comento deverão constar em sítios eletrônicos abertos, de amplo acesso, sem qualquer discriminação, possibilitando ainda o *download* de toda as informações postadas, priorizando-se o formato aberto (csv, json, etc), capazes de tornar os dados manipuláveis e reutilizáveis por terceiros, em atenção à Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal (Decreto n 8.777/2016);

- os entes responsáveis pelos sítios na *internet* deverão publicar ou fazer referência a um “dicionário de dados”, junto com a base de dados fornecida, contendo explanação simples dos conceitos utilizados em

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

cada campo da planilha, favorecendo o entendimento e reutilização desses dados por terceiros;

– os entes devem indicar (no Portal) o local e instruções que permitam ao interessado comunicar-se (via eletrônica ou por telefone) com o órgão ou entidade detentora do sítio de *internet*, visando obter esclarecimentos ou informações adicionais acerca do dataset, como preconizado pelo art. 8º, § 3º, VII da Lei 12.527/2011; e

– os entes devem oferecer (no Portal) mecanismos para registro de manifestações – reclamações, denúncias, dúvidas ou elogios – com a possibilidade de anonimato, podendo-se agregar *link* para órgão de Ouvidoria do ente (se existente), desde que incluído no campo “assuntos” manifestações exclusivamente associadas à COVID-19, devendo tais manifestações receber atendimento preferencial aos demais.

Confere-se aos destinatários o prazo de 5 (cinco) dias para manifestação quanto ao acatamento ou não desta recomendação (devendo, em caso de recusa, declinar fundamentadamente os motivos para o não cumprimento e, no caso de acatamento, indicar as providências já adotadas), bem como o prazo de 20 (vinte) dias para a efetiva implementação das medidas recomendadas (inclusive inclusão dos documentos e informações relativos a contratações porventura já encerradas).

Por fim, ressalta-se que a presente recomendação dá ciência e constitui em mora o destinatário quanto às providências indicadas, e o seu não atendimento no prazo indicado poderá ensejar a adoção de outras medidas administrativas e/ou judiciais para garantir a sua observância, sem prejuízo da responsabilização pessoal do(s) agente(s) omissos(s).

Encaminhem-se cópias desta Recomendação aos seus destinatários.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Publique-se no portal eletrônico do Ministério Público Federal, conforme art. 23 da Resolução n. 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

São José do Rio Preto, 14 de outubro de 2020.

ANDERSON VAGNER GOIS DOS SANTOS
PROCURADOR DA REPÚBLICA



OFÍCIO MPF nº 1016/2020
PRM-SSP-SP-00008485/2020

São José do Rio Preto, 14 de outubro de 2020.

Excelentíssimo Senhor
MAURÍCIO BRONCA
Prefeito do Município de Orindiúva/SP
Endereço: Praça Maria Dias, nº 614, Centro;
CEP: 15.480-000 – Orindiúva/SP.

Referência: Procedimento Preparatório nº 1.34.015.000172/2020-32

Excelentíssimo Senhor Prefeito,

Cumprimentando-o, a fim de instruir o procedimento em epígrafe, em trâmite nesta Procuradoria da República, encaminho anexa a **Recomendação nº 14/2020-MPF/SJRP/GABPRM5**, ao tempo em que requisito, com fundamento no art. 8º, II, da LC 75/93, que se manifeste, no **prazo de 5 (cinco) dias**, quanto ao seu acatamento, bem como confiro o **prazo de 20 (vinte) dias** para a efetiva implementação das medidas recomendadas.

Ressalto que a presente Recomendação dá ciência e constitui em mora o destinatário quanto às providências indicadas, e o seu não atendimento no prazo indicado poderá ensejar a adoção de outras medidas administrativas e/ou judiciais para garantir a sua observância, sem prejuízo da responsabilização pessoal do(s) agente(s) omissos, bem como que a ausência de resposta no prazo estabelecido será igualmente considerada recusa ao seu cumprimento.

Por fim, registro que a resposta deve mencionar o ofício e procedimento em epígrafe, e ser encaminhada através do protocolo eletrônico do Ministério Público Federal, disponível no endereço:

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

<http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>, na opção: “Protocolar – Documentos diversos”.

Atenciosamente,

ANDERSON VAGNER GOIS DOS SANTOS
PROCURADOR DA REPÚBLICA



Procedimento Preparatório nº 1.34.015.000172/2020-32

RECOMENDAÇÃO Nº 14/2020-PRM/SJRPGABPRM5

O **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, pelo Procurador da República signatário, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 127, *caput*, e 129, II, da Constituição da República, bem como no art. 6º, XX, da Lei Complementar n. 75/93, e

Considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

Considerando que constitui função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, bem como aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da publicidade, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;

Considerando que compete ao Ministério Público a expedição de recomendações, visando à melhoria dos serviços de relevância pública, bem como o respeito aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, fixando prazo razoável para a adoção das providências cabíveis (art. 6º, XX, da LC 75/1993);

Considerando que a Organização Mundial de Saúde declarou, em 30 de janeiro de 2020, que o surto do novo Coronavírus SARS-COV-2 constitui Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) e, em 11 de março de 2020, a mesma Organização caracterizou a COVID-19 como pandemia;

Considerando que, em 4 de fevereiro de 2020, o Ministério da Saúde publicou a Portaria n. 188/GM/MS, declarando a situação de “Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019 – nCoV)”; Considerando que em 20 de março de 2020, através do Decreto Legislativo n. 6/2020, o Congresso Nacional reconheceu a ocorrência do estado de calamidade pública no território nacional;

Considerando que, nesse contexto, o governo federal adotou uma série de medidas, dentre elas repassar aos Estados e municípios significativos valores para emprego nas diversas áreas afetadas pela epidemia;

Considerando que com a promulgação da Lei n. 13.979/2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da COVID-19, houve a flexibilização de exigências no âmbito dos procedimentos de contratações realizadas pela Administração Pública destinadas a aquisições de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da pandemia;

Considerando o disposto no art. 4º, §2º, da Lei n. 13.979/2020, que prevê que todas as contratações ou aquisições realizadas com fulcro na referida Lei deverão ser imediatamente disponibilizadas em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (*internet*), contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3º do art. 8º da Lei n. 12.527/2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição;

Considerando que a própria Lei 12.527/2011, bem como a Lei Complementar n. 101/2000, também trazem exigências relacionadas à transparência dos gastos públicos por todos os entes da Federação, as quais devem ser observadas concomitantemente ao regramento trazido pela Lei n. 13.979/2020;

Considerando, nesse sentido, que, nos termos do art. 8º, caput, §1º, II, III e IV e §2º, todos da Lei 12.527/2011, é dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação, em sítios oficiais da rede mundial de computadores (*internet*), de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas, dentre as quais, no mínimo: II – registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros; III – registros das despesas; IV – informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados;

Considerando que, nos termos do art. 8º, §3º, da mencionada Lei de Acesso à Informação, os referidos sítios oficiais deverão atender, entre outros, aos seguintes requisitos:

- I – conter ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão;
- II – possibilitar a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações;

III – possibilitar o acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina;

IV – divulgar em detalhes os formatos utilizados para estruturação da informação;

V – garantir a autenticidade e a integridade das informações disponíveis para acesso;

VI – manter atualizadas as informações disponíveis para acesso;

VII – indicar local e instruções que permitam ao interessado comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o órgão ou entidade detentora do sítio; e

VIII – adotar as medidas necessárias para garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência, nos termos do art. 17 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e do art. 9º da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008.

Considerando que a transparência da gestão fiscal deve ser assegurada, dentre outros, mediante a liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público (art. 48,§1º, II, da Lei Complementar n. 101/2000), dentre elas (art. 48-A, I e II, da LC 101/2000):

I – quanto à despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização

mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado; (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).

II – quanto à receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários. (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).

Considerando, ainda, que, nos termos do art. 7º, I, do Decreto 7.185/2010, o sistema integrado de administração financeira e controle utilizado no âmbito de cada ente da Federação deverá gerar, para disponibilização em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, pelo menos, as seguintes informações relativas aos atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução orçamentária e financeira:

I – quanto à despesa:

- a) o valor do empenho, liquidação e pagamento;
- b) o número do correspondente processo da execução, quando for o caso;
- c) a classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto;
- d) a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, inclusive nos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária, exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários;

e) o procedimento licitatório realizado, bem como à sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do correspondente processo; e

f) o bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso;

II – quanto à receita, os valores de todas as receitas da unidade gestora, compreendendo no mínimo sua natureza, relativas a:

a) previsão;

b) lançamento, quando for o caso; e

c) arrecadação, inclusive referente a recursos extraordinários. Considerando que os entes federativos sob atribuição desta Procuradoria da República não dispõem de sítios eletrônicos plenamente adequados às exigências dos mencionados diplomas legais;

Considerando que a Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal orientou, respeitada a independência funcional, que os Ofícios com atribuições relacionadas ao combate à corrupção acompanhassem e fiscalizassem a destinação de verbas públicas federais utilizadas para o combate à epidemia do COVID-19 (Recomendação n. 1/2020 do GIAC/COVID-19 e da 5ª CCR/MPF – PGR-00152140/2020);

Considerando que a publicidade das informações e documentos relacionados aos gastos públicos é essencial ao seu acompanhamento e fiscalização, tanto pelo cidadão como pelos órgãos de controle, inclusive por este órgão ministerial, e que a pronta disponibilidade de dados, independente de prévia solicitação, propicia uma atuação mais célere e eficaz dos órgãos de combate à corrupção, além de reduzir a margem para a

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

ocorrência de eventuais desvios por parte dos responsáveis pela gestão das contas públicas;

Considerando, ademais, que negar publicidade aos atos oficiais, na forma exigível pelo ordenamento ora mencionado, pode caracterizar ato de improbidade administrativa, nos termos do art. 11, *caput* e inciso IV, da Lei n. 8.429/1992 e art. 32, §2º, da Lei n. 12.527/2011;

Considerando, por fim, que a recomendação é instrumento de atuação extrajudicial do Ministério Público que possibilita a prevenção de responsabilidades e a correção de condutas (art. 1º da Resolução n. 164, de 28 de março de 2017, do Conselho Nacional do Ministério Público),

RESOLVE, com fundamento no art. 6º, inc. XX, da Lei Complementar n. 75/93, **RECOMENDAR**, aos municípios de Altair, Guaraci, Icem, Nova Granada, Olímpia, Onda Verde, Orindiúva, Palestina, Paulo de Faria, Riolândia, Severínia e Uchôa, nas pessoas dos respectivos chefes do Executivo, que disponibilizem, no *site* da Prefeitura, informações e documentos referentes aos recursos públicos federais recebidos e aos respectivos gastos efetuados vinculados especificamente ao enfrentamento e mitigação da pandemia decorrente da COVID-19, com o seguinte conteúdo mínimo, e observados os demais requisitos previstos no art. 8º, §3º, da Lei n. 12.527/2011:

- a) dados sobre todos os repasses federais recebidos em razão da COVID-19, contendo, no mínimo:
 - i) banco, agência e conta corrente em que os recursos foram efetivamente disponibilizados;
 - ii) data da transferência dos recursos;
 - iii) valores efetivamente disponibilizados;

iv) valores porventura bloqueados e associados às aludidas transferências; e

v) tipo de conta utilizada para receber os valores transferidos, consoante critérios do ente recebedor e/ou ministério da União responsável pelo repasse.

b) dados atinentes às licitações, dispensas de licitações, contratações e aquisições, encerradas ou em andamento, bem como à execução orçamentária e financeira das respectivas despesas, que estejam relacionadas ao enfrentamento e mitigação da pandemia decorrente da COVID-19, com os seguintes elementos mínimos, em consonância com o art. 4º, §2º, da Lei n. 13.979/2020, art. 8º, §1º, IV, da Lei n. 12.527/2011, art. 48-A, I, da LC 101/2000 e art. 7º, I, do Decreto 7.185/2010 e legislação correlata:

i) nome/razão social do(a) contratado(a), consoante registros junto à Receita Federal do Brasil;

ii) respectivo CNPJ/CPF;

iii) objeto contratual;

iv) valor total do contrato (em moeda nacional e internacional, se for o caso);

v) detalhamento de cada item (descrição individual de cada item) adquirido, acompanhado do valor unitário e quantidade (ou fração) total de cada item contratado. No caso de medicamentos, acrescentar o código CEDMEX e apresentação do mesmo;

- vi) prazo contratual;
- vii) número do processo de contratação;
- viii) número do contrato firmado e/ou nota de empenho correspondente;
- ix) órgão contratante;
- x) data de celebração do contrato;
- xi) número, página e data de publicação do contrato/contratação no diário oficial;
- xii) forma de contratação (dispensa, inexigibilidade, pregão eletrônico, pregão presencial, etc.)
- xiii) no caso de procedimento licitatório, indicação do número do respectivo edital e número, página e data de sua publicação no diário oficial;
- xiv) número da nota de empenho, acompanhada da data de sua emissão;
- xv) número da nota de pagamento, ordem bancária ou documento similar, acompanhada da data de sua emissão;
- xvi) data de recebimento do bem e/ou recebimento do serviço contratado;
- xvii) chave da correspondente nota fiscal eletrônica (NFe) dos bens adquiridos e/ou serviços prestados, ou

alternativamente, disponibilizar o correspondente DANFE, com a correspondente chave eletrônica da NFe a ele associada; e

xviii) identificação da fonte dos recursos que financiaram o gasto

c) disponibilização, para importação, exportação, *download*, e transformação em outros formatos, dos respectivos documentos comprobatórios das informações disponibilizadas nos termos dos itens anteriores, preferencialmente a íntegra dos respectivos processos de contratação e de execução da despesa e, em casos de inviabilidade devidamente justificada, disponibilização, no mínimo, das notas fiscais, notas de empenho, ordens de pagamento, ordens de serviço e documentos referentes às contratações (estudos preliminares; termos de referência; projetos básicos; pesquisas de preços; justificativas para as situações descritas nos arts. 4º-E, §§2º e 3º e 4º-F da Lei n. 13.979/2020; editais e seus anexos; atas de julgamento; documentos referentes à habilitação dos licitantes e às propostas (depois de tornadas públicas); recursos administrativos interpostos e respectivas decisões; atos de homologação e adjudicação do objeto licitado; atas de registro de preços e documentos correlatos; além dos contratos administrativos firmados, ou, alternativamente, inserção de *link* para acesso direto a tais documentos em outro endereço eletrônico no qual eventualmente já estejam sendo disponibilizados (ex. Sistema Licon, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo), desde que contenha todos os documentos enumerados acima.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

As informações e documentos em questão deverão ser disponibilizados em sítio ou *link* específico relativo à COVID-19, sem prejuízo da manutenção usual do Portal da Transparência, e deverão ser atualizados de forma contínua, em até 2 dias úteis após o recebimento do repasse federal ou da prática do ato tendente à utilização de tais valores.

Além das providências acima elencadas, deverão ser observadas/executadas as seguintes medidas:

- no caso de contratação de pessoa (natural e/ou jurídica) com declaração de inidoneidade ou suspensão em contratar com o Poder Público ou, ainda, com pendências administrativas e/ou jurídicas, tais contratações deverão ser devidamente justificadas e constar a aludida justificativa no Portal de Aquisições COVID-19;

- caso ocorra prorrogação do contrato (art. 4º-H, da Lei 13.979/2020) ou acréscimos/supressões de quantitativos dos itens contratados (art. 4º-I, da referida Lei), tais informações deverão constar do Portal de Aquisições COVID-19;

- utilizar o mencionado Portal para divulgar os Editais e fases de licitações e/ou contratações diretas promovidas pelo Poder Público, associados ao enfrentamento da pandemia da COVID-19;

- todas as informações em comento deverão constar em sítios eletrônicos abertos, de amplo acesso, sem qualquer discriminação, possibilitando ainda o *download* de toda as informações postadas, priorizando-se o formato aberto (csv, json, etc), capazes de tornar os dados manipuláveis e reutilizáveis por terceiros, em atenção à Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal (Decreto n 8.777/2016);

- os entes responsáveis pelos sítios na *internet* deverão publicar ou fazer referência a um “dicionário de dados”, junto com a base de dados fornecida, contendo explanação simples dos conceitos utilizados em

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

cada campo da planilha, favorecendo o entendimento e reutilização desses dados por terceiros;

– os entes devem indicar (no Portal) o local e instruções que permitam ao interessado comunicar-se (via eletrônica ou por telefone) com o órgão ou entidade detentora do sítio de *internet*, visando obter esclarecimentos ou informações adicionais acerca do dataset, como preconizado pelo art. 8º, § 3º, VII da Lei 12.527/2011; e

– os entes devem oferecer (no Portal) mecanismos para registro de manifestações – reclamações, denúncias, dúvidas ou elogios – com a possibilidade de anonimato, podendo-se agregar *link* para órgão de Ouvidoria do ente (se existente), desde que incluído no campo “assuntos” manifestações exclusivamente associadas à COVID-19, devendo tais manifestações receber atendimento preferencial aos demais.

Confere-se aos destinatários o prazo de 5 (cinco) dias para manifestação quanto ao acatamento ou não desta recomendação (devendo, em caso de recusa, declinar fundamentadamente os motivos para o não cumprimento e, no caso de acatamento, indicar as providências já adotadas), bem como o prazo de 20 (vinte) dias para a efetiva implementação das medidas recomendadas (inclusive inclusão dos documentos e informações relativos a contratações porventura já encerradas).

Por fim, ressalta-se que a presente recomendação dá ciência e constitui em mora o destinatário quanto às providências indicadas, e o seu não atendimento no prazo indicado poderá ensejar a adoção de outras medidas administrativas e/ou judiciais para garantir a sua observância, sem prejuízo da responsabilização pessoal do(s) agente(s) omissos(s).

Encaminhem-se cópias desta Recomendação aos seus destinatários.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Publique-se no portal eletrônico do Ministério Público Federal, conforme art. 23 da Resolução n. 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

São José do Rio Preto, 14 de outubro de 2020.

ANDERSON VAGNER GOIS DOS SANTOS
PROCURADOR DA REPÚBLICA



OFÍCIO MPF nº 1017/2020
PRM-SSP-SP-00008486/2020

São José do Rio Preto, 14 de outubro de 2020.

Excelentíssimo Senhor
FERNANDO LUIZ SEMEDO
Prefeito do Município de Palestina/SP
Endereço: Rua Siqueira Campos, nº 1380, Centro;
CEP: 15.470-000 – Palestina/SP.

Referência: Procedimento Preparatório nº 1.34.015.000172/2020-32

Excelentíssimo Senhor Prefeito,

Cumprimentando-o, a fim de instruir o procedimento em epígrafe, em trâmite nesta Procuradoria da República, encaminho anexa a **Recomendação nº 14/2020-MPF/SJRP/GABPRM5**, ao tempo em que requisito, com fundamento no art. 8º, II, da LC 75/93, que se manifeste, no **prazo de 5 (cinco) dias**, quanto ao seu acatamento, bem como confiro o **prazo de 20 (vinte) dias** para a efetiva implementação das medidas recomendadas.

Ressalto que a presente Recomendação dá ciência e constitui em mora o destinatário quanto às providências indicadas, e o seu não atendimento no prazo indicado poderá ensejar a adoção de outras medidas administrativas e/ou judiciais para garantir a sua observância, sem prejuízo da responsabilização pessoal do(s) agente(s) omissos(s), bem como que a ausência de resposta no prazo estabelecido será igualmente considerada recusa ao seu cumprimento.

Por fim, registro que a resposta deve mencionar o ofício e procedimento em epígrafe, e ser encaminhada através do protocolo eletrônico do Ministério Público Federal, disponível no endereço:

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

<http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>, na opção: “Protocolar – Documentos diversos”.

Atenciosamente,

ANDERSON VAGNER GOIS DOS SANTOS
PROCURADOR DA REPÚBLICA



Procedimento Preparatório nº 1.34.015.000172/2020-32

RECOMENDAÇÃO Nº 14/2020-PRM/SJRPGABPRM5

O **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, pelo Procurador da República signatário, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 127, *caput*, e 129, II, da Constituição da República, bem como no art. 6º, XX, da Lei Complementar n. 75/93, e

Considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

Considerando que constitui função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, bem como aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da publicidade, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;

Considerando que compete ao Ministério Público a expedição de recomendações, visando à melhoria dos serviços de relevância pública, bem como o respeito aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, fixando prazo razoável para a adoção das providências cabíveis (art. 6º, XX, da LC 75/1993);

Considerando que a Organização Mundial de Saúde declarou, em 30 de janeiro de 2020, que o surto do novo Coronavírus SARS-COV-2 constitui Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) e, em 11 de março de 2020, a mesma Organização caracterizou a COVID-19 como pandemia;

Considerando que, em 4 de fevereiro de 2020, o Ministério da Saúde publicou a Portaria n. 188/GM/MS, declarando a situação de “Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019 – nCoV)”; Considerando que em 20 de março de 2020, através do Decreto Legislativo n. 6/2020, o Congresso Nacional reconheceu a ocorrência do estado de calamidade pública no território nacional;

Considerando que, nesse contexto, o governo federal adotou uma série de medidas, dentre elas repassar aos Estados e municípios significativos valores para emprego nas diversas áreas afetadas pela epidemia;

Considerando que com a promulgação da Lei n. 13.979/2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da COVID-19, houve a flexibilização de exigências no âmbito dos procedimentos de contratações realizadas pela Administração Pública destinadas a aquisições de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da pandemia;

Considerando o disposto no art. 4º, §2º, da Lei n. 13.979/2020, que prevê que todas as contratações ou aquisições realizadas com fulcro na referida Lei deverão ser imediatamente disponibilizadas em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (*internet*), contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3º do art. 8º da Lei n. 12.527/2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição;

Considerando que a própria Lei 12.527/2011, bem como a Lei Complementar n. 101/2000, também trazem exigências relacionadas à transparência dos gastos públicos por todos os entes da Federação, as quais devem ser observadas concomitantemente ao regramento trazido pela Lei n. 13.979/2020;

Considerando, nesse sentido, que, nos termos do art. 8º, caput, §1º, II, III e IV e §2º, todos da Lei 12.527/2011, é dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação, em sítios oficiais da rede mundial de computadores (*internet*), de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas, dentre as quais, no mínimo: II – registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros; III – registros das despesas; IV – informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados;

Considerando que, nos termos do art. 8º, §3º, da mencionada Lei de Acesso à Informação, os referidos sítios oficiais deverão atender, entre outros, aos seguintes requisitos:

- I – conter ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão;
- II – possibilitar a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações;

III – possibilitar o acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina;

IV – divulgar em detalhes os formatos utilizados para estruturação da informação;

V – garantir a autenticidade e a integridade das informações disponíveis para acesso;

VI – manter atualizadas as informações disponíveis para acesso;

VII – indicar local e instruções que permitam ao interessado comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o órgão ou entidade detentora do sítio; e

VIII – adotar as medidas necessárias para garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência, nos termos do art. 17 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e do art. 9º da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008.

Considerando que a transparência da gestão fiscal deve ser assegurada, dentre outros, mediante a liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público (art. 48,§1º, II, da Lei Complementar n. 101/2000), dentre elas (art. 48-A, I e II, da LC 101/2000):

I – quanto à despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização

mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado; (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).

II – quanto à receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários. (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).

Considerando, ainda, que, nos termos do art. 7º, I, do Decreto 7.185/2010, o sistema integrado de administração financeira e controle utilizado no âmbito de cada ente da Federação deverá gerar, para disponibilização em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, pelo menos, as seguintes informações relativas aos atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução orçamentária e financeira:

I – quanto à despesa:

- a) o valor do empenho, liquidação e pagamento;
- b) o número do correspondente processo da execução, quando for o caso;
- c) a classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto;
- d) a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, inclusive nos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária, exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários;

e) o procedimento licitatório realizado, bem como à sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do correspondente processo; e

f) o bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso;

II – quanto à receita, os valores de todas as receitas da unidade gestora, compreendendo no mínimo sua natureza, relativas a:

a) previsão;

b) lançamento, quando for o caso; e

c) arrecadação, inclusive referente a recursos extraordinários. Considerando que os entes federativos sob atribuição desta Procuradoria da República não dispõem de sítios eletrônicos plenamente adequados às exigências dos mencionados diplomas legais;

Considerando que a Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal orientou, respeitada a independência funcional, que os Ofícios com atribuições relacionadas ao combate à corrupção acompanhassem e fiscalizassem a destinação de verbas públicas federais utilizadas para o combate à epidemia do COVID-19 (Recomendação n. 1/2020 do GIAC/COVID-19 e da 5ª CCR/MPF – PGR-00152140/2020);

Considerando que a publicidade das informações e documentos relacionados aos gastos públicos é essencial ao seu acompanhamento e fiscalização, tanto pelo cidadão como pelos órgãos de controle, inclusive por este órgão ministerial, e que a pronta disponibilidade de dados, independente de prévia solicitação, propicia uma atuação mais célere e eficaz dos órgãos de combate à corrupção, além de reduzir a margem para a

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

ocorrência de eventuais desvios por parte dos responsáveis pela gestão das contas públicas;

Considerando, ademais, que negar publicidade aos atos oficiais, na forma exigível pelo ordenamento ora mencionado, pode caracterizar ato de improbidade administrativa, nos termos do art. 11, *caput* e inciso IV, da Lei n. 8.429/1992 e art. 32, §2º, da Lei n. 12.527/2011;

Considerando, por fim, que a recomendação é instrumento de atuação extrajudicial do Ministério Público que possibilita a prevenção de responsabilidades e a correção de condutas (art. 1º da Resolução n. 164, de 28 de março de 2017, do Conselho Nacional do Ministério Público),

RESOLVE, com fundamento no art. 6º, inc. XX, da Lei Complementar n. 75/93, **RECOMENDAR**, aos municípios de Altair, Guaraci, Icem, Nova Granada, Olímpia, Onda Verde, Orindiúva, Palestina, Paulo de Faria, Riolândia, Severínia e Uchôa, nas pessoas dos respectivos chefes do Executivo, que disponibilizem, no *site* da Prefeitura, informações e documentos referentes aos recursos públicos federais recebidos e aos respectivos gastos efetuados vinculados especificamente ao enfrentamento e mitigação da pandemia decorrente da COVID-19, com o seguinte conteúdo mínimo, e observados os demais requisitos previstos no art. 8º, §3º, da Lei n. 12.527/2011:

- a) dados sobre todos os repasses federais recebidos em razão da COVID-19, contendo, no mínimo:
 - i) banco, agência e conta corrente em que os recursos foram efetivamente disponibilizados;
 - ii) data da transferência dos recursos;
 - iii) valores efetivamente disponibilizados;

iv) valores porventura bloqueados e associados às aludidas transferências; e

v) tipo de conta utilizada para receber os valores transferidos, consoante critérios do ente recebedor e/ou ministério da União responsável pelo repasse.

b) dados atinentes às licitações, dispensas de licitações, contratações e aquisições, encerradas ou em andamento, bem como à execução orçamentária e financeira das respectivas despesas, que estejam relacionadas ao enfrentamento e mitigação da pandemia decorrente da COVID-19, com os seguintes elementos mínimos, em consonância com o art. 4º, §2º, da Lei n. 13.979/2020, art. 8º, §1º, IV, da Lei n. 12.527/2011, art. 48-A, I, da LC 101/2000 e art. 7º, I, do Decreto 7.185/2010 e legislação correlata:

i) nome/razão social do(a) contratado(a), consoante registros junto à Receita Federal do Brasil;

ii) respectivo CNPJ/CPF;

iii) objeto contratual;

iv) valor total do contrato (em moeda nacional e internacional, se for o caso);

v) detalhamento de cada item (descrição individual de cada item) adquirido, acompanhado do valor unitário e quantidade (ou fração) total de cada item contratado. No caso de medicamentos, acrescentar o código CEDMEX e apresentação do mesmo;

vi) prazo contratual;

vii) número do processo de contratação;

viii) número do contrato firmado e/ou nota de empenho correspondente;

ix) órgão contratante;

x) data de celebração do contrato;

xi) número, página e data de publicação do contrato/contratação no diário oficial;

xii) forma de contratação (dispensa, inexigibilidade, pregão eletrônico, pregão presencial, etc.)

xiii) no caso de procedimento licitatório, indicação do número do respectivo edital e número, página e data de sua publicação no diário oficial;

xiv) número da nota de empenho, acompanhada da data de sua emissão;

xv) número da nota de pagamento, ordem bancária ou documento similar, acompanhada da data de sua emissão;

xvi) data de recebimento do bem e/ou recebimento do serviço contratado;

xvii) chave da correspondente nota fiscal eletrônica (NFe) dos bens adquiridos e/ou serviços prestados, ou

alternativamente, disponibilizar o correspondente DANFE, com a correspondente chave eletrônica da NFe a ele associada; e

xviii) identificação da fonte dos recursos que financiaram o gasto

c) disponibilização, para importação, exportação, *download*, e transformação em outros formatos, dos respectivos documentos comprobatórios das informações disponibilizadas nos termos dos itens anteriores, preferencialmente a íntegra dos respectivos processos de contratação e de execução da despesa e, em casos de inviabilidade devidamente justificada, disponibilização, no mínimo, das notas fiscais, notas de empenho, ordens de pagamento, ordens de serviço e documentos referentes às contratações (estudos preliminares; termos de referência; projetos básicos; pesquisas de preços; justificativas para as situações descritas nos arts. 4º-E, §§2º e 3º e 4º-F da Lei n. 13.979/2020; editais e seus anexos; atas de julgamento; documentos referentes à habilitação dos licitantes e às propostas (depois de tornadas públicas); recursos administrativos interpostos e respectivas decisões; atos de homologação e adjudicação do objeto licitado; atas de registro de preços e documentos correlatos; além dos contratos administrativos firmados, ou, alternativamente, inserção de *link* para acesso direto a tais documentos em outro endereço eletrônico no qual eventualmente já estejam sendo disponibilizados (ex. Sistema Licon, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo), desde que contenha todos os documentos enumerados acima.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

As informações e documentos em questão deverão ser disponibilizados em sítio ou *link* específico relativo à COVID-19, sem prejuízo da manutenção usual do Portal da Transparência, e deverão ser atualizados de forma contínua, em até 2 dias úteis após o recebimento do repasse federal ou da prática do ato tendente à utilização de tais valores.

Além das providências acima elencadas, deverão ser observadas/executadas as seguintes medidas:

- no caso de contratação de pessoa (natural e/ou jurídica) com declaração de inidoneidade ou suspensão em contratar com o Poder Público ou, ainda, com pendências administrativas e/ou jurídicas, tais contratações deverão ser devidamente justificadas e constar a aludida justificativa no Portal de Aquisições COVID-19;

- caso ocorra prorrogação do contrato (art. 4º-H, da Lei 13.979/2020) ou acréscimos/supressões de quantitativos dos itens contratados (art. 4º-I, da referida Lei), tais informações deverão constar do Portal de Aquisições COVID-19;

- utilizar o mencionado Portal para divulgar os Editais e fases de licitações e/ou contratações diretas promovidas pelo Poder Público, associados ao enfrentamento da pandemia da COVID-19;

- todas as informações em comento deverão constar em sítios eletrônicos abertos, de amplo acesso, sem qualquer discriminação, possibilitando ainda o *download* de toda as informações postadas, priorizando-se o formato aberto (csv, json, etc), capazes de tornar os dados manipuláveis e reutilizáveis por terceiros, em atenção à Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal (Decreto n 8.777/2016);

- os entes responsáveis pelos sítios na *internet* deverão publicar ou fazer referência a um “dicionário de dados”, junto com a base de dados fornecida, contendo explanação simples dos conceitos utilizados em

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

cada campo da planilha, favorecendo o entendimento e reutilização desses dados por terceiros;

– os entes devem indicar (no Portal) o local e instruções que permitam ao interessado comunicar-se (via eletrônica ou por telefone) com o órgão ou entidade detentora do sítio de *internet*, visando obter esclarecimentos ou informações adicionais acerca do dataset, como preconizado pelo art. 8º, § 3º, VII da Lei 12.527/2011; e

– os entes devem oferecer (no Portal) mecanismos para registro de manifestações – reclamações, denúncias, dúvidas ou elogios – com a possibilidade de anonimato, podendo-se agregar *link* para órgão de Ouvidoria do ente (se existente), desde que incluído no campo “assuntos” manifestações exclusivamente associadas à COVID-19, devendo tais manifestações receber atendimento preferencial aos demais.

Confere-se aos destinatários o prazo de 5 (cinco) dias para manifestação quanto ao acatamento ou não desta recomendação (devendo, em caso de recusa, declinar fundamentadamente os motivos para o não cumprimento e, no caso de acatamento, indicar as providências já adotadas), bem como o prazo de 20 (vinte) dias para a efetiva implementação das medidas recomendadas (inclusive inclusão dos documentos e informações relativos a contratações porventura já encerradas).

Por fim, ressalta-se que a presente recomendação dá ciência e constitui em mora o destinatário quanto às providências indicadas, e o seu não atendimento no prazo indicado poderá ensejar a adoção de outras medidas administrativas e/ou judiciais para garantir a sua observância, sem prejuízo da responsabilização pessoal do(s) agente(s) omissos(s).

Encaminhem-se cópias desta Recomendação aos seus destinatários.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Publique-se no portal eletrônico do Ministério Público Federal, conforme art. 23 da Resolução n. 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

São José do Rio Preto, 14 de outubro de 2020.

ANDERSON VAGNER GOIS DOS SANTOS
PROCURADOR DA REPÚBLICA



OFÍCIO MPF nº 1018/2020
PRM-SSP-SP-00008487/2020

São José do Rio Preto, 14 de outubro de 2020.

Excelentíssimo Senhor
MARLON JOSÉ BERNARDES PEREIRA
Prefeito do Município de Paulo de Faria/SP
Endereço: Rua XV de Novembro, nº 790, Centro;
CEP: 15.490-000 – Paulo de Faria/SP.

Referência: Procedimento Preparatório nº 1.34.015.000172/2020-32

Excelentíssimo Senhor Prefeito,

Cumprimentando-o, a fim de instruir o procedimento em epígrafe, em trâmite nesta Procuradoria da República, encaminho anexa a **Recomendação nº 14/2020-MPF/SJRP/GABPRM5**, ao tempo em que requisito, com fundamento no art. 8º, II, da LC 75/93, que se manifeste, no **prazo de 5 (cinco) dias**, quanto ao seu acatamento, bem como confiro o **prazo de 20 (vinte) dias** para a efetiva implementação das medidas recomendadas.

Ressalto que a presente Recomendação dá ciência e constitui em mora o destinatário quanto às providências indicadas, e o seu não atendimento no prazo indicado poderá ensejar a adoção de outras medidas administrativas e/ou judiciais para garantir a sua observância, sem prejuízo da responsabilização pessoal do(s) agente(s) omissos(s), bem como que a ausência de resposta no prazo estabelecido será igualmente considerada recusa ao seu cumprimento.

Por fim, registro que a resposta deve mencionar o ofício e procedimento em epígrafe, e ser encaminhada através do protocolo eletrônico do Ministério Público Federal, disponível no endereço:

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

<http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>, na opção: “Protocolar – Documentos diversos”.

Atenciosamente,

ANDERSON VAGNER GOIS DOS SANTOS
PROCURADOR DA REPÚBLICA



Procedimento Preparatório nº 1.34.015.000172/2020-32

RECOMENDAÇÃO Nº 14/2020-PRM/SJRPGABPRM5

O **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, pelo Procurador da República signatário, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 127, *caput*, e 129, II, da Constituição da República, bem como no art. 6º, XX, da Lei Complementar n. 75/93, e

Considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

Considerando que constitui função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, bem como aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da publicidade, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;

Considerando que compete ao Ministério Público a expedição de recomendações, visando à melhoria dos serviços de relevância pública, bem como o respeito aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, fixando prazo razoável para a adoção das providências cabíveis (art. 6º, XX, da LC 75/1993);

Considerando que a Organização Mundial de Saúde declarou, em 30 de janeiro de 2020, que o surto do novo Coronavírus SARS-COV-2 constitui Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) e, em 11 de março de 2020, a mesma Organização caracterizou a COVID-19 como pandemia;

Considerando que, em 4 de fevereiro de 2020, o Ministério da Saúde publicou a Portaria n. 188/GM/MS, declarando a situação de “Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019 – nCoV)”; Considerando que em 20 de março de 2020, através do Decreto Legislativo n. 6/2020, o Congresso Nacional reconheceu a ocorrência do estado de calamidade pública no território nacional;

Considerando que, nesse contexto, o governo federal adotou uma série de medidas, dentre elas repassar aos Estados e municípios significativos valores para emprego nas diversas áreas afetadas pela epidemia;

Considerando que com a promulgação da Lei n. 13.979/2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da COVID-19, houve a flexibilização de exigências no âmbito dos procedimentos de contratações realizadas pela Administração Pública destinadas a aquisições de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da pandemia;

Considerando o disposto no art. 4º, §2º, da Lei n. 13.979/2020, que prevê que todas as contratações ou aquisições realizadas com fulcro na referida Lei deverão ser imediatamente disponibilizadas em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (*internet*), contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3º do art. 8º da Lei n. 12.527/2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição;

Considerando que a própria Lei 12.527/2011, bem como a Lei Complementar n. 101/2000, também trazem exigências relacionadas à transparência dos gastos públicos por todos os entes da Federação, as quais devem ser observadas concomitantemente ao regramento trazido pela Lei n. 13.979/2020;

Considerando, nesse sentido, que, nos termos do art. 8º, caput, §1º, II, III e IV e §2º, todos da Lei 12.527/2011, é dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação, em sítios oficiais da rede mundial de computadores (*internet*), de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas, dentre as quais, no mínimo: II – registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros; III – registros das despesas; IV – informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados;

Considerando que, nos termos do art. 8º, §3º, da mencionada Lei de Acesso à Informação, os referidos sítios oficiais deverão atender, entre outros, aos seguintes requisitos:

- I – conter ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão;
- II – possibilitar a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações;

III – possibilitar o acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina;

IV – divulgar em detalhes os formatos utilizados para estruturação da informação;

V – garantir a autenticidade e a integridade das informações disponíveis para acesso;

VI – manter atualizadas as informações disponíveis para acesso;

VII – indicar local e instruções que permitam ao interessado comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o órgão ou entidade detentora do sítio; e

VIII – adotar as medidas necessárias para garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência, nos termos do art. 17 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e do art. 9º da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008.

Considerando que a transparência da gestão fiscal deve ser assegurada, dentre outros, mediante a liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público (art. 48,§1º, II, da Lei Complementar n. 101/2000), dentre elas (art. 48-A, I e II, da LC 101/2000):

I – quanto à despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização

mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado; (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).

II – quanto à receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários. (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).

Considerando, ainda, que, nos termos do art. 7º, I, do Decreto 7.185/2010, o sistema integrado de administração financeira e controle utilizado no âmbito de cada ente da Federação deverá gerar, para disponibilização em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, pelo menos, as seguintes informações relativas aos atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução orçamentária e financeira:

I – quanto à despesa:

- a) o valor do empenho, liquidação e pagamento;
- b) o número do correspondente processo da execução, quando for o caso;
- c) a classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto;
- d) a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, inclusive nos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária, exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários;

e) o procedimento licitatório realizado, bem como à sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do correspondente processo; e

f) o bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso;

II – quanto à receita, os valores de todas as receitas da unidade gestora, compreendendo no mínimo sua natureza, relativas a:

a) previsão;

b) lançamento, quando for o caso; e

c) arrecadação, inclusive referente a recursos extraordinários. Considerando que os entes federativos sob atribuição desta Procuradoria da República não dispõem de sítios eletrônicos plenamente adequados às exigências dos mencionados diplomas legais;

Considerando que a Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal orientou, respeitada a independência funcional, que os Ofícios com atribuições relacionadas ao combate à corrupção acompanhassem e fiscalizassem a destinação de verbas públicas federais utilizadas para o combate à epidemia do COVID-19 (Recomendação n. 1/2020 do GIAC/COVID-19 e da 5ª CCR/MPF – PGR-00152140/2020);

Considerando que a publicidade das informações e documentos relacionados aos gastos públicos é essencial ao seu acompanhamento e fiscalização, tanto pelo cidadão como pelos órgãos de controle, inclusive por este órgão ministerial, e que a pronta disponibilidade de dados, independente de prévia solicitação, propicia uma atuação mais célere e eficaz dos órgãos de combate à corrupção, além de reduzir a margem para a

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

ocorrência de eventuais desvios por parte dos responsáveis pela gestão das contas públicas;

Considerando, ademais, que negar publicidade aos atos oficiais, na forma exigível pelo ordenamento ora mencionado, pode caracterizar ato de improbidade administrativa, nos termos do art. 11, *caput* e inciso IV, da Lei n. 8.429/1992 e art. 32, §2º, da Lei n. 12.527/2011;

Considerando, por fim, que a recomendação é instrumento de atuação extrajudicial do Ministério Público que possibilita a prevenção de responsabilidades e a correção de condutas (art. 1º da Resolução n. 164, de 28 de março de 2017, do Conselho Nacional do Ministério Público),

RESOLVE, com fundamento no art. 6º, inc. XX, da Lei Complementar n. 75/93, **RECOMENDAR**, aos municípios de Altair, Guaraci, Icem, Nova Granada, Olímpia, Onda Verde, Orindiúva, Palestina, Paulo de Faria, Riolândia, Severínia e Uchôa, nas pessoas dos respectivos chefes do Executivo, que disponibilizem, no *site* da Prefeitura, informações e documentos referentes aos recursos públicos federais recebidos e aos respectivos gastos efetuados vinculados especificamente ao enfrentamento e mitigação da pandemia decorrente da COVID-19, com o seguinte conteúdo mínimo, e observados os demais requisitos previstos no art. 8º, §3º, da Lei n. 12.527/2011:

- a) dados sobre todos os repasses federais recebidos em razão da COVID-19, contendo, no mínimo:
 - i) banco, agência e conta corrente em que os recursos foram efetivamente disponibilizados;
 - ii) data da transferência dos recursos;
 - iii) valores efetivamente disponibilizados;

iv) valores porventura bloqueados e associados às aludidas transferências; e

v) tipo de conta utilizada para receber os valores transferidos, consoante critérios do ente recebedor e/ou ministério da União responsável pelo repasse.

b) dados atinentes às licitações, dispensas de licitações, contratações e aquisições, encerradas ou em andamento, bem como à execução orçamentária e financeira das respectivas despesas, que estejam relacionadas ao enfrentamento e mitigação da pandemia decorrente da COVID-19, com os seguintes elementos mínimos, em consonância com o art. 4º, §2º, da Lei n. 13.979/2020, art. 8º, §1º, IV, da Lei n. 12.527/2011, art. 48-A, I, da LC 101/2000 e art. 7º, I, do Decreto 7.185/2010 e legislação correlata:

i) nome/razão social do(a) contratado(a), consoante registros junto à Receita Federal do Brasil;

ii) respectivo CNPJ/CPF;

iii) objeto contratual;

iv) valor total do contrato (em moeda nacional e internacional, se for o caso);

v) detalhamento de cada item (descrição individual de cada item) adquirido, acompanhado do valor unitário e quantidade (ou fração) total de cada item contratado. No caso de medicamentos, acrescentar o código CEDMEX e apresentação do mesmo;

vi) prazo contratual;

vii) número do processo de contratação;

viii) número do contrato firmado e/ou nota de empenho correspondente;

ix) órgão contratante;

x) data de celebração do contrato;

xi) número, página e data de publicação do contrato/contratação no diário oficial;

xii) forma de contratação (dispensa, inexigibilidade, pregão eletrônico, pregão presencial, etc.)

xiii) no caso de procedimento licitatório, indicação do número do respectivo edital e número, página e data de sua publicação no diário oficial;

xiv) número da nota de empenho, acompanhada da data de sua emissão;

xv) número da nota de pagamento, ordem bancária ou documento similar, acompanhada da data de sua emissão;

xvi) data de recebimento do bem e/ou recebimento do serviço contratado;

xvii) chave da correspondente nota fiscal eletrônica (NFe) dos bens adquiridos e/ou serviços prestados, ou

alternativamente, disponibilizar o correspondente DANFE, com a correspondente chave eletrônica da NFe a ele associada; e

xviii) identificação da fonte dos recursos que financiaram o gasto

c) disponibilização, para importação, exportação, *download*, e transformação em outros formatos, dos respectivos documentos comprobatórios das informações disponibilizadas nos termos dos itens anteriores, preferencialmente a íntegra dos respectivos processos de contratação e de execução da despesa e, em casos de inviabilidade devidamente justificada, disponibilização, no mínimo, das notas fiscais, notas de empenho, ordens de pagamento, ordens de serviço e documentos referentes às contratações (estudos preliminares; termos de referência; projetos básicos; pesquisas de preços; justificativas para as situações descritas nos arts. 4º-E, §§2º e 3º e 4º-F da Lei n. 13.979/2020; editais e seus anexos; atas de julgamento; documentos referentes à habilitação dos licitantes e às propostas (depois de tornadas públicas); recursos administrativos interpostos e respectivas decisões; atos de homologação e adjudicação do objeto licitado; atas de registro de preços e documentos correlatos; além dos contratos administrativos firmados, ou, alternativamente, inserção de *link* para acesso direto a tais documentos em outro endereço eletrônico no qual eventualmente já estejam sendo disponibilizados (ex. Sistema Licon, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo), desde que contenha todos os documentos enumerados acima.

As informações e documentos em questão deverão ser disponibilizados em sítio ou *link* específico relativo à COVID-19, sem prejuízo da manutenção usual do Portal da Transparência, e deverão ser atualizados de forma contínua, em até 2 dias úteis após o recebimento do repasse federal ou da prática do ato tendente à utilização de tais valores.

Além das providências acima elencadas, deverão ser observadas/executadas as seguintes medidas:

- no caso de contratação de pessoa (natural e/ou jurídica) com declaração de inidoneidade ou suspensão em contratar com o Poder Público ou, ainda, com pendências administrativas e/ou jurídicas, tais contratações deverão ser devidamente justificadas e constar a aludida justificativa no Portal de Aquisições COVID-19;

- caso ocorra prorrogação do contrato (art. 4º-H, da Lei 13.979/2020) ou acréscimos/supressões de quantitativos dos itens contratados (art. 4º-I, da referida Lei), tais informações deverão constar do Portal de Aquisições COVID-19;

- utilizar o mencionado Portal para divulgar os Editais e fases de licitações e/ou contratações diretas promovidas pelo Poder Público, associados ao enfrentamento da pandemia da COVID-19;

- todas as informações em comento deverão constar em sítios eletrônicos abertos, de amplo acesso, sem qualquer discriminação, possibilitando ainda o *download* de toda as informações postadas, priorizando-se o formato aberto (csv, json, etc), capazes de tornar os dados manipuláveis e reutilizáveis por terceiros, em atenção à Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal (Decreto n 8.777/2016);

- os entes responsáveis pelos sítios na *internet* deverão publicar ou fazer referência a um “dicionário de dados”, junto com a base de dados fornecida, contendo explanação simples dos conceitos utilizados em

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

cada campo da planilha, favorecendo o entendimento e reutilização desses dados por terceiros;

– os entes devem indicar (no Portal) o local e instruções que permitam ao interessado comunicar-se (via eletrônica ou por telefone) com o órgão ou entidade detentora do sítio de *internet*, visando obter esclarecimentos ou informações adicionais acerca do dataset, como preconizado pelo art. 8º, § 3º, VII da Lei 12.527/2011; e

– os entes devem oferecer (no Portal) mecanismos para registro de manifestações – reclamações, denúncias, dúvidas ou elogios – com a possibilidade de anonimato, podendo-se agregar *link* para órgão de Ouvidoria do ente (se existente), desde que incluído no campo “assuntos” manifestações exclusivamente associadas à COVID-19, devendo tais manifestações receber atendimento preferencial aos demais.

Confere-se aos destinatários o prazo de 5 (cinco) dias para manifestação quanto ao acatamento ou não desta recomendação (devendo, em caso de recusa, declinar fundamentadamente os motivos para o não cumprimento e, no caso de acatamento, indicar as providências já adotadas), bem como o prazo de 20 (vinte) dias para a efetiva implementação das medidas recomendadas (inclusive inclusão dos documentos e informações relativos a contratações porventura já encerradas).

Por fim, ressalta-se que a presente recomendação dá ciência e constitui em mora o destinatário quanto às providências indicadas, e o seu não atendimento no prazo indicado poderá ensejar a adoção de outras medidas administrativas e/ou judiciais para garantir a sua observância, sem prejuízo da responsabilização pessoal do(s) agente(s) omissos(s).

Encaminhem-se cópias desta Recomendação aos seus destinatários.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Publique-se no portal eletrônico do Ministério Público Federal, conforme art. 23 da Resolução n. 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

São José do Rio Preto, 14 de outubro de 2020.

ANDERSON VAGNER GOIS DOS SANTOS
PROCURADOR DA REPÚBLICA



OFÍCIO MPF nº 1019/2020
PRM-SSP-SP-00008488/2020

São José do Rio Preto, 14 de outubro de 2020.

Excelentíssima Senhora
FABIANA BARCELOS FERREIRA
Prefeita do Município de Riolândia/SP
Endereço: Praça Antônio Levino, nº 470, Centro;
CEP: 15.495-000 – Riolândia/SP.

Referência: Procedimento Preparatório nº 1.34.015.000172/2020-32

Excelentíssima Senhora Prefeita,

Cumprimentando-a, a fim de instruir o procedimento em epígrafe, em trâmite nesta Procuradoria da República, encaminho anexa a **Recomendação nº 14/2020-MPF/SJRP/GABPRM5**, ao tempo em que requisito, com fundamento no art. 8º, II, da LC 75/93, que se manifeste, no **prazo de 5 (cinco) dias**, quanto ao seu acatamento, bem como confiro o **prazo de 20 (vinte) dias** para a efetiva implementação das medidas recomendadas.

Ressalto que a presente Recomendação dá ciência e constitui em mora o destinatário quanto às providências indicadas, e o seu não atendimento no prazo indicado poderá ensejar a adoção de outras medidas administrativas e/ou judiciais para garantir a sua observância, sem prejuízo da responsabilização pessoal do(s) agente(s) omissos(s), bem como que a ausência de resposta no prazo estabelecido será igualmente considerada recusa ao seu cumprimento.

Por fim, registro que a resposta deve mencionar o ofício e procedimento em epígrafe, e ser encaminhada através do protocolo eletrônico do Ministério Público Federal, disponível no endereço:

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

<http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>, na opção: “Protocolar – Documentos diversos”.

Atenciosamente,

ANDERSON VAGNER GOIS DOS SANTOS
PROCURADOR DA REPÚBLICA



Procedimento Preparatório nº 1.34.015.000172/2020-32

RECOMENDAÇÃO Nº 14/2020-PRM/SJRPGABPRM5

O **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, pelo Procurador da República signatário, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 127, *caput*, e 129, II, da Constituição da República, bem como no art. 6º, XX, da Lei Complementar n. 75/93, e

Considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

Considerando que constitui função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, bem como aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da publicidade, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;

Considerando que compete ao Ministério Público a expedição de recomendações, visando à melhoria dos serviços de relevância pública, bem como o respeito aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, fixando prazo razoável para a adoção das providências cabíveis (art. 6º, XX, da LC 75/1993);

Considerando que a Organização Mundial de Saúde declarou, em 30 de janeiro de 2020, que o surto do novo Coronavírus SARS-COV-2 constitui Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) e, em 11 de março de 2020, a mesma Organização caracterizou a COVID-19 como pandemia;

Considerando que, em 4 de fevereiro de 2020, o Ministério da Saúde publicou a Portaria n. 188/GM/MS, declarando a situação de “Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019 – nCoV)”; Considerando que em 20 de março de 2020, através do Decreto Legislativo n. 6/2020, o Congresso Nacional reconheceu a ocorrência do estado de calamidade pública no território nacional;

Considerando que, nesse contexto, o governo federal adotou uma série de medidas, dentre elas repassar aos Estados e municípios significativos valores para emprego nas diversas áreas afetadas pela epidemia;

Considerando que com a promulgação da Lei n. 13.979/2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da COVID-19, houve a flexibilização de exigências no âmbito dos procedimentos de contratações realizadas pela Administração Pública destinadas a aquisições de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da pandemia;

Considerando o disposto no art. 4º, §2º, da Lei n. 13.979/2020, que prevê que todas as contratações ou aquisições realizadas com fulcro na referida Lei deverão ser imediatamente disponibilizadas em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (*internet*), contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3º do art. 8º da Lei n. 12.527/2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição;

Considerando que a própria Lei 12.527/2011, bem como a Lei Complementar n. 101/2000, também trazem exigências relacionadas à transparência dos gastos públicos por todos os entes da Federação, as quais devem ser observadas concomitantemente ao regramento trazido pela Lei n. 13.979/2020;

Considerando, nesse sentido, que, nos termos do art. 8º, caput, §1º, II, III e IV e §2º, todos da Lei 12.527/2011, é dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação, em sítios oficiais da rede mundial de computadores (*internet*), de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas, dentre as quais, no mínimo: II – registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros; III – registros das despesas; IV – informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados;

Considerando que, nos termos do art. 8º, §3º, da mencionada Lei de Acesso à Informação, os referidos sítios oficiais deverão atender, entre outros, aos seguintes requisitos:

- I – conter ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão;
- II – possibilitar a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações;

III – possibilitar o acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina;

IV – divulgar em detalhes os formatos utilizados para estruturação da informação;

V – garantir a autenticidade e a integridade das informações disponíveis para acesso;

VI – manter atualizadas as informações disponíveis para acesso;

VII – indicar local e instruções que permitam ao interessado comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o órgão ou entidade detentora do sítio; e

VIII – adotar as medidas necessárias para garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência, nos termos do art. 17 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e do art. 9º da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008.

Considerando que a transparência da gestão fiscal deve ser assegurada, dentre outros, mediante a liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público (art. 48,§1º, II, da Lei Complementar n. 101/2000), dentre elas (art. 48-A, I e II, da LC 101/2000):

I – quanto à despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização

mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado; (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).

II – quanto à receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários. (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).

Considerando, ainda, que, nos termos do art. 7º, I, do Decreto 7.185/2010, o sistema integrado de administração financeira e controle utilizado no âmbito de cada ente da Federação deverá gerar, para disponibilização em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, pelo menos, as seguintes informações relativas aos atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução orçamentária e financeira:

I – quanto à despesa:

- a) o valor do empenho, liquidação e pagamento;
- b) o número do correspondente processo da execução, quando for o caso;
- c) a classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto;
- d) a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, inclusive nos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária, exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários;

e) o procedimento licitatório realizado, bem como à sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do correspondente processo; e

f) o bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso;

II – quanto à receita, os valores de todas as receitas da unidade gestora, compreendendo no mínimo sua natureza, relativas a:

a) previsão;

b) lançamento, quando for o caso; e

c) arrecadação, inclusive referente a recursos extraordinários. Considerando que os entes federativos sob atribuição desta Procuradoria da República não dispõem de sítios eletrônicos plenamente adequados às exigências dos mencionados diplomas legais;

Considerando que a Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal orientou, respeitada a independência funcional, que os Ofícios com atribuições relacionadas ao combate à corrupção acompanhassem e fiscalizassem a destinação de verbas públicas federais utilizadas para o combate à epidemia do COVID-19 (Recomendação n. 1/2020 do GIAC/COVID-19 e da 5ª CCR/MPF – PGR-00152140/2020);

Considerando que a publicidade das informações e documentos relacionados aos gastos públicos é essencial ao seu acompanhamento e fiscalização, tanto pelo cidadão como pelos órgãos de controle, inclusive por este órgão ministerial, e que a pronta disponibilidade de dados, independente de prévia solicitação, propicia uma atuação mais célere e eficaz dos órgãos de combate à corrupção, além de reduzir a margem para a

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

ocorrência de eventuais desvios por parte dos responsáveis pela gestão das contas públicas;

Considerando, ademais, que negar publicidade aos atos oficiais, na forma exigível pelo ordenamento ora mencionado, pode caracterizar ato de improbidade administrativa, nos termos do art. 11, *caput* e inciso IV, da Lei n. 8.429/1992 e art. 32, §2º, da Lei n. 12.527/2011;

Considerando, por fim, que a recomendação é instrumento de atuação extrajudicial do Ministério Público que possibilita a prevenção de responsabilidades e a correção de condutas (art. 1º da Resolução n. 164, de 28 de março de 2017, do Conselho Nacional do Ministério Público),

RESOLVE, com fundamento no art. 6º, inc. XX, da Lei Complementar n. 75/93, **RECOMENDAR**, aos municípios de Altair, Guaraci, Icem, Nova Granada, Olímpia, Onda Verde, Orindiúva, Palestina, Paulo de Faria, Riolândia, Severínia e Uchôa, nas pessoas dos respectivos chefes do Executivo, que disponibilizem, no *site* da Prefeitura, informações e documentos referentes aos recursos públicos federais recebidos e aos respectivos gastos efetuados vinculados especificamente ao enfrentamento e mitigação da pandemia decorrente da COVID-19, com o seguinte conteúdo mínimo, e observados os demais requisitos previstos no art. 8º, §3º, da Lei n. 12.527/2011:

- a) dados sobre todos os repasses federais recebidos em razão da COVID-19, contendo, no mínimo:
 - i) banco, agência e conta corrente em que os recursos foram efetivamente disponibilizados;
 - ii) data da transferência dos recursos;
 - iii) valores efetivamente disponibilizados;

iv) valores porventura bloqueados e associados às aludidas transferências; e

v) tipo de conta utilizada para receber os valores transferidos, consoante critérios do ente recebedor e/ou ministério da União responsável pelo repasse.

b) dados atinentes às licitações, dispensas de licitações, contratações e aquisições, encerradas ou em andamento, bem como à execução orçamentária e financeira das respectivas despesas, que estejam relacionadas ao enfrentamento e mitigação da pandemia decorrente da COVID-19, com os seguintes elementos mínimos, em consonância com o art. 4º, §2º, da Lei n. 13.979/2020, art. 8º, §1º, IV, da Lei n. 12.527/2011, art. 48-A, I, da LC 101/2000 e art. 7º, I, do Decreto 7.185/2010 e legislação correlata:

i) nome/razão social do(a) contratado(a), consoante registros junto à Receita Federal do Brasil;

ii) respectivo CNPJ/CPF;

iii) objeto contratual;

iv) valor total do contrato (em moeda nacional e internacional, se for o caso);

v) detalhamento de cada item (descrição individual de cada item) adquirido, acompanhado do valor unitário e quantidade (ou fração) total de cada item contratado. No caso de medicamentos, acrescentar o código CEDMEX e apresentação do mesmo;

vi) prazo contratual;

vii) número do processo de contratação;

viii) número do contrato firmado e/ou nota de empenho correspondente;

ix) órgão contratante;

x) data de celebração do contrato;

xi) número, página e data de publicação do contrato/contratação no diário oficial;

xii) forma de contratação (dispensa, inexigibilidade, pregão eletrônico, pregão presencial, etc.)

xiii) no caso de procedimento licitatório, indicação do número do respectivo edital e número, página e data de sua publicação no diário oficial;

xiv) número da nota de empenho, acompanhada da data de sua emissão;

xv) número da nota de pagamento, ordem bancária ou documento similar, acompanhada da data de sua emissão;

xvi) data de recebimento do bem e/ou recebimento do serviço contratado;

xvii) chave da correspondente nota fiscal eletrônica (NFe) dos bens adquiridos e/ou serviços prestados, ou

alternativamente, disponibilizar o correspondente DANFE, com a correspondente chave eletrônica da NFe a ele associada; e

xviii) identificação da fonte dos recursos que financiaram o gasto

c) disponibilização, para importação, exportação, *download*, e transformação em outros formatos, dos respectivos documentos comprobatórios das informações disponibilizadas nos termos dos itens anteriores, preferencialmente a íntegra dos respectivos processos de contratação e de execução da despesa e, em casos de inviabilidade devidamente justificada, disponibilização, no mínimo, das notas fiscais, notas de empenho, ordens de pagamento, ordens de serviço e documentos referentes às contratações (estudos preliminares; termos de referência; projetos básicos; pesquisas de preços; justificativas para as situações descritas nos arts. 4º-E, §§2º e 3º e 4º-F da Lei n. 13.979/2020; editais e seus anexos; atas de julgamento; documentos referentes à habilitação dos licitantes e às propostas (depois de tornadas públicas); recursos administrativos interpostos e respectivas decisões; atos de homologação e adjudicação do objeto licitado; atas de registro de preços e documentos correlatos; além dos contratos administrativos firmados, ou, alternativamente, inserção de *link* para acesso direto a tais documentos em outro endereço eletrônico no qual eventualmente já estejam sendo disponibilizados (ex. Sistema Licon, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo), desde que contenha todos os documentos enumerados acima.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

As informações e documentos em questão deverão ser disponibilizados em sítio ou *link* específico relativo à COVID-19, sem prejuízo da manutenção usual do Portal da Transparência, e deverão ser atualizados de forma contínua, em até 2 dias úteis após o recebimento do repasse federal ou da prática do ato tendente à utilização de tais valores.

Além das providências acima elencadas, deverão ser observadas/executadas as seguintes medidas:

- no caso de contratação de pessoa (natural e/ou jurídica) com declaração de inidoneidade ou suspensão em contratar com o Poder Público ou, ainda, com pendências administrativas e/ou jurídicas, tais contratações deverão ser devidamente justificadas e constar a aludida justificativa no Portal de Aquisições COVID-19;

- caso ocorra prorrogação do contrato (art. 4º-H, da Lei 13.979/2020) ou acréscimos/supressões de quantitativos dos itens contratados (art. 4º-I, da referida Lei), tais informações deverão constar do Portal de Aquisições COVID-19;

- utilizar o mencionado Portal para divulgar os Editais e fases de licitações e/ou contratações diretas promovidas pelo Poder Público, associados ao enfrentamento da pandemia da COVID-19;

- todas as informações em comento deverão constar em sítios eletrônicos abertos, de amplo acesso, sem qualquer discriminação, possibilitando ainda o *download* de toda as informações postadas, priorizando-se o formato aberto (csv, json, etc), capazes de tornar os dados manipuláveis e reutilizáveis por terceiros, em atenção à Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal (Decreto n 8.777/2016);

- os entes responsáveis pelos sítios na *internet* deverão publicar ou fazer referência a um “dicionário de dados”, junto com a base de dados fornecida, contendo explanação simples dos conceitos utilizados em

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

cada campo da planilha, favorecendo o entendimento e reutilização desses dados por terceiros;

– os entes devem indicar (no Portal) o local e instruções que permitam ao interessado comunicar-se (via eletrônica ou por telefone) com o órgão ou entidade detentora do sítio de *internet*, visando obter esclarecimentos ou informações adicionais acerca do dataset, como preconizado pelo art. 8º, § 3º, VII da Lei 12.527/2011; e

– os entes devem oferecer (no Portal) mecanismos para registro de manifestações – reclamações, denúncias, dúvidas ou elogios – com a possibilidade de anonimato, podendo-se agregar *link* para órgão de Ouvidoria do ente (se existente), desde que incluído no campo “assuntos” manifestações exclusivamente associadas à COVID-19, devendo tais manifestações receber atendimento preferencial aos demais.

Confere-se aos destinatários o prazo de 5 (cinco) dias para manifestação quanto ao acatamento ou não desta recomendação (devendo, em caso de recusa, declinar fundamentadamente os motivos para o não cumprimento e, no caso de acatamento, indicar as providências já adotadas), bem como o prazo de 20 (vinte) dias para a efetiva implementação das medidas recomendadas (inclusive inclusão dos documentos e informações relativos a contratações porventura já encerradas).

Por fim, ressalta-se que a presente recomendação dá ciência e constitui em mora o destinatário quanto às providências indicadas, e o seu não atendimento no prazo indicado poderá ensejar a adoção de outras medidas administrativas e/ou judiciais para garantir a sua observância, sem prejuízo da responsabilização pessoal do(s) agente(s) omissos(s).

Encaminhem-se cópias desta Recomendação aos seus destinatários.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Publique-se no portal eletrônico do Ministério Público Federal, conforme art. 23 da Resolução n. 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

São José do Rio Preto, 14 de outubro de 2020.

ANDERSON VAGNER GOIS DOS SANTOS
PROCURADOR DA REPÚBLICA



OFÍCIO MPF nº 1020/2020
PRM-SSP-SP-00008489/2020

São José do Rio Preto, 14 de outubro de 2020.

Excelentíssimo Senhor
CELSON DA SILVA
Prefeito do Município de Severínia/SP
Endereço: Rua Capitão Augusto de Almeida, nº 332, Centro
CEP: 14.735-000 – Severínia/SP

Referência: Procedimento Preparatório nº 1.34.015.000172/2020-32

Excelentíssimo Senhor Prefeito,

Cumprimentando-o, a fim de instruir o procedimento em epígrafe, em trâmite nesta Procuradoria da República, encaminho anexa a **Recomendação nº 14/2020-MPF/SJRP/GABPRM5**, ao tempo em que requisito, com fundamento no art. 8º, II, da LC 75/93, que se manifeste, no **prazo de 5 (cinco) dias**, quanto ao seu acatamento, bem como confiro o **prazo de 20 (vinte) dias** para a efetiva implementação das medidas recomendadas.

Ressalto que a presente Recomendação dá ciência e constitui em mora o destinatário quanto às providências indicadas, e o seu não atendimento no prazo indicado poderá ensejar a adoção de outras medidas administrativas e/ou judiciais para garantir a sua observância, sem prejuízo da responsabilização pessoal do(s) agente(s) omissos, bem como que a ausência de resposta no prazo estabelecido será igualmente considerada recusa ao seu cumprimento.

Por fim, registro que a resposta deve mencionar o ofício e procedimento em epígrafe, e ser encaminhada através do protocolo eletrônico do Ministério Público Federal, disponível no endereço:

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

<http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>, na opção: “Protocolar – Documentos diversos”.

Atenciosamente,

ANDERSON VAGNER GOIS DOS SANTOS
PROCURADOR DA REPÚBLICA



Procedimento Preparatório nº 1.34.015.000172/2020-32

RECOMENDAÇÃO Nº 14/2020-PRM/SJRPGABPRM5

O **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, pelo Procurador da República signatário, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 127, *caput*, e 129, II, da Constituição da República, bem como no art. 6º, XX, da Lei Complementar n. 75/93, e

Considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

Considerando que constitui função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, bem como aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da publicidade, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;

Considerando que compete ao Ministério Público a expedição de recomendações, visando à melhoria dos serviços de relevância pública, bem como o respeito aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, fixando prazo razoável para a adoção das providências cabíveis (art. 6º, XX, da LC 75/1993);

Considerando que a Organização Mundial de Saúde declarou, em 30 de janeiro de 2020, que o surto do novo Coronavírus SARS-COV-2 constitui Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) e, em 11 de março de 2020, a mesma Organização caracterizou a COVID-19 como pandemia;

Considerando que, em 4 de fevereiro de 2020, o Ministério da Saúde publicou a Portaria n. 188/GM/MS, declarando a situação de “Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019 – nCoV)”; Considerando que em 20 de março de 2020, através do Decreto Legislativo n. 6/2020, o Congresso Nacional reconheceu a ocorrência do estado de calamidade pública no território nacional;

Considerando que, nesse contexto, o governo federal adotou uma série de medidas, dentre elas repassar aos Estados e municípios significativos valores para emprego nas diversas áreas afetadas pela epidemia;

Considerando que com a promulgação da Lei n. 13.979/2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da COVID-19, houve a flexibilização de exigências no âmbito dos procedimentos de contratações realizadas pela Administração Pública destinadas a aquisições de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da pandemia;

Considerando o disposto no art. 4º, §2º, da Lei n. 13.979/2020, que prevê que todas as contratações ou aquisições realizadas com fulcro na referida Lei deverão ser imediatamente disponibilizadas em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (*internet*), contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3º do art. 8º da Lei n. 12.527/2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição;

Considerando que a própria Lei 12.527/2011, bem como a Lei Complementar n. 101/2000, também trazem exigências relacionadas à transparência dos gastos públicos por todos os entes da Federação, as quais devem ser observadas concomitantemente ao regramento trazido pela Lei n. 13.979/2020;

Considerando, nesse sentido, que, nos termos do art. 8º, caput, §1º, II, III e IV e §2º, todos da Lei 12.527/2011, é dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação, em sítios oficiais da rede mundial de computadores (*internet*), de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas, dentre as quais, no mínimo: II – registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros; III – registros das despesas; IV – informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados;

Considerando que, nos termos do art. 8º, §3º, da mencionada Lei de Acesso à Informação, os referidos sítios oficiais deverão atender, entre outros, aos seguintes requisitos:

- I – conter ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão;
- II – possibilitar a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações;

III – possibilitar o acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina;

IV – divulgar em detalhes os formatos utilizados para estruturação da informação;

V – garantir a autenticidade e a integridade das informações disponíveis para acesso;

VI – manter atualizadas as informações disponíveis para acesso;

VII – indicar local e instruções que permitam ao interessado comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o órgão ou entidade detentora do sítio; e

VIII – adotar as medidas necessárias para garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência, nos termos do art. 17 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e do art. 9º da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008.

Considerando que a transparência da gestão fiscal deve ser assegurada, dentre outros, mediante a liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público (art. 48,§1º, II, da Lei Complementar n. 101/2000), dentre elas (art. 48-A, I e II, da LC 101/2000):

I – quanto à despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização

mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado; (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).

II – quanto à receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários. (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).

Considerando, ainda, que, nos termos do art. 7º, I, do Decreto 7.185/2010, o sistema integrado de administração financeira e controle utilizado no âmbito de cada ente da Federação deverá gerar, para disponibilização em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, pelo menos, as seguintes informações relativas aos atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução orçamentária e financeira:

I – quanto à despesa:

- a) o valor do empenho, liquidação e pagamento;
- b) o número do correspondente processo da execução, quando for o caso;
- c) a classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto;
- d) a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, inclusive nos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária, exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários;

e) o procedimento licitatório realizado, bem como à sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do correspondente processo; e

f) o bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso;

II – quanto à receita, os valores de todas as receitas da unidade gestora, compreendendo no mínimo sua natureza, relativas a:

a) previsão;

b) lançamento, quando for o caso; e

c) arrecadação, inclusive referente a recursos extraordinários. Considerando que os entes federativos sob atribuição desta Procuradoria da República não dispõem de sítios eletrônicos plenamente adequados às exigências dos mencionados diplomas legais;

Considerando que a Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal orientou, respeitada a independência funcional, que os Ofícios com atribuições relacionadas ao combate à corrupção acompanhassem e fiscalizassem a destinação de verbas públicas federais utilizadas para o combate à epidemia do COVID-19 (Recomendação n. 1/2020 do GIAC/COVID-19 e da 5ª CCR/MPF – PGR-00152140/2020);

Considerando que a publicidade das informações e documentos relacionados aos gastos públicos é essencial ao seu acompanhamento e fiscalização, tanto pelo cidadão como pelos órgãos de controle, inclusive por este órgão ministerial, e que a pronta disponibilidade de dados, independente de prévia solicitação, propicia uma atuação mais célere e eficaz dos órgãos de combate à corrupção, além de reduzir a margem para a

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

ocorrência de eventuais desvios por parte dos responsáveis pela gestão das contas públicas;

Considerando, ademais, que negar publicidade aos atos oficiais, na forma exigível pelo ordenamento ora mencionado, pode caracterizar ato de improbidade administrativa, nos termos do art. 11, *caput* e inciso IV, da Lei n. 8.429/1992 e art. 32, §2º, da Lei n. 12.527/2011;

Considerando, por fim, que a recomendação é instrumento de atuação extrajudicial do Ministério Público que possibilita a prevenção de responsabilidades e a correção de condutas (art. 1º da Resolução n. 164, de 28 de março de 2017, do Conselho Nacional do Ministério Público),

RESOLVE, com fundamento no art. 6º, inc. XX, da Lei Complementar n. 75/93, **RECOMENDAR**, aos municípios de Altair, Guaraci, Icem, Nova Granada, Olímpia, Onda Verde, Orindiúva, Palestina, Paulo de Faria, Riolândia, Severínia e Uchôa, nas pessoas dos respectivos chefes do Executivo, que disponibilizem, no *site* da Prefeitura, informações e documentos referentes aos recursos públicos federais recebidos e aos respectivos gastos efetuados vinculados especificamente ao enfrentamento e mitigação da pandemia decorrente da COVID-19, com o seguinte conteúdo mínimo, e observados os demais requisitos previstos no art. 8º, §3º, da Lei n. 12.527/2011:

- a) dados sobre todos os repasses federais recebidos em razão da COVID-19, contendo, no mínimo:
 - i) banco, agência e conta corrente em que os recursos foram efetivamente disponibilizados;
 - ii) data da transferência dos recursos;
 - iii) valores efetivamente disponibilizados;

iv) valores porventura bloqueados e associados às aludidas transferências; e

v) tipo de conta utilizada para receber os valores transferidos, consoante critérios do ente recebedor e/ou ministério da União responsável pelo repasse.

b) dados atinentes às licitações, dispensas de licitações, contratações e aquisições, encerradas ou em andamento, bem como à execução orçamentária e financeira das respectivas despesas, que estejam relacionadas ao enfrentamento e mitigação da pandemia decorrente da COVID-19, com os seguintes elementos mínimos, em consonância com o art. 4º, §2º, da Lei n. 13.979/2020, art. 8º, §1º, IV, da Lei n. 12.527/2011, art. 48-A, I, da LC 101/2000 e art. 7º, I, do Decreto 7.185/2010 e legislação correlata:

i) nome/razão social do(a) contratado(a), consoante registros junto à Receita Federal do Brasil;

ii) respectivo CNPJ/CPF;

iii) objeto contratual;

iv) valor total do contrato (em moeda nacional e internacional, se for o caso);

v) detalhamento de cada item (descrição individual de cada item) adquirido, acompanhado do valor unitário e quantidade (ou fração) total de cada item contratado. No caso de medicamentos, acrescentar o código CEDMEX e apresentação do mesmo;

vi) prazo contratual;

vii) número do processo de contratação;

viii) número do contrato firmado e/ou nota de empenho correspondente;

ix) órgão contratante;

x) data de celebração do contrato;

xi) número, página e data de publicação do contrato/contratação no diário oficial;

xii) forma de contratação (dispensa, inexigibilidade, pregão eletrônico, pregão presencial, etc.)

xiii) no caso de procedimento licitatório, indicação do número do respectivo edital e número, página e data de sua publicação no diário oficial;

xiv) número da nota de empenho, acompanhada da data de sua emissão;

xv) número da nota de pagamento, ordem bancária ou documento similar, acompanhada da data de sua emissão;

xvi) data de recebimento do bem e/ou recebimento do serviço contratado;

xvii) chave da correspondente nota fiscal eletrônica (NFe) dos bens adquiridos e/ou serviços prestados, ou

alternativamente, disponibilizar o correspondente DANFE, com a correspondente chave eletrônica da NFe a ele associada; e

xviii) identificação da fonte dos recursos que financiaram o gasto

c) disponibilização, para importação, exportação, *download*, e transformação em outros formatos, dos respectivos documentos comprobatórios das informações disponibilizadas nos termos dos itens anteriores, preferencialmente a íntegra dos respectivos processos de contratação e de execução da despesa e, em casos de inviabilidade devidamente justificada, disponibilização, no mínimo, das notas fiscais, notas de empenho, ordens de pagamento, ordens de serviço e documentos referentes às contratações (estudos preliminares; termos de referência; projetos básicos; pesquisas de preços; justificativas para as situações descritas nos arts. 4º-E, §§2º e 3º e 4º-F da Lei n. 13.979/2020; editais e seus anexos; atas de julgamento; documentos referentes à habilitação dos licitantes e às propostas (depois de tornadas públicas); recursos administrativos interpostos e respectivas decisões; atos de homologação e adjudicação do objeto licitado; atas de registro de preços e documentos correlatos; além dos contratos administrativos firmados, ou, alternativamente, inserção de *link* para acesso direto a tais documentos em outro endereço eletrônico no qual eventualmente já estejam sendo disponibilizados (ex. Sistema Licon, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo), desde que contenha todos os documentos enumerados acima.

As informações e documentos em questão deverão ser disponibilizados em sítio ou *link* específico relativo à COVID-19, sem prejuízo da manutenção usual do Portal da Transparência, e deverão ser atualizados de forma contínua, em até 2 dias úteis após o recebimento do repasse federal ou da prática do ato tendente à utilização de tais valores.

Além das providências acima elencadas, deverão ser observadas/executadas as seguintes medidas:

- no caso de contratação de pessoa (natural e/ou jurídica) com declaração de inidoneidade ou suspensão em contratar com o Poder Público ou, ainda, com pendências administrativas e/ou jurídicas, tais contratações deverão ser devidamente justificadas e constar a aludida justificativa no Portal de Aquisições COVID-19;

- caso ocorra prorrogação do contrato (art. 4º-H, da Lei 13.979/2020) ou acréscimos/supressões de quantitativos dos itens contratados (art. 4º-I, da referida Lei), tais informações deverão constar do Portal de Aquisições COVID-19;

- utilizar o mencionado Portal para divulgar os Editais e fases de licitações e/ou contratações diretas promovidas pelo Poder Público, associados ao enfrentamento da pandemia da COVID-19;

- todas as informações em comento deverão constar em sítios eletrônicos abertos, de amplo acesso, sem qualquer discriminação, possibilitando ainda o *download* de toda as informações postadas, priorizando-se o formato aberto (csv, json, etc), capazes de tornar os dados manipuláveis e reutilizáveis por terceiros, em atenção à Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal (Decreto n 8.777/2016);

- os entes responsáveis pelos sítios na *internet* deverão publicar ou fazer referência a um “dicionário de dados”, junto com a base de dados fornecida, contendo explanação simples dos conceitos utilizados em

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

cada campo da planilha, favorecendo o entendimento e reutilização desses dados por terceiros;

– os entes devem indicar (no Portal) o local e instruções que permitam ao interessado comunicar-se (via eletrônica ou por telefone) com o órgão ou entidade detentora do sítio de *internet*, visando obter esclarecimentos ou informações adicionais acerca do dataset, como preconizado pelo art. 8º, § 3º, VII da Lei 12.527/2011; e

– os entes devem oferecer (no Portal) mecanismos para registro de manifestações – reclamações, denúncias, dúvidas ou elogios – com a possibilidade de anonimato, podendo-se agregar *link* para órgão de Ouvidoria do ente (se existente), desde que incluído no campo “assuntos” manifestações exclusivamente associadas à COVID-19, devendo tais manifestações receber atendimento preferencial aos demais.

Confere-se aos destinatários o prazo de 5 (cinco) dias para manifestação quanto ao acatamento ou não desta recomendação (devendo, em caso de recusa, declinar fundamentadamente os motivos para o não cumprimento e, no caso de acatamento, indicar as providências já adotadas), bem como o prazo de 20 (vinte) dias para a efetiva implementação das medidas recomendadas (inclusive inclusão dos documentos e informações relativos a contratações porventura já encerradas).

Por fim, ressalta-se que a presente recomendação dá ciência e constitui em mora o destinatário quanto às providências indicadas, e o seu não atendimento no prazo indicado poderá ensejar a adoção de outras medidas administrativas e/ou judiciais para garantir a sua observância, sem prejuízo da responsabilização pessoal do(s) agente(s) omissos(s).

Encaminhem-se cópias desta Recomendação aos seus destinatários.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Publique-se no portal eletrônico do Ministério Público Federal, conforme art. 23 da Resolução n. 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

São José do Rio Preto, 14 de outubro de 2020.

ANDERSON VAGNER GOIS DOS SANTOS
PROCURADOR DA REPÚBLICA



OFÍCIO MPF nº 1021/2020
PRM-SSP-SP-00008490/2020

São José do Rio Preto, 14 de outubro de 2020.

Excelentíssimo Senhor
VALDEMIR ANTÔNIO PINHEIRO DE CARVALHO
Prefeito do Município de Uchoa/SP
Endereço: Avenida Pedro de Toledo, nº 1011;
CEP: 15.890-000 – Uchoa/SP.

Referência: Procedimento Preparatório nº 1.34.015.000172/2020-32

Excelentíssimo Senhor Prefeito,

Cumprimentando-o, a fim de instruir o procedimento em epígrafe, em trâmite nesta Procuradoria da República, encaminho anexa a **Recomendação nº 14/2020-MPF/SJRP/GABPRM5**, ao tempo em que requisito, com fundamento no art. 8º, II, da LC 75/93, que se manifeste, no **prazo de 5 (cinco) dias**, quanto ao seu acatamento, bem como confiro o **prazo de 20 (vinte) dias** para a efetiva implementação das medidas recomendadas.

Ressalto que a presente Recomendação dá ciência e constitui em mora o destinatário quanto às providências indicadas, e o seu não atendimento no prazo indicado poderá ensejar a adoção de outras medidas administrativas e/ou judiciais para garantir a sua observância, sem prejuízo da responsabilização pessoal do(s) agente(s) omissos(s), bem como que a ausência de resposta no prazo estabelecido será igualmente considerada recusa ao seu cumprimento.

Por fim, registro que a resposta deve mencionar o ofício e procedimento em epígrafe, e ser encaminhada através do protocolo eletrônico do Ministério Público Federal, disponível no endereço:

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

<http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>, na opção: “Protocolar – Documentos diversos”.

Atenciosamente,

ANDERSON VAGNER GOIS DOS SANTOS
PROCURADOR DA REPÚBLICA



Procedimento Preparatório nº 1.34.015.000172/2020-32

RECOMENDAÇÃO Nº 14/2020-PRM/SJRPGABPRM5

O **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, pelo Procurador da República signatário, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 127, *caput*, e 129, II, da Constituição da República, bem como no art. 6º, XX, da Lei Complementar n. 75/93, e

Considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

Considerando que constitui função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, bem como aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da publicidade, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;

Considerando que compete ao Ministério Público a expedição de recomendações, visando à melhoria dos serviços de relevância pública, bem como o respeito aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, fixando prazo razoável para a adoção das providências cabíveis (art. 6º, XX, da LC 75/1993);

Considerando que a Organização Mundial de Saúde declarou, em 30 de janeiro de 2020, que o surto do novo Coronavírus SARS-COV-2 constitui Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) e, em 11 de março de 2020, a mesma Organização caracterizou a COVID-19 como pandemia;

Considerando que, em 4 de fevereiro de 2020, o Ministério da Saúde publicou a Portaria n. 188/GM/MS, declarando a situação de “Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019 – nCoV)”; Considerando que em 20 de março de 2020, através do Decreto Legislativo n. 6/2020, o Congresso Nacional reconheceu a ocorrência do estado de calamidade pública no território nacional;

Considerando que, nesse contexto, o governo federal adotou uma série de medidas, dentre elas repassar aos Estados e municípios significativos valores para emprego nas diversas áreas afetadas pela epidemia;

Considerando que com a promulgação da Lei n. 13.979/2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da COVID-19, houve a flexibilização de exigências no âmbito dos procedimentos de contratações realizadas pela Administração Pública destinadas a aquisições de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da pandemia;

Considerando o disposto no art. 4º, §2º, da Lei n. 13.979/2020, que prevê que todas as contratações ou aquisições realizadas com fulcro na referida Lei deverão ser imediatamente disponibilizadas em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (*internet*), contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3º do art. 8º da Lei n. 12.527/2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição;

Considerando que a própria Lei 12.527/2011, bem como a Lei Complementar n. 101/2000, também trazem exigências relacionadas à transparência dos gastos públicos por todos os entes da Federação, as quais devem ser observadas concomitantemente ao regramento trazido pela Lei n. 13.979/2020;

Considerando, nesse sentido, que, nos termos do art. 8º, caput, §1º, II, III e IV e §2º, todos da Lei 12.527/2011, é dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação, em sítios oficiais da rede mundial de computadores (*internet*), de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas, dentre as quais, no mínimo: II – registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros; III – registros das despesas; IV – informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados;

Considerando que, nos termos do art. 8º, §3º, da mencionada Lei de Acesso à Informação, os referidos sítios oficiais deverão atender, entre outros, aos seguintes requisitos:

- I – conter ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão;
- II – possibilitar a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações;

III – possibilitar o acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina;

IV – divulgar em detalhes os formatos utilizados para estruturação da informação;

V – garantir a autenticidade e a integridade das informações disponíveis para acesso;

VI – manter atualizadas as informações disponíveis para acesso;

VII – indicar local e instruções que permitam ao interessado comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o órgão ou entidade detentora do sítio; e

VIII – adotar as medidas necessárias para garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência, nos termos do art. 17 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e do art. 9º da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008.

Considerando que a transparência da gestão fiscal deve ser assegurada, dentre outros, mediante a liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público (art. 48,§1º, II, da Lei Complementar n. 101/2000), dentre elas (art. 48-A, I e II, da LC 101/2000):

I – quanto à despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização

mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado; (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).

II – quanto à receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários. (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).

Considerando, ainda, que, nos termos do art. 7º, I, do Decreto 7.185/2010, o sistema integrado de administração financeira e controle utilizado no âmbito de cada ente da Federação deverá gerar, para disponibilização em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, pelo menos, as seguintes informações relativas aos atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução orçamentária e financeira:

I – quanto à despesa:

- a) o valor do empenho, liquidação e pagamento;
- b) o número do correspondente processo da execução, quando for o caso;
- c) a classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto;
- d) a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, inclusive nos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária, exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários;

e) o procedimento licitatório realizado, bem como à sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do correspondente processo; e

f) o bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso;

II – quanto à receita, os valores de todas as receitas da unidade gestora, compreendendo no mínimo sua natureza, relativas a:

a) previsão;

b) lançamento, quando for o caso; e

c) arrecadação, inclusive referente a recursos extraordinários. Considerando que os entes federativos sob atribuição desta Procuradoria da República não dispõem de sítios eletrônicos plenamente adequados às exigências dos mencionados diplomas legais;

Considerando que a Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal orientou, respeitada a independência funcional, que os Ofícios com atribuições relacionadas ao combate à corrupção acompanhassem e fiscalizassem a destinação de verbas públicas federais utilizadas para o combate à epidemia do COVID-19 (Recomendação n. 1/2020 do GIAC/COVID-19 e da 5ª CCR/MPF – PGR-00152140/2020);

Considerando que a publicidade das informações e documentos relacionados aos gastos públicos é essencial ao seu acompanhamento e fiscalização, tanto pelo cidadão como pelos órgãos de controle, inclusive por este órgão ministerial, e que a pronta disponibilidade de dados, independente de prévia solicitação, propicia uma atuação mais célere e eficaz dos órgãos de combate à corrupção, além de reduzir a margem para a

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

ocorrência de eventuais desvios por parte dos responsáveis pela gestão das contas públicas;

Considerando, ademais, que negar publicidade aos atos oficiais, na forma exigível pelo ordenamento ora mencionado, pode caracterizar ato de improbidade administrativa, nos termos do art. 11, *caput* e inciso IV, da Lei n. 8.429/1992 e art. 32, §2º, da Lei n. 12.527/2011;

Considerando, por fim, que a recomendação é instrumento de atuação extrajudicial do Ministério Público que possibilita a prevenção de responsabilidades e a correção de condutas (art. 1º da Resolução n. 164, de 28 de março de 2017, do Conselho Nacional do Ministério Público),

RESOLVE, com fundamento no art. 6º, inc. XX, da Lei Complementar n. 75/93, **RECOMENDAR**, aos municípios de Altair, Guaraci, Icem, Nova Granada, Olímpia, Onda Verde, Orindiúva, Palestina, Paulo de Faria, Riolândia, Severínia e Uchôa, nas pessoas dos respectivos chefes do Executivo, que disponibilizem, no *site* da Prefeitura, informações e documentos referentes aos recursos públicos federais recebidos e aos respectivos gastos efetuados vinculados especificamente ao enfrentamento e mitigação da pandemia decorrente da COVID-19, com o seguinte conteúdo mínimo, e observados os demais requisitos previstos no art. 8º, §3º, da Lei n. 12.527/2011:

- a) dados sobre todos os repasses federais recebidos em razão da COVID-19, contendo, no mínimo:
 - i) banco, agência e conta corrente em que os recursos foram efetivamente disponibilizados;
 - ii) data da transferência dos recursos;
 - iii) valores efetivamente disponibilizados;

iv) valores porventura bloqueados e associados às aludidas transferências; e

v) tipo de conta utilizada para receber os valores transferidos, consoante critérios do ente recebedor e/ou ministério da União responsável pelo repasse.

b) dados atinentes às licitações, dispensas de licitações, contratações e aquisições, encerradas ou em andamento, bem como à execução orçamentária e financeira das respectivas despesas, que estejam relacionadas ao enfrentamento e mitigação da pandemia decorrente da COVID-19, com os seguintes elementos mínimos, em consonância com o art. 4º, §2º, da Lei n. 13.979/2020, art. 8º, §1º, IV, da Lei n. 12.527/2011, art. 48-A, I, da LC 101/2000 e art. 7º, I, do Decreto 7.185/2010 e legislação correlata:

i) nome/razão social do(a) contratado(a), consoante registros junto à Receita Federal do Brasil;

ii) respectivo CNPJ/CPF;

iii) objeto contratual;

iv) valor total do contrato (em moeda nacional e internacional, se for o caso);

v) detalhamento de cada item (descrição individual de cada item) adquirido, acompanhado do valor unitário e quantidade (ou fração) total de cada item contratado. No caso de medicamentos, acrescentar o código CEDMEX e apresentação do mesmo;

- vi) prazo contratual;
- vii) número do processo de contratação;
- viii) número do contrato firmado e/ou nota de empenho correspondente;
- ix) órgão contratante;
- x) data de celebração do contrato;
- xi) número, página e data de publicação do contrato/contratação no diário oficial;
- xii) forma de contratação (dispensa, inexigibilidade, pregão eletrônico, pregão presencial, etc.)
- xiii) no caso de procedimento licitatório, indicação do número do respectivo edital e número, página e data de sua publicação no diário oficial;
- xiv) número da nota de empenho, acompanhada da data de sua emissão;
- xv) número da nota de pagamento, ordem bancária ou documento similar, acompanhada da data de sua emissão;
- xvi) data de recebimento do bem e/ou recebimento do serviço contratado;
- xvii) chave da correspondente nota fiscal eletrônica (NFe) dos bens adquiridos e/ou serviços prestados, ou

alternativamente, disponibilizar o correspondente DANFE, com a correspondente chave eletrônica da NFe a ele associada; e

xviii) identificação da fonte dos recursos que financiaram o gasto

c) disponibilização, para importação, exportação, *download*, e transformação em outros formatos, dos respectivos documentos comprobatórios das informações disponibilizadas nos termos dos itens anteriores, preferencialmente a íntegra dos respectivos processos de contratação e de execução da despesa e, em casos de inviabilidade devidamente justificada, disponibilização, no mínimo, das notas fiscais, notas de empenho, ordens de pagamento, ordens de serviço e documentos referentes às contratações (estudos preliminares; termos de referência; projetos básicos; pesquisas de preços; justificativas para as situações descritas nos arts. 4º-E, §§2º e 3º e 4º-F da Lei n. 13.979/2020; editais e seus anexos; atas de julgamento; documentos referentes à habilitação dos licitantes e às propostas (depois de tornadas públicas); recursos administrativos interpostos e respectivas decisões; atos de homologação e adjudicação do objeto licitado; atas de registro de preços e documentos correlatos; além dos contratos administrativos firmados, ou, alternativamente, inserção de *link* para acesso direto a tais documentos em outro endereço eletrônico no qual eventualmente já estejam sendo disponibilizados (ex. Sistema Licon, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo), desde que contenha todos os documentos enumerados acima.

As informações e documentos em questão deverão ser disponibilizados em sítio ou *link* específico relativo à COVID-19, sem prejuízo da manutenção usual do Portal da Transparência, e deverão ser atualizados de forma contínua, em até 2 dias úteis após o recebimento do repasse federal ou da prática do ato tendente à utilização de tais valores.

Além das providências acima elencadas, deverão ser observadas/executadas as seguintes medidas:

- no caso de contratação de pessoa (natural e/ou jurídica) com declaração de inidoneidade ou suspensão em contratar com o Poder Público ou, ainda, com pendências administrativas e/ou jurídicas, tais contratações deverão ser devidamente justificadas e constar a aludida justificativa no Portal de Aquisições COVID-19;

- caso ocorra prorrogação do contrato (art. 4º-H, da Lei 13.979/2020) ou acréscimos/supressões de quantitativos dos itens contratados (art. 4º-I, da referida Lei), tais informações deverão constar do Portal de Aquisições COVID-19;

- utilizar o mencionado Portal para divulgar os Editais e fases de licitações e/ou contratações diretas promovidas pelo Poder Público, associados ao enfrentamento da pandemia da COVID-19;

- todas as informações em comento deverão constar em sítios eletrônicos abertos, de amplo acesso, sem qualquer discriminação, possibilitando ainda o *download* de toda as informações postadas, priorizando-se o formato aberto (csv, json, etc), capazes de tornar os dados manipuláveis e reutilizáveis por terceiros, em atenção à Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal (Decreto n 8.777/2016);

- os entes responsáveis pelos sítios na *internet* deverão publicar ou fazer referência a um “dicionário de dados”, junto com a base de dados fornecida, contendo explanação simples dos conceitos utilizados em

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

cada campo da planilha, favorecendo o entendimento e reutilização desses dados por terceiros;

– os entes devem indicar (no Portal) o local e instruções que permitam ao interessado comunicar-se (via eletrônica ou por telefone) com o órgão ou entidade detentora do sítio de *internet*, visando obter esclarecimentos ou informações adicionais acerca do dataset, como preconizado pelo art. 8º, § 3º, VII da Lei 12.527/2011; e

– os entes devem oferecer (no Portal) mecanismos para registro de manifestações – reclamações, denúncias, dúvidas ou elogios – com a possibilidade de anonimato, podendo-se agregar *link* para órgão de Ouvidoria do ente (se existente), desde que incluído no campo “assuntos” manifestações exclusivamente associadas à COVID-19, devendo tais manifestações receber atendimento preferencial aos demais.

Confere-se aos destinatários o prazo de 5 (cinco) dias para manifestação quanto ao acatamento ou não desta recomendação (devendo, em caso de recusa, declinar fundamentadamente os motivos para o não cumprimento e, no caso de acatamento, indicar as providências já adotadas), bem como o prazo de 20 (vinte) dias para a efetiva implementação das medidas recomendadas (inclusive inclusão dos documentos e informações relativos a contratações porventura já encerradas).

Por fim, ressalta-se que a presente recomendação dá ciência e constitui em mora o destinatário quanto às providências indicadas, e o seu não atendimento no prazo indicado poderá ensejar a adoção de outras medidas administrativas e/ou judiciais para garantir a sua observância, sem prejuízo da responsabilização pessoal do(s) agente(s) omissos(s).

Encaminhem-se cópias desta Recomendação aos seus destinatários.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Publique-se no portal eletrônico do Ministério Público Federal, conforme art. 23 da Resolução n. 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

São José do Rio Preto, 14 de outubro de 2020.

ANDERSON VAGNER GOIS DOS SANTOS
PROCURADOR DA REPÚBLICA



PREFEITURA MUNICIPAL DE UCHOA - SP

CNPJ: 45.111.952/0001-10

Av. Pedro de Toledo, 1011 - CEP 15890-000

e-mail: prefeitura@uchoa.sp.gov.br



Uchoa/SP, 27 de outubro de 2020.

OFÍCIO N° 157/2020

REF.: Ofício MPF n° 1021/2020 – PRM-SSP-SP-00008490/2020

Procedimento Preparatório n° 1.34.015.000172/2020-32

Exmo. Procurador,

Sirvo-me do presente para prestar as informações solicitadas por Vossa Excelência, que abaixo seguem, acerca da recomendação n° 14/2020-MPF/SJRP/GABPRM5.

Segundo a empresa contratada para fornecer o software do Portal da Transparência, a 4R Sistemas e Assessoria LTDA, o mesmo atende a recomendação acima citada conforme anexo de e-mail.

Isto posto, nos próximos 20 dias, se algum dado ainda não foi inserido, serão tomadas as medidas visando regularizar as informações prestadas no Portal da Transparência sobre gastos de verbas em razão do combate a COVID-19.

Sendo isso o que me competia informar, a disposição para ulteriores informações porventura necessárias.

Respeitosamente,

Valdemir Antonio Pinheiro de Carvalho
Prefeito Municipal de Uchoa/SP

AO

Excelentíssimo Senhor Doutor

ANDERSON VAGNER GOIS DOS SANTOS

DD. Procurador da República

Procuradoria da República – São José do Rio Preto/SP

Av. Pres. Juscelino Kubstichek de Oliveira, 1020, 3º andar, Jd Maracanã

São José do Rio Preto/SP, CEP. 15092-175



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assinatura/Certificação do documento **PRM-SSP-SP-00008856/2020 PROTOCOLO ELETRÔNICO**

.....
Signatário(a): **NERIVALDO MARCIO LEONE**

Data e Hora: **28/10/2020 13:18:03**

Autenticado com login e senha

.....
Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave C2559377.CBDB08D0.54691A8B.3B525E51

Assunto: **RES: MPF Portal Covid - Providências**
De: Luciano Rodrigues <luciano.rodrigues@4rtecnologia.com.br>
Para: 'ELIEZER PEREZ' <administracao@uchoa.sp.gov.br>,
<setor.comunicacao@4rtecnologia.com.br>
Cc: 'REINALDO CANDOLO' <procuradoria@uchoa.sp.gov.br>
Data: 27/10/2020 12:04



Olá Eliezer, boa tarde!

Sobre as recomendações temos o seguinte a dizer:

O portal da transparência atende aos itens mencionados.

Percebemos que as recomendações são para um grupo de municípios o que nos impede de identificar se existe algo específico para o Município de Uchoa.

Você pode avaliar, acessando o Portal da Transparência, aba Combate ao Coronavírus, onde as informações estão distribuídas nas sub-abas: Despesas, Receitas, Compras e Licitações e Demais publicações.

Todas as aplicações: 312 . 11-Recursos para combate ao coronavírus, são exibidas no portal da transparência na Aba Combate ao Coronavírus, Despesas.

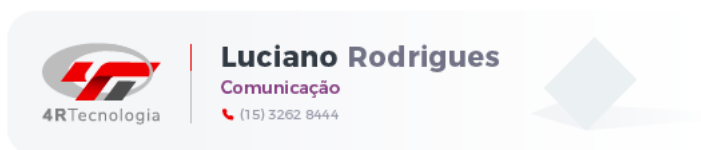
312. 11 - RECURSOS PARA COMBATE AO COVID-19

Para as compras e licitações, existe uma condição no sistema local onde o usuário deve marcar a opção CALAMIDADE Covid-19 no processo de abertura de compras.

A Aba Demais Publicações tem funcionalidade semelhante ao Mais Transparência, onde arquivos e documentos podem ser anexados e contribuir na divulgação e transparência dos dados.

Caso os servidores municipais precisem de alguma instrução, estamos à disposição para ajudar e orientá-los em possíveis peculiaridades.

Atenciosamente,



De: ELIEZER PEREZ <administracao@uchoa.sp.gov.br>

Enviada em: terça-feira, 27 de outubro de 2020 10:48

Para: setor.comunicacao@4rtecnologia.com.br

Cc: REINALDO CANDOLO <procuradoria@uchoa.sp.gov.br>

Assunto: Fwd: MPF Portal Covid - Providências

Bom dia Luciano

Conforme falamos, segue OFICIO MPF Nº 1021/2020 para atendimento as exigências no Portal Covid .

Aguardamos suas providencias

grato

ELIEZER PEREZ

PREFEITURA MUNICIPAL DE UCHOA

17 3826-9512

----- Mensagem original -----

Assunto:MPF Portal Covid - Providências

Data:26/10/2020 13:09

De:Reinaldo <procuradoria@uchoa.sp.gov.br>

Para:ELIEZER PEREZ <administracao@uchoa.sp.gov.br>

Saudações Eliezer




Segue em anexo, ofício do MPF para providências junta a Empresa 4R.

Att.

--

Reinaldo Candolo Junior
Procurador Jurídico
17 3826-9520 / 17 99712-0616
Prefeitura Municipal de Uchoa
www.uchoa.sp.gov.br

Charles Spencer Chaplin

 AVISO DE RECEBIMENTO		Digital		MPF Ministério Público Federal	
DESTINATÁRIO PM-GUARACI - PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI/SP - Prefeito Rua Washington Correa da Silva , 856 Prefeitura de Guaraci 15420-000 GUARACI - SP					CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA 22 OUT 2020
AR182212378VR 					
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR: Centralizador Regional				BH	
TENTATIVAS DE ENTREGA 1ª ____/____/____ : ____ h 2ª ____/____/____ : ____ h 3ª ____/____/____ : ____ h ATENÇÃO: Após a 3ª tentativa, deixar em posta restante.		MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO <input type="checkbox"/> 1 Mudou-se <input type="checkbox"/> 2 Endereço insuficiente <input type="checkbox"/> 3 Não existe o número <input type="checkbox"/> 4 Desconhecido <input type="checkbox"/> 9 Outros _____		<input type="checkbox"/> 5 Recusado <input type="checkbox"/> 6 Não procurado <input type="checkbox"/> 7 Ausente <input type="checkbox"/> 8 Falecido	
PARA USO EXCLUSIVO DO REMETENTE (OPCIONAL)					
ASSINATURA DO RECEBEDOR <i>Renata Cristina IRENE de BRITO</i>				DATA ENTREGA 22/10/2020	
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR				Nº DOC. DE IDENTIDADE 90229055-7	

RUBRICADO
Renata Cristina IRENE de BRITO
ENTREGADOR
Motor 14.716-3

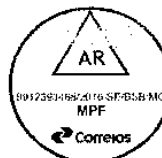


Digital

MPF
Ministério Público Federal

DESTINATÁRIO
PM/UCHOA - PREFEITURA MUNICIPAL DE UCHOA-SP - Prefeito
Avenida Pedro de Toledo, 1011, 1011

15890-000 UCHOA - SP



CARIMBO
UNIDADE DE ENTREGA

22 OUT 2020

AR182212404VR



ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR: Centralizador Regional

TENTATIVAS DE ENTREGA

1ª ____/____/____ : ____ h

2ª ____/____/____ : ____ h

3ª ____/____/____ : ____ h

ATENÇÃO:
Após a 3ª
tentativa,
deixar em
posta restante.

MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> 1 Mudou-se | <input type="checkbox"/> 5 Recusado |
| <input type="checkbox"/> 2 Endereço insuficiente | <input type="checkbox"/> 6 Não procurado |
| <input type="checkbox"/> 3 Não existe o número | <input type="checkbox"/> 7 Ausente |
| <input type="checkbox"/> 4 Desconhecido | <input type="checkbox"/> 8 Falecido |
| <input type="checkbox"/> 9 Outros | |

ROD. DE MANOEL DO
ENTREGADOR

PARA USO EXCLUSIVO DO REMETENTE (OPCIONAL)

ASSINATURA DO RECEBEDOR

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

Celso Perpétuo Cardoso Poni
Funcionário Público - Uchoa
CPF 302.228.808-53
RG. 40.624.276-8

Romário Serapião Pinto
Carteira 11
Matrícula 8.893.802-6
AC UCHOA

DATA ENTREGA

Nº DOC. DE IDENTIDADE

22/10/20



Digital

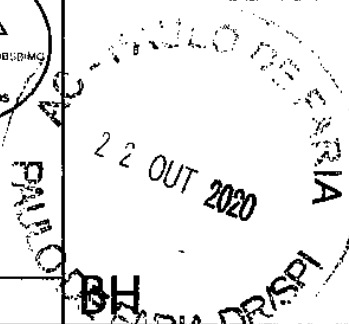
MPF
Ministério Público Federal

DESTINATÁRIO
PM-P. FARIA - PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO DE FARIA/SP -
Prefeito
Rua XV de Novembro , 790
15490-000 PAULO DE FARIA - SP

AR182212744VR



CARIMBO
UNIDADE DE ENTREGA



ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR: Centralizador Regional

TENTATIVAS DE ENTREGA

1ª ____/____/____ : ____h
2ª ____/____/____ : ____h
3ª ____/____/____ : ____h

ATENÇÃO:
Após a 3ª
tentativa,
deixar em
postagem restante.

MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> 1 Mudou-se | <input type="checkbox"/> 5 Recusado |
| <input type="checkbox"/> 2 Endereço insuficiente | <input type="checkbox"/> 6 Não procurado |
| <input type="checkbox"/> 3 Não existe o número | <input type="checkbox"/> 7 Ausente |
| <input type="checkbox"/> 4 Desconhecido | <input type="checkbox"/> 8 Falecido |
| <input type="checkbox"/> 9 Outros _____ | |

RUBRICA E MATRÍCULA DO
ENTREGADOR

DAVID MENDES SANTOS
Agente de Correios
Matrícula: 61671140
AC PAULO DE FARIA

PARA USO EXCLUSIVO DO REMETENTE (OPCIONAL)

ASSINATURA DO RECEBEDOR

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR


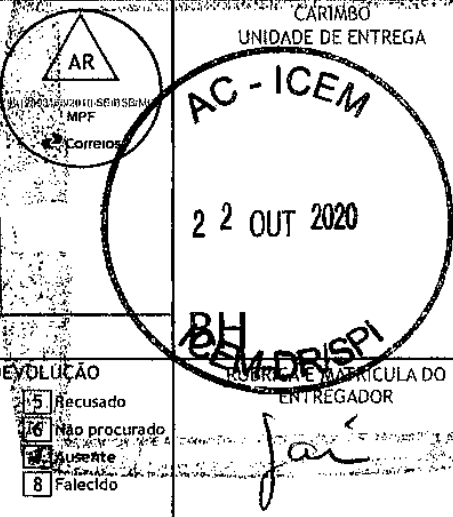

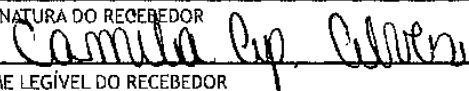
CLAUDIA R. M. B. RIBEIRO




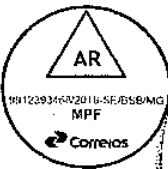
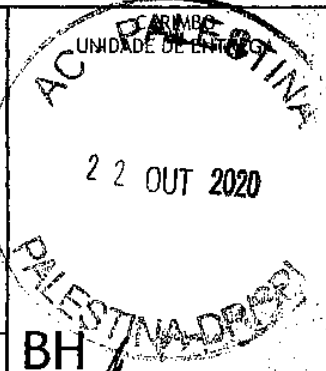

DATA ENTREGA

22 10 20

Nº DOC. DE IDENTIDADE

20268674

 AVISO DE RECEBIMENTO		Digital		MPF											
DESTINATÁRIO PM-ICÉM - PREFEITURA MUNICIPAL DE ICÉM/SP - Prefeito Rua Prefeito João Ribeiro da Silveira , 550 Centro 15460-000 ICÉM - SP															
AR182212846VR 															
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR: Centralizador Regional															
TENTATIVAS DE ENTREGA a ____/____/____ : ____ h a ____/____/____ : ____ h a ____/____/____ : ____ h		ATENÇÃO: Após a 3ª tentativa, deixar em posta restante.		MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO <table border="1"> <tr> <td><input type="checkbox"/> 1 Mudou-se</td> <td><input type="checkbox"/> 5 Recusado</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/> 2 Endereço insuficiente</td> <td><input type="checkbox"/> 6 Não procurado</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/> 3 Não existe o número</td> <td><input type="checkbox"/> 7 Ausente</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/> 4 Desconhecido</td> <td><input type="checkbox"/> 8 Falecido</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/> 9 Outros _____</td> <td></td> </tr> </table>		<input type="checkbox"/> 1 Mudou-se	<input type="checkbox"/> 5 Recusado	<input type="checkbox"/> 2 Endereço insuficiente	<input type="checkbox"/> 6 Não procurado	<input type="checkbox"/> 3 Não existe o número	<input type="checkbox"/> 7 Ausente	<input type="checkbox"/> 4 Desconhecido	<input type="checkbox"/> 8 Falecido	<input type="checkbox"/> 9 Outros _____	
<input type="checkbox"/> 1 Mudou-se	<input type="checkbox"/> 5 Recusado														
<input type="checkbox"/> 2 Endereço insuficiente	<input type="checkbox"/> 6 Não procurado														
<input type="checkbox"/> 3 Não existe o número	<input type="checkbox"/> 7 Ausente														
<input type="checkbox"/> 4 Desconhecido	<input type="checkbox"/> 8 Falecido														
<input type="checkbox"/> 9 Outros _____															
PARA USO EXCLUSIVO DO REMETENTE (OPCIONAL)															
ASSINATURA DO RECEBEDOR 				DATA ENTREGA 22/10/20											
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR				Nº DOC. DE IDENTIDADE 46.876.005-2											

 AVISO DE RECEBIMENTO		Digital		 MPF Ministério Público Federal											
DESTINATÁRIO PALESTINA - PREFEITURA MUNICIPAL DE PALESTINA - Prefeito Rua Siqueira Campos , 1380 Rua Siqueira Campos, nº 1380, Centro 15470-000 PALESTINA - SP															
AR182212948VR 				 											
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR: Centralizador Regional															
TENTATIVAS DE ENTREGA 1ª ____/____/____ : ____ h 2ª ____/____/____ : ____ h 3ª ____/____/____ : ____ h		ATENÇÃO: Após a 3ª tentativa, deixar em posta restante.		MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO <table border="1"> <tr> <td>1 Mudou-se</td> <td>5 Recusado</td> </tr> <tr> <td>2 Endereço insuficiente</td> <td>6 Não procurado</td> </tr> <tr> <td>3 Não existe o número</td> <td>7 Ausente</td> </tr> <tr> <td>4 Desconhecido</td> <td>8 Falecido</td> </tr> <tr> <td>9 Outros _____</td> <td></td> </tr> </table>		1 Mudou-se	5 Recusado	2 Endereço insuficiente	6 Não procurado	3 Não existe o número	7 Ausente	4 Desconhecido	8 Falecido	9 Outros _____	
1 Mudou-se	5 Recusado														
2 Endereço insuficiente	6 Não procurado														
3 Não existe o número	7 Ausente														
4 Desconhecido	8 Falecido														
9 Outros _____															
PARA USO EXCLUSIVO DO REMETENTE (OPCIONAL)															
ASSINATURA DO RECEBEDOR 				DATA ENTREGA 22/10/2020											
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR Fernando Rodrigues da Silva				Nº SOC. DE IDENTIDADE 338441529-8											

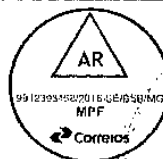


Digital



DESTINATÁRIO
PM-ALTAIR - PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTAIR/SP - Prefeito
Praça Joaquim Carlos Garcia , 384 Prefeitura Altair

15430-000 ALTAIR - SP



CARIMBO
UNIDADE DE ENTREGA

22 OUT 2020

AR182213254VR



ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR: Centralizador Regional

BH

TENTATIVAS DE ENTREGA

MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO

RUBRICA E MATRÍCULA DO
ENTREGADOR

1ª ____/____/____:____h
2ª ____/____/____:____h
3ª ____/____/____:____h

ATENÇÃO:
Após a 3ª
tentativa,
deixar em
posta restante.

1 Mudou-se	5 Recusado
2 Endereço insuficiente	6 Não procurado
3 Não existe o número	7 Ausente
4 Desconhecido	8 Falecido
9 Outros	

AB064870

PARA USO EXCLUSIVO DO REMETENTE (OPCIONAL)

ASSINATURA DO RECEBEDOR

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR





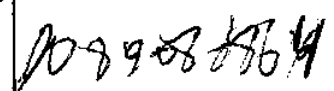
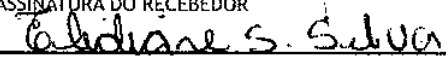
DATA ENTREGA

Nº DOC. DE IDENTIDADE

Edmeuro Luiz Correia

22/10/2020

29802721-5

 AVISO DE RECEBIMENTO	<h1 style="margin: 0;">Digital</h1>	 MPF <small>Ministério Público Federal</small>										
DESTINATÁRIO PM-ONVERDE - PREFEITURA MUNICIPAL DE ONDA VERDE/SP - Prefeito Avenida Romano Calil , 261 Avenida Romano Calil, nº 261, Centro 15450-000 ONDA VERDE - SP												
AR182213271VR 												
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR: Centralizador Regional												
TENTATIVAS DE ENTREGA 1ª ____/____/____ : ____ h 2ª ____/____/____ : ____ h 3ª ____/____/____ : ____ h <small>ATENÇÃO: Após a 3ª tentativa, deixar em posto restante.</small>	MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 50%; padding: 2px;">1 Mudou-se</td> <td style="width: 50%; padding: 2px;">5 Recusado</td> </tr> <tr> <td style="padding: 2px;">2 Endereço insuficiente</td> <td style="padding: 2px;">6 Não procurado</td> </tr> <tr> <td style="padding: 2px;">3 Não existe o número</td> <td style="padding: 2px;">7 Ausente</td> </tr> <tr> <td style="padding: 2px;">4 Desconhecido</td> <td style="padding: 2px;">8 Falecido</td> </tr> <tr> <td style="padding: 2px;">9 Outros _____</td> <td></td> </tr> </table>	1 Mudou-se	5 Recusado	2 Endereço insuficiente	6 Não procurado	3 Não existe o número	7 Ausente	4 Desconhecido	8 Falecido	9 Outros _____		RUBRICA E MATRÍCULA DO ENTREGADOR 
1 Mudou-se	5 Recusado											
2 Endereço insuficiente	6 Não procurado											
3 Não existe o número	7 Ausente											
4 Desconhecido	8 Falecido											
9 Outros _____												
PARA USO EXCLUSIVO DO REMETENTE (OPCIONAL)												
ASSINATURA DO RECEBEDOR 		DATA ENTREGA 22 / 10 / 20										
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR		Nº DOC. DE IDENTIDADE 3906666										

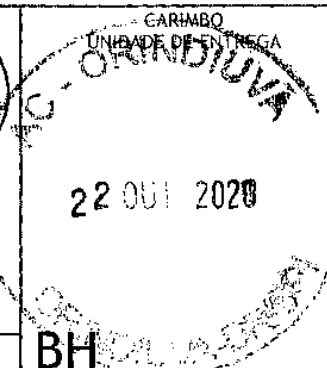
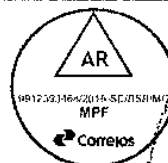


Digital

MPF
Ministério Público Federal

DESTINATÁRIO
PM-ORIND - PREFEITURA MUNICIPAL DE ORINDIÚVA/SP - Prefeito
Praça Maria Dias , 614 Prefeitura Municipal

15480-000 ORINDIÚVA - SP



AR182212381VR



ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR: Centralizador Regional

TENTATIVAS DE ENTREGA

1ª ____/____/____:____h

2ª ____/____/____:____h

3ª ____/____/____:____h

ATENÇÃO:
Após a 3ª
tentativa,
deixar em
posta restante.

MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> 1 Mudou-se | <input type="checkbox"/> 5 Recusado |
| <input type="checkbox"/> 2 Endereço insuficiente | <input type="checkbox"/> 6 Não procurado |
| <input type="checkbox"/> 3 Não existe o número | <input type="checkbox"/> 7 Ausente |
| <input type="checkbox"/> 4 Desconhecido | <input type="checkbox"/> 8 Falecido |
| <input type="checkbox"/> 9 Outros | |

RUBRICA E MATRÍCULA DO
ENTREGADOR

Rosa
8109887-1

PARA USO EXCLUSIVO DO REMETENTE (OPCIONAL)

ASSINATURA DO RECEBEDOR

Paulo Alves de Paula 35430139






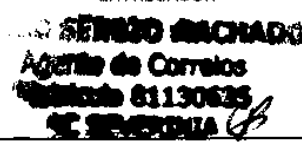
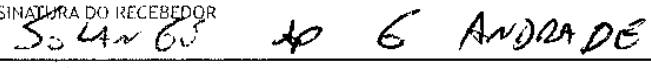
DATA ENTREGA

9/22/10, 20

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

Nº DOC. DE IDENTIDADE

3543013541

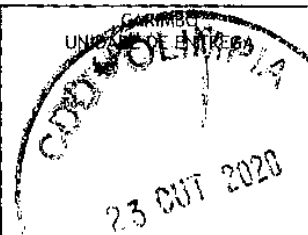
 AVISO DE RECEBIMENTO		Digital		 MPF <small>Ministério Público Federal</small>											
DESTINATÁRIO PM-SEVERIN - PREFEITURA MUNICIPAL DE SEVERÍNIA/SP - Prefeito Rua Capitão Augusto de Almeida , 332 Prefeitura de Severínia 14735-000 SEVERÍNIA - SP															
AR182212395VR 															
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR: Centralizador Regional				BH											
TENTATIVAS DE ENTREGA 1ª ____/____/____ : ____ h 2ª ____/____/____ : ____ h 3ª ____/____/____ : ____ h		MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO <table border="0"> <tr> <td><input type="checkbox"/> 1 Mudou-se</td> <td><input type="checkbox"/> 5 Recusado</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/> 2 Endereço insuficiente</td> <td><input type="checkbox"/> 6 Não procurado</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/> 3 Não existe o número</td> <td><input type="checkbox"/> 7 Ausente</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/> 4 Desconhecido</td> <td><input type="checkbox"/> 8 Falecido</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/> 9 Outros _____</td> <td></td> </tr> </table>		<input type="checkbox"/> 1 Mudou-se	<input type="checkbox"/> 5 Recusado	<input type="checkbox"/> 2 Endereço insuficiente	<input type="checkbox"/> 6 Não procurado	<input type="checkbox"/> 3 Não existe o número	<input type="checkbox"/> 7 Ausente	<input type="checkbox"/> 4 Desconhecido	<input type="checkbox"/> 8 Falecido	<input type="checkbox"/> 9 Outros _____		RUBRICA E MATRÍCULA DO ENTREGADOR 	
<input type="checkbox"/> 1 Mudou-se	<input type="checkbox"/> 5 Recusado														
<input type="checkbox"/> 2 Endereço insuficiente	<input type="checkbox"/> 6 Não procurado														
<input type="checkbox"/> 3 Não existe o número	<input type="checkbox"/> 7 Ausente														
<input type="checkbox"/> 4 Desconhecido	<input type="checkbox"/> 8 Falecido														
<input type="checkbox"/> 9 Outros _____															
PARA USO EXCLUSIVO DO REMETENTE (OPCIONAL)															
ASSINATURA DO RECEBEDOR 				DATA ENTREGA 26/10/2020											
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR				Nº DOC. DE IDENTIDADE 28.891.732.7											



Digital

MPF
Ministério Público Federal

DESTINATÁRIO
PREFEITURA MUNICIPAL DE OLÍMPIA/SP - Prefeito
PRAÇA RUI BARBOSA, 54 Prefeito de Olímpia
PATRIMÔNIO DE SÃO JOÃO BATISTA
15400-081 OLÍMPIA - SP



AR182212850VR



ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR: Centralizador Regional

BH

TENTATIVAS DE ENTREGA

1ª ____/____/____:____h
2ª ____/____/____:____h
3ª ____/____/____:____h

ATENÇÃO:
Após a 3ª
tentativa,
deixar em
posta restante.

MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO

1 Mudou-se	5 Recusado
2 Endereço insuficiente	6 Não procurado
3 Não existe o número	7 Ausente
4 Desconhecido	8 Falecido
9 Outros	

RUBRICA E MATRÍCULA DO
ENTREGADOR

[Handwritten signature]
81069257

PARA USO EXCLUSIVO DO REMETENTE (OPCIONAL)

ASSINATURA DO RECEBEDOR

DATA ENTREGA

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

Nº DO DOCUMENTO DE IDENTIDADE

[Handwritten signature: Carlos Josep. Neto]

08/10/2020
[Handwritten number: 28843542-1]

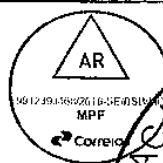


Digital

MPF
Ministério Público Federal

DESTINATÁRIO
PM-N.GRANA - PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GRANADA/SP -
Prefeito
Praça São Benedito, 417 Prefeitura de Nova Granada
15440-000 NOVA GRANADA - SP

AR182213268VR



ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR: Centralizador Regional

TENTATIVAS DE ENTREGA

1ª ____/____/____:____h
2ª ____/____/____:____h
3ª ____/____/____:____h

ATENÇÃO:
Após a 3ª
tentativa,
deixar em
posta restante.

MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> 1 Ausente | <input type="checkbox"/> 5 Recusado |
| <input type="checkbox"/> 2 Endereço insuficiente | <input type="checkbox"/> 6 Não procurado |
| <input type="checkbox"/> 3 Não existe o número | <input type="checkbox"/> 7 Ausente |
| <input type="checkbox"/> 4 Desconhecido | <input type="checkbox"/> 8 Falecido |
| <input type="checkbox"/> 9 Outros | |

PARA USO EXCLUSIVO DO REMETENTE (OPCIONAL)

ASSINATURA DO RECEBEDOR

Isabeli Frondare Bara

DATA ENTREGA

23/10/20

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

Nº DOC. DE IDENTIDADE

58593855-2

Marcos Marco de Oliveira
Supervisor de Operações/DR
Matrícula: 8.109.741-7
AC NOVA GRANADA



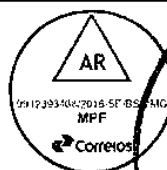
Digital

MPF
Ministério Público Federal

DESTINATÁRIO
PM-RIOLAND - PREFEITURA MUNICIPAL DE RIOLÂNDIA/SP - Prefeito
Praça Antônio Levino , 470 Prefeitura de Riolândia

15495-000 RIOLÂNDIA - SP

AR182212758VR



CARIMBO
UNIDADE DE ENTREGA

27 OUT 2020

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR: Centralizador Regional

BH

TENTATIVAS DE ENTREGA

1ª ____/____/____ : ____ h
2ª ____/____/____ : ____ h
3ª ____/____/____ : ____ h

ATENÇÃO:
Após a 3ª
tentativa,
deixar em
porta restante.

MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> 1 Mudou-se | <input type="checkbox"/> 5 Recusado |
| <input type="checkbox"/> 2 Endereço insuficiente | <input type="checkbox"/> 6 Não procurado |
| <input type="checkbox"/> 3 Não existe o número | <input type="checkbox"/> 7 Ausente |
| <input type="checkbox"/> 4 Desconhecido | <input type="checkbox"/> 8 Falecido |
| <input type="checkbox"/> 9 Outros _____ | |

RUBRICA E MATRÍCULA DO
ENTREGADOR

[Handwritten signature]
8105980

PARA USO EXCLUSIVO DO REMETENTE (OPCIONAL)

ASSINATURA DO RECEBEDOR

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

Victor Campanha

DATA ENTREGA

Nº DOC. DE IDENTIDADE

27, 10, 20
40183.840-7



Prefeitura Municipal de Palestina
Estado de São Paulo
CNPJ: 45.149.184/0001-94



Palestina, 28 de outubro de 2020

Ao Ministério Público Federal

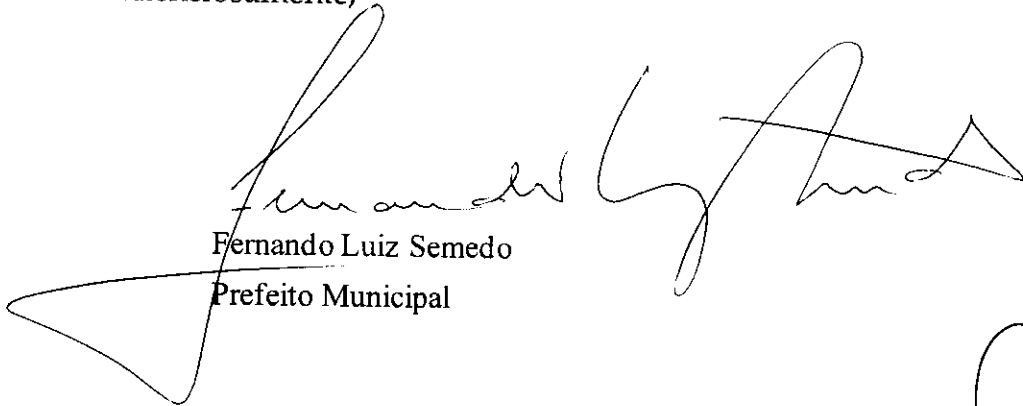
Dr. ANDERSON VAGNER GOIS DOS SANTOS – Procurador da República.

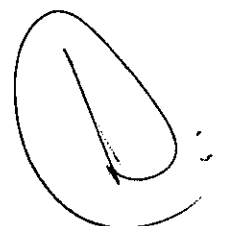
Assunto: Recomendação nº 14/2020- PRM/SJRPGABPRM5

Venho através deste, manifestar “ciente” da Recomendação nº 14/2020. Na oportunidade, informo que no prazo de 20 (vinte) dias serão implementadas todas as medidas recomendadas por Vossa Senhoria.

No ensejo, manifesto minhas expressões de apreço e consideração.

Atenciosamente,


Fernando Luiz Semedo
Prefeito Municipal





MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assinatura/Certificação do documento **PRM-SSP-SP-00008956/2020 PROTOCOLO ELETRÔNICO**

.....
Signatário(a): **NERIVALDO MARCIO LEONE**

Data e Hora: **03/11/2020 11:12:34**

Autenticado com login e senha

.....
Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave E535EB0D.B73586DA.4A713B13.D2C28BB8



MUNICÍPIO DE ORINDIÚVA

CNPJ 45.148.970/0001-77

Praça Maria Dias, 614 - Fone/Fax: (17) 3816-9600
Centro - Orindiúva - Estado de São Paulo - CEP 15480-000
e-mail: prefeitura@orindiuva.sp.gov.br

Orindiúva, 29 de outubro de 2020.

Ofício nº 187/20 PM

Assunto: Encaminha resposta ao Ofício nº 1016/2020.


Excelentíssimo Senhor Procurador da República,

Cumprimentando-o cordialmente, e em atenção ao Ofício nº 1016/2020 no âmbito do Procedimento Preparatório nº 1.134.015.000172/2020-32, encaminho a Vossa Excelência os esclarecimentos pertinentes.

O Município de Orindiúva, por meio de seu sítio oficial e conforme determina a Lei Federal nº 12.527/2011 e Lei Complementar nº 101/2000, disponibiliza no PORTAL DA TRANSPARÊNCIA MUNICIPAL uma plataforma para comprovar todas as receitas (recursos), despesas, contratações e aquisições relacionadas ao enfrentamento da pandemia da COVID-19.

Porém, conforme determinação dessa Procuradoria e dentro do prazo concedido, iremos adequar o nosso Portal da Transparência para disponibilizar uma área ou portal específico dentro do Portal da Transparência com essas informações determinadas por Vossa Excelência.

Atenciosamente,


Maurício Bronca
Prefeito Municipal

Ao Excelentíssimo Senhor Dr.
ANDERSON VAGNER GOIS DOS SANTOS
Procurador da República
MPF – Núcleo de São José do Rio Preto



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

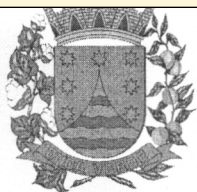
Assinatura/Certificação do documento **PRM-SSP-SP-00008939/2020 PROTOCOLO ELETRÔNICO**

.....
Signatário(a): **NERIVALDO MARCIO LEONE**

Data e Hora: **03/11/2020 11:16:36**

Autenticado com login e senha

.....
Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 0FE864AB.A7486B60.F14FFA98.6443E480



PREFEITURA MUNICIPAL DE ONDA VERDE

CNPJ 45.148.699/0001-70

Onda Verde-SP, 28 de outubro de 2020.

Ofício n. : 237/2020

Serviço : Gabinete do Prefeito

Assunto : Ofício n.º 460/2020 – PRM-SSP-SP-00003902/2020

Referência: Procedimento Preparatório nº 1.34.015.000172/2020-032

Interessado: Ministério Público Federal

Excelentíssimo Sr. Dr. Procurador da República,


Cumprimentando-o cordialmente, venho por meio deste, informar o recebimento do Ofício nº 1015/2020, expedido por esta douta Procuradoria, onde encaminha Recomendação nº 14/2020 – MPF/SJRP/GABPRM5, sobre o acatamento da presente recomendação.

O Município de Onda Verde adere a Recomendação nº 14/2020 – MPF/SJRP/GABPRM5, uma vez que desde maio de 2020 disponibiliza no seu site através do Link, ou seja: <http://187.103.85.129:8079/transparencia/>, todas as informações referentes ao recursos públicos federais e aos respectivos gastos efetuados vinculados especificamente ao enfrentamento e mitigação da pandemia decorrente da COVID-19, em atendimento a Lei nº 12.527/2011, conforme certidão emitida pelo Departamento de Contabilidade.

Diante das informações e esclarecimentos prestados, esperamos ter atendido na íntegra às r. solicitações deste Nobre Procurador.

Sem mais para o momento, subscrevo-me, aproveitando a oportunidade para externar meus sinceros protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente.


FABRÍCIO PIRES DE CARVALHO
PREFEITO MUNICIPAL

À

Sua Senhoria

Dr. Anderson Vagner Gois dos Santos

Procuradoria da República em São José do Rio Preto

Avenida Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 1020 – 3 Andar – Jd. Maracanã

Cidade de São José do Rio Preto – Estado de São Paulo – CEP 15.092-175



PREFEITURA MUNICIPAL DE ONDA VERDE
ESTADO DE SÃO PAULO



CERTIDÃO

GILBERTO APARECIDO MARQUES,
Contador da Prefeitura Municipal de
Onda Verde, no uso das atribuições que
me são conferidas por lei,

Certifico, para os devidos fins a bem da verdade e em especial ao **Ministério Público Federal – MPF – Procuradoria da República em São José do Rio Preto, Ofício MPF nº 1015/2020 – Procedimento Preparatório nº 1.34.015.000172/2020-32**, que quanto a **Recomendação nº 14/2020-MPF/SJRP/GABPRM5**, as informações referentes aos recursos públicos federais recebidos e aos respectivos gastos efetuados vinculados especificamente ao enfrentamento e mitigação da pandemia decorrente da COVID-19, estão disponibilizadas na transparência da municipalidade.

O referido é verdade e assino.

Onda Verde-SP, 28 de outubro de 2020.

GILBERTO APARECIDO MARQUES.
CONTADAOR.



CNPJ 45.148.699/0001-70
Av. Romano Calil, 261 • Centro • 15450-000 • Onda Verde • SP
Fones: (17) 3268-1222 / 3268-1170 / 3268-7175



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assinatura/Certificação do documento **PRM-SSP-SP-00008938/2020 PROTOCOLO ELETRÔNICO**

.....
Signatário(a): **NERIVALDO MARCIO LEONE**

Data e Hora: **03/11/2020 11:26:47**

Autenticado com login e senha

.....
Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 460AFD35.4241AE4F.D1413147.C5B9FC0C



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OLÍMPIA

Capital Nacional do Folclore

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO

Divisão de Assuntos Jurídicos

Ofício n. 278/2020 – Divisão de Assuntos Jurídicos

Ref.: Resposta Ofício n. 1014/2020

PRM-SSP-SP- 00008483/2020

Exmo. Sr. Dr. Procurador da República,

Venho, mui respeitosamente, a presença de Vossa Senhoria em resposta ao ofício em epígrafe fazer a juntada das informações necessárias.

Sem mais, subscrevo-me, colocando-me a vossa inteira disposição.

LUIZ CARLOS RODRIGUES ROSA JUNIOR
DIRETOR DE ASSUNTOS JURÍDICOS

EXMO. SR.

DR. ANDERSON VAGNER GOIS DOS SANTOS

DD. PROCURADOR DA REPÚBLICA



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OLÍMPIA

Terra de Águas Quentes e Capital Nacional do Folclore

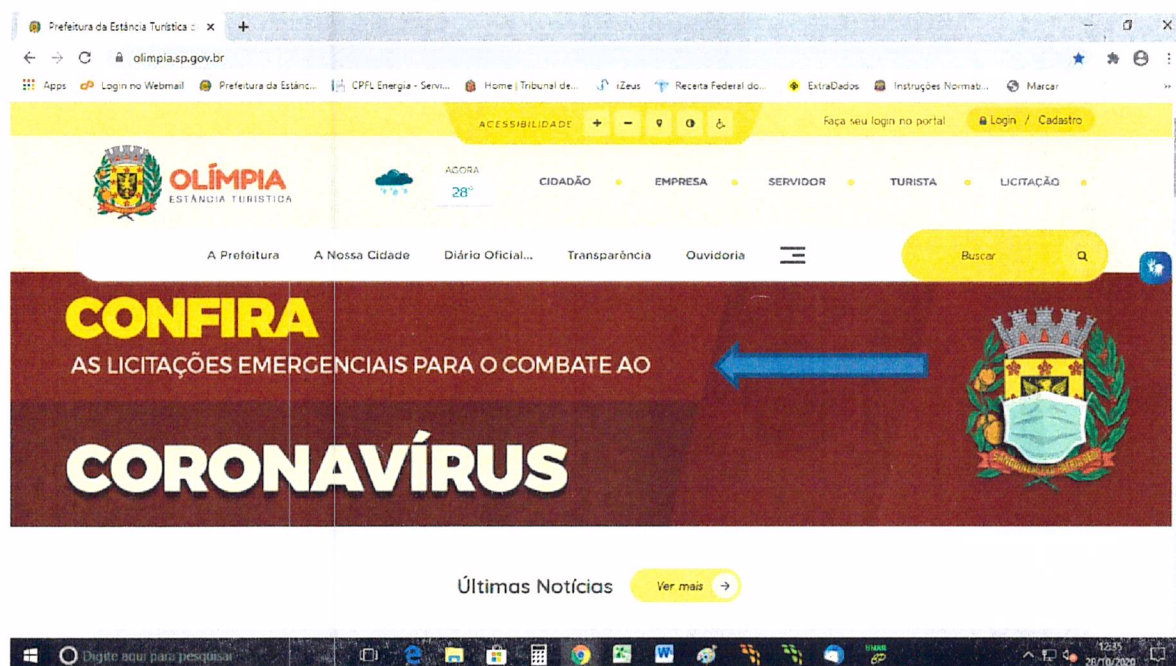
Controladoria Geral do Município

Ofício CGM 534/2020

Olímpia (SP), 28 de outubro de 2020.

Prezado Senhor,

Cumprimentando-o respeitosamente, formulo o presente para encaminhar resposta ao ofício recebido de Vossa Senhoria sob protocolo nº 16059/2020, referente Ofício MPF nº 1014/2020, PRM-SSP-SP-00008483/2020, com Recomendação nº 14/2020-PRM/SJRP GABPRM5, do Ministério Público Federal, indicando que a Administração Municipal em sua página oficial na internet atende aos dispositivos legais pertinentes, como a Lei Federal n.º 12.527/2011 e Decreto Municipal n.º 5719/2014, e considerando a pandemia do vírus Covid-19, tomou providências em atendimento às Resoluções e Comunicados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e do Ministério Público do Estado de São Paulo, fazendo a divulgação das informações no link: www.olimpia.sp.gov.br. Logo em sua página inicial, apresenta as licitações emergenciais para enfrentamento do vírus Covid-19, como se verifica abaixo:





PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OLÍMPIA

Terra de Águas Quentes e Capital Nacional do Folclore

Controladoria Geral do Município

Clicando onde a seta está indicando, abre-se a tela abaixo com a listagem das licitações:

REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE INSUMOS PARA PREVENÇÃO AO COVID-19

Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 182/2020 - Objeto: Aquisição de insumos para prevenção ao COVID-19 para atender a rede pública de ensino do município de Olímpia/SP. Recebimento das propostas até dia 04/11/2020 às 08h30. Disputa às 09h do dia 04/11/2020. Tel. (17) 3279-3274 site: <http://portal.olimpia.sp.gov.br/8095>.

Nº Licitação: 182/2020
Nº Edital: -
Nº Processo: 97232/2020

Postagem: 20/10/2020 às 08h30
Realização: 04/11/2020 às 09h00

Modalidade: Covid-19
Situação: **Aberto**

Atualizado em: 20/10/2020 às 14h52

REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE AVENTAL DESCARTÁVEL, VOLTADO A PREVENÇÃO DO COVID-19.

Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 181/2020 - Simplificado Objeto: Aquisição de avental descartável, voltado a prevenção do COVID-19 para atender as necessidades da municipalidade de Olímpia/SP. Recebimento das propostas até dia 27/10/2020 às 08h30. Disputa às 09h do dia 27/10/2020. Tel. (17) 3279-3274.

Nº Licitação: 181/2020
Nº Edital: -
Nº Processo: 96859/2020

Postagem: 20/10/2020 às 08h30
Realização: 27/10/2020 às 09h00

Modalidade: Covid-19
Situação: **Aberto**

Atualizado em: 20/10/2020 às 14h53

REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE TESTE RÁPIDO IMUNOCROMATOGRAFICO, VOLTADOS A PREVENÇÃO E DIAGNÓSTICO DO COVID-19

Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 172/2020 - Simplificado Objeto: Aquisição de teste rápido imunocromatográfico, voltados a prevenção e diagnóstico do COVID-19 para atender as necessidades do Município da Estância Turística de Olímpia/SP. Recebimento das propostas até dia 19/10/2020 às 08h30. Disputa às 09h do dia...

Assim que selecionado o processo licitatório, é aberta a tela abaixo com as informações do referido procedimento, com nome do contratado, número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição:

Situação: Concluído

Modalidade: Covid-19

Nº da Licitação: 97662/2020

Nº do Edital: -

Nº do Processo: 97662/2020

Publicado em: 15/10/2020 às 08h30

Realização: 15/10/2020

Local: Rua 9 de Julho, nº 1054, Centro, Olímpia-SP

Modalidade: Dispensada
Processo nº: 97662
Objeto: AQUISIÇÃO DE BATATA INGLESA
Destinação: MATERIAL DE CONSUMO PARA O KIT MERENDA (BATATA).
Contratado: SUPERMERCADO IQUEGAMI LTDA - 02
CNPJ: 01.915.625/0002-27
Valor Total: R\$ 0.564,52
Data Contratação: 15/10/2020
Legislação: Artigo 24, Inciso II, Lei nº 8.666/93
Contrato: Empenho 12106/2020

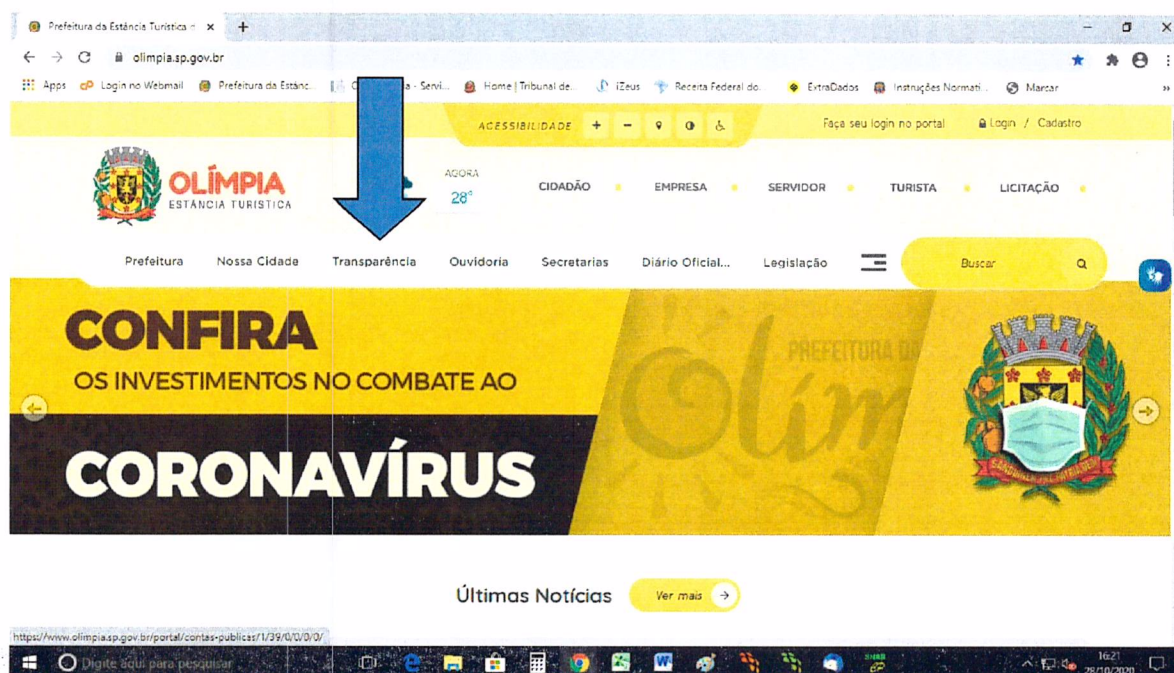


PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OLÍMPIA

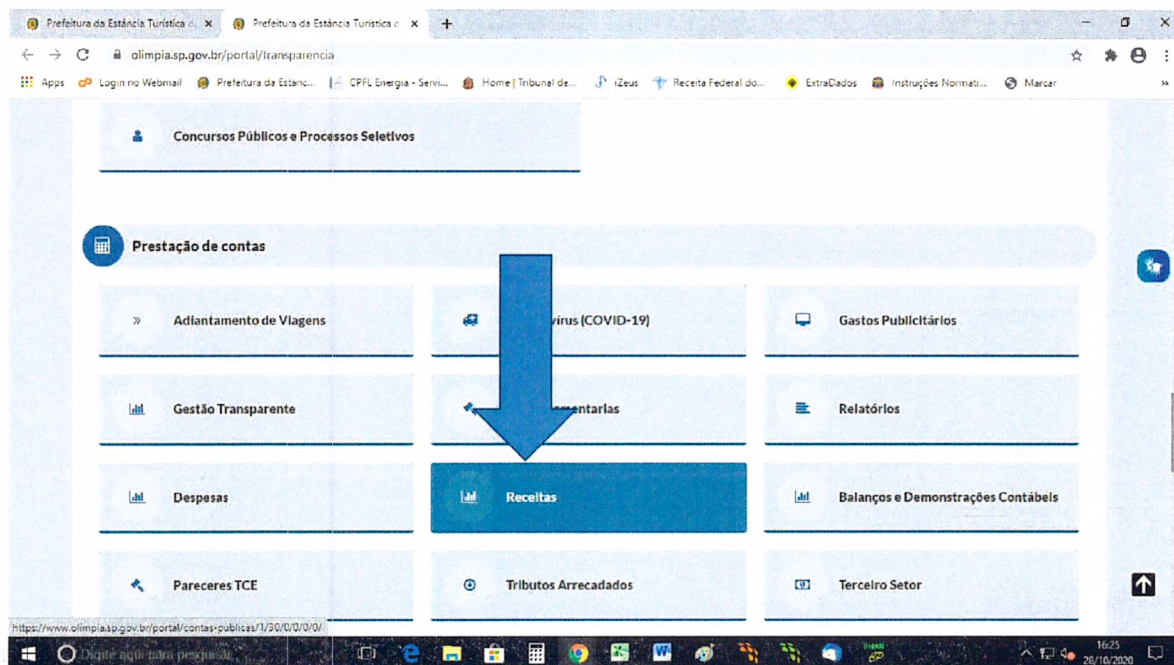
Terra de Águas Quentes e Capital Nacional do Folclore

Controladoria Geral do Município

A Municipalidade publica as receitas em sua página inicial, clicando em transparência, conforme demonstrado abaixo:



Abrirá a seguinte tela do portal de transparência:



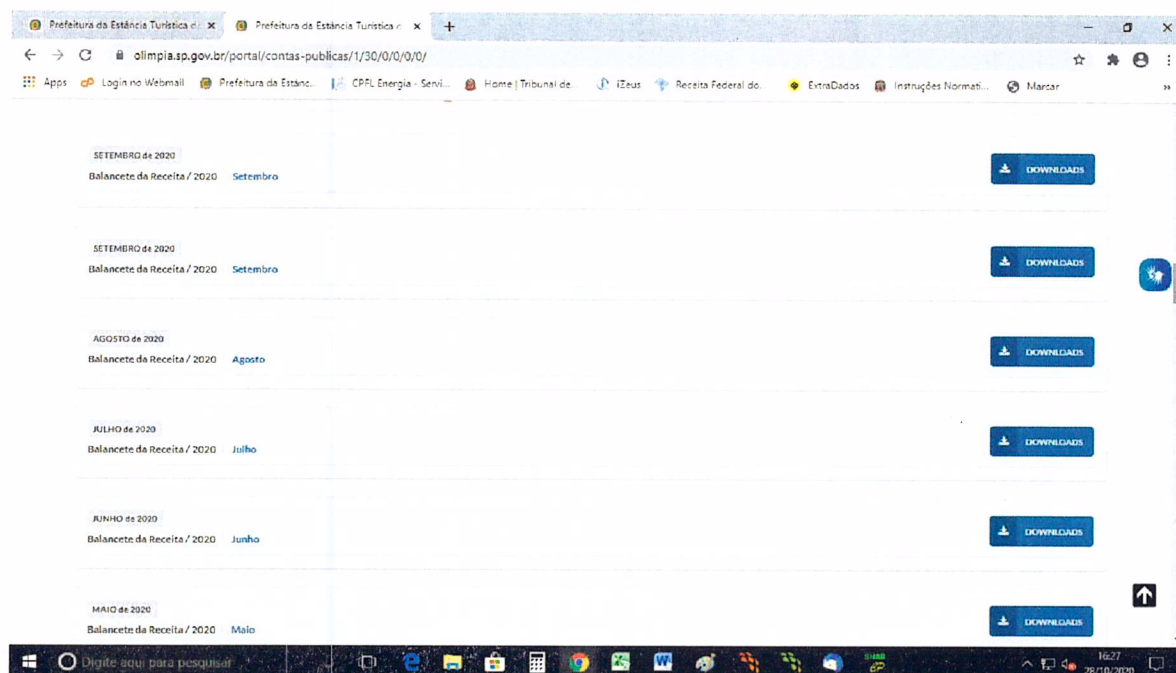
Clicando em Receitas, conforme demonstrado acima, abre-se a tela a seguir com os balancetes das receitas:



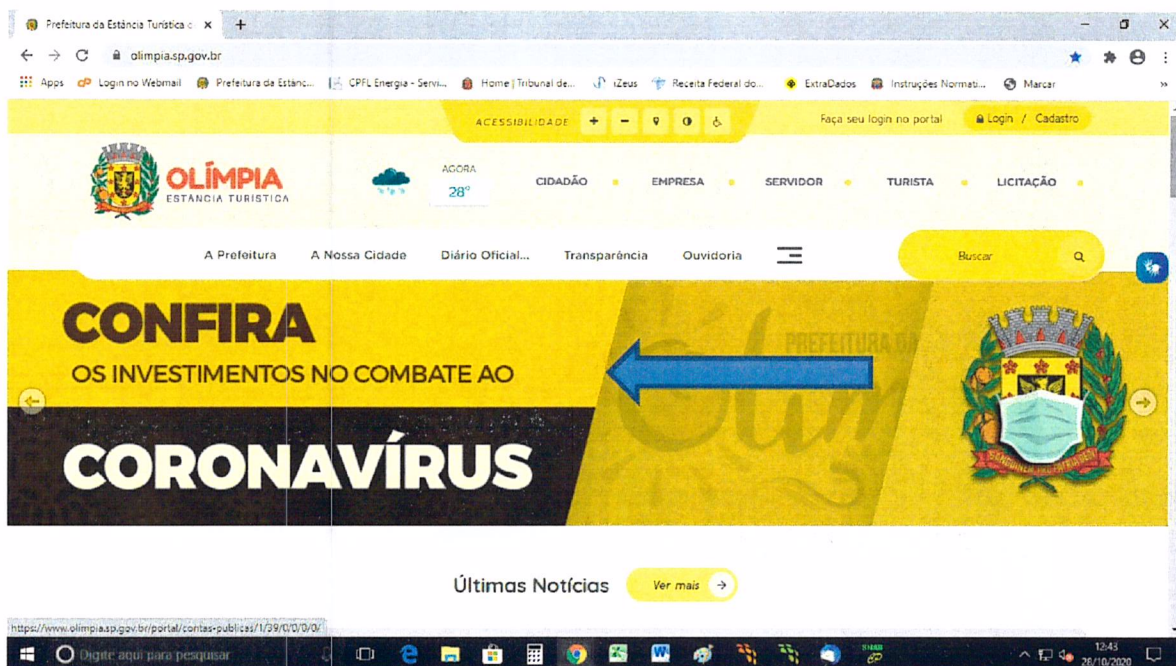
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OLÍMPIA

Terra de Águas Quentes e Capital Nacional do Folclore

Controladoria Geral do Município



A Prefeitura também tem publicado diariamente, em tempo real, as despesas vinculadas ao enfrentamento ao vírus Covid-19 no site oficial, conforme demonstrado abaixo:



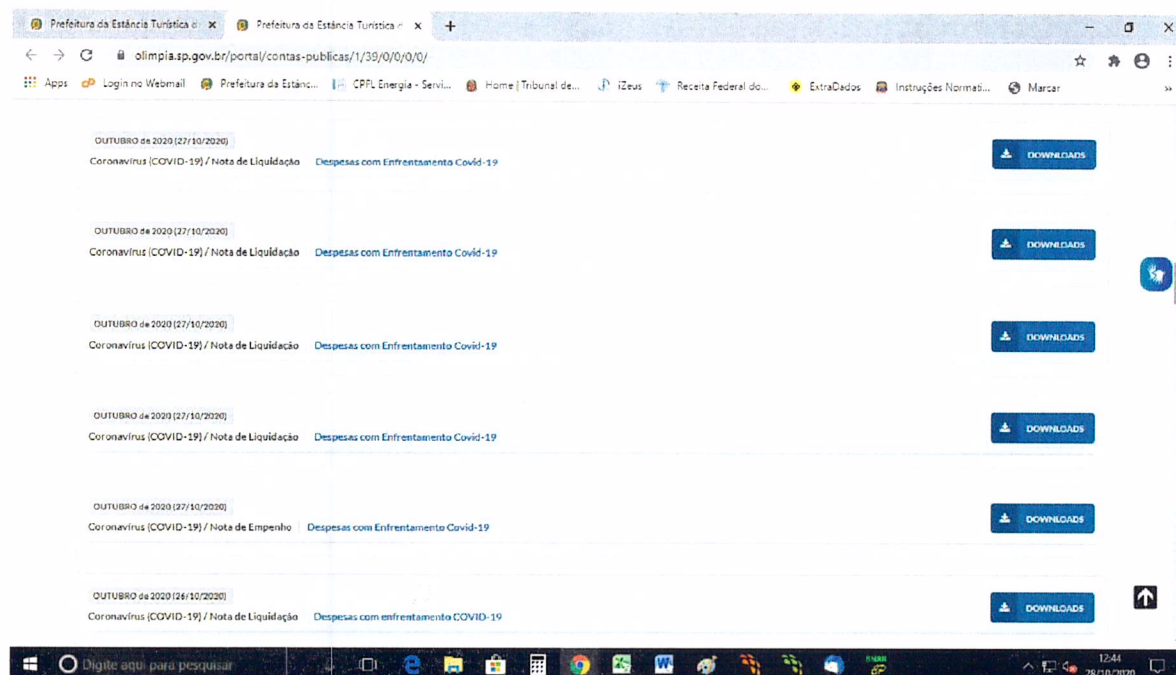
Clicando onde a seta está indicando, abre-se a tela abaixo com a listagem das despesas:



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OLÍMPIA

Terra de Águas Quentes e Capital Nacional do Folclore

Controladoria Geral do Município



Portanto, verifica-se que esta Municipalidade vem cumprindo os termos do § 2º do artigo 4º da Lei Federal n.º 13.979/2020, do § 3º do artigo 8º da Lei Federal n.º 12.527/2011, do Comunicado SDG 18/2020 e Nota Técnica SDG n.º 155 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Ressaltamos que, em relação à Recomendação nº14/2020 do Ministério Público Federal, o Município atende as recomendações mantendo sua página na internet (Rede mundial de computadores) atualizada, e quando surgem novas demandas, na medida do tempo e conforme disponibilidades técnicas e financeiras as mesmas são inseridas no site, com objetivo de reforçar o compromisso da gestão com a transparência dos gastos públicos e o interesse coletivo.

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente.

Sandra Regina de Lima
Controladora da Controladoria
Geral do Município

Ilmo. Senhor

Dr. Edílson César de Nadai



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GRANADA

Estado de São Paulo

"Labor et Fides pro Patria"

DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS JURÍDICOS

Nova Granada, 03 de novembro de 2020.

Ofício 82/2020

Assunto: Responde Ofício MPF nº 1013/2020 – PRM-SSP-SP-00008482/2020

Referente ao Procedimento Preparatório nº 1.34.015.000172/2020-32

Excelentíssimo Sr. Dr. Procurador da República,

Vimos através do presente, esclarecer que todos os itens apontados como elementos mínimos para a transparência das verbas recebidas, empenhadas e pagas, provenientes de repasses para o enfrentamento da Covid-19, bem como os procedimentos licitatórios e seus respectivos contratos, já encontram-se disponíveis no sítio on-line do Município de Nova Granada, conforme as imagens de tela em anexo, e podem ser acessados pelo *link* específico no *site*: <https://www.novagranada.sp.gov.br/>

Sendo o que havíamos a informar, colocamo-nos à disposição de Vs. Excelência, reiterando os protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

RICARDO SANTOS FRAGNAN

Procurador Jurídico

OAB/SP 368.353

Ao Excelentíssimo Senhor

Dr. ANDERSON VAGNER GOIS DOS SANTOS

DD. Ministério Público Federal

São José do Rio Preto – SP

Prefeitura Municipal de Nova Granada x +

novagranada.sp.gov.br

Apps TJS e-SAJ PJe TRT15 PJe TRF3 PJe MPT 15 MPF MPF 3 e-TCESP PJe PJe TSE SCPI 9.0 - Transparê... Artigos

Faça seu login no portal | Login / Cadastro

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GRANADA
TRABALHO COM RESPONSABILIDADE

Acompanhe-nos: f Digite aqui o que você precisa...

Ir para o conteúdo Ir para o menu Ir para a busca Ir para o rodapé

PRINCIPAL PREFEITURA NOTÍCIAS SERVIÇOS WEB TRANSPARÊNCIA SECRETARIAS CONTATO

Tudo sobre o **coronavírus**

Clique aqui e saiba mais...

CIDADÃO

EMPRESAS

SERVIDOR

ACESSO À INFORMAÇÃO

Windows Search Taskbar Icons: Word, Outlook, File Explorer, Chrome, System Tray: Network, Volume, Cloud, Date/Time: POR PTB2 10:20 03/11/2020

SCPI 9.0 - Transparência

Não seguro | 187.103.87.36:8079/transparencia/

Apps TJSP e-SAJ PJe TRT15 PJe TRF3 PJe MPT 15 MPF MPF 3 e-TCESP PJe PJe TSE SCPI 9.0 - Transparê... Artigos

Pesquisar Mapa do Site Acessibilidade: Libras Aumentar Fonte (Ctrl + (+)) Diminuir Fonte (Ctrl + (-)) Fonte Original (Ctrl + (0)) Acesso Rápido (Ctrl + (M))

Escolha o Exercício: 2020
Escolha a Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GRANADA
Dados atualizados em: 03-11-2020

Informações Sobre Covid-19 e-SIC PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

Início Receitas Despesas Pessoal Planejamento Orçamentário Licitações e Contratos Prestação de Contas Terceiro Setor Transferências Convênios Patrimônio Acesso à Informação

Você está em: Início

Informações Sobre Covid-19

Acesse aqui a Lei Acesso à Informação Federal Acompanhe as atividades do Conselho Municipal Acesse aqui Regulamentação local.

Lei da Transparência LC 131 INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 28 IN 28 - TCU Acesso à Informação Lei 12527 Diário Oficial Municipal Diário Oficial

Aqui você encontrará informações públicas, que são de interesse coletivo, conforme determina a Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527, de 18/11/2011).

POR PTB2 10:21 03/11/2020

SCPI 9.0 - Transparência

←

→

↺

⚠ Não seguro

187.103.87.36:8079/transparencia/

★

⚙

P

⋮

Apps

TJSP e-SAJ

TRT15 PJe

TRF3 PJe

MPT 15

MPF

MPF 3

e-TCESP

PJe

PJe TSE

SCPI 9.0 - Transparência

Artigos

Pesquisar

Mapa do Site

Acessibilidade: Libras

Aumentar Fonte (Ctrl + +)

Diminuir Fonte (Ctrl + -)

Fonte Original (Ctrl + 0)

Acesso Rápido (Ctrl + M)

Escolha o Exercício: 2020

Escolha a Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GRANADA

Dados atualizados em: 03-11-2020

Informações Sobre Covid-19

e-SIC

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

Início

Receitas

Despesas

Pessoal

Planejamento Orçamentário

Licitações e Contratos

Prestação de Contas

Terceiro Setor

Transferências

Convênios

Patrimônio

Acesso à Informação

Você está em:

Início

Acesso à Informação

Sobre Covid-19

Coronavírus/Covid-19

Data Inicial Pesquisa

01-01-2020

Data Final da Pesquisa

31-12-2020

Documentos / Atos Normativos

Despesas

Receitas

Licitações

Contratos

Repasse Terceiro Setor

Folha de Pagamento

Convênios

Despesas

Clique nesse botão abaixo na lista para ver os detalhes do empenho.

Exportar dados para: PDF CSV XLS

	Empenho	Tipo	Data	Cód. Forn.	Descrição	CNPJ/CPF	Funcional	Poder	Nome do Poder
	1640	OR	09-03-2020	7602	AIR LIQUIDE BRASIL LTDA	00.331.788/0012-71	10.302.0009.2073.0000	02	PREFEITURA MUNICIPAL
	1641	OR	09-03-2020	7602	AIR LIQUIDE BRASIL LTDA	00.331.788/0012-71	10.301.0009.2039.0000	02	PREFEITURA MUNICIPAL
	1731	OR	09-03-2020	7604	RB ROUPA BRANCA LTDA	11.782.376/0001-11	10.302.0009.2073.0000	02	PREFEITURA MUNICIPAL
	1732	OR	09-03-2020	7605	PRATIK MEDICAL COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA	16.951.298/0001-55	10.302.0009.2073.0000	02	PREFEITURA MUNICIPAL
	1784	OR	09-03-2020	7558	CAMILA CAROLINA BOTELHO DOS SANTOS	34.799.878/0001-50	10.302.0009.2073.0000	02	PREFEITURA MUNICIPAL
	1788	OR	09-03-2020	7610	FERNANDO FLORIANO & CIA LTDA	49.031.370/0001-85	10.302.0009.2073.0000	02	PREFEITURA MUNICIPAL
	1791	OR	09-03-2020	5550	MARF - RIO PRETO COMERCIO DE ARTEFATOS PLASTICO	20.735.846/0001-87	10.302.0009.2073.0000	02	PREFEITURA MUNICIPAL
	1795	OR	09-03-2020	3008	S.A. A. BABUFI - FPP	08.143.237/0001-33	10.302.0009.2073.0000	02	PREFEITURA MUNICIPAL

Windows

Google

Microsoft Word

Outlook

Arquivos

Google Chrome

Aplicativos

↑

📶

🔊

☁

POR

PTB2

10:28

03/11/2020

🗨

SCPI 9.0 - Transparência

187.103.87.36:8079/transparencia/

Apps

TJSP e-SAJ

TRT15 PJe

TRF3 PJe

MPT 15

MPF

MPF 3

e-TCESP

PJe

PJe TSE

SCPI 9.0 - Transpare...

Artigos

Pesquisar

Mapa do Site

Acessibilidade: Libras

Aumentar Fonte (Ctrl + (+))

Diminuir Fonte (Ctrl + (-))

Fonte Original (Ctrl + (0))

Acesso Rápido (Ctrl + (M))

Escolha o Exercício: 2020

Escolha a Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GRANADA

Dados atualizados em: 03-11-2020

Informações Sobre Covid-19

e-SIC

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

Início

Receitas

Despesas

Pessoal

Planejamento Orçamentário

Licitações e Contratos

Prestação de Contas

Terceiro Setor

Transferências

Convênios

Patrimônio

Acesso à Informação

Você está em:

Início

Acesso à Informação

Sobre Covid-19

Coronavírus/Covid-19

Data Inicial Pesquisa

01-01-2020

Data Final da Pesquisa

31-12-2020

Documentos / Atos Normativos

Despesas

Receitas

Licitações

Contratos

Repasse Terceiro Setor

Folha de Pagamento

Convênios

Licitações

Escolha uma Licitação na lista e clique duas vezes na linha para ver mais informações.

Exportar dados para: PDF CSV XLS

Proc. Licitatório	Modalidade	Nº Mod.	Situação	Data Abert. Env.	Hora Abert. Env.	Objeto
000063/20	DISPENSA	44	Encerrada	04-08-2020	10:00	Aquisição de um Kit D-Dímero e um Kit trio cardíaco de exames para auxiliar r
000061/20	DISPENSA	42	Encerrada			Locação de um aparelho HUBI-QUAN PRO, que realiza resultados rápidos atra
000049/20	DISPENSA	35	Encerrada			Contratação de empresa para testes rápidos para o COVID-19, no Município d
000038/20	DISPENSA	27	Encerrada			Aquisição de cestas básicas embaladas (Saco plástico ou caixa de papelão), qu

Mostrando página 1 - Total de páginas - 1 - Total de linhas - 4 - Ordene os dados clicando no cabeçalho das colunas.

Windows

Google

Word

Outlook

Arquivos

Chrome

Aplicativos

10:29

03/11/2020

POR

PTB2



Notícia de Fato nº 1.34.015.000172/2020-32

DESPACHO

Trata-se de Notícia de Fato instaurada a partir do Ofício Circular nº 01/2020/CFN/GIAC-COVID19, encaminhado pelo Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia COVID-19 e pela 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, repassando informações prestadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pela Casa Civil acerca dos valores repassados pelo Governo Federal aos Estados, DF e Municípios para enfrentamento da situação de emergência decorrente do Coronavírus (COVID-19).

Com base nas informações repassadas, foi sugerida a instauração de procedimentos com a finalidade de acompanhar a destinação dos recursos enviados pelo Governo Federal para as ações de combate ao Coronavírus.

O referido procedimento foi instaurado para acompanhamento da destinação de recursos enviados pelo Governo Federal para ações de combate ao coronavírus – Grupo III (Municípios: Olímpia, Altair, Guaraci, Icém, Nova Granada, Onda Verde, Orindiúva, Palestina, Paulo de Faria, Riolândia, Severínia e Uchôa).



Foi determinada a expedição de ofícios, periodicamente, de acordo com as atualizações dos dados orçamentários e financeiros no portal eletrônico https://painelms.saude.gov.br/extensions/TEMP_COVID19/TEMP_COVID19.html, para os municípios mencionados, exigindo informações sobre a destinação das verbas federais repassadas para o combate da Covid-19.

Ainda, foi expedida a **Recomendação nº 14/2020-PRM/SJRPGABPRM5** aos municípios de Altair, Guaraci, Icém, Nova Granada, Olímpia, Onda Verde, Orindiúva, Palestina, Paulo de Faria, Riolândia, Severínia e Uchôa, nas pessoas dos respectivos chefes do Executivo, para que disponibilizassem, no *site* da Prefeitura, informações e documentos referentes aos recursos públicos federais recebidos e aos respectivos gastos efetuados vinculados especificamente ao enfrentamento e mitigação da pandemia decorrente da COVID-19, com o conteúdo mínimo fixado na Recomendação, e observados os demais requisitos previstos no art. 8º, §3º, da Lei n. 12.527/2011.

Pois bem, no intuito de melhor acompanhar a destinação dos recursos enviados pelo Governo Federal aos municípios para as ações de combate ao Coronavírus, desmembrem o Procedimento Preparatório em outros 5 (cinco) expedientes, a fim de que cada um tenha por objeto dois municípios. Após, proceder à livre distribuição.



MPF | Procuradoria
da República em
São José do Rio Preto
Ministério Público Federal

Ademais, considerando o término do prazo do referido expediente, prorroguem-se o seu término por mais 90 (noventa) dias, nos termos do artigo 2º, §6º, da Resolução nº 23 de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público.

São José do Rio Preto, 15 de janeiro de 2021.

ANDERSON VAGNER GOIS DOS SANTOS
PROCURADOR DA REPÚBLICA



Notícia de Fato nº 1.34.015.000172/2020-32

DESPACHO

Trata-se de Notícia de Fato instaurada a partir do Ofício Circular nº 01/2020/CFN/GIAC-COVID19, encaminhado pelo Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia COVID-19 e pela 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, repassando informações prestadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pela Casa Civil acerca dos valores repassados pelo Governo Federal aos Estados, DF e Municípios para enfrentamento da situação de emergência decorrente do Coronavírus (COVID-19).

Com base nas informações repassadas, foi sugerida a instauração de procedimentos com a finalidade de acompanhar a destinação dos recursos enviados pelo Governo Federal para as ações de combate ao Coronavírus.

O referido procedimento foi instaurado para acompanhamento da destinação de recursos enviados pelo Governo Federal para ações de combate ao coronavírus – Grupo III (Municípios: Olímpia, Altair, Guaraci, Icém, Nova Granada, Onda Verde, Orindiúva, Palestina, Paulo de Faria, Riolândia, Severínia e Uchôa).



Foi determinada a expedição de ofícios, periodicamente, de acordo com as atualizações dos dados orçamentários e financeiros no portal eletrônico https://painelms.saude.gov.br/extensions/TEMP_COVID19/TEMP_COVID19.html, para os municípios mencionados, exigindo informações sobre a destinação das verbas federais repassadas para o combate da Covid-19.

Ainda, foi expedida a **Recomendação nº 14/2020-PRM/SJRPGABPRM5** aos municípios de Altair, Guaraci, Icém, Nova Granada, Olímpia, Onda Verde, Orindiúva, Palestina, Paulo de Faria, Riolândia, Severínia e Uchôa, nas pessoas dos respectivos chefes do Executivo, para que disponibilizassem, no *site* da Prefeitura, informações e documentos referentes aos recursos públicos federais recebidos e aos respectivos gastos efetuados vinculados especificamente ao enfrentamento e mitigação da pandemia decorrente da COVID-19, com o conteúdo mínimo fixado na Recomendação, e observados os demais requisitos previstos no art. 8º, §3º, da Lei n. 12.527/2011.

Pois bem, no intuito de melhor acompanhar a destinação dos recursos enviados pelo Governo Federal aos municípios para as ações de combate ao Coronavírus, desmembre o Procedimento Preparatório em outros 5 (cinco) expedientes, a fim de que cada um tenha por objeto dois municípios. Após, proceder à livre distribuição.



MPF | Procuradoria
da República em
São José do Rio Preto
Ministério Público Federal

Ademais, considerando o término do prazo do referido expediente, prorroguem-se o seu término por mais 90 (noventa) dias, nos termos do artigo 2º, §6º, da Resolução nº 23 de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público.

São José do Rio Preto, 15 de janeiro de 2021.

ANDERSON VAGNER GOIS DOS SANTOS
PROCURADOR DA REPÚBLICA



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO S.J.DO
R.PRETO/CATAND
GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/SAO JOSE DO RIO PRETO

Termo de Prorrogação

(Gerado automaticamente pelo Sistema Único)

Expediente:

1.34.015.000172/2020-32

Data prevista de finalização:

17/03/2021 18:36

Usuário:

RAISSA JAMAL RODRIGUES

Data:

15/01/2021 17:45



Prefeitura do Município de Guaraci

Rua Washington Correa da Silva, 856 - CEP 15.420-000 - Fone (17) 3285-9999
CNPJ 46.596.318/0001-88 e-mail prefeitura@guaraci.sp.gov.br

Guaraci-SP, 22 de dezembro de 2020.

RESPOSTA AO OFÍCIO MPF Nº. 1011/2020

REF.: PRM-SSP-SP-00008480/2020

ASSUNTO: Procedimento Preparatório nº. 1.34.015.000172/2020-32

Com meus atenciosos cumprimentos, venho à presença de V. Senhoria, em atenção aos Ofícios em epígrafe, apresentar as seguintes informações:

1. Inicialmente, cumpre informar que são disponibilizados os gastos realizados pelo Município de Guaraci-SP em razão da pandemia pelo novo coronavírus (COVID-19), no Portal da Transparência através do link:
<<http://servidor.guaraci.sp.gov.br/pronimtb/index.asp?acao=21&item=1&visao=paginaprincipalcovid>>.

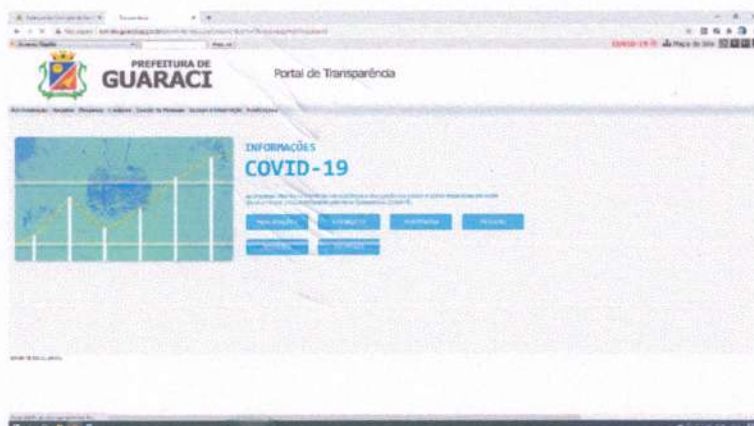


Figura 1: Portal da Transparência com informações específicas sobre a Covid-19.

2. Assim, quanto ao item “a” da presente Recomendação, em consulta ao sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Guaraci, pode-se encontrar todas as informações e documentos referentes aos recursos públicos federais recebidos e aos respectivos gastos efetuados



Prefeitura do Município de Guaraci

Rua Washington Correa da Silva, 856 - CEP 15.420-000 - Fone (17) 3285-9999
CNPJ 46.596.318/0001-88 e-mail prefeitura@guaraci.sp.gov.br

vinculados especificamente ao enfrentamento da pandemia decorrente da Covid-19, conforme demonstra a figura abaixo.



Figura 2: Página inicial do Portal da Prefeitura Municipal de Guaraci-SP, contendo informações sobre os gastos relativos à pandemia pelo Covid-19.

3. Igualmente, quanto ao item “b”, os dados atinentes às licitações, dispensas de licitações, contratações e aquisições relativas ao enfrentamento e mitigação da pandemia decorrente do Covid-19, nota-se que o Município disponibiliza todos os dados necessários de acordo com a Lei Federal nº. 13.979/2020, conforme se verifica no link e figura abaixo:

CONTRATO	OBJETO	EMPRESA	VALOR
00000000000000000000	Contrato de prestação de serviços de limpeza e conservação de áreas públicas e privadas, com fornecimento de produtos de limpeza e conservação.	CONSTRUTORA E REFORMAS LTDA	R\$ 1.000,00
00000000000000000000	Contrato de prestação de serviços de manutenção e reparação de equipamentos eletrônicos.	REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA	R\$ 500,00
00000000000000000000	Contrato de prestação de serviços de consultoria e assessoria técnica.	CONSULTORIA E ASSESSORIA TÉCNICA LTDA	R\$ 2.000,00
00000000000000000000	Contrato de prestação de serviços de transporte de passageiros.	TRANSPORTE E LOGÍSTICA LTDA	R\$ 1.500,00
00000000000000000000	Contrato de prestação de serviços de alimentação e nutrição.	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO LTDA	R\$ 3.000,00
00000000000000000000	Contrato de prestação de serviços de segurança e vigilância.	SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA	R\$ 1.200,00
00000000000000000000	Contrato de prestação de serviços de manutenção e reparação de veículos.	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE VEÍCULOS LTDA	R\$ 800,00
00000000000000000000	Contrato de prestação de serviços de limpeza e conservação de áreas públicas e privadas, com fornecimento de produtos de limpeza e conservação.	CONSTRUTORA E REFORMAS LTDA	R\$ 1.000,00

Figura 3: Página relativa às licitações e contratos com relação à Covid-19.



Prefeitura do Município de Guaraci

Rua Washington Correa da Silva, 856 - CEP 15.420-000 - Fone (17) 3285-9999
CNPJ 46.596.318/0001-88 e-mail prefeitura@guaraci.sp.gov.br

4. Em relação ao item “c”, há opção no site para importação, exportação, *download*, bem como inserção de link para acesso direto aos processos de contratação e de execução da despesa, conforme figura abaixo:

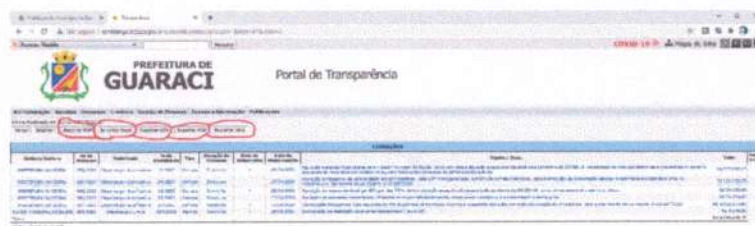


Figura 4: Página relativa às licitações e contratos com relação à Covid-19, com opções para importação e exportação de formatos (arquivos) de dados.
Link: <http://servidor.guaraci.sp.gov.br/pronimtb/index.asp?acao=1&item=91&visao=0>

5. Por fim, cumpre informar que há no site da Prefeitura de Guaraci-SP mecanismo para registro de manifestações, reclamações, denúncias, dúvidas e elogios, tanto para assuntos diversos quanto para os assuntos exclusivos associados à Covid-19, conforme demonstra o link e figura abaixo:

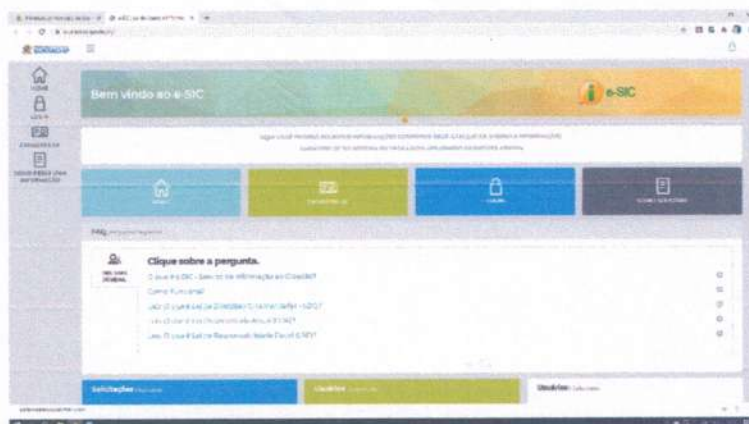


Figura 5: Página de acesso ao e-SIC - Serviço de Informações ao Cidadão, que permite que qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhe pedidos de acesso à informação ou solicitações.
Link: <https://www.guaraci.sp.gov.br/sic/>



Prefeitura do Município de Guaraci

Rua Washington Correa da Silva, 856 - CEP 15.420-000 - Fone (17) 3285-9999
CNPJ 46.596.318/0001-88 e-mail prefeitura@guaraci.sp.gov.br

Portanto, como se observa nos dados informados, o Município de Guaraci está de acordo com as recomendações exaradas no presente Ofício, bem como todas as informações em comento estão disponibilizadas no sítio eletrônico da Prefeitura, inclusive com possibilidade de *download* de todas as informações postadas, sem prejuízo da manutenção usual do Portal da Transparência, conforme pode-se constatar no link já mencionado acima.

Sem mais para o momento, aproveito a oportunidade para, uma vez mais, remeter-lhe nossos votos de elevada estima e distinta consideração, colocando-nos a disposição para outros esclarecimentos, que ao crivo de V. Exa. se mostrarem necessários.


ELSON MACHADO SILVEIRA
Prefeito Municipal de Guaraci

AO ILMO. SR.

DR. ANDERSON VAGNER GOIS DOS SANTOS

PROCURADOR DA REPÚBLICA

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL/PROCURADORIA DA REPÚBLICA
EM SÃO JOSÉ DO RIO PRETO-SP**



Procedimento Preparatório nº 1.34.015.000172/2020-32

PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO

Trata-se de Procedimento Preparatório instaurado a partir do Ofício Circular nº 01/2020/CFN/GIAC-COVID19, encaminhado pelo Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia COVID-19 e pela 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, repassando informações prestadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pela Casa Civil acerca dos valores repassados pelo Governo Federal aos Estados, DF e Municípios para enfrentamento da situação de emergência decorrente do Coronavírus (COVID-19).

Com base nas informações repassadas, foi sugerida a instauração de procedimentos com a finalidade de acompanhar a destinação dos recursos enviados pelo Governo Federal para as ações de combate ao Coronavírus.

O referido procedimento foi instaurado para acompanhamento da destinação de recursos enviados pelo Governo Federal para ações de combate ao coronavírus – Grupo III (Municípios: Olímpia, Altair, Guaraci, Icém, Nova Granada, Onda Verde, Orindiúva, Palestina, Paulo de Faria, Riolândia, Severínia e Uchoa).



Diante das informações obtidas, primeiramente foi determinado que se expedissem ofícios, periodicamente, de acordo com as atualizações dos dados orçamentários e financeiros no portal eletrônico https://painelms.saude.gov.br/extensions/TEMP_COVID19/TEMP_COVID19.html, para os municípios mencionados, exigindo informações sobre a destinação das verbas federais repassadas para o combate da Covid-19.

Ato contínuo, foi feita a **RECOMENDAÇÃO Nº 14/2020-PRM/SJRPGABPRM5**, a fim de que os doze municípios disponibilizassem as informações necessárias em sítio ou *link* específico relativo à COVID-19, sem prejuízo da manutenção usual do Portal da Transparência, que deverão ser atualizadas de forma contínua, em até 2 dias úteis após o recebimento do repasse federal ou da prática do ato tendente à utilização de tais valores.

Sete municípios responderam a Recomendação:

1. Uchôa respondeu em 27/10/2020 (PRM-SSP-SP-00008856/2020),
2. Orindiúva respondeu em 29/10/2020 (PRM-SSP-SP-00008939/2020),
3. Onda Verde respondeu em 29/10/2020 (PRM-SSP-SP-00008938/2020),
4. Olímpia respondeu em 29/10/2020 (PRM-SSP-SP-00008945/2020),
5. Palestina respondeu em 03/11/2020 (PRM-SSP-SP-0008956/2020),
6. Nova Granada respondeu em 04/11/2020 (PRM-SSP-SP-00009015/2020),
7. Guaraci respondeu em 23/12/2020 (PRM-SSP-SP-00010265/2020).



Ficaram faltando **CINCO** municípios responderem a Recomendação, a saber: **1. ALTAIR, 2. ICÉM, 3. PAULO DE FARIA, 4. RIOLÂNDIA, 5. SEVERÍNIA.**

Pelo exposto, considerando a necessidade de continuidade das diligências, determino:

1. O arquivamento deste Procedimento Preparatório, a fim de dar instauração a Procedimento Administrativo, tendo em vista que este é o expediente mais apropriado para o acompanhamento de políticas públicas, quando não se há notícias de irregularidades, nos termos do artigo 8º, inciso II, da Resolução nº 174, de 04 de julho de 2017, do CNMP.

Remeta-se à 1ª Câmara de Coordenação e Revisão para homologação do arquivamento.

2. Com o retorno dos autos, extraia-se cópia do Procedimento e promova à autuação como Procedimento Administrativo, a fim de dar continuidade às diligências, mais especificamente, à reiteração dos ofícios às Prefeituras que não responderam a Recomendação.

São José do Rio Preto, 12 de abril de 2021.

ANDERSON VAGNER GOIS DOS SANTOS
PROCURADOR DA REPÚBLICA



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO S.J.DO
R.PRETO/CATAND
GABPRM5-AVGS - GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/SAO JOSE DO RIO PRETO

Termo de Remessa

(Gerado automaticamente pelo Sistema Único)

Expediente:

1.34.015.000172/2020-32

Remetente:

GABPRM5-AVGS - GABPRM5-AVGS - ANDERSON VAGNER GOIS DOS SANTOS

Destinatário:

1A.CAM - 1A.CAM - 1A.CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO DO MPF

Usuário:

RAISSA JAMAL RODRIGUES

Data:

13/04/2021 18:22:51

Observação:

Para competência revisional.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA
1A.CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO DO MPF

Termo de Distribuição e Conclusão

(Gerado automaticamente pelo sistema)

Expediente: PP - 1.34.015.000172/2020-32

Os presentes autos foram distribuídos conforme descrição a seguir:

Titularidade da Distribuição

Ofício Titular: 2º Ofício da 1ª CCR

Grupo de Distribuição: 1ª CCR - Procedimentos COVID19

Forma de Execução: Automática

Conclusão da Distribuição

Vínculo: Titular

Responsável: PAULO GUSTAVO GONET BRANCO

Ofício Responsável: 2º Ofício da 1ª CCR

Forma de Execução: Automática

Usuário: JANAINA FARIA FERNANDES

Data: 13/04/2021 21:05:28

PGR-00129459/2021

MPF/PGR/1ª CCR

Fls. _____



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
1ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO
DIREITOS SOCIAIS E ATOS ADMINISTRATIVOS EM GERAL

Decisão Monocrática nº 224

Número: 1.34.015.000172/2020-32

Origem: PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO S. J. DO R. PRETO/CATAND

Procurador(a) Oficiante: ANDERSON VAGNER GOIS DOS SANTOS

Em atenção à Resolução CSMPF nº 148, de 1º de abril de 2014, publicada em 24/4/2014, remetam-se os autos à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, tendo em vista ser matéria de sua atribuição.

Brasília, data da assinatura digital.

CÉLIA REGINA SOUZA DELGADO

Subprocuradora-Geral da República

Coordenadora da 1ª CCR

(assinado eletronicamente)



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA
1A.CAM - 1A.CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO DO MPF

Termo de Remessa

(Gerado automaticamente pelo Sistema Único)

Expediente:

1.34.015.000172/2020-32

Remetente:

1A.CAM - 1A.CAM - 1A.CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO DO MPF

Destinatário:

5A.CAM - 5A.CAM - 5A.CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

Usuário:

GARDENIA HOLANDA MACIEL LAMAR

Data:

20/04/2021 15:35:00



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA
5A.CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

Termo de Distribuição e Conclusão

(Gerado automaticamente pelo sistema)

Expediente: PP - 1.34.015.000172/2020-32

Os presentes autos foram distribuídos conforme descrição a seguir:

Titularidade da Distribuição

Ofício Titular: 2º Ofício da 5ª CCR

Grupo de Distribuição: Promoção de Arquivamento

Forma de Execução: Automática

Conclusão da Distribuição

Vínculo: Substituto - Designado

Responsável: JANUARIO PALUDO

Ofício Responsável: 5º Ofício da 5ª CCR

Forma de Execução: Automática

Usuário: CLAVIA ASSUNCAO SOUZA

Data: 22/04/2021 19:12:56